

CIDADE DA
MARINHA GRANDE
SUBSÍDIOS
PARA A SUA
HISTÓRIA

*João Rosa
Azambuja*



Curiosamente, o concelho da Marinha Grande, que já contava ilustres professores catedráticos, licenciados, grandes jornalistas e escritores entre os seus filhos vai, uma vez mais, assistir ao interesse do filho de um vidreiro - nos inícios dos anos 80 - em escrever a história actualizada da sua terra: João Rosa Azambuja,

Filho de Joaquina Rosa Ferreira e de José Azambuja, oficial de vidraça, nasceu na Marinha Grande a 20 de Dezembro de 1921.

Como a maior parte da juventude do seu tempo fez a escolaridade primária e aos treze anos começou a trabalhar no armazém da CIP - Companhia Industrial Portuguesa (actual Ivima) tendo terminado o Curso Geral da Escola Industrial, estudando à noite.

Mercê das suas qualidades de trabalho e inteligência são-lhe conferidas funções de Direcção, primeiro interinamente e mais tarde definitivamente. Toda a sua vida profissional a desempenhou na Ivima tendo-se reformado em 1981 como Director Geral.

Também ao desporto e actividade associativa dedicou o seu entusiasmo e saber tendo sido Presidente das Direcções da Associação de Futebol de Leiria, Atlético Clube Marinhense, Clube Marinhense, tendo sido também Director do Sport Operário Marinhense.

Praticou futebol, xadrez e ténis de mesa modalidade em que foi campeão nacional individual em 1951, nas provas realizadas pela FNAT.

Após o 25 de Abril entre outras funções que desempenhou fez parte da Comissão Municipal de Toponímia, lutando contra injustiças de índole histórica, quer na atribuição de nomes quer na sua substituição, pois as investigações que já realizara davam-lhe um conhecimento mais completo das personalidades marinhenses que se pretendia homenagear.

Faleceu em 14 de Janeiro de 1994 não tendo podido realizar o sonho de editar o livro a que dedicara os últimos anos da sua vida.

(do Prefácio)

Cidade da Marinha Grande
Subsídios para a sua história

pinhal do rei • documentos concelhios

Cidade da Marinha Grande

Subsídios para a sua história

João Rosa Azambuja

Fixação e organização do texto, introdução e notas

Emília Margarida Marques

CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

(Edição integrada nas Comemorações dos 250 Anos da Indústria do Vidro)

Dezembro de 1998

(2ª Edição - Fevereiro 2008)

Título

Cidade da Marinha Grande - Subsídios para a sua história

Autor

João Rosa Azambuja

Edição

Câmara Municipal da Marinha Grande

Fixação e organização do texto, introdução e notas

Emília Margarida Marques

Prefácio

Víctor Hugo Beltrão

Capa

Desenho: Guilherme Correia

Arranjo gráfico: Lapo & Franco - est. gráfico, lda.

Processamento de texto

Michèle Duarte e Emília Margarida Marques

Execução gráfica

Lapo & Franco - estúdio gráfico, lda.

Tiragem

1.000 exemplares

Depósito Legal

271866 / 08

ISBN

978 - 972 - 98049 - 0 - 8

- 2ª Edição -

Marinha Grande - Fevereiro de 2008

Sumário

Prefácio (Víctor Hugo Beltrão)	25
Introdução (Emília Margarida Marques)	31
Dos familiares	39
Dedicatória	41
Nota Preliminar	43
I. A freguesia da Marinha Grande	
A. Cidade da Marinha Grande	46
B. Situação Geográfica e Clima	46
C. Origens, Povoamento e Evolução	47
D. População Actual	49
E. Os Lugares: Localização, Origem dos Nomes e Factos de Interesse	50
1. Albergaria	50
2. Amieira	51
3. Amieirinha	51
4. Casal da Formiga	52
5. Casal Galego	52
6. Casal dos Ossos	52
7. Comeira	53
8. Embra	53
9. Engenho	54
10. Figueiras	55
11. Garcia	55
12. Guarda Nova	55
13. Ordem	56
14. Pedra	56
15. Pero Neto	56
16. Picassinos	56
17. Pilado	57
18. S. Pedro de Moel	58
19. Salgueiro	64
20. Trutas	64
21. Várzea	65

F	Jurisdicção Político-Administrativa	65
1.	Junta de Freguesia	65
2.	Assembleia de Freguesia	66
3.	Formação do Concelho	66
4.	Câmara Municipal	69
5.	Assembleia Municipal	71
6.	Outros Órgãos Autárquicos	72
G	Toponímia	72
H	Monumentos	72
1.	Monumento aos Mortos da Grande Guerra	73
2.	Monumento a Bernardino Barros Gomes	73
3.	Cruzeiro da Independência	74
4.	Monumento a Guilherme Stephens	74
5.	Baixo-relevo evocativo do Comandante dos Bombeiros, Joaquim Carvalho d'Oliveira ...	75
6.	Busto de Afonso Lopes Vieira	75
7.	Efígie do Doutor Acácio de Calazans Duarte	75
8.	Estátua Orfeu	76
9.	Monumento aos Heróis do Ultramar (hoje chamado Mártires do Colonialismo)	76
10.	Busto de Víctor Manuel A. S. dos Santos Gallo	77
11.	Grupo escultórico em memória de D. Dinis e Santa Isabel	78
12.	Monumento evocativo da Revolta de 18 de Janeiro de 1934	78
I	Curiosidades e Notas	79
1.	Bandeira Municipal	79
2.	Hino do concelho	79
3.	Orçamento camarário	79
4.	Visitas régias	79
5.	Comemorações do fim da Guerra de 1939-1945	80
6.	Descanso semanal	80
7.	Teares	80
8.	Maiores proprietários	80
9.	Apanha da azeitona	80
10.	Sociedade Vinícola Marinhense, Lda.	80

II. O Pinhal

A.	Justificação	82
B.	O seu Aparecimento - a sua Origem	82
C.	Localização, Limites, Área e Clima	83

1. Localização e limites	83
2. Área	85
3. Clima	86
D. Riqueza e Exploração do Subsolo	86
1. Água	86
2. Areias	87
3. Diorito	87
4. Ferro	87
5. Gesso	87
6. Lenhite	87
7. Pedra de Calcário (Óxido de cálcio)	88
8. Petróleo	88
9. Surraipa	88
E. As Árvores Especiais existentes no Pinhal	88
F. A Importância da Madeira do Pinhal na Construção Naval: Comércio Marítimo, Pescas, Descobertas	91
G. Actividades Industriais Marinhas Proporcionadas pelo Pinhal	92
1. Fabrico de produtos a partir das achas resinosas	92
2. Fabrico de produtos a partir da resina	93
3. Fabrico de carvão	95
4. A serragem das madeiras	97
a) Serração braçal	97
b) Engenho de serrar movido a vento	98
c) Engenhos de serrar movidos por força hídrica	99
d) Máquinas de serrar movidas a vapor	99
e) Outras serrações mecânicas	99
1904 - Sociedade de Exploração Florestal de A. R. Duboscq, Beauvais & Pelletier (conhecida por "Fábrica dos Franceses"), de Henri Dubois	100
1905 (?) - C. Dupin & C ^a	101
Joaquim Piriquito & Irmão	101
Manuel Laranjeira Guerra	101
Serração de Madeiras Marinhense, Lda.	101
Serração de Madeiras da Marinha Grande, Lda.	101
Joaquim Barosa d'Oliveira, Lda.	102
António Maria Joaquim	102
Augusto da Silva Sapateiro, Lda.	102
Serração Mecânica de Pedreanes	102

Serração Móvel	103
Pedrosas, Lda.	103
Manuel Rodrigues Grácio, Lda.	103
M. P. G. - Madeiras da Marinha Grande, Lda.	103
5. Importância do Pinhal no fornecimento de madeiras para obras públ. e construção	103
6. Outros produtos de importância na economia da Mata	104
7. Importância do Pinhal para o desenvolvimento da indústria vidreira	104
H. Benefícios concedidos à Autarquia e às populações limítrofes ao longo dos anos pelos Serviços Florestais	105
1. Lenhas e mato	105
2. Madeira	105
3. Emprego	106
4. Terrenos	106
5. Incentivo ao turismo	106
6. Outras contribuições para o desenvolvimento local	107
I. Administração e controlo da Mata	107
1. Senhores do Pinhal	107
2. Organismos de administração e regulamentos	108
3. Guardas Florestais e Casas de Guarda	109
J. Edifícios e Parques Florestais	113
1. Challet das Matas, em S. Pedro de Muel	113
2. Sede dos Serviços Florestais na Marinha Grande	113
3. O Parque do Engenho	114
4. Viveiro Florestal do Tromelgo	115
K. Os Transportes utilizados no Pinhal	116
1. Os carros puxados por bois	116
2. Os Caminhos Americanos	118
a) O Caminho das Tábuas e das Varas	118
b) O comboio Americano	119
3. Introdução do comboio a vapor: o Décauville	120
4. A introdução dos transportes motorizados	123
5. As Estradas construídas pelos Serviços Florestais dentro e fora do Pinhal	124
a) 1867 - Estrada do Engenho	124
b) 1882 - Estrada de S. Pedro de Moel	124
c) 1883 - Estrada de Vieira de Leiria	124
d) 1888 - Estrada da Estação	124
e) 1892 - Estrada da Nazaré	124

f) Estrada dos Vidreiros	125
g) Estrada do Canto do Ribeiro	125
h) Estrada das Dunas	125
i) Estrada do Tromelgo e Lagoa Cova	125
j) Estrada da Valdimeira	126
k) Estrada do Facho	126
l) Estrada das Paredes	126
m) Estrada da Formosa	126
L. Os Fogos e os meios para os combater	127
1. Pontos de Vigia	127
2. Leis de carácter preventivo contra incêndios	129
3. Meios usados para combate aos fogos	129
M. O Ciclone de 1941	130
N. Curiosidades do Pinhal	131

III. O Vidro

A. Justificação	134
B. Origem do Vidro	134
C. O que é o Vidro	135
D. Fornos	138
1. Fornos de Fusão	138
2. Fornos Auxiliares	143
3. Construção dos fornos	145
E. Manipulação do Vidro	146
1. Moldagem por sopro	147
2. Marisagem	148
3. Estiragem	151
4. Prensagem	152
5. Fabrico manual de vidraça (chapa plana)	154
6. Fabrico manual de vidraça prensada	159
7. Garrafaria, Garrafonaria e Frascaria - fabrico manual	160
8. Garrafaria, Garrafonaria e Frascaria - fabrico semi-automático	162
F. A Escolha das Peças	163
G. Os Acabamentos	163
1. Corte	163
2. Roçagem	164
3. Queimo	165

4. Rebordagem	165
5. Polimento	166
6. Ajuste de rolhas	166
7. Pontelagem	166
8. Furação	166
9. Revestimento de garrações (empalhação)	167
H A Decoração do Vidro	167
1. Foscação a Areia	168
2. Foscação a Ácido	168
3. Gravura a Areia	168
4. Gravura a Ácido	168
I Indústria do vidro em Portugal	169
1. Primórdios	169
2. Fábrica do Covo	169
3. Real Fábrica de Vidros Cristalinos de Coima	170
4. Outras fábricas não marinhenses	171
a) CRISAL de Alcobaça	171
b) Empresa Vidreira da Fontela	171
c) Fábrica de Vidros do Bombarral	172
d) Fábrica de Vidros do Cabo Mondego	172
e) Ingridhutte Kurt Wokan - Fábrica de Vidros SARL	172
f) Companhia Vidreira Nacional Lda. - COVINA	172
g) Fábrica da Vista Alegre	172
h) Fábrica de Braço de Prata - Empresa Vidreira Lisbonense	172
i) Fábrica de Garrafas de Gaia Lda.	172
j) Fábrica de Vidro da Malhada	172
k) Fábrica de Vidro de Paço de Rei	173
l) Fábrica de Vidros André Michon	173
m) Fábrica de Vidros da Amora	173
n) Fábrica de Vidros da Cava de Viriato	173
o) Fábrica de Vidros da Fonte Nova - Aveiro	173
p) Fábrica de Vidros da Póvoa de Santa Iria	173
q) Fábrica de Vidros das Gaivotas, Lda.	173
r) Fábrica de Vidros de Alcântara	174
s) Fábrica de Vidros de Biester & Filhos e Manuel Emílio	174
t) Fábrica de Vidros de Duarte Harper	174
u) Fábrica de Vidros de João José Veríssimo	174

v) Fábrica de Vidros do Gerês	174
x) Fábrica Lumiar	174
w) Sotranco	174
J. A Implantação da Indústria Vidreira na Marinha Grande	175
1. Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande	176
a) No tempo de Beare	176
b) A vinda para a Marinha Grande de Guilherme Stephens e a restauração da Real Fábrica de Vidros	176
c) João Diogo Stephens	180
d) Tomada de posse pelo Governo e a sua vida até aos nossos dias (incluindo resenha dos arrendatários e dos períodos de paralisação)	181
1 de Junho de 1827 a 31 de Março de 1847	181
1 de Junho de 1847 a 22 de Outubro de 1848	182
23 de Outubro de 1848 a 23 de Outubro de 1859	182
24 de Outubro de 1859 a 19 de Setembro de 1860	183
20 de Setembro de 1860 a 27 de Outubro de 1862	183
28 de Outubro de 1862 a 14 de Fevereiro de 1864	183
15 de Fevereiro de 1864 a 6 de Janeiro de 1894	183
7 de Janeiro de 1894 a 18 de Junho de 1895	184
19 de Junho de 1895 a 20 de Junho de 1896	184
21 de Junho de 1896 a 3 de Fevereiro de 1901	185
3 de Fevereiro de 1901 a 21 de Agosto de 1907	185
22 de Agosto de 1907 a 15 de Setembro de 1908	186
16 de Setembro de 1908 a 7 de Abril de 1919	187
12 de Abril de 1919 a 4 de Janeiro de 1928	189
5 de Janeiro de 1928 aos nossos dias	190
2. Outras fábricas marinhenses	192
a) Fábrica de Vidros de Vieira de Leiria	192
b) Fábrica de Cristal de José Ferreira Custódio	192
c) Fábrica de Vidraça da Guarda Nova	192
d) Fábrica de Vidraça do Engenho	192
e) Fábrica de Vidros “A Central” (J. Ferreira Custódio e C ^a Lda.)	192
f) Fábrica Nova	193
g) Fábrica de Vidros de Santos Barosa & C ^a Lda.	193
h) Fábrica de Vidros Ricardo dos Santos Gallo	193
i) Almeida Morais & C ^a Lda. (mais conhecida por “Fábrica dos Teimosos”)	193
j) Fábrica de Vidro de Guilherme Pereira Roldão	194

k) Fábrica de Vidraça de Mariano Pereira Henriques (mais tarde Manuel Pereira Raposo)	194
l) Dâmaso Luiz dos Santos	194
m) Fábrica de Vidros J. Morais & Cª	194
n) Oliveira, Gomes Marques & Cª Lda. (José de Oliveira)	194
o) Fábrica Marquês de Pombal (Magalhães & Cª)	195
p) Fábrica de Vidros de Monte Redondo	196
q) Fábrica de Vidros Gomes & Cª	196
r) Sociedade Vidreira Marinhense (Joaquim Ferreira Domingues)	196
s) Sociedade Vidreira Lusitana Lda. (de Emílio Galo)	197
t) Fábrica de Garrafas da Martingança Lda.	197
u) Cristal Produces, Lda. (Fábrica do Açúcar)	197
v) José Morais Matias, Filho (Fábrica Portuguesa de Vidro Neutro)	198
w) Fábrica Portuguesa de Abrasivos e Lixas	198
x) Fábrica Produtora de Cristais e Lustres	198
y) Manuel Pereira Roldão & Filhos Lda.	198
z) Carlos Pereira dos Santos Lda.	199
aa) Sociedade Produtora de Vidraça Prensada ("Fábrica das Bengalas")	199
bb) Fábrica de Francisco de Oliveira (conhecida por "Fábrica do Mona")	200
cc) FAPAE - Fábrica Portuguesa de Artigos Eléctricos SARL	200
dd) Roldão & Garcia Lda.	201
ee) Teodósio & Carvalho	201
ff) A Vidreira Artística Lda.	201
gg) Cristaleira Marinhense Lda. ("Arrebentas")	202
hh) Fábrica de Vidros Barbosa & Pereira Lda.	202
ii) Fábrica de Vidros do Pilado (de Manuel Ribeiro da Cruz)	202
jj) Fábrica de Vidros MARIVIDROS (Cooperativa de Produção de Vidros, CRL)	202
kk) FAVILDA	203
ll) Fernando Neto Ferreira	203
mm) Fábrica de Vale Maceira	203
nn) Fábrica de Vidros de Pataias	203
oo) Tosel	203
3. Transformadores	203
K. Artistas Famosos Manipuladores do Vidro	203
1. Cristaleiros marisadores	204
2. Cristaleiros estiradores	204
3. Cristaleiros prensadores	204

4. Garrafeiros	204
5. Garrafonaria	204
6. Frascaria Semiautomática	204
7. Vidraceiros	204
8. Estendedores	204
9. Decoradores	204
L. Várias notas dispersas e incompletas	205
1. Associações Operárias Vidreiras	205
a) Caixa de Socorros Pecuniários da Fábrica Nova	205
b) Caixa de Reformas dos Operários Manipuladores de Vidraça	205
c) Associação de Classe dos Operários Manipuladores de Cilindros de Vidraça da Marinha Grande	205
d) Associação de Classe dos Operários Manipuladores de Cristal da Marinha Grande	205
2. Organismos Empresariais Vidreiros	205
a) Grémio Nacional da Indústria Vidreira	205
b) Sociedade Distribuidora de Chaminés	205
c) Fundo Industrial Vidreiro de Assistência Social (FIVAS)	205
d) Entrepósito Vidreiro	205
3. Encontros Internacionais Sobre Vidro	206
a) XVII Congresso Internacional das Federações Europeias do Vidro	206
b) I Encontro Luso-Francês do Vidro	206
4. Museu do Vidro	206
5. Evolução da Indústria Vidreira na Marinha Grande	206
a) Apreciações Críticas à Indústria Vidreira	206
b) Evolução da Indústria Vidreira na Marinha Grande	207

IV. Notas Dispersas Sobre Outras Indústrias

A. Fábrica de ferro ou fundição de Pedreanes	210
B. Fábricas actuais	210
1. Recauchutagem de pneus	210
2. Fábrica de decalcomanias José Rolando Gomes da Silva, Lda - ROLAN-DECAL	211
3. Fábrica de Rádios Calazans	211
4. Panificadora Central da Marinha Grande	211
5. Cerâmica Serra, Lda	212
6. FRUTEMBAL - Produção e Exportação de Embalagens	212
C. Notas soltas sobre vários estabelecimentos e actividades	213

V. Associativismo e Desporto

A. Nota Prévia	216
B. A autarquia marinhense, o desporto e a cultura	216
C. Colectividades de recreio, cultura e desporto	217
1. Sociedade de Instrução e Recreio (extinta)	217
2. Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio	217
3. Sociedade União de Albergaria	218
4. Sport Operário Marinhense	219
5. Sport Império Marinhense	220
6. Clube Marinhense	222
7. Sociedade Desportiva e Recreativa Garcense	222
8. Sociedade de Beneficência e Recreio 1º de Janeiro	223
9. Sporting Clube Marinhense	224
10. Clube Desportivo de Casal Galego	226
11. Sociedade Desportiva e Recreativa do Pilado e Escoura	227
12. Clube Desportivo e Recreativo da Amieira	227
13. Sociedade Desportiva e Cultural das Trutas	228
14. Sociedade Instrutiva e Recreativa 1º de Dezembro	228
15. Associação Cultural e Recreativa da Comeira	229
16. Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras	230
17. Clube Recreativo Amieirinhense	321
18. Grupo Desportivo, Cultural e Recreativo de Casal dos Ossos	232
19. Conselho das Colectividades	232
D. Associações de carácter essencialmente desportivo	232
1. Atlético Clube Marinhense	232
2. Sport Lisboa e Marinha	235
3. Grupo Desportivo “Os Vidreiros”	236
4. Clube dos Caçadores do Concelho da Marinha Grande	237
5. Sociedade Columbófila da Ordem	238
6. Clube dos Amadores de Pesca Desportiva da Marinha Grande	238
7. Estrela do Mar Futebol Clube	239
8. Clube Desportivo da Garcia	240
9. Sociedade Columbófila Marinhense	241
10. Futebol Clube “Os Belenenses”	241
11. Clube Automóvel da Marinha Grande	242
12. Escola de Judo Estrela Marinhense	242

13. União Desportiva Piladense	243
14. Desportivo Náutico da Marinha Grande	244
15. Núcleo de Xadrez da Marinha Grande	244
16. Clube de Ténis da Marinha Grande	245
E. Outros elementos sobre desporto na Marinha Grande	245
1. Boxe	245
2. Hipismo	245
3. Tiro aos pratos	245
4. Festival de ginástica da Marinha Grande	246
5. Festival de ginástica soviética	246
6. Campeonato de Futebol Popular do Oeste	246
7. Centro Karate-Do da Marinha Grande	246
8. Provas de Ciclismo	246
9. Ténis	247
F. Outras Associações	247
1. Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande	247
2. Associação de Dadores Benévolos de Sangue do Concelho da Marinha Grande	249
3. Clube de Campismo da Marinha Grande	249
4. ASURPI - Associação Sindical União dos Reformados, Pensionistas e Idosos	250
5. Associação Portugal-URSS (extinta)	250
6. Liga dos Combatentes da Grande Guerra	250

VI. Cultura

A. Esboço histórico	252
B. Literatura	253
C. Artes Plásticas	253
D. Música	253
1. Serenata Marinhense	253
2. Bandas Filarmónicas	254
a) Banda da Fábrica Nova	254
b) Banda dos Bombeiros Voluntários	254
c) Rivalidade entre bandas	255
d) Banda da Fábrica Marquês de Pombal	255
e) Filarmónica Recreativa Amieirinhense	256
3. Tunas e Sextetos	257
a) Tuna Marquês de Pombal	257
b) Tuna Musical 24 de Julho	257

4. Orquestras Jazz	258
a) Conjunto Correia Moita	258
b) Troupe Jazz Os Pinantes	258
c) Troupe Jazz Os Fixes	259
d) Troupe Jazz Os Verdes	259
e) Conjunto Os Charutos	259
f) Jazz Azul	259
g) Conjunto Vera Cruz	259
h) Conjunto Cristal	260
i) Grupo Kristalinos	260
5. Outros	260
E. Folclore	261
1. Rancho Pró-Pátria	261
2. Grupo de Danças e Cantares “Júlia da Silva”	262
3. Grupo de Danças e Cantares da Quinta dos Moleirinhos	262
4. Grupo Infantil do Bairro de Santa Isabel	262
5. Rancho Infantil “Os Corações”	262
6. Rancho Popular “As Papoilas”	262
7. Rancho Folclórico Etnográfico Infantil das Figueiras	263
8. Rancho Infantil “Os Pequenininos de Picassinos”	263
F. Teatro	264
1. Do princípio do século à reconstrução do Teatro Stephens (1941)	264
2. Depois da reconstrução do Teatro Stephens	266
3. Teatro nas colectividades	268
a) Sport Império Marinhense	268
b) Sporting Clube Marinhense	269
c) Sociedade de Beneficência e Recreio 1º de Janeiro	269
d) Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio	270
e) Associação Cultural e Recreativa da Comeira	270
f) Sport Operário Marinhense	270
g) Sociedade Desportiva e Recreativa Garcense	270
G. Cinema	271
H. Festas, divertimentos e romarias	271
I. Coleccionismo	273

VII. Religião

A. Igreja Católica Apostólica Romana	276
--	-----

1. Igreja Matriz	276
2. Capela de S. Pedro de Moel	279
3. Capela da Garcia	280
4. Capela do Cemitério (do Senhor Jesus dos Aflitos)	281
5. Capela da Amieira	282
6. Capela do Pilado	282
7. Capela do Engenho	283
8. Capela de Picassinos	283
9. Irmãzinhas de Jesus	284
10. Padres católicos nascidos na Marinha Grande	284
a) Cónego Dr. Alexandre José de Oliveira	284
b) Padre Augusto de Oliveira Vasconcelos Hasse	284
c) Padre Carlos dos Santos	284
11. Padres católicos que se sabe terem servido na Freguesia da Marinha Grande	284
B. Igreja Protestante	288
C. Igreja Nova Apostólica	289
D. Assembleia de Deus	289
E. Testemunhas de Jeová	289

VIII. Meios de Comunicação Social

A. Imprensa escrita	292
1. Autonomia	292
2. A Restauração	292
3. O Marinhense	293
4. O Regional	293
5. A Foz do Liz	294
6. A Luz	294
7. A Marinha Grande	294
8. Amanhecer	295
9. O Imparcial	295
10. A Marinha Grande	295
11. A Voz do Oeste	296
12. Notícias da Marinha Grande	296
13. Correio da Marinha Grande	297
14. A Voz da Marinha Grande	297
15. Jornal da Marinha Grande	298
16. O Correio	299

17. O Búzio de Moel	300
18. Ecos de Cristal	300
19. Catedral Verde e Sussurrante	301
20. Boletim Municipal	301
B. Rádio	302
1. Rádio Clube Marinhense	302
2. A Grafonola Ideal. Emissora Regional CRL.....	302

IX. Equipamentos e Serviços

A. Transportes e comunicações	306
1. Farol de S. Pedro de Muel	306
2. Linha férrea do Oeste	306
3. Infra-estruturas viárias	308
a) Estrada Marinha Grande - Leiria	308
b) Outras Estradas	308
c) Instalação de semáforos na Marinha Grande	308
4. Transporte rodoviário de tracção animal	308
5. A Bicicleta	309
6. Transporte rodoviário motorizado	309
7. Serviço Postal e Telecomunicações	311
B. Educação e ensino	312
1. Escola Industrial	313
2. Externato Afonso Lopes Vieira	313
3. A Biblioteca Municipal	314
4. Creche Pereira Crespo	314
C. Saúde e assistência	315
1. Sezões e Epidemias	315
2. Médicos	315
3. Parteira	315
4. Posto da Cruz Vermelha	315
5. Centro de Saúde	315
6. Dispensário Anti-tuberculoso	316
7. Hospital	316
8. Património dos Pobres	316
9. Enfermaria Abrigo	316
10. Jardim Infantil Santa Teresinha do Menino Jesus (antiga Casa do Doente).....	316

D. Outros equipamentos e serviços	316
1. Edifício da Câmara Municipal	316
2. Matadouro Municipal	317
3. Fontes públicas	317
4. Iluminação da vila	317
5. Sentinas públicas	317
6. Jardim Municipal do Passal	317
7. Parque Heróis do Ultramar	317
8. Cemitérios da Marinha Grande	317
9. Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial	318
10. Forças da ordem pública - GNR e PSP	319
11. Hotéis da Marinha Grande	319
12. A feira anual de Abril	320
13. O Teatro Central	320
14. Piscina Municipal da Marinha Grande	320
15. Campos de Ténis	320
16. Praça de Touros	320

X. Biografias

A. Figuras não locais	322
1. Rei D. Dinis	322
2. Marquês de Pombal	322
B. Figuras ligadas ao Pinhal	323
1. Frederico Luiz Guilherme de Warnhagen	323
2. Bernardino José Gomes	324
3. Bernardino Barros Gomes	324
4. Eng.º António Arala Pinto	325
5. Eng.º Acácio António de Almeida Amaral	326
C. Figuras ligadas à indústria vidreira	327
1. Guilherme Stephens	327
2. João Diogo Stephens	329
3. Doutor Eng.º Acácio de Calazans Duarte	330
4. António Augusto Dias de Freitas (conde de Azarujinha)	330
5. José Ferreira Custódio	330
6. António José de Magalhães Júnior	330
7. Joaquim de Oliveira	331

8. Acácio das Neves Morais Matias	331
9. João da Silva Reis	332
10. Joaquim Duarte de Carvalho	334
11. Justino Marques de Magalhães	334
12. Aires Roque	335
13. Família Alves (fornalistas e fabricantes de refractários)	335
14. Família Sousa ("Avós")	336
D. Figuras ligadas à actividade cívica ou associativa	336
1. Joaquim Carvalho d'Oliveira	336
2. Álvaro dos Santos Barros	337
3. João Órfão Soares	337
4. António Baptista	337
E. Médicos	338
1. Dr. Pedro António Fragoso Viana	338
2. Dr. Manuel Francisco Alves	338
3. Professor Doutor Virgílio Custódio Morais	339
4. Dr. Aníbal Couceiro Guedes Coelho	339
F. Figuras ligadas à arte e à literatura	339
1. João Pereira Correia	339
2. Professor Alberto Nery Capucho	340
3. António Maria de Campos Júnior	431
4. Dr. Joaquim Alves Crespo	341
5. José Duarte de Carvalho ("Cirilo")	341
6. Afonso Lopes Vieira	341
7. António Gomes do Céu	341
8. José Ferreira da Silva (Zézinho dos Óculos)	344
9. Augusto Dinis de Sousa	346
10. Manuel Pereira da Costa	347
11. José Ricardo Pereira Galo	347
12. Paulino Franco Ferreira (Paulinho)	348
13. Luís Filipe Gonçalves Cardona	348
14. António d'Almeida	348
G. Figuras ligadas à imprensa e aos estudos locais	349
1. Joaquim Barosa	349
2. José Martins Pereira da Silva	351
H. Figuras ligadas à actividade política ou militar	351
1. Ernesto Afonso de Barros, visconde da Marinha Grande	351

2. José Ferreira Custódio Júnior	352
3. Gervásio da Silva Neto	352
4. Brigadeiro Álvaro Mário Couceiro Neto	352
5. Mário Galo	353
6. Víctor Manuel Amaro Santos Gallo	353
7. Manuel de Sousa Baridó	353
I. Figuras ligadas ao desporto	354
1. Manuel Lorangeira Guerra	354
2. Álvaro dos Santos ("Falinhas")	354
3. José Gaspar Pedroso Júnior	355
4. Faustino Pereira	355
5. Victorino Coelho	355
6. António Lourenço Ferreira	356
7. Joaquim Marques de Sousa Nobre	356
8. António Marrazes Júnior	357
9. António Vieira Rodrigues Ascenso	357
10. Júlio Braga Barros	357
11. Álvaro Alves Marrazes	358
12. Professor João José de Melo Vieira	358
13. Eng.º António Fernandes dos Santos	358
14. Orlando Fernandes da Luz Gonçalves	359
J. Outros	359
1. Maria da Conceição Amaro Alves	359
2. Aníbal Henriques Abrantes	359
Notas da Organizadora	361
Sumário das Figuras	391
Fontes e Bibliografia citadas na Introdução e Notas	396

Prefácio

Víctor Hugo Beltrão

I

É na dupla qualidade de marinhense e de amigo do autor que aceitei o honroso convite dos seus familiares para escrever uma introdução à história do livro: “CIDADE DA MARINHA GRANDE - SUBSÍDIOS PARA A SUA HISTÓRIA”.

Para além do “Couseiro - Memórias do Bispado de Leiria”, que era o repositório mais completo da história da diocese criada em 1545 e editado pela primeira vez em 1 de Janeiro de 1868 e de artigos dispersos pelas revistas da especialidade e de jornais da região, o livro “Memórias da Marinha Grande” editado em 1911/12, da autoria de Joaquim Barosa, operário vidreiro (oficial de cristal) constituía a obra de referência para qualquer estudo sobre o nosso Concelho, documento de grande mérito para a época em que foi redigido.

Curiosamente, o concelho da Marinha Grande que já contava ilustres professores catedráticos, licenciados, grandes jornalistas e escritores entre os seus filhos vai, uma vez mais, assistir ao interesse do filho de um vidreiro - nos inícios dos anos 80 - em escrever a história actualizada da sua terra: João Rosa Azambuja.

Filho de Joaquina Rosa Ferreira e de José Azambuja, oficial de vidraça, nasceu na Marinha Grande a 20 de Dezembro de 1921.

Como a maior parte da juventude do seu tempo, fez a escolaridade primária e aos treze anos começou a trabalhar no armazém da CIP - Companhia Industrial Portuguesa (actual Ivima) tendo terminado o Curso Geral da Escola Industrial, estudando à noite.

Infelizmente, este curso, de grande importância na formação técnica e intelectual de grande número de jovens trabalhadores, acabou por falta de frequência!

Mercê das suas qualidades de trabalho e inteligência são-lhe conferidas funções de Direcção, primeiro interinamente e mais tarde definitivamente. Toda a sua vida profissional a desempenhou na Ivima tendo-se reformado em 1981 como Director Geral.

Também ao desporto e actividade associativa dedicou o seu entusiasmo e saber tendo sido Presidente das Direcções da Associação de Futebol de Leiria, Atlético Clube Marinhense, Clube Marinhense, tendo sido também Director do Sport Operário Marinhense.

Praticou futebol, xadrez e ténis de mesa, modalidade em que foi campeão nacional individual em 1951, nas provas realizadas pela FNAT.

Recordo a mesa do café onde, diariamente, disputava “renhidas” partidas de dama e xadrez com dois ou três parceiros habituais. Também esta tradição se perdeu. Numa atitude simpática, os proprietários do café ofereceram à D. Sara Azambuja o tabuleiro utilizado pelo marido, como recordação.

Após o 25 de Abril, entre outras funções que desempenhou, fez parte da Comissão Municipal de Toponímia, lutando contra injustiças de índole histórica, quer na atribuição de nomes quer na sua substituição, pois as investigações que já realizara davam-lhe um conhecimento mais completo das personalidades marinhenses que se pretendia homenagear.

Faleceu em 14 de Janeiro de 1994, não tendo podido realizar o sonho de editar o livro a que dedicara os últimos anos da sua vida.

II

Apresentado o autor, vejamos agora a obra.

Não vamos fazer a análise estrutural do livro “Cidade da Marinha Grande - Subsídios para a sua História”, mas fazer a sua história, a história do livro, como surgiu no espírito do autor a intenção de o escrever e situá-lo perante a bibliografia, embora sumariamente, da época. Isto porque nos nossos dias e felizmente, inúmeras obras foram publicadas sobre a cidade, os lugares do concelho, livros comemorando o centenário de várias fábricas e a biografia de escritores e filhos ilustres do concelho e mesmo romances de cariz histórico-biográfico.

Quando João Azambuja começou a recolher as suas notas, a fonte por excelência para a história da Marinha Grande era a obra de Joaquim Barosa, a que já fizemos referência.

26

Mas porquê ou como surgiu este interesse? Pensamos não falsear a verdade ao afirmar que na génese deste entusiasmo esteve um outro marinhense “emigrado em Lisboa”, também ele um homem da indústria vidreira, o Sr. Manuel Direito Custódio de Moraes. Foi ele que, com o seu entusiasmo e consultas que efectuou na Biblioteca Nacional e na Hemeroteca da Câmara Municipal de Lisboa fotocopiando documentos e publicações sobre a indústria do vidro, que terá despoletado o entusiasmo latente, porque talvez adormecido, do muito próximo reformado João Azambuja.

A sua ideia era fazer a história da indústria vidreira na Marinha Grande e de todas as fábricas que teriam dado origem e contribuído para o desenvolvimento e prestígio do concelho, da “Manchester Portuguesa”.

Depois de conversas informais em S. Pedro de Moel e alguns fins de semana à mesa do café, saboreando uma bica - que pena que estas instituições estejam em vias de extinção,

impedindo a reunião de tertúlias de amigos que proporcionavam conversas, troca de impressões sobre os temas mais díspares - João Azambuja abraçou de alma e coração a ideia.

O autor iniciou então os seus trabalhos de investigação, de busca de fontes documentais sobre a indústria do vidro, onde trabalhara toda a vida, pedindo a colaboração de muitos amigos e de todos os interessados pois reconhecia que sem o seu apoio não podia levar a bom termo o seu desiderato. Vamos citar alguns desses nomes, pelo facto de terem sido publicados no “Jornal da Marinha Grande” sabendo que muitos outros amigos colaboraram com o autor na medida das suas possibilidades: Dr. Artur Neto de Barros, Fernando Sousa Lopes, Prof. Francisco R. Veríssimo, Guilherme Correia, José Gomes Vargas, José Martins Saraiva, José Rolando Gomes da Silva, Manuel Custódio Moraes, Rui Pedro Saraiva de Sousa, Tomas de Oliveira Roldão e Vítor Hugo Beltrão.

Como sempre acontece em trabalhos de investigação seja sobre que domínio for, quanto mais se descobre maior é o conhecimento sobre aquilo que se desconhece. E se inicialmente a ideia era escrever sobre a história do vidro na Marinha Grande, vamos chamar-lhe “o Ciclo do Vidro”, desde a sua fundação - John Beare, Stephens - até aos nossos dias, procurando registar todas as fábricas que, com maior ou menor longevidade, aqui laboraram, cedo surgiu a interrogação: E porque não ir mais longe? O que dera origem à primeira fábrica? Certamente a matéria-prima: a lenha para a combustão dos fornos a fornecer por essa fonte, nessa época (sec. XVIII) fundamental, que era o Pinhal do Rei, as argilas para os fornos e as areias para a composição do vidro que existiam na região e eram de boa qualidade.

Assim surgiu o Ciclo do Pinhal com o capítulo: “O Pinhal do Rei” que, apesar das obras que posteriormente foram sendo escritas e contribuindo para o enriquecimento histórico cultural do nosso concelho, não são, ainda hoje, tão completas como este trabalho de João Azambuja, pois abarca a fundação da “catedral verde e sussurrante”, como o poeta lhe chamou, das figuras mais importantes que ao longo dos séculos contribuiriam para o prestígio e importância que vai permitir, talvez caso ímpar, o nascimento de uma cidade e de um concelho à sombra de uma mancha florestal. Mas nas páginas deste ciclo vai ser também narrada a história dos lugares, dos meios de transporte, dos ofícios, das vias de comunicação, dos pontos de vigia e de outras curiosidades que irão deliciar o leitor.

Compreende-se facilmente assim o problema que paulatinamente ia surgindo ao autor: A obra que começara por ser a História da indústria vidreira do nosso concelho, vai alargar-se para outros temas, certamente por influência dos documentos a que ia tendo acesso, as obras que ia consultando, as informações orais que foram importantes nas suas investigações e por certo a influência de muitos amigos, a que recorria.

O número de páginas ia aumentando e as dificuldades da sua edição sem apoios camarários ou de mecenas tornavam-se, se não impossíveis, pelo menos muito delicadas. O título da obra teve também uma “gestação” prolongada e dolorosa, acabando por ter sido decidido pelo autor: “Cidade da Marinha Grande - Subsídios para a sua história”.

Assim os primeiros capítulos passaram a descrever a origem e a evolução do lugar da Marinha Grande, o Ciclo do Pinhal e a formação do concelho. Este capítulo, igualmente

importante, não explica o “mistério” da criação do concelho em 1836 e a sua eliminação em 1838, para ter sido definitivamente restaurado em 1917. A explicação deste “mistério” foi feita numa brilhante palestra em Outubro de 1997 pela jovem investigadora marinhense Dr.ª Emília Margarida Marques, situando a “novela” da criação, eliminação e restauração do concelho no contexto histórico-político da época. Como normalmente acontece, os “mistérios” e os “milagres” da história são fruto do nosso desconhecimento, da nossa ignorância.

O decreto de 6 de Novembro de 1836 de Passos Manuel criando apenas 351 administrações concelhias, por oposição à Reforma de 1832 de Mouzinho da Silveira que criara 796, por isso dizemos, apenas, tem, na verdade, um carácter provisório, como escreveu a Dr.ª Margarida Marques “é uma espécie de consulta pública” que certamente hoje teria a designação de “referendo”, com votação pública.

O que naturalmente passou despercebido “convenientemente” às populações dos novos concelhos foi o artigo 4º do decreto que refere o carácter provisório do mesmo, e citamos: “as povoações que se julgarem indevidamente colocadas na presente organização (administrativa) remeterão as suas representações ao administrador geral (do distrito)...”.

Falta determinar agora quem foi ou quais foram as forças de oposição que reclamaram contra a criação do novo concelho. Forças certamente poderosas e bem colocadas nos centros de decisão política da realeza, tendo em atenção as figuras “marinhenses” de Warnhagem e certamente o Conde de Farrobo, arrendatário da Real Fábrica, figuras de grande prestígio político.

Estamos certos que uma investigação atenta e cuidada nos arquivos dos Ministérios, na Biblioteca Nacional ou no Arquivo Distrital de Leiria poderá solucionar este “mistério”.

III

A originalidade desta obra continua no ciclo das colectividades que também constitui uma característica cultural do nosso concelho, de grande importância para o desenvolvimento dos lugares e das suas populações, no ciclo da Comunicação Social onde seria referida a história de todos os jornais, revistas e rádios, no ciclo dos ilustres marinhenses onde seria feita a biografia de todas as personalidades que dentro ou fora, nascidas ou que aqui viveram prestigiaram o concelho da Marinha Grande, desde os fundadores e administradores das fábricas de vidros, de cerâmica, das serrações de plásticos, dos moldes, etc., dos funcionários superiores da Circunscrição Florestal, a escritores e poetas, médicos, professores universitários, liceais, das escolas comercial, industrial e primárias, árbitros e muitas outras figuras que deram a conhecer o nome do concelho aquém e além fronteiras, como vidreiros, pintores, artistas de arte cénica, cantores, etc., etc..

Uma chamada de atenção para o leitor mais desprevenido: se já tiver lido alguma das biografias ou textos que vai encontrar nesta obra, em revistas ou jornais, não se admire, pois o autor nunca recusou os seus apontamentos quando solicitados, mas infelizmente nem sempre houve o cuidado de referenciar a sua origem.

O autor, no amor pela sua terra, sentia mais prazer em vê-la divulgada em Jornais e revistas, do que ver o seu nome nos artigos.

A obra continuaria com o ciclo dos moldes, o ciclo do plástico, o ciclo do teatro, o ciclo das artes plásticas, da música, da literatura...

Havia certamente muitos mais temas ou ciclos a estudar e divulgar mas, como em todos os trabalhos históricos, seria colocado um ponto final, que não seria de fim, porque em História não há finais, apenas pausas. Não se trata de um lugar comum, visto que qualquer obra histórica será sempre inacabada e omissa pois a história é uma ciência diferente das outras.

Infelizmente, a doença impediu o autor de colocar o ponto final na sua obra, mas colocou-o na sua vida, deixando em todos os seus amigos uma grande dor e profunda saudade.

IV

O trabalho de investigação histórica tem de ser feito com entusiasmo, imparcialidade, objectividade e muito amor.

João Rosa Azambuja, sem formação académica, dá-nos uma lição de amor à sua terra, não pelas loas fáceis, mas pela preocupação da busca da verdade, de perquirir até à exaustão, para relatar os factos com objectividade e rigor histórico. Esta é a lição que se infere da obra: A Marinha Grande tem história, porque tem alma. A força da sua alma advém-lhe da força do trabalho, da força das suas populações que ao longo dos séculos construíram uma cidade, um concelho à sombra de uma “Catedral verde e sussurrante”. Foram esses homens humildes ou importantes, ricos ou pobres, que a serrar as tábuas que foram nas caravelas à Índia, que à boca do forno moldaram obras primas, que travaram a mais dura das batalhas, a batalha do trabalho e realizaram a mais importante das revoluções, a revolução dos espíritos indomáveis, a revolução do progresso. A obra tem justamente um inegável interesse de representar, ou melhor, tentar representar a expressão completa e multiforme do concelho da Marinha grande, em todos os seus aspectos laborais, sociais, culturais e humanos.

Esta tentativa corresponde em primeiro lugar a situar o campo de visão do autor e a determinar as linhas que lhe permitem por um lado ordenar a sua própria experiência do concelho marinhense e por outro lado apresentar aos seus leitores uma série de considerações que eles possam considerar válidas e importantes.

Em segundo lugar importa sublinhar as suas concepções historiográficas e compará-las com o que até agora foi escrito.

A “Cidade da Marinha Grande - Subsídios para a Sua História” torna-se um instrumento de trabalho para quem quer que precise de conhecer e queira aprofundar a história do concelho da Marinha Grande. Não se deve porém esquecer que o autor não tinha formação historiográfica, mas um grande amor pela sua terra, pelo que o interesse maior por esta

obra consiste no facto de ela ser um documento típico, muito rico e extraordinariamente variado da cultura marinhense.

A terminar, não podíamos deixar de louvar a iniciativa da autarquia marinhense ao editar esta obra integrada nas comemorações dos 250 anos da indústria do Vidro que vem enriquecer o património histórico-cultural do nosso concelho.

À Dr.^a Emília Margarida Marques os agradecimentos de um marinhense pelo entusiasmo e competência profissional que, mais uma vez, revelou na fixação e organização final dos textos, obra ciclópica perante as diferentes versões do espólio que o autor, na preocupação de conseguir a perfeição, deixou disperso por inúmeras caixas e pastas.

Finalmente, uma palavra de gratidão à família do autor, que desinteressadamente autorizou a edição da obra e ao convite que nos foi dirigido para escrever este comentário à história do livro.

A Marinha Grande acaba de prestar uma justa homenagem a um dos seus filhos e querido amigo, João Rosa Azambuja.

Terminamos citando Jaques Le Goff: "Este livro inacabado é um acto completo de história".

Marinha Grande, Setembro de 1998

Introdução

Emília Margarida Marques*

I

Eis que se publica um volume de assinalável importância para quantos se interessam pelos temas marinhenses.

Repousa tal importância sobre duas ordens de razões: João Rosa Azambuja dá-nos, por um lado, um extenso e muito útil repositório de dados sobre a Marinha Grande; por outro lado, o que não é menos importante, o seu texto contém a perspectiva de um marinhense da segunda metade deste século (o autor nasce em 1921), bem integrado no seu tempo, profissional e socialmente activo, a respeito do passado e da especificidade locais. Tenha-se presente que o grosso dos dados é recolhido e tratado pelo autor por meados dos anos 1980, sobretudo (levando em conta alguns trechos datados) em 1984, 85 e 86.

Se, graças ao primeiro aspecto, terão vantagem em consultar este livro todos os que procuram indicações a respeito do presente ou do passado recente da Mata Nacional, da indústria vidreira, do associativismo ou da actividade cultural (cito apenas exemplos) essa consulta não será menos frutuosa para quem, na área das ciências sociais, tomar como objecto de estudo os processos sociais de construção de identidade local baseados na elaboração do passado.

II

De há muito se compreendeu, com efeito, a importância de tais processos. No interior de cada grupo humano, e independentemente da sua dimensão e abrangência, a construção da memória social é um trabalho incessante e indispensável. Conforme ensinou, em primeiro lugar, Maurice Halbwachs (1925, 1950 - ed. póstuma), a partilha de memórias entre os indivíduos membros de um grupo (seja este uma família, um círculo de amigos, o conjunto dos naturais de uma localidade ou qualquer outro) é factor estruturante da sua pertença social. Nesta medida, ser marinhense, por exemplo, é (entre outras coisas) ser herdeiro de determinadas memórias, de determinado passado. Em correspondência, o desenho, a versão, que se faz do passado comum adquire a maior importância para a definição presente do grupo. E à medida que esta definição se vai alterando, por força do correr da história, assim se procede a reajustes sobre as narrativas do passado. A labilidade destas é, então, uma das suas características mais importantes, observada por múltiplos autores nos mais variados contextos e perspectivas (Hobsbawm & Ranger, eds., 1983, Namer 1987, Rappaport 1990, Herzfeld 1991, Fentress & Wickham 1992, Burke 1992, entre muitos).

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa). Bolseira de Doutoramento Praxis XXI.

A ter em conta, no caso das sociedades ocidentais contemporâneas, é o facto de estes processos terem deixado de se basear somente em memórias orais, mas tomarem como matéria-prima igualmente fontes primárias escritas, conservadas e consultadas aqui e ali, por vezes ao sabor do acaso, assim como propostas da historiografia académica, ou suas vulgatas, que o sistema escolar, os *media* e outras instâncias de divulgação científica vão espalhando e que os grupos locais sabem utilizar da melhor forma nas suas construções identitárias do passado.

Torna-se aliás muito interessante observar como o conhecimento e a consulta de fontes primárias escritas não obstam à plasticidade destas construções. Apenas um exemplo marinhense: o facto de os documentos disponíveis mostrarem que foi João Diogo Stephens, e não Guilherme, a deixar à Nação a Real Fábrica não impede que em 1917-18, por ocasião de grandes pressões públicas no sentido de uma semi-autogestão da mesma, os enunciados presentes na imprensa local sobre o testamento (então considerado como a fonte da autoridade vidreira sobre aquela unidade fabril), ignorem a figura de João Diogo, implícita ou explicitamente atribuindo o legado a Guilherme. Trata-se, na ocasião, de arrolar os mais fortes argumentos - e sendo Guilherme Stephens tido como o fundador, apenas a sua doação tem verdadeira legitimidade (Marques, 1995a: 45). Ou seja: independentemente da letra dos documentos, as versões locais do passado são susceptíveis de adequação às circunstâncias e objectivos do presente. (Para fontes, pormenores e discussão sobre as elaborações marinhenses do passado local, ver ainda, além do texto citado, Marques, 1995b.)

Deste modo, registo oral e registo escrito confundem-se em tais processos. No caso marinhense, por exemplo, observamos como as *Memórias da Marinha Grande*, de Joaquim Barosa (1993 [1912]), fixam por escrito um conjunto de ideias que na altura circulavam no seu meio (tal como fixam observações que realizou directamente de acontecimentos coevos), cruzando-as com as indicações recolhidas pelo autor nos textos de cariz mais ou menos historiográfico que consultou. Ora, se as fontes escritas de Barosa fixavam já, por sua vez, alguns elementos recolhidos na tradição oral - veja-se, para dar um só exemplo, o episódio do copo inquebrável contado por Aranha (1871: 163-65) que foi uma dessas fontes -, não é menos verdade que a leitura das *Memórias* tem ela própria vindo a alimentar, ao longo das últimas décadas, muitas elaborações orais (assim como escritas) sobre o passado marinhense. Observa-se, então, uma forte intertextualidade entre ambos os registos.

Enfim, se as fontes, em contexto local, tanto são orais como escritas, o mesmo se dirá dos suportes disponíveis para acolher os enunciados sobre o passado. Também estes são muitas vezes escritos, com relevo para a imprensa local e regional e, sobretudo, para as monografias locais.

III

É justamente perante uma monografia local que nos encontramos: descrição e narração de uma localidade e suas vicissitudes ao longo do tempo, elaborada por um autóctone cuja profissão não é a escrita da História ou de outras ciências sociais e cuja intenção é sobretudo construir uma apresentação, um inventário da localidade - nas suas origens, percurso e características - capaz de responder eficazmente a procuras locais.

Neste ponto, imediatamente acode ao espírito o já citado texto de Joaquim Barosa

(que aliás, falecido em 1940, foi ainda contemporâneo do autor do presente volume): muitos pontos de contacto se encontram entre a sua diligência e aquela empreendida, sete décadas passadas, por João Azambuja. Em ambos os casos se trata de monografias locais, qualquer delas rica de informações, tanto sobre o passado como a respeito da época em que são escritas; ambos os autores se encontram profissionalmente ligados à indústria do vidro, transparecendo essa ligação em vários pontos dos respectivos textos; finalmente, Barosa serviu de inspiração a Azambuja, conforme este explicita na entrada do seu livro.

Mas há igualmente diferenças entre os dois textos.

Barosa trabalha solitariamente (ainda que alguma bibliografia que utiliza lhe tenha certamente sido referenciada e cedida por outros), ao passo que o trabalho agora publicado começou por ser empresa de uma equipa, conforme descreve no Prefácio um dos participantes, Dr. Víctor Hugo Beltrão. Enquanto Barosa, a fazer fé em Sousa Larcher, que o prefacia, coligiu as suas notas ao sabor das fontes que lhe surgiam e sem intenção de as ver editadas, o objectivo de Azambuja foi desde início a construção de um texto uno e estruturado, abrangente nos conteúdos e destinado à publicação.

Esta preocupação de abrangência, de tudo abarcar no seu livro, é bem patente nos manuscritos e notas deixados pelo autor, mormente nas sucessivas versões de sumário que foi elaborando - as quais mostram como não se limitou a coleccionar curiosidades, antes procurou entender os fenómenos que observava. A noção de totalidade, de relação estreita entre as múltiplas facetas do real, torna-se-lhe cada vez mais importante. Foi aliás de grande interesse, ao longo do trabalho de organização e fixação do texto, observar a aventura intelectual de quem, não tendo conhecimentos nem de método nem de teoria da História - mas tendo, em contrapartida, apreendido já o peso de alguns importantes factores (como o desenvolvimento da actividade silvícola ou industrial) sobre o conjunto dos fenómenos marinhenses - ao abordar temas seguintes (o associativismo ou a actividade cultural, por exemplo) não se limitou a enunciar informações recolhidas mas procurou apresentar, como se vê nas introduções aos respectivos capítulos, esboços de síntese e interpretação convocando dados que anteriormente construía sobre outros assuntos.

Como se esperaria, porém, o conteúdo de tais esboços remete-nos de novo para o traço maior deste texto: as interpretações propostas pelo autor muito ficam a dever à sua condição de autóctone, nem sempre conferindo com o estado actual dos conhecimentos sobre o contexto marinhense a nível da historiografia académica.

IV

a) A presença nos manuscritos de tantos sinais da condição marinhense do autor colocou não poucos problemas ao trabalho de organização e fixação do texto.

Por um lado, considerou-se da maior utilidade manter esses traços, tanto por fidelidade à perspectiva do autor como pela riqueza dos mesmos para o estudo das concepções marinhenses do passado local. Por outro lado, e sem contradição, respeitar os objectivos do autor (que decerto pretendia para a sua obra o maior rigor de conteúdos) implicava eliminar alguns desses pontos.

Optou-se, então, pelos procedimentos seguintes: retirar do texto apenas as formulações de todo não autorizadas pelo estado actual dos conhecimentos, assinalando-as contudo

em nota, no final do volume; assinalar e comentar também, pelo mesmo processo, as formulações não suficientemente apoiadas pela documentação disponível e que se mantêm objecto de polémica ou de dúvida; assinalar ainda, quando possível, as principais fontes utilizadas (muitas vezes não indicadas) pelo autor.

b) Tomada esta opção, houve em seguida que remover um mais vasto conjunto de dificuldades, resultantes do facto de se estar em presença de uma obra inacabada.

De facto, o autor deixou alguns pequenos volumes de páginas manuscritas, fotocopiadas e fixadas com agrafos - que se tomaram, portanto, como versões mais acabadas - relativas aos capítulos Vidro, Pinhal e Cultura. Porém, trata-se apenas de parte de cada um destes capítulos: no caso do Vidro, apenas os aspectos técnicos, faltando todas as páginas respeitantes à história desta indústria e às diversas fábricas; no caso do Pinhal, verifica-se a ausência de vários pontos, mencionados nos sumários redigidos pelo autor e alguns dos quais, inclusive, até já publicados (Azambuja, 1992); no caso da Cultura, faltavam muitas indicações sobre música, teatro e colectividades, dispersas pelos outros manuscritos.

Tornou-se então evidente a necessidade de compulsar, além das versões aparentemente finais, todas as outras redigidas pelo autor.

Processadas em suporte informático as primeiras (que são apenas uma reduzida parte do total de manuscritos) procedeu-se à leitura de todas as restantes, verificando a par e passo, com a ajuda dos mecanismos de processamento de texto, se os dados nelas incluídos já faziam parte da versão inicialmente processada ou se eram novos. Neste último caso, frequente, procedia-se à respectiva digitação. O facto de o autor ter elaborado múltiplas versões dos seus textos (aparentemente realizou cópias sucessivas, em cada uma introduzindo modificações e nunca destruindo as anteriores), por vezes formalmente pouco diferentes entre si mas com um ou outro dado novo, meio oculto, que era importante reter, tornou inesperadamente moroso este trabalho.

Entretanto, foi-se observando que o autor referia, no texto e nos vários projectos de sumário, capítulos dos quais não se encontrava rasto nos manuscritos inicialmente retidos. Procedeu-se então à revisão completa dos materiais que havia deixado, verificando-se que muitos envelopes e pastas com a indicação "notas já compiladas", ou semelhante (os quais, em vista de tal indicação, não haviam inicialmente sido considerados) continham afinal texto redigido. A partir desta prospecção o volume de manuscritos aumentou extraordinariamente, tendo-se ainda decidido, dado o grau de inacabamento que então se verificou em relação ao projecto do autor, examinar uma a uma todas as páginas que havia deixado: tanto manuscritos de texto corrido, mesmo se interrompidos, como notas soltas. Procurou-se, portanto, incluir no presente volume toda a informação reunida pelo autor, incluindo a que não chegou a compilar em texto, na tentativa de divulgar tanto quanto possível a extensão e os resultados da sua pesquisa.

Deste modo, e como se assinala devidamente nos pontos respectivos, em muitos subcapítulos e em alguns capítulos inteiros a sequência dos parágrafos é da responsabilidade da organizadora. O mesmo se dirá da inclusão de vários subtítulos, com vista a melhor organizar os materiais. No entanto, a redacção dos parágrafos é a do autor, salvo pequenas alterações com o objectivo de melhorar a forma ou de incluir dados presentes em notas soltas.

Todos os dados no corpo do texto são, evidentemente, também do autor, com a única excepção dos constantes do quadro de distribuição populacional pelos lugares (capítulo I - D). Sendo os dados do manuscrito demasiado grosseiros (apenas aproximações), tornava-

-se impossível mantê-los tal qual; por outro lado, seria uma perda em relação ao projecto do autor eliminar pura e simplesmente essa comparação demográfica entre lugares. Em consequência, optou-se por fazer a “oferta” de dados recolhidos pela organizadora no âmbito de um trabalho anterior.

c) Um dos mais delicados problemas que se colocaram nesta organização de um texto inacabado respeitou às alusões a indivíduos.

Como se esperaria de um autor local, tais referências abundam nos manuscritos, devido sobretudo a dois factores. Um deles é uma concepção do curso da história como fortemente determinado (e portanto explicável) pela iniciativa individual. Isto leva o autor, por exemplo, ao extremo de presumir a pertença de tal acção a tal indivíduo, quando as fontes apenas permitem saber que este ocupava determinado cargo na época em referência. Outro factor é a grande proximidade do autor em relação ao contexto observado (o qual, para mais, sendo *micro*, autoriza o pormenor) e aos respectivos actores. Sente-se aliás, nestas referências a indivíduos, o peso da sua rede pessoal de amizade e relacionamento.

Ocorrem então nos manuscritos dois tipos dessas referências: a) menção dos nomes e feitos dos envolvidos, ou pelo menos assim considerados pelo autor, aquando da descrição ou narração de eventos, instituições ou conjunturas; b) verbetes biográficos individuais, que o autor pretendia colocar no final de alguns capítulos e, provavelmente, também em capítulo próprio, do tipo “Figuras ilustres”.

Além do facto de se conterem nestas alusões a pessoas e nestas notas biográficas várias afirmações polémicas, ou mesmo desmentidas pela historiografia actual – entre outras razões porque o propósito do autor foi sobretudo encomiástico – grande dificuldade no tratamento destes materiais resultou do seu carácter inacabado, devido ao qual as listas de personalidades consideradas dignas de menção nesta ou naquela área (na arte, no desporto, na actividade vidreira, etc.) não podem ser consideradas exaustivas. Nitidamente, como se vê pela enorme profusão de notas soltas, o autor não terminou, também neste ponto, a recolha de dados. Muitos indivíduos relevantes não chegaram a ser incluídos.

São portanto de grande amplitude as lacunas na lista de marinhenses ilustres, ou simplesmente intervenientes, que resulta dos manuscritos. Ao mesmo tempo que biografava alguns, o autor, porque não chegou a terminar o seu trabalho, deixa omitidos outros de igual ou maior importância. Por outro lado, algumas biografias de pessoas muito jovens foram elaboradas em função de actividades que entretanto não prosseguiram, deixando de haver lugar a tal destaque.

Eliminar, em nome destas lacunas, a totalidade dos trechos biográficos seria evidentemente inadequado ao objectivo, central, de manter fidelidade às intenções e perspectivas do autor. No entanto, a publicação de alguns daqueles trechos seria, dados os motivos expostos, desprovida de sentido.

Em face disto, adoptaram-se os preceitos seguintes, certamente discutíveis, mas que se afiguraram os mais apropriados.

Foram mantidas, no geral, as alusões a indivíduos e suas acções presentes ao correr do texto, a propósito de acontecimentos em que se encontraram envolvidos. Exceptuam-se os casos (devidamente assinalados por nota) em que a versão do autor se afastava demasiado do permitido pelo estado actual dos conhecimentos.

No tocante aos verbetes biográficos, procedeu-se à sua reunião em capítulo próprio (no qual se estabeleceram subcapítulos por área de actividade dos biografados). Em razão

do carácter fortemente lacunar, já referido, da lista dos considerados, incluíram-se somente as biografias de indivíduos já falecidos ou há muito retirados da actividade em razão da qual o autor os destaca. Destas biografias, algumas foram completadas a partir de notas soltas deixadas pelo autor. Quanto aos indivíduos ainda activos, procedeu-se à inclusão dos seus nomes no corpo do texto (para isso se criando alguns subcapítulos) e/ou assinalou-se em nota o facto de o autor ter deixado a seu respeito verbetes (mesmo se em branco) ou notas soltas.

Finalmente, mudaram-se para o capítulo Biografias alguns parágrafos relativos a duas famílias ligadas à indústria vidreira, que o autor havia incluído no capítulo Vidro.

d) A revisão do texto final começou por se traduzir apenas em correcções formais - introduzidas sobretudo nos trechos de descrição técnica ou histórica, muito menos nos de opinião.

Porém, a presença nos manuscritos de inexactidões avulsas, detectadas aquando da comparação entre versões que apresentavam dados díspares entre si e, mais tarde, aquando da consulta de livros tomados como fonte pelo autor, com vista à identificação de imagens (ver ponto seguinte), conduziu à necessidade de se fazer também alguma revisão de conteúdos, com as limitações a seguir enunciadas.

Salvo casos excepcionais, tal revisão teve lugar apenas relativamente aos dados colhidos pelo autor em fontes escritas. Tudo - e muito é - o que resulta da sua pesquisa junto de pessoas e instituições não foi susceptível de regresso às fontes: seria repetir o trabalho do autor, além de que em muitos casos a reconstituição de situações de há dez anos atrás era hoje completamente impossível. Mesmo em relação às fontes escritas, o cotejo não foi exaustivo (seria, uma vez mais, repetir o trabalho do autor). Procurou-se sobretudo, tanto quanto foi possível, confirmar datas e nomes, bem como quaisquer afirmações que por qualquer motivo suscitaram dúvida. Notas de fim de volume assinalam as dúvidas que ficaram por esclarecer.

Ao longo do trabalho de revisão prosseguiu-se também o objectivo de adicionar (em nota) alguns dados, sempre que deles se dispunha. Por um lado, dados de actualização, pertinentes em muitos pontos uma vez que é passada mais de uma década sobre a redacção dos manuscritos. Por outro lado, dados bibliográficos que permitam ao leitor interessado a obtenção de informações adicionais.

e) Alguns dos manuscritos deixados pelo autor incluem, coladas, fotocópias de imagens que pretendia ver incluídas no livro, em muitos casos acompanhadas de legendas.

Dois problemas se colocaram, porém, neste capítulo das ilustrações. O primeiro resulta, uma vez mais, do carácter inacabado da obra: se nalguns casos o autor estipulou abundante ilustração, já para os capítulos que não chegou a completar essas referências são mínimas, ou mesmo nulas - o que resulta nalgum desequilíbrio quanto à densidade de ilustrações ao longo do texto e no interior de alguns dos capítulos. O segundo problema foi a impossibilidade de encontrar em bom estado as imagens que o autor pretendia ver estampadas no seu livro, tanto mais que muito raramente deixou indicada a respectiva proveniência.

Deste modo, algumas imagens previstas pelo autor não ocorrem neste volume, tendo em contrapartida sido acrescentadas várias outras por ele não mencionadas, destinadas a colmatar parte dos desequilíbrios citados no parágrafo anterior ou que se considerou importante incluir pelo seu valor documental intrínseco. De modo geral, porém, no tocante

a imagens o alinhamento do livro segue o modelo esboçado pelo autor.

Nos casos em que o autor deixou legendas, estas foram conservadas. No final do volume encontra-se a lista das ilustrações com indicação da respectiva origem (sendo recolhidas em livros, esta é indicada pelo sistema autor-data, encontrando-se a referência completa da obra na lista bibliográfica final).

V

O leitor desta obra deve, assim, ter presente que está face ao texto de um autor local, em cujo modo de contar o passado se mesclam preocupações de rigor e de recurso a fontes de valia historiográfica com a preocupação de valorizar a sua terra e com o peso das ideias, nem sempre coincidentes com a letra das fontes, que sobre aquele passado circulam entre os marinhenses. O trabalho de revisão e organização do texto procurou respeitar estas características do manuscrito. Não se refez, como já foi dito, a pesquisa do autor, pelo que as inexactidões assinaladas são apenas aquelas que o meu conhecimento dos temas marinhenses permitiu detectar. Muitas outras, mormente se relativas a dados recolhidos em fontes orais, poderão existir no texto.

Não deve esquecer-se também que esta é uma obra simultaneamente abrangente e inacabada: o autor traçou um vasto plano e chegou a tocar grande parte dos assuntos previstos; mas em relação a muitos deles (como é o caso, já detalhado, das notas biográficas) deixou fortes lacunas e omissões. O exemplo mais flagrante é decerto o capítulo *Notas Dispersas Sobre Outras Indústrias*, que omite muitíssimos estabelecimentos de grande importância, entre eles todas as fábricas de moldes e plásticos, ao mesmo tempo que cita algumas pequenas unidades.

O carácter inacabado da obra, a quantidade de notas não compiladas deixadas pelo autor e a preocupação de incluir neste volume o máximo de informação por ele recolhida conduziram a bastantes intervenções na sequência do texto, devidamente assinaladas.

Igualmente importa recordar sempre que se trata de um manuscrito elaborado ao longo de um período muito vasto, reflectindo por isso, nalguns pontos, situações diferenciadas. Por exemplo, o autor ora se refere à Marinha Grande como vila ora como cidade: depende da data em que escrevia, uma vez que esta mudança de estatuto ocorreu precisamente durante o seu período de trabalho. De qualquer modo (e este é outro aspecto a reter) os mais recentes dos manuscritos foram já elaborados há quase uma década, não correspondendo em muitos pontos o seu conteúdo à situação actual - o que só acresce, aliás, o seu valor de testemunho.

VI

A história recente desta edição (independente de tentativas anteriores do autor, na segunda metade dos anos 1980) começa em 1996, aquando dos trabalhos preparatórios da exposição *Vidas passadas, Obras presentes. Um olhar sobre estudiosos locais, no centenário de Alfredo Gândara*, que foi realizada no âmbito do projecto da CMMG "Núcleo de Arquivo e Documentação" (o qual decorreu entre Fevereiro de 1996 e Junho de 1997).

O levantamento, então efectuado, dos marinhenses que haviam realizado e publicado pesquisa sobre o passado da povoação de imediato incluiu João Rosa Azambuja, que na imprensa local várias vezes publicara extractos do seu "livro em preparação" - conforme

era mencionado nalguns desses artigos e, de resto, geralmente conhecido. O estudo inerente à montagem daquela exposição e redacção do respectivo catálogo acresceu o conhecimento desses manuscritos, tendo-se tornado evidente o interesse da sua publicação - que então foi proposta à Câmara Municipal, com imediata resposta favorável. Após alguma espera pela digitação de parte dos manuscritos (aqueles que, como acima é detalhado, se tomaram por base do trabalho de organização e fixação do texto) foi possível iniciar este último ainda no Verão de 1997 - num ritmo inicialmente moderado, mas que se foi intensificando nos últimos meses.

No momento em que todo esse trabalho se encontra enfim concluído, é grato assinalar o facto de o presente volume constituir o segundo número da colecção "Pinhal do Rei. Documentos concelhios", iniciada, aquando da vigência do projecto supracitado, com o já também já referido catálogo da exposição *Vidas passadas, Obras presentes*. Trata-se de uma continuidade a saudar, fazendo-se votos de longa vida e muitos êxitos editoriais à referida colecção municipal, dedicada aos temas marinhenses e vieirenses.

VII

Durante longos meses, a senhora D. Sara Alves de Matos Vicente Azambuja, viúva do autor e depositária dos seus manuscritos e notas, acolheu-me regularmente em sua casa, com afabilidade e cortesia constantes, proporcionando-me as melhores condições de trabalho. Igualmente fui alvo da amabilidade da senhora D. Filomena Azambuja, filha do autor.

Em várias fases desta tarefa me foram preciosos os conselhos e indicações do Dr. Víctor Hugo Beltrão, que acompanhou desde início o trabalho do autor. As várias opções de organização e fixação do texto são, contudo, de minha inteira responsabilidade.

Na etapa final de revisão, inúmeras dúvidas puderam ser rapidamente atenuadas graças à ajuda de Eunice e Eliane Marques a às prontas indicações das senhoras D. Celeste Duarte Marques, D. Deolinda Bonita, D. Alice Marques Resende, D. Ilda Almeida Lopes Vieira e D. Fernanda Duarte, e dos senhores José Domingues Marques, Fernando Esperança, eng.º Octávio Ferreira e Francisco Roldão.

Novembro de 1998

50 anos; 4 filhos; 4 netos;
algumas árvores;
grandes dedicações... muitas cumplicidades... muito Amor... muita Saudade
e agora... o livro!

Resultado final de um enorme desejo de ir às origens e porquê da nossa terra, contigo abracei a ideia, sempre pronta a colaborar.

Para além do reconhecimento a todos, fica a esperança de que este trabalho cumpra o seu objectivo.

Conhecer para amar;

Amar para engrandecer a nossa Marinha Grande.

Por tudo isto é meu desejo e de meus filhos tornar este livro património da nossa cidade, renunciando a quaisquer proveitos materiais que daí advenham, remetendo-os para a edilidade, de modo a serem transformados em incentivos para novos investigadores da nossa terra.

Um carinhoso agradecimento à Dr^a Emília Margarida Marques, por toda a dedicação, entusiasmo e profissionalismo com que realizou a fixação e organização final do texto, sem o que não teria sido possível a presente edição. Um muito obrigada ao pintor Guilherme Correia pela criação da capa.

Um reconhecido agradecimento à Câmara Municipal da Marinha Grande, na pessoa do Presidente, Sr. Álvaro Neto Órfão.

Sara Azambuja

Pai:

Chegaste a pensar que tudo ficaria pelo sonho...

Escrevo-te agora a falar duma certeza: O teu Sonho passou a Realidade! Vais ter em livro todo um trabalho de pesquisa, feita também "em directo", aqui, ali... acolá. Em casa de um, em casa de outro. Com a colaboração e um *vai em frente* de todos.

Esse Sonho, que tem agora a forma do que tu tanto querias, possui no nome a simplicidade das tuas intenções - Subsídios para a História da Marinha Grande.

Tenho a certeza que Tu, Pai, apenas desejarias, que em teu nome e em nome da tua generosidade, deixássemos aqui e a todos que o tornaram possível, um muito, muito obrigado!

Sem designar pessoas ou instituições, podes ficar em paz, pois os teus filhos ficarão, em teu nome, eternamente gratos.

19 de Setembro de 1998

Mimi



Dedicatória

À minha mulher e aos meus filhos, que tão bem souberam compreender o tempo perdido na pesquisa e processar dos documentos para realizar este trabalho.

Aos meus netos* João Carlos, Cláudio António e Inês Sofia, para que lhes sirva de incentivo, para que um dia possam completar e actualizar este trabalho.

A todos os marinhenses que de qualquer modo contribuíram para a realização desta obra, de que destacamos:

Dr. Artur Neto Barros, Dr. Víctor Hugo T. Beltrão, Manuel Custódio Direito Morais, Professor Francisco R. Veríssimo Duarte, José Gomes Vargas, José Rolando Gomes da Silva, Pedro Saraiva de Sousa, José Martins Saraiva e Francisco José Oliveira da Silva, autor da capa**.

Dezembro de 1987

João Rosa Azambuja

NOTAS

* Uma vez que à data ainda não era nascido, o autor não menciona o neto Guilherme António.

** O autor refere-se no final desta dedicatória a um projecto de capa que não chegou a ser concretizado e do qual se pode ver uma representação na página ao lado.

Nota Preliminar

O grande amor que nutro pela Marinha Grande, minha terra natal, levou-me um dia a pensar escrever um livro onde pudesse responder às perguntas que frequentemente nos são feitas sobre como se fundou, povoou e desenvolveu esta cidade.

O último incentivo foi-nos dado pela leitura do livro *Memórias da Marinha Grande*, escrito em 1912 pelo mestre vidreiro Joaquim Barosa, que nos legou uma obra de grande valor histórico.

*I - A Freguesia
da Marinha Grande*

A. Cidade da Marinha Grande¹

A Vila da Marinha Grande, com mais de 25 000² habitantes, é o maior centro industrial do distrito de Leiria.

A sua fundação deve-se aos primeiros lavradores, lenhadores e couteiros que vieram trabalhar para a floresta já existente, que transformaram no majestoso Pinhal de Leiria³.

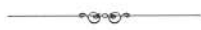
A sua principal indústria - o vidro - foi aqui implantada em 1748⁴ pelo irlandês João Beare, mas é ao marquês de Pombal, que para cá mandou o inglês Guilherme Stephens⁵ em 1769, que se deve o seu desenvolvimento. Hoje a Marinha Grande é o maior centro vidreiro português, onde oito grandes fábricas e inúmeras oficinas transformadoras produzem todos os artefactos vidreiros: cristais, garrafaria para embalagem, produtos para laboratório, etc..

Outra grande indústria aqui criada, e hoje de grande impacto internacional, é a de moldes para a indústria transformadora de matérias plásticas. Fundada na década de 1940, ocupa hoje cerca de 3 000 trabalhadores, quase todos altamente especializados.

O concelho da Marinha Grande é dos mais pequenos em área: tem 19 000 hectares e é formado por duas freguesias: Marinha Grande e Vieira de Leiria. No seu território existem lindas praias: S. Pedro de Muel⁶, Vieira de Leiria, etc..

À Marinha Grande só foi concedida autonomia concelhia em 26 de Março de 1917, pois antes esteve subjugada ao concelho de Leiria, de que era a principal freguesia. Só depois de ter conseguido a sua autonomia é que passou por grande desenvolvimento no campo social, mais acentuado ainda após a revolução de 25 de Abril de 1974. Hoje a Marinha Grande possui as estruturas necessárias para se transformar em breve numa grande terra. Os lugares que a compõem estão já servidos por boas estradas asfaltadas, electricidade, saneamento básico, etc..

A Marinha Grande, apesar de se considerar uma terra bastante progressiva, ainda tem algumas carências fundamentais: um hospital, uma zona industrial, um complexo desportivo e a renovação das vias de comunicação com o exterior, que se encontram num estado calamitoso.



A Marinha Grande é hoje a terceira cidade do distrito de Leiria, condição que lhe foi dada por força da Lei 38/88, votada em 11 de Março pelo plenário da Assembleia da República e publicada no DR de 19 de Abril de 1988.⁷

B. Situação Geográfica e Clima

A Marinha Grande está situada no limite norte da província da Estremadura, mais ou menos no centro do distrito de Leiria, a 10 km do mar, 147 km de Lisboa e 196 km do Porto. Situa-se aos 39° 45' de latitude Norte. Faz parte da diocese de Leiria.

Está implantada numa extensa planície de chão arenoso e saibrento, rodeada por imensas matas de pinheiros entre as quais se conta o majestoso Pinhal do Rei. O concelho tem uma área aproximada de 18 700 hectares (cerca de dois terços dos quais ocupados pelo Pinhal) e duas freguesias: Marinha Grande e Vieira de Leiria.

O clima é bastante húmido no inverno e seco nas restantes estações do ano. A temperatura média anual é de 15° centígrados. O vento é geralmente moderado e predominante do quadrante NW.

C. Origens, Povoamento e Evolução

A ausência quase absoluta de documentos antigos (embora procurados avidamente nas fontes usuais) que possam determinar, com algum rigor, as origens e fundação desta localidade, não nos permite garantir com precisão, nem o ano em que nasceu nem a sua origem.

Há, no entanto, alguns documentos que nos falam da antiga povoação da Marinha.

Cita-os, por exemplo, o ilustre marinhense Doutor José Custódio de Moraes, em "Geologia e geografia da região do Pinhal de Leiria" (publicado no boletim *Memórias e Notícias*, do Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra), que se baseia, como diz, nas publicações *O Arqueólogo Português, Alcobaca Ilustrada, Portugal Antigo e Moderno*, jornal *Autonomia, Memórias Económicas da Academia Real das Ciências*, etc., e nos sugere, sob grande reserva, ter a Marinha Grande nascido entre os séculos XI e XII, fundada por alguns colonizadores que aqui se instalaram para extrair sal das marinhas formadas na região por água do mar trazida pelas marés altas, através dos afluentes do rio Liz. Como dizia o historiador Tito de Sousa Larcher, este era então bastante caudaloso e navegável até às portas da cidade de Leiria.

A abalizar esta hipótese está o facto confirmado de existirem na região várias povoações, longe do mar, com o nome de Marinha, como Marinha João da Rua, Marinha do Engenho, Marinha das Ondas, Marinha de Baixo, Marinha Pequena, além da existência das lagunas da Garcia, Coucinheira, Escoura e Fagundo.

Mais tarde por existirem também junto à actual Marinha Grande, já nessa altura, manchas de pinhal manso, (ver capítulo sobre o Pinhal), aí se instalaram outros povoadores (lavradores, carreiros, lenhadores, serradores, etc.), com apoio de D. Dinis.

O desenvolvimento do Pinhal foi depois incentivado por outros reis, o primeiro dos quais foi D. Fernando (que reinou entre 1367 e 1383), para activar a construção de barcos destinados a desenvolver o comércio marítimo, ordenou ao Couteiro-Mor que tomasse providências para enviar para os estaleiros existentes ao longo da costa o máximo de boa madeira (ver o capítulo sobre o Pinhal). A população ocupada nestes trabalhos foi aumentando.

Foram esses colonos, gente rude mas trabalhadora, quem desenvolveu a pequena aldeia - que, à medida que evoluía, ia também mudando de nome. Assim, no ano de 1590, por ter sido erigida a primeira capela, passou a denominar-se Santa Maria da Marinha; mais tarde, em 1600, por ter sido erigida em freguesia, passou a usar o nome de Nossa Senhora do Rosário da Marinha. Ainda mais tarde, para não se confundirem entre si duas povoações próximas com o mesmo nome, passaram a chamar-se Marinha Grande (a mais próxima do mar) e Marinha Pequena (a mais distante).⁸

Por meados do século XVIII, com a implantação da indústria vidreira (ver capítulo sobre Vidro), teve a Marinha Grande novo surto de grande desenvolvimento, que trouxe à pequena aldeia muita gente para nela trabalhar: vidreiros da antiga Real Fábrica de

Coina e alguns estrangeiros, principalmente genoveses e franceses; muitos trabalhadores da construção civil, como pedreiros e carpinteiros, para edificarem não só a Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande como residências para os seus trabalhadores; lenhadores para prepararem a muita lenha necessária para o aquecimento dos fornos de fundir vidro; carreteiros com carros de bois para os transportes dessas lenhas e dos vários produtos necessários à produção da grande fábrica; e muitos agricultores para tratarem do amanhã das várias terras adquiridas por Guilherme Stephens. Toda essa gente, migrada de vários pontos do país, aqui se radicou. Acostumada a trabalhos duros (nas suas terras de origem eram quase todos agricultores), aqui procurou instalar-se junto das melhores terras, onde construiu a sua casa que aos poucos, com a ajuda da mulher e dos filhos, foi transformando em ricos quintais, quintas e casais que formam hoje a importante Vila da Marinha Grande.

Para se avaliar desse desenvolvimento populacional basta dizer-se que a população da terra era, em 1758, de 1 100 habitantes e em 1810 passou para 2121 (nota extraída do livro *O Couseiro ou memórias do bispado de Leiria*).

Entretanto, as invasões francesas interrompem este desenvolvimento. Apesar de já ter sofrido em 1808, aquando da primeira invasão, com a prisão de João Diogo Stephens e com a morte de muitos habitantes, foi em 1810 (terceira invasão⁹) que na Marinha Grande se deu o incêndio e destruição de tudo quanto tinha valor. Os invasores incendiaram a capela existente no Engenho e as fábricas de resinosos do Engenho e de S. Pedro de Muel, assaltaram e roubaram, praticando muitos estragos, as capelas da Garcia e de S. Pedro de Muel e a igreja matriz da Marinha Grande, destruíram e saquearam a Fábrica de Vidros e algumas casas de melhor aparência, criando o terror nas populações, o que levou muita gente a fugir da região.¹⁰

Mas na segunda metade do século XIX os habitantes passaram de 3 920, em 1878, para 7 035, em 1920. Isto em consequência do incremento trazido pelas primeiras estradas, pelo comboio da linha do Oeste, pelo telégrafo e o serviço postal e pelas primeiras máquinas a vapor, que permitiram montar várias serrações mecânicas, três fábricas de produtos resinosos, uma fábrica de ferro (fundição de Pedreanes), várias novas fábricas de vidro, de tijolo e telha, uma fábrica de sulfato de cobre e de cal. De novo veio muita gente para cá trabalhar, vinda de outras regiões do País, por aqui ser fácil encontrar trabalho. Esse afluxo de gente foi tão importante que no ano de 1900 a Vila acusava já uma população de 5 566 pessoas: ou seja, a maior do distrito de Leiria, incluindo a capital.

Embora o desenvolvimento da Vila se tivesse feito progressivamente ao longo dos anos, foi a partir da restauração do concelho, em 26 de Março de 1917, que a Marinha Grande conheceu o seu melhor período de desenvolvimento, pois este não se limitou à indústria e ao comércio, mas também à cultura e ao desporto, campos ainda em franco progresso a cujo desenvolvimento a autarquia local tem dado, também, grande atenção.

O afluxo de gente continuou até aos nossos dias, a um ritmo anual de aproximadamente 1 000 pessoas, umas trazidas por familiares outras pela fama de a Marinha Grande ser uma terra onde é fácil ganhar-se dinheiro desde que se trabalhe. Foi essa gente e os seus descendentes, trabalhadores excepcionais, que povoou toda a freguesia, distribuindo-se pelos 63 lugares que a constituem e de que damos mais à frente alguns dados históricos (excepção feita aos campos do desenvolvimento cultural e desportivo, de que falaremos em capítulos próprios).

Segundo nos afirmaram, aquando do Recenseamento para elaboração dos cadernos eleitorais, em 1976, existiam na freguesia milhares de pessoas de idade avançada, oriundas de quase todos os concelhos portugueses, que aqui se fixaram. Vieram principalmente

dos arredores da Figueira da Foz, de Trás-os-Montes e do Alentejo.

Portanto, a Marinha Grande tem tido, desde os primeiros tempos, o maior saldo migratório em todo o distrito, suplantando mesmo o da cidade de Leiria. Damos a seguir um quadro em que se mostra a evolução populacional da localidade.

Ano	Fogos	Habitantes	Ano	Fogos	Habitantes
1527		80 ¹¹	1920		7 035
1712		548 ¹²	1930		8 601
1758		1 100	1940		10 369
1798	402 ¹³	1 552 ¹⁴	1950		12 963
1812		1 068	1960		15 699
1878		3 920	1970		18 695
1900		5 566	1981		25 783
1911		6 896	1991		26 628 ¹⁵

Estes dados foram em grande parte extraídos do livro *O Couseiro ou memórias do bispado de Leiria* (os mais antigos) e fornecidos (os mais recentes¹⁶) pelo Gabinete do Conselho de Direcção do INE, por favor do Dr. Adrião Simões Ferreira da Cunha.¹⁷

D. População Actual

A freguesia da Marinha Grande tem uma população residente (1991) de 26628 habitantes.

A distribuição por lugares era em 1981 a seguinte (dados retirados do Censo desse ano¹⁸):

Lugares	Habitantes	Lugares	Habitantes	Lugares	Habitantes
Albergaria	468	Fagundo	42	Pedra	251
Amieira	510	Figueiras	466	Pedreanes	186
Amieirinha	1 154	Fonte Santa	100	Pedrulheira	304
Boavista	363	Forno da Telha	58	Pero Neto	341
Bregieiras	153	Gaeiras	52	Picassinos	1 217
Camarnal	516	Garcia	762	Pilado	835
Casal da Formiga	159	Guarda Nova	979	Portela	554
Casal de Malta	1 339	Lameira da Embra	541	Praia Velha	22
Casal dos Ossos	350	Lameira de Picassinos	55	Salgueiro	148
Casal Galego	840	Lameiro	48	S. Pedro de Moel	452
Comeira	708	Marinha Grande	2 777	Sítias	119
Cruzes	734	Marinha Pequena	61	Tojeira	229
Embra	1 608	Matos Verdes	256	Trutas	836
Engenho	340	Moinho de Cima	81	Vale de Picassinos	223
Escoura	205	Ordem	2 354	Várzea	400
Estação	262	Outeirinhos	661	Isolados	310

Além disso, nas suas poderosas indústrias de vidros, moldes e plásticos empregam-se também milhares de pessoas residentes nas freguesias limítrofes - Moita do Oeste, Maceira-Liz, Barosa, Leiria, Amor, Carvide, etc. - que aqui se deslocam diariamente.

E. Os Lugares: Localização, Origem dos Nomes e Factos de Interesse¹⁹

Embora se admita que grande parte das povoações que formam a actual freguesia seja de origem remota, como S. Pedro de Muel e Água de Madeiros, na orla marítima, e Garcia, Ordem, Fonte Santa, etc., na orla nascente do Pinhal, grande parte das restantes nasceu com a sementeira do Pinhal, ou mesmo muito depois. Mesmo aquelas, nesses longínquos tempos, não passavam de pequenos casais, onde residiam alguns pescadores ou alguns caseiros.

1. Albergaria

Situada a nascente da Vila, a 4 km na estrada Marinha Grande - Leiria, tem como vizinhos os lugares de Fagundo e Moinho de Cima.

O nome vem do tempo em que na povoação existia um albergue, em que os caminheiros pernoitavam ou faziam as suas refeições.

É atravessada pelo ribeiro da Pedrulheira, em que há muitos anos existiam várias azenhas para moerem os cereais produzidos no fértil vale (hoje ainda existem um ou dois desses moinhos em bom estado). A sua população viveu quase sempre da agricultura. Teve em tempos desenvolvida indústria de tijolo e telha, cujas ruínas ainda hoje são visíveis no fundo do vale.

Aí existiu, e ainda existe, uma importante jazida de areia especial para roçar e lapidar vidro. Chegou a ter tal importância que o seu proprietário (o velho "Domingues de Albergaria") foi apelidado de "Barão da Areia".

No pequeno lugar de Fagundo ainda há mulheres que se dedicam à tecelagem de mantas e passadeiras por processos arcaicos.

O facto histórico mais relevante de Albergaria foi o chamado "conflito do Valeirão". O caso foi originado pelos habitantes da vizinha freguesia da Barosa, que, em determinado dia de Maio de 1893, segundo se lê no jornal *Autonomia*, foram ao Alto do Valeirão, armados de varapaus, enxadas e foices, expulsar daí uma mulherzinha que possuía no local uma fábrica de tijolo e telha; incendiaram a fábrica, chegando mesmo a maltratar a proprietária quando esta correu em defesa do que era seu. Alegavam os habitantes da Barosa que não queriam ninguém nos terrenos conhecidos por "charneca do Valeirão", que lhes pertenciam até à ribeira da Pedrulheira.

A reacção dos habitantes de Albergaria e dos povos próximos, incluindo os da Marinha Grande, não se fez esperar e, depois de consultarem o bispado, autoridade que superintendia nesses conflitos, resolveram ir, em massa, repor no seu devido lugar os limites das duas freguesias. Em face dessa reacção, o bispado, temendo grave conflito, mandou demarcar esses limites. Quando os povos da Marinha Grande, instigados pelo director do *Autonomia*, José Ferreira Custódio Júnior, chegaram ao local, não

encontraram ninguém a opor-se-lhes, acabando assim o que poderia ter sido uma verdadeira luta histórica entre dois povos vizinhos.

Esses limites ainda hoje se mantêm.

2. Amieira

Situada cerca de 5 km a nordeste da Vila, no limite norte da Estremadura e começo da Beira Litoral, na estrada Marinha Grande - Amor. Tem como lugar próximo Matos Verdes, pequena lezíria muito fértil em produtos hortícolas.

O nome vem dos tempos em que se formou a povoação. No sítio havia muitos amieiros e, por simplificação, passou a denominar-se Amieira.

Foi inicialmente, ainda no século XVIII, uma grande quinta, pertença das irmãs Oliveira e Sousa, desaparecidas aquando das invasões francesas. Nunca mais apareceram e a quinta passou para a posse do feitor João Guerra Pedrosa e deste para os seus descendentes.

Pequena povoação com poucos habitantes, viveu até 1960 praticamente isolada, pois não tinha estradas nem sequer caminhos, nem escola, nem electricidade, nem telefone. A construção da primeira estrada macadamizada fez-se em 1960 e a instalação eléctrica em 1972²⁰.

Os seus poucos habitantes, meia dúzia de famílias que eram os grandes senhorios, como os Francos, os Arrimar, os Passagens, os Bentos, etc., gente humilde, trabalhadora e muito honesta mas ciosa das suas terras, que agricultavam e de que dificilmente se desfaziam, não permitiram que outros ali se instalassem. Só agora, graças aos empreendimentos levados a efeito por alguns destacados amieirenses, como Amílcar Martinho, José Francisco da Silva, Adelino Cordeiro, Carlos Arrimar, Quitéria Coelho, Emília Dolores, Manuel Lavos, Irene Franco, Albino Franco e as famílias Passagem, Bento, Franco, Corteiro²¹, etc., e mais alguns, se saiu desse marasmo e se iniciaram obras de grande desenvolvimento nos campos social e urbanístico.

Terra com pouca implantação industrial, possui no entanto uma poderosa indústria de construções metálicas, uma de postes, vigas e vedações em cimento armado, e uma pequena olaria artesanal de produtos domésticos.

3. Amieirinha

Situada 3 km a sul da Vila, na estrada Marinha Grande - Nazaré. Desconhecemos a origem do seu nome.

Terra muito antiga, está ligada à construção da Real Fábrica de Vidros por ter sido aí que Guilherme Stephens mandou captar as águas necessárias à laboração da fábrica, à irrigação dos vastos campos do Casal de Malta e a alguns outros usos.

Implantada numa extensa planície, esta povoação viveu, nos primeiros tempos, do cultivo da terra. Sendo presentemente atravessada pela linha de comboio do Oeste, já cerca de 1857 era atravessada também pela célebre linha do comboio "americano".

Hoje em dia, é um dos lugares da Vila em amplo progresso, onde se montaram, nos últimos anos, várias indústrias: duas modernas serrações mecânicas, uma importante recauchutagem de pneus (a maior do país), uma moderna fábrica de móveis, várias fábricas de moldes, uma fábrica de plásticos, uma metalúrgica pesada, e muitas outras pequenas indústrias.

Em terrenos próximos à povoação está já em construção o grande complexo desportivo da Vila.²²

4. Casal da Formiga

Situado praticamente no interior da zona urbana da Vila, é o seu mais pequeno lugar. Desconhece-se a origem do nome.

Limitado industrialmente a uma fábrica de vidros, a uma de plástico e uma de moldes, o seu desenvolvimento não tem acompanhado as restantes povoações.

5. Casal Galego

Está situado a noroeste da Vila, no ponto mais alto, próximo do lugar da Boavista.

O seu nome provém de aí se ter instalado, antes mesmo da implantação da indústria vidreira, um casal oriundo da Galiza. Começou por chamar-se Casal dos Galegos, abreviando-se, com a passagem do tempo, para Casal Galego.

Esses galegos, que durante muito tempo foram os únicos habitantes do lugar, dedicaram-se totalmente à agricultura. Só depois da sua morte se fixaram aí novas famílias, que naturalmente adquiriram o velho Casal. Foram os Pires, os Domingues, os Lopes, os Sousas, Togeiras, etc., que, tal como os galegos, começaram por se dedicar à agricultura e ao desenvolvimento da povoação.

Como todos os habitantes de outros lugares, também estes viveram muitos anos isolados, sem meios de comunicação. O primeiro caminho de ligação ao centro da freguesia foi construído pelos habitantes, nos princípios do século XIX, para poderem vir à missa e trabalhar na fábrica, sendo conhecido por “caminho da missa”; atravessava os campos e é hoje conhecido por R. das Hortinhas. Não tinham escolas: a primeira foi conseguida em 1920 por uma comissão constituída por Joaquim Lourenço, António Domingues, José Cosme e Manuel Baridó (pai)²³, foi instalada numa casa particular e teve como professora a senhora D. Alda. Também não havia electricidade, que só chegou ao lugar em 1948.

Como locais de convívio social havia apenas as tabernas. Só em 19 de Março de 1941 se fundou o Grupo Desportivo de Casal Galego - que deu os primeiros passos num velho palheiro do Largo do Oitão - e se começaram a discutir e a resolver muitos dos problemas sociais do lugar.

Casal Galego ficou ligado historicamente ao movimento armado do 18 de Janeiro de 1934, por o seu povo ter tido grande preponderância na estruturação do movimento, onde se integrou a maioria dos homens válidos de mais de 16 anos. Foi na velha casa da senhora Nazaré Pais, que serviu de “arsenal”, que tudo foi planeado. Daí saíram centenas de revoltosos para tomarem posições estratégicas nos arredores e centro da Vila. Neste movimento do 18 de Janeiro de 1934 alguns foram sacrificados em benefício de muitos milhares.²⁴

Casal Galego é hoje em dia uma povoação em pleno desenvolvimento, de cujo futuro social muito se espera, pois está a ser dotada de estruturas importantes, como uma nova escola de ensino secundário, construída no ano passado (1987²⁵) no vizinho lugar da Boavista. Não tem ainda cabine telefónica, nem tem lavadouro.

6. Casal dos Ossos

Situada dentro da zona urbana da Vila, tem como lugares próximos os Matos, as Vergieiras e a Benta.

O seu nome, que começou por ser “Matos”, passou a Casal dos Ossos há cerca de cinquenta anos, devido a uma brincadeira de Alexandre Ferreira de Lemos. O caso ter-se-ia passado da seguinte maneira, segundo nos contam os habitantes mais velhos: por razões

desconhecidas e que não vêm ao caso, por volta do ano de 1930 o velho Lemos foi viver para esse lugar. Em resposta aos amigos que lhe perguntavam como se dava no lugar, respondia peremptoriamente: "É boa gente mas muito magra. Devia antes chamar-se Casal dos Ossos". E por esse nome começou a ser conhecido. Curiosamente, diz-se que quando os serviços toponímicos da Câmara oficializaram o nome, colocando no largo principal uma placa com o nome de "Casal dos Ossos", esta foi muito contestada por um velho morador, o grande artista vidreiro Joaquim Duarte de Carvalho.- o "Quim do Ernesto", figura muito respeitada nos meios artísticos vidreiros da Marinha Grande.

7. Comeira

Situado no extremo Sul da Vila e da estação do caminho-de-ferro, entre os lugares de Picassinos e Amieirinha. Tem como lugares vizinhos o Corgo, a Norte, e o Casal da Lebre, a Sul.

Não se conhecem as origens do seu nome, segundo alguns ligado aos terrenos, que em tempos foram grandes zonas de agricultura.

Terra pobre, formada por gente migrada do Norte do País, viveu muitos anos da lavoura. Da Comeira foram os grandes lavradores Teotónio Pinto, António Pinto, José Pinto e Manuel Pinto, que também possuíam várias juntas de bois, utilizadas no transporte de lenhas e de areias para fábricas de vidros e serrações.²⁶

Com o desenvolvimento industrial da Vila, também a Comeira se desenvolveu, tanto mais que grande parte das populações vindas do Norte do País aí se radicou. Hoje, com os seus 708 habitantes, é um burgo em pleno desenvolvimento.

Povo folgazão e alegre, como as gentes do Norte, que trouxe consigo os hábitos alegres das canções, do folclore e das danças, que aqui manteve.

8. Embra

Situado a pouco mais de 2 km a ocidente da Vila, na estrada Marinha Grande - Leiria. Desconhece-se a origem do nome.

Famosas foram as suas puríssimas águas, que abasteceram a Vila a partir de 1905, através de canalizações construídas sob a orientação do eng.º José Teriaga, da Câmara Municipal de Leiria, até ao grande depósito que se situa ainda na Av. 25 de Abril; daí abastecendo os lindos fontenários, construídos em ferro, do Largo D. Dinis, Praça Stephens, Largo do Luzeirão e Largo da Fonte Velha (hoje, Largo Ilídio de Carvalho). Este depósito, que se encontra degradado e quase em ruínas, bem merecia ser cuidado e restaurado, pois marca um período histórico na vida local.²⁷

A Embra é terra de gente boa, trabalhadora e, principalmente, dotada de grande bairrismo, que começou por se dedicar à agricultura nos vastos e ricos campos onde se instalou em tempos longínquos. À medida que a Vila se desenvolveu industrialmente, o seu povo procurou empregar-se nas fábricas, deixando para os migrantes e para as mulheres o amanhã das terras.

Embora a Embra, dentro das possibilidades da época, tivesse sempre acompanhado o progresso, terá sido por volta de 1939 que sofreu maior impulso, pois começou a criar-se essa grande obra de que hoje todos se orgulham e que é o Sporting Clube Marinhense (ver os capítulos sobre Associativismo e Desporto, e sobre Cultura).

A Embra criou também figuras curiosas: o azougado Francisco Palmeira, que foi a primeira pessoa que vendeu vidros nas feiras da Beira Alta e Beira Baixa, nos tempos em

que nessas paragens era luxo beber-se por um copo de vidro, e que já no fim da vida montou um restaurante a que chamou o “Poço da Morte”, para onde se ia merendar camarões, beber cerveja e ouvir as histórias que o velho Palmeira contava; Manuel Agostinho da Silva, também conhecido por “Manuel da Embra” ou por “Ti Mucílio”, um dos melhores garrafeiros da Marinha Grande e talvez mesmo do país, que desde muito novo se dedicou ao arranjo e fabrico de armas de fogo. Muito habilidoso, fez, quando era novo, a história das actividades da Embra, representadas por figuras em miniatura movimentadas por um engenhoso sistema de água.

É ainda no lugar do Lameiro da Embra que vive o homem mais idoso de todo o concelho da Marinha Grande. Trata-se de Manuel de Sousa, mais conhecido por “Carrega Rosa”, que fez no passado dia 20 de Outubro de 1987 a bonita idade de 102 anos. Homem de trabalho, começou ainda moço por se dedicar ao negócio de compra e venda de azeite e carvão, em que ficou célebre pois, durante a última Guerra (1939-45) só ele conseguia abastecer o mercado desses produtos. Preza muito a alcunha “Carrega Rosa”, que lhe veio por um dito que o irmão muito usava ao dirigir-se à namorada, chamada Rosa, quando lhe pedia para o ajudar a carregar o burro: “Carrega, Rosa, carrega, Rosa”. Homem simpático e trabalhador, goza ainda de boa saúde, faz a sua vida normal e faz questão de amanhar as suas terras.²⁸

9. Engenho

Povoação situada 2 km a norte da Vila. Tem como vizinhos os lugares de Pedreanes, Outeirinhos, Forno da Telha e Cruzes.

O seu nome provém de se ter outrora aí montado um grande engenho, movido a vento, para serrar madeiras²⁹.

O seu crescimento rápido deve-se à proximidade da Administração Florestal e do Pinhal, de que a sua população viveu quase exclusivamente durante muitos anos.³⁰

O Engenho, mais propriamente o pequeno lugar de Pedreanes, ficou também ligado historicamente à construção, em 1866, do alto-forno de fundição de ferro (em cujas ruínas a Câmara Municipal da Marinha Grande se encontra hoje a patrocinar escavações arqueológicas, para trazer à luz o que foi essa importante siderurgia³¹ - ver a propósito desta fábrica o capítulo Notas Dispersas Sobre Outras Indústrias), à construção da linha do comboio “americano”, que ligava Pedreanes com S. Martinho do Porto, cerca de 1857, e ainda à montagem do pequeno comboio a vapor Décauville (mais conhecido por comboio de lata) em 1923. (Ver o capítulo relativo ao Pinhal, em que se fala em pormenor destes factos.)

O desenvolvimento do Engenho nestes últimos 20-30 anos, nos vários campos - industrial, cultural e social - tem sido muito grande. No campo industrial, várias fábricas foram montadas: papel, cartão e caixas para embalagem, moldes para transformação de matérias plásticas, olarias, etc.. No campo cultural, o clube local, Sport Império Marinhense, tem desenvolvido grande actividade.

Este lugar tem saneamento, água, electricidade, lavadouro e escola primária. Não tem telefone público nem posto médico, embora resida no lugar um enfermeiro. É servido por transporte colectivo rodoviário, com duas carreiras diárias para cada um dos sentidos.

Entre as figuras importantes ou características do lugar contam-se Gervásio Marques, mestre florestal, José Lino Sobrinho, estendedor de vidraça, João Domingues de Sousa (“João da Loja”) e Manuel Falamim, que se dedicou ao comércio e à camionagem.

10. Figueiras

É uma povoação situada a norte da Vila, entre o Engenho e Casal Galego. O seu nome deriva de nesses terrenos terem existido muitas figueiras.

Está ainda hoje muito ligada à agricultura, em que se ocupa larga faixa dos seus habitantes.

Tem desenvolvido grande actividade nos campos cultural, recreativo e desportivo através do seu Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras (ver o capítulo Associativismo e Desporto).

11. Garcia

Situada 5 km a norte da Vila é, segundo diz Joaquim Barosa no seu livro *Memórias da Marinha Grande*, o lugar mais antigo da freguesia. Está rodeada de pequenos lugares, como Bico, Cabeços, Carregueiras, Portinho e Sítias.

Teve em tempos várias lagoas e lagunas onde viviam muitas garças, que originaram o nome da povoação. Terra muito sossegada, de clima ameno e rica em espécies cinegéticas, foi outrora muito frequentada por fidalgos de Leiria que aqui se instalavam para caçar e descansar. Entre eles esteve o poeta Francisco Rodrigues Lobo, que viveu em Leiria entre os anos de 1579 e 1621.³²

Implantada numa vasta planície rica, com terras de cultivo que produzem bons cereais, já foi cognominada “celeiro da Marinha Grande”.

O seu povo tem grandes tradições católicas desde o ano de 1635, em que fundou a velha capela existente, da invocação de Santa Bárbara, cuja festa ainda se realiza anualmente (ver capítulo sobre Religião).

Funciona na Garcia uma indústria de recauchutagem.

O lugar não tem água nem esgotos da rede pública. Também não há cabine telefónica. Há diversos fontenários. A escola primária da Garcia foi criada em 1901. A estrada para a Marinha Grande foi inaugurada em 1948. Existe um posto de saúde, com médico diário e enfermeira.³³

12. Guarda Nova

Está situada à entrada do Pinhal, na estrada Marinha Grande - S. Pedro de Moel. Tem como lugares vizinhos a Portela, as Gaeiras e a Quinta do Zé Custódio.

O nome foi-lhe dado pela construção no local, em 1839, de uma nova Guarda florestal. A sua população viveu quase exclusivamente do Pinhal e do amanho das terras.

Chegou a ter em tempos grande implantação industrial, como fábricas de vidro, serrações, fornos de cal, uma importante fábrica de refractários, etc.. Hoje, embora também continue a desenvolver-se industrialmente com novas fábricas de transformação de matéria plástica e de moldes para essa indústria, tem-se transformado num importante lugar residencial.

Como recordações históricas, lembram-se os anos 30 e 40, em que para as matas próximas se deslocava grande multidão, nos dias festivos do 1º de Maio e da quinta-feira da Ascensão, sempre acompanhada dos apetitosos farnéis e do tradicional garraão de vinho, para passarem um dia de convívio alegre e festivo e, pelo fim da tarde, aguardarem a chegada do célebre “comboio de lata”, também repleto de gente que tinha ido passar esse dia à Praia Velha.

13. Ordem

Povoação situada um pouco a sul da Vila, do lado direito da estrada da Marinha Grande - Nazaré.

Lugar muito antigo (já existia antes da implantação da indústria vidreira) era pertença, como os sítios próximos do Camarnal e do Casal de Malta, da ordem religiosa de Malta, de onde provêm os nomes de Ordem e Casal de Malta. Ao Casal de Malta, grande propriedade dessa ordem religiosa, pertenciam também os ricos campos da Biquinha, os terrenos onde hoje se situa o lindo Parque Mártires do Colonialismo, o cemitério velho e vastos pinhais, que nesses tempos chegavam até à beira da actual Av. 1º de Maio.

Este importante lugar, onde se teriam instalado os primeiros migrantes após a construção da Real Fábrica de Vidros, foi durante muitos e muitos anos o mais pobre da freguesia. Só a partir da segunda metade do século XX, com a prosperidade industrial da freguesia, evoluiu bastante. Hoje continua a ser o lugar mais populoso do concelho, com cerca de 2 354 habitantes, quase tantos como a Vila propriamente dita.

Neste lugar não existe telefone público, nem táxi, nem posto médico. Também não há lavadouro público nem rede de esgotos.

A Ordem está servida por água da rede pública e por fontenários. Funciona no lugar uma farmácia.

14. Pedra

Esta pequena povoação, situada no extremo sudoeste da Vila, está encravada entre pinhais particulares e a grande Mata Nacional. Por essa razão nunca se expandiu, tanto mais que viveu isolada até há pouco tempo. Tem como vizinhos próximos os lugares de Tromelgo³⁴, Fonte Santa e Quinta do Warnhagen.

Desconhece-se a origem do topónimo.

A sua população empregou-se sempre na indústria vidreira. E, nas horas, vagas no cultivo dos pequenos campos. Começou agora a ter alguma evolução industrial, tendo-se construído duas importantes fábricas de transformação de matéria plástica e uma de vidros.

O lugar da Fonte Santa está de certo modo ligado com o desenvolvimento do Pinhal e da própria Vila, pois aí teve a sua residência Frederico Warnhagen.

15. Pero Neto

Situada a ocidente da Vila, entre as Trutas e Albergaria, ainda hoje vive em grande parte da agricultura, embora esteja a desenvolver-se industrialmente.

O seu nome, bastante curioso, deve-se, segundo uma antiga lenda, ao facto de em tempos aí existir uma quinta, onde uma árvore dava lindos pêros apetitosos. Certo dia por lá passou uma mulherzinha, acompanhada por um garoto, que, ao ver os pêros, pediu ao proprietário: "Oh senhor, dá-me um pêro para o meu neto?" Satisfeita a vontade da senhora, esta passou a contar o facto e o lugar foi denominado Pero Neto.

Essa lenda está tão arreigada no espírito das gentes do Pero Neto que o símbolo da árvore, da mulher e do garoto está representado na bandeira da Sociedade Instrutiva e Recreativa 1º de Dezembro, da localidade.

16. Picassinos

Está situada a Sul da Marinha Grande, para lá da linha do caminho de ferro, na estrada Marinha Grande - Maceira. É a terceira povoação da freguesia em número de habitantes, e

tem por principais vizinhos os lugares de Lameira, Vale, Tojeira e Pedrulheira.

Quanto à origem do nome de Picassinos, existem, que se conheça, duas versões. Uma, a de que o nome deriva de aí terem, em tempos, existido muitas aves conhecidas por picanços e picancinhos, daí derivando o nome para Picassinos. A outra, que nos foi contada pelo picassinense António de Sousa Martinho, é do seguinte teor: há cerca de 140 anos, por volta do ano de 1850, existiu para as bandas da Tojeira, uma pequena ermida, onde aos domingos a população do lugar (nessa altura conhecido por Carvalhos, por aí existirem muitas dessas árvores) se reunia para ouvir os cultos católicos. Como não existiam relógios, o pessoal era alertado pelo toque de um pequeno sino: as pessoas regulavam-se pela passagem do sineiro, e diziam umas para as outras: “vamos, que já passou o homem que pica o sino”. O nome teria derivado para Pica-sinos, como antigamente se escrevia.

O seu povo, tradicionalmente católico, bondoso, trabalhador e bairrista, sempre se esforçou pelo desenvolvimento da sua terra. A ele se deve a primeira escola do lugar (uma escola móvel³⁵), que se inaugurou em 1915, o primeiro caminho público, que foi conhecido por “carreiro de Brejo” e construído em 1922, a primeira fonte pública, construída em 1928.

Os moradores conseguiram também, em 1933, a construção de um grande e bonito edifício escolar. Esse edifício, que ainda funciona, foi no seu tempo considerado a melhor escola do concelho, sendo hoje conhecido por “escola velha” ou por “escola do povo”. Foi erguido pelo esforço de muita gente, não só de Picassinos como também dos lugares da Comeira, Tojeira, Pedrulheira e Vale, que num lindo acto de solidariedade quiseram também participar com trabalho na construção. A comissão nomeada para efectivação da grande obra era composta por António Baptista, Álvaro Maria da Silva, João André, António Ferreira Gândara e, possivelmente, outros. O terreno foi oferecido por D. Maria Duarte, senhora pobre e analfabeta, que com esse gesto de grande altruísmo contribuiu para a luta contra o analfabetismo. O povo testemunhou-lhe o seu agradecimento oferecendo-lhe, no dia da inauguração, um avental.

O grande surto de desenvolvimento de Picassinos iniciou-se em 1941, com a construção da estrada de ligação entre a Marinha Grande e Maceira, tendo sido reforçado pela electrificação do lugar, em 16 de Junho de 1946.

Embora de tradições católicas, como se disse, o povo de Picassinos não conseguiu até hoje, por razões por nós desconhecidas, construir a sua capela (ver o capítulo sobre Religião).

Picassinos orgulha-se de ser a povoação da freguesia com maior índice de crescimento, principalmente na construção civil. Dotada de inúmeras fábricas modernas de moldes para a transformação de matéria plástica, transformou-se em poucos anos no maior centro produtor desses moldes. Os seus habitantes ocupam-se em várias actividades, havendo ainda muito gente a trabalhar na agricultura.

17. Pilado

Povoação situada no extremo Norte da freguesia, a cerca de 8 km do centro da Vila, tem próximo os lugares de Escoura, Pinhal Manso, Brejo e Cova do Lobo.

Implantada em tempos remotos em terrenos arenosos e desprovidos de vegetação, por essa razão começou por se chamar Pelado, derivando mais tarde para Pilado.

Rodeada por imensos pinhais, sem estradas nem mesmo caminhos transitáveis, viveu

muitos e muitos anos completamente isolada. Os seus poucos habitantes viviam de trabalhos na grande Mata, sempre os mais árduos - serrador braçal, arrancador de cepos, lenhador, lavrador, etc. - e feitos de sol a sol. Quando o local de trabalho ficava longe da povoação, o que era muito frequente, aí ficavam, em pequenas cabanas, durante uma semana, vindo a casa só aos domingos.

As mulheres ficavam na terra a tratar dos filhos, sempre numerosos, amanhavam as terras férteis da ribeira da Escoura, moíam o milho nas características azenhas da referida ribeira, coziavam a broa, base da alimentação familiar, e ainda produziam carvão vegetal que vinham vender à Vila, para com o produto da venda comprarem algumas mercearias. Essas mulheres de excepcionais qualidades de trabalho, pele curtida pelo sol e pelo fumo dos arcaicos fornos de carvão, tão capazes de entrarem numa taberna para beberem um copo de vinho como de arrancarem um cepo gigante da terra, foram as grandes obreiras da transformação da velha povoação.

Eis alguns factos históricos relacionados com a vivência do Pilado. Devido ao seu isolamento, o lugar foi em tempos remotos refúgio dos foragidos da lei, o que criou uma errada imagem dos piladenses. Aos casamentos que se celebravam na Vila toda a gente vinha a pé e descalça, só à entrada da Marinha calçando as botas ou sapatos que traziam dependurados ao pescoço ou nas mãos; apenas a noiva vinha a cavalo. No acompanhamento dos mortos até ao cemitério da Vila procedia-se do mesmo modo, só com a diferença que os mortos eram transportados num carro de bois. Os médicos, quando chamados, transportavam-se a cavalo.

Só com a construção da primeira estrada, em 1957, e a electrificação, em 1964, é que a terra começou a desenvolver-se. A primeira pedra da capela foi lançada em 21 de Dezembro de 1966, tendo sido construído também um cemitério, dez anos depois. O Pilado tem três lavadouros públicos, infantário, escola primária com três edifícios, telescola e táxi. Em breve terá água canalizada. Não tem posto médico nem correio, e nota-se falta de sinalização rodoviária.

Funciona ainda um moinho a água e há alguma pequena indústria. Existe também no lugar um clube de futebol. Com o dinheiro trazido pelos muitos emigrantes, o Pilado está a sofrer grande transformação, embora o fabrico de carvão vegetal continue a verificar-se. Desta tradicional indústria se fala detalhadamente no capítulo sobre o Pinhal.

Curiosamente, vive no Pilado a senhora mais idosa do concelho. Trata-se de D. Maria Matias, que fez no passado dia 11 de Fevereiro de 1988 a bonita idade de 102 anos. Embora cega, infelizmente, é ainda uma boa conversadeira, muito lúcida, que nos contou muitos episódios da primitiva vida do Pilado, os quais lhe tinham sido narrados pelo seu pai e pelo seu avô.

18. S. Pedro de Moel

Encaixada no Pinhal, esta povoação esteve sob administração das Matas até 7 de Maio de 1926, data em que passou para a administração da Câmara Municipal da Marinha Grande. A planta de urbanização foi aprovada pela Câmara em Agosto de 1928.

A sua praia de areia dourada, fina e limpa, a majestosa penedia batida pelo mar e recheada de saborosos percebes³⁶ e o lindo casario de vivendas com varandas corridas de madeira e balaústres planos de ripa, que descem pela duna recheada de pinheiros, onde raramente se sente o vento, encantam e deslumbram os visitantes mais viajados. Tem por vizinhas as praias da Concha, Praia Velha, Pedras Negras e Crastas a Norte, e Valeiras e Água de Madeiros a Sul.



Fig. 1³⁷ - Fotografia aérea de S. Pedro de Moel. Final dos anos 1960 ou posterior.

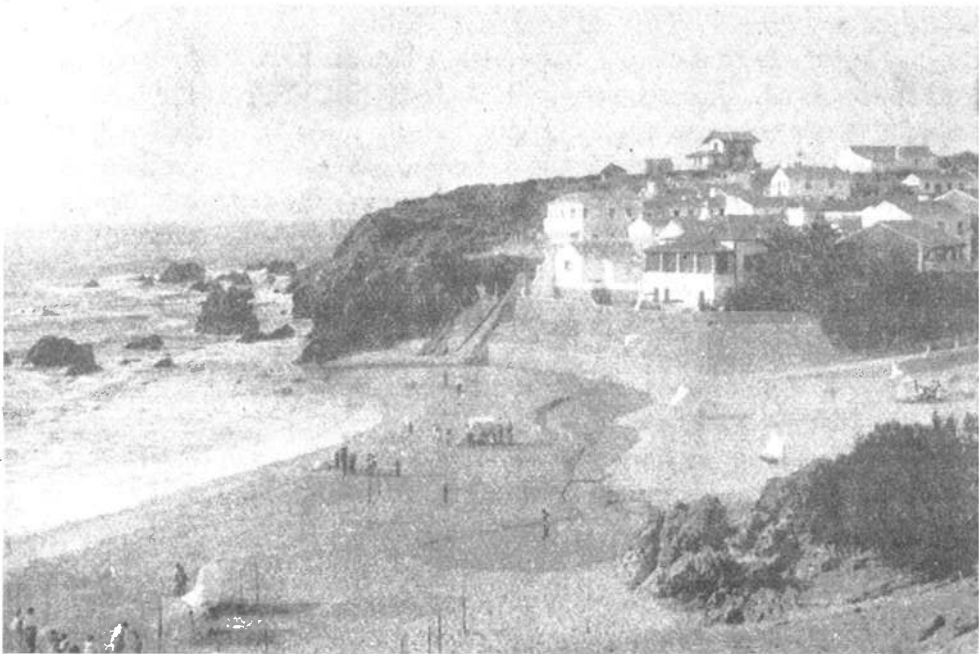


Fig. 2 - Praia de S. Pedro de Moel. Anos 1940.

O seu nome vem dos tempos em que os árabes, ainda senhores da cidade de Leiria, a baptizaram de terras de “Moer”. Mais tarde, com a construção de uma capela (onde hoje se encontra a esplanada, em sítio assinalado por uma lápide) da invocação de S. Pedro, foi o nome completado: S. Pedro de Moel.³⁸

O *Couseiro* escreve (p. 152):

“Foi este sítio muito frequentado, assim por ter o mar tão perto, como por ter lugares acomodados para a pescaria, muita caça no Camarçãõ e ser muito fresco. Tem um ribeiro de água doce que nasce perto, no qual houve dois moinhos de pão e muito boas hortas. Por tudo isto os marqueses de Vila Real tinham aí umas casas para quando lá iam.”

A primeira ermida foi destruída pelo mar (segundo *O Couseiro*), ou por um terramoto, em 1385³⁹, segundo o jornal leiriense *O Mensageiro*, de 29.01.1981. No mesmo jornal se lê que teria sido, mais tarde, reconstruída no local onde hoje se encontra a moderna capela, a mando do marquês de Vila Real, Luiz de Noronha, e de seu filho Miguel Luiz de Menezes, duque de Caminha. Há cinquenta anos ainda havia vestígios deste segundo templo. Os marqueses de Vila Real, cujos antepassados foram senhores e alcaides de Leiria, aqui tiveram a sua residência de Verão e grandes negócios, como fábricas de piche e alcatrão e vários barcos de comércio, entre os longínquos anos de 1464 e 1641, ano em que, envolvidos em conjura contra o rei, foram descobertos e executados, tendo os bens da família sido confiscados e entregues à Casa do Infantado. Reza a lenda que a duquesa de Caminha, não tendo conseguido provar a inocência de seu marido, refugiou-se na velha casa de onde só saía para ir carpir a sua desdita junto de um enorme penedo existente na escarpada costa. Essa grande rocha, onde brotam tufo de flores de cor roxa, apelidadas de suspiros ou saudades, foi mais tarde denominada Penedo da Saudade; aí se construiu, mais tarde o Farol de S. Pedro de Moel, de que falamos no capítulo sobre Transportes e Comunicações. (Estes elementos foram colhidos nos livros *Anais do município de Leiria*, de João Cabral, e *O Pinhal do Rei*, do Eng.º A. A. Pinto.)

Em ruínas, a velha casa dos marqueses foi adquirida, por volta de 1909, pelo pai do insigne poeta Afonso Lopes Vieira, que aí construiu uma linda vivenda, oferecida ao filho como prenda de casamento. Nessa bela casa, conhecida por “casa do poeta”, contemplou Afonso Lopes Vieira o imenso mar que tanto amou e que o inspirou para escrever muitos dos seus lindos poemas, como “Onde a terra se acaba e o mar começa” (título baseado na grande obra camoniana *Os Lusíadas*), que mandou inscrever na fachada principal da casa.

Onde a terra se acaba e o mar começa

*Onde a terra se acaba e o mar começa
é Portugal;
simples pretexto para o litoral,
verde nau que ao mar logo se arremessa.*

*Onde a terra se acaba e o mar começa
a Estremadura está,
com o verde pino que em glória floresça,
mosteiros, castelos, tanta pátria ali há!*

*Onde a terra se acaba e o mar começa
há uma casa onde amei, sonhei, sofri;
encheu-se-me de brancas a cabeça
e, debruçado para o mar, envelheci...*

*Onde a terra se acaba e o mar começa
é a bruma, a ilha que o Desejo tem;
e ouço nos búzios, 'té que o sol esmoreça,
novas da minha Pátria - além, além!...*

Afonso Lopes Vieira, figura ímpar na vida de S. Pedro de Moel e grande amigo da Marinha Grande e do seu povo, que sempre admirou e defendeu, legou à Câmara Municipal da Marinha Grande, em 24 de Outubro de 1938, a sua vivenda na praia, com a condição de servir unicamente para instalação de uma Colónia Balnear infantil, destinada aos filhos dos operários e guardas florestais⁴⁰ da Marinha Grande. Este legado é bem o testemunho das elevadas qualidades filantrópicas do Poeta e uma prova de amor pelas crianças, a quem sempre dedicou muito carinho. Tal como foi seu desejo, na parte Norte da casa, adaptada pela Câmara Municipal, funciona desde 1947 a Colónia Balnear Infantil Afonso Lopes Vieira, onde centenas de crianças filhas de trabalhadores da Marinha Grande gozam durante o Verão, em períodos quinzenais, das vantagens dos banhos de mar.



Fig. 3 - S. Pedro de Moel 1853 . Desenho de Miguel Joaquim de Cravalho.

Este lugar teve no passado longínquo grande importância como porto marítimo, onde eram carregadas madeiras para construção naval. Nesse tempo aí se construíram grandes armazéns para a madeira que aguardava transporte.

Existiram também na zona serrações hidráulicas, movidas pelas águas do pequeno ribeiro do Olho, dentro da povoação, e do ribeiro de Moel, na Ponte Nova. Existiu também uma fábrica para produção dos breus, piches e alcatrões, onde se chegaram a produzir 1 807 barris por ano, segundo a *Memória sobre o Pinhal Nacional de Leiria* ⁴¹.

Rodeada por imensos pinhais e pelos recantos paradisíacos da Mata, S. Pedro de Moel passou depois a viver apenas do turismo. Em 1883 existia uma Comissão de Melhoramentos, a quem a Câmara atribuiu um subsídio de 100 mil réis. Em 1892 foram representadas peças teatrais pelos veraneantes. Em 1942 os banhistas queixaram-se à Câmara, em abaixo-assinado, do estado lastimoso da praia: bancos partidos, bastante lixo e escuridão nas ruas.

Hoje, porém, encontra-se uma praia muito limpa; a povoação, com lindas vivendas, belos edifícios de apartamentos, ruas largas e avenidas bem cuidadas, é hoje um lugar maravilhoso para descanso e repouso.⁴²

Os milhares de turistas nacionais e estrangeiros que na época banear a procuram encontram ao seu dispor dois bons hotéis, variadíssimas pensões, restaurantes e cafés, dois excelentes parques de campismo, *courts* de ténis, bons pesqueiros, cinema, discoteca, etc.. Existe também um empreendimento com piscinas, restaurante, sala de espectáculos, etc., pertença da PROMUEL - Empreendimentos Turísticos de S. Pedro de Muel, SARL, sociedade fundada em 17 de Outubro de 1964 por José Nobre Marques, Manuel Morais Barosa, Adriano Marques Roldão, Joaquim A. Ferreira, António Boiça, Joaquim D. Alves, Manuel Pereira Frazão e Artur Neto de Barros. Em Junho de 1965 foi criado um centro hípico (CHPEL), com 9 cavalos, por iniciativa de Manuel Barosa, Horácio Filipe e J. D. Alves; tem boas cavalariças e um mestre de reconhecido valor: capitão António Serôdio.



Fig. 4 - Vista geral de S. Pedro de Moel. Anos 1940.



Fig. 5 - Praça de S. Pedro de Moel. Anos 1940.

Entre os poucos naturais de S. Pedro de Moel, figuras há que ainda são recordadas com saudade, como o velho António Boiça, banheiro zeloso e abnegado que durante a sua longa carreira salvou a vida de 43 banhistas atrevidos ou descuidados.



Fig. 6 - O velho "lobo do mar" António Boiça, ostentando as muitas medalhas que lhe foram atribuídas pelo Instituto de Socorros a Náufragos

Outros naturais de S. Pedro merecem ser recordados como figuras típicas, por muito terem contribuído para o seu desenvolvimento.

Alfredo Lameiro e seu pai Manuel Lameiro foram os primeiros padeiros. Artur Vilela e seu pai, o Ti João Pereira, foram os primeiros banheiros, cerca de 1892⁴³, tendo sido também moleiros, leiteiros, merceeiros, hortelãos e alquiladores: iniciaram as carreiras de galeras entre Marinha Grande e S. Pedro de Moel e forneciam géneros alimentícios aos veraneantes. Domingos Figueiredo Pereira, o "Domingos do café", teve o primeiro café, onde os veraneantes escutavam as suas histórias antigas sobre a vida da praia, cujos factos mais relevantes deixou escritos - como o do falado tremor de terra que teria arrasado S. Pedro de Moel e as Paredes, ou o lendário Ferreira da Mina, que teria explorado carvão no ribeiro de Moel. José Rosa Monteiro, o "Chapaio", foi um exímio pescador, que ensinava aos amadores as artes de bem pescar e a localização dos melhores pesqueiros. Artur da Silva Santos, que foi conhecido por "Artur Cinco", possuiu também uma taverna típica. Os velhos Ferraça e "Patarata" forneciam aos banhistas bom peixe por eles apanhado e boas hortaliças, trazidas das suas belas hortas das Valeiras. Os Togeiras e os Boiças dedicavam-se ao aluguer de barracas e quase todos foram também banheiros. Pereira Vilela (o "Vilela das camionetas"), empreendedor e trabalhador incansável, foi o pioneiro dos transportes motorizados de passageiros, que iniciou em 1925 (ver o capítulo sobre Transportes) e grande impulsionador turístico da famosa praia, para onde transportou, com os 23 grandes

autocarros que chegou a possuir, muitos milhares de veraneantes, turistas e banhistas.

S. Pedro de Moel, devido ao sossego e quietude que aí se goza, foi sempre preferida por artistas, principalmente poetas e homens de letras, que aí criaram muitas das suas grandes obras. O poeta marinhense José Ferreira da Silva (“Zézinho dos óculos”) aí se inspirou para escrever a célebre canção “S. Pedro de Moel”, gravada por Margarida Amaral, com música de Eduardo Loureiro.

*Onde a terra se acabou
há uma praia sem par!
E nela o mar começou
não cansando de a beijar!*

*Cheira a Sol e camarinbas
cheira a seiva de pinheiro!
Até as ondas marinbas
vão cantando o dia inteiro!*

(Refrão)

*Ó S. Pedro de Moel
onde Santa Isabel bordou a sua mantilha!
Tu pareces um brinquedo
burilado no rochedo, ó praia de maravilha!*

*Meu adorado S. Pedro,
presépio acastelado!
Quando chegar o Natal
Vou rezar para o teu lado!*

*Uma boda d'encantar
tu fizeste certo dia:
o casamento do mar
com a Mata de Leiria*

19. Salgueiro

64

Este pequeno lugar tem como vizinho o também pequeno lugar das Almuinhas. Situa-se entre as Figueiras e Casal Galego.

Os seus habitantes ocupam-se em várias actividades. Possui duas importantes e interessantes indústrias: a ROLANDECAL, uma das mais modernas e melhores fábricas portuguesas no fabrico de decalcomanias, e a NORMAX, que se dedica ao fabrico de aparelhos em vidro para laboratório, desde simples seringas até complicados aparelhos científicos, exportados para todos o mundo. (Ver o capítulo sobre Vidro e o capítulo Notas Dispersas Sobre Outras Indústrias.)

20. Trutas

Povoação situada a cerca de 4 km da Vila, entre o Pero Neto e a Amieira. O seu nome, segundo os idosos do lugar, vem dos tempos remotos em que existia um pouco a poente

da povoação uma ribeira rica em belas trutas, que os fidalgos da região vinham pescar.

Como a maioria das terras que formam a freguesia da Marinha Grande, viveu isolada durante muitos anos. O seu povo dedicava-se inteiramente à agricultura.

Só a partir de 1960, com a construção da estrada que liga a Vila à freguesia de Amor, se começou a desenvolver. Com pouca implantação industrial tem, no entanto, uma promissora indústria de artefactos de cimento, principalmente aros para poços, de Carlos de Jesus Gaspar.

O seu grande desenvolvimento deu-se no sector residencial.

21. Várzea

Situada nos subúrbios da Vila, implantada numa pequena campina à beira do ribeiro do Arco, o qual forma uma rica várzea que lhe deu o nome.

Os seus habitantes eram quase todos agricultores, nos tempos antigos. Hoje está transformada numa zona residencial de grande expansão.

F. Jurisdição Político-Administrativa

1. Junta de Freguesia

Como já se disse, a freguesia foi autonomizada no ano de 1600, pelo bispo D. Pedro de Castilho.

Desconhece-se quem teriam sido os presidentes até ao ano de 1905. Julga-se, no entanto, que esse lugar teria sido desempenhado pelos párocos.

Entre este último ano (1905) e os nossos dias - salvo o período de 4 de Outubro de 1917 a 17 de Novembro de 1926, de que não existem livros de actas nem apontamentos (consta que esses livros arderam num incêndio havido nos Paços do Conselho em 25 de Janeiro de 1934) - a Junta de Freguesia teve como presidentes⁴⁴:

de 1905 até 30 de Novembro de 1910: **padre Manuel Jorge Marçal**

de 1 de Novembro de 1910 a 31 de Dezembro de 1911: **José Pires de Albuquerque (a)**

de 2 de Janeiro de 1912 a 16 de Abril de 1913: **José Simplicio de S. Virgolino**

de 7 de Maio de 1913 a 1 de Outubro de 1913: **Júlio Carlos Etur**

de 2 de Outubro de 1913 a 31 de Dezembro de 1913: **Joaquim Augusto F. Morais**

de 2 de Janeiro de 1914 a 3 de Outubro de 1917: **Afonso Guerra Pedrosa**

de 4 de Outubro de 1917 a 17 de Novembro de 1926: **desconhecidos**

de 18 de Novembro de 1926 a 11 de Maio de 1930: **António Pereira Roldão**

de 28 de Novembro de 1930 a 3 de Abril de 1932: **Januário Martins**

de 4 de Abril de 1932 a 26 de Maio de 1933: **José de Jesus e Silva**

de 27 de Maio de 1933 a 2 de Novembro de 1955: **Januário Martins (b)**

de 3 de Novembro de 1955 a 1960: **António Dinis Baroseiro Júnior (c)**

de 1961 a 1970: **Alfredo dos Santos Marques (c)**

de 1971 a Maio de 1974: **Manuel Domingues Marques (c)**
de Maio de 1974 a Abril de 1976: **António Soares Pinto (d)**
de 26 de Abril de 1976 a 22 de Março de 1979: **Manuel Alves Cruz (e)**
de 24 de Março de 1979 a 31 de Dezembro de 1979: **José Reinaldo Alves Vicente (f)**
de 1 de Janeiro de 1980 a 30 de Maio de 1983: **José Marques Duarte (g)**
a partir de 1 de Junho de 1983: **Armando Manuel Lopes**
a partir de 15 de Dezembro de 1985: **Armando Manuel Lopes**

NOTAS

- (a) Eleito pelo povo democraticamente, como todos os restantes até 1926. A partir daí foram escolhidos pelo presidente da Câmara.
- (b) Foi presidente durante 22 anos.
- (c) Não se indicam com precisão as datas por não existirem elementos.
- (d) Eleita em plenário popular no dia 8 de Maio de 1974, no pavilhão da Embra. Nesse plenário foram também eleitos o secretário (Manuel Rosa Brandão) e o tesoureiro (José Miranda Júnior).
- (e) Primeiro presidente eleito por sufrágio universal e secreto (eleições de 12 de Dezembro de 1976) em representação de um grupo de cidadãos. Venceu por 42.6% de votos.
- (f) Exerceu a presidência devido ao falecimento do presidente anterior e por ser o segundo da lista mais votada.
- (g) Eleito em 16 de Dezembro de 1979 para o primeiro mandato e em 12 de Fevereiro de 1982 para o segundo mandato. Em ambos representou a APU, vencendo por 48.9% e 49.1%, respectivamente. Renunciou, por doença, em 30 de Maio de 1983, pelo que foi substituído pelo segundo concorrente mais votado, também da APU, Armando Manuel Lopes.

2. Assembleia de Freguesia

Este órgão autárquico, estabelecido pela Constituição Portuguesa após o 25 de Abril de 1974, tem sido dirigido pelos seguintes presidentes: Luís Maria Gaspar (eleito em 12 de Dezembro de 1976, pelo PS); Joaquim de J. Saraiva Fonseca (eleito em 16 de Dezembro de 1979, pela APU); Mário Jorge de Oliveira (eleito em 12 de Dezembro de 1982 e em 15 de Dezembro de 1985, pela APU).

3. Formação do Concelho

Em face do desenvolvimento da Marinha Grande, o alemão Frederico Luiz Guilherme Warnhagen, Administrador Geral das Matas do Reino, levou ao conhecimento da rainha D. Maria II a grandeza da freguesia, sugerindo que, que por esse facto e pelas perspectivas do seu futuro desenvolvimento, havia grande necessidade de a elevar à categoria de concelho.

A decisão não se fez esperar: em 6 de Novembro de 1836 foi publicado no *Diário do Governo* n.º 283 o despacho que formava o novo concelho da Marinha Grande, de que faziam parte as seguintes freguesias: Marinha Grande, Vieira de Leiria, Carvide, Monte Real, Maceira e o lugar da Moita, desanexado da freguesia de Pataias (ver *Legislação Portuguesa, Coleções de Leis, Decretos e Providências Regulamentares*, de 1836)⁴⁵.

Por razões por nós desconhecidas, a Comissão Instaladora do novo concelho não foi imediatamente nomeada. Entretanto, iniciavam-se em Lisboa os estudos da Novíssima Reforma Judiciária e do novo Código Administrativo, publicados respectivamente em 1841 e 1842. Talvez por se terem iniciado esses estudos⁴⁶, saiu um novo decreto - o n.º 93, de 17

de Abril de 1838 - que eliminava o concelho da Marinha Grande: "O concelho da Marinha Grande, no distrito administrativo de Leiria, será eliminado e as suas freguesias anexas ao concelho de Leiria".

A partir daí, o povo da Marinha Grande, desgostoso pela resolução, iniciou grande campanha a favor da restauração do concelho.

Imediatamente foram dirigidas à rainha exposições mostrando os inconvenientes que essa resolução traria ao progresso económico da terra.⁴⁷ Em 25 de Maio de 1852, aproveitando a visita da família real à Fábrica de Vidros, a convite dos arrendatários (Manuel Joaquim Afonso e José da Silva Virgolino) as forças políticas marinhenses aproveitaram para renovar o pedido da restauração do concelho.

Em 1860, a Junta Paroquial iniciou forte campanha para que o povo marinhense participasse, através de um vereador seu, nas resoluções tomadas pela Câmara Municipal de Leiria, de quem a Marinha Grande, como a sua maior e mais importante freguesia, dependia. Essa pretensão foi concretizada e em 25 de Agosto de 1863 era nomeado como vereador o marinhense José da Silva Virgolino. Seguiram-se-lhe: em 1864-65, Francisco Taibner de Moraes; em 1866, José Domingues Eduardo⁴⁸; em 1870-71, José Taibner Crespo de Moraes; de 1887 1892, Gervásio da Silva Neto; de 1893 a 1995, António José Magalhães Júnior; de 1899 a 1904, José dos Santos Barosa; 1905 a 1906, padre Manuel Jorge Marçal; 1908, João da Silva e Sousa; 1908-10, Aníbal Guedes Coelho. Após a implantação da República, tiveram esse cargo: de 1911 a 1913, Tomás da Silva Pereira Roldão; em 1913, José Simplício de Sousa Virgolino; 1914 e 1915, Guilherme Pereira Roldão. Estas notas foram retiradas dos *Anais do município de Leiria*, de João Cabral.⁴⁹

Esta vitória reforçou e animou decididamente a Junta Paroquial, que nunca mais abrandou a luta pela restauração do concelho, aproveitando todas as oportunidades.

Aquando da visita do duque de Saldanha que, acompanhado de figuras destacadas do governo, veio, em 6 de Março de 1866, à Marinha Grande inaugurar o alto-forno de Pedreanes (ver o capítulo Notas Dispersas Sobre Outras Indústrias) o conde de Azarujinha aproveitou para lhe entregar uma exposição sobre o assunto.

Mais tarde, em 13 de Outubro de 1889, o político local José Ferreira Custódio Júnior fundou, com outros, o jornal *Autonomia*, em 13.10.1889, destinado à defesa dos interesses da Marinha Grande e a reforçar a luta pela restauração do concelho.

Em 21 de Setembro de 1890 a Junta de Paróquia da Marinha Grande enviou ao rei uma exposição, em que se dizia:

"... pede apenas a restituição da sua autonomia municipal, que lhe foi conferida pela organização administrativa de 6 de Novembro de 1836 e reforçada pelo decreto especial de 17 de Agosto de 1837, o que tudo põe esta concessão ao abrigo de quaisquer contestações fundamentadas ou conflitos desagradáveis ..."

Pedia-se aqui a restauração do concelho compreendendo as freguesias de Marinha Grande, Vieira, Carvide, Monte Real, Amor, Maceira e Pataias.

Aquando da visita do rei D. Carlos, em 21 de Agosto de 1892, a convite do arrendatário da Real Fábrica na época, conde de Azarujinha, uma comissão composta por José Ferreira Custódio Júnior, conselheiro Joaquim Taibner de Moraes, Gervásio da Silva Neto e o presidente da Junta Paroquial entregou nova exposição contendo o mesmo pedido. Desta visita resultou a elevação a Vila da povoação da Marinha Grande (despacho de 24 de Agosto de 1892). Também aquando da visita feita à Marinha Grande, em 22 de Outubro de 1899, pelo príncipe herdeiro Luiz Filipe, de novo a comissão para a restauração do concelho

fez notar o caso aos visitantes, sem obter resposta satisfatória.

A Junta Paroquial formada em 11 de Janeiro de 1905, a que presidia o padre Manuel Jorge Marçal e de que faziam parte Francisco Afonso Taibner de Moraes, Joaquim de Oliveira, Ricardo dos Santos Galo, Ernesto Duarte, David de Oliveira e José Lúcio Ferreira Gândara (este como regedor), chamou a si a tentativa de fazer restaurar o concelho. Em 1908 foi criada uma Comissão para a restauração do concelho, de que faziam parte Tomás Pereira Roldão, José dos Santos Barosa, Dr. Manuel Francisco Alves, José Simplício Sousa Virgolino, Joaquim Matias Sobrinho, Ilídio Duarte de Carvalho, João da Silva e Sousa, Joaquim Augusto de Moraes, António Matias Sobrinho, João Magalhães Júnior, Dâmaso Luís dos Santos, Joaquim Gouveia Pedrosa, Alfredo Luiz Fêteira, Guilherme Pereira Roldão, José Franco Júnior, Afonso Guerra, José Custódio Ferreira Júnior, Dr. Joaquim Taibner Moraes.⁵⁰

Após a implantação do regime republicano no país, por via da revolução de 5 de Outubro de 1910, foram tomadas as seguintes deliberações: demitir a antiga Junta; nomear nova Junta, formada por José Pires de Albuquerque (presidente), José Simplício de Sousa Virgolino, José Augusto Ferreira Abreu, Joaquim Ferreira de Moraes, José de Sousa Neto, Albino da Silva (vogais) e Malaquias Pereira da Silva (regedor), a qual passou a denominar-se “Junta Paroquial Republicana da Marinha Grande”; continuar a luta pela restauração do concelho. Alguns bens da Junta de Paróquia passaram para o domínio da freguesia, como a residência paroquial e sede da Junta (edifício onde hoje está instalado o posto da PSP) e os terrenos do Passal (situados entre a igreja e a Creche Pereira Crespo, onde mais tarde foi construído o Jardim Municipal).

A primeira acção política desta Junta, em colaboração com a Comissão eleita já em 1908, foi enviar ao Ministério do Interior uma petição em que se referia o grande desenvolvimento local:

“ ... hoje só a freguesia da Marinha Grande consta cerca de 6000 almas e mais de 1500 fogos. Tem, além disso, 7 fábricas de vidro, 6 fábricas de telha e tijolo, 3 fábricas de produtos resinosos e 2 serrarias mecânicas, sendo a população da Marinha Grande muito superior à da cidade de Leiria ... ”

- e se pedia a restauração do concelho, com a inclusão das freguesias de Marinha Grande, Amor, Maceira e Pataias.

Logo de seguida, em 5 de Dezembro de 1910, a Junta organizou uma excursão, em comboio especial, a Lisboa, em que se incorporaram mais de 600 pessoas para cumprimentar o novo Governo e reforçar o pedido da restauração do concelho. O jornal *O Século*, em 12 de Dezembro, dedica toda a primeira página a essa grande manifestação e pede também, como justa, a restauração do concelho.

Tal como geralmente acontece por todo o mundo, também a Marinha Grande sofreu as consequências políticas da grande mudança do regime. Alguns fervorosos adeptos republicanos tomaram iniciativas contra o antigo regime monárquico e, principalmente, contra a Igreja católica e contra os padres: retirada dos badalos dos sinos da igreja, para silenciar a chamada dos fiéis aos actos litúrgicos; inutilização dos brasões reais que encimavam os portões da fábrica de Resinagem; perseguições e esperas com espancamento a alguns padres. Chegou a Vila a estar sem assistência religiosa, sendo os paroquianos obrigados a deslocarem-se a Leiria para proceder aos registos de nascimento, casamento e óbito. Finalmente, foi nomeado o padre José da Cruz Perdigão, que para aqui veio em 1911 e se manteve até 1937. (Este elementos foram extraídos das actas da Junta Paroquial e do livro *O clero da diocese de Leiria*, do padre José Carreira; ver o capítulo sobre Religião).

4. Câmara Municipal

Finalmente, em Janeiro de 1917, por proposta do deputado Magalhães Godinho, foi aprovada no Congresso da República a restauração do concelho. No Diário do Governo de 20 de Janeiro de 1917, I série, n.º 11, vem publicada a Lei n.º 644, do seguinte teor:

“Em nome da Nação, o Congresso da República decreta e eu promulgo, a Lei seguinte:

Artigo 1º - É restaurado o antigo concelho da Marinha Grande, com sede naquela Vila, e constituído por esta freguesia e pela da Vieira que, portanto, fica desanexada do concelho de Leiria.

Artigo 2º - Dos encargos que a Câmara Municipal de Leiria tem para com a Companhia Geral de Crédito Predial Português e Caixa Geral de Depósitos e instituições de Previdência, fica a cargo do novo concelho da Marinha Grande uma parte proporcional ao rendimento colectável da paróquia desanexada.

Artigo 3º - Cessam desde já as funções dos cidadãos das duas paróquias que pertençam à Câmara Municipal ou Junta Geral de Leiria, e o Governo, pelo Ministério do Interior, designará o dia para, nos dois referidos concelhos, se proceder à eleição da Câmara Municipal e Procurador à Junta Geral.

Artigo 4º - Fica revogada a legislação em contrário.

Os ministros do Interior e das Finanças a façam imprimir, publicar e correr.

Paços do Governo da República, 25 de Janeiro de 1917 - Bernardino Machado - Brás Mouzinho de Albuquerque - Afonso Costa.”

Em 26 de Março de 1917 o Governador Civil de Leiria nomeou a Comissão Instaladora, composta por José dos Santos Barosa (presidente), José Simplício de Sousa Virgolino, Joaquim Matias Sobrinho, Ilídio Duarte de Carvalho e Joaquim Gouveia Pedrosa (vogais). Para assistir o acto, aguardando as autoridades que vinham de Leiria, estavam no largo fronteiro à sede da Junta milhares de pessoas da Marinha Grande e da Vieira, banda de música e todos os membros da Junta (na altura presidida por Afonso Guerra Pedrosa). À chegada da comissão estrelejaram os foguetes, a música tocou o hino nacional e a multidão vitoriou os membros do governo, da comissão e o novo concelho. O presidente da Junta logo pôs à disposição o edifício desta para nele funcionar a futura Câmara Municipal. Ficou também assente que o dia oficial para a restauração do concelho seria o de 26 de Março de 1917, que também passaria a ser feriado municipal.

A comissão instaladora procedeu à instalação da Câmara no edifício referido e nomeou os primeiros funcionários, a título interino: chefe da secretaria, Jaime de Almeida Coutinho; amanuense, José da Silva Barosa; contínuo, zelador, pregoeiro e cobrador de terrado, José Dinis Pereira; aferidor, Álvaro Pereira Franco; tesoureiro, José de Sousa. Também procedeu à instalação do primeiro posto da Guarda Nacional Republicana, em 21 de Maio de 1917, num prédio de Manuel da Silva, situado próximo à Rua da Restauração (hoje fazendo parte da Fábrica de Vidro Neutro).

Os primeiros órgãos municipais eleitos tomaram posse em 8 de Outubro do mesmo ano. Logo de manhã, juntou-se praticamente todo o povo, acompanhado pelos políticos

mais destacados da terra e por duas bandas de música, à entrada da Vila (junto à creche Pereira Crespo, hoje Junta de Freguesia), para aguardarem os convidados: representantes do presidente do Ministério, do ministro do Fomento e do Governador Civil de Leiria, senadores e deputados, o presidente da Câmara de Leiria, vereadores, jornalistas, etc..

Foram empossados como membros da primeira Comissão Executiva (eleita por escrutínio secreto dentre a vereação eleita directamente pelos munícipes) José Simplício de Sousa Virgolino (presidente), Joaquim Augusto Ferreira de Moraes (vice-presidente), Dionísio Augusto da Mota (secretário), Joaquim Gouveia Pedrosa (vice-secretário) e Alfredo Luiz Fêteira (vogal).

A partir de 1917, dirigiram as várias Câmaras, Comissões Administrativas ou Comissões Executivas os seguintes presidentes (indicam-se as datas de início de exercício):

- 8 de Dezembro de 1917: **José Simplício de Sousa Virgolino**
- 12 de Janeiro de 1918: **Ilídio Duarte de Carvalho**
- 11 de Setembro de 1918: **José Ferreira Custódio Júnior**
- 20 de Dezembro de 1918: **João da Silva e Sousa**
- 5 de Abril de 1919: **Joaquim Augusto Ferreira de Moraes**
- 12 de Agosto de 1920: **Joaquim Moraes Matias**
- 2 de Janeiro de 1923: **José de Sousa Neto**
- 2 de Janeiro de 1926: **Joaquim Augusto Ferreira de Moraes**
- 21 de Julho de 1926: **Joaquim Ferreira Domingues**
- 20 de Janeiro de 1928: **António de Paula Brito**
- 14 de Junho de 1928: **Dionísio Augusto da Mota**
- 25 de Maio de 1929: **José Matias Ferreira**
- 13 de Dezembro de 1929: **Isidro Couceiro Neto**
- 19 de Março de 1930: **Domingos Silvestre Ferreira**
- 02 de Novembro de 1931: **António Matias**
- 22 de Março de 1932: **Isidro Couceiro Neto**
- 27 de Abril de 1933: **Domingos Silvestre Ferreira**
- 29 de Maio de 1935: **José Guilherme Roldão**
- 13 de Maio de 1941: **Dr. Adolfo Laborinho Cardoso**
- 27 de Março de 1945: **Dr. Luís dos Santos Lopes**
- 13 de Novembro de 1952: **Víctor Manuel Amaro S. Santos Gallo**
- 25 de Abril de 1960: **Manuel Afonso T. Moraes S. Barosa**
- 14 de Setembro de 1964: **Adriano Marques Roldão (a)**
- 24 de Maio de 1974: **António Afonso dos Santos Barata (b)**
- 26 de Agosto de 1975: **Francisco Vareda de Jesus Pedroso (c)**
- 5 de Janeiro de 1977: **Dr. Artur Neto Barros (d)**
- 2 de Janeiro de 1980: **João Barros Duarte (e)**
- 5 de Janeiro de 1983: **Emílio Ferreira Rato (f)**

NOTAS

- (a) Último presidente do regime salazarista-marcelista.
- (b) Eleito após a revolução de 25 de Abril de 1974, em plenário da população realizado em 8 de Maio de 1974, por proposta da CDE. No mesmo plenário foram também eleitos os seguintes vereadores: Américo dos Santos Catita, José Manuel Ferreira Barroca, Francisco Vareda de Jesus Pedroso, José Duarte Bizarro, Manuel Lopes, Joaquim de J. Saraiva Fonseca, Teodósio Pedrosa, Júlio Paiva Dinis Mouco, Aguinaldo Estrada Santos, Virgílio O. Lemos, Francisco Veríssimo Duarte e Artur Pereira de Oliveira. Entretanto, renunciaram aos cargos Américo dos Santos Catita, Manuel Lopes, Joaquim de J. Saraiva Fonseca e Júlio Paiva Mouco, tendo o delegado da Junta de Salvação Nacional (um oficial do Exército) sancionado os restantes. Devido aos muitos afazeres da Comissão Administrativa foi criado o lugar de vice-presidente, para o qual foi escolhido o vereador Francisco Vareda de Jesus Pedroso.
- (c) Escolhido por renúncia do anterior presidente, António Afonso Barata.
- (d) O primeiro presidente da Câmara, eleito por sufrágio universal e secreto após o 25 de Abril de 1974 (nas eleições de 12 de Dezembro de 1976). Representando o Partido Socialista, venceu com 43.61% dos votos.
- (e) Eleito em 16 de Dezembro de 1979, em representação da APU, com 46,3% dos votos.
- (f) Eleito nos dois últimos mandatos, sucessivamente em 12 de Dezembro de 1982 (com 47.9%) e em 15 de Dezembro de 1985 (com 51,9% dos votos), sempre em representação da APU.

A Câmara Municipal da Marinha Grande é presentemente⁵¹ constituída pelos autarcas seguintes: Emílio Ferreira Rato, presidente e pelouros dos Serviços de Secretaria, Tesouraria, Polícia, Relações Públicas, Serviços de Aprovisionamento, Assuntos Económicos e Financeiros, Águas e Saneamento, Relações com as Juntas de Freguesia, Obras Municipais, Parque Industrial; José Luís Marques de Sousa, vereador, pelouros de Electricidade, Juventude, Colectividades, Organismos Populares de Base, Questões de trabalho ligadas à secção de Pessoal, Desporto, Cultura, Terceira Idade e apoio ao Presidente, Júlio Brito Parreira, vereador, pelouros de Obras, Particulares, Urbanização, Loteamentos, Assuntos Sociais, Mercados e Feiras da freguesia da Vieira; Armando Gonçalves Constâncio dos Santos, vereador, pelouros de Educação, Ensino, Infância, Tempos Livres, Relações com a Assembleia Municipal, Jardins, Turismo, Higiene e Limpeza, Mercados e Feiras da freguesia da Marinha; António Dias Caetano, vereador, pelouros de Deficientes, Comércio e Indústria; Manuel Domingues dos Santos, vereador, pelouros de Toponímia e Trânsito; Zeferino André, vereador, pelouros de Saúde, Cemitérios e Transportes Urbanos.

5. Assembleia Municipal

Este órgão autárquico, que veio substituir o antigo Senado Municipal, começou a funcionar após as eleições de 12 de Dezembro de 1976, em obediência à nova Constituição Portuguesa do pós-25 de Abril de 1974.

Tem sido dirigido pelos seguintes presidentes: após as eleições de 12 de Dezembro de 1976, Francisco Vareda de Jesus Pedroso; após as eleições de 16 de Dezembro de 1979, Dr. Osvaldo Alberto Sarmiento e Castro; após as eleições de 12 de Dezembro de 1982, *idem*; após as eleições de 15 de Dezembro de 1985, *idem*. Francisco Vareda de J. Pedroso foi eleito em representação de um grupo de cidadãos; o Dr. Osvaldo Castro representou sempre a APU⁵².

A actual mesa da Assembleia Municipal é composta por: presidente, Dr. Osvaldo Alberto S. Castro; primeiro secretário, José Duarte Bizarro; segunda secretária, Maria Estrela Melchior Dinis Mouco.

6. Outros Órgãos Autárquicos

Para além destes, outros políticos tiveram acção meritória na vida e desenvolvimento do concelho, como os Regedores e Administradores do concelho, de quem não falamos por não nos ter sido possível encontrar todos os nomes dos que pertenceram a esses órgãos políticos, apesar de grandes esforços nesse sentido.

G. Toponímia

Foi no ano de 1900 que pela primeira vez se atribuíram oficialmente nomes às principais ruas da Vila. Segundo se lê nos *Anais do município de Leiria*, de João Cabral, foi o vereador José dos Santos Barosa quem propôs atribuir os seguintes nomes:

Praça Stephens - Rua Marquês de Pombal - Rua Warnhagen - Rua D. Amélia - Travessa de Bernardino José Gomes - Rua Bernardino Barros Gomes⁵³ - Rua Luciano Miguéis - Rua do Rosário - Rua Melo Gouveia - Beco dos Suspiros - Rua do Bairro Novo - Beco do Cosme - Rua Pedro Viana - Largo do Albuquerque - Largo N. Senhora do Rosário - Rua da Alegria - Largo D. Dinis - Rua João de Sousa - Travessa do Cotovelo - Rua do Montepio - Beco das Gaeiras - Rua da Rosa - Largo do Lezirão - Rua da Restauração - Av. Elvino de Brito - Av. Conde de Azarujinha - Av. Taibner de Moraes - Rua da Mãe d'Água - Rua da Esperança - Rua da Fonte Nova - Rua das Flores e Rua da Central.

A maioria destes topónimos ainda se mantém, tendo outros sido alterados, nem sempre por razões bem fundamentadas.

Em 17 de Março de 1910 a R. da Tipografia passou a R. Alexandre Herculano. Em 1 de Março de 1928 o Largo da Fonte⁵⁴ passou a Largo Ilídio de Carvalho. Em 12 de Março de 1923 o Largo do Lezirão passou a Largo Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Em 8 de Outubro de 1975 foram retirados da toponímia alguns nomes consagrados da vida marinhense, como Dr. Manuel Francisco Alves, Conde de Azarujinha e Warnhagen, a quem a Marinha Grande muito deve do seu desenvolvimento; as artérias que tinham estes topónimos passaram a chamar-se, respectivamente, R. 18 de Janeiro de 1934, Av. José Gregório e Av. 1º de Maio. Também foram atribuídos novos nomes ao Parque Heróis do Ultramar, que passou a Parque Mártires do Colonialismo, à R. Rafael Duque, hoje R. 25 de Abril e à R. Fundo Industrial Vidreiro, que passou a R. António Lopes de Almeida.⁵⁵

H. Monumentos

Embora, como se sabe, a Marinha Grande não seja uma terra rica em monumentos, não deixou de evocar na pedra ou no bronze alguns dos acontecimentos mais relevantes da sua vida, assim como de recordar algumas figuras importantes que contribuíram para o seu engrandecimento.⁵⁶

Desses monumentos damos a seguir nota, de que acompanharemos de alguns dados históricos.

1. Monumento aos Mortos da Grande Guerra

Situado na Av. D. Dinis, foi inaugurado em 9 de Abril de 1935 para homenagear os combatentes portugueses mortos durante a I Guerra Mundial (1914-1918).

Foi construído por iniciativa de Manuel Leal Júnior, ao tempo presidente da Comissão de Iniciativa e Turismo, e de Álvaro Barros, presidente da delegação local da Liga dos Combatentes.

O projecto, da autoria de Alberto Nery Capucho (pintor e director da Escola Industrial da Marinha Grande), embora simples e modesto encheu de orgulho os marinhenses.

À inauguração, a que assistiram muito povo e as autoridades civis e militares máximas do Distrito, estiveram também presentes cinquenta e quatro antigos combatentes do Concelho e uma delegação do jornal *Vítimas da Guerra*, de onde extraímos estes elementos.

2. Monumento a Bernardino Barros Gomes

Foi levantado na entrada principal da Mata, em Pedreanes, à memória de um dos maiores silvicultores portugueses de todos os tempos.

Alvitrada a sua construção na Conferência Florestal de 1917, só a 30 de Setembro de 1939 foi inaugurado.

A simplicidade do monumento traduz o trabalho, o carinho e o amor pela causa florestal que o insigne silvicultor levou em vida.

Desconhece-se o autor do projecto, que tem no corpo superior a efigie do Mestre num medalhão em bronze e representados em relevo os azeiros e arrifes (a sua grande obra). No corpo inferior lê-se: "Ao insigne Engenheiro de Florestas - Bernardino Barros Gomes - o pessoal Florestal - 30/9/1939".

Nesse mesmo dia foi plantado junto ao monumento um *Pinus Pinea fragilis* já com 3 anos de idade, que hoje ensombra todo o monumento.

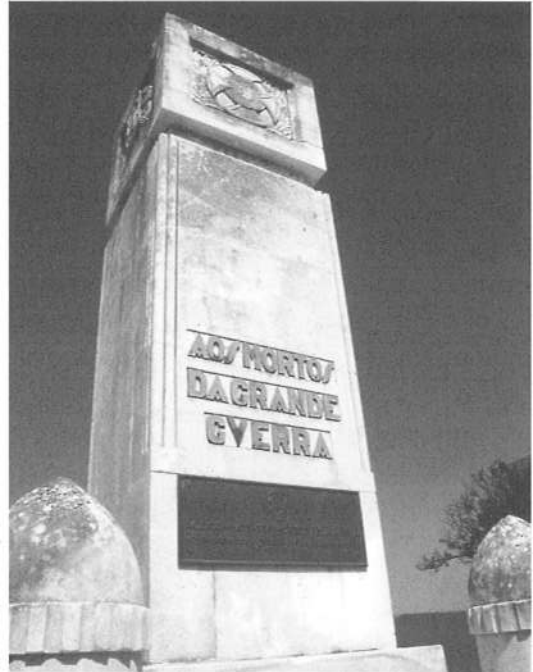


Fig. 7 - Monumentos aos Mortos da Grande Guerra.

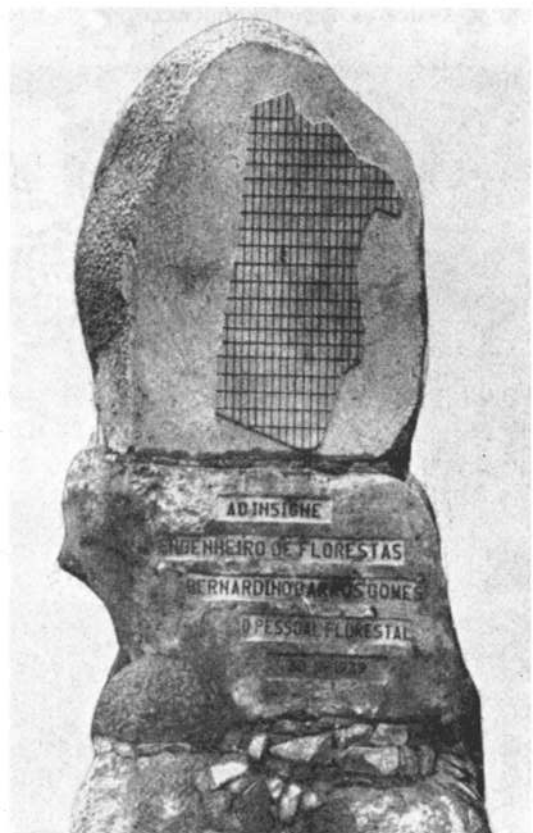


Fig. 8 - Monumento a Bernardino Barros Gomes, em Pedreanes.

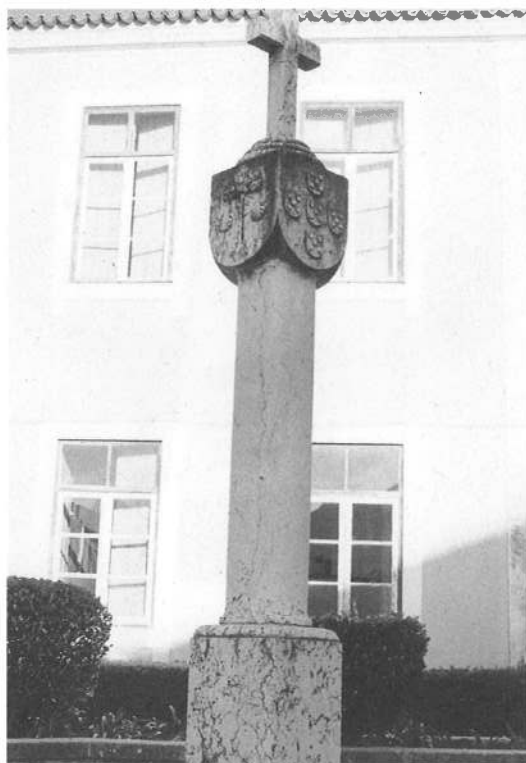


Fig. 9 - Cruzeiro da Independência



Fig. 10 - Monumento a Guilherme Stephens

3. Cruzeiro da Independência

Associando-se às comemorações do duplo Centenário da Fundação e Independência de Portugal, não quis a Marinha Grande deixar passar despercebida a data de 1940, em que por todo o Portugal se comemoraram os oito séculos de fundação e independência.

Em 1 de Setembro de 1940 foi, assim, erguida no adro da igreja matriz, por iniciativa do pároco, Padre Higinio L. Duarte, uma cópia aproximada dos padrões que os Descobridores de antanho deixaram espalhados pelas terras então desconhecidas dos europeus.

O cruzeiro, cujo autor desconhecemos, é um elegante monumento em mármore polido ostentando a Cruz de Cristo, as cinco quinas e o escudo da Marinha Grande.

4. Monumento a Guilherme Stephens

Situa-se na velha praça em frente da Fábrica que ele mesmo fundou em 1769.

Executado pelo escultor leiriense Luís Fernandes, foi inaugurado em 24 de Agosto de 1941.

O pedestal que suporta o busto de Stephens em bronze tem numa das faces a seguinte dedicatória: "A Guilherme Stephens - o pessoal da Nacional Fábrica de Vidros - 1941".

Foi construído por iniciativa do director da Fábrica, Doutor Acácio de Calazans Duarte, e totalmente pago por todos os empregados e operários, que se cotizaram para o efeito. À inauguração estiveram presentes as autoridades, o pessoal da fábrica, delegações dos operários vidreiros de todas as fábricas e muito povo.

Para garantir a sua preservação e conservação, o monumento foi entregue aos cuidados da Câmara Municipal da Marinha Grande.

5. Baixo-relevo evocativo do Comandante dos Bombeiros, Joaquim Carvalho d'Oliveira

Este baixo relevo, em bronze, da autoria de Joaquim Correia, encontra-se colocado no átrio do Teatro-Cinema Guilherme Stephens, por iniciativa da Administração da Nacional Fábrica de Vidros.

Tem a efigie do homenageado e a seguinte legenda: "Joaquim Carvalho d'Oliveira - Mestre Lapidário - Comandante dos Bombeiros - 1880 - 1939".

Joaquim Carvalho d'Oliveira foi um devoto à causa dos Bombeiros Voluntários, ficando a dever-se-lhe a reconstrução do velho teatro, inaugurada em 24 de Agosto de 1941 - dia em que foi também inaugurado o baixo-relevo que o homenageia.



Fig. 11 - Medalhão homenageando Joaquim Carvalho

6. Busto de Afonso Lopes Vieira

Erguido na mais linda praça da famosa praia de S. Pedro de Moel, encontra-se o busto de Afonso Lopes Vieira, o grande poeta que aqui viveu e legou à Câmara Municipal da Marinha Grande a sua casa de Verão, para nela ser instalada uma Colónia Balnear Infantil.

O pequeno busto, colocado em Outubro de 1947, por iniciativa do então presidente da Câmara, Dr. Luís Santos Lopes, foi modelado em bronze pelo escultor marinhense Joaquim Correia.

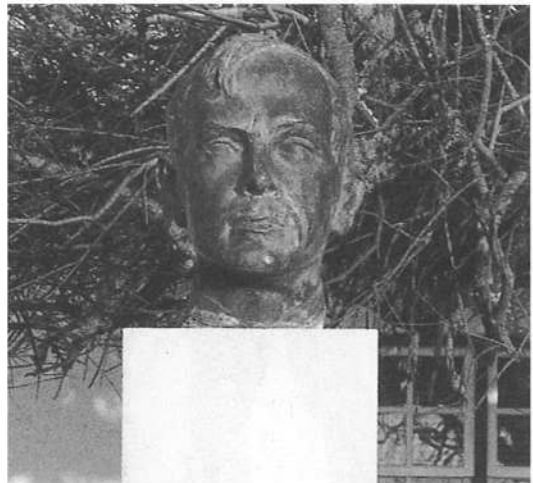


Fig. 12 - Busto de Afonso Lopes Vieira, em S. Pedro de Moel.

7. Efigie do Doutor Acácio de Calazans Duarte

Também colocado no átrio do Teatro Guilherme Stephens, este medalhão em bronze, executado pelo escultor Joaquim Correia, deve-se à iniciativa do pessoal da FEIS.

Destina-se a homenagear o grande homem que, com inteligência, dedicação e grande esforço, não só recuperou a Fábrica



Fig. 13 - Efigie de Acácio Calazans Duarte.

como também muito contribuiu para a restauração do velho Teatro.

Além da sua efigie, o medalhão tem a seguinte legenda: “Calazans Duarte - Homenagem do Pessoal da Fábrica Escola Irmãos Stephens (antiga Nacional Fábrica de Vidros) ao Engenheiro-Administrador - Acácio Calazans Duarte - 1958”.



Fig. 14 - Orfeu.

76

Junho de 1965.

Na frente tem uma figura dormindo o sono eterno, a legenda “O concelho da Marinha Grande honra os seus heróis”, e os dizeres de Fernando Pessoa: “Não dormes sob os ciprestes, pois não há sono no mundo”.

Como última homenagem a prestar aos Mártires do Ultramar ficaria bem colocar no referido monumento o nome de todos os nossos marinhenses que perderem a vida em consequência da horrível e inglória guerra, travada em terras de África: Jorge Manuel Cabeleira Filipe; Carlos Manuel Barosa dos Santos; Hélder Luciano de Jesus Roldão; Carlos de Jesus Vareda; José Leonel Morouço da Silva; Álvaro Ferreira da Silva; Graciano de Sousa Rato; Amílcar Paulo Gomes Grilo; Fernando Ramos Mendes; Augusto dos Santos Bernardes; Eduardo Rosário dos Santos; Joaquim José Salsinha da Silva; José Manuel Guerra Curado; Fernando Nunes Duarte. (Esta é a

8. *Estátua Orfeu*

Foi oferecida à Câmara Municipal da Marinha Grande pelo escultor marinhense Joaquim Correia, para embelezar o lindo Jardim Municipal.

O *Orfeu* é uma obra de inegável valor artístico, colocada no jardim em 26 de Abril de 1958. Representa a figura mitológica grega que cantou o amor que tinha por sua mulher Eurídice.

Caso curioso: na altura, a exposição ao público da estátua foi objecto de alguma hesitação por parte de certos “moralistas”, bem como, infelizmente, de posteriores actos de vandalismo, demonstrando que o nosso povo andava arredado da cultura.⁵⁷

9. *Monumento aos Heróis do Ultramar (hoje chamado Mártires do Colonialismo)*

Erguido no interior do Parque Mártires do Colonialismo, é um monumento sóbrio, de linhas simples, mas de grande significado, pois recordará para sempre à Marinha Grande os jovens filhos que perdeu na estúpida guerra do Ultramar.

O monumento, da autoria do escultor Joaquim Correia, foi inaugurado no dia 5 de



Fig. 15 - Monumentos aos Heróis do Ultramar.

relação, fornecida pelos serviços do Cemitério da Marinha Grande, dos militares aí enterrados com honras militares entre 1961 e 1969.)

10. Busto de Víctor Manuel A. S. dos Santos Gallo

Foi erguido em memória deste ilustre marinhense, que presidiu aos destinos do concelho por largo tempo (entre 1952 e 1960) e que nos deixou vasta obra de renovação e progresso da Vila.

Localizava-se no topo Sul do aprazível Parque Mártires do Colonialismo.

Executado pelo escultor marinhense Joaquim Correia, o busto foi inaugurado em 5 de Junho de 1965, com a presença de muito povo, de vários ministros e das autoridades distritais.

Erguido para recordar perpetuamente aos vindouros esta figura de insigne marinhense, não pode cumprir esse destino pois, a seguir à Revolução de 25 de Abril, alguns revolucionários mais exaltados (julga-se que não eram filhos da Marinha Grande) cometeram o acto insólito de o decapitar.

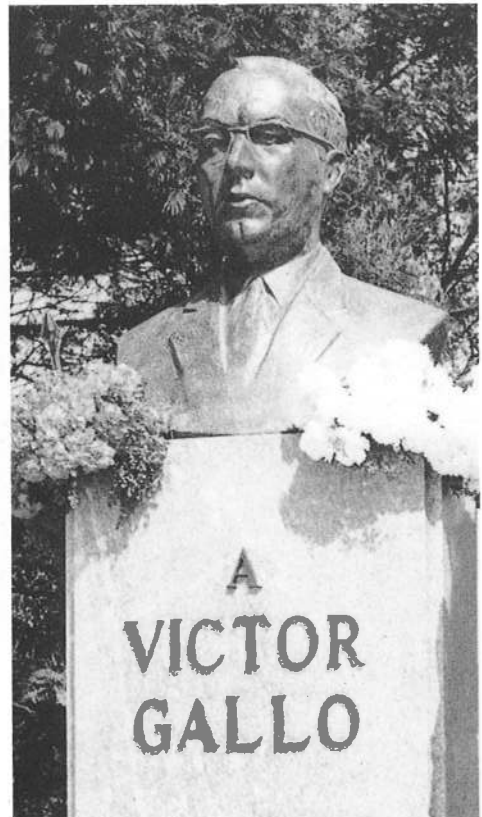


Fig. 16 - Busto de Víctor Gallo.



Fig. 17 - Monumento a D. Dinis e Santa Isabel, em S. Pedro de Moel.



Fig. 18 - Monumento à revolta de 18 de Janeiro de 1934.

11. Grupo escultórico em memória de D. Dinis e Santa Isabel

Foi erguido em S. Pedro de Moel, na orla do famoso Pinhal, em evocação ao par real que o terá mandado semear.

O monumento, da autoria do escultor Numídio Bessone, foi oferecido à Marinha Grande pelo Ministro das Obras Públicas e é considerado monumento nacional⁵⁸, segundo o *Jornal da Marinha Grande* de 04.08.1972.

Foi inaugurado, segundo julgamos, em Outubro⁵⁹ de 1972.

12. Monumento evocativo da Revolta de 18 de Janeiro de 1934

Foi erigido na Praceta do Vidreiro, por iniciativa do Sindicato Vidreiro.

Destina-se a imortalizar o levantamento revolucionário armado de 18 de Janeiro de 1934, levado a cabo pelos operários vidreiros numa tentativa frustrada de acabar com as situações de perseguição, exploração e falta de trabalho que por várias vezes, nos últimos anos, os haviam atirado para a miséria e para fome. O monumento lembra aos vindouros o sofrimento, a miséria e a fome que este povo trabalhador e ordeiro teria passado para que, em nome do trabalho e na defesa social dos trabalhadores, tivesse participado nessa revolução.

É composto por dois blocos de pedra: um, servindo de pedestal ao operário vidreiro armado, e ostentando a legenda: "Homenagem ao Movimento Operário do 18 de Janeiro"; o outro tem esculpidas em baixo-relevo figuras trabalhando o vidro.

Executado pelo escultor marinhense Joaquim Correia, foi inaugurado em 18 de Janeiro de 1984.

I. Curiosidades e Notas⁶⁰

1. Bandeira Municipal

Foi desenhada pelo marinhense João de Magalhães Júnior, logo após a restauração do concelho.

É esquartelada de amarelo e negro. Cordões e borlas de ouro e negro. Haste e lança douradas.

As armas são vermelhas, com um pinheiro de ouro freitado de verde, sustido de negro, sainte de um contra-chefe de dunas de areias de prata. Listel branco com os dizeres, a negro: "Vila da Marinha Grande".⁶¹

2. Hino do concelho

Criado em 7 de Abril de 1932 pelo maestro António Augusto Lopes, foi tocado pela primeira vez em público aquando das comemorações do 15º aniversário da restauração do concelho.

3. Orçamento camarário

Por curiosidade, e para se avaliar a evolução do concelho da Marinha Grande nos últimos 70 anos, sabe-se que em 1917 (ano da restauração do concelho) o orçamento camarário foi de 8 616 réis e que em 1987 atingiu a enorme verba de 1 072 565 contos.⁶²

4. Visitas régias⁶³

Aos 17 de Outubro de 1786 toda a família real veio visitar a Marinha: a rainha D. Maria I, segundo relata o padre Manuel da Costa Barros no livro do registo paroquial, jantou com Guilherme Stephens, que fez toda a despesa com muita generosidade. De tal maneira que as sobras foram distribuídas pelos pobres, que durante uma semana tiveram pão e carne em abundância.⁶⁴

Em 27 de Maio de 1852 esteve na Marinha a rainha D. Maria II, acompanhada pelo seu marido, D. Fernando, e pelos seus filhos, D. Pedro e D. Luiz. Transportaram-nos em liteiras por caminhos de terra batida.

Em 21 de Agosto de 1892 visita a Marinha Grande o rei D. Carlos, acompanhado pela rainha, pelo infante D. Afonso e por grande séquito. Vieram de comboio. À rainha foi oferecida uma garrafa de seis vinhos, trabalho primoroso de Severiano Matias, e também uma garrafa de *toilette*, acabada de fazer por Joaquim de Oliveira. Ao príncipe foi oferecido um copo para água, gravado por João José de Magalhães com a Torre de Belém. Escreveu o rei no livro da Fábrica:

"Os nossos sinceros parabéns aos empresários, directores e operários desta importante Fábrica, pelo estado de desenvolvimento da sua indústria, e ao mesmo tempo os meus cordiais agradecimentos pela espontânea e tão agradável recepção que aqui acabamos de ter."

O rei visitou de seguida a Resinagem, que muito admirou. A guarda de honra foi feita por guardas florestais e actuaram várias bandas de música.⁶⁵

Em 1899 o príncipe Luís Filipe visitou a marinha, recebendo uma espada em vidro, feita por J. Morais Matias.

5. *Comemorações do fim da Guerra 1939-1945*

No dia 7 de Maio de 1945 a Marinha Grande comemorou o final da guerra de forma invulgar.

Na Embra formou-se um grandioso cortejo, em que se incorporaram milhares de pessoas. Toda a gente largou o trabalho pela tardinha para poder participar. O cortejo era precedido por uma banda, que tocava o Hino da Maria da Fonte, por retratos de Churchill, Roosevelt, Estaline⁶⁶ e pelas bandeiras dos países aliados.

Pelo trajecto, até à Praça Stephens, reuniram-se milhares de pessoas que vitoriavam os heróis e davam vivas à liberdade, à paz e a Portugal.

6. *Descanso semanal*

Em 3 de Agosto de 1907 o governo de João Franco publicou um decreto que dizia: “O dia destinado ao descanso semanal é o domingo”. No entanto, esse decreto, no parágrafo 3º, deixava uma porta aberta para que os municípios pudessem escolher outro dia.

Assim, a Marinha Grande optou pela quinta-feira, o que ficou estabelecido em 22 de Fevereiro de 1911⁶⁷. Antes, a Câmara Municipal de Leiria queria que fosse à quarta-feira.⁶⁸

Só em 1 de Janeiro de 1940 se estabeleceu o descanso dominical.

7. *Teares*

Em 1849 existiam na Marinha Grande 16 teares de linho.

8. *Maiores proprietários*

Dos 40 maiores proprietários do concelho de Leiria em 1852, três eram da Marinha Grande: Francisco Taibner de Morais, Félix Baptista Vieira e José Domingues, da Garcia.

9. *Apanha da azeitona*

Já em 1855 saíam da Marinha Grande, para apanhar azeitona, 88 pessoas, e da Vieira 8 (indicação colhida em *Leiria no século XIX*, de Joaquim de Oliveira da Silva Bernardes).

10. *Sociedade Vinícola Marinhense, Lda.*

Fundada em 16 de Abril de 1934, na Marinha Grande, por Mariano Pereira Henriques e Raul dos Santos Tovim, com o objectivo de exercer o negócio da compra e venda de vinhos e seus derivados.

Iniciou-se pela montagem de um grande armazém, situado na actual Av. 1º de Maio, num prédio arrendado a Jacinto Teodósio Pereira, de Vieira de Leiria.

*II - O Pinhal*⁶⁹

Como homenagem póstuma, este capítulo é dedicado ao rei D. Dinis, aos humildes e sacrificados trabalhadores do Pinhal e a quantos tornaram possível a realização deste importante e majestoso Monumento, que foi concebido por Pinhal Real e ao qual a Marinha Grande deve toda a sua grandeza e progresso.

A. Justificação

Poderá parecer estranho incluir-se neste trabalho um desenvolvido historial sobre o Pinhal. Fazemo-lo pela razão de que não é possível falar da Marinha Grande e da sua história esquecendo que foi da grande Mata que lhe vieram as bases mais importantes para o seu desenvolvimento estrutural e económico.

O Pinhal está na base da fundação da Marinha Grande e da sua transformação no grande centro industrial que hoje é. Primeiramente desenvolveram-se as indústrias de serração de madeiras e destilação de produtos resinosos (alcatrão e piche) e, depois, a principal indústria marinhense - o vidro - que sem as lenhas, indispensável combustível na época, não poderia ter sobrevivido. Foi ainda em relação com o Pinhal e seus serviços que a Marinha Grande obteve algumas estruturas de base: o próprio povoamento inicial, muitas edificações, as primeiras estradas, cedência de terrenos para a consolidação como povoação, etc..

Por isso iremos falar da origem do Pinhal, do valor dos seus produtos na economia regional e nacional, das suas estruturas, do seu desenvolvimento e de um ou outro facto de interesse local.

B. O seu Aparecimento - a sua Origem⁷⁰

Perde-se na vastidão dos tempos a origem do Pinhal, embora alguns historiadores atribuam a sementeira ao Rei D. Dinis e a sua mulher, a rainha Santa Isabel.

Concretamente, sabe-se que mesmo antes da fundação de Portugal já aqui existiam pinheiros mansos. Como surgiram é que se desconhece. Já há cerca de 100 anos, mais concretamente em 8 de Dezembro de 1889, se podia ler no jornal marinhense *Autonomia* o seguinte sobre a origem do Pinhal: "o Pinhal de Leiria é por certo muito anterior à fundação da monarquia. Vem da dominação árabe ou talvez ainda anterior e levou muitos séculos a completar-se."

Há, de facto, várias opiniões a este respeito. Vamos transcrever em parte o parecer de Carlos Manuel Baeta Neves, Professor do Instituto Superior de Agronomia (extraído da *Monografia de Carvide*, de Joaquim dos Santos Amado):

"Da origem da Mata de Leiria pouco se sabe; o que existia na área que actualmente lhe corresponde no tempo de D. Dinis é uma incógnita. Muito provavelmente restos de vegetação espontânea, entre a qual o pinheiro manso deveria ter sido a árvore mais abundante, entrecortada por áreas de duna, por acumulação de areias vindas do litoral, transportadas e acumuladas pelo vento, ou de outra origem, submergindo essa vegetação onde ela, por acção abusiva do homem (corte e queima) tivesse perdido a força no sentido de se opor à invasão.

(...) A afirmação de que foi o rei D. Dinis que mandou plantar o Pinhal de Leiria, repetida ao longo de séculos, reproduzida nos livros onde se começa a aprender a ler, carece de fundamento seguro, pelo menos para se dizer quanto se diz e da forma como é dito.

Que lhe possa ser atribuída a introdução do pinheiro bravo, isso é outra coisa: por dedução, com certa lógica, pode-se admitir que estando o Rei empenhado em desenvolver a construção naval, tivesse ficado entusiasmado com a descrição que lhe tivesse sido feita da espécie de pinheiro que existia em França, na região das Landes, muito frequentada na altura pela navegação portuguesa.

Enquanto o pinheiro manso lhe daria bom material para a construção do cavername, o mesmo já não aconteceria para o costado e outras partes das embarcações que exigiriam de preferência altos mastros, longas e resistentes tábuas, que o pinheiro manso, pela pequena altura e falta de aprumo do seu fuste, não lhe fornecia nas condições que esse tal pinheiro da França o podia fazer, sem qualquer intervenção humana, por natureza ou dom próprio.

E então é fácil idealizar o entusiasmo do monarca e as ordens que tenha dado para lhe trazerem sementes dessa espécie e dessa origem; mas uma coisa é idealizar e outra é demonstrar, e a demonstração cabal, baseada em documentos do tempo e mesmo posteriores, ainda não surgiu, apesar da consulta que foi feita na Torre do Tombo, embora só nas Chancelarias Reais.”

Algumas lendas ficaram ligadas à sementeira do Pinhal. A que chegou até aos nossos dias foi a de que o Pinhal teria sido semeado pela Rainha Santa Isabel, esposa do Rei D. Dinis, “arremessando ao vento uma arregaçada de penisco”. De facto, talvez a Rainha tenha tido influência na sementeira: era senhora absoluta de todas as terras situadas em redor de Leiria (doação feita por D. Dinis no ano de 1300) e viveu durante largos períodos nos paços de Monte Real.

Foi o rei D. Dinis a dar impulso ao alargamento do Pinhal⁷¹, por ter em vista dois importantes objectivos: segurar as areias que os ventos arrastavam para as férteis terras do interior, prejudicando a agricultura em que via uma das maiores riquezas públicas; obter muitas madeiras para a construção de barcos, com vista ao desenvolvimento do comércio marítimo e das pescas, nos quais poderia assentar a economia do Povo.

Assim nasceu o Pinhal Real, que viria a ser o primeiro sustentáculo económico da Marinha Grande - esse Pinhal a que o ilustre silvicultor Arala Pinto chamou “maior monumento de Portugal”.

C. Localização, Limites, Área e Clima⁷²

1. Localização e limites

O Pinhal está praticamente todo localizado no concelho da Marinha Grande, de cuja superfície ocupa cerca de dois terços.

Começa junto à foz do rio Liz e estende-se pela faixa litoral, para Sul, até Água de Madeiros; daí em direcção ao interior até à Guarda da Lagoa Cova; depois quase em linha recta, para Norte, até Vieira de Leiria; por fim, segue o Rio Liz até à sua foz.

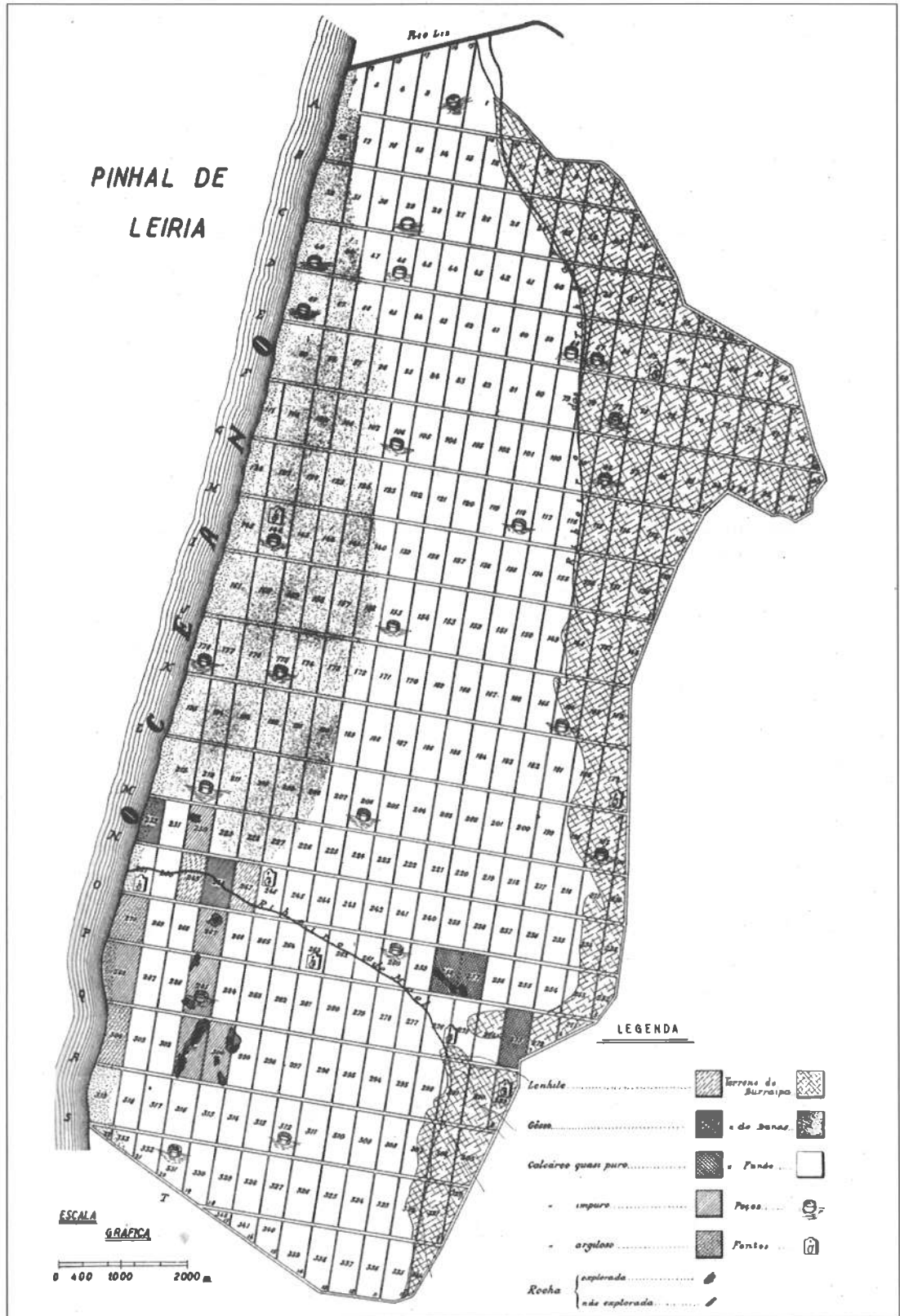


Fig. 19 - Pinhal de Leiria, carta topográfica, escala 1:10 000. 1940.

2. Área

Apenas em 1597 (reinado de Filipe, o rei espanhol que muito se interessou pelo Pinhal) foi devidamente demarcado, com a colocação de marcos à sua volta⁷³. Mas só depois do levantamento feito por Bernardino Barros Gomes, à volta do ano de 1867⁷⁴, se definiram realmente os limites da grande Mata que, salvo pequenas alterações, se mantiveram até cerca de 1920. A partir desse ano, e devido à restauração do concelho da Marinha Grande (em 1917), esses limites foram sendo alterados com a cedência à nova autarquia de algumas parcelas de terrenos imprescindíveis ao seu desenvolvimento.

Em 1980 a área do Pinhal era, segundo o respectivo *Ordenamento*, de 11 032,26 hectares.

O Pinhal tem uma largura máxima de 8 400 metros (aceiro F, entre o mar e a Guarda da Louça) e o comprimento também máximo de 18 700 metros (arrife 15, entre as Tercenas e o Ponto do Facho).

Os aceiros são arruamentos rectilíneos com 10 metros de largura, orientados no sentido nascente-poente, designados pelas letras de A a T, de norte para sul, e distantes entre si de 800 metros aproximadamente (nos seus extremos estão colocados marcos de pedra, com indicação da letra respectiva). Existem 21 aceiros, sendo o A junto ao rio Liz e o T junto ao Camarçãõ.

Os arrifes são arruamentos rectilíneos com 5 metros de largura, orientados no sentido norte-sul e numerados de 1 a 22, abertos de 400 em 400 metros, cuja numeração se inicia de nascente para poente.



Fig. 20 - Um aceiro

Os aceiros e arrifes formam talhões, numerados de 1 a 343, que começam à margem esquerda do Rio Liz, na Guarda dos Calvos (n.º 1) e terminaram à guarda da Lagoa Cova (n.º 342) - da terra para o mar, e de norte para sul.

Este grandioso trabalho foi iniciado por Warnhagen e continuado sob orientação do silvicultor Bernardino Barros Gomes, por volta de 1866⁷⁵.

3. Clima

Em tempos, existiram na Mata vários postos meteorológicos. Três deles (S. Pedro de Moel, talhão nº 259 e Marinha Grande - edifício da Resinagem) foram estabelecidos por Bernardino Barros Gomes em 1881. Em 1926 foram instalados outros três, no Engenho, Mioteira e Vieira. Encontravam-se dotados com bom material, como udómetros, evaporómetros, termómetros de máxima e mínima, psicrómetros, heliógrafos e anemómetros.

Segundo se lê n' *O Pinhal do Rei*, de A. Arala Pinto, os dados meteorológicos registados nesses postos no período 1926 a 1937 indicam uma temperatura média de 15°, máxima de 41,1° e mínima de 5,2°.

Os ventos dominantes sopram do Norte.

Estes postos deixaram de funcionar há relativamente pouco tempo, naturalmente por não interessarem.

D. Riqueza e Exploração do Subsolo

Do subsolo do Pinhal têm sido extraídos, ao longo dos tempos, variadíssimos produtos de grande interesse na vida económica e industrial da Marinha Grande.

1. Água

Embora existindo na região vários outros lençóis de boa água, como os da Amieirinha, Embra e Lameira de Picassinos, vem hoje do Pinhal quase toda aquela consumida no concelho. É captada através de furos artesianos e distribuída a partir de um monumental reservatório, no Alto dos Picotos, com capacidade para cerca de 8 milhões de litros, construído pela CMMG em 1983.

O Pinhal é também rico em fontes e poços de boa água, construídos pelos Serviços Florestais.

Nessas fontes e poços, situados em lugares aprazíveis e frescos, rodeados de frondosas árvores e providos de mesas e bancos cortados, dessedentavam-se os trabalhadores e os animais que trabalhavam na grande Mata e, nos dias festivos ou de descanso, milhares de operários vidreiros que aí procuravam passar um merecido dia de lazer na companhia da família e dos amigos, longe do calor dos fornos.

Recordamos as fontes do Tromelgo, Ponte Nova, Água Formosa, Garcia, Engenho, S. Pedro de Moel, Felícia, Franceses, do arrife 14, Arrieiros, Valdimeira, dos Guardas, do arrife 20, do Canto do Ribeiro, das Canas, dos Morangos, do Sardão, etc.. Algumas destas fontes, que antigamente eram cuidadas pelos Serviços Florestais, sendo parte delas protegidas por paredes e escadarias em tijolo, encontram-se hoje em grande estado de degradação. Somente a da Formosa se encontra protegida e bem arranjada, mas isso deve-se à acção da autarquia, que por ser a fonte muito utilizada pelas populações chamou a si esse melhoramento.⁷⁶

Também a Mata possui vários poços, abertos em tempos para dessedentar os animais que trabalhavam no Pinhal: poços dos Vinte, das Crastas, dos Dezoito, do Fogo Velho, do José Bernardo, da Guarda Nova. Ainda hoje existem alguns, como o poço dos Sete (situado

na estrada Marinha Grande - S. Pedro de Muel, próximo do cruzamento com a Estrada dos Sete), o poço do Zé Bernardo (na estrada Marinha Grande - Vieira, próximo do aceiro K) e mais alguns situados dentro do Pinhal. Antigamente, os Serviços Florestais tinham por estes poços cuidados especiais: eram providos de bombas manuais e grandes tanques para o gado beber. Hoje encontram-se quase destruídos. Embora se reconheça a sua pouca utilidade, é pena deixarem-se perder.

Vem a propósito ainda lembrar que pelos terrenos do Pinhal passam o rio Liz, os ribeiros de S. Pedro de Moel e do Olho e as pequenas ribeiras da Lagoa Cova, da Tábua da Escoura, da Lagoa das Éguas, da Embra e da Pedrulheira.

O rio Liz nasce próximo das Cortes (lugar das Fontes) e entra no mar junto à Praia da Vieira. A sua foz, segundo diz Arala Pinto n' *O Pinhal do Rei*, teria sido, em tempos remotos, junto às pedras do Pedrógão.

O ribeiro de Moel, ou Rio Tinto, nasce na Lagoa Cova (Sapinha) e desagua na Praia Velha. A estrada florestal que margina este ribeiro, entre a ponte do Rio Tinto (também conhecida por ponte de S. Pedro) e a sua foz, é das mais lindas que há em Portugal.

O ribeiro do Olho nasce junto à Fonte do Olho, no vale de S. Pedro de Muel, e morre na praia, apenas a 300 metros.

O ribeiro da Tábua nasce na parte Norte do Pinhal (talhão 148) e vai até ao rio Liz.

2. Areias

Utilizadas, ainda hoje, no fabrico do vidro – embora só em variedades pouco exigentes no aspecto cristalino – e na construção civil. Para fabrico do vidro, ficaram célebres as areias da Valdimeira.

3. Diorito

Pedra que, depois de aparelhada em forma de paralelepípedo, foi muito utilizada pelos serviços florestais na pavimentação de recintos, como Pedreanes, e estradas, como as de S. Pedro de Moel e da Vieira de Leiria.

4. Ferro

Em 1855, segundo nos diz Joaquim de Oliveira Bernardes no seu precioso trabalho *Leiria no Século XIX*, Jorge Croft regista as minas da Légua Velha, perto da Marinha Grande, e da Ribeira da Escoura, cujos produtos foram mais tarde (1866) utilizados no alto forno de Pedreanes.

5. Gesso

Extraído na zona das Pedras Negras, foi utilizado em grande escala no fabrico de cimento nas fábricas de Maceira-Liz e de Pataias, principalmente durante a II Guerra Mundial (1939-45).

6. Lenhite

Extraída no lugar da Mina (Canto do Ribeiro). Foi utilizada em 1939 em fornos a carvão marca *Teisen*, na Fábrica Nova (hoje IVIMA), para suprir a falta de carvão de pedra que então se verificou no mercado.

Anteriormente, em 12 de Janeiro de 1918, Domingos Figueiredo Pereira, Carlos R. Correia Mendes e J. Henriques⁷⁷ tinham formado a sociedade Minas de S. Pedro de Muel, Lda., para exploração de lenhite e carvão das minas de Ponte Nova, Valdimeira e Mina d'Orey, situadas na Mata.⁷⁸

7. *Pedra de Calcário (Óxido de cálcio)*

Foi extraído em boas quantidades para o fabrico de cal, numa fábrica do Engenho, explorada por José dos Outeirinhos, e noutra situada na Guarda Nova (Quinta do Zé Custódio), explorada por Maurício da Pedra⁷⁹.

8. *Petróleo*

Também este precioso líquido chegou a ser prospectado, mas que se saiba sem grandes resultados. Em 1960 fizeram-se grandes estudos (perfurações) no Pinhal, no talhão 258, próximo da Ponte do Ribeiro de S. Pedro, mas dos seus resultados nada transpareceu. Só se sabe que os furos foram fechados e protegidos por forte placa de cimento.

9. *Surraipa*

Trata-se de um produto orgânico constituído por camadas compactas, composto sobretudo de anidrido silícico⁸⁰, com que em tempos se construíram casas, cómodos e muros. Depois de rebocada com cal, oferecia grande resistência à intempérie.

Ainda hoje são visíveis, principalmente nos lugares, algumas dessas construções.

Embora útil como material de construção, a surraipa foi até há pouco tempo um flagelo para a Mata, por não permitir que as raízes das árvores penetrassem suficientemente no solo, o que as tornava raquíticas e doentes. Este problema arrastou-se por muitos anos. Em 1958, no entanto, por iniciativa do chefe da Circunscrição Florestal na época, eng.º Amaral, foi adquirido um tractor CAT D7 equipado com *bulldozer* e *ripper*, com o qual se procedeu a várias experiências, que resultaram bastante positivas. Com este importante trabalho recuperaram-se 1 100 ha de terrenos, onde antes só existiam pinheiros raquíticos e amarelecidos e hoje já existem zonas verdejantes e saudáveis, de bom pinhal. (Notas extraídas do *Ordenamento Florestal* de 1980.)

E. As Árvores Especiais existentes no Pinhal

A beleza do majestoso Pinhal tem sido cantada por inúmeros poetas nacionais e alguns estrangeiros, por nele encontrarem tranquilidade, sossego e sítios paradisíacos e românticos. Ali não há só pinheiros bravos, mas também variadíssimas espécies exóticas formando lugares aprazíveis, belos e frescos - que, inexplicavelmente, cada vez são menos aproveitados turisticamente⁸¹.

Foi na contemplação dessas majestosas árvores, nessas aprazíveis lugares, que o grande poeta Afonso Lopes Vieira se inspirou para escrever o lindo poema:

*“Catedral verde e sussurrante, aonde
A Luz se ameiga e se esconde
E onde, ecoando a cantar,
Se alonga e se prolonga a longa voz do mar;
Ditoso o Lavrador que a seu contento
Por suas mãos semeou este jardim
Ditoso o poeta que lançou ao vento
Esta canção sem fim...”*

Há de facto no Pinhal, embora em pequenas quantidades, grande variedade de espécies além do pinheiro - desde arbustos que nascem espontaneamente, como o tojo, a camarinhira, o medronheiro, o samouco, a morganiça, os fetos, etc., até grandes árvores exóticas, plantadas em várias épocas⁸². Existem também várias essências, algumas exóticas, plantadas para estudos botânicos, que ajudam também a quebrar a monotonia do pinhal bravo.

Dessas lindas e frondosas árvores, que resistiram ao ciclone de 15 de Fevereiro de 1941 (ver neste capítulo o ponto sobre as catástrofes que assolaram o Pinhal) podem ver-se alguns belos exemplares nos lugares da Mata, e anexos, a seguir indicados.



Fig. 21 - Os célebres "pinheiros serpentes"

- ♦ Na orla marítima: curiosos e raros "pinheiros serpentes, alguns até de uma beleza mórbida, que o cloreto de sódio vindo do mar, impelido pelos ventos, prejudicou no seu crescimento obrigando-os a rastejar, tomando assim formas bizarras" (do livro *O Pinhal do Rei*, de A. Arala Pinto).
- ♦ Margens do Ribeiro de Moel: exemplares raros de carvalhos, faias e bonitos amieiros plantados em 1950 com vista a alindar a estrada paralela ao ribeiro, entre a Ponte de S. Pedro e o Canto do Ribeiro (à Praia Velha).
- ♦ Recinto das Árvores (próximo de S. Pedro de Moel, talhão 268): acácias de grande porte - infelizmente já raras, dão sombra ao local atapetado pelas suas folhas e esperam silenciosamente a chegada dos muitos veraneantes que disputam o local.
- ♦ Ponte Nova: *Eucaliptus Globulos* Labill., com mais de 50 metros de altura - os maiores da Europa, segundo dizem; acácias altíssimas, raras no nosso país.
- ♦ Talhão 232: pinhal manso⁸³.
- ♦ Parque do Tromelgo: seculares *Eucaliptus Globulos* Labill., com mais de 40 metros de altura; *Cupressus Lusitanica* Mill., com os seus 15 metros; liriodendros; acácias; magnólias; *Abies Nordmanniana* Spach.; etc..
- ♦ Parque do Engenho: Acácias *Melanoxylon* R. Br., com cerca de 15 metros; *Cupressus Lusitanica* Mill.; etc..
- ♦ Av. José Gregório (antiga Av. Warnhagen): enormes plátanos, graças aos quais aquela artéria foi em tempos conhecida por "Passeio Público"⁸⁴.

Até há pouco tempo existiam na Mata, além destas espécies exóticas e dos pinheiros serpentes, também alguns outros pinheiros raros: o Pinheiro do Facho, com 1,85 metros de diâmetro e 39 metros de altura; o Pinheiro de Pedreanes, com 32 metros de altura; o Pinheiro do Moutinho; o Pinheiro do H, no talhão n.º 268, cujo nascimento defeituoso o transformou num perfeito H.



Fig. 22 - Pinhal manso

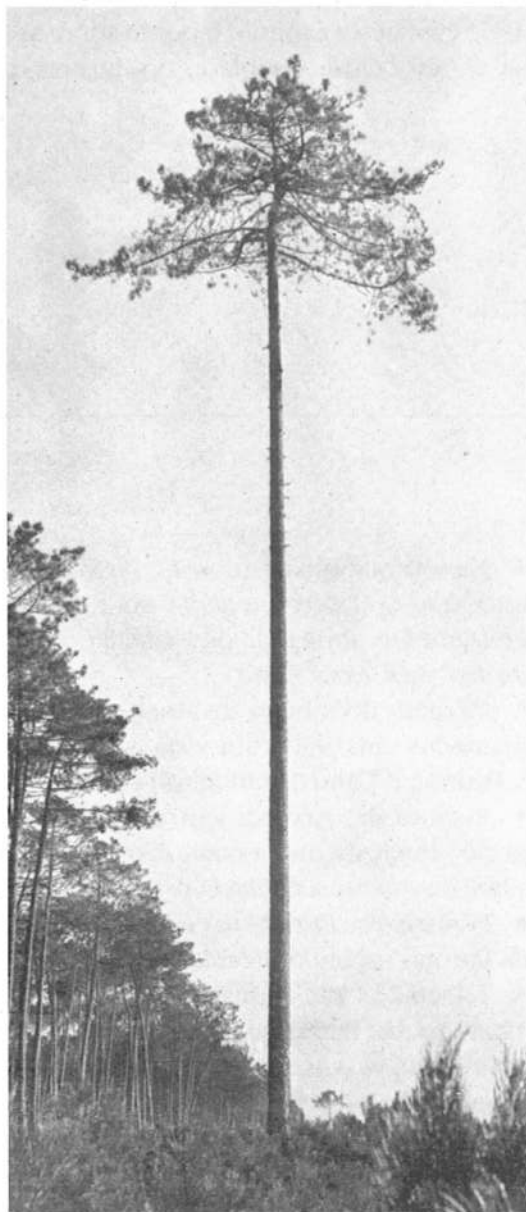
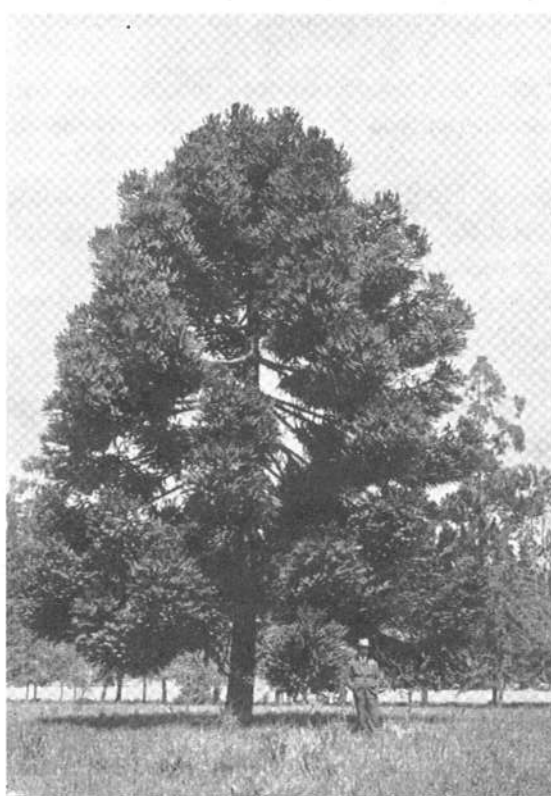


Fig. 24 - Um "páo real"

Fig. 23 - Uma *Araucaria Brasiliensis*

F. A Importância da Madeira do Pinhal na Construção Naval: Comércio Marítimo, Pescas, Descobertas⁸⁵



Fig. 25 - Tipo de barco utilizado na pesca com arte xávega.

Ainda no reinado de D. Dinis (1279 a 1325) as madeiras do Pinhal começaram a ser utilizadas na construção de pequenos barcos (xávegas) com que se iniciaram as pescas nos pequenos ancoradouros situados entre as praias de Pedrógão e N. Senhora da Vitória (Paredes).⁸⁶

Foi ainda D. Dinis quem fomentou a construção naval por todo o litoral português, fundando vários estaleiros, com vista ao desenvolvimento do comércio. Mandou vir de Itália pessoal especializado na construção naval e navegação, incluindo o genovês Manuel Pezagna, que foi almirante da esquadra.

D. Fernando, que reinou entre 1367 e 1383, deu grande importância ao Pinhal, pois precisava das suas madeiras para a construção de barcos, indústria que impulsionou com vista ao comércio e à navegação. Mandou construir na foz do ribeiro de Moel (Praia Velha) uma grande lagoa artificial, onde as madeiras vindas pelo rio eram retidas à espera de ocasião propícia para serem carregadas nos barcos que as transportariam para os estaleiros da Pederneira (Nazaré), Alfeizerão (S. Martinho do Porto) e Ribeira das Naus (Lisboa). Diz no seu livro *O Pinhal do Rei* o insigne escritor Eng.º A. A. Pinto que as ruínas dessa lagoa ainda são visíveis.

Em 1415, D. João I e os seus quatro filhos iniciaram as conquistas em África e Gil Eanes dobrou o cabo Bojador em 1434. Com o entusiasmo das primeiras Descobertas, feitas sob o signo do Infante D. Henrique por João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira (1418), que aportaram à Ilha de Porto Santo, as madeiras do Pinhal começaram a ser procuradas intensivamente pelos inúmeros estaleiros fundados ao longo de toda a costa marítima.

No reinado de D. Manuel I (1495 a 1521) o Pinhal passou por um período de grande desenvolvimento e azáfama: a presença portuguesa nos mares requeria cada vez mais embarcações, pelo que o rei exigia mais madeira; por outro lado e para satisfazer essa

exigência, o Couteiro-Mor recrutava por toda a região mais serradores, lenhadores e carreiros. Eram tantos os barcos portugueses espalhados pelo mundo que, segundo Oliveira Martins diz no seu livro *Portugal nos Mares* só na Índia existiam 806 naus.

Foi por esses tempos que o Pinhal Real teria vivido o período de maior desenvolvimento. Segundo nos relata Pinheiro Chagas a partir de uma narrativa do mareante e calafate Bastião Fernandes, da Pederneira, que visitou o grande Pinhal, naquelas matas não se ouvia senão a bulha dos machados a cortar as árvores mais valentes que por lá se encontravam e o chiar dos carros puxados por bois utilizados no transporte das madeiras. Teria sido por esses tempos, segundo admite Arala Pinto no seu livro *O Pinhal do Rei*, que se inventou o célebre carro dobrado, em que se transportavam os grandes pinheiros (ver Fig. 40).

Também os reis espanhóis que governavam Portugal entre 1550 e 1640 dedicaram atenção ao Pinhal, pela mesma razão.

Após a restauração da soberania portuguesa, em 1640, D. João IV quis reaver as possessões que se haviam perdido durante os sessenta anos de domínio espanhol, para o que necessitava de também refazer a Armada, que se encontrava desmantelada. Para isso eram precisas muitas madeiras. O grito de apelo chegou ao Pinhal e enorme azáfama voltou à Mata.

Daí até finais do século XIX, mesmo depois do aparecimento da chapa de ferro que em grande parte substituiu a madeira na construção naval (em 1869 estavam parados, praticamente, os principais estaleiros de madeira de Lisboa) o Pinhal continuou a fornecer os estaleiros, pois a construção naval em madeira enveredou por um outro tipo de barcos: lugres bacalhoeiros, arrastões, traineiras, barcos de recreio, etc.. Aos poucos, mesmo esses foram paralisando ou diminuindo muito a sua actividade.

*G. Actividades Industriais Marinhenses Proporcionadas pelo Pinhal*⁸⁷

1. Fabrico de produtos a partir das achas resinosas

Além da madeira em espécie, o Pinhal forneceu também à construção naval substâncias obtidas a partir das achas resinosas dos pinheiros, como piche, alcatrão, pez, breu, utilizados na calafetagem dos barcos. Também se usava para derramá-lo a ferver, quando da abordagem por barcos inimigos, a que depois rapidamente se ateava fogo.

Pedro de Meneses, marquês de Vila Real e senhor de Leiria e seus termos desde 1463, montou uma fábrica dessas substâncias, muito rudimentar, em 1475, num sítio deserto onde muito mais tarde foi instalado o célebre engenho de serrar movido a vento e onde hoje existe o Parque do Engenho.⁸⁸

Em 1780, já no reinado de D. Maria I, a indústria do alcatrão, piche, pez cru e pez cozido sofreu grande impulso e desenvolvimento. Segundo se lê na “Memória sobre a descrição física e económica do lugar da Marinha Grande e suas vizinhanças pertencente ao bispado de Leiria”, do visconde de Balsemão⁸⁹, editada em 1815 e que faz parte das *Memórias Económicas* da Academia Real das Ciências de Lisboa, existiam então 2 fábricas: uma no Engenho, com dezasseis fornos, que foi mais tarde incendiada pelas tropas francesas,

e outra em S. Pedro de Moel, em 1790⁹⁰, com oito fornos. Estas fábricas, de início rudimentares, foram depois aperfeiçoadas na sua técnica⁹¹.

Destas fábricas chegaram a sair para o Arsenal da Marinha, em Lisboa, no ano de 1824, 9 103 arrobas de alcatrão, 3 163 arrobas de pez cru e 1 646 arrobas de pez cozido.

2. Fabrico de produtos a partir da resina

No ano de 1857, reinava então D. Pedro V, iniciaram-se no Pinhal os estudos para a extracção das “gemas” resinosas. Foi incumbido desses estudos o professor de química Sebastião Betâmio de Almeida, mas foi o seu ajudante Bernardino José Gomes, modesto mas inteligente empregado florestal, quem, durante a ausência forçada do mestre, devido a doença, ultimou com sucesso os estudos, descobrindo um processo prático para extracção da gema (resina) dos pinheiros. Depois da morte do professor, verificada em 6 de Julho de 1864, Bernardino José Gomes prosseguiu os trabalhos.

Em 1861 já tinha ido a França, por ordem régia, juntamente com o eng.º Manuel Raimundo Valadas, estudar a cultura dos pinhais das Landes e as fábricas transformadoras dos produtos resinosos.

Anteriormente, em 1859⁹², conclui-se o grande edifício da Fábrica de Resinagem, cujo projecto Bernardino José Gomes também elaborou. O edifício, com 4 250 m², foi construído em terrenos onde a Fábrica de Vidros tivera em tempos um armazém. Foram utilizados materiais (cal e pedra) transportados pelo comboio americano. Edifício construído em estilo “pombalino”, é ainda hoje cheio de dignidade.⁹³



Fig. 26 - Fachada principal do imponente edifício da resinagem.

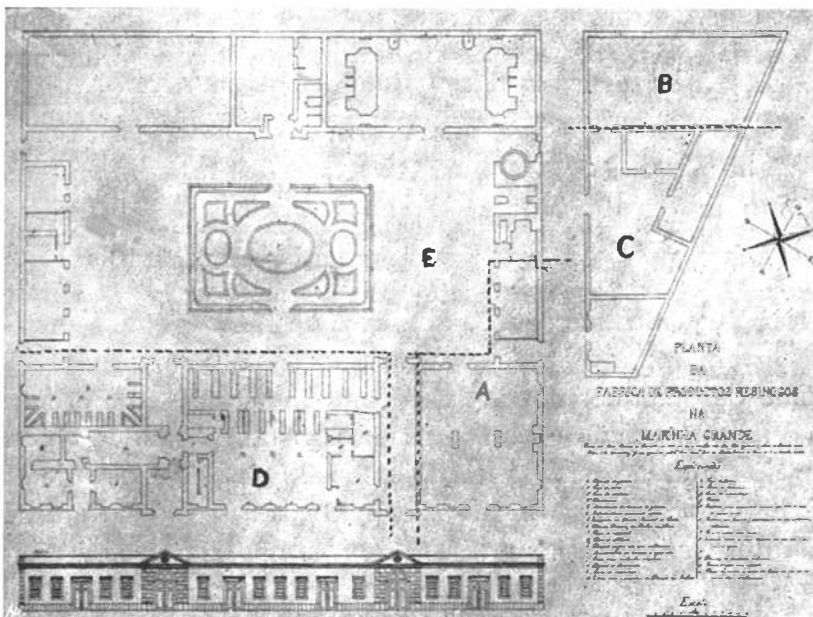


Fig. 27 - Planta do Edifício da Resinagem

Já em 1860 a fábrica laborava, tendo concorrido com alguns produtos à Exposição Agrícola do Porto, que lhe conferiu a medalha de prata. Em 1862 expõe em Londres, na Exposição Universal, e recebe a medalha de louvor. Na Exposição Universal de Paris, em 1867, é galardoada com a medalha de prata.

Os próprios franceses reconheceram o mérito dos produtos, ao comentarem (segundo se lê no *Roteiro do viajante no Continente*⁹⁴, de 1865): “É penoso confessá-lo, mas não podemos competir com os produtos de Portugal, porque são o melhor que se pode encontrar neste género”.

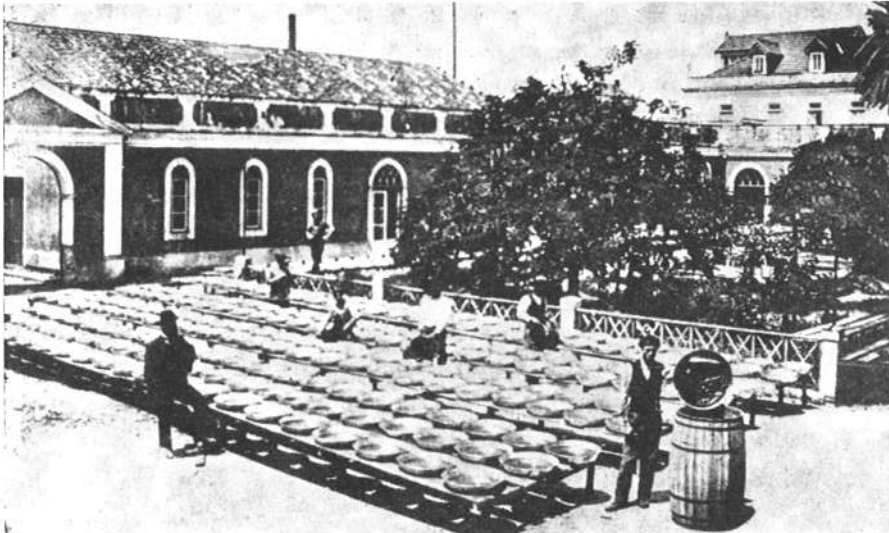


Fig. 28 - Interior da Resinagem, quando em laboração.

Com a doença que acabou por vitimar Bernardino José Gomes, em 1896, pouco mais tempo a fábrica trabalhou por conta dos Serviços Florestais. Apesar de ter sido nomeado interinamente para a dirigir o regente florestal José Pinto de Albuquerque, em breve o Director Geral da Agricultura, Silvestre Bernardo Lima, resolveu arrendá-la a particulares⁹⁵, por períodos de três e cinco anos. Foram vários esses arrendatários: entre outros, Augusto Lavarré, Sebastian Tauler Serviá, F. H. de Oliveira. Por último, a União Resineira Portuguesa, que aos poucos foi transferindo para a sua fábrica de Pombal toda a maquinaria, acabando por utilizar a fábrica da Marinha Grande somente como depósito de gemas (resinas em bruto). Foi definitivamente encerrada em 1940, regressando o edifício à posse total dos Serviços Florestais.

94

Estes já antes tinham cedido, a título precário, algumas dependências: no ano de 1900, para instalação dos Bombeiros Voluntários; em 1918, para instalação do quartel da G N R (onde ainda hoje funciona)⁹⁶, em 1924, para instalação das Central Eléctrica (onde hoje funcionam os escritórios da EDP)⁹⁷; em 1925, para o posto médico da Cruz Vermelha e em 1939 para quartel da Legião Portuguesa. Acabou sendo cedido definitivamente à Câmara Municipal da Marinha Grande, em 1941, pelos esforços conjugados do presidente da Câmara e do chefe da Circunscrição Florestal. Depois de adaptado, foram aí instalados o Mercado Municipal, cuja inauguração se realizou no dia 3 de Maio de 1942 e, mais tarde, a repartição de Registo Civil e a Biblioteca Municipal. No seu recinto interior funcionou também uma esplanada-cinema, a primeira escola de ginástica da Marinha Grande e espectáculos com artistas da rádio. No recinto onde é hoje a praça do peixe, realizaram-se por volta de 1932 grandiosos bailes, abrilhantados pelo célebre “Crachá”.



Fig. 29 - Mercado de características medievais que existiu na Marinha Grande até 3 de Maio de 1942.

Embora tenha acabado a indústria de destilação das resinas dentro da Vila (proibida por lei) foram muitas as que se montaram nos concelhos limítrofes, em lugares desertos, entre as quais uma de certa dimensão nuns terrenos próximo da estação dos caminhos-de-ferro, por António Maria da Silva, em 1895.

Todas ou quase todas estas fábricas continuaram a ser alimentadas por gemas extraídas do grande Pinhal, que de ano para ano mais se incrementava, empregando algumas centenas de pessoas nesse trabalho.

Hoje, a resina e a sua destilação não são exploradas directamente pelos Serviços Florestais. Estes limitam-se a abrir concursos para a sua extracção, indicando aos arrematantes as zonas a resinar por pessoal seu, cujo trabalho e número de “feridas” controlam. A destilação é feita também por empresas particulares.

A produção de resina, cujo valor é muito variável de ano para ano, pois depende de vários factores, representa hoje significativa importância na economia do Pinhal. Em 1984 foram arrematadas à volta de 165 000 feridas (bicas de resina).

3. Fabrico de carvão

Também derivada do Pinhal, criou-se na Marinha Grande a indústria do carvão. Inicialmente explorada pelos Serviços Florestais, teve os primeiros fornos instalados em 1859, não sabemos exactamente aonde⁹⁸.

Mais tarde, talvez devido ao receio de incêndios, os Serviços Florestais deixaram esta actividade.

A mesma surgiu então no lugar do Pilado, fora da Mata, em terrenos quase desertos, onde por volta dos anos 1920, 30, atingiu grande desenvolvimento, tornando-se a principal actividade económica dos poucos habitantes. Aí chegaram a existir cerca de 60 fornos de fabrico de carvão, que permanentemente envolviam a pequena aldeia em densa fumarada. Hoje, embora moribunda devido ao progresso registado no campo energético, em que a electricidade primeiro e o gás depois substituíram grandemente o consumo do carvão, arrasta ainda, embora penosamente, a sua laboração, existindo quatro ou cinco fornos.



Fig. 30 - Um forno de carvão tipo aberto existente na povoação de Água Formosa, semelhante aos do Pilado.

Trata-se de uma indústria muito pobre, quase sempre manipulada por mulheres e crianças, que dela tiram magro rendimento.

Primeiro, havia que acarretar do Pinhal, à cabeça, com burros apetrechados com cangalhas ou em carros de bois, a matéria-prima, constituída por restos de cepos, pequenas varas, paus de samouqueiro e de medronheiro e outros arbustos folhosos autorizados pelos Serviços Florestais.

O forno é construído em campo aberto e chão de terra batida, onde previamente foi aberto um canal com cerca de 2 metros de comprimento e largura e profundidade de 20 cm. A forma do forno é variável. Pode ser redondo, quadrado ou rectangular, mas o princípio do seu funcionamento é em todos os casos igual. O mais utilizado nos últimos tempos é o rectangular, por poupar mão-de-obra na disposição da lenha. Todo o chão onde vai ser empilhada a lenha e o canal são cobertos por uma camada de caruma, por cima da qual é empilhada a lenha ao longo de todo o canal, na largura de 8 centímetros e com altura aproximada de 1 metro. Em seguida toda a pilha é bem coberta com mais caruma, terra húmida e resíduos de carvão moído, tendo-se o cuidado de deixar abertas as extremidades do canal para circulação de ar.

96 Lançado o fogo à caruma, através do referido canal, inicia-se de imediato a combustão lenta. Durante a combustão o forno terá de ser vigiado, pois pode abrir fendas por onde entre o ar - o que originaria a queima de toda a lenha e por consequência a perda do carvão - ou apagar-se. É depois desfeito o forno, ficando no lar calcinado o carvão.

Por último, recolhiam o carvão produzido, ensacavam-no e tinham de o entregar à vasta freguesia espalhada pelos centros populacionais da região, como Marinha Grande, Vieira, Leiria, Figueira da Foz, Nazaré, etc..

Noutros tempos, as humildes carvoeiras do Pilado viveram alguns dramas na luta travada com os guardas florestais para conseguirem tirar do Pinhal, mesmo contrariando as leis em vigor, melhor material lenhoso em menos tempo (sobretudo quando este começava a escassear próximo da povoação, obrigando as pobres mulheres e crianças a grandes deslocações dentro da Mata). O tempo era-lhes precioso para tratarem do amanho das terras e fazerem a comida para os numerosos filhos (as mulheres piladenses foram sempre pródigas em ter filhos). Assim, eram por vezes tentadas a incluir na carga do jumento uma ou outra vara de grossura superior à autorizada, cortada em pedaços, meio oculta, que quando era descoberta pelos zelosos guardas ficava apreendida junto com o corpo do

delito - a podoa ou o machado - sendo o auto de imediato levantado e enviado a tribunal.

Começava aí o drama vivido pelas pobres, sujas, rotas e famintas carvoeiras que, acompanhadas pelos filhos pequenos choramingando, eram levadas a pé, por patrulhas da GNR, em grandes magotes, à presença do juiz de Leiria, para ouvirem a sentença, que invariavelmente consistia em multa. Talvez a maioria preferisse até a prisão, pois assim teriam garantido rancho para elas e para os filhos, e um período de descanso bem merecido; a multa constituía para elas um novo sacrifício.⁹⁹

4. A serragem das madeiras

a) Serração braçal

Outra das indústrias inicialmente implantadas no Pinhal foi a de serração.

Durante muitos e muitos anos, foi feita por processos arcaicos, embora de grande rigor, por serradores manuais. Por ser uma profissão artesanal já extinta, mas que resistiu até às primeiras décadas do século XX¹⁰⁰, vamos descrevê-la, a partir da *Monografia de Carvide*, de Joaquim dos Santos Amado, para, quanto mais não seja, prestamos a esses pioneiros da serração a homenagem merecida. É estranho que estes homens, na sua grande maioria analfabetos, executavam um trabalho que requeria precisão e exigia cálculos matemáticos de cubicagem dos toros e medidas rigorosas das tábuas que iam serrando¹⁰¹.

Esta arte, em que existiam muitos e bons oficiais serradores (os mais fracos eram apelidados pelos colegas de "serradelas"¹⁰²), desenvolveu-se na vizinha freguesia de Carvide¹⁰³, de onde muitos emigraram como serradores para vários países, principalmente para o Norte de Espanha. Teve várias fases de declínio: a introdução do célebre engenho de serrar movido a vento, em 1724; as serrações movidas a água da Ponte Nova e S. Pedro de Moel, por volta do ano de 1800; a introdução das máquinas a vapor que passaram a mover as serrações mecânicas do Engenho e, por último, a força eléctrica, que hoje se utiliza.

Para o corte dos pinheiros utilizava-se o machado ou o serrote de punhos, movido por dois homens.

Para a sua transformação em tábuas, vigas e barrotes utilizava-se a grande serra braçal, que era um instrumento constituído por uma armação de madeira, de forma rectangular, com as dimensões de 1,30 metros por 0,67 metros, aproximadamente, sendo as partes laterais chamadas "banzos" e as dos topos chamadas "testinhos", ambas feitas de madeira. No centro da armação era colocada a lâmina, segura por parafusos chamados "fusis".



Fig. 31 - A operação de serragem tal como se fez durante muitos anos, vendo-se os serradores manuais, a falca, a "burra" e a serra. Pensa-se que na Mata existiram mais de 200 destes serradores.

Abatida a árvore, esta era cortada em toros, nas medidas exigidas pela futura aplicação que teriam as vigas, barrotes ou tábuas em que ia ser transformada.

“O toro a serrar, a que chamavam a falca, depois de aparelhado, era alinhado em duas faces opostas, em tantas quantas as peças a serrar, por meio de linha de fio de lã embebida em tinta de almagre, e cujos traços longitudinais davam aos serradores a indicação exacta de onde o fio da serra teria necessariamente que passar. A falca, depois de assim preparada e aparelhada para a serragem, era içada, a pulso e com o auxílio de alavancas improvisadas, para cima da burra de serragem (uma espécie de cavalete feito da ponta de um tronco, com a parte superior dentada, elevada à altura de um homem de joelhos por meio de dois suportes laterais e com a parte inferior cravada no solo, junto a uma estaca de encosto e travamento). Uma vez colocada uma das extremidades da falca no dente ou entalhe da burra ou cavalete de serragem, ligava-se a mesma, por laço corrido, com uma corda de sisal e içava-se a outra extremidade que ficava escorada por pontais, cruzados, à altura de um homem de pé.

Com a falca assim colocada na burra ou cavalete de serragem, e escorada com os pontais nas extremidades, iniciavam então os serradores a fase da serragem propriamente dita, com um serrador, de pé, a deslocar-se por cima da falca e o outro, por baixo, primeiro de pé, a tirarem as “pontarias”, isto é, a fazerem a serragem do toro até ao cruzamento dos pontais, e depois, com o serrador de baixo de joelhos, fio a fio, até a extremidade assentar no dente ou entalhe da burra. Além do brutal esforço físico despendido a puxar a serra para cima e para baixo, em constante vaivém vertical, ambos os serradores, cada um do seu lado, tinham de vigiar o percurso do fio da serra para que as peças serradas (vigas, barrotes, tábuas, ripas, etc.) resultassem com espessura homogénea, evitando os defeitos de serragem, as “bichas”, como eram conhecidos na linguagem de calão dos serradores.”

(Retirado de *Monografia de Carvide*, de Joaquim dos Santos Amado.)

b) Engenho de serrar movido a vento

Segundo o trabalho “O engenho do Pinhal do Rei no tempo de D. João V”, de Luís Ferrand de Almeida, publicado na *Revista Portuguesa de História*, do qual nos socorremos para extrair estes apontamentos, foi o rei D. João V, que acompanhava com interesse a inovação da maquinaria na Europa, quem, por volta de 1724, comprou e mandou instalar na Marinha Grande esse célebre engenho, em que residiam grandes esperanças de vir a solucionar o problema da serragem.

Totalmente construído em madeira (com excepção da serra e dos pregos, como é óbvio) por engenheiros holandeses, foi montado onde é hoje o Parque do Engenho, sob a orientação de João de Witte. Trabalhou cerca de cinquenta anos, embora o seu funcionamento estivesse condicionado a vento certo e moderado. Foi destruído em 1774 por um incêndio, admitindo-se que motivado pelo atrito dos eixos¹⁰⁴. Nunca mais foi reconstruído.

Pelo seu bom trabalho, quer em qualidade quer em quantidade, o engenho causou a admiração de muita gente. A rainha D. Maria de Áustria mostrou interesse em visitá-lo em

1742, quando visitou a Nazaré e a Pederneira. Não se sabe se realmente o fez. Também o Marquês de Pombal se interessou bastante pelo engenho. Mandou murar todo o recinto, que tem 25 165 metros quadrados, e criou o regulamento da “Fábrica da madeira”, como era conhecido.

Foi este engenho que deu o nome ao lugar hoje existente à sua volta.

c) Engenhos de serrar movidos por força hídrica

Existiram no Pinhal duas serrações hidráulicas¹⁰⁵, das quais pouco se sabe.

A única referência encontra-se na já citada “Memória” do visconde de Balsemão sobre a Marinha Grande, que diz de uma delas: “estava situada na Ponte Nova, construída à beira do ribeiro e nela se gastaram somas imensas com a construção dos diques, açude e complicado mecanismo. Porém de tantas despesas apenas hoje se conservam os vestígios, pela imperícia com que aqueles trabalhos foram dirigidos”. A serração da Ponte Nova foi destruída em 1806 por um incêndio, que queimou muitos hectares de floresta nessa área¹⁰⁶. Quanto ao engenho de S. Pedro de Moel, o visconde de Balsemão diz:

“o terceiro engenho (único que ainda se conserva) é o de S. Pedro de Moel; porém a sua construção foi igualmente defeituosa, sendo necessária uma muito grande força de água para o mover, ao que acresce serem os canais por onde ela é conduzida, muito pouco sólidos, e formando diferentes ângulos, que continuamente diminuem esta mesma força”.

Estas antigas serrarias foram mais tarde aproveitadas para nelas se montarem moinhos de farinha: na da Ponte Nova por José Ferreira Custódio, segundo se lê em “Geologia e geografia da região do Pinhal de Leiria”, de José Custódio de Morais, estudo publicado no boletim *Memórias e Notícias*, n.º 9; na de S. Pedro de Moel por Artur Vilela.

d) Máquinas de serrar movidas a vapor

Foi no ano de 1859 que os Serviços Florestais utilizaram pela primeira vez a máquina a vapor para mover as serras. Foi nas Tercenas, depósito de madeiras junto à foz do Lis. A máquina foi montada pelo oficial mecânico Luciano António Miguéis, que chegou a desempenhar o lugar de administrador interino do Pinhal Real, em 1869.

Tendo-se verificado que essa máquina a vapor não resolvia como se previra o problema da serragem, mandou o ministro adquirir em França uma locomóvel para instalar dentro da Mata, junto aos locais de abate dos pinheiros que haviam de ser serrados, com vista à redução das despesas do transporte. A ideia não resultou, por via das dificuldades de movimentar a locomóvel pelas areias que constituíam os terrenos. Foi então resolvido, pelo eng.º José de Melo Gouveia, instalar a locomóvel dentro do Parque do Engenho, onde funcionava já a fábrica de serragem. A instalação foi feita também por L. Miguéis. Aí, a potente máquina, que puxava oito serras, atenuou o problema da serragem das madeiras da Mata. Essa importante fábrica funcionou durante muitos anos.

Entretanto, com o desenvolvimento tecnológico das máquinas a vapor e o aparecimento dos modernos motores eléctricos, a indústria de serração de madeiras sofreu grande evolução, principalmente na França.

E) Outras serrações mecânicas¹⁰⁷

Assim, foram os franceses que vieram instalar na Marinha Grande modernas fábricas de serrar madeiras, que acabaram por incentivar os portugueses à exploração dessa indústria, que trouxe à Marinha Grande grande surto de desenvolvimento económico,

quer a nível estatal (Serviços Florestais) quer particular. A partir de 1904 montaram-se na povoação 14 novas serrações mecânicas. Sobretudo a seguir à I Guerra fundaram-se variadíssimas, serrando madeira para construção civil, caixotaria para transporte (principalmente de vidros e vidraça), grades para garrafas, travessas para os caminhos-de-ferro e, ultimamente, indústria de mobiliário.

1904 - Sociedade de Exploração Florestal de A. R. Duboscq, Beauvais & Pelletier (conhecida por “Fábrica dos Franceses”), de Henri Dubois

Foi a primeira serração mecânica de madeiras construída na Marinha Grande. Equipada com as melhores e mais modernas máquinas existentes na época (basta dizer que trabalhava já com electricidade), estava situada numa grande propriedade, a sul da estação dos caminhos-de-ferro, conhecida por Pinhal dos Cortiços. Foi a introdutora no país da caixotaria para embalagem, trabalhando especialmente para a indústria conserveira.

Era director da serração o sócio Henri Dubois. Dubois e a sua família (esposa e sete filhos) faziam a admiração das gentes da Marinha Grande: além do palácio onde viviam, com quase todos os requisitos modernos, desconhecidos de grande parte dos marinhenses, que moravam em casas pobres, possuíam campos de ténis, bicicletas e até o primeiro automóvel, ou dos primeiros, que veio para a Marinha. Tinham uma adega-despensa subterrânea para manter sempre frescos os alimentos e bebidas e trajavam pela última moda parisiense. Era uma família muito distinta, culta e religiosa. A mulher de Dubois, Marlène, está sepultada no cemitério local.

A fábrica trabalhou regularmente até 1914, data em que Henri Dubois teve que seguir para França, a fim de se alistar no exército. Ficou a dirigir a fábrica um outro francês, Eugénio Font.

Ainda antes de terminada a guerra, Henri Dubois teria voltado à Marinha Grande para comprar madeiras para o governo francês, segundo nos informou o seu antigo funcionário Aires Roque. Foi recebido com foguetes e uma banda de música mas, ao tomar conhecimento da grave situação financeira da fábrica, voltou definitivamente a França.

Em consequência da Guerra, que originou dificuldades de toda a espécie, a grande indústria acabou por falir, como se lê no jornal leiriense *O Mensageiro*, de 01.08.1919. A fábrica passou para a posse do Crédito Predial e o recheio da casa e os restantes haveres foram leiloados. A fábrica chegara a empregar mais de 100 pessoas.

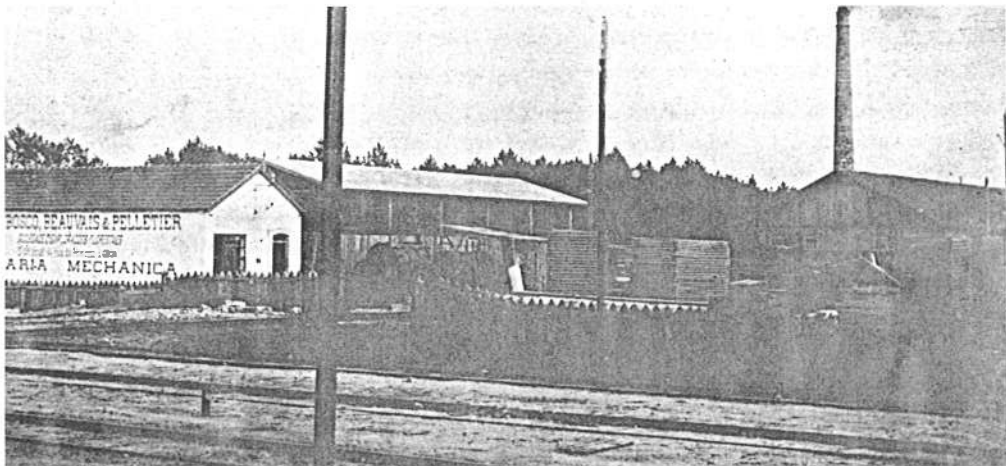


Fig. 32 - Serração de Henri Dubois, construída na Marinha Grande (Pinhal dos Cortiços) em 1904

1905 (?)¹⁰⁸ - C. Dupin & C^a

Mais ou menos junto à serração de Henri Dubois, fundou-se uma outra, que pertencia também a franceses.

Foi dirigida por Roman Blanchard até cerca de 1945. Depois, foi o marinhense Tomás Constâncio quem o passou a fazer. Esta grande empresa, que trabalhava quase exclusivamente para exportação (Inglaterra), depois da morte do seu fundador passou a fornecer a Companhia Portuguesa de Madeiras¹⁰⁹. Em consequência da II Guerra Mundial foi liquidada, em 1955 (?)¹¹⁰.

Esta fábrica possuía junto às instalações da fábrica um magnífico *challet*, em madeira, residência do gerente.

Os terrenos das duas fábricas dos franceses acabaram por ser comprados pela fábrica de vidros Santos Barosa.

Joaquim Piriquito & Irmão

Fundada no primeiro decénio de 1900, embora tivesse uma pequena máquina de serrar funcionava mais como depósito de madeiras.

Estava situada na actual Avenida 1º de Maio, próximo da estação de caminhos-de-ferro. Ainda hoje existe a vivenda que foi do proprietário, em frente à fábrica de moldes Ruivo. Segundo as *Memórias da Marinha Grande*, de Joaquim Barosa, os proprietários eram considerados na altura dos primeiros arrematantes das madeiras do Pinhal.

Manuel Laranjeira Guerra

Foi fundada por volta de 1920 pela sociedade Orey Antunes. Foi dirigida pelo grande ciclista Manuel Laranjeira Guerra (ver capítulo sobre Associativismo e Desporto) que, com os vastos conhecimentos adquiridos na grande Mata quando aí trabalhou como serrador braçal, a transformou na maior e melhor serração da Marinha Grande, que acabou por comprar. As madeiras do Pinhal eram lá entregues directamente pelo comboio dos Serviços Florestais, através de um ramal construído para esse fim.

Fechou por volta de 1981. Embora paralisada, ainda existe na Avenida 1º de Maio, próximo da estação dos Caminhos de Ferro.

Serração de Madeiras Marinhense, Lda.

Foi fundada em 1922, por Eugénio Font e José Guilherme Roldão, industrial de vidros.

Esteve instalada durante muitos anos na Av. 1º de Maio, nos terrenos onde hoje está instalada a EMIMOLDE. Tinha também um ramal do comboio dos Serviços Florestais.

Chegou a pertencer à firma Cardeira & Filhos entre os anos de 1953 e 1958, ano em que foi vendida a uma companhia de madeireiros formada por industriais de Sever do Vouga (Loureiros & Bastos e Rodrigo Pereira & Silva) e da Guarda (António Amaro Pereira, Lda.). Mais tarde ainda foi adquirida por Virgílio Martins de Bastos, Flávio Martins de Bastos, João Loureiro e Augusto Loureiro, que acabaram por construir, na Amieirinha (Rua da Nazaré) uma nova fábrica para onde foi transferida e onde hoje se encontra em plena laboração.

Tem 30 operários e 3 escriturários.

Serração de Madeiras da Marinha Grande, Lda.

Foi fundada em 1922 por Emídio da Costa Pinheiro, principal sócio da União do Comércio Florestal, Lda., sociedade fundada em Lisboa com vista ao fornecimento de

travessas em madeira para assentamento dos carris nas linhas dos comboios da CP.

Foi dirigida durante muitos anos por Manuel Ramos Júnior. Estava situada na Guarda Nova, junto às actuais instalações da oficina de automóveis MEAU, e era fornecida pelos Serviços Florestais através do comboio, que tinha um ramal para dentro da serração.

Em 1960 foi vendida ao industrial madeireiro Virgílio Bastos, de Sever do Vouga, sócio da Serração de Madeiras Marinhense, Lda., que por sua vez a vendeu em 1984 para aí ser instalada uma fábrica de moldes. Tinha 16 operários e 1 empregado de escritório.

Joaquim Barosa d'Oliveira, Lda.

Fundada em 1934, no lugar do Salgueiro, dedicou-se quase exclusivamente ao fabrico de caixas para embalagem, tendo sido a principal fornecedora desse artigo.

Trabalhou até Junho¹¹¹ de 1983, dirigida desde 1974 por José Reinaldo Oliveira, filho do proprietário. Acabou por ser desmantelada e vendida em 1986, para aí ser instalada uma oficina transformadora de vidros.

Tinha pouco pessoal.

António Maria Joaquim

Fundada em 1940 pelo construtor civil João Joaquim ("Liques"), pai do actual proprietário.

Trabalhou sempre na serragem de madeiras destinadas à sua oficina de carpintaria mecânica. Está ainda em laboração e situa-se na Rua 25 de Abril.

Só tem um empregado, que é o próprio proprietário.

Augusto da Silva Sapateiro, Lda.

Fundada em 1947, no lugar das Cruzes, na Avenida José Gregório, pelo seu proprietário, que é natural de Vieira de Leiria. Dedicou-se especialmente a madeiras para a construção civil e caixotaria.

Tem actualmente 17 operários. Há poucos anos tinha quase o dobro.

Serração Mecânica de Pedreanes

Em 1952 o Estado pediu aos Serviços Florestais grandes quantidades de madeira de muito boa qualidade para um plano de renovação e construção de edifícios, não só para vários serviços como para habitação de funcionários. Aliás, a Marinha Grande também beneficiou bastante desse plano, pois nas áreas residenciais da Guarda Nova, Pedreanes e Serraria (Vieira de Leiria) foram construídas 46 moradias, onde passaram a viver inúmeras famílias de guardas florestais, que antes viviam em lugares isolados dentro da Mata. O chefe da Circunscrição Florestal, à época o eng.º Amaral, decide montar uma serração nos próprios serviços, para poder seleccionar e controlar todas as madeiras e obter melhores proventos para a Circunscrição.

A serração é montada nesse ano de 1952, em Pedreanes. Bem apetrechada com maquinaria moderna, um parque de secagem e um armazém de recolha onde são seleccionadas as madeiras, é dirigida pelo chefe da Circunscrição e teve como encarregado o Mestre Florestal Elísio dos Santos¹¹². Trabalhou durante muitos anos exclusivamente para os Serviços Florestais espalhados pelo Continente e Ilhas. Agora já foi aberta a venda a particulares, mas só fornece madeira tratada por processos químicos, para manter a boa qualidade.

Serração Móvel

Instalada dentro da própria Mata, funcionou, a partir de 1957, em vários lugares onde eram feitos os cortes finais, com vista à redução dos custos de transporte. Para isso, os proprietários (Serração Mecânica de Construções Modernas, Lda.) tinham uma autorização especial. Funcionava ao ar livre, salvo os motores, que estavam resguardados por um telheiro em zinco.

Com a abertura da nova rede viária dentro do Pinhal, que reduziu bastante o custo dos transportes, deixou de interessar a sua exploração, pelo que foi vendida a António Amaro Pereira, Lda., e a Rodrigo Pereira e Silva, madeireiros que com ela trabalharam algum tempo.

Pedrosas, Lda.

Fundada em 25 de Novembro de 1959 pelos irmãos José e Artur Pedrosa para serragem das madeiras que utilizam na sua moderna e importante fábrica de móveis situada na Amieirinha (Rua da Nazarê).

Esta fábrica, que tem cerca de 100 trabalhadores especializados, apesar de estar provida de modernas máquinas para transformação das madeiras, é a mais importante da região. Utiliza madeiras exóticas, mas grande parte são de pinho e vêm aqui do Pinhal.

Manuel Rodrigues Grácio, Lda.

Fundada em 1964, no lugar dos Outeirinhos, R. da Várzea, pelo seu proprietário, que é natural do Casal dos Claros. Dedicase à construção civil e à caixotaria de embalagem, principalmente vidraça, sendo a principal fornecedora da COVINA.

Além da serração tem também uma boa secção de carpintaria mecânica. Tem 23 operários e 1 empregado de escritório.

M. P. G. - Madeiras da Marinha Grande, Lda.

Fundada em 1981, por Mário Pinto Godinho e pelos seus filhos (naturais da Guarda), no lugar da Amieirinha. É uma fábrica moderna, totalmente mecanizada, que produz materiais para a construção civil, destinados quase na sua totalidade à exportação.

Trata-se de uma unidade totalmente automatizada. Possui 10 operários e 2 empregados de escritório.

5. Importância do Pinhal no fornecimento de madeiras para obras públicas e construção

Foi ainda desta Mata que saíram largos milhares de travessas com que se assentaram linhas férreas, de postes para linhas de telégrafo, telefones e electricidade, de estacas para construção de portos e de muitas minas, tanto no país como no estrangeiro, principalmente Inglaterra. Foi tal a importância destes produtos que a Direcção Geral dos Telégrafos chegou a exigir aos Serviços Florestais a montagem de um estaleiro para tratamento químico de postes para maior duração. Este estaleiro foi construído em Pedreanes e nele tratados pelo processo *Boucherie* milhares de postes, que antes eram importados de Espanha. Injecta-se um líquido anti-séptico num pequeno canal feito na parte que tem de ser enterrada e fechado com uma cavilha. Depois de enterrado, abre-se novo buraco na parte lateral do poste até ao canal interior, por onde é injectado o líquido, que entretanto vai penetrando na madeira.

É também do Pinhal que saem a maior parte das madeiras utilizadas na construção de casas pré-fabricadas e postes para vedações, fabricadas e tratadas quimicamente por métodos modernos pela Sociedade de Preservação de Madeiras, SARL (SOPREM), que teve na Marinha Grande, próximo da Estação dos Caminhos de Ferro, grandes instalações. A fábrica, dirigida por Luís Antunes¹¹³, foi montada em Outubro de 1953. Tem cerca de 40 empregados. O tratamento é feito por vácuo, depois de uma impregnação química à base de cobre, cromo, arsénico, etc., que dá à madeira grande durabilidade.

6. Outros produtos de importância na economia da Mata

Outro produto de vital importância para a economia da Mata é o penisco (semente de *Pinus Pinaster*) utilizado para novas sementeiras de pinheiros. O Pinhal produz em média, anualmente, cerca de 2000 quilos dessa semente, cujo valor ronda milhares de contos.

Essa semente, extraída das pinhas após o derrube dos pinheiros aquando do corte final (aos 70 anos, mais ou menos), sendo as pinhas bem secas e abertas em grandes eiras existentes em Pedreanes, é enviada para a Direcção Geral dos Serviços, que lhe dá o destino que acha mais conveniente.

7. Importância do Pinhal para o desenvolvimento da indústria vidreira



Como se refere no capítulo respectivo, a implantação da indústria vidreira, que é a mais importante da cidade, deve-se à existência do Pinhal.

As lenhas para alimentação dos fornos que fundem o vidro eram de tanta importância para essa indústria que o Marquês de Pombal, para assegurar e garantir que não lhe faltaria esse indispensável combustível, mandou colocar no átrio da fábrica um marco em pedra (ainda hoje existente mas sem validade) com os seguintes dizeres: “Por ordem de Sua Magestade todas as lenhas do Pinhal que estão em huma legua o redor deste marco pertencem à fábrica dos vidros - 1776”.

Além da lenha de pinho também a madeira do samouco é bastante utilizada na indústria vidreira, para a confecção de pequenos moldes e “matracas”.

Fig. 33 - Marco de pedra indicando os direitos da Fábrica Stephens sobre as lenhas do Pinhal.

H. Benefícios concedidos à Autarquia e às populações limítrofes ao longo dos anos pelos Serviços Florestais

Como se começa por dizer neste capítulo, é principalmente ao Pinhal que a Marinha Grande deve a sua grandeza e evolução. Por outro lado, também o Pinhal, como souberam reconhecer a maioria dos seus administradores, deve aos povos desta região a grandeza e evolução de que agora desfruta.

Tal reconhecimento levou a que fossem concedidas às populações limítrofes algumas regalias, das quais se destacam as que enumeramos a seguir.¹¹⁴

1. Lenhas e mato

O regulamento pombalino do Pinhal, de 1751, concede algumas regalias ao povo, autorizando-o a entrar livremente no Pinhal e dele retirar lenha seca, rama, mato, etc., sem qualquer encargo¹¹⁵.

Em 1826 é autorizada aos habitantes das povoações consolidadas à volta do Pinhal a retirada de “todas as madeiras necessárias para o laboratório das suas lavouras, assim como as madeiras de medronheiro e samouco, o ervado, as varolas, a caruma e a folhagem”.

Também D. Maria I, em 1799 e em resposta aos requerimentos feitos pelos lavradores dos lugares limítrofes, concedeu autorização para esses lavradores apascentarem o seu gado dentro do Pinhal, desde que para ele trabalhassem no transporte de madeiras (arquivo da 3.ª Circunscrição Florestal)¹¹⁶.

Os Serviços Florestais ainda hoje permitem às populações retirarem gratuitamente caruma, mato, pinhas secas, galhos, varas com menos de 0,056m, braças secas, etc..

Isso foi até há pouco tempo (década de 40) o fulcro à volta do qual viveu parte da população limítrofe, que procurava na Mata o seu sustento através da retirada dos produtos que lhe eram dados, tanto para seu uso como para venderem. Eram filas intermináveis de mulheres com filhos ainda pequenos, com burricos apetrechados com as respectivas cangalhas ou seirões, com os carros puxados por vacas ou, ainda, transportando a lenha à cabeça: um enorme formigueiro humano, que entrava no Pinhal logo que rompia o Sol para procurar e juntar esses produtos ou para aguardar o toque da corneta pelos guardas, que era o sinal para “atacar” os despojos dos grandes pinheiros que haviam sido abatidos, esgalhando-os até só ficar o tronco. Por exemplo, do Pinhal viveu quase exclusivamente a velha população do lugar do Pilado. As mulheres e as crianças no fabrico do carvão, com lenhas tiradas da Mata, e os homens trabalhando no derrube das braças secas dos grandes pinheiros (usavam varas com mais de 20 metros, com um gancho na extremidade), extraíndo os grandes cepos dos pinheiros derrubados ou transformando os pinheiros cortados em lenha para as fábricas de vidro.

2. Madeira

Do Pinhal tem sido graciosamente fornecida muita madeira utilizada em obras de restauro ou construção de edifícios de utilidade pública.

3. Emprego

Salienta-se a ajuda prestada aos operários vidreiros aquando das várias crises de trabalho, principalmente as de 1859-60 e de 1929, em que os administradores do Pinhal conseguiram verbas importantes para garantirem trabalho nas Matas às centenas de trabalhadores vidreiros que se encontravam sem trabalho¹¹⁷.

A Mata tem dado trabalho a muita gente. São resineiros (hoje o trabalho é feito por raparigas), limpeza dos aceiros e arrifes, apanha de pinhas para extracção da semente, sementeiras, etc..

4. Terrenos

Guilherme Stephens, segundo refere em 1813 Bonifácio de Andrada e Silva¹¹⁸, teve no seu tempo influência sobre a Coroa no sentido de serem cedidos terrenos que se encontravam em pousio a quem os quisesse agricultural.¹¹⁹

No reinado de D. Maria II voltam a distribuir-se terras fora do aceiro exterior¹²⁰:

“... Que o terreno ainda não agricultado seja sorteado em favor dos habitantes da povoações contíguas, que o requerem, atendendo-se primeiro aos que não possuem porção alguma e seguindo-se a estes os que possuem menor porção ...” (do livro O Pinhal do Rei).

Após a restauração do Concelho, em 1917, têm sido cedidas à autarquia e a outras entidades grandes parcelas de terreno. As povoações de S. Pedro de Moel e Praia da Vieira passaram para a jurisdição concelhia, e mais tarde foram cedidos terrenos para o seu alargamento, assim como para construção de obras de interesse público: instalação de depósitos e captação de águas (uma no Alto dos Picotos e outra próxima da Praia da Vieira); construção de um complexo desportivo na Marinha Grande (Casal de Malta); terrenos próximos destes, cedidos aos serviços de Segurança Social (não sabemos para que fim); outros ainda em S. Pedro de Muel, para construção de parques de campismo (um privado e outro público).

Com a definição da zona do domínio público, feita em 1979 com a participação de elementos do Ministério da Marinha, dos Serviços Florestais e da autarquia, ficaram bem demarcados os limites e área actual do Pinhal. No entanto, temos conhecimento que a CMMG pretende ainda mais cedências de parcelas de terras: uma em S. Pedro de Muel, para alargamento da povoação que se encontra “encravada” dentro do Pinhal, e outra junto à Marinha Grande, para construção da zona industrial tão necessária ao seu desenvolvimento.

Dadas as condições especiais em que se encontram, por força das circunstâncias, não só a sede do concelho como as lindas praias de S. Pedro de Moel e da Vieira de Leiria, comprimidas pela Mata, há que continuar com equidade, por parte do Ministério da Agricultura, o encarar do grave problema da cedência de mais terrenos da Mata à autarquia local. A propósito, permitimo-nos lembrar que algumas parcelas agora pretendidas pela autarquia pertencem hoje aos Serviços Florestais mas foram outrora anexas à Fábrica Stephens, legada por João Diogo Stephens à Nação Portuguesa para especial benefício da Marinha Grande.¹²¹

5. Incentivo ao turismo

A Mata, que está situada numa zona privilegiada do turismo nacional, perto de Monte Real, Leiria, Batalha, Fátima, Alcobaça, Nazaré, S. Pedro de Muel, Praia da Vieira, etc., é já

hoje visitada, na época de Verão, por milhares de turistas que procuram nas suas sombras o descanso, nas suas vizinhas praias o Sol e os melhores pesqueiros, e no seu interior a admiração das árvores exóticas, dos célebres pinheiros serpentes e dos famosos Pontos de vigia, donde se pode apreciar toda a grandeza do Pinhal.

Com as estradas construídas a partir de 1950, o Pinhal ficou dotado com as vias de comunicação necessárias. No dia em que as autoridades queiram reunir esforços conjuntos para isso, poderá ser transformado no maior parque turístico do país, sem grande prejuízo para a sua exploração, pois tem lugares paradisíacos, um lindo ribeiro, sítios facilmente adaptados a parques de campismo, zonas onde se poderia praticar o hipismo, etc., etc..¹²²

6. Outras contribuições para o desenvolvimento local

Por influência do então administrador do Pinhal, Frederico Warnhagen, foi criado o concelho da Marinha Grande, em 6 de Novembro de 1836.¹²³

Foram ainda os Serviços Florestais, por intermédio de alguns administradores, que até à restauração do concelho, em 1917, olharam interessados pelo engrandecimento da povoação, pois esta encontrava-se integrada no concelho de Leiria, que pouco ajudava.

Os Serviços Florestais colaboraram na feitura de algumas obras de base, como a construção do velho cemitério da Abegoaria e respectiva capela, que tinha por orago o Senhor dos Aflitos, a construção das primeiras estradas urbanas e interurbanas, a captação de águas e construção dos primeiros fontanários, quer na Marinha Grande quer em S. Pedro de Moel, a instalação da primeira Caixa Postal, do telégrafo e do telefone.¹²⁴

I. Administração e controlo da Mata¹²⁵

1. Senhores do Pinhal

As terras onde está implantado o Pinhal, Leiria e as restantes povoações em seu redor, desde o sul da Figueira da Foz até à Pederneira, foram conquistadas por D. Afonso Henriques aos Mouros, por volta do ano de 1142 (do livro *O Couseiro ou memórias do bispado de Leiria*). Esses terrenos foram mais tarde doados pelo rei: em 1151, a parte a sul de S. Pedro de Moel ao mosteiro de Alcobaça, onde residiam os frades da Ordem de Cister (do livro *O Mosteiro de Alcobaça*, de M. Vieira Natividade); em 1180, a zona a norte daquela povoação, ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, dos padres cruzios (segundo *O Couseiro, ou memórias do bispado de Leiria*).

Segundo os *Anais do Município de Leiria*, de João Cabral, entre os primeiros senhores directos, conhecidos, da região de Leiria, na qual se incluiria o Pinhal, encontram-se: D. Afonso, sobrinho de D. Dinis¹²⁶; o próprio D. Dinis; a rainha Santa Isabel, a quem aquele rei doou a região, desde 1300 até à sua morte, quando voltou à posse da Coroa. Pertenceu ainda, por algum tempo, a D. Leonor Teles e mais tarde a seu irmão, conde D. Gonçalo, regressando depois à jurisdição régia directa. Em 1463, como foi dito a propósito da exploração das achas resinosas do Pinhal, a região é entregue à Casa de Vila Real, para passar à Casa do Infantado (isto é, de novo à posse régia) em 1641, depois da queda em desgraça daqueles nobres. Depois de extinta a Casa do Infantado em 1834, os seus bens passaram para a Fazenda Nacional, não tendo havido, depois disso, outros senhorios além do Estado.

2. Organismos de administração e regulamentos

Durante séculos, o Pinhal foi guardado por couteiros, escolhidos entre os lavradores sérios e abastados das redondezas. Não tinham ordenado fixo, mas gozavam de privilégios. Filipe I criou o primeiro Regulamento para estes couteiros, prevendo pesadas penas, eventualmente cumpridas nas galés, para os casos de negligência ou permissividade em relação a abusos. Havia então um Couteiro-Mor, 24 couteiros, um almoxarife, um escrivão e um meirinho.

Em 1751 o marquês de Pombal estabelece novo Regulamento destinado a disciplinar os funcionários e actividades do Pinhal (como o Couteiro-Mor vivia em Leiria, verificavam-se grandes abusos por parte dos couteiros)¹²⁷. Por várias razões, esse Regulamento não foi inteiramente cumprido.

Em 1777 sobe ao trono D. Maria I. Os pinhais encontravam-se em decadência, não chegando o seu rendimento para pagar as despesas; não se limpavam nem se faziam desbastes; não se faziam novas sementeiras, e as saídas não eram fiscalizadas. Em face dessas informações, a rainha deliberou, pelo Alvará de 11 de Janeiro de 1783, alterar toda a administração do Pinhal, anulando o Regulamento de 1751, entregar a Administração das Matas à Inspeção da Marinha e mandar elaborar um novo Regulamento¹²⁸.

Esse Regulamento, de 1790, estabeleceu que os guardas vivessem junto do Pinhal e que a Administração deste se compusesse de Administrador (o primeiro foi o Tenente-Coronel Ricardo Luiz António Raposo), juiz Conservador, um Mestre do Pinhal, e um Cabo dos Guardas (estes elementos foram extraídos do livro *O Pinhal do Rei*, da autoria de António Arala Pinto).

Em 1824 é efectuada nova reestruturação. Cria-se o Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, que nomeia administrador geral das Matas Frederico Luiz Guilherme de Warnhagen (ver biografia no capítulo respectivo), com a obrigatoriedade de residir na Marinha Grande, não se podendo ausentar sem licença régia. Warnhagen, que foi o grande renovador da Mata, introduziu-lhe grandes e valiosos melhoramentos. É no seu tempo que se constrói o edifício da Administração das Matas, ainda hoje existente e bem conservado, sede da Circunscrição Florestal e residência do respectivo chefe. Manda também fazer o viveiro do Tromelgo, perto do qual habitou (ainda hoje o lugar é conhecido por Quinta do Warnhagen). Sob sua direcção é elaborada em 1841, por Francisco Maria Pereira da Silva e Caetano Maria Batalha, oficiais da Armada, a planta topográfica da Mata. Deve-se-lhe também o primeiro trabalho da abertura de aceiros, que ficou conhecido por “quadrados Warnhagen”¹²⁹, assim como a introdução de novas técnicas na sementeira e corte dos pinheiros.

Em 1847 D. Maria II manda que as propriedades do mosteiro de Alcobaça situadas dentro da área do Pinhal passem para o domínio da administração geral das Matas. Em 1852 a mesma rainha decreta a criação do Ministério das Obras Públicas, ao qual as Matas passam a ficar subordinadas. É nomeado como administrador Luiz José Pedro Virgolino. Em 1866 esse lugar é entregue a Bernardino Barros Gomes.

Bernardino Barros Gomes foi, segundo o *Elogio Histórico* feito por António Mendes de Almeida (professor e silvicultor), o maior de todos os silvicultores que passaram pelo Pinhal de Leiria. Entre as obras por ele realizadas avulta o ordenamento do Pinhal, com a criação de talhões, aceiros e arrifes, a construção de Pontos de vigia e Guardas, os estudos sobre sementeiras e resinosos, etc. Foi também Bernardino Barros Gomes quem propôs a

abertura das primeiras estradas: Marinha Grande - S. Pedro de Muel e Marinha Grande - Vieira de Leiria (ver biografia no capítulo respectivo).

Várias reformas são depois efectuadas na orgânica dos Serviços Florestais. Em 1881, por ordem do então director-geral da Agricultura, é extinta a Administração Geral das Matas e a Secretaria das Matas existente na Marinha Grande transferida para Lisboa, com parte do pessoal e o arquivo. Voltou mais tarde, mas desconhece-se em que data. Em 1886 os Serviços Florestais passam a ser designados por Circunscrições Florestais, chefiadas por engenheiros silvicultores, tendo sido o primeiro chefe da Circunscrição da Marinha Grande o engenheiro Joaquim Ferreira Borges. Em 1907, também a Mata do Casal da Lebre, que fora propriedade de Guilherme Stephens e estava a ser explorada pela Fábrica Nacional, passou para a jurisdição das Matas Nacionais. Em 1913 é criada a Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas e em 1918 o Ministério da Agricultura (elementos retirados do livro *O Pinhal do Rei*, de A. Arala Pinto).

Em 1922, veio desempenhar o cargo de chefe da Circunscrição o engenheiro António Arala Pinto. Homem sóbrio, estudioso, inteligente e tolerante, dirigiu o Pinhal durante cerca de vinte anos. Foi um grande amigo da Mata, da Marinha Grande, dos vidreiros e dos guardas florestais.

O antigo Pinhal de Leiria é hoje denominado "Mata Nacional de Leiria" (Circunscrição Florestal da Marinha Grande) e está subordinado à Direcção Geral das Florestas, por sua vez subordinada ao Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação.¹³⁰

3. Guardas Florestais¹³¹ e Casas de Guarda

O uso pelos guardas de fardamento próprio foi recomendado pelo Regulamento de 1847¹³², mas só entrou em vigor em 1856. Tratava-se de um uniforme bem dentro do estilo da época, bonito e prático.

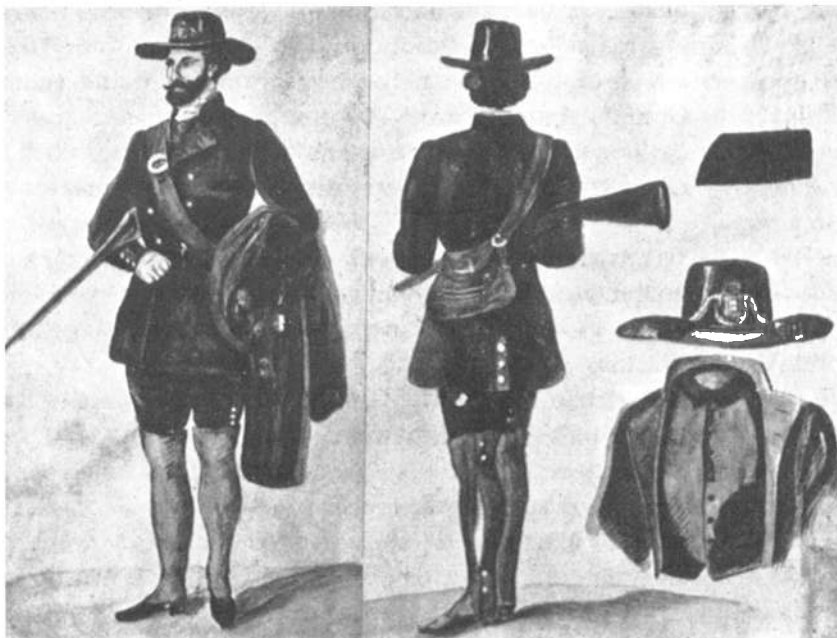


Fig. 34 - Primeira farda usada pelos Guardas, c. 1856. Constava de calça de briche (Inverno) ou de lona (Verão), gravata preta, boné, camisola azul, polainas de couro branco, bolsa, etc.

Esta farda foi substituída em 1905 por uma outra que, segundo consta, não era bonita, nem prática, nem resistente às intempéries a que os guardas estavam sujeitos¹³³.

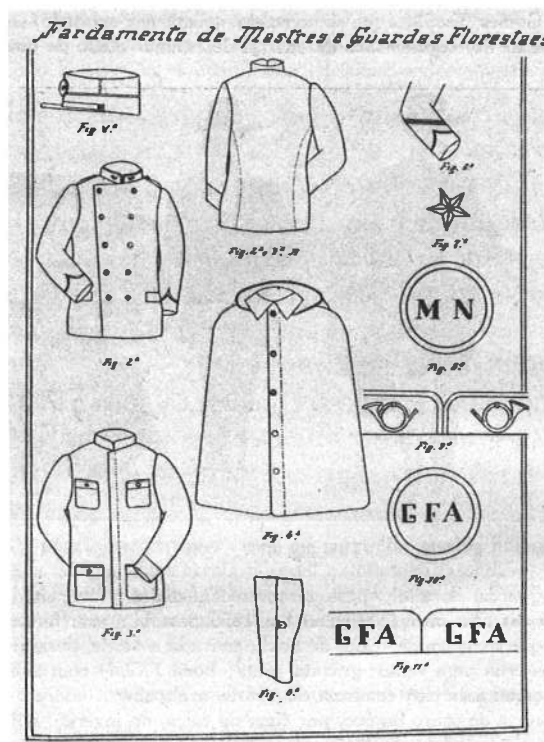


Fig. 35 - Fardamento usado a partir de 1905.

Só muito mais tarde foi substituída pela actual.

A partir de 1838 os guardas passaram a usar armas de fogo fornecidas pelo Arsenal do Exército. O uso de espingarda já lhes era permitido pelo Regulamento de 1824¹³⁴.

Enquanto antes sempre se deslocavam a pé, a partir de 1881 (durante a administração de Bernardino Barros Gomes) alguns guardas (os que exerciam a vigilância dentro da Mata) passaram a usar cavalos dos Serviços Florestais. Com a construção das cavalariças do Engenho, em 1897, a fiscalização do Pinhal passou a ser feita por 4 mestres e 8 guardas a cavalo e 36 a pé.

Desde 1940 a todos os guardas foram distribuídas bicicletas. Para facilitar a deslocação desses veículos dentro do Pinhal, os Serviços Florestais mandaram construir vários trilhos, atapetados por caruma. Hoje, esse meio de transporte ainda é usado, só que aos mestres foram distribuídas motorizadas

Em 1836, é proposta a criação na Marinha Grande de uma escola para formação de todos os guardas florestais do país (já prevista no Regulamento de 1824). Mas, por razões por nós desconhecidas, só em 28 de Maio de 1914 a escola começou a funcionar. Funcionou até 1926 e teve como base o viveiro do Tremelgo.

Cerca de 1790, o ministro Martinho de Melo e Castro mandou, como medida de segurança, abrir a grande vala com 2 metros de profundidade e 1,5 m de largura que circunda o Pinhal do lado de terra, para evitar a passagem de carros, de animais e de pessoas, deixando só 4 passagens, controladas por guardas, que passaram a viver com as suas famílias em casas construídas nesses locais¹³⁵. As primeiras foram: Caminhos de Carvide, ao aceiro B; Cova do Lobo, ao aceiro I; Pedreães, ao aceiro M; e Sapinha, ao aceiro R.

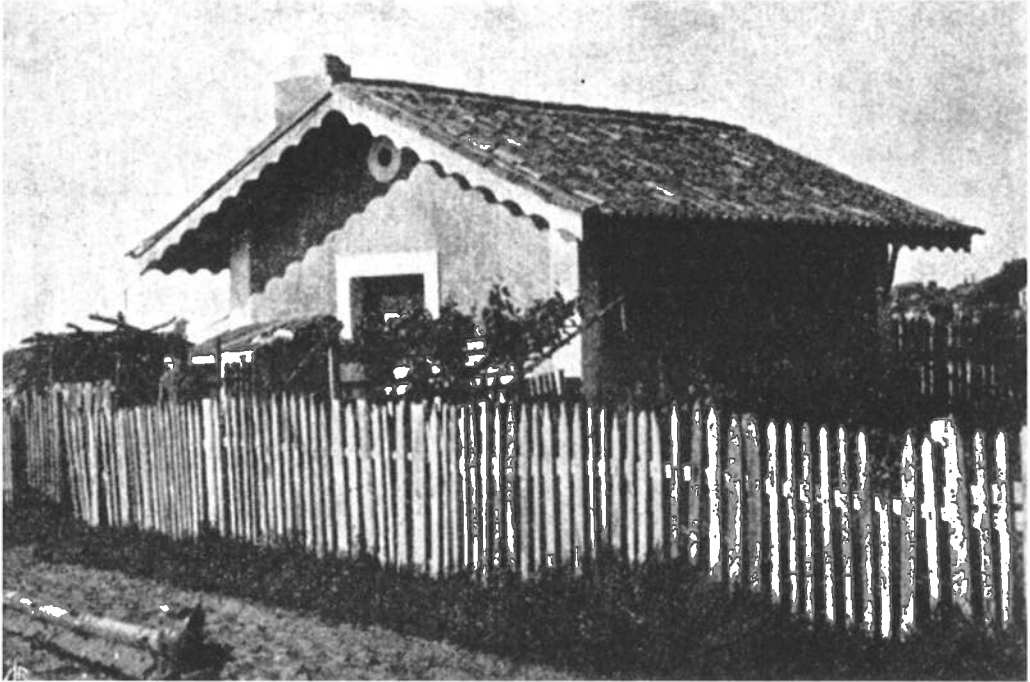


Fig. 36 - Tipo das primeiras guardas construídas no Pinhal.

À medida que as povoações à volta do Pinhal iam crescendo, mais Guardas e passagens iam sendo criadas. Em 1839 foram construídas as de Forninho, Serraria, Mioteira, Cabeça da Louçã, Garcia, Guarda Nova, Lagoa Cova e Facho.

Em 1857, o administrador José de Melo Gouveia proibiu a circulação de veículos dentro da mata após sol-posto. Para evitar a entrada desses veículos mandou colocar em todas as passagens as tão discutidas tranqueiras (vigas de madeira fechadas a cadeado), postas ao pôr do Sol e só retiradas ao nascer do dia seguinte, marcando igualmente a característica de domínio não público do Pinhal. Com estas medidas ficavam totalmente controladas as saídas dos produtos da Mata, tal como o ministro Martinho de Melo e Castro preconizara muitos anos antes.

Continuando a população a aumentar, foram construídas nos anos 1920 e 30 as Guardas da Praia (Vieira), Calvos, Formosa, Nova da Louçã, Pilado, aceiro H, do Sanguinhal, aceiro L, aceiro N, Gaeiras, Portela, aceiro G, Rio Tinto, Tromelgo, Pinhalinho, S. Pedro de Muel, Queimada, aceiro M, Mourão e aceiro F. Em 1940 existiam cerca de 35 casas de guarda à volta do Pinhal.

Quando, em 7 de Maio de 1926, a jurisdição das praias de S. Pedro de Moel e da Vieira passou para a Câmara Municipal, foi retirada a tranqueira da Guarda Nova passando a circulação de carros a fazer-se tanto de dia como de noite, mantendo-se no entanto a proibição de saída, depois do sol-posto, de quaisquer produtos do Pinhal.

Hoje, todos os guardas e mestres, assim como grande parte do pessoal especializado, vivem em casas construídas pelos Serviços Florestais. Por se encontrarem vagas, em 1975, num gesto louvável, os Serviços Florestais emprestaram à Câmara Municipal 24 dessas moradias, para resolver problemas prementes de habitação.

O Corpo de Guardas Florestais era composto em 1980 por 4 mestres e 29 guardas, segundo se lê no *Ordenamento Florestal* de 1980.

Aí são feitas algumas considerações relativamente aos guardas florestais, onde se lê:

“Estes servidores constituem a classe de pessoal auxiliar e estão na base de todas as acções que se executam. São capatazes e trabalhadores especializados. O seu trabalho requer conhecimentos, dedicação e esforço físico. Embora o número não se afaste muito do que é preciso, há sérias dificuldades na execução das tarefas que lhes competem pelo facto de mais de metade terem a sua capacidade de trabalho muito reduzida, quer pela idade, quer pelo seu estado de saúde.”

Também o antigo chefe da Circunscrição Florestal eng.º António Arala Pinto, enalteceu o valor dos Guardas Florestais, dizendo no seu livro *O Pinhal do Rei*:

“Em nossos dias, o Guarda Florestal não é um simples guarda da floresta, mas também um funcionário ao qual já se exige uma boa soma de conhecimentos técnicos, um trato afável com os utentes da Mata e saber escrever bem em Português, de modo a redigir um ofício ou desempenhar capazmente um lugar de amanuense, em que por vezes são utilizados.”

Esta classe tão prestimosa, a quem o Pinhal muito deve, foi durante muitos anos a mais sacrificada da função pública. Pelo decreto de 28 de Dezembro de 1899, ainda em vigor em 1935, exigiam-se-lhe excepcionais qualidades de trabalho, conduta exemplar e rigoroso zelo no desempenho das suas missões, cujas faltas, mesmo as mais pequenas, eram severamente castigadas (ver a p. 356 do volume I d’*O Pinhal do Rei*, de Arala Pinto). Tinha os mais baixos ordenados, vivia longe dos centros populacionais (muitas vezes em lugares isolados dentro da Mata) sem escolas para os filhos, sem possibilidades rápidas de assistência médica para a família e tendo como distracção nas horas de descanso só o cultivo da pequena horta (um bocado de terra junto à Guarda) donde tiravam parte do sustento familiar.

Apesar da vida angustiada que levavam, estes homens portaram-se sempre como os melhores defensores do Pinhal, sem se deixarem corromper e dando sempre exemplos de honestidade.

Em 1915 criou-se uma Cooperativa de Consumo dos guardas florestais, depois desaparecida.

Para amenizar a grave situação da vivência dos guardas e perdidas as esperanças de ver criada uma instituição social que os ajudasse na doença e na velhice e olhasse pela família em caso de morte, organizaram os florestais em 16 de Abril de 1928, com o patrocínio e incentivo do chefe da Circunscrição Florestal, António Arala Pinto, o seu Grémio Florestal. Este Grémio criou, em instalações cedidas pelos Serviços Florestais, dentro do Parque do Engenho, as seguintes obras de carácter social: um grande salão para festas e convívio, dotado com bilhar e jogos diversos, com uma pequena Biblioteca (ainda hoje existente), onde também funcionavam a Direcção e os serviços da secretaria; uma Cooperativa de Consumo, onde os florestais podiam adquirir géneros de mercearia e peças de vestuário a preços mais vantajosos; por proposta do presidente da Assembleia Geral, Arala Pinto, uma Lutuosa Florestal, com a finalidade de criar uma espécie de seguro de vida que viesse a socorrer as viúvas e os filhos dos florestais. Nesses primeiros tempos a Lutuosa entregava a cada família a importância de 2 000\$00. Presentemente, essa verba passou para 5 000\$00.¹³⁶

A situação económica dos guardas melhorou muito nos últimos tempos, e ainda bem, pois disso eram merecedores há muitos anos.

J. Edifícios e Parques Florestais

1. Challet das Matas, em S. Pedro de Muel

O bonito *challet* de S. Pedro de Muel, hoje utilizado pelos chefes do Pinhal como residência de Verão, foi construído no século passado.

Julga-se que inicialmente foi um simples dormitório utilizado pelo pessoal que dirigia os trabalhos florestais na área. Não conseguimos apurar quem procedeu à sua construção e transformação num dos mais lindos edifícios existentes hoje em S. Pedro de Muel.

2. Sede dos Serviços Florestais na Marinha Grande

Este belo edifício, concluído em 1840¹³⁷, para nele serem instalados os serviços e também a residência do administrador geral das Matas, constitui ainda hoje um dos melhores imóveis da Marinha Grande. Porém, Warnhagen nunca o habitou por preferir viver dentro da Mata. Mandou construir uma casa na Fonte Santa, próximo do Tromelgo (ainda hoje são visíveis os alicerces dessa casa) onde viveu com a família.

O edifício é de traça pombalina e está situado no centro da Vila (Av. D. Dinis). Ainda não há muitos anos existia na sua frente um lindo parque de plátanos, que davam ao recinto um ameno sossego e muita sombra, rodeado por grosso gradeamento em madeira, seguro por pilares de pedra (semelhante ao da praça de S. Pedro de Moel). Constituía um dos lugares mais aprazíveis da terra.



Fig. 37 - O lindo edifício da Administração das Matas, tal como era nas primeiras décadas do século.

Inexplicavelmente, o recinto fronteiro foi destruído e transformado, de modo a permitir a construção de uma avenida com duas faixas de rodagem, inestética e sem grande utilidade - tanto mais que pouco depois foi transformada e ajardinada como se encontra hoje, mas esquecendo-se a edibilidade de mandar colocar de novo as grades e as árvores.

3. O Parque do Engenho

É um recinto totalmente murado, com 25 165 metros quadrados, onde em 1724 foi instalado o célebre engenho de serrar movido a vento, que lhe deu o nome - assim como à povoação que se foi formando à sua volta.

Nesse frondoso e lindo parque¹³⁸ ajardinado funcionaram vários serviços do Pinhal, como fornos de destilação de resinosos, engenho de serrar eólico, serrações mecânicas, uma capela, cavalariças, escola de guardas florestais, Grémio Florestal, Cooperativa Florestal, viveiros, campo experimental de estudos botânicos, parque de viaturas de tracção animal e repartições administrativas, algumas das quais ainda hoje aí funcionam. Existem ainda dentro do Parque algumas vivendas, onde residem funcionários florestais. Aí viveram Bernardino Barros Gomes e Arala Pinto, entre outros.

Foi murado no tempo do marquês de Pombal, com vista à segurança do engenho eólico de serrar. Depois de desaparecer o engenho, em 1774, o parque não teve utilização até 1850, até porque em 1810 o que ainda restava foi queimado, juntamente com a capela, pelas tropas francesas.

Por volta de 1850 foi aí instalada uma nova serração e também colocado o seu imponente e majestoso portão em ferro forjado, que veio do Tribunal do Santo Ofício de Coimbra, segundo se diz nas *Memórias da Marinha Grande*, de Joaquim Barosa. Não se sabe a data do seu ajardinamento nem da plantação das suas lindas árvores.

O Parque foi aberto ao público por volta dos primeiros anos deste século. Cheio de arvoredo e jardins bem tratados, era por esses tempos muito frequentado por famílias da Marinha Grande que aí gozavam as tardes de domingo, depois do longo passeio a pé pela linda e fresca estrada do Engenho (actual Av. José Gregório), ladeada por plátanos formando um túnel.



Fig. 38 - Uma vista do lindo Parque Florestal do Engenho nos anos de 1930, quando era considerado a "sala de visitas" da Marinha Grande.

Também, na década de 1930, a “família florestal” aí realizou grandes festejos populares aos santos de Junho. O recinto era iluminado por lâmpadas de cor, as ruas engalanadas por arcos em madeira pintados com motivos alusivos ao pinhal e com caricaturas das figuras mais proeminentes dos Serviços, havia quermesses, tómbolas, barracas de comes e bebes, divertimentos vários, exibição de ranchos folclóricos, bailes abrilhantados pelas orquestras marinhas (*Pinantes e Moitas*) e muita música, tocada por duas bandas. Esses festejos, talvez os melhores que se realizaram na Marinha Grande, ainda são recordados pela população, que enchia todas as noites o grande recinto. As receitas, que eram grandes, revertiam a favor do Grémio Florestal.

Até se chegaram a realizar no Parque espectáculos culturais: espectáculos com artistas da Rádio e peças de teatro, como a revista *O Pinhal Real*, de Arala Pinto.

4. Viveiro Florestal do Tromelgo

Este Parque foi fundado por Frederico Warnhagen por volta de 1830 e ampliado pelo seu sucessor João de Fontes Pereira de Melo, que aí mandou semear várias espécies para serem distribuídas pelas Câmaras Municipais de todo o país. Segundo o livro *O Pinhal do Rei*, já em 1868 saíam deste viveiro várias plantas para utilização da Câmara Municipal de Vila do Conde.

Mais tarde, nos anos Vinte e Trinta, quando no Tromelgo funcionou a Escola de Formação de Guardas Florestais, o viveiro foi incrementado e transformado num lindo Parque. Autêntica “sala de visitas” da Mata, foi um lugar aprazível onde se podiam admirar as mais lindas espécies de arvoredo.



Fig. 39 - Uma vista do Viveiro do Tromelgo, tal como era antes do abandono a que foi votado.

Era procurado, nos dias festivos e não só, por milhares de pessoas que para aí se deslocavam em autênticas romarias, utilizando os mais variados meios de transporte (burros, carroças, charrettes, automóveis, bicicletas, etc.) e mesmo a pé, com os farnéis e o indispensável garrafão de vinho, passando um dia de descanso e convivência, alegrado por músicos e cantores populares. Almoçava-se nas grandes mesas construídas pelos Serviços Florestais ou em mantas colocadas à sombra das grandes árvores. Na represa construída para juntar águas de rega muitos garotos aproveitavam para se banharem. Na fonte, em pedra, da puríssima e famosa água do Tromelgo, as pessoas faziam 'bicha' para beber.

O viveiro florestal do Tromelgo foi votado ao abandono por parte dos Serviços Florestais e hoje só existem as grandes árvores. As valas para irrigação estão entulhadas, a pequena barragem está destruída e mesmo a famosa fonte já não corre.

Nós, que nos recordamos de, por volta de 1940, ver o Tromelgo cheio de pessoas que iam lá passear nos dias festivos e aos domingos gozar o seu silêncio e a sua frescura, cheio de flores e árvores raras, com centenas de pequenos vasos alinhados ao longo das veredas ladeadas por sebes de buxo, tudo muito limpo e bem tratado, sentimos hoje pelo viveiro do Tromelgo uma saudade e tristeza, muito grande.

Espera a população marinhense que o Tromelgo volte ainda a ser um belo parque para descanso e utilização dos tempos livres.

K. Os Transportes utilizados no Pinhal

1. Os carros puxados por bois

Durante muitos anos, os transportes usados no pinhal para movimentar quaisquer produtos foram quase sempre os carros puxados por bois, que foram os mais importantes serviços subsidiários do Pinhal.

Desde as sementeiras do Pinhal até ao escoamento dos seus produtos, até mais de metade do século XIX tudo foi exclusivamente feito por carros de bois. Esses carros foram utilizados no transporte das madeiras para os portos de embarque e também no transporte das lenhas para abastecimento dos fornos de vidros, que consumiam dezenas de carradas diariamente.

Existiram vários tipos de carros (com caixa, sem caixa, com grades, com fueiros, dobrados) conforme os produtos a transportar. O mais usado foi o carro com caixa aberta¹³⁹, utilizado por lavradores para variadíssimos produtos.

Entre os vários tipos de carros ficou célebre o chamado carro dobrado, que segundo se diz, aqui foi inventado.

Foi utilizado para o transporte de grandes pinheiros, com comprimentos entre os 16 e os 20 metros. Compunha-se de 2 carros: um, o da frente, de construção bastante sólida para suportar o peso dos enormes pinheiros que lhe eram colocados em cima (a parte mais grossa - base ou pé) e outro, o de trás, que suportava a parte mais delgada (a bicada). A sua condução era muito difícil, devido ao enorme comprimento (mais de 20 metros) principalmente ao fazer ou desfazer curvas. Só boieiros muito experimentados os conduziam. Para a sua tracção eram normalmente utilizados 2 corpulentos bois mas, por vezes, em conformidade com o terreno e o peso, eram utilizados 4 ou mesmo 6 animais. Estes carros típicos do Pinhal só foram utilizados na região da Marinha Grande. Foram, nos últimos tempos em que circularam, um autêntico quebra-cabeças para o restante trânsito.



Fig. 40
- Carro dobrado

Fig. 41
- Carregamento de
um carro dobrado.



Estes e outros carros puxados por bois tiveram tão grande importância nos transportes do Pinhal que chegaram a existir na região cerca de 2 300. Nos tempos do marquês de Pombal não era permitido que os carros de bois circulassem dentro do Pinhal sem que os animais levassem dependuradas no pescoço campainhas para denunciar a sua presença.

Outro transporte largamente utilizado foram os burros. As “burriqueiras”, que viviam da venda de produtos que a lei lhes permitia tirarem do Pinhal, utilizavam-nos nesse trabalho (praticamente não existia uma casa remediada que não possuísse um jumento).



Fig. 42 - O burro, utilizado largamente no transporte de produtos do Pinhal.

Todos estes transportes eram morosos, caros e difíceis. No século XIX, chegava ao conhecimento dos Serviços Florestais que no estrangeiro existiam já modernos caminhos que facilitavam a circulação dos pesados carros puxados por animais, conhecidos por “Caminhos Americanos”.

2. Os Caminhos Americanos

a) O Caminho das Tábuas e das Varas

Existia desde 1840¹⁴⁰ um caminho destinado a encurtar o trajecto entre Pedreanes e as Tercenas (foz do Liz). Ficou conhecido por “caminho das tábuas”, por aí se transportarem quase exclusivamente tábuas destinadas aos estaleiros de Lisboa.

Mais tarde¹⁴¹, aí foi construída uma estrutura formada de estacas enterradas até ao nível do solo, sobre as quais assentavam grossas varas no sentido longitudinal, servindo de carris e por onde circulavam grandes carroções especiais, com cavas nas rodas para não descarrilarem, puxados por bois.

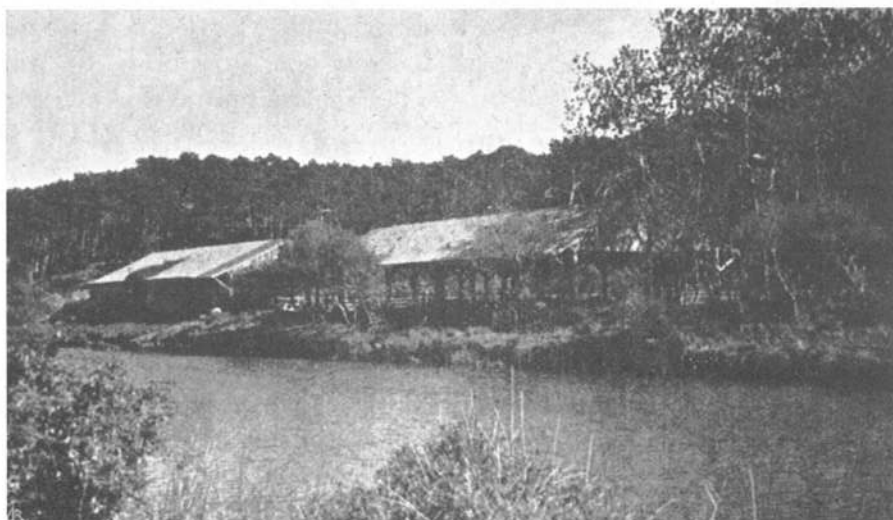


Fig. 43 - As Tercenas, junto à Foz do Rio Liz.

Dos resultados práticos desse caminho pouco ou nada se sabe. Somente o *Boletim* do Ministério das Obras Públicas, referente ao período de 1860-1865, a ele se refere dizendo: “uma junta de bois que mal pode conduzir pelos caminhos ordinários do pinhal uma carrada de 40 arrobas, tiram sem dificuldade pelo caminho de varolas uma carga de 160 arrobas” (do livro *O Pinhal do Rei*, de A. A. Pinto).

Transportava madeiras já serradas para a foz do Liz, para os barcos que depois as levavam para os estaleiros de Lisboa. A linha tinha uma extensão de 15 km.

b) O comboio Americano

O histórico comboio foi construído por proposta do Administrador Geral das Matas, Porfírio António Caminha, por volta do ano de 1857¹⁴². Com este comboio, e com dois iates cuja construção também propôs, pretendia o Administrador Porfírio A. Caminha promover o escoamento dos produtos do Pinhal, nessa altura muito deficiente.

Na abertura do traçado (terraplanagem) e no assentamento dos carris, muitas dezenas de vidreiros foram autorizados a trabalhar por a Fábrica de Vidros se encontrar paralisada, por falta de arrendatário, e eles passarem grande crise económica. Foi o Governador Civil de Leiria, Miguel Luiz da Silva Ataíde quem intercedeu junto do rei D. Pedro V para dar essa autorização.

Os primeiros resultados não foram satisfatórios por via dos carris serem em madeira, o que levou à importação, em 1861, de carris de ferro - assim como de material rolante.

Com uma extensão de 36 km, ligava Pedreanes (grande depósito de madeiras já serradas) com o porto de S. Martinho do Porto, onde as madeiras eram carregadas nos dois iates "Marinha Grande" e "Valado", destinadas aos estaleiros navais da Ribeira das Naus, em Lisboa.

O seu traçado era o seguinte: saía de Pedreanes, seguia pelo aterro do lado esquerdo da actual Av. José Gregório (antiga Av. Warnhagen), passava no Largo do Luzeirão, na Praça Stephens e seguia pela actual estrada da Nazaré até à Moita onde seguia o actual traçado da linha férrea (Martingança, Valado, Mouchinha) até S. Martinho do Porto.



Fig. 44 - A Estação principal do Comboio Americano, em Pedreanes, construída em 1862 e ainda existente.



Fig. 45 - A Estação de S. Martinho do Porto, construída no mesmo ano.

Existiam também “estações de muda” situadas na Martingança, Valado, Mouchinha, e S. Martinho, onde o gado descansava.

Conforme vem descrito no livro *O Pinhal do Rei*, do eng.º António Arala Pinto, “em geral, levava 9 vagões de carga e 1 de passageiros”.

Fazia normalmente duas viagens semanais de ida e volta. No percurso Pedreanes - S. Martinho gastava no geral 8 horas, em que era puxado por bois nos seguintes troços que eram a subir: Pedreanes - Martingança; Valado - Mouchinha; Valado - Martingança. Era tão lento o andamento que alguns passageiros aproveitavam para caçar, seguindo a pé ao seu lado.

Para S. Martinho transportava produtos do Pinhal; de retorno conduzia areia e calcário da Martingança para a fábrica de Vidros. Também teria transportado da Martingança pedra e cal para a construção do grande edifício da Resinagem. Mais tarde foi por ele transportada a pedra para construção da estrada Marinha Grande - Pedreanes.

Este comboio deixou de pertencer à Administração das Matas em 19 de Setembro de 1866, tendo passado para a Direcção das Obras Públicas do Distrito de Leiria.

3. Introdução do comboio a vapor: o Décauville

Com a chegada à Marinha Grande dos comboios a vapor da linha do Oeste, em 8 de Outubro de 1887, ficou resolvido o problema do escoamento, para o exterior, dos produtos do Pinhal e outros.

Prevaleceu, no entanto, o problema dos transportes dentro da Mata, principalmente entre o depósito de Pedreanes e a estação dos caminhos-de-ferro. De princípio, a Companhia dos Reais Caminhos de Ferro ainda pretendeu negociar a cedência dos terrenos, dentro da Vila, por onde passara o comboio americano, para aí montar um ramal entre Pedreanes e a estação. Porém, tal projecto não chegou a concretizar-se, apesar de já terem sido adquiridos esses terrenos aos Serviços Florestais, por o jornal local *Autonomia* ter levantado o problema da passagem do comboio pelo centro da Vila, o que gerou grande campanha contra essa pretensão, levando a Companhia a desistir do seu intento.

Subsistindo o problema dos transportes dentro do Pinhal, o eng.º Silvicultor António Mendes d’Almeida, em 1923, conseguiu trazer para a Circunscrição Florestal um pequeno comboio de via reduzida (bitola de 600 mm) tipo Décauville, de fabrico alemão, que viera para Portugal como reparação de Guerra.



Fig. 46 - O comboio de lata.

Equipado com 3 máquinas a vapor, com potência cada uma de 50 HP, 2 vagões de passageiros, vários outros de carga (caixa aberta) e até outros próprios para o transporte de grandes pinheiros, começou a circular na Mata no dia 6 de Fevereiro de 1923.

Foi baptizado logo na viagem inaugural com o nome de “comboio de lata”, baptismo atribuído ao Dr. Manuel Francisco Alves que, estando com vários amigos, ao vê-lo passar, disse em ar de brincadeira: “Um comboiozinho de brinquedo! Um comboio de lata.” E por esse nome ficou conhecido.

Existiam três linhas principais: Pedreanes - estação dos caminhos-de-ferro; Pedreanes - farol de S. Pedro de Moel (passando pela Guarda Nova, Tromelgo, Pedreira e S. Pedro de Muel); Pedreanes - talhão 225 (próximo da Ponte Nova). A linha tinha ainda pequenos ramais que serviam as serrações mais importantes.

O pequeno mas útil comboio circulou durante 42 anos, acarretando não só pinheiros, madeiras e lenhas mas também pedra e areia para construção de estradas, através de uma rede ferroviária que chegou a ter cerca de 30 km. Sobre a sua utilidade para os Serviços Florestais, pode ler-se no livro *O Pinhal do Rei*, escrito pelo Eng.º Arala Pinto:

“O pequeno Décauville, barateando os transportes, alimentado a lenha, veio valorizar, ainda que indirectamente, toda a mancha de arvoredo por onde circula e barateou igualmente a construção das estradas.”

A garotada delirava quando o via passar. Graças à boa vontade do chefe da Circunscrição Florestal, o comboio era cedido, em datas festivas, para transportar os garotos das escolas a passeios dentro da Mata e até às praias, onde a petizada, acompanhada pelos professores e alguns familiares, e levando as respectivas merendas, passava, em grande alegria, um dia inesquecível.

Também se ia no comboio para a Praia Velha ou para lugares aprazíveis do Pinhal, festejar os dias 1º de Maio e quinta-feira da Ascensão. Eram uma festa esses passeios. Nos vagões de caixa, transformados em vagões de passageiros pela colocação de bancos compridos, com todo o comboio engalanado, incluindo a máquina que não se fartava de apitar, lá seguiam para os seus destinos, juntamente com grupos de músicos que animavam o passeio. Seguiam também os indispensáveis farnéis, dentro dos característicos cestos de vime, usados pelos vidreiros, e os garrações empalhados, cheios de bom vinho, que começavam a esvaziar-se logo que o comboio arrancava. Tudo nesses dias era festa e

alegria. Faziam-se novas amizades e criavam-se novos namoricos.

Nesses dias, outros se deslocavam também ao Pinhal ou Praia Velha a pé, de bicicleta, em carros de burro ou cavalo, em camionetas de carga, etc.. No regresso, ao fim da tarde, toda essa gente se reunia nos pinhais da Guarda Nova para merendar e aguardar a espectacular chegada do comboio. Assim que ao longe se ouviam os silvos do seu apito, tudo se deixava para verem passar o comboio.

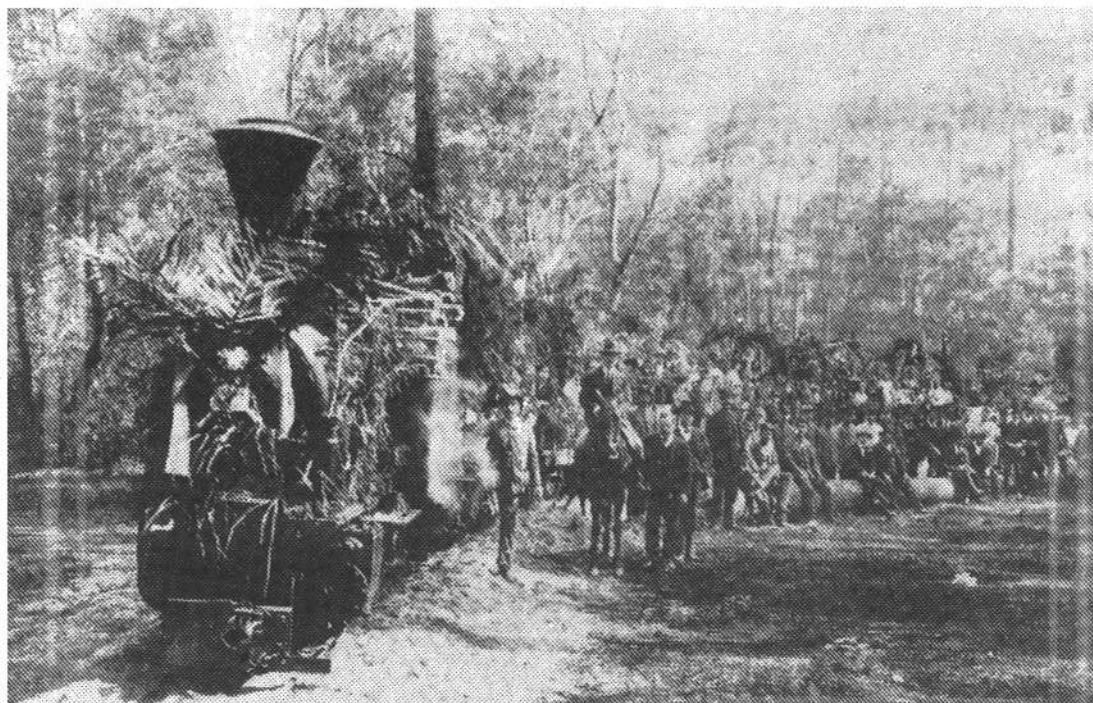


Fig. 47 - O comboio de lata engalanado em Quinta-Feira de Ascensão.

Embora esta descrição nada tenha a ver com os transportes usados no Pinhal para seu serviço, fazemo-la para explicar por que razão a população da Marinha Grande sentiu tanto o desaparecimento do comboio. Estava também ainda na memória de muita gente a sua utilização no transporte diário, por largos meses, dos muitos vidreiros que a crise de 1929 obrigou a pedir trabalho nas Matas, na construção de estradas. O pequeno comboio transportava-os desde Pedreanes até ao talhão 225 e volta.

Deixou de circular em 1965. Logo que a população marinhense teve conhecimento de que não mais veria o seu comboio de lata, sentiu-se consternada e triste por ver desaparecer o que poderia ter sido o *ex-libris* da grande Mata. Mais tarde, soube-se que ia ser vendido em hasta pública à porta da Repartição de Finanças, no dia 8 de Setembro de 1967, como sucata, a preços de licitação muito baixos (as locomotivas foram vendidas na base de 13 000\$00 cada; vagões para passageiros a 550\$00; carris a granel a 1\$57 cada quilo, etc.)¹⁴³. Reconhece-se que o comboio já não tinha interesse para os Serviços Florestais e que algumas linhas dificultavam o desenvolvimento da terra e prejudicavam o trânsito, como o traçado Guarda Nova - Estação da CP. Mas a venda não foi rodeada, infelizmente, de uma análise mais cuidada, como se impunha, do destino a dar ao comboio - como se fez com o material de tracção animal (carroças, *charrettes*, *breaks*, arreios, etc.) que o

ministro mandou retirar de venda para seguirem para o Museu de Mafra. Devia ter sido estudado um outro aproveitamento do comboio para fins turísticos ou para enriquecimento de um Museu Ferroviário ou Florestal, que hoje teria a riqueza de possuir uma velha locomotiva, talvez única, pelo menos em Portugal (consta que uma das locomotivas foi vendida pelo arrematante-sucateiro para um Museu inglês).

Entretanto, uma das locomotivas, marca *Orr Jervy*, n.º 3 871, e um vagão de passageiros foram adquiridos pelo Município, por 9 209\$00. Em 1 de Agosto de 1974 foram colocados, ainda impecáveis, a funcionar e a brilhar, em S. Pedro de Moel, no Parque Arala Pinto, com vista a recordar aos vidreiros o que tinha sido o célebre “comboio de lata”.

Dessas graciosas peças de Museu existe hoje somente um montão de sucata ferrugenta, a atestar a nossa incompetência em preservar os deixados históricos. Tudo foi roubado ou destruído. O que resta só serve para acomodar durante a noite viciados e marginais, que aí se reúnem perturbando o sossego dos moradores próximos. Bom seria que as autoridades mandassem retirar o que resta ainda do que foi um dos comboios mais lindos de Portugal.¹⁴⁴

4. A introdução dos transportes motorizados

Sem elementos que o possam confirmar, julgamos que os primeiros veículos de transporte rodoviário a motor foram adquiridos pelos Serviços Florestais por volta dos anos 30 quando, por falta de outros combustíveis, se usaram somente carros de gasogénio.

Mas só depois de 1950, com a renovação da rede viária, os Serviços Florestais começaram a utilizar em larga escala os transportes rodoviários motorizados.

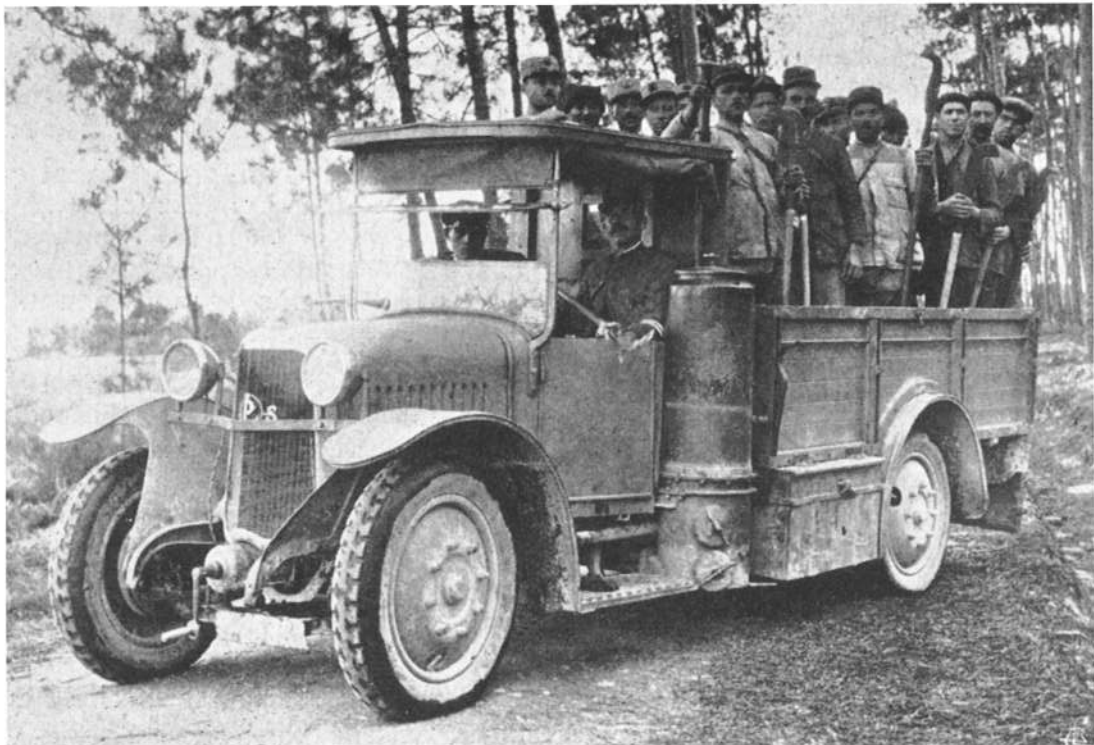


Fig. 48 - Camioneta a gasogénio utilizada pelos serviços Florestais, principalmente no transporte de pessoal.

5. As Estradas construídas pelos Serviços Florestais dentro e fora do Pinhal

Antes das estradas florestais, só existiam duas estradas de acesso à Marinha Grande: Leiria-Marinha Grande (iniciada em 4 de Janeiro de 1862, segundo se lê nos *Anais do Município de Leiria*, de João Cabral) e a velha "estrada do Guilherme" até à Nacional Lisboa-Porto.

Os Serviços Florestais construíram então as seguintes (indicamos apenas as mais importantes, de valor histórico-turístico), para utilidade dos próprios serviços e, por consequência, da Marinha Grande.

a) 1867 - Estrada do Engenho

Foi a primeira estrada construída pelos Serviços Florestais, iniciada em 14 de Janeiro de 1867, entre o edifício da Administração das Matas e Pedreanes, lugar onde se encontram ainda vários serviços de apoio. Seguiu pela actual R. Vieira de Leiria até ao cruzamento com o caminho do Engenho, que nesses tempos começava junto ao prédio onde mais tarde foi a loja de Samuel de Carvalho.

Tem cerca de 2 km, serve o Parque do Engenho e foi em tempos o mais lindo passeio da terra, com os muitos plátanos que a ladeavam e formavam um túnel de verde e de frescura. Passou para a posse da CMMG após a restauração do concelho e hoje está integrada na zona urbana com o nome de Av. José Gregório. Antes de 1975 tinha o nome do grande silvicultor, e amigo da terra, Warnhagen.

b) 1882 - Estrada de S. Pedro de Moel

Teve de início praticamente o traçado actual. Tem cerca de 9 km. Liga a sede do concelho à linda e amena praia de S. Pedro de Muel. É hoje a estrada de maior movimento, principalmente durante a época balnear. O seu traçado oferece grandes dificuldades ao trânsito e tem originado bastantes acidentes, por ser estreita e possuir algumas curvas facilmente elimináveis. Em 1945¹⁴⁵ passou para a jurisdição das Obras Públicas.

c) 1883 - Estrada de Vieira de Leiria

Também seguia o traçado actual. Foi construída entre os anos de 1883 e 1887. Tem cerca de 13 km. Passou também para a posse do Ministério das Obras Públicas por volta de 1945.

d) 1888 - Estrada da Estação

Tem 1,8 km. Até 1975 teve o nome de Av. Conde de Azarujinha. Hoje está integrada na zona urbana da Marinha Grande, com o nome de Av. 1º de Maio. Passou para o Ministério das Obras Públicas por volta de 1940. Foi em tempos rodeada de plátanos que a tornavam numa das melhores artérias da Vila.

e) 1892 - Estrada da Nazaré

A sua construção foi aprovada no ano mencionado, mas só foi iniciada por volta de 1914 e terminada em 1931.

No século XX, a rede de estradas sofre grande incremento. Até 1930 constroem-se os ramais do viveiro do Tromelgo, do farol de S. Pedro, da Vieira de Leiria à Praia, os ramais da Serraria e da Mioteira e, em 1929, a célebre "estrada dos Vidreiros" na extensão de cerca de 13 km, para ligar S. Pedro à Vieira por dentro da Mata.

f) Estrada dos Vidreiros

Tem cerca de 12 km. Liga S. Pedro de Muel à estrada Pedreanes - Vieira de Leiria, próximo do desvio da Ferraria, e passa por lindos recantos do interior da Mata, como Árvores, Ponte Nova e Pinhal Manso. Foi construída em 1929 - 30 pelos vidreiros, aquando duma das maiores crises de trabalho por que passou a indústria vidreira.

g) Estrada do Canto do Ribeiro

Construída também na mesma data e por operários vidreiros. Tem cerca de 2 km.

Serpenteando ao longo do Ribeiro pela zona mais acidentada da Mata e orlada sempre por frondosas árvores, é a mais linda e fresca estrada do Pinhal. O seu trajecto é recortado por inúmeros recantos onde durante o Verão se juntam muitas famílias a almoçar, gozando o sossego, a sombra dos pinheiros e a frescura.

Embora saibamos que o Pinhal não foi semeado para fins turísticos, parece-nos que poderia ser aproveitado para o seu desenvolvimento. A construção de mesas, de pequenos parques de estacionamento¹⁴⁶, o arranjo de algumas fontes nestes recintos e noutros privilegiados, traria grande satisfação aos utentes desses lugares.

h) Estrada das Dunas

Liga S. Pedro de Muel com a Praia da Vieira de Leiria. Tem aproximadamente 13 km¹⁴⁷. Passa pelo Farol de S. Pedro de Moel, Praia da Concha, Praia Velha, Canto do Ribeiro, Pedras Negras, aceiro M, serve o Ponto da Crastinha, o posto da Guarda Fiscal das Crastas, as Fontes das Canas e dos Morangos, e o Cabo do Mato, que foi há cerca de 50 anos um lugar privilegiado pela muita caça aí existente. Foi construída em duas fases: a primeira por volta de 1929-30, até à guarda do M, e a segunda depois de 1950, até à Praia da Vieira de Leiria. A primeira fase também foi construída por vidreiros.

i) Estrada do Tromelgo e Lagoa Cova

Também construída em duas fases: a primeira, antes de 1920, até ao Tromelgo; e a segunda, Tromelgo - Lagoa Cova, em 1929-30, também construída por vidreiros. Tem cerca de 5 km e liga com a estrada Marinha Grande - S. Pedro de Moel.

Foi com a construção destas estradas, em que se ocuparam durante bastante tempo cerca de 850 operários vidreiros, que a Marinha Grande conseguiu ultrapassar o tremendo período económico por que passou, em que chegou a passar-se fome.

A construção das estradas foi a razão encontrada pelo bondoso eng.º Arala Pinto, chefe da 3ª Circunscrição Florestal, para poder encontrar o trabalho que lhe era solicitado diariamente por muitos vidreiros para trabalharem na Mata, com lamentações angustiosas descritas no seu livro *A Crise Vidreira*:

“Arranje-me qualquer colocação nas Matas, não me importa o salário”;

“Queria qualquer coisa que me desse para o pão e para as sardinhas”;

“Dê-me trabalho, deixei em casa 4 crianças a chorar com fome”;

“Não me podendo dar trabalho só tenho um caminho a seguir: matar os filhos e a mulher e a seguir dar um tiro em mim, porque a roubar ninguém me ensinou”.

Nessa altura, Arala Pinto pressionou o director-geral dos Serviços Florestais, que acabou por desviar do Orçamento da sua direcção-geral uma parte do que estava previsto para as matas do Norte e enviou para a Marinha Grande a verba de 200 contos.

O sacrifício passado por esses homens e rapazes é indescritível. Percorrer 20 km diários (10 para lá e 10 para cá) para chegarem e virem do local de trabalho, executarem durante 8 horas tarefas a que não estavam habituados, mal alimentados, para ganharem 7\$00 por dia (conforme se lê também no livro *A Crise vidreira*, de A. Arala Pinto).

j) Estrada da Valdimeira

Tem cerca de 5 km e foi construída depois de 1950. Liga a Ponte de S. Pedro com a Ponte Nova. Tal como a estrada do Canto do Ribeiro, também foi construída quase toda à beira do Ribeiro. Serve os sítios dos Carvalhos e Valdimeira, também lugares aprazíveis do Pinhal.

k) Estrada do Facho

Liga a Lagoa Cova com a estrada das Paredes. Tem cerca de 5 km e passa perto do Ponto do Facho. Foi construída depois de 1950.

l) Estrada das Paredes

Liga S. Pedro de Muel com a estrada de Marinha Grande - Nazaré em Pataias. Esta estrada serve os utentes das praias de Água de Madeiros, Pedra do Ouro, Polvoeira, Paredes e todas as outras mais ao sul até ao Sítio da Nazaré, embora depois das Paredes não tenha sido feita pelos Serviços Florestais. Só foi aberta devido ao espírito perseverante do chefe dos Serviços Florestais na época, pois atravessa uma grande propriedade particular, que é o Pinhal do Camarçã. Tem cerca de 11 km.

m) Estrada da Formosa

Construída depois de 1950, inicia-se no cruzamento do aceiro C com a estrada das Dunas, atravessa todo o Pinhal até à Guarda da Formosa seguindo daí para o Sul até à Guarda da Garcia, voltando para poente até à estrada Pedreanes - Vieira de Leiria. Estrada também de grande utilidade, que serve as povoações da Formosa, Outeiro da Fonte, Moinhos, Pilado e Garcia, tem cerca de 12 km¹⁴⁸ e serve também as fontes de boa água da Formosa e do Sardão.

A rede viária dentro do Pinhal, com excepção das estradas Marinha Grande - S. Pedro e Marinha Grande - Vieira de Leiria, possui hoje cerca de 115 km¹⁴⁹ de boas estradas asfaltadas com uns 5 metros de largura, e aproximadamente 24 km de caminhos de saibro transitáveis por veículos automóveis.

Em 1950 iniciou-se um plano que teve em vista remodelar totalmente as velhas estradas - dando-lhes mais largura, de 3 para 5 metros, mais segurança, melhorando o seu piso, asfaltando-as - e abrir novas estradas para aumentar a rede viária do Pinhal. Colocou-se também uma boa sinalização, hoje deteriorada¹⁵⁰.

De início, este plano foi muito contestado por várias pessoas, que viam nele a destruição da Ponte Nova (lugar muito aprazível da Mata), que o achavam muito pretensioso e de luxo desnecessário. Vieram a curvar-se mais tarde perante a realidade da obra, reconhecendo que ela não só valorizou a Mata como lhe trouxe grandes vantagens económicas. Os milhares de contos gastos já foram largamente compensados pelo melhor preço pago pelos arrematantes das madeiras, em face das melhores condições que lhes

oferecem as boas estradas, que reduzem muito o custo dos transportes. Estas estradas constituem uma das maiores obras realizadas na Mata e trouxeram também às populações limítrofes, principalmente às do Nordeste, grandes facilidades de deslocação para a Vila, onde trabalha muita gente, para as praias situadas ao longo da costa do Pinhal e ainda para a Mata.

O turismo sofreu grande desenvolvimento, com as ligações rápidas entre as muitas praias existentes na sua orla, as possibilidades de deslocação a lugares aprazíveis da Mata e, até, a organização de provas desportivas nas referidas estradas, como os *Rallies* da Rota do Sol e Internacional, Vinho do Porto, etc..

Depois, o estado de conservação das principais estradas foi-se degradando, depois de terem sido liberalizadas, deixando de estar sujeitas ao regulamento interno dos Serviços Florestais. A sua reparação teve que ser feita pela autarquia local, embora os Serviços Florestais tenham fornecido o betume.

L. Os Fogos e os meios para os combater

Um dos maiores flagelos que tem assolado o Pinhal são, sem qualquer dúvida, os fogos. Desde tempos remotos que tem havido fogos no Pinhal: uns espontâneos, outros acidentais, por vezes em altura de crise vidreira¹⁵¹, e outros criminosos.

Os maiores que se conhecem verificaram-se após 1800, quando a explosão demográfica mais se acentuou na povoação. A Mata, que nessa altura não possuía quaisquer defesas contra incêndios - nem meios para os combater, nem sequer possibilidades práticas de chegar facilmente aos locais por ser demasiado virgem e emaranhada - só deixava uma solução: deixar arder.

De entre os muitos fogos registados ficaram célebres os de 1806 (Ponte Nova), de 1814 (Carvoaria), de 1818 (Brejo do Fero) e o maior de todos (Facho) em 1824, que começou no alto do Facho (talhão nº324 e acabou no Poço do Ingleses (talhão nº154) destruindo cerca de 5 000 hectares de Mata, quase metade do Pinhal. Só parou por aí por encontrar a Mata queimada pelos fogos de 1814 e 1818.

Nos nossos dias também se deram grandes e pavorosos incêndios mas, segundo se provou, de origem criminosa: os da Relvinha, dos Altos Picotos e das Pedras Negras, que destruiu os célebres pinheiros serpentes, os quais nunca foram devidamente protegidos ou "reservados", como se impunha.¹⁵²

1. Pontos de Vigia

Depois de Frederico Warnhagen, em 1826, ter mandado abrir os "quadrados" formados por aceiros e arrifes, trabalho mais tarde aperfeiçoado e alargado por Bernardino Barros Gomes, que também mandou instalar os Pontos de vigia, nunca mais se verificaram fogos espontâneos de grandes dimensões.

Os Pontos eram primeiramente pequenas barracas de madeira, nos sítios mais altos do Pinhal - Facho, Ladeira Grande (junto à Ponte Nova), Crastinha - e no edifício da Resinagem. Em cada um viviam permanentemente dois homens (jornaleiros) incumbidos de vigiarem de dia e de noite o Pinhal, vindo um deles avisar a Administração de qualquer incêndio, sendo enviado pessoal florestal para o combater, até ser criada a Associação de Bombeiros.

A partir do ano de 1887, essa informação passou a fazer-se através de telefones, instalados entre a estação postal, a Administração Florestal e os Pontos por ordem do administrador Joaquim Ferreira Borges. Em 1972 estes telefones foram ligados à rede nacional, tendo sido montados pelos CTT 31 aparelhos nas repartições, nos Pontos de vigia e em algumas Guardas (informações extraídas do *Ordenamento* de 1980).

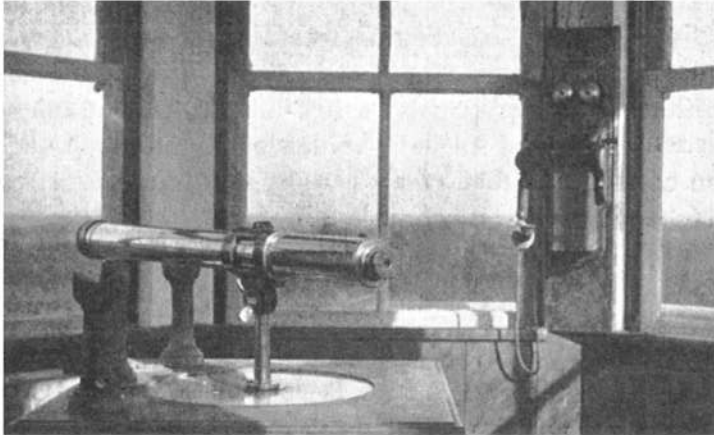


Fig. 49 - As lunetas que foram instaladas nos pontos de vigia em 1898, pelo eng^o José Lopes Vieira.

A localização do incêndio fazia-se através duma luneta giratória em torno de um círculo graduado (tendo 0° a orientação do Norte verdadeiro) e da planta da Mata.

Em 1883 constrói-se em tijolo o Ponto do Facho, com altura de 14 metros. Em 1885 é construído o da Boavista, em alvenaria, para substituir o do edifício da Resinagem. Poucos anos decorridos são os pontos do Facho (embora de tijolo, estava mal construído), da Ladeira Grande e da Crastinha (cuja madeira estava a apodrecer) substituídos por altas armações em ferro, bonitas e elegantes, em cujo topo, rodeado por uma varanda, estava o posto de vigia.



Fig. 50 - O Antigo ponto do Facho.

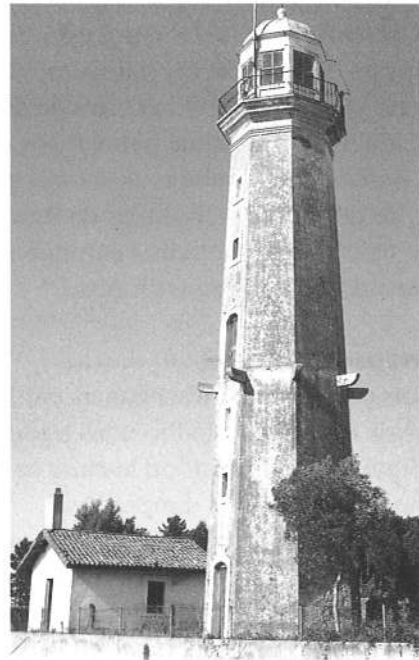


Fig. 51- O Ponto da Boavista, construído em 1885

Já nos nossos dias, mais propriamente depois de 1936, foram os 3 pontos (Facho, Ladeira Grande, que passou a denominar-se Ponto Novo, e Crastinha) construídos em cimento armado, por projecto elaborado pelo marinhense eng.º silvicultor Mário Amaro Santos Galo.

O Ponto da Boavista, único que mantém a traça original, deveria ser preservado e mantido como edifício de interesse turístico e cultural. O seu recinto deveria voltar a ter o arranjo paisagístico que já teve, quando os habitantes o procuravam para passar algum tempo de ócio à sombra do frondoso arvoredo que o cercava, equipado com bancos e mesas.

O funcionamento dos pontos ainda hoje é limitado aos meses de Verão (Junho a Outubro) e ocupa permanentemente 3 jornaleiros cada um, que trabalham por turnos. Nesse período vivem em pequenas casas construídas junto aos pontos.

2. Leis de carácter preventivo contra incêndios

Datam do ano de 1650 as primeiras leis que proibiam fazer queimadas próximo das Matas.¹⁵³

Mais tarde, foi o marquês de Pombal quem tomou algumas medidas, entre elas a de ordenar que fosse aberta em volta do Pinhal uma faixa de 22 metros de largura limpa de qualquer vegetação, para evitar a passagem de fogos de fora para dentro do Pinhal. Essa faixa, ainda existente, ficou conhecida por “aceiro exterior”.

Depois dos grandes fogos de 1806 e 1814 o rei D. João VI decreta algumas leis com vista a evitar fogos: abertura de aceiros e arrifes¹⁵⁴, proibição de fumar ou fazer lume dentro do Pinhal, de caçar com armas de fogo desde que as buchas não fossem de musgo, de fabricar carvão ou alcatrão, de instalar covões de abelhas, de deitar balões ou foguetões, etc.. Proibiu também que os carros de bois circulassem dentro do Pinhal sem trazerem bem untados os eixos.¹⁵⁵

De todas estas leis, a de maior significado e valor para evitar os fogos foi sem qualquer dúvida a abertura dos aceiros e arrifes, que os nossos melhores silvicultores consideraram o “mais importante trabalho realizado no velho Pinhal do Rei”.

3. Meios usados para combate aos fogos

Desde tempos imemoriais que o combate aos fogos era feito, além do pessoal florestal, pelas populações limítrofes.

O primeiro sinal sonoro, já usado no tempo dos Filipes, era a buzina, tocada pelos couteiros junto do pessoal ou das povoações. Também o Guarda-Mor dava o alarme, mandando tocar o relógio da cidade de Leiria, avisando o Corregedor da Comarca, Juiz de Fora e Capitão-Mor, “para que com toda a pressa lhe assistão com tudo o que for necessário para se apagar o fogo”¹⁵⁶. Em 1848, é imposto ao arrendatário da fábrica de vidros que dispensasse todo o seu pessoal em caso de fogo na Mata.

Em 1890¹⁵⁷ é criado pelos Serviços Florestais um piquete de prevenção contra incêndios, localizado em Pedreanes. Era composto por quatro guardas a cavalo, munidos de foices, pás e enxadas, e por jornaleiros transportados em carros de cavalos ou a pé.

Em 1899 é criada a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, que os Serviços Florestais ajudaram a fundar, oferecendo vários materiais e cedendo uma parte do edifício da antiga Resinagem para quartel. A Associação passou a acudir a todos os fogos verificados no Pinhal.

A abertura de estradas, que cruzam todo o Pinhal em várias direcções, permite também o domínio rápido dos fogos, pela rapidez com que os socorros chegam ao local do sinistro.

M. O Ciclone de 1941

Além dos incêndios, a Mata sofreu uma grande catástrofe em 15 de Fevereiro de 1941: foi o ciclone.

Foram derrubadas cerca de 165 000 árvores, entre as quais muitos pinheiros “reserva” e muitas espécies exóticas raras e seculares.

A queda dessas árvores obstruiu completamente a grande maioria das estradas da Mata e até outras vias que lhe davam acesso. O próprio Pinhal ficou de tal modo emaranhado que a recuperação das 165 000 árvores levou anos a fazer-se, apesar das providências enérgicas tomadas pelo Governo, tanto mais que se estava em plena Guerra Mundial, com carências de toda a ordem, principalmente na área dos transportes.

Para se avaliar melhor da importância da catástrofe, sabe-se que as 165 000 árvores foram transformadas em 96 114 m³ de madeira serrada e 30 000 esteres de lenha para ser consumida nos fornos de vidro. Para recolher a madeira serrada mandou o Governo construir dois grandes armazéns: um na Marinha Grande (no Casal de Malta, próximo da estação da CP, do qual era responsável Manuel A. Leal) e outro em Coimbra, para guardar as melhores madeiras destinadas à Direcção dos Serviços dos Monumentos e Edifícios Nacionais.

O seu transporte foi arrematado pela parceria Raul dos Santos Tovim - Eduardo António Lopes, a quem o Governo concedeu regalias especiais, como o fornecimento de gasolina e pneus fora do regime então em vigor, e isentou dos horários de trabalho para que os seus camiões pudessem retirar do chão da Mata, rapidamente, a madeira que corria riscos de apodrecimento.

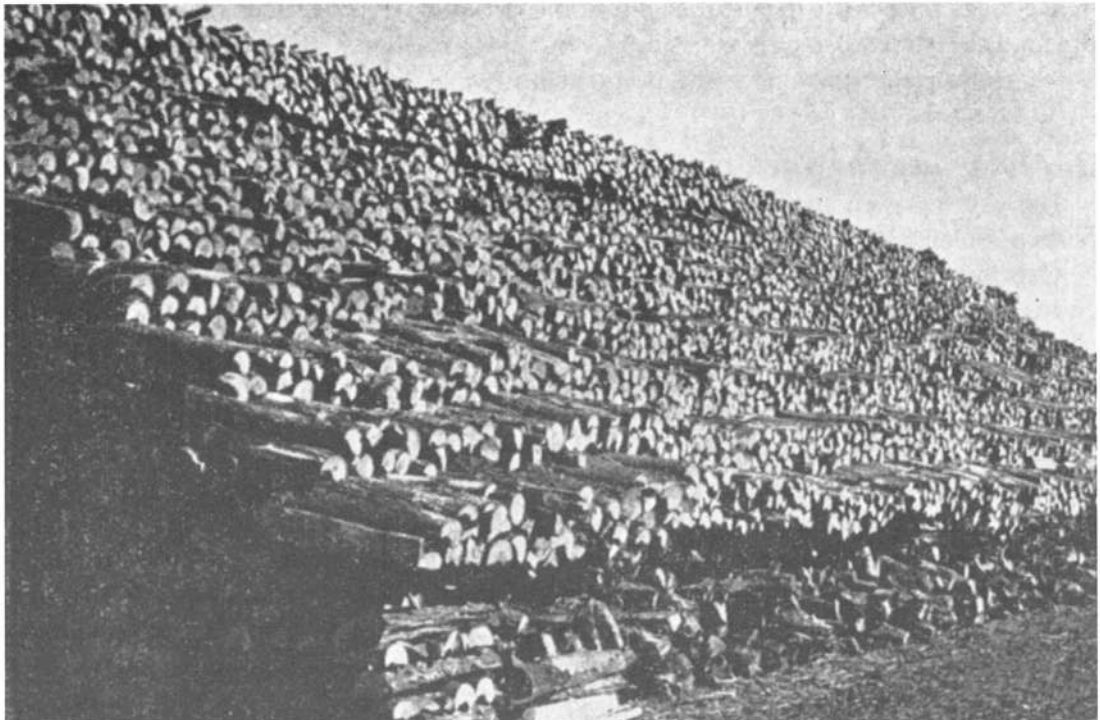


Fig. 52 - Uma pilha de lenha (cavacas) armazenada para queimar nos fornos, tal como se usava nas fábricas de vidro.

N. Curiosidades do Pinhal

A vida média de um pinheiro é de 80 anos.



O lugar mais alto do Pinhal é o Alto dos Picotos, ou Picotes, cerca de 114 metros acima do nível do mar.



Embora hoje em dia poucas espécies cinegéticas existam no Pinhal (somente alguns coelhos, lebres, rolas e perdizes), a sua fauna foi, em tempos, riquíssima. Chegaram a existir veados, lançados perto da Ponte Nova em 1855 e que fizeram muito boa reprodução, mas foram destruídos pelos humanos. O último javali foi morto, segundo consta, em 1848. Houve também lobos, ginetas, texugos, doninhas, perdizes (ainda há poucos anos se tentou o repovoamento do Casal da Lebre com essas aves). Também em 1936 se tentou reprovar o Pinhal com pavões, faisões, pintadas, pombos bravos, etc. Do resultado dessas experiências nada sabemos.



Foi no Pinhal que, durante as Invasões Francesas, os povos residentes nas proximidades esconderam ou enterraram os seus valores, principalmente moedas, objectos de ouro, prata, etc.. Diz-se ainda hoje que chegaram a ser transportados para o Pinhal, pelos ourives, burros carregados com ouro, que aí teria sido enterrado. Muitos desses valores teriam sido mais tarde retirados, mas outros permaneceram, ou porque os seus donos morressem ou porque lhes perdessem o poiso.

O eng.º Arala Pinto diz, no seu livro *O Pinhal do Rei*, que foram encontrados pelo pessoal das Matas alguns desses objectos, durante a sua direcção. Diz também que era frequente notarem-se terras revolvidas, durante a noite, por alguém que procurava esses tesouros.



Chegou a existir na Circunscrição Florestal da Marinha Grande um Museu Florestal, segundo refere o jornal *Autonomia* de 13.10.1889. Fora criado em 1865, juntamente com uma biblioteca, pelo Director Geral do Comércio e Indústria. Mais tarde, porém, lê-se no mesmo jornal, a Direcção Geral da Agricultura

“... acantonou para junto de uma abóbada abatida de pesado edifício do Terreno do Paço a principal repartição das Matas Nacionais; espalhou a biblioteca pelos vãos escuros das escadarias que os pretendentes ali levam gastos e atrou com o museu para o vértice do Bussaco...”

Também no tempo de Arala Pinto, segundo nos diz o próprio n’*O Pinhal do Rei*, chegou a existir na Circunscrição Florestal da Marinha Grande um Museu Florestal em embrião:

“... apareceu um machado de sílex que se acha depositado no museu em embrião da 3ª Circunscrição Florestal”.

O que teria sido feito desse Museu? Sabemos que na Marinha Grande não está! Qual teria sido o seu destino? O muito material de tracção animal existente na Mata foi em 1967, por ordem do Secretário de Estado da Agricultura, transferido para o Museu de Mafra.

Agora que os serviços culturais da CMMG estão interessados em levantar na Marinha Grande alguns museus das actividades do concelho¹⁵⁸, não seria fácil fazer voltar as peças que se encontram no Buçaco e em Mafra?

O Museu poderia ser instalado no velho parque do Engenho, num dos *challets* que se encontram vagos. Aí se poderiam reunir alfaias antigas utilizadas no Pinhal, velhas máquinas, serras braçais, o velho comboio de lata, etc., etc., para que os vindouros pudessem conhecer como se ergueu a grande “catedral verde e sussurrante”.

III - O vidro¹⁵⁹

A. Justificação

Por ter sido a indústria vidreira a primeira a ser implantada, por volta de 1748, na então pequena aldeia de lavradores e lenhadores, situada na orla do grande Pinhal do Rei, conhecida por Marinha - trazendo à pequena aldeia não só grande desenvolvimento industrial e populacional como grande prestígio artístico, pelos belos vidros que aí se passaram a produzir - vamos dedicar a esta fabulosa indústria largo historial: sobre a sua origem, o que é o vidro, a sua implantação em Portugal e na Marinha Grande, etc..

B. Origem do Vidro

Não há dados precisos sobre a origem do vidro, visto haver contradições por parte dos historiadores. Sabe-se, no entanto, que já existia cerca de 3 000 anos antes da era de Cristo. Sabe-se também que a sua descoberta se deve a um acaso acontecido num país do Médio Oriente (Síria ou Egipto) que, segundo Plínio, historiador romano, teria assim ocorrido:

“Quando alguns negociantes pararam para descansar e preparar a sua refeição, repararam que debaixo das pedras de natrum (carbonato de soda natural) onde tinham colocado as marmitas para cozinhar a refeição sobre calor intenso aparecia um líquido viscoso e desconhecido que de imediato baptizaram de vidro. Mais tarde foram os egípcios que, aproveitando a experiência, passaram a fundir a areia e o natrum, com fornos próprios, produzindo o vidro.”¹⁶⁰

Mais tarde ainda trouxeram o sistema para Roma, onde os Romanos lhe introduziram algumas inovações técnicas, passando a produzir regularmente peças de vidro. Desses remotos tempos existem ainda peças extraordinárias, por onde se podem avaliar os níveis de engenho e arte dos talentosos vidreiros romanos, como o célebre vaso de Portland, considerado a obra prima por excelência da antiga arte do vidro, exposto no Museu Britânico, de Londres.

Em seguida, por volta dos anos 320, o imperador romano Constantino Magno levou a arte vidreira para o Oriente, onde durante mais de nove séculos foi produzida e melhorada em grande segredo, nomeadamente debaixo da protecção de Teodósio II, que concedeu aos fabricantes grandes regalias sociais para guardarem segredo da arte.

Apesar disso, os Venezianos conseguiram contratar artistas vidreiros gregos que conheciam bem a indústria vidreira e em grande segredo montaram, na pequena e isolada ilha de Murano, longe portanto de olhares curiosos, a sua primeira fábrica de vidros. Foi nessa pequena ilha que a República do Adriático, em grande segredo e debaixo de grande vigilância para não deixar sair para o estrangeiro nem os segredos nem os artistas vidreiros, aperfeiçoou o fabrico do vidro, cuja fama, apesar dessa vigilância, se espalhava por toda a Europa. Foram os Alemães os primeiros a conseguirem apoderar-se dos segredos que alguns Venezianos levaram consigo, embora alguns tivessem pago com a vida a desobediência ao governo de Veneza, então conhecido por “Déspota Conselho dos Dez”, que enviava emissários para esse ajuste de contas com os dissidentes do regime.

Pouco tempo depois, os alemães, senhores dos segredos, montaram na sua província da Boémia a sua própria indústria vidreira. Pelo interesse que o próprio imperador lhe dedicou, pouco tempo depois os célebres cristais da Boémia ultrapassaram a fama dos de Veneza.

A partir daí todos os países da Europa passariam a interessar-se pela indústria vidreira. A França, no tempo de Luís XIV, pela mão do grande estadista Colbert, foi a primeira a interessar-se pela indústria do vidro, com a montagem de grandes empresas vidreiras ainda famosas como a Baccarat, Saint-Gobain, Saint-Louis, etc..

Também os ingleses, por essa época, se interessaram bastante pelo desenvolvimento da indústria vidreira, cujos mercados mundiais dominaram a partir do século XVIII. Introdutores de novas técnicas no fabrico do vidro, revolucionaram os antigos processos e, por um feliz acaso relacionado com o grande consumo de combustível, que era preciso reduzir, passaram a utilizar um fundente metálico conhecido por óxido de chumbo, que além de facilitar a fundição do vidro lhe trouxe grande densidade, um lustre excepcional, a pureza, o brilho e a sonoridade que permitiram chamar-se-lhe “Cristal barato” ou, como os ingleses lhe chamaram, *flint glass* ¹⁶¹.

Hoje, a indústria vidreira está espalhada por todo o Mundo.

C. O que é o Vidro

Sob a denominação genérica de vidro considera-se uma substância mineral que à temperatura ordinária é sólida e transparente, resultado da fusão controlada, a alta temperatura (à volta de 1300°C), de uma mistura perfeitamente doseada de várias matérias-primas, como:

- ♦ Sílica (areia), tão pura quanto possível e proveniente das areias ou das rochas de quartzo - considerada, pela sua natureza, o vitrificante, ou seja, o verdadeiro esqueleto do vidro;
- ♦ Fundentes, como o carbonato de sódio, o carbonato de potássio e o óxido de chumbo; cuja função principal é fazer baixar o alto grau de fusão da sílica;
- ♦ Estabilizantes, como o carbonato de bário, carbonato de cálcio, carbonato de magnésio e óxido de alumínio, que lhe dão a resistência química a factores do meio ambiente como a humidade, o calor, a luz e gases naturais;
- ♦ Afinantes, como o óxido de arsénico, o óxido de antimónio e o nitrato de sódio, que têm por função a formação, na massa vítrea em fusão, de grandes bolhas gasosas que, ao libertarem-se para a superfície, arrastam o gás retido sob a forma de minúsculas bolhas (a que os vidreiros chamam “murça”), sem força ascensional para vencer a resistência da massa vítrea no cadinho (Pote) ou na bacia (Tanque), os quais têm normalmente 90 a 120 cm de altura. Para esta operação, a que os antigos vidreiros chamavam “fervura do vidro”, antes de serem conhecidos os afinantes químicos os mestres fundidores utilizavam uma batata, um cubo de madeira ou um pedaço de piteira para obter os mesmos resultados;
- ♦ Descorantes, como o arsénico, o óxido de manganês, o nitrato de potássio, utilizados nos vidros brancos para compensarem a cor esverdeada ou amarelo-esverdeada da massa fundida, resultante das impurezas das matérias-primas naturais como o ferro, o níquel e o cobre;
- ♦ Corantes, matérias-primas que, misturadas à composição dos vidros brancos, lhes dão

a coloração pretendida. Por exemplo: óxido de prata para obtenção de vidros amarelos; cobalto para vidros azuis; manganês para vidros ametista; óxido de ferro para vidros verdes; púrpura de Cássio para vidros vermelhos; criolite¹⁶² para vidros opala; etc.;

♦ Casco (vidro partido em pedaços), utilizado normalmente em grandes percentagens na feitura da composição para embaratecimento desta, depois de seleccionado de acordo com o tipo e cor do que se pretende fabricar.

É da arte do Compositor, baseada normalmente em larga experiência na dosagem de cada uma das matérias primas a utilizar, aliada ao bom trabalho do mestre fundidor, conseguindo homogeneizar criteriosamente a composição através de uma boa fusão, que se obtêm os bons vidros, os quais devem obedecer às seguintes características:

- ♦ Boa estabilidade, isto é, resistência ao ataque permanente dos agentes atmosféricos;
- ♦ Máxima transparência, sem cordas, sem bolhas e sem infundidos (pequenas pedras);
- ♦ Máximo grau de brancura (que se obtêm usando somente matérias-primas de boa pureza);
- ♦ Sonoridade musical, consequente da acção dos elementos de alta densidade como o chumbo e o bário.

Pela Marinha Grande passaram bons e vários compositores vidreiros, cuja fama ainda perdura: António José de Magalhães Júnior, João de Magalhães, José Vieira, Manuel Lavos, eng.º Francisco António Rodrigues, Acácio das Neves Morais Matias, António Gomes, eng.º Artur Alves Pinto, eng.º Sidónio Oliveira da Silva, etc..

A evolução da ciência química vidreira e da técnica aplicada à produção do vidro, nos últimos 50 anos, permitem o domínio completo, em todas as fases do processo, de todas as variáveis que influenciam a qualidade que se pretende obter.

Dispõe-se hoje em dia de todos os meios para se obter um vidro leve como o alumínio e resistente como o aço, sob a forma de folha transparente ou de fio flexível, que pode ser tecido como material têxtil, moldado como chumbo, serrado como madeira, transformado em lã para isolamento do calor, do frio e da electricidade, etc..¹⁶³

Crescem anualmente a produção e consumo de vidros para todos os fins: desde uma pequena lâmpada do tamanho de um grão de arroz para uso da medicina até à grandiosa lente do observatório astronómico Palomar, que tem 5 metros de diâmetro, passando pelas enormes chapas de vidro utilizadas na construção civil e pelos pequenos frascos para embalagem; desde os pára-brisas inestilhaçáveis até aos pequenos farolins em cores; dos componentes dos aparelhos electrodomésticos, como os canais dos televisores e das máquinas de lavar, aos complicados aparelhos de laboratório; desde os vidros usados na farmacologia e na medicina, com características especiais, resistentes à esterilização e impermeáveis à luz até aos inúmeros artigos para uso doméstico, como copos, cálices, pratos, chávenas, espelhos, peças decorativas, etc., etc. - tudo é feito em vidro.

De tal maneira o vidro se implantou no quotidiano da sociedade moderna que hoje em dia seria difícil viver sem ele.

De entre os muitos tipos de vidro conhecidos, só se fabricam em Portugal alguns deles, os mais vulgares, como os Calco-Sódicos, mais conhecidos por vidros comuns, os Potasso-Baríticos, os Sonoros e os Cristais. Seguindo as normas da CEE¹⁶⁴, são assim classificados:

- ♦ Vidros Calco-Sódicos - São os vidros mais usados e também os mais baratos. Normalmente usados no fabrico de vidraça, embalagem (garrafas e garrafões), artigos para a construção civil (tijolos, blocos, ladrilhos e telhas) artigos para iluminação doméstica

e pública (globos, lâmpadas, candeeiros, etc.). Não levam óxido de chumbo nem outras matérias primas ricas e caras.

- ♦ Vidros Boro-Silicatados - São caracterizados pela grande resistência às variações bruscas da temperatura, suportam a chama viva e resistem bastante aos choques mecânicos e químicos. Este tipo de vidro (*Pirex*) não está industrializado em Portugal, não por se desconhecer o fabrico mas porque o seu consumo não justifica a montagem de um forno próprio e também porque, em parte, é já substituído por vidros Calco-Sódicos tratados termicamente por máquinas de arrefecimento brusco (por ar frio conduzido através de um canal próprio) o que lhes dá grande resistência ao choque mecânico e térmico - como os da marca *Cristalex*, produzidos pela CRISAL, ou os *Ividur*, produzidos pela IVIMA, ambas na Marinha Grande.
- ♦ Vidros Potasso-Baríticos - Normalmente usados no fabrico de artigos em cor ou opala, para iluminação e decoração.
- ♦ Vidros Sonoros - Geralmente utilizados no fabrico de artigos para uso doméstico, possuem já certo valor, pois têm um teor mínimo de 10% (em conjunto) de bário (BaO), potássio (K₂O) e chumbo (PbO).
- ♦ Vidros Sonoros Superiores - Também utilizados no fabrico de artigos de uso doméstico, num mínimo de 10% (em conjunto) das seguintes matérias-primas: bário, zinco, potássio e chumbo.
- ♦ Cristais de Chumbo - Também utilizados no fabrico de peças para uso doméstico, possuem um teor mínimo de 24% de chumbo.
- ♦ Cristais de Chumbo Superiores - Dada a riqueza do teor de chumbo (PbO), no mínimo 30%, são de todos os melhores e mais ricos em pureza, brilho e sonoridade.¹⁶⁵

Só duas fábricas em Portugal produzem cristal superior: a CRISAL, de Alcobça, com a marca *Atlantis*, e a Fábrica Escola Irmãos Stephens, da Marinha Grande com a marca *Stephens*.

Todos os vidros, ricos ou pobres, brancos ou de cor, foram desde tempos remotos enriquecidos com decorações, isto é: lapidados, gravados a ácido, a areia ou à roda, e pintados, a frio ou a quente, por artistas famosos. Dessa nobre arte, assim como da de vidreiro, falaremos mais a diante.

A título de curiosidade, damos a seguir a composição usada no fabrico de Vidros Calco-Sódicos (vidro branco comum):

Matérias Primas	Quantidades (em kg)
Casco branco	100
Soda	28
Potassa	8
Calcário	14
Carbonatos de Bário	5
Carbonatos de Magnésio	1,5
Bórax ¹⁶⁶	1
Óxido de Zinco	0,3
Nitrato de Sódio	4
Antimónio	0,2
Sulfato de Bário	0,4
Espatofluor	1
Areia	100
Arsénico	0,4

D. Fornos

Para se produzir vidro são indispensáveis os fornos, que se dividem em dois grupos:

- ♦ Fornos de Fusão, nos quais a massa vitrificável (composição) é fundida a temperaturas variáveis, à volta de 1 400°C, e tornada apta para ser manipulada e transformada em vários objectos de vidro;
- ♦ Fornos Auxiliares, conhecidos por arcas de retempero ou fornos de recozimento, cuja função é recozer o vidro já manipulado, dando-lhe um arrefecimento lento e controlado.
- ♦ Antes de 1934, quando o fabrico de vidraça era manual, existiam também os fornos conhecidos por “estenderias”, utilizados para transformação dos cilindros em chapas planas.

1. Fornos de Fusão

Os fornos de fusão são as peças essenciais e mais importantes dentro de uma fábrica de vidros. Por isso eram chamados pelos antigos vidreiros o “coração da fábrica”, pois deles depende em grande parte o sucesso ou insucesso económico desta. Também por isso, é este o sector da indústria que mais evolução tem sofrido, tanto na sua concepção e nos materiais refractários usados na sua construção como ainda nos sistemas combustíveis usados para o seu aquecimento.

Durante muitos e muitos anos usou-se como combustível a lenha, razão porque as grandes fábricas se situavam normalmente junto de grandes florestas - pois de outro modo sofriam sempre a animosidade das populações, que viam desaparecer rapidamente as árvores da região, consumidas como combustível pelos fornos. (Veremos adiante o que ocorreu em Portugal a este propósito¹⁶⁷.)

Inicialmente, os fornos usados em Portugal para fundir o vidro eram todos do tipo *Meret*, de chama directa, isto é, por fogueiras feitas na base do forno e providos de potes: cadinhos em barro refractário onde era metida, para fundir, a composição que dava origem ao vidro.

Esses fornos, de grande consumo de lenha (chegavam a consumir 800 kg de lenha para fundir 100 kg de vidro), eram incontrolláveis no tempo de fundição e refinagem, por não existirem ainda os modernos pirómetros, sendo o cálculo feito “a olhómetro” pelos mestres fundidores. Por isso não havia horas determinadas para os vidreiros iniciarem o

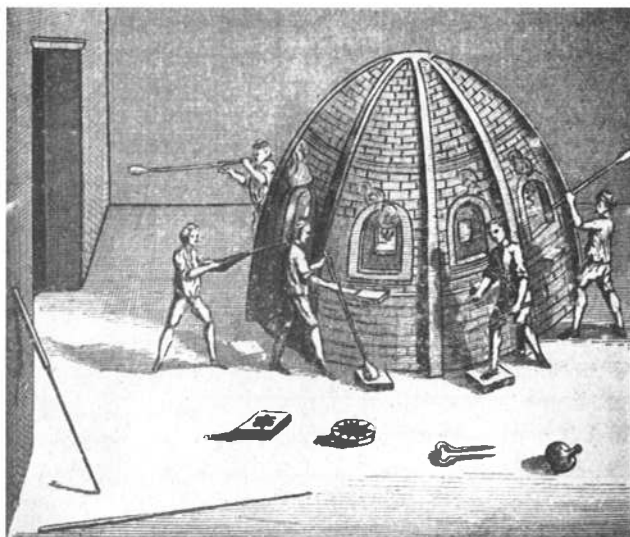
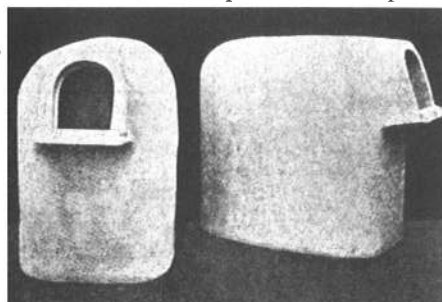


Fig. 53 - Forno do tipo *Meret*, de chama directa

Fig. 54 - Potes ainda usados para fundir vidro, cujos modelos se mantêm desde os primeiros tempos.



seu trabalho, que só começava depois de serem chamados pelo sino ou apito cujos toques eram o sinal de que a fundição e refinagem tinham sido concluídas, encontrando-se o vidro apto a ser manipulado e transformado em peças.

Fazemos ideia das dificuldades que os mestres fundidores e os próprios vidreiros teriam tido para, arrostando com essas dificuldades, produzirem maravilhosos vidros, como os vitrais das catedrais góticas e as peças de rara beleza, em formas e cores maravilhosas, expostas nos melhores museus de todo o mundo.

Destes velhos fornos, o último que funcionou na área da Marinha Grande foi na fábrica J. Ferreira Custódio, onde trabalhou ainda por volta do ano de 1920.

Estes fornos eram, como se disse, providos de potes.

Entretanto, pelas dificuldades de funcionamento desses antigos fornos, os industriais vidreiros insistentemente pediam aos mais hábeis fornalistas a criação de novos tipos de fornos que suprissem essas dificuldades, principalmente reduzindo o consumo de combustível.

Desses esforços resultou a descoberta, em 1860, pelo famoso Boetius, de um sistema que, em vez de fazer entrar no forno a chama directa da lenha, passava a fazer entrar os produtos gasosos da sua destilação (carbonetos) que são muito mais ricos em calorías.

Este novo forno, conhecido por gasogénio, trouxe de imediato uma economia de 25 a 30% de combustível. Para que se observem melhor as diferenças entre o velho forno de chama directa e os de gasogénio tipo Boetius damos a seguir esquemas dos dois.

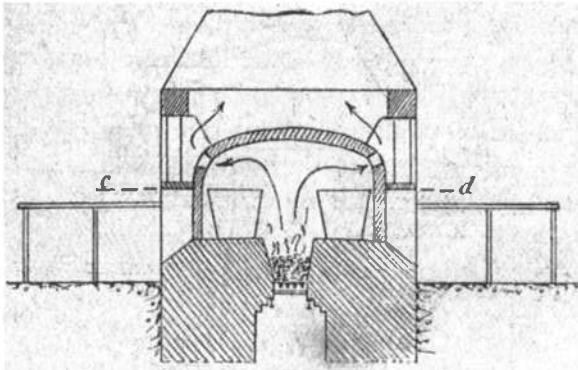


Fig. 55 - Antigo forno de chama directa, em que se vê o aquecimento fazer-se directamente pelo centro.

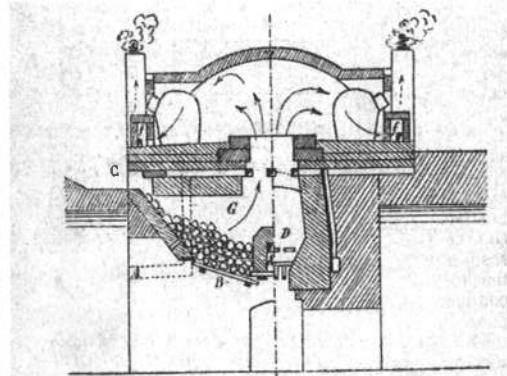


Fig. 56 - Forno do tipo Boetius, em que se vê o funcionamento do gasogénio.

Mais tarde, em 1868, os fornos deste tipo foram bastante aperfeiçoados pelo mestre Siemens. Deste aperfeiçoamento resultou maior economia de combustível, melhor aproveitamento do calor e maior facilidade de entrada do gás, a qual passou a poder ser regulada por forma a aumentar ou diminuir a temperatura.

O forno Siemens compõe-se de duas partes: o Gerador e o Forno de Fusão. O primeiro é completamente separado do segundo e pode mesmo estar a uma distância de 30 ou mais metros; neste caso, o gás é levado para o forno por largas galerias de tijolo refractário.

O Gerador, ou Gasogénio, é uma grande câmara vertical prismática rectangular, encimada por uma caixa em ferro, com tampa - o Carregador -, e incluindo também uma Câmara de Gás, a Grelha e o Cinzeiro e ainda uma pequena abertura (Registro) para controlo da entrada de ar na grelha.¹⁶⁸

O combustível (lenha, lenhite, hulha, etc.) é metido, com intervalos de uma ou duas horas, no carregador. Este é fechado, na parte inferior, por uma válvula com um contrapeso

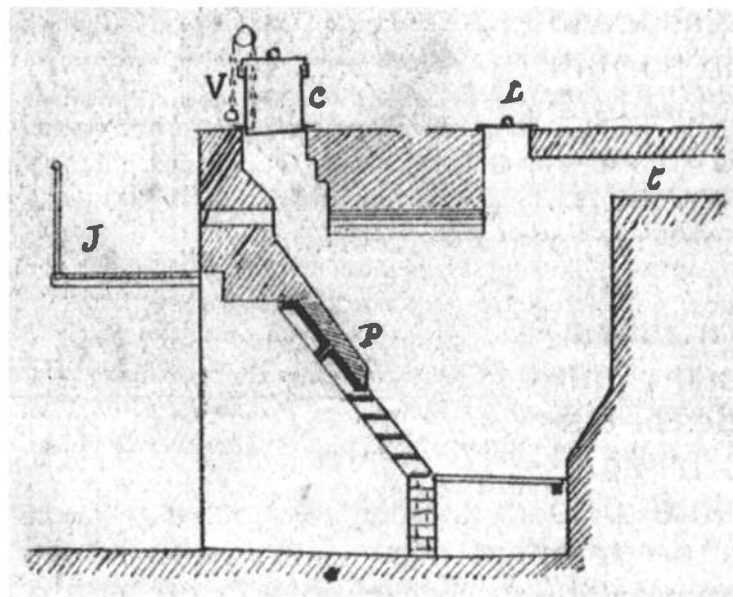


Fig. 57 - Esquema de um gasogénio Siemens.

exterior (uma alavanca com um peso no extremo) e, na parte superior, por uma tampa, que se levanta somente para meter o combustível. Uma vez carregada a caixa e baixada a tampa, alivia-se o contrapeso, a válvula abre e o combustível desce para o gasogénio, fechando-se logo a válvula pela acção do contrapeso. Esta disposição tinha por função ir fazendo a carga do gasogénio sem se perder a mais pequena porção do gás produzido.

Logo que cai na fornalha, o combustível arde em combustão lenta sem formação de chama, o que origina a pirólise (destilação), com libertação de hidrocarbonetos que, juntamente com o óxido de carbono, formam uma nuvem gasosa - o chamado gás - que fica armazenada dentro do poço chamado câmara de gás. Daí é puxado para dentro dos fornos, através de condutas (canais), pela tiragem de uma enorme chaminé com cerca de 28 metros de altura.

O gás entra alternadamente, com intervalos de 30 minutos, ora por uma ou por outra das duas empilhagens colocadas de cada um dos lados do forno. A empilhagem é uma pilha de tijolos refractários dispostos num longo e único canal, construída dentro de uma câmara hermeticamente fechada com cerca de 2,5 metros por 1,8 de largo. Também conhecidas por recuperadores, estas empilhagens, que se encontram sempre aquecidas ao rubro, ora pelos gases que passam a caminho do forno, durante 30 minutos, ora pelos fumos que passam a caminho da chaminé, após a inversão da entrada do gás, têm a importante missão de aquecer o gás à sua passagem para o forno a uma temperatura ideal, que o torna facilmente inflamável pela chama quando entra no forno.

A inversão da passagem do gás, de 30 em 30 minutos, de uma para outra empilhagem, é feita pelo fundidor rodando um balão de grande diâmetro, dividido em dois canais, que tapa hermeticamente uma cruzeta em ferro colocada na conduta principal e também dividida por vários canais, a qual fecha ou abre a passagem ao gás. Um outro mecanismo, conhecido por "Borboleta" e também dirigido pelo fundidor, é utilizado para regular a entrada e saída de ar nos fornos.

As vantagens trazidas pelo invento do gasogénio aos fornos de fusão são grandes e podem resumir-se ao seguinte: maior economia de combustível, que em relação aos an-

tigos fornos de chama directa chegou ao surpreendente número de 82,5%; eficaz controlo da temperatura, o que permite uma fundição certa e regular - normalmente feita em 8 a 10 horas, contra as 24 ou 28 horas que por vezes levava a fazer-se nos fornos de chama directa.

O Gasogénio foi mais tarde adaptado ao então moderno e revolucionário Forno de Fusão a Tanque, inventado em 1870 pelo alemão Siemens em Dresden, Alemanha, e que trouxe à industria vidreira importantes benefícios, permitindo a fusão de grandes massas vitrificáveis e a produção contínua.

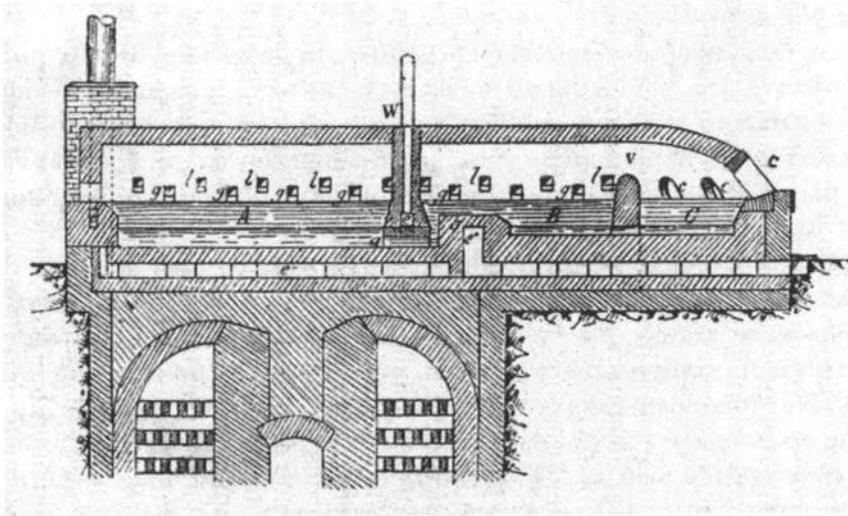


Fig. 58 - Esquema em corte de um forno a tanque tipo Siemens, alimentado a gás pobre produzido em gasogénios.

Estes fornos trabalham alimentados por gás, tal como os fornos de potes do sistema Siemens já descritos nas páginas anteriores.

Mas não possuem potes. O vidro é fundido no próprio tanque, amplo reservatório dividido em 3 partes: A, onde se funde a massa, aí metida através da boca de enforna; B, onde é afinada; C, também conhecida por zona de colha, onde se colhe já pronta a trabalhar. Nesta zona, para evitar a passagem de impurezas, são colocados flutuadores (cachimbos) abertos na parte inferior, onde os vidreiros colhem o vidro (ver Fig. 59).

Na parte inferior do esquema vêm-se os canais de circulação do gás e do ar, conhecidos por empilhagens ou recuperadores. Segundo recomendação do construtor, o vidro dentro do forno deve manter-se sempre a um nível constante.

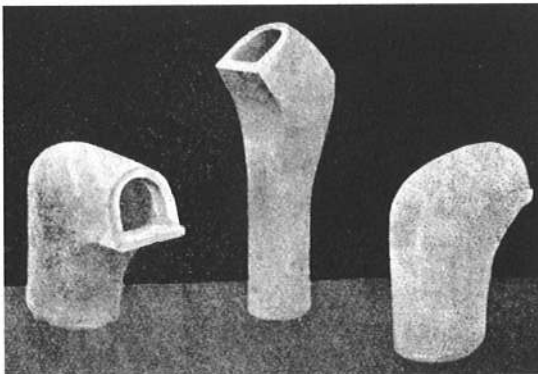


Fig. 59 - Vários tipos de flutuadores ou mergulhadores, conhecidos por "cachimbos", usados nas zonas de colha.

O primeiro forno a tanque introduzido em Portugal veio por volta do ano de 1902¹⁶⁹, adquirido pela empresa Henry Burnay, arrendatária da Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande, de que era director técnico o competente Guilherme d'Orey.

Os fornos de fusão de vidros, quer a tanque quer de potes, têm sofrido nos últimos 100 anos grande evolução técnica.

Recordam-se como exemplos o forno montado por Manuel Serralheiro em 1928 na Fábrica Morais Matias, Lda., de Alípio Morais Matias, na Marinha Grande, em que pela primeira vez se usaram combustíveis líquidos, e um outro forno, montado na Fábrica Nova, da Companhia Industrial Portuguesa, em 1939, em que se usou como combustível o carvão de pedra.

Este forno, de concepção inglesa, marca *Teisen*, onde se usaram pela primeira vez potes cobertos (ver Fig. 54), foi um marco na evolução técnica da indústria vidreira, pois no seu funcionamento usaram-se também, pela primeira vez, aparelhos sofisticados para registo e controlo das temperaturas. Para dirigir o trabalho da fundição do vidro neste forno veio para a Marinha Grande o alentejano Francisco Leonardo Morganho, que se revelou um dos melhores fundidores.

A evolução tecnológica dos fornos de fusão nos últimos anos tem sido espantosa, principalmente no grupo dos Tanques, como a contrariar a ideia dos técnicos vidreiros dos princípios deste século, que diziam nunca ser possível produzir bons vidros nesses fornos. Essa ideia era completamente errónea, pois já se verificou poderem aí fabricar-se vidros muito bons, não só no campo dos Calco-Sódicos, como até no campo dos melhores Cristais Superiores. Veja-se a fábrica da CRISAL no Casal da Areia, onde, num forno a tanque aquecido a electricidade, marca *KTG*, se produzem os cristais *Atlantis*, e a FEIS da Marinha Grande onde, num forno a tanque marca *Ornb*, aquecido a gás propano, se produzem finos cristais da marca *Stephens*.

Quanto à capacidade de fusão, há-os de todos os tamanhos, desde os de 1 000 kg diários até aos de mais de 200 toneladas/dia, usados normalmente nas fábricas de fabrico automatizado de vidraça (vidro plano), garrafaria e garrafonaria (vidro para embalagem).

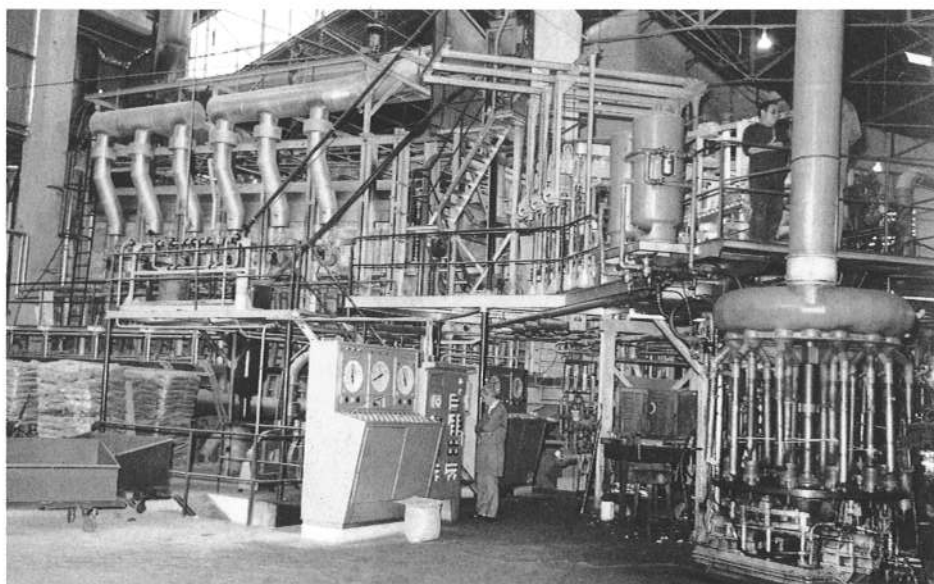


Fig. 60 - Moderno forno a tanque, de grande capacidade de fundição, usado pelas grandes fábricas de produção automatizada.

A partir do final da II Guerra Mundial a lenha, como combustível, entrou em desuso. Foi substituída por combustíveis líquidos derivados do petróleo, principalmente o *fuel oil*, introduzido na indústria vidreira marinheira pela empresa Shell, através do seu engenheiro Eduardo Dumont Nesbit e do seu agente na Marinha Grande, Raul dos Santos Tovim, que estudaram os meios técnicos de adaptação dos fornos, fazendo instalar o novo sistema de aquecimento através de queimadores: dispositivos mecânicos que permitem a perfeita pulverização do óleo e a sua mistura com ar comprimido, de forma a obter uma chama perfeita.¹⁷⁰

Mais tarde ainda utilizou-se o gás propano e, logo de seguida, a electricidade.¹⁷¹

Hoje, o consumo de combustíveis líquidos é generalizado na indústria vidreira, constituindo cerca de 97% de todos os combustíveis usados. Só a Marinha Grande consome diariamente mais de 200 toneladas de *fuel oil*, na alimentação dos modernos fornos a tanque aqui instalados para produção de garrafaria e artigos prensados para uso doméstico, de fabrico automatizado e tratados por arrefecimento brusco.

2. Fornos Auxiliares

Para além dos fornos de fusão, há ainda nas fábricas de vidro outros tipos de fornos, indispensáveis à laboração. Além dos gasogénios (fornos para produção de gás) já descritos anteriormente, os fornos auxiliares são de vários tipos e de utilização diversa:

- ♦ Arcas, para recozimento do vidro após a transformação em obra, podendo ser fixas ou contínuas, estas também conhecidas por “Arcas à Francesa”;
- ♦ Cornuas, para amolecimento do vidro, de modo a mais facilmente ser manipulado (corte com tesouras, pegamento de asas ou outros enfeites);
- ♦ Estenderias, ou fornos de estender, para planificação dos cilindros que davam origem à vidraça;
- ♦ Fornos ou Arcas de cozer refractários, para cozimento dos potes, cachimbos e rodela, de modo a torná-los mais resistentes à corrosão do vidro;
- ♦ Fornos ou Arcas de aquecimento dos moldes de ferro usados nas prensas manuais, como se usava em tempos antigos, para evitar o seu aquecimento com o próprio vidro. Por curiosidade, vamos historiar alguns factos relacionados com estes fornos auxiliares.

O recozimento do vidro em obra é uma operação absolutamente necessária, que consiste em dar-lhe um arrefecimento lento e gradual para que as moléculas que formam o vidro não se desintegram facilmente ao menor choque mecânico ou térmico. Por isso foram criados os fornos de retempero ou recozimento.

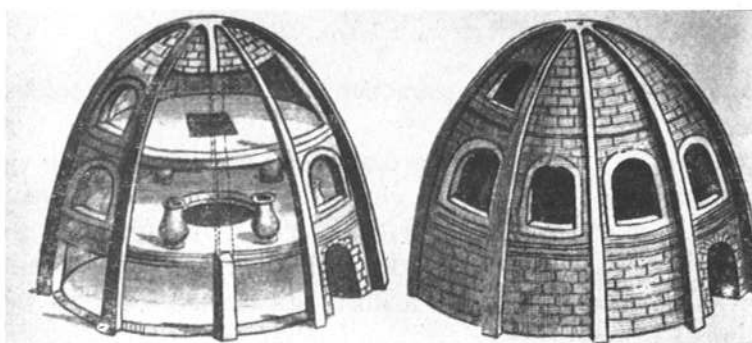


Fig. 61 - Antigo forno de chama directa, usado também para recozimento das peça em obra, que eram colocadas na parte de cima.

Antes, utilizavam-se os próprios fornos de fusão para esse trabalho. As peças eram colocadas no cimo desses fornos em prateleiras especiais, como se vê na figura, pela abertura superior. Vem desses tempos o termo que designa essa operação, conhecida ainda hoje por “levar a cima”.

Depois surgiram as arcas de recozimento fixas, ainda existentes nalgumas fábricas para recozer peças grossas, o que toma 24 ou mesmo 36 horas.



Fig. 62 - Forno conhecido por arca fixa de recozimento, vendo-se o “atiçador” usando uma comprida forquilha.

Vieram, entretanto, as arcas contínuas, mais conhecidas por arcas à francesa.

Começaram por ser, em fins do século XIX, extensas galerias em cujo pavimento inferior estavam colocados carris de ferro por onde deslizavam tabuleiros puxados mecanicamente, nos quais, à entrada da arca, aquecida a cerca de 500°C, eram colocadas as peças fabricadas. Quando cheios, os tabuleiros deslizavam até ao topo oposto da arca, onde as peças chegavam já arrefecidas. Mais tarde sofreram grande evolução, tendo os tabuleiros sido substituídos por forte tapete de arame, ainda hoje usado em todas as fábricas.

Os fornos conhecidos por cornuas, os de cozer refractários e os de aquecer moldes em ferro continuam a usar-se.

Quanto às estenderias ou fornos de estender, muito usadas enquanto se fabricou vidraça manual, foram totalmente abandonadas quando, em 1941, a Companhia Vidreira Nacional - COVINA - iniciou em Portugal (Santa Iria da Azóia) o fabrico automático de vidraça. Esses fornos passaram a pertencer à arqueologia industrial vidreira pois, segundo julgamos saber, não existem já em Portugal, nem a maioria dos actuais vidreiros os conhecem ou sabem como funcionavam.

Eram fornos longos e compridos, alimentados a gás pobre produzido nos gasogénios, que tinham duas zonas importantes: a de amolecimento dos cilindros e sua planificação, situada na chamada “cabeça”, e a zona de arrefecimento, situada ao longo da galeria (ver Fig. 93).¹⁷²

Mais adiante, descreveremos o processo de planificação dos cilindros de vidraça.

3. Construção dos fornos

Até cerca do ano de 1890, todos os fornos de fusão de vidro existentes em Portugal foram desenhados e construídos sob vigilância de mestres estrangeiros¹⁷³, como o suíço A. Dunant e os franceses M. Boistol e A. Gally, que ensinaram aos hábeis pedreiros e desenhadores portugueses a sua difícil arte.

Desses ensinamentos beneficiaram António José de Magalhães Júnior - empregado da Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande, que veio a revelar-se grande técnico na planificação das fábricas Nova, hoje IVIMA, e Marquês de Pombal, hoje CRISAL da Marinha Grande - e também João Francisco Alves, fornalista e pedreiro de fornos.

Alves foi trabalhar para Lisboa na reconstrução do Mosteiro dos Jerónimos, como pedreiro-canteiro, e na fábrica de vidros de Braço de Prata, como chefe dos pedreiros de fornos. Mais tarde, convidado pelo conde de Azarujinha, voltou à Marinha Grande, para construir os fornos de fusão de vidro da Fábrica Nova. Tão bem realizou o trabalho que o velho conde, como reconhecimento, lhe fez oferta de uma colher de pedreiro, em prata, que tinha utilizado aquando do lançamento da primeira pedra para a construção dessa grande e valiosa fábrica. João Francisco Alves trouxe consigo um sobrinho, também fornalista e pedreiro de fornos, de nome António Francisco Alves (mais conhecido por “António da Areia”), o qual, em contacto com os técnicos estrangeiros, se revelou grande projectista de fornos. Ambos, tio e sobrinho, eram por esses tempos muito disputados para construir fornos de fusão de vidro.

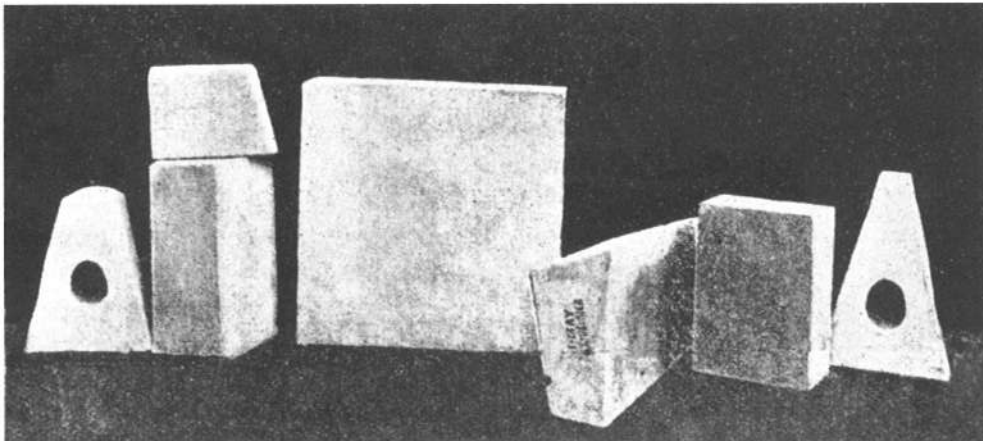


Fig. 63 - Acessórios para os fornos, construídos em material refractário.

Um outro pedreiro-fornalista, ensinado por Rudolfo Dinis Alves, (filho de António Francisco Alves) merece ser lembrado: foi José de Sousa (o “José da Avó”) que, com seu filho “Manuel da Avó” - a quem transmitiu todos os vastos conhecimentos adquiridos ao longo da sua carreira - foi também fornalista de valor. Especializou-se na construção de grandes e altas chaminés (com 25 e mais metros de altura), existentes na região não só na indústria vidreira mas também nas olarias.

E. Manipulação do Vidro¹⁷⁴

É o processo de transformar o vidro, quando ainda no estado pastoso e quente (cerca de 800°C), nas variadíssimas peças para uso doméstico, industrial, científico, embalagem, etc., usado em Portugal até meados do século XX.

A partir daí, começaram a surgir as sofisticadas máquinas automatizadas para essa transformação, principalmente nos importantes sectores de vidraça (vidro plano), garrafaria e garrafonaria (embalagem de líquidos), estiragem (vidro em tubo para transformação em pequenas embalagens destinadas a medicamentos), ampolas (para transformação em lâmpadas eléctricas) e também alguns artigos para uso doméstico, como a coparia e caliçaria soprada e prensada.

Hoje em dia, a produção de vidros executados à mão pelos antigos e tradicionais processos está limitada a peças raras que exigem grande perfeição artística ou às que, por razões de vária natureza, não justificam a mecanização.

Mesmo assim, as fábricas FEIS, IVIMA, J. Ferreira Custódio, Manuel Pereira Roldão e MARIVIDROS, da Marinha Grande, CRISAL, de Alcobaça, Dâmaso Luiz dos Santos, de Vieira de Leiria, TOSEL, de Soutocico e Centro Vidreiro do Norte de Portugal, de Oliveira de Azeméis - que continuam a produzir vidros fabricados à mão - não deixaram perder-se em Portugal, como aconteceu em muitos países estrangeiros, a cristalaria tradicional. Foi essa lendária e nobre arte que transformou a Marinha Grande, de pequena aldeia de gente rude e inculta, no maior centro vidreiro português e actualmente na vila mais industrializada do distrito de Leiria, onde se criou um escol de vidreiros famosos em todo o mundo pelas verdadeiras jóias em vidro e cristal que produziram.¹⁷⁵

É dessa fabulosa e nobre arte do vidro produzido à mão que nos vamos ocupar, descrevendo, embora sucintamente, o modo como antigamente era fabricado.

Essa produção divide-se em:

- ♦ Moldagem por sopro - processo de aumentar o volume da bolha de vidro quando, ainda no estado pastoso, é soprada através de uma cana em ferro ou aço;
- ♦ Marisagem;
- ♦ Estiragem - processo de fabrico de tubo e de vareta, para transformação posterior, através de maçarico, em peças como retortas, tubos de ensaio, ampolas, etc.;
- ♦ Prensagem - processo em que o vidro é metido num molde e comprimido por uma bucha, que lhe dá as formas interiores da peça a fabricar¹⁷⁶.

Na manipulação do vidro há ainda outras especializações dignas de nota, como o fabrico de pesa-papéis, berlindes, peças artísticas, etc., que não descreveremos, limitando-nos a mostrar os instrumentos necessários para a sua confecção e fotos das fases de manipulação do vidro.¹⁷⁷

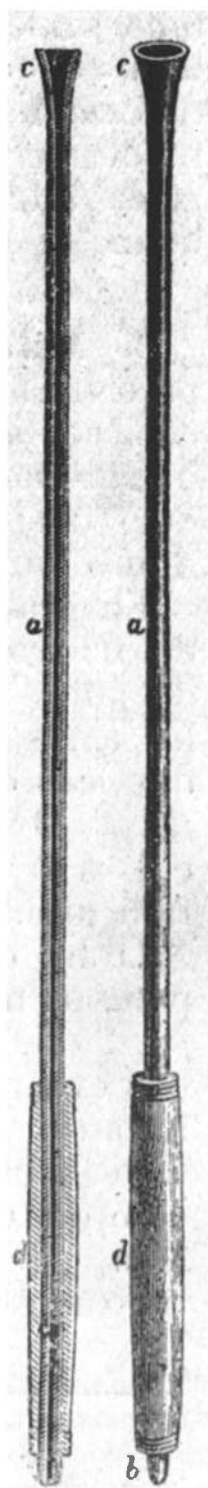


Fig. 64 - Canas

Utilizavam-se variadíssimas ferramentas e utensílios, dos quais destacamos as Canas.

As canas são tubos de ferro abertos em ambos os extremos, um dos quais é a embocadura, ou local de sopro, e outro a cacheira, ou cone de colha. São indispensáveis para a extracção do vidro dos fornos, operação que se faz, estando a cana presa pelo ajudante colhedor, mergulhando a cacheira na massa e ao mesmo tempo girando-a

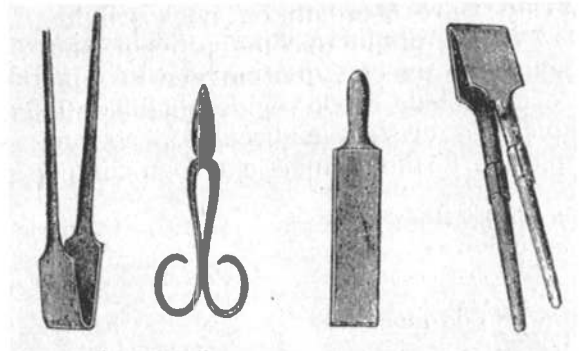


Fig. 65 - Ferramenta de cristaleiro

sobre si mesma, para lhe enrolar um pedaço de vidro que o ajudante sopra interiormente através do bocal da cana, assim formando uma pequena bola.

Em conformidade com o tamanho da peça a produzir, vai colhendo sucessivamente mais vidro, que também vai soprando até a bola atingir o tamanho e a grossura ideais para se proceder à preparação da moldagem por sopro, da marisagem, da estiragem ou da prensagem, pois para qualquer delas é necessário começar pela colha do vidro.

1. Moldagem por sopro

Logo após a colha do vidro, este é entregue a um ajudante que o leva à "marma" (placa de ferro ligeiramente abaulada, em cima da qual, por rotações, é alisado e toma a forma cilíndrica) ou ao bloco (maço em madeira, com uma cavidade hemisférica no centro, onde é alisado e toma a forma de uma esfera). Num ou noutro caso, a cana portadora do vidro é depois passada para um outro ajudante mais categorizado, que inicia a pré-moldagem.

Esta consiste em dar à bolha de vidro a

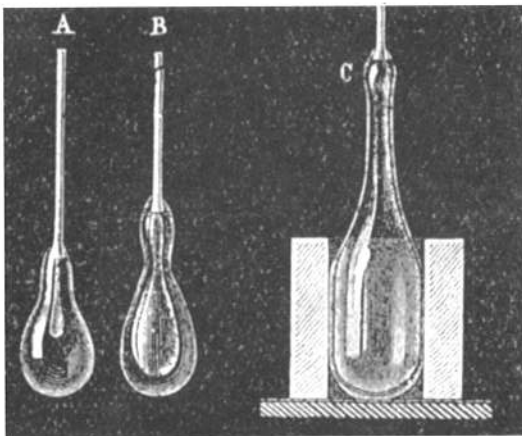


Fig. 66 - Formas sucessivas da bolha de vidro na garrafaria manual



Fig. 67 - preparação da bolha de vidro

forma de pêra, conseguida através de sucessivas “caldas” (aquecimento dado no forno para tornar o vidro mais maleável), sucessivos sopros através da cana e, ainda, com a ajuda de uma ferramenta conhecida por “tábua de abrir”.

Para a operação seguinte - a moldagem propriamente dita - o vidro é introduzido no molde e aí soprado por ar dos pulmões do próprio vidreiro ou por ar comprimido, fazendo alargar a bolha de vidro, que toma as formas interiores do molde. Essa moldação pode ser feita de dois modos: ou com a cana e o vidro parados, no caso de o molde ter ornatos ou forma não cilíndrica, ou a desandar a cana, quando os moldes são lisos e cilíndricos, caso da grande maioria deles.¹⁷⁸



Fig. 68 - Garrafeiro a soprar para molde (que não abre).



Fig. 69 - Utilização de ar comprimido.

Após a operação da moldagem por sopro, o vidro passa para a mão do oficial (principal artífice e mestre da obra, que normalmente é composta por mais cinco ajudantes e três aprendizes) para ser marisada.

2. Marisagem

É a operação de acabamento da peça moldada, ou seja, a colocação de pedaços de vidro (marisas) como pés, asas, enfeites, ou a realização de cortes e feitios, como os bicos nos jarros, por exemplo. Várias fases destas operações podem ser vistas nas figuras seguintes.

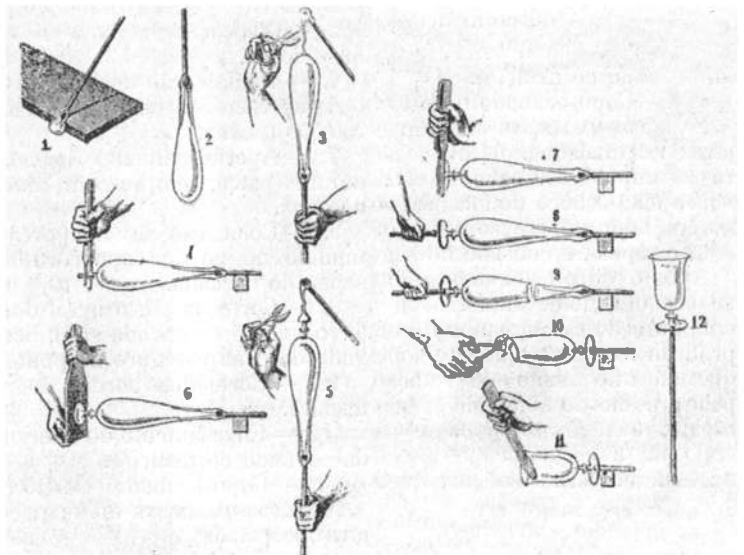


Fig. 70 - Esquema das fases de fabrico manual de um cálice



Fig. 71 - Obragem de cristalaria.



Fig. 72 - Cristalaria, fase do fabrico manual.



Fig. 73 - Cristalaria, fase do fabrico manual.

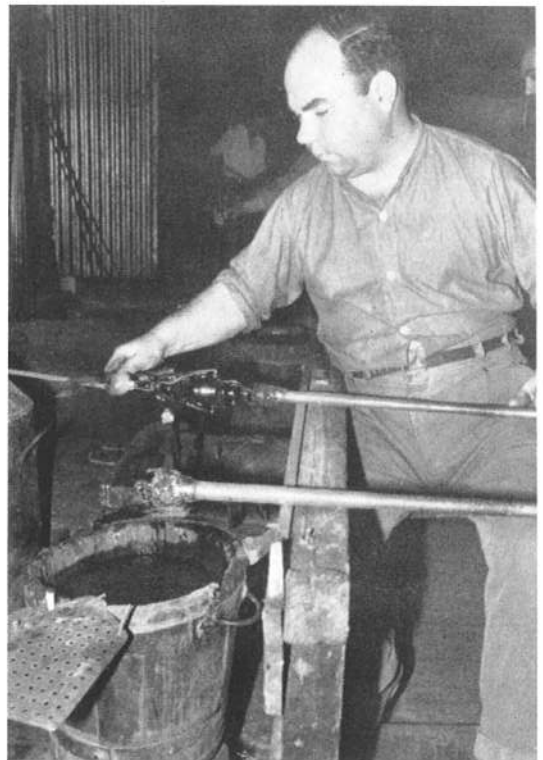


Fig. 74 - Fase do fabrico vidreiro manual



Fig. 75 - Cristalaria, fase do fabrico manual.

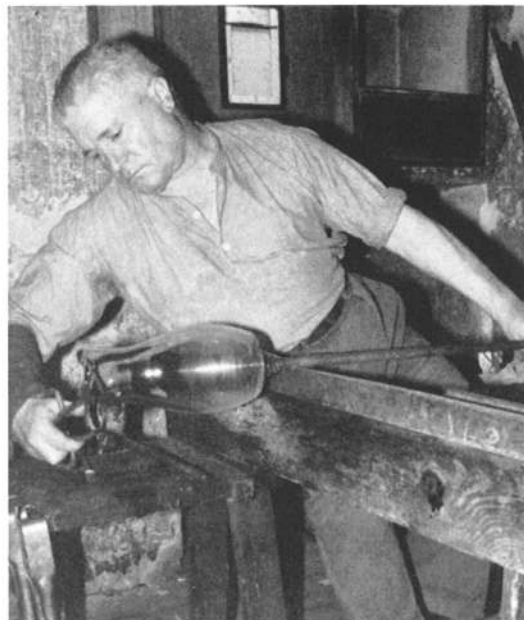


Fig. 76 - Cristalaria, fase do fabrico manual: corte do bico de um jarro.



Fig. 77 - Cristalaria, fase do fabrico manual: colocação da asa num jarro.



Fig. 78 - Cristalaria, fase do fabrico manual: colocação da asa num jarro.



Fig. 79 - Cristalaria, fase do fabrico manual.

3. Estiragem

Este processo de trabalho, mais conhecido nos meios vidreiros por “puxar tubo”, é usado para estirar o vidro em tubos, varetas e varões. O tubo, como a vareta, tem várias aplicações, uma vez transformado ao maçarico. Com ele se produzem complicados aparelhos para pesquisa laboratorial, ampolas para embalagem de especialidades farmacêuticas, pequenos frascos, tubos de ensaio, seringas, peças pequenas de adorno, colares, contas para terços (rosários), termômetros, olhos artificiais, pequenos talismãs, pequenos objectos para decoração, pingentes, varões usados nos toalheiros, etc..

Embora hoje a produção de tubo em vidro “neutro”, branco ou amarelo, para transformação automática ou manual, seja feita por maquinaria automática, foi ao longo dos anos feita manualmente. Em quase todas as fábricas se puxou tubo, especialmente (entre as marinhenses) na Fábrica Portuguesa de Vidro Neutro, de Alípio Morais Matias, na Manuel Pereira Roldão e na de Francisco de Oliveira. Também o Centro Vidreiro do Norte de Portugal, de Oliveira de Azeméis, produziu em tempos muito tubo em vidro branco e amarelo¹⁷⁹.

Esta tarefa exigia grande perícia e atenção por parte dos executantes, de modo a obter espessuras e diâmetros muito regulares. Era normalmente executada por três vidreiros: um oficial, um ajudante e um aprendiz.

O processo utilizado começava, como todos os outros, pela colha do vidro no forno, com a cana. Depois, a bola de vidro, já grande, era pegada do lado oposto à cana por um pontel, que era puxado ao mesmo tempo que o oficial o soprava através da cana, executando-se assim a estiragem, que um aprendiz ia arrefecendo com abanos nos pontos mais fracos, para evitar a rotura do tubo.

As varetas, destinadas principalmente a toalheiros, eram fabricadas pelo mesmo processo, em “catraios” (períodos depois de terminado o trabalho normal).¹⁸⁰

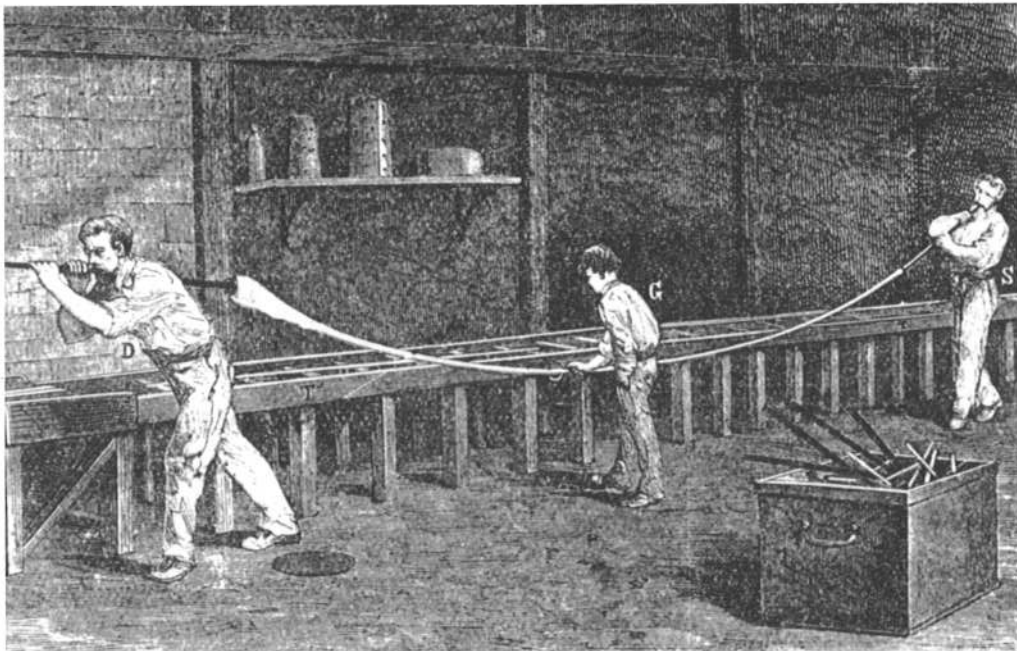


Fig. 80 - Estiragem manual de tubo de vidro.

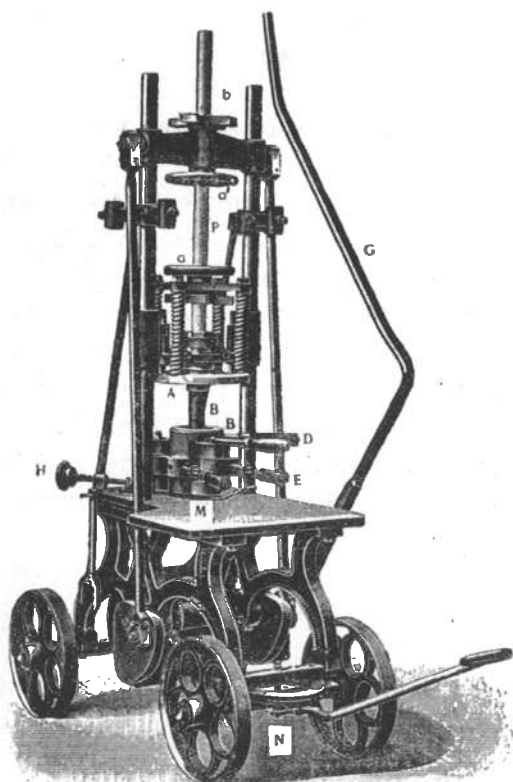


Fig. 81 - Prensa

4. Prensagem

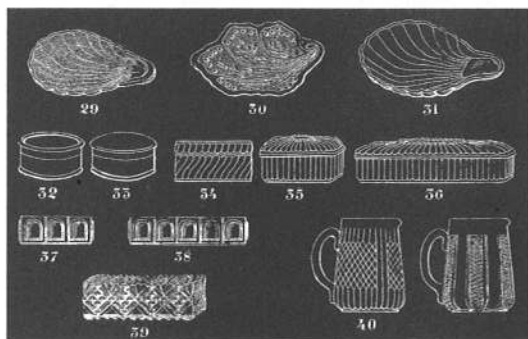
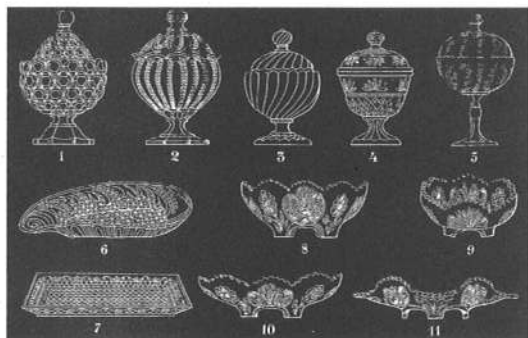
Foi o primeiro sector da fabricação do vidro a conhecer a máquina: a prensa. Embora não se conheça exactamente a data em que foi introduzida em Portugal, sabe-se que já por volta de 1920 se produziam vidros prensados.

Esta máquina veio resolver o problema, outrora difícil, de fabricar facilmente objectos de vidro de grande perfeição artística, antigamente limitados ao talento de um ou outro vidreiro e completados com ornatos que lhe davam os decoradores-lapidários, depois das peças já frias, através de rodas especiais que cortam o vidro. Desses artigos damos a seguir alguns desenhos.

Este sistema de trabalho veio então revolucionar os velhos processos, permitindo o fabrico não só de peças para uso doméstico, como as que se vêem nas figuras, mas também de muitos artigos para usos industriais, como vidros para faróis de automóveis, para sinalização, para construção civil (blocos, telhas, etc.) e isoladores para pára-raios, electricidade e telefones.

Era realizado por equipas com dez elementos: colhedores, caldeadores, acabadores, vários aprendizes e o oficial - normalmente, o mestre moldador.¹⁸¹

Como todos os outros processos manuais de fabrico, também este começa com a colha do vidro no forno. Dado, porém, que o vidro não necessita de ser soprado, a cana é substituída por um pontel (espécie de



Figs. 82/83/84 - Catálogo de objectos produzidos por prensagem (extracto)

cana maciça). O vidro extraído com esse pontel é introduzido no molde pelo ajudante-colhedor e cortado pelo oficial quando este calcula que é suficiente para moldar a peça.

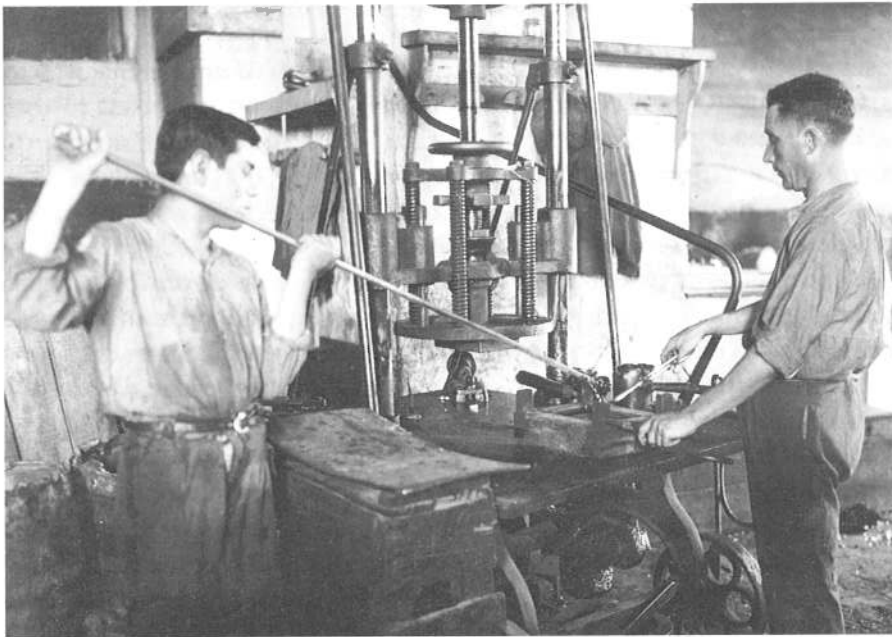


Fig. 85 - Operação de prensagem.

O molde é então empurrado para debaixo da bucha da prensa pelo oficial, que em seguida acciona o braço da máquina, fazendo introduzir no molde a bucha - a qual, por pressão, obriga o vidro a tomar as formas e os desenhos abertos no molde.

De seguida, o oficial levanta a bucha, por acção do braço da prensa, abre o molde e retira a peça. Esta é então pegada por um pontel ou por uma roca e levada à calda numa cornua, onde o calor queima todas as arestas deixadas pelo molde e a peça é tornada maleável, de modo a que o ajudante-acabador, munido da ferramenta própria ("ferro com petas"), lhe possa dar forma definitiva, mais aberta, mais fechada, festunada, etc..

É finalmente levada para a arca de recozimento pelo ajudante ou aprendiz "de levar acima".

O desenvolvimento deste sector deve-se, em grande parte, à concepção e fabrico dos moldes, sector introduzido na Marinha Grande pelo genial Aires Roque nos primeiros anos da década de 1920¹⁸². Até aí, esses moldes eram todos importados do estrangeiro.

Quanto ao fabrico automatizado de vidros prensados, iniciou-se na Marinha Grande por volta de 1974, na antiga fábrica Marquês de Pombal, ao tempo já pertença da CRISAL, graças ao espírito inovador do industrial António Raposo de Magalhães, que tem revolucionado tecnologicamente a indústria cristaleira, sendo hoje o melhor produtor de cristais de qualidade no país.

A velha fábrica Marquês de Pombal está hoje totalmente remodelada, equipada com um moderno forno tipo *Unit Melter*, de 30 toneladas / dia, e com um sistema de *feeder* para coloração, que permite fazer uma variedade de cores introduzindo-se à passagem do vidro branco, vindo do forno, a "fritagem" (vidro moído) que lhe dá a cor pretendida. Possui ainda uma grande prensa rotativa de 24 moldes, automática, que produz em vidro *Cristalex* (já acima referido) linhas de grande consumo - copos, canecas, chávenas, pratos, etc. - exportadas em parte para o estrangeiro, principalmente Espanha e Inglaterra.¹⁸³

5. Fabrico manual de vidraça (chapa plana)

Ainda dentro dos vários processos da manipulação do vidro, dois outros tiveram grande impacto na indústria vidreira manual: o fabrico de chapa plana (vidraça) e o fabrico do vidro para embalagem (garrafaria e garrafonaria).

Por esses processos serem hoje desconhecidos, mesmo da grande maioria dos actuais vidreiros, vamos descrevê-los e ao mesmo tempo fazer um pouco da sua história.

Não se conhece a data da invenção da vidraça. Sabe-se que já em Pompeia, quando no ano de 62 d.C. foi destruída e soterrada pela primeira vez, existiam janelas com vidraça. Todavia, entre os antigos o uso das vidraças era muito restrito. Só os templos e as habitações mais ricas guarneciam com vidraças as suas janelas. A grande maioria das janelas era guarnecida com adufas de madeira, folhas de Flandres crivadas de orifícios, ou ainda papel ou pano embebido em óleo. Curiosamente, sabemos que quando se começou a generalizar o seu uso as vidraças eram de cores. Julgamos saber que esse facto se deva a terem sido as igrejas a começarem a iluminar-se com grandes janelas guarnecidas com vidros. Só muito mais tarde começou o uso de vidraças brancas. Foi no reinado de Luís XIV, época em que a elegância e a comodidade internas das habitações principiaram a merecer particular atenção. Presentemente, as vidraças são objecto de absoluta necessidade, até para as mais modestas habitações e para os automóveis, camionetas, comboios, aviões, etc..

Foi com o fabrico da vidraça que se iniciou em Portugal a indústria do vidro: foi em Palmela, no ano de 1439, por João Rodrigues Vadilho, a quem D. Afonso V passou carta de privilégio em 4 de Janeiro desse ano, segundo nos diz o historiador Sousa Viterbo¹⁸⁴. Também na Marinha Grande, aquando da vinda de Guilherme Stephens em 1769, foi a vidraça o primeiro produto. E também, com raras excepções, todas as fábricas de vidro montadas na Marinha Grande durante o século XIX começaram por fabricar vidraça.

O fabrico foi totalmente manual até 1941, ano de arranque da fábrica da COVINA.

Formavam-se equipas, chamadas “praças”, constituídas por quatro operários com tarefas bem definidas, que produziam grandes cilindros, ou mangas, com 2 metros de altura, 30 a 40 cm de diâmetro e entre 4 e 8 mm de espessura.

Este trabalho, como todos os restantes processos de fabricação de vidro manual, inicia-se por aquecer as canas - o que caracteristicamente os vidreiros chamam “pôr em cima”, por serem colocadas em cima de uma escápula de forma a que a cacheira fique dentro do forno a aquecer.

Uma vez quente a cana, um dos ajudantes colhe uma camada de vidro, até ter o tamanho de 25 cm de diâmetro. Depois de preparada sobre a “boneca” e logo que, por colhas



Fig. 86 - fabrico manual da vidraça: formação da bola.

sucessivas, tenha a quantidade de vidro necessária e a elasticidade indispensável para a obra que se deseja produzir, outro ajudante coloca esta bola no molde de principiar, onde um outro ainda lhe dá um primeiro sopro, passando-a em seguida para o molde de acabar, onde o oficial a sopra também, formando uma grande pêra.

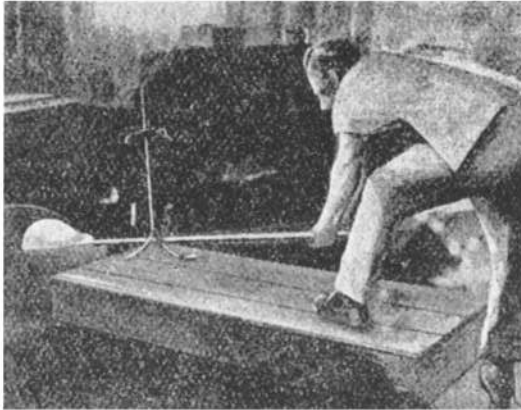


Fig. 87 - Fabrico manual de vidraça: molde de principiar.



Fig. 88 - Fabrico manual de vidraça: molde de acabar.

Segue-se a primeira calda, dada por um ajudante que introduz a grande pêra no forno.

Terminada essa operação¹⁸⁵, passa de novo para o oficial que, virando-a para baixo e balançando a cana na barroca (abertura larga e comprida aberta no estrado) ao mesmo tempo que a sopra, em sucessivas operações de estiragem intercaladas com caldas sucessivas dentro do forno, produz uma comprida manga de vidro fechada em baixo.¹⁸⁶

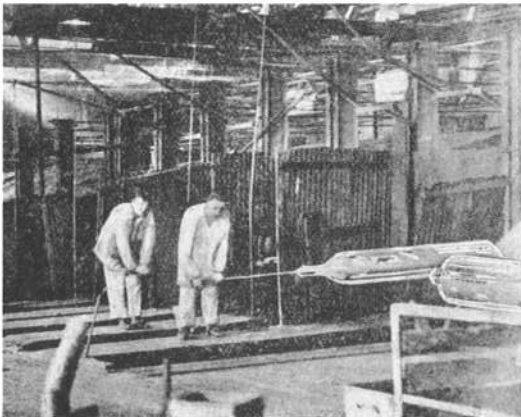


Fig. 89 - Fabrico manual de vidraça: calda dos cilindros.



Fig. 90 - Fabrico manual de vidraça: fotografia de Víctor Gallo.

Nas figuras acima podem ver-se também cilindros já manipulados, descansando na forquilha (conhecida pelos operários vidraceiros pelo nome de “tranquilha”).

Continuando o processo, a enorme manga é novamente aquecida no forno (ver Fig. 89), apoiando-se a cana num anteparo de gonzos (chamado “serventa” ou “criada”) a fim de a sua entrada se fazer sem o perigo de tocar nas paredes da boca do forno. A serventa tem numa das extremidades uma peça com dois roletes de metal que facilitam a entrada e saída da manga, ao mesmo tempo que igualmente facilitam o movimento de rotação da cana. Essa peça é conhecida entre os vidreiros por “pássaro”.

A boca do forno, grande abertura redonda por onde entra e sai a grande manga ou cilindro, está tapada por uma grossa placa de refractário, para proteger o oficial do imenso calor que por aí o forno irradia. É movimentada (abrir ou fechar) por um aprendiz, conhecido por “plaquista” que, muito atento ao desenrolar do trabalho, a sobe no momento exacto da entrada da manga e a desce logo após a saída.

Completado o cilindro, um dos ajudantes marisa-o, isto é, coloca-lhe uma porção de vidro fundido na calote inferior, e com um ferrete, empurra-a para dentro para adelgaçar o vidro nesse local. O oficial sopra então com força e a manga rompe-se com um pequeno estalo. Com uma tesoura, um outro ajudante corta e arredonda a abertura.

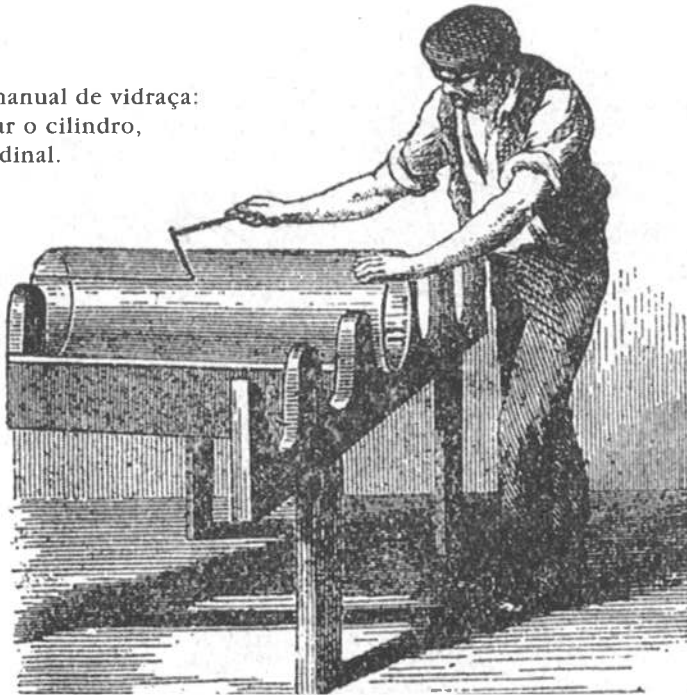
A manga é levada novamente ao forno para caldear e logo de seguida balançada, o que obriga a abertura a regularizar-se, ficando a manga completamente cilíndrica.

De seguida, tendo a cana ainda ligado o enorme cilindro, é colocada num cavalete, feito de madeira para não estalar o vidro, onde se procede à separação da cana. Esta operação é feita passando à roda da calote, junto ao local da cana e na parte mais estreita, uma pinceta fria, para assedar o vidro que, assim, com uma pancada seca na cana se separa facilmente.

Depois de a manga esfriar naturalmente, no cavalete, corta-se-lhe a cabeça, operação que se pratica passando em volta da calote um fio de vidro ao rubro e tocando-lhe depois com um ferro frio: a cabeça separa-se imediatamente do cilindro.

Para completar o trabalho da formação do cilindro, falta somente ser rachado, isto é, aberto segundo uma geratriz. Para isso, o oficial usa um ferro comprido e em brasa, chamado ferro de rachar, que passa várias vezes por dentro do cilindro, no sentido longitudinal, ao longo da uma linha onde antes foi colocada uma porção de serradura.

Fig. 91 - Fabrico manual de vidraça:
Operação de rachar o cilindro,
no sentido longitudinal.



Depois disto, o cilindro abre-se de alto a baixo ao ser contactado num ponto da geratriz por um pingo de água. Fica assim concluída a manga, cujo processo de fabrico se pode ver, em resumo, na figura 92.

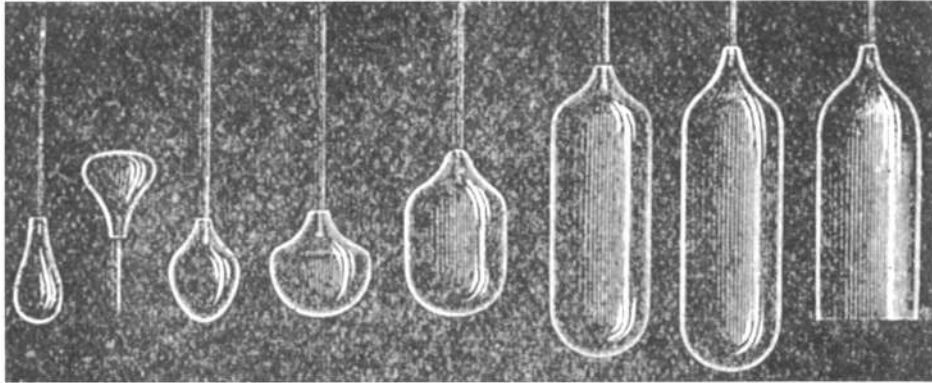


Fig. 92 - Fabrico manual de vidraça: resumo do processo.

Vê-se pelo exposto que este modo de fabrico é o mais árduo, pesado e difícil de todos quantos se conhecem no vidro, pois consiste na sopragem por pressão pulmonar, combinada com o peso e acção da força centrífuga. Por isso exigia-se que os vidreiros (neste caso especial mais conhecidos por vidraceiros) tivessem forte compleição física.

Terminada a manga ou cilindro, era ainda necessário planificá-la, ou seja, transformá-la em chapas planas, conhecidas por vidraças. Esta operação realizava-se num forno auxiliar, conhecido por forno de estender ou galerias de estenderia, já acima descrito (ver Fig. 93).

Já rachado, o cilindro entrava na zona de amolecimento da estenderia através de um pequeno canal, por meio de um dispositivo mecânico conhecido por “serventa” que, rodando de fora para dentro impellido por um ajudante, o colocava num túnel de pré-aquecimento para amolecer.

Logo que se apresentava amolecido (pastoso) o mesmo ajudante, munido de uma grande forquilha em ferro, colocava-o numa mesa de pedra muito lisa assente sobre um carro, espécie de *chariot* onde, com uma régua de madeira, afastava os bordos do cilindro, que por acção do calor se abria sobre a mesa.

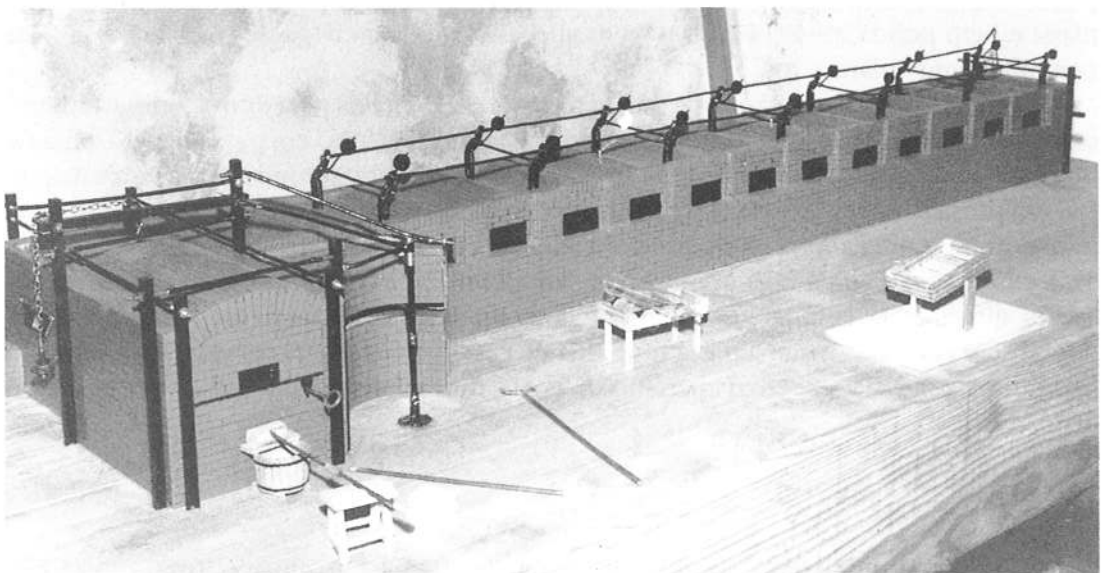


Fig. 93 - Estenderia de vidraça: maquete em madeira, feita pelo antigo oficial vidraceiro Sr. Rafael Moiteiro.

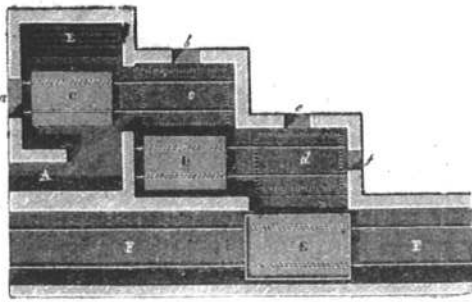


Fig. 94 - Estenderia de vidraça: esquema.

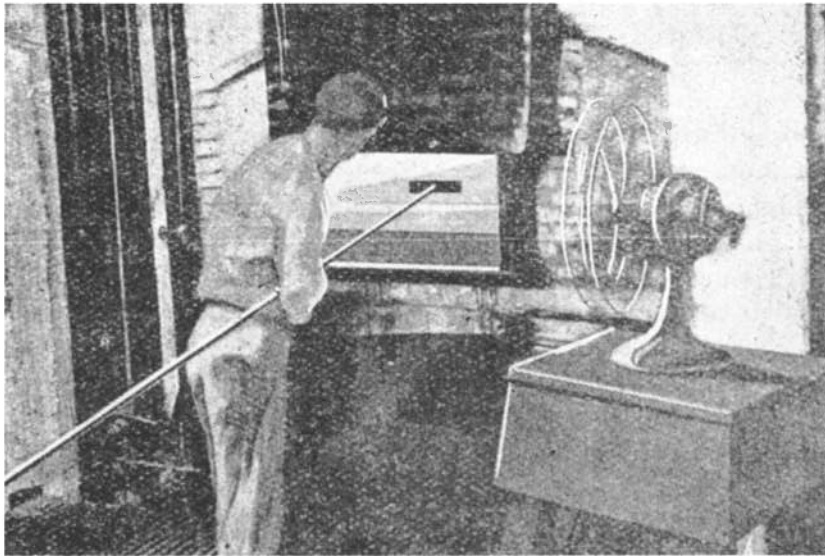


Fig. 95 - Planificação do cilindro sobre a mesa.

Seguia-se a operação da planificação, feita pelo oficial estendedor que, pegando no polidor, barra de ferro terminada por um maço de madeira com uma face completamente plana e bem polida, alisava em passagens sucessivas toda a chapa de vidro até esta ficar completamente plana e lisa.

Completada esta operação, a mesa com a chapa era impelida para outro compartimento onde, com o auxílio de uma forquilha (através de uma abertura) era passada para cima de outra mesa, situada num compartimento do forno menos quente, onde começava a esfriar. Daí era passada para a galeria de recozimento, provida de uma grade mecanizada que vai transportando uma a uma as chapas até à saída.

A vidraça sofre ainda uma última operação, chamada "o corte", que consiste em dividi-la em quadrados, rectângulos ou discos com medidas exigidas pelos compradores. A operação é executada, numa mesa revestida de cartão, pelo oficial cortador, que usa para isso uma régua e o respectivo aparelho de corte, normalmente provido de um pequeno diamante.



Os vidraceiros trabalhavam em campanhas de seis a oito meses, intercaladas por períodos de manutenção dos fornos.

Arala Pinto, no seu livro *O Pinhal do Rei* (volume II, p. 388-89) diz do fabrico da vidraça:

“Espectáculo ciclópico, para não lhe chamar infernal. Ambiente abafado, calor insuportável, junto dos fornos onde a massa vítrea funde a temperaturas que vão de 1700 a 2000°, vomitando pelas bocas do forno bafos escaldantes. É neste meio, é neste palco iluminado de noite pelas bocas do forno, que trabalham o oficial de vidraça, o primeiro e segundo ajudante. A cana (tubo de ferro) vai ao forno várias vezes, colhe a massa vítrea até atingir a quantidade precisa para a chapa a fazer, somando então, cana e massa o peso de 18 quilos. (...) A uma segue-se outra, e outra, e mais outra, num trabalho exaustivo das oito às onze horas. Vem então a sopa de bacalhau acompanhada de vinho, um descanso de meia hora, e mais três horas de labor consecutivo. Depois hora e meia para o corte dos fundos e gargalos dessas garrafas monstros, reduzindo-as a cilindros. Segue-se o corte no sentido longitudinal e a pesagem e está ganho o amargo pão de cada dia. (...)”

E a vida do operário vidreiro que trabalha à boca dos fornos, do garrafeiro, do cristaleiro, é toda ela assim.”¹⁸⁷

6. Fabrico manual de vidraça prensada¹⁸⁸

Na Marinha Grande, na então Sociedade Produtora de Vidraça Prensada Lda. (a “fábrica dos Bengalas”, nome que o povo lhe atribuiu por quase todos os sócios usarem bengala), produziu-se vidraça, nos anos 1930, por um outro processo também manual, este utilizando a prensagem.

O vidro era extraído do forno por colheres, suportadas por um carro, que mergulhavam nos potes. Apoiadas nos carros, eram transportadas até uma mesa lisa, de material refractário, onde o vidro era despejado.

De seguida, faziam-se accionar grandes rolos gravados com o desenho que se pretendia imprimir, os quais, passando sobre a massa ainda quente, não só a estendiam como a modelavam da maneira desejada.

A grande vidraça seguia depois para um forno de recozimento.

O avanço tecnológico em favor do progresso industrial fez perder grande parte do encanto desta manipulação.



Fig. 96 - Colher para colha e vazamento. Patente na exposição "A indústria do vidro na perspectiva da arqueologia industrial", FEIS, 1989.

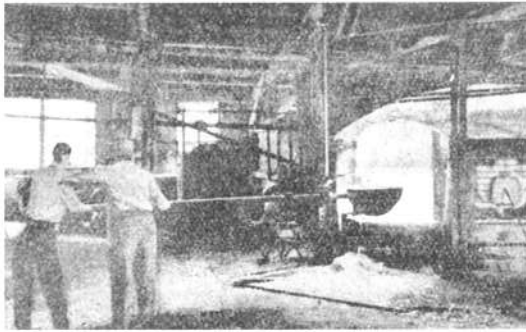


Fig. 97 - Fabrico manual de vidraça prensada: colha

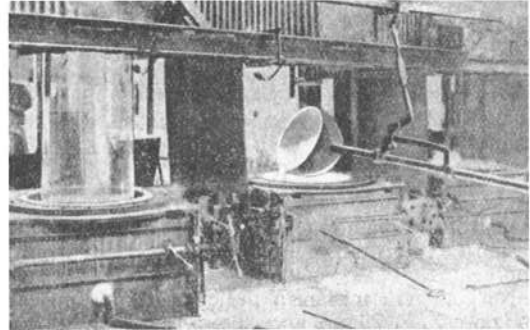


Fig. 98 - Fabrico manual de vidraça prensada: vazamento.

7. Garrafaria, Garrafonaria e Frascaria – fabrico manual

Um dos sectores da indústria vidreira com maior importância é o do vidro de embalagem (Garrafaria, Garrafonaria e Frascaria). Iniciado praticamente ao mesmo tempo que os restantes, teve grande implantação não só na Marinha Grande como noutras localidades: Vieira de Leiria, Martingança, Monte Redondo, Guia, Figueira da Foz, Porto, Amora, Oliveira de Azeméis, Vilarinho da Furna (Gerês)¹⁸⁹, etc..

Com produção manual até ao fim da década de 1930, assistiu a partir daí à introdução de máquinas semi-automáticas, no caso da Marinha Grande trazidas e mais tarde fabricadas pelo industrial de moldes Aires Roque.¹⁹⁰

Dada a importância deste sector, a tecnologia vidreira, principalmente nos países mais industrializados, nunca mais parou de estudar novas máquinas com vista ao aumento da produtividade.

Assim, a França, em 1956, apresentava no mercado as máquinas *Tourres*¹⁹¹, logo adquiridas pela fábrica Santos Barosa, Lda.. Logo a seguir surgiram as *Roivant*, também francesas, adquiridas pela CIVE e Santos Galo. Mais tarde, em 1961, apareceram as célebres máquinas *IS*, concebidas pelos norte-americanos e fabricadas na Suécia¹⁹², de tecnologia avançada, que trabalham com vários moldes e secções simultaneamente - e mais tarde ainda com gota dupla, o que veio revolucionar a produção, com cadências de 120 peças por minuto¹⁹³. Hoje, todas as fábricas do sector estão equipadas com elas.

Repare-se, a título de curiosidade, que essas máquinas produzem cerca de 120 peças por minuto com um só homem maquinista, quando antigamente, pelo processo manual, as obragens, compostas por 9 elementos, produziam no máximo 25 a 28 peças por minuto.

A produção manual garrafeira, que durante cerca de 170 anos foi usada em Portugal, iniciava-se, como em todos os outros sectores da indústria vidreira, por um dos ajudantes colher no forno o vidro suficiente para moldar a garrafa ou garrafão pretendidos, formando uma pequena bola na ponta da cana.

De seguida passava-a para outro vidreiro, que a preparava com o maço (ver Fig. 67), dando-lhe a forma de pêra (ver Fig. 66) para ser metida no molde (ver Fig. 68).

Seguia-se a moldação por sopro. O vidro, já preparado e pastoso, era introduzido no molde e, por força do ar soprado pelo vidreiro, tomava a forma deste. Formava-se então a garrafa (ampola) que logo de seguida era separada da cana por assedamento - operação feita com uma pinceta molhada.

Seguia-se a colocação da garrafa na roca, aparelho de ferro com o qual era levada por um outro vidreiro a caldear (amolecer) na zona da boca, para lhe ser colocada uma marisa (pedaço de vidro). Era ainda um outro vidreiro que colhia e fornecia ao oficial o pedaço de vidro para que este, utilizando o ferro de marisar, fizesse o gargalo, acabando a garrafa, que era transportada para a arca de recozimento por um dos aprendizes.

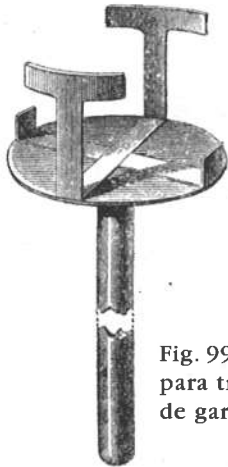


Fig. 99 - Roca para transporte de garrafas.



Fig. 100 - Ferro para tornear gargalos de garrafa.

Os aprendizes tinham ainda as funções de arear as ferramentas e pôr no molde palha, a qual, queimando-se e formando carvão, ajudava o vidro a deslizar dentro do molde.

Estas equipas de 9 elementos produziam, em média, 900 garrafas em cada seis horas de trabalho.¹⁹⁴

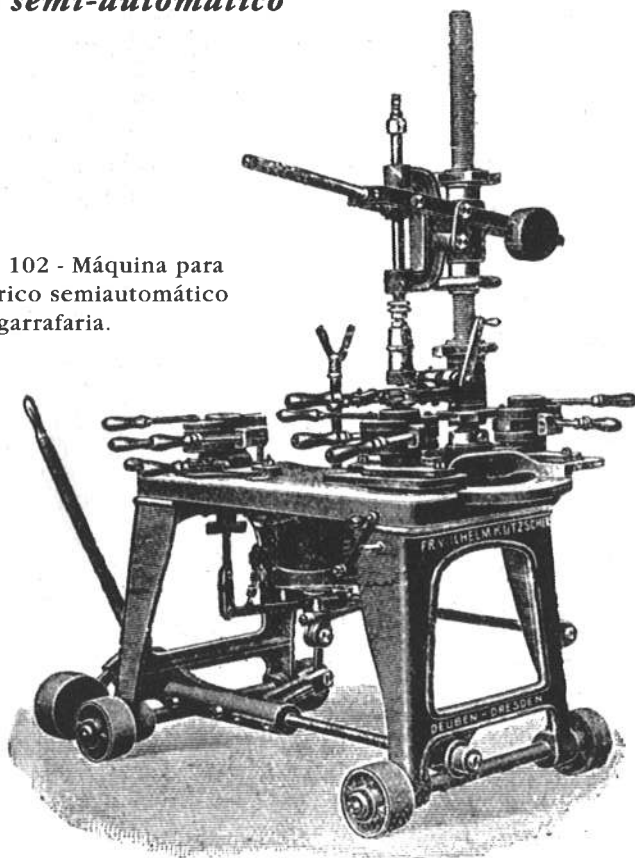
Os garrafões e os frascos eram fabricados pelo mesmo processo. Na figura seguinte vê-se a fase de acabamento de um garrafão, com o pequeno aprendiz guardando o calor ao oficial e empunhando a forquilha com que transportará para a arca o grande garrafão cuja boca o mestre está a torneare.



Fig. 101 - fabrico manual de garrafões. Fotografia de Víctor Gallo.

8. Garrafaria, Garrafonaria e Frascaria – fabrico semi-automático

Fig. 102 - Máquina para fabrico semiautomático de garrafaria.



Conforme atrás se disse, uma máquina semiautomática de garrafaria, semelhante à da figura, foi introduzida na Marinha Grande por Aires Roque, cerca de 1939.

Esta máquina veio revolucionar o fabrico das garrafas, trazendo aumento de produção, melhor qualidade de fabrico e ainda a possibilidade de fabricar garrafas e frascos com rosca, o que até aí não era possível fazer-se. Trouxe grande impulso ao fabrico do sector da embalagem, principalmente para perfumaria.

Para o seu funcionamento eram precisos somente quatro vidreiros: um colhedor, um maquinista, um soprador ou acabador e um aprendiz de levar acima.

É muito simples o funcionamento da máquina, que se compõe essencialmente das seguintes peças: um pequeno compressor, o molde de principiar (que tem acopladas “boquilhas” destacáveis, para moldar a boca da peça), uma alavanca que abre e fecha a entrada do ar comprimido, e o molde de acabar.

Primeiro é moldada a boca da peça, no molde de principiar. Em seguida, o maquinista destaca desse molde a boquilha amovível, à qual se encontra presa a peça, deslocando-a para o molde de acabar, para onde o soprador faz entrar o ar comprimido, que força o vidro a tomar os contornos do molde.

Assim, um pequeno frasco para perfumaria ou uma simples garrafa ficam completamente prontos, sendo levados pelo aprendiz para a arca de recozimento.

Esta máquina produzia também, através de operações idênticas, os enormes garrafões.

F. A Escolha das Peças

Toda a obra produzida na secção dos fornos, após ser retirada das arcas de retempero ou recozimento, é escolhida, isto é, examinada rigorosamente por especialistas escolhedores, que separam aquelas cujo vidro tenha defeito (bolhas, corda, pedra), que forem irregulares nos formatos ou que tiverem outras imperfeições.

Depois de feita essa selecção, a obra é encaminhada para a oficina de acabamentos, caso seja necessário, ou para os armazéns.

G. Os Acabamentos

Nesta importante secção procede-se a várias operações, como: corte, roçagem, queimo, rebordagem, polimento, ajuste de rolhas, pontelagem e furação.

Executadas em grande parte por mulheres, são das mais importantes economicamente, pois se não forem realizadas com cuidados especiais originam elevada percentagem de quebras, trazendo resultados negativos à empresa.

Vamos em seguida dar a conhecer, embora reduzida e sucintamente, como se executa cada uma delas.

1. Corte

Trata-se essencialmente de separar a parte útil da peça da calote resultante do método de produção.

Esta operação é hoje feita por máquinas sofisticadas, principalmente na caliçaria e coparia.

Há cinquenta anos fazia-se ainda por processos arcaicos, que vinham do tempo dos Stephens.

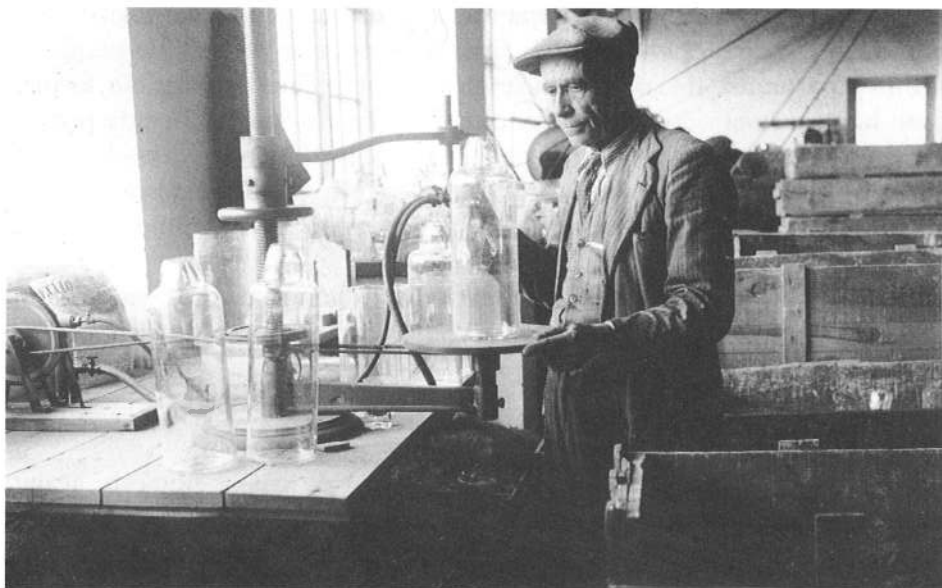


Fig. 103 - Corte

Neste pequeno aparelho está montado um pequeno diamante. A cortadeira faz girar a peça sobre si mesma e sobre o diamante, para lhe traçar um pequeno sulco. Coloca-a em seguida noutro aparelho (prato rotativo) que a faz girar e a cujo traço está apontado um bico de *Bunsen* alimentado a gás (antigamente usava-se o acetileno). Pela acção do calor dá-se então a separação da calote. Este foi o processo usado para corte das peças de vidro até ao aparecimento das finas rodas providas de diamante, que passaram a ser utilizadas para o corte de peças grossas (frascos, garrafas, fruteiras, etc.)

Também para o corte de chaminés, tubos e cilindros, foi criada, no princípio do século XX, uma máquina que se pode ver na figura seguinte.

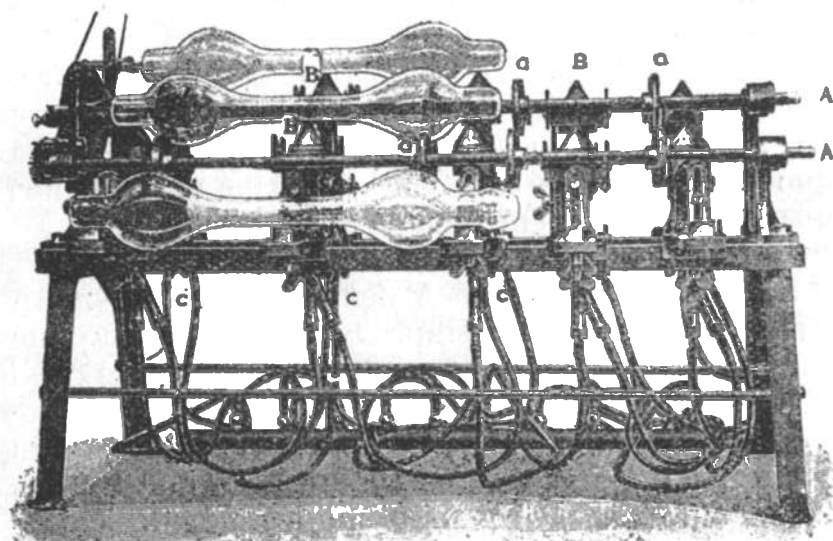


Fig. 104 - Máquina para corte de chaminés.

Ainda para o corte de peças finas (cálices, copos, jarras, etc.) foi inventada na Europa e trazida e reproduzida na Marinha Grande, pelo fabricante Aires Roque, por volta de 1940, uma pequena máquina para corte em quente, logo que a peça sai das mãos do oficial.

Compõe-se de duas peças essenciais: uma peça circular provida de pequenos bicos por onde sai uma "língua" fina de chama, originada por queima de oxigénio, formando um círculo de lume; e uma outra peça, colocada por cima desta, conhecida por "cabeça", sempre em movimento rotativo, onde se prende o objecto de vidro a cortar (ou pelo pé ou, no caso de não ter pé, por sucção). O operador-maquinista faz descer a peça, com a cabeça presa, até aos bicos de gás que a cortam por acção do calor, ajudada pelo próprio peso da calote.

Este processo, ainda usado em peças com pouca exigência de qualidade, pois deixa os bordos um pouco grossos, veio na época revolucionar, do ponto de vista económico, o processo de corte.

2. Roçagem

Há um grande número de artigos que necessitam de passar por este acabamento: todas as peças que são cortadas e que saem dessa operação com bordos irregulares; todas as peças prensadas que ficam com os fundos cheios de pequenas partículas de vidro, deixadas pelo uso dos pontéis quando são pegadas para caldear; e ainda muitas outras peças, por razões várias.

Antes de se inventarem as máquinas de fita abrasiva, usava-se o engenho de roçar.

Compõe-se de uma base tronco-cônica de ferro, que serve de transporte a um veio vertical rotativo, em cima do qual está aparafusada uma roda em ferro fundido ou em pedra, resguardada por uma saia cilíndrica de chapa. Estas rodas, que desandam a velocidade razoável, são permanentemente alimentadas por areia (ultimamente usa-se um poderoso abrasivo: *carborandum*) no caso das rodas de ferro, ou por água, no caso das rodas de pedra. Ambas, no entanto, servem para o desgaste do vidro. As primeiras têm grande poder de corte mas deixam as peças um pouco rugosas, devido à acção da areia ou do *carborandum*, pelo que têm a seguir de passar pelas segundas, de pedra, que as deixam lisas, embora baças.

3. Queimo

Chama-se queimo à operação de bolear os bordos de peças de espessuras finas - como cálices, copos, jarros, etc. - que ao saírem da operação anterior (roçagem) ficam normalmente cortantes, sobretudo do lado interior.

Essa operação era antigamente feita dentro do forno, onde se levavam as peças, uma a uma, utilizando uma pequena roca com um longo cabo. Hoje faz-se numa máquina provida de um túnel em ferro, para pré-aquecimento, onde está colocado um queimador de bicos (maçarico) cuja chama vai banhando as peças, à medida que passam, colocadas nos pratos da máquina sempre em movimento rotativo

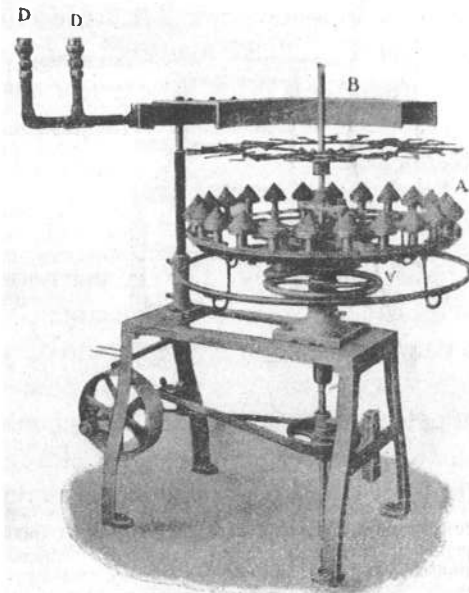


Fig. 105 - Máquina de corte, para copos.

4. Rebordagem

Consiste no boleamento das bocas de peças de grande espessura, que por essa razão não se pode ou não convém fazer nas máquinas de queimo.

São então boleadas manualmente por um rebordador, num engenho onde rodam a grande velocidade duas pequenas rodas: uma de pedra, para corte das arestas interiores da peça deixadas pela operação da roçagem; a outra de cortiça, constantemente banhada por um polimento (massa constituída por pedra-pomes em pó misturada com água) que lhes dá o brilho perdido na roçagem e na primeira fase da rebordagem.

5. Polimento

É o acto de dar brilho a todas as peças que passaram pela roçagem e que, por qualquer razão especial, não puderam ser nem queimadas nem rebordadas.

Para isso, as peças são esfregadas numa roda de cortiça (embebida em polimento, que lhes dá brilho) montada num engenho que lhe imprime forte movimento rotativo.

6. Ajuste de rolhas

É a operação de ajustar rolhas de vidro nas garrafas, frascos, galhetas, etc..

É feita por um trabalhador conhecido por “rolhista”, num engenho provido de um braço (“caneta”) que roda a grande velocidade, onde é fixada a rolha que se pretende seja ajustada ao recipiente. O trabalhador segura com uma das mãos o recipiente e começa a pressioná-lo para encaixar à volta da rolha, em cima da qual, com a outra mão, vai colocando areia, ou outro abrasivo, o qual corta simultaneamente as duas peças até completar a entrada da rolha no recipiente.

O ajuste divide-se em duas categorias: Fino e Grosso. O ajuste fino consegue-se com o uso de um abrasivo muito fino, como o lodo, e o grosso com areia grossa.

Depois de acabada esta operação, que deixa o interior do gargalo das peças foscado, procede o rolhista ao seu polimento. Para isso, introduz no mesmo aparelho onde se encontrava a rolha uma peça de madeira em forma de cone, revestida de estopa e ensopada em polimento. Essa peça, rodando a grande velocidade, é introduzida no gargalo do recipiente, que assim acaba por ficar polido como a restante superfície da peça.

Hoje em dia, o trabalho de ajuste de rolhas é feito com a utilização de peças revestidas de diamante, que permitem normalizar o diâmetro exterior das rolhas e o interior dos gargalos, de modo a que todas as rolhas de determinado modelo se adaptem rigorosamente a todos os recipientes da mesma família.

7. Pontelagem

Todas as peças que são fabricadas e têm que ser marisadas (trabalho já descrito anteriormente) são para isso pegadas por um pontel: ferrote provido de um pedaço de vidro, que se pega ao fundo da peça e que, ao ser destacado dela, lhe deixa agarrado um pedaço desse vidro. Esse pedaço, a que também se chama pontel, tem que ser retirado.

Esta operação, executada pelo ponteiro, é feita num engenho de três rodas: uma de ferro, outra de pedra e a última de cortiça, utilizadas por esta ordem. Com a primeira e com ajuda de areia ou outro abrasivo, o ponteiro corta rapidamente o vidro; com a segunda retira a areia ou o abrasivo que ficaram; e com a de cortiça dá polimento à pequena concavidade deixada pelo uso das anteriores.

8. Furação

Muitos artigos de vidro devem ser furados para completarem a sua função. É o caso de pés para candeeiros, “bobeches”, pratos ou taças destinadas a fruteiras, etc..

Antigamente, antes de existirem as modernas máquinas de furar providas com brocas de diamante, a furação das peças fazia-se com uma broca triangular de bico afiado, movimentada por um arco de pua vulgar. Para ajudar a furação, untava-se com aguarrás a ponta da broca.

9. Revestimento de garrações (empalhação)¹⁹⁵

Esta indústria iniciou-se em Portugal na Fábrica de Vidros da Amora.¹⁹⁶

Na Marinha Grande iniciou-se em 1915, na antiga fábrica de Guilherme Pereira Roldão, que mandou vir o técnico Sr. José Duarte Bizarro, natural de Venda do Pinheiro, para ensinar pessoal a empalhar a vime pelos processos da fábrica da Amora.

A matéria-prima usada é unicamente vime descascado, ou seja, em branco. Vinha da região da Malveira e mais tarde também da ilha da Madeira.

O vime era aberto e refiado¹⁹⁷ à máquina, depois de ter estado molhado em tanques durante algum tempo. Só depois era aplicado aos garrações, operação que consiste em entrançar o vime em toda a volta dos garrações, começando sempre pelo fundo.

A primeira indústria particular deste trabalho foi montada pelo Sr. José Duarte Bizarro, logo em seguida a ter vindo para a Marinha Grande, junto à sua residência, próximo da antiga Praça do Peixe, em frente da actual Cooperativa da FEIS. Aí empalhava, com os seus filhos, garrações para fábricas e para armazenistas que compravam garrações nus. Ainda hoje uma sua filha, D. Elisa Cândida Bizarro, de 75 anos, possui uma pequena oficina onde executa trabalhos especializados de empalhamento fino, em pequenas peças de vidro.

O desenvolvimento desta indústria foi grande. Não só todas as fábricas de garrações montaram as suas oficinas como também outros particulares, e não só na Marinha Grande, montaram oficinas de empalhamento. Como nota curiosa, informamos que a fábrica do Sr. José Oliveira (dos Outeirinhos) pouco tempo depois de iniciada a empalhação na Marinha Grande fez deslocar da Amora algumas mulheres especializadas para ensinarem pessoal, começando aí o grande desenvolvimento desta indústria.

Esta indústria, que nos finais da última Guerra, década de 1950, atingiu o seu auge (pois calcula-se que em todo o país existissem cerca de 2 000 empalhadeiras) começou a sua decadência com o surgimento dos revestimentos em plástico.

H. A Decoração do Vidro

O vidro é talvez, entre os materiais de que nos servimos usualmente, um dos que maior ensejo dá de aplicar as regras da arte decorativa, permitindo que os artistas ponham em prática o que a sua fértil imaginação lhes dita e as suas faculdades lhes consentem. Com a decoração do vidro, em que se empregam variadíssimos processos e, até, corpos estranhos, conseguem produzir-se autênticas obras de arte de utilidade prática, principalmente na decoração.

Esses processos são conhecidos por: foscagem, a areia ou a ácidos; gravura, a areia, a ácidos ou à roda (esta também conhecida por floristagem); *Guillocher*; pantografia; pintura a frio ou a fogo; lapidação; *givragem*; serigrafia (que foi introduzida na Marinha Grande, em 1953, pelo senhor Rui Augusto Viana Gomes, que começou por aplicá-la na fábrica Guilherme P. Roldão, dando assistência também à Santos Barosa e à R. Gallo, igualmente fabricantes de garrafas¹⁹⁸). Há ainda os processos executados no forno, ainda com o vidro pastoso, como os marmoreados, os canelados, os irisados, os *craquelizados*, etc..¹⁹⁹

Todos estes processos foram inventados para enriquecimento e valorização do vidro e deles vamos dar uma ideia simples e sucinta.

1. Fosagem a Areia

Feita por jacto de areia fina e seca, é principalmente usada para despolir o vidro.

Antigamente, a fosagem da vidraça fazia-se por um processo arcaico: consistia numa caixa de madeira, apoiada num eixo que assentava em cima de duas calotes, o que lhe permitia balançar-se. Dentro metia-se a vidraça e em cima desta água, areia grossa, seixos e pó de gesso. O operador foscador balançava a caixa sucessivamente, ora para cima, ora para baixo, fazendo com que a água, a areia, os seixos e o pó deslizassem sobre a chapa em contínuo vaivém acabando por despoli-la.

2. Fosagem a Ácido

Este trabalho é feito mergulhando as peças numa solução de ácido, composta por 50% de bifloreto de amónio e 50% de ácido fluorídrico, quando se trata de uma fosagem total, ou aplicando a mesma solução com pincéis, quando se pretende foscar só parte da peça.

Fica muito liso e acetinado, com um tom de mate, pelo que também é conhecido por “mateado”.

3. Gravura a Areia

Os desenhos ou motivos a gravar são abertos em chapas de metal, perfeitamente adaptadas às peças que se pretendem gravar, ou em papel forte gomado, ou ainda, como se usava antigamente, numa camada de grude com que previamente eram revestidas as peças de maiores dimensões. A gravura era feita por jacto de areia, o qual, incidindo sobre as peças nas partes desprotegidas, as gravava.

Este sistema de decoração foi, por volta de 1935, muito aperfeiçoado e aplicado à vidraça por Tobi Stern, um estrangeiro para isso contratado pela Companhia Industrial Portuguesa. Criou então a chamada “vidraça artística”, utilizando tiras de papel gomado para formar os desenhos. Após a passagem ao jacto de areia, lavadas as vidraças e extraídas as tiras de papel, apareciam as surpreendentes gravuras.

4. Gravura a Ácido

Com a descoberta, ainda no século XVIII, do ácido fluorídrico, abriu-se vasto campo à decoração do vidro pela aplicação de ácidos. São inúmeros os processos usados para a feitura da gravura a ácido.²⁰⁰

Um deles é a cobertura do vidro por uma camada de verniz ou cera, na qual é aberto, com estilete, o desenho pretendido. Metida em seguida a peça numa vasilha de chumbo ou guta-percha onde se encontra o ácido que ataca o vidro, este grava os contornos marcados pelo estilete.

Um outro processo, muito usado há cinquenta anos atrás, era o de marcar sobre uma chapa, de vidro ou de zinco, o desenho que se pretendia reproduzir e passar sobre esse desenho, bem espalhada por uma espátula, uma camada de betume (composta por betume da Judeia, ácido esteárico e essência de terebintina). Mediante pressão exercida por uma “boneca” ou, mais vulgarmente, por uma prensa, o desenho era transferido para uma folha de papel muito fino e daí passado, também através da pressão de uma “boneca” de flanela, para a peça de vidro a decorar. Tirando o papel, ficava agarrada ao vidro somente a tinta do desenho pretendido. Protegia-se a restante superfície da peça com uma ligeira camada de verniz e colocava-se a peça dentro do ácido, que atacava todas as partes desprotegidas, gravando assim o desenho.

I. Indústria do vidro em Portugal ²⁰¹

1. Primórdios ²⁰²

A indústria do vidro, segundo dizia o historiador Matos Sequeira, pode bem incluir-se no núcleo das indústrias tradicionais portuguesas ²⁰³.

Alguns historiadores admitem que a arte de trabalhar o vidro em Portugal remonta ao período pré-portugalense, por árabes e romanos. Outros, no entanto, dizem que se iniciou no ano de 1439, em Palmela (como já se referiu anteriormente, no capítulo sobre fabrico de vidraça manual).

Ainda no século XV foram montadas várias pequenas oficinas, dizendo-nos Vasco Valente, no seu livro *O vidro em Portugal* ²⁰⁴, terem existido nas seguintes localidades: Lisboa, Santarém, Coima, Alcochete, Coruche, Salvaterra de Magos, Almeirim, Asseiceira (Tomar), Abrantes, Alenquer, Elvas, Coimbra e no Covo. Quase todas estas oficinas se dedicavam ao fabrico de vidraça, lisa e pintada, e de vitrais. Aponta-se como razão principal da existência do fabrico de vidro nestas regiões o facto de nelas existir lenha em grandes quantidades, areias finas, como as de Coima, e ainda o maçacote ou barrilha, planta herbácea de onde se extraía o carbonato de sódio, imprescindível à fundição do vidro.

Mas nos finais do século XVII, princípios do século XVIII, a indústria vidreira era praticamente inexistente nos arredores de Lisboa e no Ribatejo. Tal se deveu a pressões, junto do poder régio, das populações dessas localidades, que se insurgiam contra os fabricantes de vidro alegando que dizimavam as florestas. D. Manuel I, em Fevereiro de 1498, proibiu o corte de árvores para abastecimento dos fornos. Sessenta anos depois, em Abril de 1562, por não terem sido cumpridas essas disposições, o rei D. Sebastião foi forçado a tomar posições mais drásticas e severas contra os fornos de vidro, ordenando que aqueles existentes nessa região, em Lisboa e sete léguas para além do Ribatejo, fossem destruídos no prazo de trinta dias, e proibindo também que outros fossem construídos, alegando que os fornos, que continuamente ardem, causam a falta de lenha e encarecem continuamente o seu preço, em prejuízo do Povo.

Por essas medidas em defesa dos arvoredos, e também por se ter perdido a independência do País a favor dos Espanhóis, em 1580, durante mais de oitenta anos não se pensou na indústria vidreira, que ficou limitada à velha fábrica do Covo.

2. Fábrica do Covo

Esta fábrica terá sido fundada antes de 1484, no lugar do Covo, hoje pertença do concelho de Oliveira de Azeméis. Terá passado à posse de Pedro Moreno, espanhol (também chamado Pero Fernandes, ou Pero Fernandes Moreno), cerca de 1528, mediante Alvará concedido pelo rei D. João III.

Pode considerar-se a Fábrica do Covo a mais antiga grande unidade industrial vidreira do País.

Esta velha fábrica trabalhou praticamente sem qualquer interrupção até finais do século XIX. Em 1832, devido a dificuldades financeiras, é arrendada, mas três anos depois volta à posse dos proprietários. Assim trabalha até cerca de 1870, mas com grandes dificuldades, o que leva à sua paragem. Reabre em 1896, arrendada à sociedade Abreu, Castro C^a, mas só trabalha um ano, pois essa firma deixou-a para montar em Bustelo uma nova fábrica. Voltou de novo à posse dos proprietários, trabalhando ora sob administração destes ora em largos períodos de arrendamentos. Volta a paralisar a laboração em 1924, mas desta vez para não mais recomeçar. ²⁰⁵

3. Real Fábrica de Vidros Cristalinos de Coima

Nos princípios do século XVIII, depois da restauração da independência, acabadas as guerras com Espanha e refeita a estabilidade económica do país com as riquezas vindas do Brasil, o rei D. João V, que era um apaixonado pelos vidros, pensou seriamente na instalação, em Portugal, de uma grande fábrica de vidro, produto que por toda a Europa se expandia e melhorava tecnicamente, tanto mais que era preciso ocupar mão-de-obra e evitar a saída de divisas com importações.²⁰⁶

Assim, em 1719, mandou patrocinar, à custa da Fazenda Real, a construção da nova Real Fábrica de Vidros de Coima. A esta fábrica foram dados grandes privilégios. É posta sob a égide da Coroa, que lhe permite fabricar todas as espécies de vidro, e lhe dá a exclusividade do fabrico em Portugal de vidro branco cristalino. Às outras fábricas, existentes ou a estabelecerem-se futuramente, só se daria a possibilidade de produzir vidro verde. É também proibida a importação de vidros estrangeiros.

A fábrica iniciou a sua laboração ainda em 1719, sob a direcção do estrangeiro João Butler, que a tinha provido com as melhores técnicas da época e com grandes e bons artífices vidreiros, mandados vir de França. Durante alguns anos, produziu vidro de excelente qualidade, digno até de ser exportado, segundo opinião do próprio rei - que por várias vezes, acompanhado pela rainha, visitou a fábrica com grande satisfação. Aqui se teriam produzido os valiosos frascos, gravados e decorados a ouro, que o rei ofereceu ao Imperador da China: doze frasqueiras, de doze frascos cada, cujo modelo existiu no Museu Nacional de Soares dos Reis²⁰⁷.



Fig. 106 -
Frasqueira de
viagem, séc. XVIII.
Colecção do
Museu Nacional
Soares dos Reis.

Mas se o rei estava satisfeito, outros havia que não viam estes progressos com bons olhos: eram os fabricantes estrangeiros, principalmente os ingleses, que viam perder-se o bom mercado português, e os mercadores portugueses (agentes importadores) que

deixavam de receber as respectivas comissões. Essa gente começou a urdir a maneira de acabar com a fábrica. Com a morte de João Butler, em 1737, mais se acentuou o seu poder e acabaram por exterminá-la.

D. João V envelhecera e caíra doente. Naturalmente, desinteressou-se de tudo, pois a doença que o retivera no leito, atacado de abulia e hemiplégico, tirara-lhe toda a vontade própria. Foi nesse período que os traiçoeiros inimigos da fábrica (alguns pessoas de grande influência dentro do Governo), conseguiram incutir nos governantes a decisão de a fábrica ser fechada ou arrendada, por estar a custar muito dinheiro ao Estado a sua exploração. Constituiu-se uma sociedade de capitalistas irlandeses que a tomou de arrendamento e nomeou João Pontze seu director, mas sem a protecção Real, que fora retirada. As dificuldades começaram a acentuar-se, umas vezes trazidas pelos inimigos, outras por razões de ordem técnica motivadas por os fornos se encontrarem velhos e precisarem de ser substituídos.

Por essa altura chegou a Coina um suposto técnico estrangeiro, que ofereceu aos novos e ingénuos proprietários a construção de um novo tipo de forno, que tinha como segredo grande economia de combustível. Confiadamente, os irlandeses entregaram ao referido estrangeiro a construção desse forno, obra prodigiosa aguardada com grande entusiasmo por todos os iludidos. Prepararam-se festas para a inauguração. Chegou o grande dia, mas o desengano foi total. Desorientados e aflitos, pois a construção do novo forno absorvera todos os capitais disponíveis, angustiados e arruinados, os irlandeses ainda procuraram o falso construtor, mas o miserável traidor tinha fugido. Em consequência disso, um dos sócios suicidou-se e os artistas vidreiros ou passaram a fronteira ou dispersaram-se por outras actividades. A fábrica ficou aparentemente liquidada pelos inimigos da indústria vidreira portuguesa.

É nesta altura que surge João Beare. Figura então desconhecida, viria a revelar-se um homem glorioso e hercúleo na luta pela sobrevivência da indústria vidreira. Conseguiu pôr a fábrica em laboração, embora um pouco a medo e com cuidado. Os inimigos da fábrica não desarmavam facilmente.

Em breve, por volta de 1748, tal como acontecera muitos anos antes, nos reinados de D. Manuel e D. Sebastião, os povos de Lisboa levantaram-se em protesto contra a falta de lenhas, alegando ao Senado da Câmara que o facto se devia à fábrica de Coina, que não só queimava de dia e de noite muita lenha como fazia subir o preço da ainda existente. Depois de várias reuniões entre o Senado e o Ministério, este decretou o fecho da fábrica e a sua transferência para junto de uma grande floresta.

Vencido pelos inimigos, João Beare não teve outra solução senão pensar nessa transferência, para junto do grande Pinhal da Marinha Grande. Essa épica operação, realizada em 1748²⁰⁸, mostra a grandeza ciclópica de João Beare, que trouxe consigo tudo quanto existia na Real Fábrica de Coina - técnica, materiais, instrumentos fabris, fornos, pessoas, etc..²⁰⁹

*4. Outras fábricas não marinhenses*²¹⁰

a) CRISAL de Alcobaça²¹¹

b) Empresa Vidreira da Fontela²¹²

c) **Fábrica de Vidros do Bombarral**²¹³

d) **Fábrica de Vidros do Cabo Mondego**

Foi fundada em 1869 pela firma A. Guimarães & C^a. Chegou a produzir vidraça, branca e de cores, de muito boa qualidade, garrafas, garrafões e até cristalaria.

e) **Ingridhutte Kurt Wokan - Fábrica de Vidros SARL**²¹⁴

f) **Companhia Vidreira Nacional Lda. - COVINA**²¹⁵

Foi fundada por escritura de 19 de Setembro de 1936, na sequência do decreto nº 26900, sendo sócios: Banco Aliança, Companhia Industrial de Vidros Lda., Companhia Industrial Portuguesa e Dâmaso Luiz dos Santos.

A fábrica, situada em Santa Iria da Azóia, concelho de Loures, distrito de Lisboa, iniciou a sua produção em 1941 com o fabrico automático de chapa plana lisa (vidraça).²¹⁶

g) **Fábrica da Vista Alegre**

Foi fundada em 1824 por José Ferreira Pinto Basto, para manufacturar porcelana e vidro e estudar processos químicos inerentes a esses fabricos. Foi provavelmente o primeiro laboratório para vidro montado em Portugal.

A fábrica, instalada na Quinta da Vista Alegre, pequena povoação a sul de Ílhavo, começou por fabricar vidros e cristais. Por lá passaram grandes mestres da cristalaria - como, por exemplo, Francisco Miller, alemão, Samuel Hungles, inglês, e um mestre florista italiano - que ensinaram e prepararam hábeis artistas vidreiros, alguns dos quais, mais tarde, vieram para a Marinha Grande.

O fabrico de cristais fez-se, com interrupções, até ao ano de 1848, em que parou definitivamente. Durante esses 24 anos de laboração produziram-se na fábrica autênticas obras de arte lapidadas e gravadas, entre as quais merecem destaque as peças com medalhões de porcelana incrustados e os copos gravados à roda (floristagem) artisticamente decorados.

Ainda em 1846 recomeçou o fabrico de vidro, mas só vidro liso, por se terem entretanto dispersado os operários decoradores.²¹⁷

h) **Fábrica de Braço de Prata - Empresa Vidreira Lisbonense**²¹⁸

Em Janeiro de 1894 tinha como director técnico Guilherme de'Orey.

i) **Fábrica de Garrafas de Gaia, Lda.**

Foi fundada em 17 de Janeiro de 1918, no lugar de Santo António do Vale da Piedade, em Vila Nova de Gaia, pelos sócios Carlos Moreira Lopes, Manuel de Sousa e Acácio das Neves Matias. Tinha por objectivo o fabrico de garrafas e outros objectos de vidro.

A direcção técnica foi entregue ao sócio Acácio Matias.

Pouco se conhece da vida desta fábrica. Sabe-se somente que fechou, por ter sido dissolvida a sociedade em 13 de Outubro de 1920.

j) **Fábrica de Vidro da Malhada**

Foi fundada em 1860 por João da Cruz e Costa & Filhos, operários da Fábrica da Vista Alegre, na vila de Ílhavo, perto da ponte de Ílhavo.

Teve curta duração, não se conhecendo nada da sua actividade fabril.

k) Fábrica de Vidro de Paço de Rei

Foi fundada anteriormente a 1839 em Mafamude (Vila Nova de Gaia), por Francisco da Rocha Soares, grande ceramista da região.

Aí se teriam fabricado copos inquebráveis pelo processo de M. de la Bastie, que consiste em submeter o vidro, quando mole, a uma têmpera em óleo muito quente (processo também utilizado, em certa ocasião, pela Fábrica Manuel Pereira Roldão, da Marinha Grande²¹⁹).

l) Fábrica de Vidros André Michon

Foi fundada em 1853, em Santo António do Vale da Piedade, Vila Nova de Gaia, pelo francês André Michon. Tratava-se de uma pequena fábrica para produção de vidraça, manipulada por artífices franceses.

Desconhece-se o tempo da sua duração.

André Michon teve também uma fábrica em Buarcos (Figueira da Foz), nuns terrenos junto ao cemitério local.

m) Fábrica de Vidros da Amora²²⁰

Vendida em 1901 à Empresa Exploradora da Nacional e Nova Fábrica de Vidros da Marinha Grande.

n) Fábrica de Vidros da Cava de Viriato

Foi fundada em 1900 por João dos Santos Cunha e Paulino Santos na povoação de Cava de Viriato, em Viseu.

Produziu vidraça, em quantidade suficiente para abastecer a região. Trabalhou cerca de 3 anos, após o que fechou definitivamente, constando que por má administração.

o) Fábrica de Vidros da Fonte Nova – Aveiro²²¹

p) Fábrica de Vidros da Póvoa de Santa Iria

Por volta de 1921, a Companhia Industrial Portuguesa, que era proprietária da Fábrica Nova, na Marinha Grande, começa a construção de uma nova fábrica na Póvoa de Santa Iria²²², para onde pensava transferir a fábrica marinhense.

Aconteceu, porém, que a fábrica se afundou totalmente nos terrenos à beira rio, apesar da grande estacaria onde assentava. Nunca chegou a laborar.

Ainda hoje existe na Póvoa de Santa Iria o grande bairro que na altura foi construído para residência dos vidreiros que haviam de ir da Marinha Grande.

q) Fábrica de Vidros das Gaivotas Lda.

Fundada em 1811 por Silvério Taibner, no centro de Lisboa, na Rua das Gaivotas, nº12.

Começou por fabricar vidro e cristal, liso e decorado, vidraça branca e de cor e diversos outros artigos.

Da vida da fábrica até 1934 pouco se conhece. Sabe-se, no entanto, que durante esse largo tempo teve vários proprietários: Manuel Joaquim Afonso (que possuiu uma fábrica de vidros em Vieira de Leiria e foi arrendatário da Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande), Francisco Alberto dos Santos, João Miguel Pereira, Tomás José de Oliveira (que por volta do ano de 1870 lhe deu grande impulso tecnológico), Jacinto José de Oliveira e, em 1934, um grupo arrendatário formado por Dr. Júlio May de Oliveira, José Antunes de Oliveira, António dos Santos Guia Gameiro e Santos, Tavares, Pinto & Abreu Lda..

Em 18 de Janeiro de 1938 é formada uma nova sociedade: António dos Santos Guia Gameiro, com uma cota de 97 300\$00; engº Francisco António Rodrigues (antigo director da Fábrica Nova da Marinha Grande) com uma cota de 56 600\$00; Gracinda Vitória Rodrigues Martins, com uma cota de 9 300\$00; Arminda da Silva Vieira, com uma cota de 22 200\$00; um grupo composto por Maria Adelaide Canto de Oliveira, Horácio Canto de Oliveira, José Canto de Oliveira e a firma Santos, Tavares, Pinto & Abreu Lda., com uma cota de 194 600\$00; e ainda Joaquim de Aquino (antigo chefe de escritório da Fábrica Nova da Marinha Grande).

Esta nova Sociedade nomeou director técnico da fábrica o sócio engº Francisco António Rodrigues, experimentado técnico vidreiro que remodelara e aperfeiçoara a Fábrica Nova da Marinha Grande, tornado-a na melhor fábrica portuguesa de artigos para iluminação em opala e de frascaria (artigos para embalagem de cosmética e perfumaria). Foi um dos melhores técnicos vidreiros que passou pela Marinha Grande. Introduziu as cores do tipo *azulinos, verdines, rosalines*, etc.. Foi também director da Escola Industrial Guilherme Stephens.

r) Fábrica de Vidros de Alcântara²²³

s) Fábrica de Vidros de Biester & Filhos e Manuel Emílio

Foi fundada em Lisboa, no ano de 1813, em pleno Bairro Alto.

Pouco ou nada se sabe da sua existência. Acúrsio das Neves a ela se refere, escrevendo que era “progressiva” e fornecia o mercado interno e externo.²²⁴

t) Fábrica de Vidros de Duarte Harper

Em 6 de Abril de 1805 foi concedido ao cidadão Duarte Harper um Alvará para uma fábrica de vidros a construir nas margens do rio Douro, para fabricar garrafas.

Desconhece-se o fim que teve a fábrica, mas julga-se que trabalhou nesse ramo, dado que se sabe que a Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro estava nela interessada para lhe fornecer garrafaria.

u) Fábrica de Vidros de João José Veríssimo

Foi fundada em Lisboa, supõe-se que antes de 1882.

Nada se conhece sobre a sua vida.

v) Fábrica de Vidros do Gerês

Resultou de um Alvará concedido em 15 de Abril de 1807 à firma Gomes, Mattos, Araújo & C^a, para construção de uma fábrica de vidros em Vilarinho da Furna, concelho de Terras do Bouro, em plena serra do Gerês - importante maciço florestal e onde existiam também em grande quantidade feldspato e quartzo, matéria-prima indispensável para a produção de bom vidro.

Mal vista pelos povos vizinhos, foi saqueada e destruída, num ataque popular tendo à frente o abade de Carvalheira, influenciado por ingleses que temiam o progresso industrial português. O ataque ocorreu em 11 de Julho de 1808, nunca mais sendo reconstruída.²²⁵

x) Fábrica Lumiar²²⁶

w) Sotancro²²⁷

J. A Implantação da Indústria Vidreira na Marinha Grande

Embora sem confirmação documental, admitiram alguns estudiosos que já no século XV, por volta do ano de 1446, se terá produzido vidro na Marinha Grande. Teria sido Guilherme Bollée, mestre vidreiro do Mosteiro de Santa Maria da Batalha, quem aqui teria montado um pequeno forno, para produzir alguns dos vitrais que fora incumbido de restaurar. Vasco Valente, no seu livro *O Vidro em Portugal*, a isso se refere, dizendo que Mestre Guilherme teria montado essa oficina nos arredores da Batalha.

Também o professor da Universidade de Coimbra Doutor José Custódio de Moraes, marinhense ilustre, no seu trabalho "Geologia e geografia da região do Pinhal de Leiria"²²⁸ nos diz terem sido encontradas na Marinha Grande, nuns terrenos onde em tempos existiu a tijolaria de António José de Matos, ruínas de um forno que só poderia ter sido de vidro.

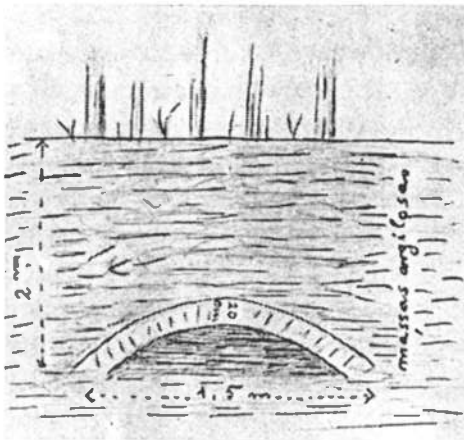


Fig. 107 - Presumível vestígio de um forno.

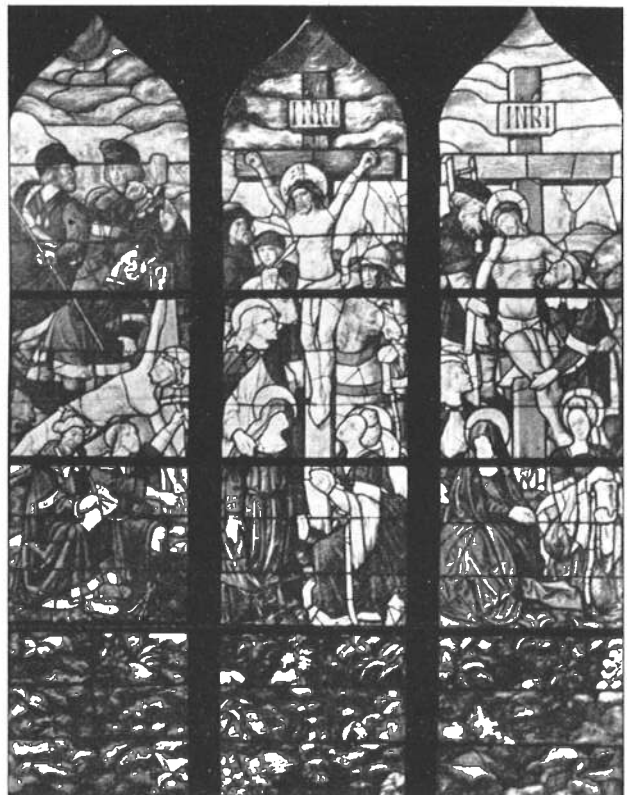


Fig. 108 - Vitral no Mosteiro da batalha.

Também o eng^o A.Arala Pinto, no seu livro *O Pinhal do Rei*, se refere à provável existência desse forno, admitindo por várias razões ser o mesmo com que mestre Guilherme teria restaurado os belos vitrais que podem ser admirados no majestoso convento da Batalha: proximidade da Batalha, existência de areia quartzosa e fina, de barrilha e de lenhas em grande quantidade.

1. Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande²²⁹

a) No tempo de Beare²³⁰

Como atrás se disse, porém, é ao irlandês João Beare que se deve a instalação da primeira grande fábrica de vidros na Marinha Grande, então Nossa Senhora do Rosário da Marinha, no ano de 1748.

Poderá avaliar-se quão grande foi o esforço do irlandês, se pensarmos como teria sido difícil transportar uma grande fábrica numa distância aproximada de 150 km, por maus caminhos, em carroções puxados por bois.

Chegado à Marinha Grande, João Beare procurou acomodar o seu pessoal - com alguma dificuldade, pois não existiam casas vagas. Arrendou terrenos, os mesmos que, mais tarde, Guilherme Stephens compraria, e neles fez erguer a sua grande Fábrica quase toda em madeira, num esforço gigantesco, pois na pequena aldeia não existiam materiais (excepto a própria madeira) nem artífices. Apesar disso, começou a laboração ainda no ano de 1748.

Apesar de esta se encontrar agora longe dos grandes burgos, os inimigos da fábrica não desistiam do seu aniquilamento. Conseguiram incutir no espírito do pessoal a floresta o mal que a fábrica poderia trazer, chegando-se ao ponto de o Guarda-Mor negar o fornecimento de lenhas. As dificuldades agudizavam-se dia a dia, sem aparecer alguém ou actividade alguma a protegê-la, antes pelo contrário. João Beare sempre lutou pela sua fábrica, mas seis anos volvidos acabou por sucumbir, vencido e sem dinheiro. Voltou-se a importar vidro e os grandes comerciantes ficaram livres para fazer os seus chorudos negócios. A fábrica fechou as suas portas, João Beare tudo abandonou e o pessoal vi-dreiro ficou sem trabalho e na miséria.

O que teria acontecido a João Beare, não se sabe. Sabe-se sim que, naturalmente por incúria, a Marinha Grande se esqueceu deste grande homem, que introduziu aqui a indústria vidreira e com ela lhe abriu as portas de todo o progresso industrial que hoje desfruta. Não há na vila uma artéria em cuja placa toponímica se diga: "João Beare - introdutor da indústria vidreira na Marinha Grande, em 1748".

b) A vinda para a Marinha Grande de Guilherme Stephens e a restauração da Real Fábrica de Vidros²³¹

A situação dos muitos vidreiros agravava-se dia a dia, pois na pequena aldeia não existiam empregos a que se adaptassem facilmente, até que chegou ao seu conhecimento que em Lisboa estava a governar um homem dinâmico, disposto a resolver os problemas que assolavam o País, principalmente no campo industrial. Tratava-se de Sebastião José de Carvalho e Melo - o marquês de Pombal, a quem os vidreiros da Marinha Grande fizeram saber a grave situação em que se encontravam²³².

O marquês de Pombal, que previra a protecção ao desenvolvimento das principais indústrias, como o vidro, os lanifícios, as sedas, o papel, as conservas, etc., incumbiu de imediato os seus ministros de saberem as razões que levaram João Beare a soçobrar e de procurarem um homem com qualidades para dirigir a restauração da fábrica da Marinha Grande, onde havia operários vidreiros especializados, sem trabalho e cuja indústria fazia falta à economia do País, pois saíam muitas divisas para pagamento dos vidros utilizados na reconstrução de Lisboa após o funesto terramoto de 1755.

Pouco tempo depois, o ministro Francisco Xavier de Mendonça Furtado apresentava no Paço Real da Ajuda o súbdito inglês Guilherme Stephens. Este, há muitos anos radicado em Portugal como comerciante e que ficara na extrema miséria aquando do terramoto, tinha já demonstrado grande capacidade ao montar em Alcântara, com dinheiros emprestados pelo rei, grandes fábricas de cal com vista à reconstrução de Lisboa. Na conversa entre o Marquês de Pombal e Guilherme Stephens, este limitou-se a tentar convencer o grande ministro da inviabilidade de se montarem fornos de vidro em Portugal, baseado no que acontecera antes a quase todas as fábricas, que por razões várias tinham sido obrigadas a fechar.

Pombal, homem indómito e conhecedor desses insucessos, explicou que eles se deviam somente a duas razões: falta de dinheiro por parte dos investidores para construírem as bases estruturais das fábricas e falta de protecção por parte do Estado contra os inimigos, a quem não convinha, para defesa dos seus interesses, a expansão dessas indústrias. Dentro dessas premissas, ofereceu a Stephens os meios fundamentais para colmatar esses males: um empréstimo fabuloso de 32 contos e a garantia de toda a protecção da Coroa em tudo o que fosse necessário para afastar os inimigos e proteger a fábrica.

Embora se encontrem escritas outras versões de como Guilherme Stephens apareceu na Marinha Grande, parece-nos esta a correcta, também confirmada pelo Doutor Calazans Duarte, no seu opúsculo “Os Stephens na Indústria Vidreira Nacional” em que diz: “Se uma das qualidades primordiais de quem governa é saber escolher os seus colaboradores, o Marquês de Pombal mais uma vez se revelou homem de Estado ao convidar o súbdito inglês, Guilherme Stephens, para montar no nosso país uma fábrica de vidros”.²³³

Vencido e convencido, Guilherme Stephens anuiu em vir para a Marinha Grande restaurar a velha fábrica. Elaborado de imediato o Alvará passado em seu nome e assinado pelo rei, no Palácio da Ajuda, em 7 de Julho de 1769, partiu para a Marinha Grande trazendo na bagagem a esperança de transformar a pequena aldeia num dos maiores centros fabris de Portugal, como veio a confirmar-se.

Desse Alvará, importante documento histórico, eis a síntese dos benefícios mais importantes: permissão para adquirir, por compra ou arrendamento, o edifício e pertences da antiga fábrica, assim como terrenos necessários à nova instalação; cedência gratuita de lenha do Pinhal Real; responsabilidade do provedor da Comarca de Leiria na manutenção dos caminhos para condução do vidro; protecção régia directa à Fábrica; autoridade para repressão de “motins ou desordens” no interior da Fábrica, sendo as autoridades locais obrigadas a cooperar; empréstimo sem juros de 32 contos de réis, a pagar em três prestações.

Quanto às obrigações impostas a Guilherme Stephens, a mais relevante é a que obriga a Fábrica a manter permanentemente seis aprendizes portugueses durante seis anos para aprenderem todas as manufacturas do vidro, que os mestres ficavam obrigados a ensinar, “sem reserva de segredo algum”, e a quem a fábrica ficava também obrigada a sustentar e vestir.

Cumprindo as instruções de Pombal, Stephens começou por comprar os terrenos onde se situava a velha fábrica de João Beare, assim como o que restava dessa fábrica (edifícios, fornos, ferramentas e materiais) e, com a ajuda do pessoal vidreiro que se encontrava sem trabalho - alguns deles avoengos de artistas do nosso tempo, como os Oliveiras, os Galos, os Brás, os Gil, os Barros, etc. - conseguiu, em tempo recorde, pôr em

laboração a velha fábrica, que em 17 de Outubro de 1769 fornecia as primeiras vidraças à cidade de Lisboa. Entretanto, ajudado por técnicos e artífices que mandara vir do estrangeiro, planeava a construção da nova fábrica, procurando não esquecer nenhum dos pormenores infra-estruturais.

Mandou vedar com alto muro a propriedade de 18 hectares onde construiu a sua fábrica e o seu Palácio. Adquiriu casais pertencentes à Ordem de Malta, para captação de águas e construção do aqueduto, que seguia ao longo da actual R. João Diogo Stephens até à Fábrica, onde a água era distribuída pelas várias secções, pela horta e pelo pomar²³⁴. (Esta importante obra, que durante 200 anos conduziu água nascida na Amieirinha - Sítio dos Poços - através de uma extensão de quase 2 000 metros, acabou por ser destruída em 1948, aquando da construção do Bairro Económico do Casal do Malta). Adquiriu o Casal da Lebre, imensa propriedade com cerca de 400 hectares situada a sul da Marinha Grande (estendia-se até à povoação de A-dos-Barbas, passava pela lagoa da Gelfa, Vale da Gunha, A-dos-Pretos, estrada das Carradas, até ao Brejo dos Costeiros), para dela extrair produtos essenciais à fábrica como seixo, saibro, etc., e obter produtos agrícolas e hortícolas²³⁵; mais tarde, por se verificar que grande parte dos terrenos não eram bons para a agricultura, mandou semear aí carvalhos e pinheiros. (Stephens dedicava à agricultura um carinho especial, chegando a publicar um estudo sobre a cultura da luzerna²³⁶.) Mandou também plantar maçacote (barrilha)²³⁷. Foi ainda por essa imensa propriedade, para facilitar os transportes entre a Marinha Grande e a estrada real Lisboa - Porto, que mandou construir à sua custa a célebre "estrada do Guilherme", que tinha o seguinte traçado: Marinha Grande, estrada da Moleira, Brejo dos Costeiros, Maceirinha, Calvaria, indo entroncar na estrada real no sítio conhecido por Chão da Feira. Esta estrada foi concluída em 1796, pelo Estado. Adquiriu também uma propriedade no centro da Marinha Grande onde mandou construir uma estalagem para albergar gratuitamente os almocreves que vinham negociar os vidros e produtos diversos. Esta estalagem, que funcionou até 1870, situava-se no actual Largo do Albuquerque e acabou sendo cedida para instalação da Associação de Socorros Mútuos do Montepio. Construiu um açougue para venda de carne. Adquiriu em Lisboa edifícios onde instalou armazéns e lojas para venda dos seus vidros (situavam-se no largo a que mais tarde se chamou dos Stephens). Também tentou, sem grande resultado, de colaboração com Jácome Ratton, desviar as ribeiras de Salir e Tornada, para evitar o assoreamento da baía de S. Martinho do Porto, por onde escoava os seus vidros.

Entretanto, a construção e apetrechamento da nova fábrica passava-se a bom ritmo. 178 Certas dificuldades, no entanto, só foram resolvidas pela intervenção de Marquês de Pombal. Segundo consta, foi esse o caso do pessoal florestal, que de princípio se negou a entregar lenhas à Fábrica, alegando que acabaria por consumir a Mata²³⁸. Outro problema era a venda de vinho na povoação, pois os trabalhadores chegavam a ir para o trabalho embriagados, não executando correctamente as tarefas que lhes eram exigidas. Pombal mandou publicar uma lei mandando encerrar todas as tabernas e proibindo a venda de vinho numa área de 5 km em redor da fábrica. Stephens conseguiu, em 1774, a isenção de direitos aduaneiros para os vidros que nesse ano já exportava.²³⁹

Por morte do rei D. José I, em 1777, sucedeu-lhe sua filha, D. Maria I, que afastou do poder o marquês de Pombal, substituindo-o pelo ministro Martinho de Melo e Castro.

Pensaram os inimigos de Guilherme Stephens que também o seu reinado tinha acabado,

mas sucedeu precisamente o contrário: a rainha mandou elaborar novo Alvará a favor de Guilherme e João Stephens, em que não só confirmava o anterior, passado por seu pai, como ampliava a protecção à Fábrica. No mesmo Alvará a Rainha publicava ainda o elogio público dos irmãos Stephens, dizendo:

“Por se haverem cuidadosa e eficazmente aplicado a promover e aperfeiçoar este importante estabelecimento, construindo-o em uma base sólida, a fim de poder laborar e suprir com todas as quantidades e qualidade de vidros cristalinos e de vidraças para o consumo destes Reinos e seus domínios, e com a mesma perfeição e comodidade dos que vêm de fora, lhes houvesse de confirmar, ampliar e declarar todos os benefícios até agora dados aos Stephens para que em nenhum caso haja de parar a sua laboração em prejuízo do público e das famílias nela empregadas.”

Incentivado por este Alvará, Guilherme Stephens redobrou de esforços para melhorar a sua fábrica, que muitos já consideravam um modelo: grandes e amplos edifícios de construção sólida e harmoniosa, onde não faltavam um pequeno teatro, escolas de música, dança, primeiras letras e desenho²⁴⁰, e ainda uma bela casa para sua residência, construída em 1770, a que o pessoal chamava Palácio (edifício que está a sofrer obras de adaptação para aí ser instalado o Museu Nacional do Vidro, obra por que a população da Marinha Grande luta há mais de 50 anos²⁴¹). Para se avaliar do seu progresso, basta dizer que em 1769 produzira 4 972\$00 e no ano de 1786 atingiu a soma de 96 145\$00.

Stephens revelou-se um génio como industrial, um bom e tolerante negociante e um grande amigo dos seus empregados e operários. Cumprida a promessa feita dez anos antes ao rei, passou a dedicar toda a sua atenção ao bem-estar dos seus empregados, tanto no campo cultural (ver o capítulo sobre Cultura) como social²⁴².



Fig. 109 - A Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande tal como era em 1860.

Velho, cansado e doente, Guilherme Stephens voltou para Londres em 1802, acompanhado por sua irmã Filadélfia, para tratar da sua abalada saúde. Segundo consta, aí teria falecido no ano seguinte, por volta do dia 10 de Maio - visto que o seu testamento foi aberto no dia imediato.

Nesse testamento, elaborado em 1802, Guilherme Stephens deixou a seu irmão João Diogo todos os seus bens, tanto de raiz como pessoais (à excepção de vários legados) declarando que naqueles bens se incluía a Fábrica que, como era ordenado no Alvará régio de 11 de Dezembro de 1780, devia permanecer para sempre indivisa e em funcionamento.



Fig. 110 - O palácio residencial dos Stephens tal como é hoje.

c) João Diogo Stephens²⁴³

A vida da Fábrica prosseguiu auspiciosamente sob a orientação de João Diogo Stephens, coadjuvado pelo seu grande amigo e administrador da Fábrica, José de Sousa e Oliveira, que sempre colaborou com os Stephens.

João Diogo Stephens, homem culto, bem relacionado e rico, continuou com sabedoria e querer a engrandecer a fábrica, como o irmão lhe havia recomendado²⁴⁴.

Contudo, em 1807, logo após a chegada a Lisboa das tropas francesas invasoras comandadas por Junot, foram confiscados todos os bens de João Diogo Stephens e retirados à fábrica os privilégios de que usufruía. Segundo Joaquim Barosa diz nas suas *Memórias da Marinha Grande*, João Diogo ainda tentou opor-se a essa resolução, acabando por ser preso durante quatro meses e onze dias, findos os quais foi restituído à liberdade, mas com a obrigatoriedade humilhante de se apresentar quinzenalmente às autoridades francesas. Mas seria mais tarde, aquando da terceira invasão francesa, comandada por Massena, no período de Outubro de 1810 a Junho de 1811, que João Diogo sofreria a maior amargura, ao ver a sua fábrica parcialmente queimada e destruída.

Derrotados os franceses, com a ajuda de tropas inglesas, o país começou a normalizar-se. A João Diogo Stephens foram restituídos todos os bens e à fábrica os antigos privilégios.

Durante quatro anos (1811 a 1815) João Diogo dedicou-se inteiramente à reconstrução da Fábrica, que em 1815 estava de novo em laboração²⁴⁵. Tinha nesse ano 500 empregados, quase o dobro dos que tinha em 1803, quando dela tomou posse (263). Daí até à sua morte, verificada com a idade de 78 anos, a 12 de Novembro de 1826, em Lisboa, a Fábrica melhorou ainda muito a qualidade dos seus produtos, que rivalizavam com os melhores da Europa²⁴⁶.

João Diogo Stephens, que não deixara filhos, legou toda a sua imensa fortuna a familiares, amigos, aos seus empregados e à Nação Portuguesa.

No seu testamento, escrito em 24 de Maio de 1825, recomendou ser enterrado na mesma sepultura de seu irmão Guilherme, deixou três meses de ordenado a cada um dos seus empregados e legou “à Nação Portuguesa” a Fábrica, com todos os seus pertences e propriedades,

“suplicando ao Governo que haja de eleger uma autoridade para esta os reger e administrar (...) e desta sorte, espero que fixamente, como assim o desejo, que prosperidade, estabilidade e permanência acompanhem esta útil e bela fábrica, a benefício da Marinha Grande, em particular, e utilidade deste Reino, em geral, e assim para sempre”.

d) Tomada de posse pelo Governo e a sua vida até aos nossos dias (incluindo resenha dos arrendatários e dos períodos de paralisação)²⁴⁷

Após a morte de João Diogo Stephens, o Conselho da Fazenda, chamado a pronunciar-se sobre o pedido dos testamenteiros para que o Estado tomasse posse da Fábrica, e não deixando de observar

“ser geralmente reconhecido que não convém aos Governos ser proprietários e muito menos administradores de estabelecimentos industriais, os quais nas mãos dos governos quase nunca produzem um interesse correspondente ao capital empregado e as mais das vezes dão perdas positivas”,

acaba contudo por aconselhar a aceitação do legado, dada a letra do testamento.

A decisão governamental foi, porém, demorada (apesar da insistência do testamenteiro, que ia mantendo a laboração à sua custa), acabando por decidir-se (24 de Abril de 1827) abrir hasta pública para exploração da Fábrica.

Inicialmente não surgiram candidatos, pelo que foram publicados elementos sobre os lucros do estabelecimento entre 1813 e 1826 (414 contos de réis), assim como sobre a dimensão do efectivo laboral (500 empregados, desde 1818) e o valor total dos bens, móveis e imóveis, da Fábrica (105 contos). Surgiu então uma sociedade interessada na sua exploração, encabeçada pelo barão de Quintela – depois conde de Farrobo – e por António Esteves Costa.

A um primeiro contrato, outros se seguiram: a Fábrica conheceu sete arrendatários, por períodos variáveis, durante noventa e dois anos, com períodos intercalares de não laboração, muito graves para a população²⁴⁸. Além disso, nem sempre os arrendatários se preocuparam com a conservação do estabelecimento, que passou fases de quase total ruína. Por acharmos de interesse histórico vamos resenhando, embora sucintamente, o que foram esses noventa e dois anos de arrendamentos e inlabores²⁴⁹.

1 de Junho de 1827 a 31 de Março de 1847

Farrobo e Costa tomaram posse do estabelecimento em Junho de 1827, obtendo, segundo as condições do contrato, a confirmação dos privilégios anteriormente gozados pela Fábrica (no tocante a combustível e protecção aduaneira), autorização para diminuir os salários e o número de empregados (ainda que “tendo sempre em vista as últimas vontades de João Diogo Stephens”), completa liberdade de gestão, sem intervenção governamental, direito a introduzirem na Fábrica qualquer outra produção, com os mesmos privilégios estabelecidos a propósito do vidro, fornecimento dos estabelecimentos do Estado (em igualdade de preço e de qualidade com os produtos similares do mercado), indemnização, terminado o contrato, por obras de ampliação ou beneficiação entretanto realizadas, responsabilidade governamental na reparação de danos por causas fortuitas (incêndio, etc.) e, em geral, todos os privilégios de que gozavam as fábricas da Covilhã.

Cumpriram o prazo de arrendamento (20 anos), ao fim do qual entregaram de novo a

fábrica ao Estado. Instados pelo Governo a continuar, não o fizeram, alegando que já tinham tido grandes prejuízos.

1 de Junho de 1847 a 22 de Outubro de 1848

Este foi um período de inlavor, por não terem aparecido interessados no arrendamento que dessem garantias.

Viveu a Marinha grandes preocupações sociais, sem dinheiro e sem trabalho, tendo o Tribunal do Tesouro proposto a venda da Fábrica em hasta pública, em seguida determinada por portaria governamental. Os trabalhadores, que não viam desse modo o seu grave problema resolvido, haviam apresentado ao Governo uma representação pedindo o recomeço da actividade fabril. Por sua vez, o Governador Civil de Leiria, chamado a dar indicações necessárias à venda, pediu que fossem entretanto sendo pagos os salários aos empregados da Fábrica, o que foi feito após alguns meses.²⁵⁰

Entretanto, desentendimentos entre organismos da administração pública fizeram arrastar a decisão durante meses, acabando finalmente por voltar-se à ideia de concessão da exploração, sendo publicado anúncio nesse sentido em 9 de Maio de 1948. Já terminado o prazo estabelecido no anúncio, Manuel Joaquim Afonso, que então possuía em Vieira de Leiria uma fábrica de vidros, propôs-se tomar conta da Fábrica, mediante algumas alterações nas condições de exploração.²⁵¹

23 de Outubro de 1848 a 23 de Outubro de 1859

O contrato de Manuel Joaquim Afonso (que tomou como sócio o seu cunhado José da Silva Virgolino) foi assinado por dez anos a partir de 23 de Outubro de 1848.

A administração desta sociedade foi auspiciosa. Procedeu a todas as reparações necessárias, satisfaz os compromissos assumidos, incluindo os pagamentos aos operários reformados por João Diogo, e incluiu ainda na fábrica alguns melhoramentos técnicos, como a instalação da primeira máquina a vapor. Trouxe também da Vieira de Leiria todo o pessoal e algumas ferramentas de que necessitava. Diz o jornal *A Semana*, em 8 de Fevereiro de 1851, comentando os vidros apresentados na Exposição dos Produtos da Indústria Portuguesa, realizada na Sala do Risco do Arsenal da Marinha, em Lisboa, no ano de 1849: "Os exemplares expostos, que são copos e garrafas de cristal lapidado, de diversos modelos, nada deixavam a desejar nem pelo que toca à beleza e pureza do cristal, perfeita diafanidade, ausência completa de coloração, nem pelo que diz respeito à perfeição do trabalho do lapidário, e até nalgumas peças, em quanto à elegância das formas."

Logo que concluiu a remodelação da Fábrica, antes mesmo de expirar o prazo do contrato, Manuel J. Afonso pediu ao Governo uma prorrogação por mais dez anos, ou seja, até 24 de Outubro de 1868. Embora renovasse várias vezes o seu pedido e chegasse até a assinar o novo contrato, a decisão final foi sucessivamente adiada, no meio de conflitos entre organismos públicos e campanhas na imprensa contra a prorrogação, às quais respondeu um panfleto favorável a Manuel Joaquim Afonso. Outro obstáculo foi o surgimento de um segundo interessado na Fábrica, que reclamou concurso público em vez de prorrogação automática do contrato em vigor. Esta acabou efectivamente por ter lugar, mas apenas por um ano, enquanto se não tomavam decisões definitivas.

Entretanto, uma mudança de ministério conduz à realização, em 1859, de um aprofundado inquérito administrativo à situação da Fábrica, na sequência do qual foram alteradas as condições de exploração²⁵². Esta passou a fazer-se sob a forma de arrendamento (até aí não era paga renda), sendo a base de licitação de um conto de réis anual, em

períodos de vinte e cinco anos, escolhendo-se o arrendatário por concurso internacional; pelas propriedades anexas não indispensáveis à actividade fabril haveria que pagar rendas à parte; deixavam de estar isentos de direitos alfandegários os materiais destinados à Fábrica; terminava a compra automática de vidro da Fábrica pelo Estado; o arrendatário, que mantinha o direito a lenhas grátis e ao reembolso, no final do contrato, pelos melhoramentos patrimoniais realizados, era ainda obrigado, entre outros pontos, a contratar um director técnico habilitado e com prática europeia no sector, bem como a assegurar a aprendizagem dos ofícios vidreiros.

24 de Outubro de 1859 a 19 de Setembro de 1860

De novo se verificou um largo período (cerca de 11 meses) em que a fábrica esteve parada, por não ter aparecido ninguém interessado no seu arrendamento.

De novo também o pessoal vidreiro se viu desamparado e sem dinheiro, apesar de o Governo o ter mandado subsidiar. Além disso, parte dele foi utilizado na construção do Caminho Americano para circulação do célebre comboio entre Pedreanes e S. Martinho do Porto²⁵³.

20 de Setembro de 1860 a 27 de Outubro de 1862

Entretanto, novo arrendamento foi feito. Desta vez celebrado entre o Estado e Casimiro José de Almeida, em 20 de Setembro de 1860.

Este arrendamento foi rescindido ao fim de dois anos, por o arrendatário não dar as devidas garantias²⁵⁴, voltando a fábrica novamente à posse do Estado e anunciando-se novo concurso.

28 de Outubro de 1862 a 14 de Fevereiro de 1864

Novo período de inlavor, por não terem aparecido candidatos ao arrendamento.

Após múltiplas pressões, incluindo representações dos operários à Câmara de Leiria²⁵⁵, diligências e discussões no seio da administração central, é de novo posto em praça o arrendamento da Fábrica (*Diário do Governo* n.º 7, de 11 de Janeiro de 1864), destacando-se entre as respectivas condições: aumento do prazo de duração do contrato, para trinta anos; concessão gratuita de lenhas, até 12 000 carradas anuais, sendo o transporte por conta do arrendatário; pagamento de renda anual; obrigatoriedade de ocupar com preferência nos trabalhos da fábrica os operários da povoação da Marinha Grande, desde que habilitados e de bom comportamento. No caso de praça deserta, o anúncio previa a venda do estabelecimento, “em conformidade com a lei de 11 de Julho de 1863”.

15 de Fevereiro de 1864 a 6 de Janeiro de 1894

Arremataram a Fábrica os sócios Jorge Croft (mais tarde visconde da Graça) e António Augusto Dias de Freitas (mais tarde visconde, depois conde, de Azarujinha), mediante renda anual de um conto de réis. Segundo o inventário então realizado, o valor dos bens móveis e imóveis do estabelecimento era de 58 078\$000.

Cerca de dois anos mais tarde, Croft e Freitas formaram com Nuno Paulino de Brito Freire, José Luiz de Oliveira, Miguel António Leitão de Lima Falcão e António Correia da Silva Marques uma parceria por trinta anos, com o capital de 90 contos e a denominação de Empresa da Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande.

Esta empresa não só cumpriu rigorosamente o contrato estabelecido como introduziu na fábrica melhoramentos de grande valor tecnológico: novos fornos, modernos, já

providos de gasogénios; um grande forno (*carquèse*) para secagem de lenhas; pela primeira vez em Portugal, arcas próprias para tempero dos refractários (potes, rodelas, etc.); a primeira arca de recozimento contínua; um moderno sistema mecânico para lavagem das areias, de modo a extrair os produtos nocivos à boa qualidade do vidro; um bufador mecânico (galga) para reduzir a pó os materiais rijos, facilitando a fusão; o primeiro peneiro mecânico; uma moderna oficina de lapidação, dotada com novos engenhos de lapidar e rodas especiais de pedra e esmeril; uma nova e potente máquina a vapor para movimentar todas as máquinas. Mandou ainda vir de França um grupo de técnicos para montagem dos novos equipamentos e ensino de novos processos de trabalho.²⁵⁶

Com esses empreendimentos, que trouxeram à Fábrica o seu melhor período desde João Diogo Stephens, produziram-se os melhores vidros, que foram premiados nas exposições Internacional do Porto, em 1865, e Universal de Paris, em 1867. A fábrica tinha por esse tempo cerca de 700 empregados²⁵⁷ e vivia-se na Marinha Grande um período de grande progresso. Em 1892 a Fábrica é visitada pelo rei D. Carlos, que atribui a comenda de Cavaleiro da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo aos seguintes vidreiros: António José de Magalhães Júnior, administrador técnico da Real Fábrica; João José de Magalhães, operário florista; Joaquim de Oliveira, mestre lapidário; Floriano Trayer, oficial de vidraça; Joaquim Matias Pedrosa e Severiano Matias, oficiais de cristal. Dias depois, o rei eleva a povoação a vila. (Relativamente a esta e outras visitas régias, ver o capítulo sobre a Freguesia da Marinha Grande).

Para alargar o comércio dos vidros, que produzia em grandes quantidades e a preços reduzidos em cerca de 30%, devido à modernização dos processos, a empresa abriu estabelecimentos de venda directa ao público em Lisboa (R. Direita de S. Paulo, 70 e 72, Praça D. Pedro V, 22 e 23), no Porto (R. Sá da Bandeira, 26 e 28), no Funchal (Casa Camacho & Irmão) e em Évora (Praça do Giraldo).

Aproximando-se a data limite do contrato (6 de Junho de 1894), o Governo mandou em 12 de Setembro de 1893 proceder à avaliação da Fábrica e publicar em 27 do mesmo mês e ano os éditos para novo arrendamento, cuja licitação seria feita em 10 de Março de 1894.

Concorreram duas propostas: uma do arrendatário em exercício (Empresa da Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande) e outra da Parceria Bracourt. Saiu esta vencedora, por ter oferecido 12 contos de réis de renda anual, montante muito superior à proposta do outro concorrente.

7 de Janeiro de 1894 a 18 de Junho de 1895

184

Por a Fábrica necessitar de grandes obras de restauro dos principais edifícios, sobretudo nos telhados, que ameaçavam ruína, mandou o ministro da Fazenda (Mariano de Carvalho) proceder a essa reparação, pedida por uma comissão de operários que se havia deslocado a Lisboa.

Durante o tempo dessas reparações a laboração foi interrompida, ficando o pessoal a receber subsídio²⁵⁸ e, graças à boa vontade do então chefe da 3ª Circunscrição Florestal, Joaquim Ferreira Borges, a desempenhar trabalhos no Pinhal Real: limpar aceiros, fazer desbastes e rondas de vigilância para evitar possíveis incêndios.

19 de Junho de 1895 a 20 de Junho de 1896

Em conformidade com os resultados da licitação feita em 10 de Março de 1894, foi a Fábrica entregue à Parceria Bracourt. Passado um ano, alegando que não suportava os encargos com o arrendamento, esta pediu a rescisão do contrato, que lhe foi concedida.

Logo no dia seguinte, 22 de Junho de 1896, o Governo manda pôr de novo em praça o arrendamento (DG nº 137), exigindo renda anual de 2 500 000 réis, além de várias alterações ao contrato anterior.

Nesta altura os operários da Fábrica propõem-se arrendá-la por 30 anos, em condições que indicavam. No entanto, por razões desconhecidas, não foi esta proposta avante, tendo o governo entregue a Fábrica à Companhia da Nacional e Nova Fábricas de Vidros da Marinha Grande.

21 de Junho de 1896 a 3 de Fevereiro de 1901

Desta companhia eram principais accionistas Carlos Soares Cardoso, Carlos Augusto Pereira e Adolfo Burnay, todos administradores.

A companhia era à altura proprietária da Fábrica Nova (hoje IVIMA), onde tinha sede e, ao arrendar a Real Fábrica, ocasionou graves conflitos. Os operários desta viam a “sua” Fábrica ser transferida, aos poucos, para a Fábrica Nova, para onde ia tudo o que de bom houvesse, incluindo o próprio pessoal.

Em 1899 chegou ao conhecimento do Governo o mal-estar que se vivia na Marinha Grande devido a esses conflitos, o que levou a proceder, em 8 de Fevereiro de 1899²⁵⁹, a uma vistoria em que se confirmaram as faltas da Administração: a Fábrica encontrava-se em completo estado de abandono, não existindo serviço contra incêndios nem pessoal habilitado para os combater; o pessoal operário, sem condições, só trabalhava três dias por semana; não existia pessoa habilitada para dirigir e administrar o estabelecimento, não havendo sequer pessoas com quem contactar; o movimento fabril era o mais restrito possível.

Entre os operários reinava o maior descontentamento, não só pelo aspecto económico, mas pela rivalidade criada entre o pessoal das duas fábricas.

3 de Fevereiro de 1901 a 21 de Agosto de 1907

A 3 de Fevereiro de 1901, devido a ter entrado na sociedade a Empresa Vidreira Lisbonense, de Braço de Prata, formou-se uma nova firma, denominada Henry Burnay & C^a, que ficou a administrar as três fábricas.

A primeira grande decisão tomada foi a de fechar a fábrica de Braço de Prata e transferi-la para a Marinha Grande. Vieram todos os operários, que se instalaram na Nacional, num novo forno aí construído para produzir artigos de iluminação, sector em que eram especializados.

A direcção técnica da Fábrica foi entregue a Guilherme d’Orey, e a da Fábrica Nova a António de Magalhães Júnior (que antes dirigia as duas), ficando determinado que o cristal passasse a ser produzido só na Nova e a vidraça e artigos para iluminação só na Nacional. Essa decisão originou grandes conflitos entre a Administração e os trabalhadores, pois os cristaleiros da Nacional temiam perder as regalias deixadas por João Diogo Stephens e os vidreiros da Nova, acostumados a trabalhar em instalações mais recentes²⁶⁰, temiam ter que trabalhar, na Nacional, em piores condições.

Entre outros jornais, *O Século*, no seu número de 06.10.1905²⁶¹, levantou o problema, alertando o Governo para as anomalias que se passavam na Marinha Grande. O Governo publicou uma portaria que garantia ao pessoal deslocado da Fábrica a manutenção dos seus direitos e nomeou uma comissão para examinar o modo como se estava a processar o arrendamento. Faziam parte dessa comissão o conde de Mangualde, Rodrigues Nogueira e Pedro Rebelo da Cunha e Silva, que iniciaram os seus trabalhos em 22 de Julho de 1905.

A portaria entretanto elaborada atenuara o conflito, enquanto o extenso relatório elaborado pela comissão confirmava parte das queixas apresentadas pelos operários. A Fábrica mantinha apenas 262 operários (123 cristaleiros e 139 vidraceiros) dos quais somente 154 tinham garantias. Embora construído pelo francês Pedro Durão (técnico de reconhecido valor que tinha vindo de Braço de Prata) o forno para artigos de iluminação era insuficiente para manter em boas condições de trabalho todo o pessoal. Ao voltarem à Fábrica, os cristaleiros que em 1902 haviam sido mandados para a Nova não haviam encontrado os velhos fornos, ficando por isso com trabalho reduzido e sem subsídio²⁶²; outros operários sentiam-se perseguidos por parte do director, que lhes pagava por metade das tabelas. De modo geral, as secções fabris não tinham condições de trabalho e a empresa não organizara, ao contrário do estabelecido, a Caixa Económica, a Associação de Socorros Mútuos, a Cooperativa de Consumo e o serviço contra incêndios. Finalmente, o administrador Adolfo Burnay ameaçava fechar a fábrica Nova se o Governo resolvesse a contento dos operários as várias questões. Era parecer dessa comissão que, a demorarem-se as providências por parte do Governo sobre o assunto, o conflito poderia rebentar de novo, com gravíssimas consequências.

De facto, essas providências não foram tomadas, o que levou os operários a pedirem a intervenção do Governador Civil de Leiria. Assim, em 28 de Julho de 1906 o referido Governador Civil enviou ao Governo extenso relatório²⁶³ em que confirmava as razões que assistiam aos operários e a grave situação em que se encontravam 150 famílias, que havia mais de 10 meses não recebiam salários nem subsídios, acusando a empresa arrendatária de “má vontade” em relação aos operários, “empregando todos os meios para lhes cercear os seus interesses e garantias” e pedindo imediata rescisão do contrato.

22 de Agosto de 1907 a 15 de Setembro de 1908

Apesar deste relatório, só em 21 de Agosto de 1907 o arrendamento foi interrompido. Novo concurso foi anunciado em 20 de Outubro de 1907, não aparecendo nenhum interessado - julga-se que por serem do domínio público os graves acontecimentos surgidos entre operários e patrões. Outras praças foram realizadas, em 26 de Outubro de 1907, 5 de Janeiro de 1908 e 1 de Junho de 1908, continuando a não aparecer interessados no arrendamento.

Entretanto, devido à longa paragem da Fábrica, os operários e a Marinha Grande passaram a maior crise de sempre. Sem dinheiro, a população passou fome. As dificuldades levaram os operários, em Maio de 1908, acompanhados pelas famílias, a deslocarem-se junto ao Governo Civil de Leiria para pedirem providências. Aí se mantiveram durante 10 dias. O quadro era tão impressionante que o *Diário de Notícias* mandou um repórter a Leiria para fazer a cobertura do acontecimento (notícia publicada em 04.05.1908). Também Joaquim Barosa, no seu livro *Memórias da Marinha Grande*, diz ter assistido a essa pungente manifestação, que descreve dizendo:

“Foi triste e grande a romaria nos dez dias que os operários e suas famílias estiveram às portas do Governo Civil em Maio de 1908, pedindo providências ao chefe do Distrito sobre a desgraçada e tão demorada questão da fábrica, e acompanhados de seus filhos a chorar, sem pão, com fome, quando a fome é tão má conselheira quando bate à porta... que não podiam por mais tempo viver de ilusões e evasivas respostas do Governo.”

O Governador Civil deu aos operários donativos em dinheiro para comida, mandou servir-lhes refeições pelo quartel de Infantaria 7, deu 5 000 000 réis que a Empresa anterior tinha depositado de caução e garantiu arranjar-lhes trabalho nas sementeiras do Pinhal Real e na abertura da nova estrada da Marinha Grande à Nazaré, a britar pedra - para o que destinou a verba de 1 500 000 réis. Depois de receberem essas garantias, os vidreiros retiraram para a Marinha Grande, reconhecidos e agradecidos. Durante os 10 dias que permaneceram em Leiria tinham recebido, por parte das populações da Nazaré, Leiria, Vieira e outras terras vizinhas, grandes provas de solidariedade humana, em donativos de toda a espécie.

Pouco tempo depois, chegou à Marinha Grande a triste notícia de que, não tendo aparecido interessados no arrendamento da Fábrica, o Governo, então chefiado por Ferreira do Amaral, pensava vendê-la em hasta pública, o que levou os operários a formarem uma comissão para ir a Lisboa, pedir o adiamento dessa resolução por dois meses, para tentarem eles arranjar um novo arrendatário. Sendo atendidos, logo enviaram o seu colega Silvério José Oliveira contactar em Oliveira de Azeméis António Bastos Nunes, que prometeu formar uma sociedade para arrendar a Fábrica.

16 de Setembro de 1908 a 7 de Abril de 1919

Modificadas em parte as condições do arrendamento e organizada a sociedade, composta por António de Bastos Nunes, Francisco Xavier Esteves, Júlio Vieira da Cruz, Sebastião Aguiar, António Ferreira de Freitas e outros, sob a denominação de Empresa Exploradora da Antiga Fábrica Nacional de Vidros da Marinha Grande, SARL, pôs o Governo a Fábrica novamente a concurso, segundo anúncio publicado no *DG* nº 198, de 4 de Setembro de 1908.

Foi arrematada por dezanove anos, em 16 de Setembro de 1908, pela Empresa atrás citada, que pagaria 765 000 réis de renda anual, recebendo 15 000 esteres de lenha do Pinhal Real ao preço unitário de 51 réis e ficando ainda com direito a todos os cepos de árvores cortadas no Pinhal, a 10 réis cada.

Foi nomeado director técnico Ricardo Lopes da Cruz, sendo os restantes sócios nomeados gerentes. A nova Empresa começou por dar 3 dias semanais de trabalho, em arrumações e limpezas, a todo o pessoal desocupado, até que começaram a trabalhar os fornos, o que se verificou em 8 de Março de 1909 no forno de vidraça e em 14 de Junho no de cristal.

Durante os primeiros cinco anos de administração tudo correu bem na Fábrica e o pessoal estava satisfeito. A empresa comprou na Alemanha maquinaria moderna: máquinas de lapidar fundos, de lapidar facetas e de lapidar gomos direitos e em órgão, máquinas *Guillicher* e máquina de queimo, rotativa, com capacidade para queimar diariamente 8 000 copos ou cálices ou 5 000 chaminés. Com toda essa maquinaria veio também o técnico Wenzel Hermaneth, para proceder à montagem, acabando por ser nomeado director técnico e compositor. Em Junho de 1912 mandou ainda a empresa instalar electricidade em toda a fábrica.

Com a saída do director Wenzel Hermaneth, que teve de voltar ao seu país por causa da I Grande Guerra, tudo se modificou. Começaram também a surgir graves problemas económicos e sociais, uns devidos à Guerra, outros à mudança do regime político em Portugal²⁶⁴. O certo é que a Fábrica, por má administração, começou a degradar-se. Era o salve-se quem puder. Para outras fábricas foram saindo máquinas, prensas, moldes e utensílios de toda a ordem. Até antigos moldes, em bronze, foram fundidos. Debalde o

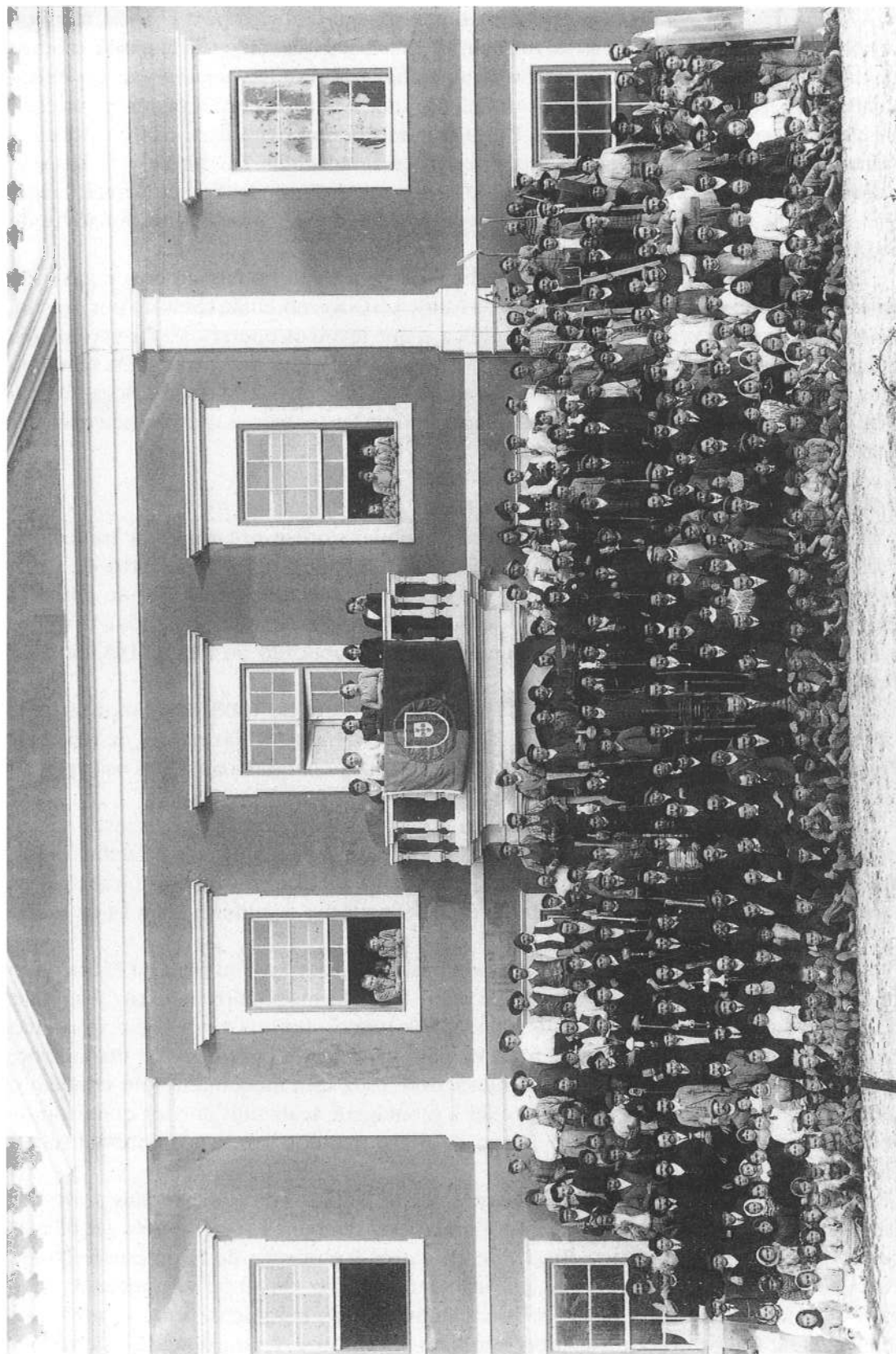


Fig. 111 - Os operários da Fábrica. Maio de 1913.

pessoal formou piquetes de vigilância para impedir os roubos, dormindo, muitas vezes com as famílias no lajedo das oficinas. Consta ainda que também desapareceu a cobertura de chumbo do Palácio²⁶⁵.

Perante tão ruínosa administração, o governo viu-se forçado, em 7 de Abril de 1919, a rescindir o contrato de arrendamento. Diz-se que um dos últimos administradores da sociedade arrendatária, enfurecido por essa decisão, teria dito, à saída da Fábrica: “Fiquem descansados, que eu ainda farei da Marinha Grande uma charneca...”.

12 de Abril de 1919 a 4 de Janeiro de 1928

Após a rescisão deste contrato, o Governo considerou que a exploração da Fábrica através de arrendamentos não trazia senão inconvenientes ao Estado, ao desenvolvimento da indústria e aos trabalhadores. Assim, decretou (Lei 5406, de 12 de Abril de 1919) a entrega da Fábrica a uma Comissão Administrativa, composta por três operários, dois vereadores do Município local e dois representantes do Estado (um técnico e outro administrativo), sob tutela do Ministério do Trabalho.

A referida lei previa a distribuição dos lucros da Fábrica (uma vez pago o empréstimo então concedido) pelos assalariados e pelo Estado (que os aplicaria “em obras de progresso social”, de preferência no concelho), assim como acesso a crédito com aval do Governo em caso de prejuízos não decorrentes de má gestão. Foi também publicado, em 19 de Abril de 1919, o Decreto nº 5 416, contendo o regulamento da Comissão Administrativa - elaborado pelo Ministro Dias da Silva, conhecido por “camarada Augusto”²⁶⁶.

Da análise desse regulamento verifica-se que a intenção do Governo era a socialização da fábrica. 10% dos lucros ficariam num fundo de reserva, 5% remunerariam os operários e vereadores membros da Comissão Administrativa (os representantes do Estado receberiam anualmente 1 500\$00, em duodécimos) e 30% seriam distribuídos pelos assalariados, em função do salário e dias de trabalho de cada um. Outra parte destinaria-se à construção de um bairro operário, cujas rendas não seriam superiores a 8\$00 mensais incluindo o consumo de água, e a despesas com escolas primárias, cantinas, teatro, Casa de Saúde, balneário, campo de jogos e piscina. O Regulamento estabelecia que os representantes do Estado tinham nomeação vitalícia, enquanto os restantes membros da Comissão eram eleitos por três anos e por escrutínio secreto, dentre os vereadores locais e dentre os operários da Fábrica. Também os chefes de secção passariam a ser eleitos pelos operários do respectivo serviço.

A Comissão ficou constituída pelo Dr. José António da Costa Júnior (presidente) e engº José Maria de Campos Melo (representantes do Estado), Joaquim Augusto Ferreira de Moraes e João da Silva Galo (representantes da Vereação), Joaquim Carvalho de Oliveira, Joaquim Freitas Nobre e Joaquim Marques de Oliveira (representantes dos assalariados, sendo o último nomeado secretário). Esta composição sofreu depois várias alterações, principalmente substituição dos representantes do Estado.

Tomaram posse da Fábrica em 3 de Maio de 1919, nomeando subchefe da direcção Joaquim Martins Pereira e guarda-livros José Gregório de Almeida. A laboração do forno iniciou-se em 4 de Outubro de 1919 e abriram-se escritórios em Lisboa e no Porto, respectivamente na Praça dos Restauradores, nº 13, - 3º, e R. Cândido dos Reis, nº 39.

O primeiro relatório da Comissão Administrativa, publicado em 1921, afirma que até aí os resultados não haviam sido satisfatórios, porque a Fábrica fora entregue em estado deplorável, não chegando os trinta contos do empréstimo estatal para tudo o que havia a fazer. Tinham encontrado:

“os armazéns, as oficinas com os pavimentos em péssimo estado, os telhados rotos, os madeiramentos aqui e além a desabar; na oficina o forno de estenderia de vidraça quase em destroços, semelhança perfeita de um cataclismo de invasão, e por entre os destroços, a erva crescendo como documento iniludível de abandono. Máquinas, ferramentas, moldes, utensílios, desaparecidos em detrimento da rápida função fabril que era mister exercer. Os canais por onde seguiam as águas para a Fábrica num estado deplorável - ou arrombados ou entulhados ou sem a pedra que os revestia. Um moinho isolado, conserva-se de pé, pode dizer-se por milagre. Na Cerca, a vinha, o arvoredado sem tratamento, a terra abandonada, tudo apresenta, na sua nudez, o libelo tremendo contra a destruição evidente. No Palácio, que albergara faustosamente alguns reis e infantes de Portugal, as paredes nuas de adornos, nenhuma mobília e nos belos estuques as manchas largas que as águas das chuvas, encaminhadas pelas roturas dos telhados, alastravam danosamente”.

Estas razões, aliadas às crises económicas após a Grande Guerra e à greve dos transportes ferroviários que impediu a expedição de vidro, originaram situações que a Comissão não conseguiu ultrapassar. A laboração passou a ser intermitente, porque uma vez faltava a lenha outra faltavam as matérias-primas. O pouco vidro produzido mal chegava para entregar aos operários como pagamento (estes vendiam-no ao desbarato a armazenistas locais ou trocavam-no por víveres). Ocorriam conflitos no seio da Comissão Administrativa, já reduzida aos delegados dos trabalhadores: por razões económicas, alguns não queriam continuar e procuraram trabalho noutras empresas; por sua vez, os que ficaram tiveram que formar piquetes de guarda à Fábrica para tentar evitar desvios de vidro, materiais e ferramentas.

Os clamores do pessoal, as queixas dos fornecedores e as manobras dos industriais vidreiros deram ao problema tal importância que o Governo, aproveitando uma paralisação em Outubro de 1923, pensou em fechar a fábrica de vez, vendendo-a e distribuindo o respectivo valor pelos operários. Tal não se concretizou devido à acção do jornalista marinhense Alfredo Ferreira Gândara, que abriu forte campanha²⁶⁷ em defesa da manutenção da Fábrica pelo Estado. Por essa altura, em 10 de Junho de 1924, a Câmara Municipal elaborou um projecto, que enviou ao Ministro do Trabalho, reivindicando a entrega da Fábrica ao poder local. Esse projecto foi publicado no jornal *O Mensageiro*, com o título “Manifesto ao proletariado da Marinha Grande”.

190

Desconhecemos qual teria sido a reacção do Governo a este “Manifesto”, mas logo em 3 de Julho de 1924 é publicado o decreto-lei nº152, que nomeia novo representante do Governo junto da Comissão Administrativa: o engº químico Acácio Calazans Duarte.

Foram de expectativa, tanto por parte de Calazans Duarte como por parte dos trabalhadores, os primeiros tempos do seu trabalho como Presidente da Comissão Administrativa. Contudo, homem de rara inteligência e grande cultura, afável e carinhoso, rapidamente se impôs como pessoa de respeito, granjeando a simpatia de todo o pessoal e procurando cautelosamente inteirar-se da má situação da fábrica. Lenta mas seguramente, foi transformando tudo. Pouco tempo depois, com a ajuda do pessoal, já confiante e com esperança no futuro, iniciou a recuperação das degradadas oficinas e o saneamento da economia da fábrica.

5 de Janeiro de 1928 aos nossos dias

Passados cerca de cem anos de arrendamentos, quase sempre nefastos para a fábrica e para os trabalhadores, o Governo delibera administrar directamente a Fábrica que João

Diogo Stephens legara à Nação.

Assim, em 5 de Janeiro de 1928, pelo Decreto nº 14 834, manda que a Fábrica seja entregue a um administrador, coadjuvado por uma Comissão Consultiva de que façam parte: um inspector, do Corpo de Engenharia Industrial (presidente), o administrador, um operário da Fábrica, um delegado da Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, o director da 8ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública e um vereador do Município local. A tutela passava a ser exercida pelo Ministério do Comércio e Comunicações, através da Direcção Geral das Indústrias. O decreto considerava pagos os 30 000\$00 emprestados pelo Estado em 1919 à extinta Comissão Administrativa e punha anualmente à disposição do estabelecimento a importância correspondente a 15 000 esteres de lenha. Calazans Duarte passava a administrador.

O novo Regulamento da Fábrica subordinava a autorização governamental qualquer tipo de alienação de terrenos ou dependências do estabelecimento. Noutro plano, definia a obrigatoriedade de frequência, com aproveitamento, das aulas de desenho (pelo menos) da Escola Industrial para os aprendizes das oficinas de decoração, e de frequência da escola nocturna de instrução primária da Fábrica, para os menores analfabetos seus empregados.

Até 1954 funcionou a Fábrica no regime imposto pelo Decreto nº 14 834, sempre tendo como administrador o engº Acácio de Calazans Duarte. A partir daí, por força do Decreto n.º 39 840, de 4 de Outubro de 1954, sofre grandes modificações estruturais e administrativas, com vista a funcionar como centro impulsionador do progresso e aperfeiçoamento da indústria vidreira nacional, passando a denominar-se Fábrica Escola Irmãos Stephens - FEIS.

Assim, a lei determinava que a produção da Fábrica passaria a fazer-se de cristalaria de qualidade, incorporando “a maior soma possível de trabalho artístico” (mediante acordos com a Escola Nacional de Belas-Artes, instituições congêneres e artistas consagrados); que nas oficinas seriam proporcionadas condições de aprendizagem a vidreiros e técnicos; que seria estabelecido intercâmbio com a Escola Industrial, proporcionando lições aos operários e acesso às oficinas aos alunos do Curso Complementar de Vidraria; que a Fábrica se dotaria de laboratório e museu. Ficou também estabelecida a nova composição da Comissão Consultiva: um engenheiro, com o posto de inspector superior da Direcção Geral dos Serviços Industriais, que presidiria; o administrador; o chefe da Repartição de Património da Direcção Geral da Fazenda Pública; um representante do Grémio Nacional da Indústria Vidreira; o director da Escola Industrial (ou seu delegado); um operário da Fábrica, designado pelo respectivo Sindicato. Todos os assalariados ficavam expressamente proibidos de exercer, fora do estabelecimento, a indústria ou o comércio de vidros ou cristais.

Em 23 de Janeiro de 1959, o Governo entregava a superintendência da Fábrica ao Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII), formado na mesma data.

O Instituto, de que era director-geral o engº Magalhães Ramalho, procedeu a novas remodelações nas estruturas administrativas, afastando o “velho” engº Doutor Acácio de Calazans Duarte, que durante aproximadamente 40 anos administrara superiormente a Fábrica, e que o povo da Marinha Grande considerara o restaurador da obra dos Stephens²⁶⁸. Calazans Duarte saiu em 18 de Agosto de 1966, sucedendo-lhe o Dr. José Garcia Júnior, que tomou posse em 10 de Novembro de 1967 e exerceu o mandato até 2 de Janeiro de 1975, data em que foi exonerado e regressou aos quadros do INII.²⁶⁹

No dia 14 de Fevereiro de 1970 encerraram as comemorações do II Centenário da Fábrica, com presença do presidente da República. Foram distribuídas aos assalariados medalhas de ouro, prata e bronze, conforme os anos de serviço: cinquenta, quarenta ou trinta.²⁷⁰

A FEIS foi declarada empresa pública (EP) em 14 de Maio de 1977.²⁷¹

2. Outras fábricas marinhenses²⁷²

Foi à volta da velha fábrica dos Stephens que a indústria vidreira mais se implantou, no concelho da Marinha Grande e arredores. Aí se constituíram as fábricas seguintes.

a) Fábrica de Vidros de Vieira de Leiria

Fundada por Manuel Joaquim Afonso e José da Silva Virgolino, no sítio do Cais²⁷³, junto ao rio Liz, por volta de 1840. Fabricou somente vidraça, durante cinco anos, tendo fechado por os seus proprietários terem tomado de arrendamento a Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande, em Outubro de 1848. Trabalhou ainda até 17 de Maio de 1849, data em que foi abandonada definitivamente.

b) Fábrica de Cristal de José Ferreira Custódio²⁷⁴

Depois da Real Fábrica, foi esta a mais antiga vidreira fundada na vila da Marinha Grande. Mandou-a construir José Ferreira Custódio, pai do grande marinheiro José Ferreira Custódio Júnior.

Estava situada na actual R. Alexandre Herculano, em terrenos contíguos à residência do proprietário (onde é hoje a Farmácia Roldão). Teve pouca duração e não chegou a desenvolver-se, por falta de capital. Produziu cristal ordinário, num pequeno forno à portuguesa.

Mais tarde fechou e foi desmantelada. Dela não existem quaisquer vestígios.

c) Fábrica de Vidraça da Guarda Nova

Fundada em 1874, na Guarda Nova (nos terrenos hoje correspondentes à Estrada de S. Pedro de Muel, nº 133). Foram seus fundadores José Ferreira Custódio, José Salgueiro, Manuel Neto, Manuel Brás, Simão Marques das Neves, Joaquim das Neves e José Ferreira Domingues.

Trabalhou cerca de dois anos na produção de vidraça, utilizando um pequeno forno à portuguesa.

Devido à concorrência que fazia à Nacional, então arrendada à empresa encabeçada pelo conde de Azarujinha, foi por esta adquirida, fechada e desmantelada. Ainda se podem ver na referida propriedade alguns vestígios dessa fábrica.

d) Fábrica de Vidraça do Engenho

Não se conhecem elementos históricos sobre a vida desta fábrica, pelo que nos limitaremos ao que nos diz Joaquim Barosa no seu livro *Memórias da Marinha Grande* e a um ou outro facto transmitido por pessoas idosas, que o ouviram a seus avós.

A fábrica foi fundada cerca de 1877²⁷⁵ por Adolfo Burnay (mais tarde director da Companhia da Nacional e Nova Fábricas de Vidros da Marinha Grande). Trabalhou por vários períodos, durante dois anos.

Estava situada nos terrenos hoje pertença da família Serra, entre a estrada e o Parque do Engenho. Dela não existem vestígios.

e) Fábrica de Vidros “A Central” (J. Ferreira Custódio e C^a Lda.)

Fundada em 1893, pelos irmãos José Ferreira Custódio Júnior, tabelião e proprietário, e António Ferreira Custódio, funcionário do Banco de Portugal, e ainda pelo cunhado de ambos António de Oliveira Morais, caixeiro na Real Fábrica de Vidros.

Iniciou laboração em 23 de Junho²⁷⁶ de 1894, com um forno à portuguesa de seis

potes. Dedicou-se ao fabrico de frascaria, garrafas, artigos de iluminação e uso doméstico e, incidentalmente, vidraça. Em 1920 construiu o seu primeiro forno a gás de lenha, com recuperação, de quatro pots. Em 1967 introduziu como combustível o *fuel oil*.

Em 12 de Junho de 1971 a família Custódio de Morais, em face da crise vidreira, vendeu a fábrica a uma sociedade constituída por Edilásio Carreira da Silva, Francisco de Jesus de Sousa, Dr. José Henriques Vareda, José Manuel Ferreira Barroca e José da Silva Marques. Trabalhou algum tempo sob a administração dessa sociedade.²⁷⁷

f) Fábrica Nova

Fundada pelo conde de Azarujinha e pelo visconde da Graça (que tinham sido arrendatários da Real Fábrica entre 1864 e 1894), na actual Av. 1º de Maio. Em 9 de Abril de 1894 lançou-se a primeira pedra, começando a laboração em 5 de Janeiro de 1895²⁷⁸.

Erguida segundo a traça de António José de Magalhães Júnior, que foi também seu director técnico até cerca de 1914 - data em que saiu para montar a fábrica Marquês de Pombal - é ainda hoje uns dos melhores edifícios da vila²⁷⁹.

Pertenceu à Companhia da Nacional e Nova Fábricas de Vidros da Marinha Grande²⁸⁰.

Foi comprada pela CRISAL em Março de 1972²⁸¹.

g) Fábrica de Vidros de Santos Barosa & Cª, Lda.

Fundada em 1889 por José dos Santos Barosa, seu irmão Jacinto dos Santos Barosa e Ricardo dos Santos Galo, que oferecem depois sociedade a Manuel dos Santos Barosa (irmão dos dois primeiros), Carlos dos Santos Galo e Luiz Salvador. Dentre todos, apenas os dois primeiros não eram oficiais vidreiros (Manuel Barosa estendedor de vidraça, oficiais de vidraça os restantes)²⁸². A partir de 1899 José dos Santos Barosa torna-se único proprietário. Santos Barosa reclama em 1890 a criação da escola Industrial.²⁸³

h) Fábrica de Vidros Ricardo dos Santos Gallo²⁸⁴

i) Almeida, Morais & Cª Lda. (mais conhecida por “Fábrica dos Teimosos”)

Esta sociedade, formada no dia 2 de Março de 1905 por doze sócios, que eram Arnaldo José Almeida, Francisco Afonso Taibner de Morais, Joana Virgolino Taibner de Morais, José Simplício de Sousa Virgolino, José Pires de Albuquerque, João Guerra Pedrosa, João da Silva Sousa, Manuel Joaquim dos Santos, Manuel Jorge Marçal, Dr. António Fernandes Gaspar, Gervásio da Silva Neto e João Augusto de Sousa Virgolino, iniciou a construção da fábrica em 5 de Maio de 1905, começando a laboração em 28 de Dezembro do mesmo ano.

A gerência da Fábrica ficou entregue aos sócios José Simplício de Sousa Virgolino e José Pires de Albuquerque. Estava situada na actual Rua de Vieira de Leiria, no extremo sul da Fábrica Ricardo Gallo.

Durante os primeiros 12 anos de laboração só produziu vidraça. A partir de Agosto de 1917 introduziu também o fabrico de garrafaria, branca e preta, garrafões empalhados e chaminés tipo *Colonial*.

A fábrica foi considerada uma das mais bem equipadas da Marinha Grande: possuía modernos fornos construídos pelo francês Pedro Durão, que viera da fábrica de Braço de Prata. A qualidade impunha os seus produtos.

Devido à greve decretada pelos trabalhadores em 1911 reivindicando melhores salários, a que a administração respondeu com a vinda de operários belgas para os substituir, geraram-se grandes conflitos. O patronato pediu apoio de tropas de Leiria, que chegaram

a estar acampadas dentro da fábrica, durante alguns dias. O conflito acabou por ser sanado com a vitória dos operários. Em consequência desse conflito, o principal sócio, Arnaldo José de Almeida vendeu a sua cota e impôs que o seu nome não figurasse mais na firma, passando a denominar-se “A. Morais e C^a. Lda.” a partir de 13 de Março de 1911.

A fábrica acabou por ser vendida em 1926 a Ricardo dos Santos Galo²⁸⁵.

j) Fábrica de Vidro de Guilherme Pereira Roldão²⁸⁶

Fundada em 1906, no lugar da Boavista.

k) Fábrica de Vidraça de Mariano Pereira Henriques (mais tarde Manuel Pereira Raposo)

Fundada em 1912, por Mariano Pereira Henriques, no lugar de Casal dos Ossos (actual R. de Goa, lado norte), para produzir normalmente vidraça.

A fábrica, que nunca chegou a ter grande projecção, trabalhou por conta de Mariano Pereira Henriques cerca de dois anos. Mais tarde, pelos fins de Dezembro de 1919, foi vendida ao industrial de padaria Manuel Pereira Raposo, genro de José Rodrigues Costa e Sousa. Dotada com um forno à portuguesa, recomeçou a trabalhar no fabrico de garrafas.

A inexperiência do novo proprietário, por um lado, e as dificuldades financeiras, por outro, levaram a fábrica à falência após cerca de dois anos de laboração. Acabou por ser vendida em praça. Hoje nem sequer existem vestígios dela, tendo os terrenos sido aproveitados para construção de casas.

l) Dâmaso Luiz dos Santos²⁸⁷

Fundada em 1913.

m) Fábrica de Vidros J. Morais & C^a

Fundada em 1916 por José Morais Matias (que foi um dos maiores oficiais cristaleiros da Marinha Grande) e seu irmão Joaquim Morais Matias, respectivamente pai e tio de dois irmãos que viriam a revelar-se grandes industriais vidreiros, muito contribuindo para o engrandecimento da Marinha Grande, erguendo várias fábricas: Acácio e Alípio das Neves Morais Matias.

A pequena fábrica, construída em terrenos onde hoje está instalada a Auto-Mecânica Lda., de Joaquim Domingues Gaspar (“Gasparito”), então pertencentes a Joaquim das Neves e Sousa²⁸⁸, sogro de José Morais Matias, iniciou-se com a produção de garrafas, chaminés, candeeiros e vários outros artigos.

Passado relativamente pouco tempo, julga-se que devido a razões económicas, a fábrica foi forçada a fechar. José Morais Matias empregou-se no Porto, Monte Pedral, como mestre vidreiro, numa fábrica de lâmpadas eléctricas. Faleceu em 1925 no Hospital da Trindade. Durante a sua estada no Porto estudara o fabrico de vidro neutro, deixando aos seus filhos os planos para uma fábrica de produção desse vidro, por eles aproveitados mais tarde.

n) Oliveira, Gomes Marques & C^a. Lda. (José de Oliveira)

Fundada em 20 de Novembro de 1916, tinha sede social em Lisboa, na R. 1^o de Maio, n^o 73, e fábrica na Marinha Grande, lugar dos Outeirinhos, na actual R. Alfredo Gândara, n^o 19 (mais tarde, aí foi montada a fábrica de vidraça de Carlos Pereira dos Santos). Foram sócios fundadores a firma comercial Gomes Marques & C^a Lda., representada por António Pinto de Azevedo e por Norberto Marques, e José de Oliveira e sua esposa, Carolina Nogueira de Oliveira.

Iniciou o fabrico de garrafas e garrafões em 13 de Maio de 1917.

Trabalhou regularmente até 1924, embora nos seus últimos anos tenha passado por grandes dificuldades financeiras, que a levaram à falência, decretada pelo Tribunal do Comércio de Leiria, em 19 de Fevereiro de 1925²⁸⁹, por não ter cumprido a concordata feita com alguns credores.

o) Fábrica Marquês de Pombal (Magalhães & C^a)

A sociedade proprietária desta fábrica foi fundada em 3 de Dezembro de 1914, realizando por cotas o capital social de 40 contos. Foram sócios: Dr. Afonso Lopes Vieira, António Rebelo de Andrade, Dr. José António Salvado Mota, António de Magalhães Júnior, Carlos Romeu Correia Mendes, João da Silva Ferreira, José de Sousa Neto, Joaquim Custódio Fêteira, Júlio Ramos, António José de Matos, João Francisco Alves, José Morais Matias, José Ferreira Gândara Júnior, Alberto Ferreira Gândara, João da Silva Galo, Albino Dias, Augusto José de Sousa, Manuel Pereira Pinto, Vicente Almeida Moreira, João de Magalhães Júnior, Joaquim Ferreira Galo, Ilídio Duarte de Carvalho, António Dias de Sousa, Francisco de Sousa Banqueiro, José Franco Júnior, António de Almeida Galo, Carlos Neto de Magalhães e Joaquim Matias Pedrosa.

A construção da fábrica foi logo em seguida iniciada, sob direcção de António de Magalhães Júnior, experimentado técnico que já anteriormente dirigira a construção da Fábrica Nova, em 1894 (ver notas biográficas no *Jornal da Marinha Grande* de 08.03.1974, da autoria de Edmundo Órfão).

A laboração iniciou-se no dia 20 de Agosto de 1917, agora sob direcção técnica de João de Magalhães Júnior, sobrinho de António de Magalhães Júnior e, como ele, também grande artista vidreiro. Rodeou-se dos melhores vidreiros da época, vindos da Real Fábrica e da Fábrica Nova, como José da Silva Roque, José Morais Matias, Albino Dias, etc., que a transformaram na melhor fábrica de cristais da Marinha Grande. O jornal *O Marinbense*, no seu número de 09.08.1919, referia-se à fábrica Marquês de Pombal dizendo: “Reconhecida como a mais modelar desta vila e cujos produtos de cristal são muito apreciados pelo seu excelente fabrico, pelos modelos artísticos e pelos lapidados de fino gosto, continua na maior actividade.”

Mas não foi só no campo artístico e técnico que a fábrica progrediu. Também no campo social realizou obra de vulto: em 1919, tal como estava previsto na escritura da sociedade, distribuiu pelos empregados e operários 15% dos lucros (a importante soma de 6 000\$00) durante uma festa em que actuou a banda de música recentemente formada pelos operários.

Em 25 de Maio de 1920 o capital da sociedade foi elevado para 180 contos.

Em Julho de 1924 a fábrica concorreu à Exposição Internacional do Rio de Janeiro, onde foi premiada com diploma de honra, pela categoria dos produtos apresentados.²⁹⁰



Fig. 112 - Anúncio da imprensa nacional da Fábrica Marquês de Pombal, com referência ao Diploma obtido na Exposição Internacional do Rio.

p) Fábrica de Vidros de Monte Redondo

Foi fundada em 1918 por José Soares da Silva, junto à estação ferroviária de Monte Redondo.

Produziu durante ano e meio garrafas para embalagem de vinhos, em vidro verde e preto²⁹¹. Laborava com um forno de 4 potes, em que trabalhava pessoal ido da Marinha Grande e de Oliveira de Azeméis.

Fechou definitivamente por volta de 1919, por razões desconhecidas. (Aliás, é fácil compreender essas razões, pois o fabrico de garrafas em forno a potes não podia ser rentável).

No sítio existem ainda vestígios desta fábrica: a grande chaminé e o bairro operário destinado a habitação dos vidreiros.

q) Fábrica de Vidros Gomes & C^a

Fundada em 6 de Novembro de 1918, por Júlio Rodrigues Gomes e Joaquim Morais Matias, na propriedade onde tinha existido a fábrica de J. Morais & C^a.

Essa grande propriedade, que fora adquirida por Júlio Rodrigues Gomes, vindo a ser conhecida por “Quinta do Gomes”, compreendia grande parte dos terrenos que ladeiam a Av. do Vidreiro, entre a R. da Mãe d’Água e a Av. 1^o de Maio, onde estão instalados a Rodoviária, os Correios, a Auto-Marinhense, etc..

A fábrica, que na altura podia considerar-se modelar e bem equipada, possuía um grande forno a tanque, construído por Manuel Henrique Júnior, conceituado mestre da antiga Fábrica da Amora, mandado vir para Marinha Grande para esse fim. Produziu especialmente garrafas e garrafões em vidro preto.²⁹²

r) Sociedade Vidreira Marinhense (Joaquim Ferreira Domingues)

Esta fábrica é hoje uma das mais importantes no sector do vidro para embalagem, propriedade da CIVE - Companhia Industrial Vidreira, EP²⁹³.

Foi fundada em 1919 por Joaquim Ferreira Domingues, de sociedade com Balbina Leão de Oliveira, Amélia Leão de Oliveira, António da Silva Frazão e Manuel Henriques de Carvalho - principal accionista da fábrica de cerveja *Portugália*.

Situada na actual Av. 1^o de Maio²⁹⁴, começou por fabricar garrafas para cerveja.

Nos primeiros tempos, devido à crise por que passava a indústria cervejeira, passou por grandes dificuldades, que a levaram à total paralisação. Em 1921, ainda em plena crise vidreira, Joaquim Domingues, para salvar a sua fábrica, fez uma fusão com a fábrica Gomes & C^a, sua concorrente, e que também se encontrava parada devido à crise, formando ambas a Empresa das Fábricas da Marinha Grande, que passou a laborar nas instalações da Gomes & C^a²⁹⁵. Essa nova empresa passou a fabricar, para além de garrafas, todo o género de vidraria: jarros, canecas, candeeiros, chaminés, e também, numa última tentativa de sobrevivência, até cilindros para vidraça que, por falta de forno de estender, mandavam abrir nas instalações da Fábrica Nova - o que agravou ainda mais a já péssima situação financeira da nova empresa, que acabou por fechar.

Em 1922, Joaquim Ferreira Domingues associou-se com Abel Pereira da Fonseca para a produção de garrafas para embalagem de vinhos. Trabalhou durante algum tempo nessa situação, mas a sociedade acabou por ser dissolvida, por renúncia de Abel P. da Fonseca. De novo a pequena fábrica experimentou grande crise de trabalho e conseqüentemente também dificuldades económicas, que a levaram à beira da ruína.

Aflito mas não vencido, pois tinha forte carácter, temperado desde a mocidade,

Domingues correu a Lisboa, a expor a grave situação aos seus amigos Manuel Henriques de Carvalho e João Lencastre de Freitas. Estes, administradores da Sociedade Central de Cervejas, propuseram-lhe a formação de uma sociedade para arranque da sua fábrica. Nasceu assim a Empresa Produtora de Garrafas, Lda., na qual Joaquim Ferreira Domingues ficou com uma cota de 20% e ainda com uma pequena percentagem no lucro da exploração, além do cargo remunerado de gerente - auxiliado por um representante da SCC, Augusto Gomes Alves.

Após a morte de Joaquim F. Domingues, a 18 de Maio de 1940, foi seu filho Joaquim Antunes Ferreira quem o substituiu. Pouco tempo passado, a fábrica sofreu grande remodelação, tendo sido instalados um novo forno e várias máquinas de produção semi-automática. Foi nesse período que, por exigência do mercado, se iniciou também a produção de garrafas na cor amarelo-âmbar para embalagem de cervejaria, que até aí se fazia só em vidro verde.²⁹⁶

s) Sociedade Vidreira Lusitana, Lda. (de Emílio Galo)

Fundada em 19 de Abril de 1920 pela Sociedade dos Vinhos Vasconcelos Lda. e por Emílio Galo de Carvalho, com o capital de 50 000\$00, cabendo a cota de 35 000\$00 ao primeiro e o restante ao segundo. A gerência técnica foi entregue ao sócio Emílio Galo de Carvalho e a comercial ao sócio Sociedade de Vinhos Vasconcelos.

Em 20 de Junho de 1929, o capital social foi aumentado para 500 contos, em partes iguais para ambos os sócios.

A fábrica situava-se no lugar dos Matos, na Marinha Grande.²⁹⁷

t) Fábrica de Garrafas da Martingança, Lda.

Foi fundada em Janeiro de 1923, em Martingança-Gare, por uma sociedade composta pela Vidago e Pedras Salgadas (50%) e pela Companhia de Cervejas Estrela. O capital social era de 400 contos e o objectivo da fábrica era o fabrico de garrafas e afins.

Da vida da fábrica até 1944 nada se recorda ou conhece. Sabe-se que, por escritura de 20 de Fevereiro de 1944, publicada no *DG* nº 54, III série, a fábrica foi adquirida por uma nova sociedade, composta por Vidago, Melgaço & Pedras Salgadas, Companhia Portuguesa das Águas Salus, Alípio das Neves Morais Matias e Sociedade Produtora de Vidraça Prensada, Lda.

A fábrica foi totalmente remodelada, equipada com máquinas semiautomáticas *Simpson* e começou a laboração ainda nesse ano. Em Março do mesmo ano foram montadas mais 13 máquinas semiautomáticas, tipo *Shiler*. Em Abril de 1947 montou-se um novo forno a tanque, com capacidade para 5,4 toneladas/dia, alimentado a gás de óleo.

A Fábrica de Garrafas da Martingança, Lda., que foi na década de 1940 a maior produtora de garrafas em vidro preto, deixou de laborar em 30 de Dezembro de 1955, com a dissolução da sociedade e a entrega de todo o activo e passivo à associada Distribuidora de Garrafas e Garrafões, Lda., que ficou constituída depositária.

u) Cristal Produces, Lda. (Fábrica do Açúcar)

Fundada em 24 de Abril de 1923, com o objectivo de fabricar e comercializar vidro. Foram seus fundadores: Alfredo Luso & C^a, Sá Leitão & C^a, Chemical Produces, Lda., Júlio António da Silva, João Gonçalves Leal, António Dias de Sousa, Manuel Pereira Roldão e Daniel Augusto Queiroz Santos. Foram nomeadas gerentes as firmas Alfredo Luso & C^a e Sá Leitão & C^a; foi designado director técnico o sócio António Dias de Sousa.

A laboração durou pouco tempo, pois começou em 17 de Outubro de 1923 e terminou a 14 de Maio de 1924.

A fábrica situava-se no lugar da Benta, próximo da estação do Caminho de Ferro e, segundo se lê no n° 237 do Jornal *O Marinhense* de 6 de Novembro de 1923, estava bem montada e apetrechada. Durante cerca de 20 anos esteve fechada.²⁹⁸

v) José Morais Matias, Filho (Fábrica Portuguesa de Vidro Neutro)

Fundada em 1926, na Marinha Grande, Travessa José Domingues Eduardo, n° 2, por Alípio das Neves Morais Matias e seu irmão Acácio Morais Matias, a partir dos estudos desenvolvidos por seu pai, José Morais Matias, em relação ao fabrico de vidro neutro.

Esta fábrica é hoje considerada a mais importante no sector de vidros neutros brancos e amarelos, produzindo a partir de tubo embalagens para produtos farmacêuticos: ampolas para injectáveis, tubos para comprimidos, frascos para penicilinas, etc..

Totalmente mecanizada, está equipada com um moderno forno com capacidade para produzir cerca de 3 000 kg de tubo/dia, estirado automaticamente. Tem ainda várias máquinas, também automáticas, para transformação do tubo nos produtos referidos, e ainda maquinaria moderna para marcação dos mesmos.²⁹⁹

w) Fábrica Portuguesa de Abrasivos e Lixas

Fundada em 1939³⁰⁰ por Tomás Freitas Órfão, para produção de vidro moído destinado às indústrias de lixas e fósforos, que até aí o importavam.

Situou-se primeiro no Largo do Albuquerque, mudando depois para a actual Av. 1° de Maio, onde paralelamente³⁰¹ montou um novo sector: fabrico de peças para confecção de candeeiros e lustres, sob a firma referida a seguir.

x) Fábrica Produtora de Cristais e Lustres

Fundada em 1941, por Tomás Freitas Órfão, para o fabrico de pedras, pingentes e outras peças variadas para a confecção de candeeiros e lustres, cuja qualidade substituiu com êxito o que até aí era importado do estrangeiro.

Esta nova indústria, onde se iniciou também a lapidação das mesmas peças, despertou grande interesse, não só às grandes fábricas como a muitos transformadores de vidro (pequenas oficinas de lapidação), que acabaram por concorrer, por vezes deslealmente, com a Produtora de Cristais e Lustres, levando-a a ter de fechar.

Mais tarde, as instalações foram arrendadas à Cristaleira Marinhense, Lda. (dos "Arreventas").

y) Manuel Pereira Roldão & Filhos, Lda.

Fundada no ano de 1933 por Manuel Pereira Roldão, oficial cristaleiro de grande prestígio na Marinha Grande, que trabalhava na Fábrica Nova (Companhia Industrial Portuguesa).

Começou por ser uma pequena oficina artesanal, transformadora de tubo de vidro em artigos para laboratório, principalmente ampolas. Em 13 de Julho de 1934 foi-lhe concedido Alvará para montar o seu próprio forno, o que lhe permitiu auto-abastecer-se em tubo.

Por essa altura, Manuel Marques Roldão, filho do fundador e também vidreiro na Fábrica Nova, passou a colaborar com o pai. Dotado de grande espírito empreendedor, trabalhador incansável e incentivador, Manuel M. Roldão foi transformando a fábrica. Em 26 de Março de 1938 montou o primeiro forno para fabrico de frascaria para laboratório. Formou então uma sociedade, que adoptou o nome de Manuel Pereira Roldão & Filhos, Lda., composta por Manuel Pereira Roldão, com uma cota de 30 contos, e Manuel Marques

Roldão, Adriano M. R., Hermenegildo M. R. e José M. R., todos com cota de 12 contos cada.

A fábrica, situada no lugar do Casal da Formiga, rapidamente progrediu e se transformou numa importante cristaleira, dotada com bons fornos e moderno equipamento fabril. Em 24 de Dezembro de 1953 inaugurou novas instalações, após grandes obras e remodelações, tanto no campo técnico como social.

Apesar disso ou por causa disso, a empresa não suportou a crise vidreira de 1974, endividando-se de tal maneira que não conseguia empréstimos para compra das matérias-primas e óleos necessários à sua laboração nem para pagamento de salários. Nessa triste situação, não houve outra solução que não fosse a paralisação do trabalho, nos princípios de 1975. Os 600 trabalhadores, ameaçados pela miséria que se avizinhava, procuraram junto do Governo uma solução para o grave problema.

Em 4 de Março de 1975, o Conselho de Ministros emanou uma deliberação a esse propósito (publicada no *DG* nº 62, I série, de 14 de Março de 1975). Este diploma reconhecia a situação de falência técnica da empresa (com largas dívidas a instituições de crédito e à Previdência), assim como a existência de salários em atraso e o facto de os trabalhadores, com apoio do respectivo sindicato, terem adquirido o combustível necessário para o não apagamento do forno, de modo a não comprometer uma futura reactivação – uma vez que a administração se encontrava, desde o início do ano, afastada da empresa. Em consequência, e enquanto se aguardavam as conclusões dos trabalhos do grupo nomeado para a reorganização da indústria da cristalaria, entretanto criado por despacho conjunto das Secretarias de Estado da Indústria e Energia, do Tesouro e do Trabalho, era nomeada como comissão administrativa da empresa a comissão eleita pelos trabalhadores para esse efeito, constituída por José Jacinto da Silva Pereira, Arnaldo de Jesus Casaleiro, Gualter Morais, Vergílio Rosa Miranda, Manuel dos Santos Dinis, Reinaldo de Freitas Fidalgo e José Júlio Sousa Santos. Simultaneamente, accionava-se o processo de declaração de falência.

Mais tarde, o Estado, em Março de 1978, desintervencionou a empresa, permitindo que esta fosse vendida pelos antigos proprietários a Arnaldo Freitas de Oliveira (74%) e Fernando Rendeiro (25%)³⁰².

z) Carlos Pereira dos Santos, Lda.

Esta sociedade foi fundada em 22 de Fevereiro de 1934 pelos sócios Carlos Pereira dos Santos, com a cota de 140 000\$00, António José de Almeida Lima, com a cota de 20 000\$00, Abel Baptista da Fonseca, com a cota de 20 000\$00, Emília Pereira dos Santos Galo, com a cota de 10 000\$00, Joaquim Marques de Oliveira, com a cota de 10 000\$00, e Joaquim Teodósio Pedrosa, com a cota de 10 000\$00.

A fábrica foi instalada no local onde em 1917 existira a fábrica de garrafas de José de Oliveira, actual R. Alfredo Gândara, nº 19, tendo sido adaptada ao fabrico de vidraça.

O seu Alvará autorizava o fabrico de vidraça em cores e vidraça branca para espelhar. Nem uma nem outra coisa chegou a produzir, mas somente vidraça branca e telha de canudo.

Depois de se fundar a COVINA, esta reclamou junto do Governo contra esse facto, acabando por comprar a Carlos Pereira dos Santos, Lda. o Alvará que lhe concedia autorização para o fabrico de vidraça branca. Por isso, em 30 de Abril de 1941 a fábrica fechou e a sociedade foi dissolvida.

aa) Sociedade Produtora de Vidraça Prensada (“Fábrica das Bengalas”)

Em 7 de Abril de 1934 foi fundada esta fábrica, que tinha por fim o fabrico de vidraça prensada. Foram seus fundadores José Matias Ferreira, Augusto Belchior, Joaquim

Ferreira Domingues, Dr. Cipriano Pinhal Palhavã, Celestino Pais Ventura, Jacinto Marques Gil, João Neves Matias, Jorge Silvestre Ferreira e Alfredo Manuel dos Santos Marques, que reuniram o capital de 100 000\$00.

A fábrica, construída nos terrenos onde hoje se encontram instalados a Cooperativa do Povo e a sede do Sport Operário Marinhense, começou a sua laboração em 1935.

Nos primeiros tempos passou por grandes dificuldades técnicas e financeiras, o que levou a sociedade a procurar um novo sócio capitalista e um técnico de valor comprovado. Passou então a ser constituída por José Emílio Raposo de Magalhães, com cota de 82 500\$00, José Matias Ferreira (17 500\$00), Celestino Pais Ventura (12 500\$00), Joaquim Ferreira Domingues (10 000\$00), Jacinto Marques Gil (10 000\$00), João Neves Matias (10 000\$00), Jorge Silvestre Ferreira (5 000\$00) e Alfredo Manuel dos Santos Marques (2 500\$00). O sócio José Emílio R. Magalhães ficou autorizado a ceder a sua cota, ou a dividi-la com Acácio das Neves Morais, no momento e pelo preço que lhe conviesse.

Daí por diante, a fábrica, dirigida tecnicamente por Acácio das Neves Morais Matias, iniciou uma fase de grande recuperação. Dotada com novos fornos e nova maquinaria, passou a produzir vidraça prensada de várias cores de muito boa qualidade, o que lhe permitiu uma situação financeira desafiada.

Em Março de 1955 foi constituída nova sociedade: Acácio das Neves Morais Matias, com uma cota de 250 000\$00, cedida por José Emílio das Neves Raposo de Magalhães; José Emílio R. de Magalhães (162 500\$00); José Matias Ferreira (87 500\$00); Celestino Pais Ventura (62 500\$00); Adelina da Encarnação Ferreira (50 000\$00); Jacinto Marques Gil (50 000\$00); João das Neves Matias (50 000\$00); Jorge Silvestre Ferreira (25 000\$00) e Alfredo dos Santos Marques (12 500\$00).³⁰³

bb) Fábrica de Francisco de Oliveira (conhecida por “Fábrica do Mona”)

Fundada em 13 de Novembro de 1943, no lugar de Casal dos Ossos (na actual Travessa 1º de Maio) por Francisco de Oliveira.

Destinava-se à produção de tubo, vareta e artigos para laboratório. Devido a dificuldades financeiras, não teve vida auspiciosa. Ao fim de poucos anos essas dificuldades acentuaram-se e, por falta de pagamentos à Caixa de Previdência e à Caixa Nacional de Crédito, faliu e foi vendida em hasta pública, em Abril de 1949. Dado que, por essa altura, a montagem de fornos para fabrico de vidro estava condicionada, uma fábrica da Póvoa de Santa Iria, a ERINEL, que pretendia fabricar lâmpadas fluorescentes, comprou a fábrica para assegurar o respectivo Alvará.

Pouco mais tarde, os terrenos (4 778 m²) e barracões foram vendidos, parte à Sociedade de Plásticos da Estremadura, Lda. (de Américo dos Santos Catita e João Roldão Gomes), que aí montou uma fábrica de plásticos, e parte à firma Paour & Aquino, Lda., que montou uma fábrica de moldes. Mais tarde, a área acabou por ser adquirida por Aníbal H. Abrantes, que a vendeu para construção e moradias. Em 1985-86 foram totalmente desmantelados os últimos vestígios industriais existentes.

cc) FAPAE – Fábrica Portuguesa de Artigos Eléctricos, SARL

Foi construída em Março de 1943, na Marinha Grande, lugar do Engenho, para produção de ampolas de vidro para lâmpadas eléctricas.

Teve como directores técnicos Acácio Matias e, mais tarde, Raul Vidal Ribeiro.

Nesta fábrica também se produziu tubo, vareta e vidrite³⁰⁴ para casquilhos, destinados à confecção de lâmpadas eléctricas.

Em Agosto de 1957 foi transferida para Lisboa, Av. Marechal Gomes da Costa, lote 5, Santa Maria dos Olivais, onde a FAPAE pretendia concentrar todo o fabrico de lâmpadas, incluindo uma nova unidade para o fabrico de tubos para lâmpadas fluorescentes.

Completamente paralisada e sem Alvará, a fábrica do Engenho foi vendida³⁰⁵ a Manuel Alves Cruz, que aí instalou uma oficina de decoração e transformação de vidro.

dd) Roldão & Garcia, Lda.

Esta firma foi fundada em 24 de Abril de 1943 pelos sócios Manuel Garcia Muñoz e Tomás de Oliveira Roldão, para fabricar, no Largo Ilídio de Carvalho, n.ºs 7 e 9, na Marinha Grande, artefactos em vidro produzidos manualmente a partir de tubo e vareta.

Em 1945 formou-se uma nova sociedade com o mesmo nome, constituída por Tomás de Oliveira Roldão, Júlio Paour (a quem o antigo sócio Muñoz cedera a sua cota), Domingos Figueiredo Pereira e Abílio Romão Coutinho. Esta firma montou em 1945 uma fábrica para artigos de uso doméstico e obras de arte, em terrenos adquiridos ao sócio Tomás Oliveira Roldão, situados na Guarda Nova, na actual Rua de Angola, n.º 6.

Devido à crise de vendas do pós-guerra, a fábrica viveu com grandes dificuldades até 1947, data em que paralisou e foi executada a sua falência, por falta de pagamento à Previdência, pelo Tribunal do Trabalho de Leiria. Foi vendida em hasta pública em Março de 1948, tendo sido adquirida por Arnaldo Neto Matias, que imediatamente pediu autorização para a repor em laboração - pedido que foi rejeitado.

Mais tarde, em 1957, parte das instalações esteve alugada a uma moagem de calcário, de Francisco Ernesto Afonso de Barros. Também aí funcionaram a firma SOMENA (moldes) e a oficina transformadora de vidros de Salgueiro & Braga, Lda.³⁰⁶. As instalações foram depois vendidas à UPLA - Fábrica Universal de Plásticos, Lda..

ee) Teodósio & Carvalho

Esta pequena fábrica, nascida em 1945 no lugar das Cruzes, em terrenos de Emídio Cruz (hoje conhecidos por "Bairro Emídio Cruz"), foi fundada por João Teodósio e Alberto Duarte de Carvalho.

Esta firma acabou em Outubro de 1946, tendo o sócio João Teodósio vendido a sua cota, o que deu azo à formação de uma nova sociedade, a Vidro - Indústrias Lda., formada por: Armazéns do Camões, Lda., Vidralina, Lda., Alberto Duarte de Carvalho e Joaquim Domingues Cruz. Foram nomeados gerentes João da Silva Santos, pelos Armazéns do Camões, e Joaquim Domingues Cruz.

A fábrica dedicou-se a artigos de uso doméstico, garrafas de cerveja e vidros para garrafas termos, estes destinados à Vidrotécnica, Lda..

Devido à crise de vendas verificada no pós-guerra e a algumas deficiências de fabrico, teve vida curta, pois em 1947 fechou por falência. Acabou por ser vendida em hasta pública a Joaquim Domingues Cruz, que mandou construir o bairro hoje existente no local.

ff) A Vidreira Artística, Lda.

Embora a fábrica onde foi instalada, situada no lugar dos Outeirinhos, já funcionasse desde Março de 1944 como oficina transformadora de vidros (lapidação), pertencente a António Marques de Oliveira ("Macatrão"), só em Janeiro de 1946 começou a produzir vidro. A fundação da sociedade proprietária teve lugar em 5 de Janeiro de 1946, sendo sócios António Baptista Cardeira, José da Silva, Alfredo Lucas Cabral e António Marques de Oliveira.

Começou a trabalhar com um forno com seis potes de 300 kg cada, duas prensas manuais, uma máquina de frascaria semi-automática e oito engenhos para lapidar.³⁰⁷

gg) Cristaleira Marinhense, Lda. ("Arrebentas")

Fundada em 12 de Novembro de 1946, por Armindo Salvador Filipe, Jaime Tomás Pereira Ferreira, Joaquim Rodrigues Lopes, Manuel Teodoro, João dos Santos, João Ricardo Lopes Leal, Manuel Henrique dos Santos, António Lopes e Jorge Neto Ferreira.

A fábrica foi instalada nas antigas instalações de Tomás Freitas Órfão (Produtora de Cristais e Lustres), situadas na actual Av. 1º de Maio. Produzia vidros e cristais (artigos de uso doméstico, decorados e lustres).³⁰⁸

hh) Fábrica de Vidros Barbosa & Pereira, Lda.

Esta pequena fábrica, dedicada ao artesanato, foi fundada em 1982 pelos Srs. Barbosa e José Pereira, no lugar da Cumeira (Barreira, concelho de Leiria).

Está instalada num barracão alugado e dedica-se ao fabrico de pequenas peças artísticas manuais, como peixes ou jarras, e também de peças prensadas, como bichos, figuras, etc.. A sua produção é muito pequena, pois está dotada com um pequeno forno de 1 000 kg de enforna, que trabalha a gás. Tem uma pequena arca contínua, também a gás. Aí trabalham 8 vidreiros, 2 empregados e 2 funcionários para serviços diversos.

Em Novembro de 1983 passou para a posse de novos sócios, incluindo José Pereira, Herlânder Mascarenhas e João Boiça.³⁰⁹

ii) Fábrica de Vidros do Pilado (de Manuel Ribeiro da Cruz)

Fundada em 1984, no lugar do Pilado, por Manuel Ribeiro da Cruz, para fabrico de vareta, tubo e pingentes com vista à transformação de peças para lustres.

Começou por fazer apenas transformação, sendo o proprietário o único executante e tendo também uma pequena secção de venda.

Hoje está dotada de um pequeno forno a gás para cerca de 200 kg / dia e de uma mufla de tempero, mas ainda não iniciou a laboração com esses equipamentos.³¹⁰

jj) Fábrica de Vidros MARIVIDROS (Cooperativa de Produção de Vidros, CRL)

Fundada em 8 de Agosto de 1984 na Pedra de Cima, Marinha Grande, por operários vidreiros que, passando por dificuldades de trabalho, se juntaram e formaram uma Cooperativa de produção de vidro. Foram eles: Joaquim da Silva Machado, da Burinhosa (Pataias), Manuel Rosa Frutuoso, da Garcia, Adriano Calado Roque, da Pedra de Cima, António Ribeiro Gamela da Cunha, do Cartaxo (Marinha Grande), Abílio Fernandes Louro, da Marinha Grande, Manuel Ribeiro Domingues, do Fagundo, Carlos Manuel Ribeiro do Canto, de Vale Furado (Barosa), José Manuel Rodrigues, da Marinha, José Calado Roque, da Pedra de Cima, Vítor Manuel Loureiro Ferreira, da Pedra de Cima, e José Augusto Simão, da Garcia.

A fábrica, instalada num barracão alugado, na R. da Fé, está equipada com um forno a gás de óleo, tipo bacia, para fundir cerca de 1 200 kg / dia, com maquinaria de corte a quente, e com uma arca contínua. Dedicar-se principalmente ao fabrico de artigos para iluminação (tulipas, *abat-jours*, candeeiros, etc.), copos e cálices para *brandy*.

Emprega cerca de 25 pessoas, incluindo os sócios, que são quem dirige a fábrica e executa os serviços de apoio. Estes elegeram uma Direcção, formada por Abílio Fernando Duarte Louro (presidente) Joaquim Silva Machado (tesoureiro) e José Manuel Rodrigues (secretário).

A MARIVIDROS pertence ao ramo da produção operária.³¹¹

kk) Favilda³¹²

ll) Fernando Neto Ferreira³¹³

mm) Fábrica de Vale Maceira³¹⁴

nn) Fábrica de Vidros de Pataias³¹⁵

oo) Tospel³¹⁶

3. Transformadores³¹⁷

A. Ferreira Barosa (Portela);
 Alexandre Matos & Mendes, Lda. (Albergaria);
 António Marques de Oliveira (Cruzes);
 Argentina Luísa B. Abreu e Sousa;
 Carlos Ceia Simões (R. Calazans Duarte);
 Domingues & Cunha (Alcobaça³¹⁸);
 Domingues & Martins;
 Eduardo Dias Ferreira;
 Emílio Brás de Sousa Lopes;
 Esperança Reis;
 Francisco Morgado;
 Guarda Marques, Lda.;
 Ivo Ferreira S. Neto;
 J. Ferreira da Silva;
 Joaquim Carreira;
 Joaquim D. Moleirinho;
 Joaquim Ferreira;
 Joaquim Marques de Oliveira;
 Joaquim Migueles dos Santos;

Joaquim Pereira de Jesus;
 JOLUX, Lda.;
 Judite Conceição Figueiredo Alexandre;
 MANUVIDRO;
 Matos, Duarte & Duarte Lda.;
 NORMAX - Fáb. de Vidros Científicos, Lda.³¹⁹;
 fundada em 1974 por Joaquim Manuel Gomes,
 Júlio Amado Alves Cruz e Silvino Leonardo de
 Sousa, está situada na R. de Santa Isabel, nº 17,
 Marinha Grande e dedica-se à transformação do
 vidro em material de laboratório diverso:
 frascos, caixas de *Petry*, seringas, lâminas para
 microscópio, material *disposable* e também
 biberons;
 Pontes, Santos & Santos Lda.;
 Raul Santos Ferreira;
 SOVICREL;
 Termos Triunfo;
 VICRILUZ;
 VIDRIL;
 Fernando Jesus Sousa.

K. Artistas Famosos Manipuladores do Vidro

De entre os muitos artistas vidreiros que ao longo dos anos têm passado pela Marinha Grande, alguns ficaram famosos pelas verdadeiras jóias em vidro que produziram por exemplo, Joaquim Matias Sobrinho, Inocêncio Maia Dias ou Rudolfo de Oliveira;³²⁰

Ainda hoje são recordados como mestres vidreiros manipuladores, nos vários sectores, os seguintes nomes³²¹:

1. Cristaleiros marisadores

José Morais Matias, Severiano Matias, Manuel Pereira Roldão, José da Silva Roque, Júlio Esperança de Brito, Joaquim Barosa, Joaquim Duarte de Carvalho (“Quim do Ernesto”), Alberto dos Santos, Adriano Marques Nobre (“Doido Mau”), Francisco Freitas, António Guerra Nobre, Joaquim Rodrigues Lopes, Baltazar Matias, João Pimenta, António Pimenta, Diamantino Pimenta, António Lopes (“António Pexino”), Alfredo Fernandes (“Bita”), Joaquim Nobre Vicente (“Sacristão”), José Fernandes (“Patarra”), José Silva, Artur da Silva, Francisco Dinis, José Rato, José Eduardo Raimundo, José Duarte de Carvalho (“Zé do Ernesto”), Afonso “Nassa”³²², José Fernandes Júnior (“Patarra”), António Gomes, Manuel Vicente, Joaquim Vicente, Manuel Duarte Vareda.

2. Cristaleiros estiradores

Álvaro de Sousa (“Pitau”), Manuel Bonita, Alfredo Lucas, Manuel Lucas, Joaquim Soares Martins, José Soares Martins, Jacinto Rino.

3. Cristaleiros prensadores

José Lopes (“Batata Roxa”), António Coelho, José Coelho (“Zé Vinagre”), Manuel Brás, José Gaspar, Tomás Saraiva, Manuel Barosa, Joaquim do Vale (“Diabo”³²³), Manuel do Vale, Firmino Marques, António Marques (“Lecas”), António Coutinho.

4. Garrafeiros

Manuel Agostinho de Sousa (“Mucílio”), António Rosa, Joaquim Quintino dos Santos, Manuel Figueiredo, Augusto Bonita, Frutuoso Alexandre (“Apegadinho”³²⁴), Guilherme Marques (“Potásia”), Jacinto Roldão, Joaquim Domingues, Joaquim Duarte, José Jacinto, José Corticeiro, José de Oliveira (“Palmeira”).

Como hábeis colhedores de garrafas: José da Silva (“Cenica”), Jaime Paula e Joaquim Salvador.

Diz que o maior especialista no fabrico de pirolitos teria sido José Lourenço Ferreira.³²⁵

5. Garrafonaria

Elísio Soares (Elísio “da Água”), António Rosa, Joaquim Duarte.

6. Frascaria Semiautomática

Teotónio Martins.

7. Vidraceiros

Joaquim Domingues, José Domingues, João Henriques, José Maria Canário, Carlos Ricardo Galo (“Arinto”), José Ricardo Galo (“Burro Branco”), Emílio Venturini, José Azambuja Júnior, e os ajudantes Manuel Paula e Álvaro dos Santos (“Falinhas”).

8. Estendedores

Tomás Ferreira Domingues (“Cafurno”) José de Jesus Pedroso, Matias Pereira Dias.

9. Decoradores³²⁶

Joaquim de Oliveira (lapidário), João de Magalhães Júnior (florista), Justino de Magalhães (gravador à roda), José Manuel Roque de Jesus (“Libano”) - gravador à roda e lapidário.

*L. Várias notas dispersas e incompletas*³²⁷

*1. Associações Operárias Vidreiras*³²⁸

- a) **Caixa de Socorros Pecuniários da Fábrica Nova**
Inaugurada em 15 de Março de 1907.
- b) **Caixa de Reformas dos Operários Manipuladores de Vidraça**
Inaugurada em 5 de Março de 1939.
- c) **Associação de Classe dos Operários Manipuladores de Cilindros de Vidraça da Marinha Grande**
Fundada em 16 de Junho de 1917 e publicada no *DG* nº 2105, II série.
- d) **Associação de Classe dos Operários Manipuladores de Cristal da Marinha Grande**
Fundada em 13 de Maio de 1920 e publicada no *DG* nº 113 II série.

2. Organismos Empresariais Vidreiros

a) **Grémio Nacional da Indústria Vidreira**³²⁹

Foram nomeados como Comissão Administrativa Víctor Amaro dos Santos Gallo, Júlio Mateiro e João da Silva Reis. Foi também nomeado para presidir, como delegado do Governo, o engº Luís Faião Pádua Soares.

b) **Sociedade Distribuidora de Chaminés**³³⁰

Faziam parte: Centro Vidreiro do Norte de Portugal, Ricardo Santos Gallo, Santos Barosa, Dâmaso Luiz dos Santos, Vidreira de Pataias e Manuel Pereira Roldão, Filhos.

c) **Fundo Industrial Vidreiro de Assistência Social (FIVAS)**

Fundado em 24 de Março de 1944, com o fim de se construir uma grande creche, em que participariam todos os industriais, através de cotizações. Nunca foi construída, por falta da prometida comparticipação do Estado.

Fizeram parte da primeira Comissão Administrativa Víctor Gallo, José Matias Ferreira e César Morais.

Em face da impossibilidade de construção da creche, o FIVAS dedicou-se a obras de assistência, contribuindo para a Colónia Balnear Afonso Lopes Vieira, Creche Pereira Crespo, Sopa dos Pobres, Misericórdia, assistência aos doentes pobres, ajuda à compra de livros do ensino primário, etc.. Em 1958 criou um abrigo para doentes tuberculosos, cuja eficiência acabou praticamente com essa grave doença.

d) **Entreposto Vidreiro**

Organização da cristalaria. Fundado em 1931, teve a sua primeira sede em Coimbra, passando depois para a Marinha Grande (Fábrica Nacional).

Faziam parte do Entreposto o Centro Vidreiro do Norte de Portugal (Oliveira de

Azeméis)³³¹, a VICRIS (antiga Marquês de Pombal) a Lusitana, a CIP (antiga Fábrica Nova) e a Nacional.

Foi criado para combater a guerra de preços movida pelos grandes armazenistas, que criou uma situação caótica para a indústria marinhense.

Mais tarde, os armazenistas, a quem não convinha o Entrepasto, conseguiram destruí-lo. Acabou em 1933.

3. Encontros Internacionais Sobre Vidro

a) XVII Congresso Internacional das Federações Europeias do Vidro³³²

Realizou-se no nosso País, em 14 e 15 de Junho de 1972.

b) I Encontro Luso-Francês do Vidro³³³

Realizou a FEIS, a 19, 20 e 21 de Novembro de 1988, o I Encontro Luso-Francês do Vidro, com o objectivo de reunir na mesma fábrica artistas de várias concepções artísticas, para incentivo e aperfeiçoamento de resultados nas técnicas de manipulação e transformação do vidro.

Na comitiva francesa deslocaram-se artistas representados no museu *Château d'Annecy*, que expuseram no Palácio Stephens (futuro Museu do Vidro da Marinha Grande). Entre as peças apresentadas constou um órgão de cristal. Durante o Encontro, a *Corning France* proporcionou uma palestra sobre vidro óptico, acompanhada de exibição de filmes sobre o seu fabrico. Decorreram também uma visita às instalações da FEIS e uma alocução do historiador Dr. Jorge Custódio sobre a história do vidro em Portugal, principalmente sobre a FEIS.

4. Museu do Vidro³³⁴

Já durante a visita do rei D. Carlos, em 21 de Agosto de 1892, se falava na necessidade de construção de um museu que mostrasse a história do vidro, defendido pelo jornal *Novidades*.

Em 1 de Junho de 1963, já o *Jornal da Marinha Grande* levantava o problema do Museu do Vidro.

5. Evolução da Indústria Vidreira na Marinha Grande³³⁵

a) Apreciações Críticas à Indústria Vidreira

Esta indústria, que é das mais antigas introduzidas em Portugal e uma das que mais mão-de-obra ocupou durante os quase 300 anos da sua existência, só vagarosamente, e no tempo dos Stephens, acompanhou o progresso tecnológico. Depois disso, salvo um ou outro caso esporádico, não se tem acompanhado esse progresso.

Como causas principais disso apontam-se: primeiro, a grande oposição ao desenvolvimento industrial do País por parte dos ingleses, que afirmavam ser Portugal inadapável ao progresso fabril; segundo, a falta de protecção do Governo ao desen-

volvimento do sector. Repare-se como o Governo aceitou sem interesse o legado dos Stephens, entregando a Fábrica a arrendatários que durante cerca de 100 anos a deixaram degradar e originaram crises de trabalho, sofrimentos aos operários e grandes prejuízos à economia nacional.³³⁶

A indústria vidreira, até há pouco tempo, manteve-se agarrada a primitivas técnicas. O fabrico de vidro era inteiramente realizado à mão e dependia sempre somente da habilidade de quem o executava. Ligado ao problema da técnica, sempre esteve presente o aspecto social característico desta indústria (somente em 1915 foi proibido o trabalho de menores de 12 anos³³⁷) com as suas crises, as suas greves, as suas querelas que, ligadas a uma má administração, tudo agravaram, motivando constantes conflitos de que a Marinha Grande foi teatro.

Em 1838 lia-se no Relatório da Sociedade Promotora da Indústria Nacional, após a Exposição de Produtos da Indústria Portuguesa, em Lisboa: “ (...) os vidros cristalinos com relevos e ornados de molde pouco cedem aos estrangeiros, assim como já os igualam os cristais lapidados e os vidros cristalinos lapidados e gravados.” Uma fábrica portuguesa obteve também Menção Honrosa na Exposição de Londres, em 1851, pela vidraça pintada. Mas a arte nos nossos operários era um dom natural, pois raros eram aqueles que alguns conhecimentos de desenho e geometria possuíam.

B) Evolução da Indústria Vidreira na Marinha Grande

Desde a fundação da primeira fábrica marinhense, a evolução da indústria vidreira continuou na localidade, chegando a existir em laboração, nos anos da II Guerra Mundial, cerca de 20 fábricas (e não havia já fabrico manual de vidraça, dada a criação da COVINA), várias dezenas de oficinas transformadoras e muitos artesãos com uma pequena oficina em casa, empregando-se então na indústria mais de 5 000 trabalhadores especializados.

Ultimamente, a evolução deu-se mais no campo tecnológico. Mecanizou-se grande parte da produção, introduziram-se novos processos, novos fornos e reorganizaram-se algumas unidades.

Hoje em dia³³⁸, através das suas seis grandes fábricas de cristalaria, três de vidro de embalagem, uma de ampolas e uma de artigos para laboratório, além de mais de uma dúzia de grandes oficinas transformadoras, a Marinha Grande domina o fabrico de vidro em Portugal, de que é o primeiro centro. Aqui se fabricam todos os vidros para uso doméstico, quer em vidro comum quer em cristal, brancos ou de cor, lisos ou decorados (gravados, pintados, lapidados, etc.); todos os artigos para embalagem, desde garrafas para bebidas a recipientes para perfumaria; todos os artigos para iluminação, incluindo candeeiros e lustres; todos os artigos para laboratório, desde ampolas para injectáveis a seringas e aparelhos de precisão; artigos para construção civil - enfim, tudo ou quase tudo que possa fazer-se em vidro.

*IV - Notas dispersas sobre
outras Indústrias* ³³⁹

A. Fábrica de ferro ou fundição de Pedreanes

Foi um alto-forno siderúrgico, considerado na época, devido ao seu bom apetrechamento, o primeiro do País (antes só tinha existido a Fundição da Foz do Alge, em 1825). Chegou a produzir cerca de 6 toneladas de ferro por dia.

Começou a trabalhar no dia 6 de Março de 1866. Situava-se em terrenos hoje pertença da família Moleirinho, à beira da estrada Marinha - Pedreanes, cerca de 2 km a norte da Vila. A escolha do local deveu-se à abundância de lenha, com facilidade de recolha, à proximidade do porto de S. Martinho, para onde existia transporte fácil e barato através do “comboio americano” (já aberto ao tráfego desde Novembro de 1861) e a relativa proximidade de jazidas de ferro e carvão. O livro *Leiria no século XIX*, de Joaquim de Oliveira da Silva Bernardes (de onde extraímos estas notas) enumera as seguintes: veio de carvão de pedra no Pinhal, Canto do Ribeiro e Praia Velha; veios e jazidas de ferro no sítio da Légua Velha, perto da Marinha Grande; veios e jazidas de ferro na Ribeira da Escoura; diversos veios e jazidas de ferro na área que se estende desde o Arnal, por Cavalinhos e Telheiro, até Marinha Grande.

A fábrica foi construída pela Companhia de Ferro e Carvão de Portugal, Lda., de que eram principais accionistas vários cidadãos ingleses, entre os quais Jorge Croft. Este, nascido em Manchester a 15 de Maio de 1808 e falecido em Lisboa em 26 de Janeiro de 1874, era um grande proprietário e industrial (foi um dos arrendatários da Fábrica Stephens, juntamente com o conde de Azarujinha).

A metalúrgica do ferro foi montada sob direcção do engenheiro superintendente Gould - que fixou residência na Marinha Grande - e o alto-forno construído pelo Sr. Gowen. A fábrica empregou na sua construção entre 100 e 200 pessoas, muitas das quais vieram de Inglaterra, daí advindo a designação popular de “fábrica dos ingleses”.

Durante bastante tempo, a Marinha Grande passou um período de euforia, pelas perspectivas de riqueza fácil proporcionada pelos muitos trabalhadores ingleses, que tudo compravam a preços exorbitantes. Na inauguração da fábrica, em que estiveram presentes altas individualidades de Lisboa, Leiria e Marinha Grande, foi figura principal o duque de Saldanha, que antes havia sido recebido no palácio da Fábrica de Vidros. Bandas de música, bandeiras, foguetes e muito povo contribuíram para a grande festa.

Infelizmente, por razões desconhecidas, a fábrica só trabalhou cerca de nove meses; logo entrou em decadência, acabando por ser abandonada pelos ingleses e tudo vendido em leilão. Houve quem na altura admitisse sabotagens, dificuldades por parte das Matas no fornecimento das lenhas (com medo dos riscos que o grande Pinhal corria com a proximidade do alto-forno) e, principalmente, má administração. Na grande propriedade existem ainda vestígios do alto-forno: casa da caldeira, engenho, fogões, etc.. Segundo se lê no livro acima referido, existe no museu do Serviço Mineiro do Porto um lingote de ferro saído da fundição de Pedreanes.

Também as *Memórias da Marinha Grande*, de Joaquim Barosa, trazem algumas notas, que aqui utilizamos, sobre a existência da Fábrica de Ferro.³⁴⁰

B. Fábricas actuais

1. Recauchutagem de pneus

Esta indústria iniciou-se na Marinha Grande em 1942.

Foi seu fundador Joaquim Roldão Seica, que começou por uma pequena oficina, situada na rua Diogo Stephens, próximo do quartel dos Bombeiros. Estava-se em plena II Guerra

e havia falta de pneus, o que facilitou o desenvolvimento da indústria.

J. R. Seíça, espírito empreendedor, logo tratou de a apetrechar com máquinas e pessoal especializado, recrutando bons técnicos. Assim, veio para a Marinha Grande Arnaldo Tavares, hoje sócio da firma e considerado uma das maiores autoridades do país em recauchutagem de pneus.

No ano de 1954 construíram uma nova fábrica, na Av. do Vidreiro (esquina com a rua dos Bombeiros Voluntários). Tratava-se já de uma unidade fabril, bem apetrechada, mas que dentro de alguns anos viria a tornar-se pequena. Isso levou a firma, que entretanto passou a denominar-se J. Roldão Seíça & Tavares, a construir uma nova fábrica, situada na estrada da Nazaré, à saída da vila do lado Sul. Inaugurada em 1983, é hoje uma das melhores recauchutagens do país, dominando o mercado nacional.

Tem 150 trabalhadores e 60 prensas de recauchutagem, além de outras máquinas de operações acessórias. Tem uma frota de 25 viaturas para distribuição e uma capacidade diária de produção de 1 000 pneus.

Como curiosidade, indicamos a seguir a técnica usada na fábrica para a recauchutagem de pneus. Chegado o pneu à fábrica, é inspeccionado. Se tem condições de segurança segue para a secção de raspagem, onde é raspado o velho rasto. De seguida é aplicada cola e sobre ela uma tira de borracha, que será o novo piso. Logo de seguida é feita a moldagem, ou seja, a vulcanização propriamente dita. Finalmente faz-se um controlo de qualidade. A firma montou em 1974, em Pombal, com duas associadas, uma fábrica que produz quatro tipos de borracha, destinados aos vários tipos de pneus a recauchutar.

2. Fábrica de decalcomanias José Rolando Gomes da Silva, Lda – ROLAN-DECAL

Fundada em 1958, com 2 pessoas.

Fabricou de início decalques para vidro, iniciando depois o fabrico de decalques para faiança, porcelana e esmalte, assim como de autocolantes.

Parcialmente automatizada, é das melhores fábricas portuguesas do ramo. Tem cerca de 28 trabalhadores.

3. Fábrica de Rádios Calazans

Fundada na Marinha Grande em 11 de Agosto de 1960 por José Manuel Vaz Cintra de Calazans Duarte, grande entusiasta da rádio desde muito cedo, e que tinha estudado electrónica em Paris.

Foi também o primeiro português a conceber e fabricar um receptor de rádio. Iniciou a produção em 1961, com o modelo TP-1, ao qual se seguiram vários outros, sempre aperfeiçoados, com introdução de circuitos impressos produzidos na sua fábrica por banho de solda.

Sempre acompanhando a evolução tecnológica da rádio, a fábrica Calazans produz hoje, sobretudo, rádios para incorporação em móveis.

4. Panificadora Central da Marinha Grande³⁴¹

A Panificadora Central da Marinha Grande, instalada no lugar da Embra, em edifício próprio, é hoje uma organização modelar, responsável por cerca de 60% do pão consumido na Marinha Grande (aproximadamente 1 500 kg de farinha transformados diariamente).

Foi fundada em 28 de Setembro de 1960 por um grupo de padeiros, dos quais destacamos Manuel Oliveira Santos Júnior, Manuel Alfredo Lameiro, Henrique Alexandre, António Rodrigues Marcelino Lopes, José Luís Gregório, Joaquim Fernandes e Gaudêncio Simões.

Passou por grandes dificuldades nos primeiros anos da sua existência, devido a razões várias, entre elas as adaptações e os preços impostos pelo Governo, de que resultavam pequenas margens de comercialização. Essas dificuldades agravaram-se após o 25 de Abril de 1974, chegando a Panificadora a passar grandes crises devido a greves laborais. Foi dirigida, nesse período, por uma Comissão de Trabalhadores. Só mais tarde³⁴², com a entrada de um novo Conselho de Administração, a Panificadora tomou rumos de estabilidade. Adquiriu maquinaria moderna, com capacidade para o fabrico de 70 000 papo-secos / dia (hoje produz 38 000), e construiu novos fornos. Tem presentemente 50 trabalhadores e 13 postos de venda, distribuídos pelos vários lugares da freguesia.

O pão fabricado é de muitos variados tipos: papo-seco, carcassa, pão de quilo, pão cortado, pão de forma, pão de centeio, pão integral, pão escuro, pão de milho (broa), etc.. Fabrica ainda alguma doçaria, como bolos secos, folares, bolo rei, etc.. Apesar da concorrência que sofre por parte de pequenos padeiros, não só da Marinha Grande como de algumas povoações vizinhas (Carvide, Pataias, Burinhosa), a sua situação económica é hoje bastante estável. É uma das melhores unidades do género a nível nacional, tendo o asseio e os cuidados na fabricação do pão sido louvados pelos órgãos estatais responsáveis pelo sector.

5. Cerâmica Serra, Lda.

Fabricante de louça em barro vermelho - liso, vidrado e pintado.

Pertence a Vítor da Conceição Serra e a José Ernesto Alexandre Pascoal, com sede e fábrica no Engenho, estrada da Garcia.

Foi fundada em 1981. Tem 16 postos de trabalho, sendo a escrita feita pelos proprietários. Funciona em edifício próprio, equipada com máquinas diversas. A matéria-prima principal vem da região de Leiria.³⁴³

6. FRUTEMBAL - Produção e Exportação de Embalagens

Fundada em Fevereiro de 1984 pelos senhores Ricardo Amaro da Silva, Vítor Ribeiro, Viriato Ribeiro e Roger Miquele. Com excepção do último, que é francês, todos são da vizinha freguesia de Carvide.

A maquinaria utilizada compõe-se do seguinte: uma reboladora-laminadora, um tambor para enrolamento da fita, um transportador para estiragem da fita, uma guilhotina para corte das fitas, doze agraphadoras e uma estufa. Trata-se de uma indústria nova em Portugal pois, que saibamos, somente existe uma outra no vizinho lugar de Moinhos de Carvide, desde há cerca de dois anos.

Produz caixas em fita de madeira laminada, destinadas à embalagem de pequenos frutos, principalmente morangos. Cerca de 90% da produção destina-se a exportação para França. Utiliza matéria prima nacional (toros de madeira de choupo) consumindo aproximadamente 2,5 toneladas diárias, na produção de 30 000 caixas. Tem, para já, 20 postos de trabalho, mas julgam os proprietários elevar em breve esse número.

É uma indústria muito bem organizada e com grande produtividade.

C. Notas soltas sobre vários estabelecimentos e actividades³⁴⁴

António Barros Ferreira Gândara (Pilado) - Pequena oficina de serralharia, onde executa especialmente trabalhos em ferro forjado. Não tem empregados.

António José de Matos - Forneceu a telha para o edifício da Câmara Municipal de Leiria, feito em 1903, no valor de 602 000 réis.

Carlos Alberto Guerra dos Santos (Pilado) - Pequena oficina onde se executam candeeiros e lustres, trabalhados principalmente em madeira. Guerra Santos é um artista nato.³⁴⁵

David Martins Simões (Pilado) - Fabricante de móveis, linhas direitas.

Destilaria de aguardente - Manuel Ascenso Dinis Pereira (ver p. 123 da *Monografia de Carvide*)

Empresa Tipográfica da Marinha Grande - Fundada em 1889, por José Ferreira Custódio Júnior.

Fábrica de Carimbos Vale - de Carlos Alberto Santos Vale, fundada em 1977, na Ordem. Não tem empregados.³⁴⁶

Fábrica de curtumes - Foi instalada nas Gaeiras por J. Ferreira Custódio, no local onde tivera antes uma resinagem.

Fábrica de curtumes (Pilado) - Na Quinta dos Afonsinhos, comprada por Galos e J. Ferreira Custódio.³⁴⁷

Fábrica de louça (argila, barro e areia) - Marinha Grande, de João Manuel Afonso de Barros.

Fábrica de Serras - Fundada em 1939.

Fábrica de soda - José F Custódio Júnior pediu em 8 de Agosto de 1893 autorização para a montar, na Marinha Grande.

Fábrica de tijolo e telha - De Manuel Ferreira Barroca e Manuel de Matos.

213

Fornos de Cal - Existiram no Engenho e na Pedra, havendo ainda um forno na Guarda Nova. Foram acabando, por se tornar difícil a extracção do calcário existente no Pinhal.

LEPE, Empresa Portuguesa de Embalagens - Formada por escritura de 4 de Setembro de 1964, por António Granjo de Sousa e Joaquim Manuel Gomes. O seu capital inicial era de 50 contos.

Tipografia Marinhense - De Morais & Irmão, na Rua da Tipografia, mencionada como a segunda tipografia local, a seguir à de 1889.

Tipografia Medina - De António Moiteiro Medina, antiga Tipografia Vale. Tem três empregados e duas máquinas automáticas.³⁴⁸

*V. Associativismo
e Desporto* ³⁴⁹

A. Nota Prévia

Praticamente só a partir da década de 1920 se iniciou na Marinha Grande a prática desportiva organizada, embora antes já se praticasse a caça, o chinquillo, o jogo do pau, a laranjinha, o bilhar, etc., mas só como distrações; não existiam clubes organizados para a prática desportiva.

Com a realização dos VI Jogos Olímpicos em Antuérpia, Bélgica, em 1920, começou a divulgação dos desportos como cultura física. O desporto começou a praticar-se por quase todo o mundo, escolhendo as juventudes as modalidades que mais se ajustavam às suas condições de vida.

Na Marinha Grande, como no geral em todo o país, a prática do futebol foi a escolhida, tanto mais que se acabava de disputar o primeiro Campeonato de Portugal (1921-22), que lhe trouxe grande divulgação, e pelas suas características era fácil de praticar (onze elementos em cada equipa, uma bola e um campo com balizas).

Foi desse entusiasmo, aliado à tradição associativa que vinha do tempo das primeiras associações de classe, fundadas no fim do século XIX, que se formaram as várias associações de cultura, recreio, instrução e desportos que, conjuntamente com a velha Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, constituem hoje a base cultural, recreativa e desportiva da Marinha Grande.

Em relação ao desporto, formaram-se três clubes para a sua prática: Atlético Clube Marinhense, Sport Operário Marinhense, no centro da vila e Sport Império Marinhense, no Engenho. A estes clubes, que são os pioneiros do desporto marinhense, outros se seguiram cobrindo todos os lugares da freguesia, alguns especializados em práticas desportivas bem demarcadas, como o futebol, a columbofilia, a caça, a pesca, o automobilismo, a natação, o campismo, o xadrez, o ténis, o judo, etc.. Porém, há por vezes falta de monitores, casos do atletismo, voleibol e *badmington*.³⁵⁰

Mas, desde o início, nem toda a juventude se dedicou ao desporto. Alguma preferiu o convívio, o recreio e a cultura. Assim se formaram as duas associações mais antigas da Marinha Grande: a Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio, em Picassinos, e a Sociedade União de Albergaria, em Albergaria. Também estas sociedades, votadas à instrução, ao recreio, à beneficência e à cultura, tiveram alguma proliferação. Infelizmente, por razões várias, hoje a actividade cultural está reduzida a alguns clubes, dos quais destacamos o Sport Operário Marinhense, Sport Império Marinhense, Sociedade de Beneficência 1º de Janeiro, Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio, Filarmónica Recreativa Amieirinhense, Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras e um ou outro que esporadicamente se dedica ao campo cultural.

B. A autarquia marinhense, o desporto e a cultura

O artigo 79º da Constituição recomenda e reconhece aos cidadãos o direito à cultura física e ao desporto como meios de valorização humana, incumbindo ao Estado promover, estimular e orientar a sua prática e difusão.

Desde 1975 que a autarquia local, através do seu pelouro desportivo, tem dedicado atenção ao desporto, quer na construção de equipamentos quer em ajudas prestadas aos

vários clubes, em verbas que atingem mensalmente milhares de contos.

Em 1 de Março de 1985 a CMMG anunciou que iria construir um estádio olímpico: um campo relvado, um de treinos, dois campos de ténis, duas piscinas, um pavilhão gimnodesportivo. A primeira fase está orçada em 34 000 contos.³⁵¹

O desporto deve ser praticado por todas as comunidades humanas. Dissociar o desporto e a cultura foi política seguida durante longas décadas. Na edilidade marinhense essa barreira foi ultrapassada.

C. Colectividades de recreio, cultura e desporto

*1. Sociedade de Instrução e Recreio (extinta)*³⁵²

Fundou-se em 1893.

2. Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio

Esta colectividade, fundada em 1 de Maio de 1921, no lugar de Picassinos, é a mais antiga da Marinha Grande.

Foram seus fundadores Augusto Gomes, Manuel Gomes, Manuel Francisco Agostinho, João Moiteiro, António Rodrigues Oliveira e José da Silva Roque. Tinham por fim formar uma colectividade para o desenvolvimento, no lugar, da instrução e recreio.

José Roque era um homem de rara sensibilidade artística, que foi no seu tempo o melhor oficial cristaleiro da fábrica Marquês de Pombal, onde executou a maioria das peças de cristal enviadas à Exposição Internacional do Rio de Janeiro, que se realizou nos primeiros anos da década de 1920. Diz-se que também foi o mestre José Roque o primeiro vidreiro a executar a difícil peça conhecida por “garrafa de seis vinhos”. Grande entusiasta da música, pertencente à banda da Fábrica Marquês de Pombal, via no associativismo o modo prático da transmissão dos seus conhecimentos. Empenhou-se inicialmente na criação de uma escola de música, onde ele próprio ensinava. Desenvolveu a cultura através de convívios e festejos e fez grande campanha junto dos amigos das vantagens de saber ler e escrever.

O clube teve a sua primeira sede social em casa alugada ao senhor Francisco Agostinho. Em 29 de Agosto de 1932 foi construído um barracão anexo para espectáculos. Só em 1940 a sociedade começou a encarar a remodelação da sede. Construiu uma parte nova, acrescentada em 1965. Em 1972 foram compradas a velha casa e terrenos anexos e em 1976 iniciaram-se as obras do actual pavilhão desportivo - o qual, devido a um erro informativo, segundo nos garantem, ficou com medidas ligeiramente inferiores às exigidas, o que não permite hoje aí a disputa oficial de algumas modalidades desportivas. As instalações da Sociedade, salvo o pavilhão, estão um pouco degradadas, pensando a Direcção actual proceder à sua remodelação e beneficiação, para o que tem já elaborado um anteprojecto.

No campo cultural, logo nos primeiros tempos a SIR criou uma escola de música, dinamizada e dirigida por José da Silva Roque. É de lamentar que tenha acabado esta escola, que poderia ser hoje um viveiro de músicos³⁵³. Desenvolveu também o teatro e o folclore (ver capítulos respectivos). Fundou uma pequena biblioteca.

Em 26 de Maio de 1956 fez inaugurar um cinema dentro da sede, inicialmente com uma pequena máquina, que em 30 de Janeiro de 1966 foi substituída por uma moderna, com capacidade para a passagem de qualquer filme.

No campo desportivo, além dos tradicionais jogos de salão como ténis de mesa e bilhar, o Clube praticou futebol de salão, andebol (foi campeão distrital), voleibol (masculino e feminino). Praticaram-se também lutas amadoras, ginástica infantil e feminina, atletismo, damas, *badmington* e pesca.

Teve também um núcleo de xadrez, dirigido por José Martins Saraiva, do qual faziam também parte os jogadores picassinenses de grande valor António José Rodrigues Ruivo e José Renato Ruivo Martins Saraiva. Foi neste desporto que a SIR 1º de Maio mais repercussão teve a nível nacional, pois levou o nome de Picassinos e da Marinha Grande a vários pontos do País, através da sua equipa, que foi campeã distrital durante seis anos consecutivos (1976 a 83) e disputou os campeonatos nacionais, onde obteve as seguintes classificações: décimo lugar em 1977, em Albufeira, décimo terceiro lugar em 1978, em Ílhavo, 11º lugar em 1979, em Soure, quinto lugar em 1980, na Amadora, nono lugar em 1982, em Algés. Disputou também a Taça de Portugal, tendo chegado aos oitavos de final em 1979 e aos quartos de final em 1980 (note-se que a Taça foi disputada por 180 equipas). Este núcleo de xadrez dissolveu-se em 1983, por desacordos com a Direcção da colectividade.

A colectividade possui 1 234 sócios, que pagam as cotas mensais de 20 escudos (sócios ordinários), 15 escudos (senhoras) e 10 escudos (crianças e reformados).

As cores usadas nos equipamentos desportivos são: camisola branca com riscas horizontais verdes e calção branco.

Os Corpos Gerentes são nesta data compostos pelos sócios António de Sousa Moiteiro (presidente da Direcção), Artur Silvério de Sousa (vice-presidente), Maria João Gomes (primeira secretária); Vergílio Lopes Mendes (segundo secretário), João dos Santos (tesoureiro), Ilsa Nunes da Silva, Arnaldo Ortigoso Pires, Acácio José Alves Guerra Mendes, Fernando Silvério de Sousa, Vergílio Domingues Custódio, Arnaldo Barosa Magalhães e José Francisco Maria (vogais), António Jorge Oliveira Aires Rodrigues (presidente da Assembleia Geral), Amílcar da Conceição Filipe e Jacinto Pereira (secretários).³⁵⁴

3. Sociedade União de Albergaria

Esta sociedade orgulha-se de ser a segunda mais antiga colectividade da Marinha Grande. Foi fundada em 22 de Junho de 1922, no lugar de Albergaria, para a prática de desportos, cultura, recreio e convívio entre as pessoas do lugar, pelos senhores João Joaquim, Joaquim Ribeiro, Manuel Francisco Franco, Manuel de Sousa, José Joaquim, Joaquim Manuel, José de Sousa, José Joaquim Júnior, Manuel Teodósio, Manuel Elói, Manuel Francisco, Albino Franco, João Rocha, Manuel Joaquim Júnior, José Elói, João Ferreira, António Francisco Franco, Joaquim João Júnior e Albino Joaquim.

Na altura, estes dezanove indivíduos constituíam boa parte da população adulta masculina da pequena povoação. Numa localidade com poucos habitantes, sem nenhuma indústria e em que a maioria da população vivia de poucos recursos, a Sociedade conseguiu, com bastantes dificuldades, construir uma pequena sede social, onde os sócios conviviam e realizavam algumas festas, principalmente bailes.

Como curiosidade, e mostrando o interesse da sua Direcção pelos associados, refira-se que o Albergaria criou em 1927 uma cooperativa de consumo, que acabou aquando da II Guerra Mundial, devido às dificuldades surgidas na aquisição de bens.

Só a partir de 1975, com a criação de algumas indústrias e, naturalmente, com o aumento da população, a Sociedade passou a desenvolver-se. Possui hoje uma sede social bem apetrechada, com salão de festas, bar, sala de convívio, etc., e um bom campo de futebol dotado de balneários, ainda em fase de acabamentos, com a ajuda dos serviços técnicos da Câmara Municipal.

No campo desportivo, limita-se à prática de ténis de mesa e ao futebol. Nesta modalidade disputa o Campeonato Popular do Oeste. As cores do clube são: camisola verde e calção preto.

A União de Albergaria tem cerca de 350 sócios (note-se que quase toda a população é sócia do clube), que pagam a cota mensal de 20\$00 para sócios ordinários e 10\$00 para sócios reformados.

São presentemente seus directores os sócios Manuel Joaquim dos Santos (presidente), Ângelo Santos Pinto (vice-presidente), António do Rosário João (tesoureiro), Carlos Afonso (secretário), Mário Ferreira (segundo secretário), Joaquim Francisco, Joaquim Ferreira dos Santos, Luís Rogado dos Santos, Norberto Silva Ferreira, António Fortunato da Silva, Francisco Oliveira Rosa, Adelino dos Santos Rogado, Manuel Brando da Silva, Rogério Santos Rogado e Diamantino Cruz Marques (vogais).³⁵⁵

4. Sport Operário Marinhense

Este velho clube da Marinha Grande foi fundado em 31 de Janeiro de 1923 por um grupo de rapazes cheios de boa vontade, dos quais é justo destacar, como grande entusiasta, Joaquim Gomes do Norte, praticamente o seu fundador. Alguns dos outros fundadores foram José Vareda Júnior, José Ferreira Barroca, Luís António de Faria, David de Oliveira, Joaquim Henriques dos Santos, António Rodrigues Júnior, Firmino F. Rato, Benjamim Henriques, José Gaspar Pedroso Júnior, António Matos (“Melro”) e José Florindo.

Foram também estes os primeiros directores, que instalaram a primeira sede social num prédio dos Matos (hoje Av. 1º de Maio), propriedade do senhor António Maria Pereira³⁵⁶.

A finalidade da sua fundação foi a promoção do futebol, desporto que então se iniciava na província - embora, naturalmente, os fundadores tivessem também em mente a prática de outros desportos e, sobretudo, a agremiação da classe operária.

Das suas equipas de futebol fizeram parte Joaquim Maria Vaz dos Santos, Júlio Gaspar M. Pereira, José Leandro, Manuel Gaspar, Alberto Frutuoso, Augusto Nogueira, Joaquim do Norte, José Alfredo Vargas, Vitorino Saraiva, Rumaldo Jornaleiro, Manuel Gabriel, José Florindo, etc.. O seu primeiro jogo realizou-se contra um grupo da Vieira. Criou também secções de ciclismo e atletismo, onde se evidenciaram “velhas glórias” do desporto marinhense, como José Gaspar Pedroso Júnior (ver capítulo Biografias) e António Lourenço.

As cores do clube são o verde e o amarelo, em riscas verticais. Como curiosidade, lembramos que estas cores, que de certo modo representam uma homenagem ao Brasil, foram escolhidas pelo fundador Firmino Rato, que havia chegado pouco tempo antes do Brasil e a quem se ficou a dever a oferta do primeiro equipamento.

O Operário chegou a possuir um razoável campo de futebol, o “campo da Biquinha”, situado nos terrenos a sul do cemitério (junto à actual Av. da Liberdade, onde se encontra a Escola Guilherme Stephens) cuja renda pagou até cerca de 1945, apesar de o futebol ter acabado anos antes.

A partir dos anos 1930, dedicou-se somente a desportos de salão (ténis de mesa, onde se viria a evidenciar António Saboga, o melhor jogador da região por volta de 1940, bilhar, xadrez) e, principalmente, a uma secção cultural, que, a despeito das perseguições da

PIDE, criou uma boa Biblioteca e dinamizou também colóquios, palestras e cursos de francês e inglês, dirigidos pelos sócios Carlos Alexandre e Gualter Morais. Foi logo após a II Guerra, com a entrada para a Direcção de Agostinho Saboga, António Veloso, Manuel Calvete e outros que o Operário mais decisivamente passou a dedicar-se ao desenvolvimento cultural dos sócios, sendo até proibidos os jogos de cartas.

Neste momento, tem a funcionar escolas de música, ginástica, informática, teatro e judo. Tem em formação um grupo coral misto e pratica ténis de mesa, bilhar e *subbuteo*. Nesta nova modalidade, o seu jogador júnior Jorge Breda foi em 1985-86 campeão nacional e 17º no Campeonato da Europa, disputado na Grécia.

Em 1954 o clube alugou um salão para festas na Av. 1º de Maio (junto à IVIMA), onde realizou teatro, saraus de música e bailes famosos. A sua sede social passara, entretanto, para um prédio da R. Pereira Crespo, nºs 9 a 11, onde se manteve por pouco tempo, pois logo passava para a R. Alexandre Herculano, onde se tem mantido até hoje³⁵⁷.

No seu período de transformação em clube cultural e recreativo, por volta dos anos 1940-50, o SOM pensou construir um pavilhão-sede. Adquiriu à CMMG terrenos situados no velho campo da Feira, próximo da fábrica da CIVE, mas nunca conseguiu concretizar o pavilhão por falta de verbas, apesar da boa vontade dos directores e sócios. Esses terrenos, actualmente de grande valor, permitiram à Direcção actual, presidida pelo grande amigo do SOM Dr. José Henriques Vareda, negociá-los com a Câmara Municipal e com a COVINA, do que resultou ficar o clube de posse das velhas instalações da Fábrica “dos Bengalas”, propriedade da COVINA, e aí construir, por adaptação, o velho sonho do Operário, que era o pavilhão gimnodesportivo e sede. Estas obras já se encontram em boa fase de realização, tudo indicando que o SOM ficará com as melhores instalações do género na região, pois trata-se de uma área de 7 500 m², dos quais 3 000 são cobertos.

Possui actualmente cerca de 1 240 sócios, que pagam mensalmente a cota de 20 escudos. Os sócios reformados pagam 10 escudos.

Os actuais Corpos Gerentes são compostos pelos associados Henrique José Sousa Neto (presidente da Assembleia Geral), José Duarte Bizarro (vice-presidente), Dr. Osvaldo Castro (primeiro secretário), Dr^a Maria João da Bela Franco Silva (segunda secretária), Dr. José Henriques Vareda (presidente da Direcção), Tomás Ferreira Rato e Francisco V. Jesus Pedroso (vice-presidentes), Jorge Manuel P. Oliveira Martins (secretário geral), Arnaldo Domingues Matos e Irene Sousa Franco (secretários adjuntos), Belmiro Jesus Duarte (tesoureiro), André Seco Coelho, Aníbal Marques Lino, Dr. Gustavo J. T. Quaresma, Dr. João Lopes de Matos, Dr. Jorge M. F. Marcelino Lopes, Dr. Luís Filipe G. Cardona, Vítor Manuel S. Domingues (vogais), Armando Gonçalves C. dos Santos (presidente do Conselho Fiscal), Artur Santos Cadima (secretário), Sebastião Rocha B. da Silva (relator).³⁵⁸

5. *Sport Império Marinhense*³⁵⁹

Fundado em 23 de Junho de 1923, no lugar do Engenho, por Sebastião Augusto da Mota, Júlio de Sousa Marques, Tito de Sousa Marques, Manuel Rosa dos Santos (“Pimenta”), José da Luz Lino, Joaquim Magalhães, Manuel Marques (“Escrivão”) e Manuel Bonita. O clube foi fundado tendo em vista a prática do futebol e nasceu da fusão de dois grupos populares do lugar: o Estrela e os Onze Aselhas.

No seu primeiro jogo, disputado no improvisado campo do Marco (próximo do aceiro L), alinharam: Manuel Rosa dos Santos, Arnaldo Pataco, Júlio S. Marques, João Ameixa, Francisco de Sousa, José de Sousa, António Calado, António de Oliveira (“Toni”), João Duarte, Francisco Duarte e outros de que não conseguimos apurar o nome. Também não

conseguimos saber contra quem se disputou o encontro, nem qual foi o resultado.

Teve a sua primeira sede social instalada na casa que é hoje de Manuel Marques Domingues (“Manuel dos Cavalos”), de onde passou pouco tempo depois para um prédio junto ao portão do Parque do Engenho, onde se manteve até 1958. A exiguidade dessas instalações levou um grupo de sócios, de que faziam parte, entre outros, Gervásio Pedroso Tojeira, Joaquim João Júnior e José Miranda Júnior, coadjuvados por vários outros associados, a pensar na construção de um ginásio-sede, onde se pudessem realizar espectáculos teatrais e bailes. Adquirido o terreno em 1957, em breve se começou a construção de um enorme barracão, cuja primeira pedra foi lançada em 11 de Agosto de 1960, com a presença de muitos sócios.

Hoje, decorridos vinte e cinco anos, o barracão foi sofrendo obras que o transformaram numa das melhores sedes da Marinha Grande. Consta de um amplo edifício que possui um dos maiores salões para festas, bailes, teatro, cinema, ginástica, bailados, conferências, etc., bar, salão para reuniões, balneários, Biblioteca e ainda um espaçoso recinto para festas de arraial. Está situado na Av. José Gregório, junto à fábrica da LEPE.

Também o SIM foi afectado economicamente pelas crises vidreiras dos anos 20, tendo limitado as suas actividades ao convívio dos sócios e à realização de bailes. Só a partir de 1937, levado pelo entusiasmo então existente na Marinha Grande pelo futebol, um grupo de rapazes fez ressurgir a modalidade no clube. Foram eles Diamantino dos Santos (“Pimenta”), Júlio Braga Barros, Joaquim Barosa, António Nobre, Adriano “Farpela”, Manuel “Pardaleiro”, António Franco (“Tofan”) Edmundo Órfão, António Júnior, Raimundo, Joaquim Marques de Oliveira (“Macatrão”), Américo S. Moiteiro (“Ervilha”) e outros. Alguns destes rapazes ingressaram mais tarde no ACM, onde marcaram posição destacada, como Diamantino dos Santos.

O clube teve também uma razoável equipa de ciclismo, dinamizada por Manuel Bonita (“Pirata”). Fizeram parte dessa equipa Joaquim Marques de Oliveira (“Macatrão”), António Marrazes Júnior (“Trinta e Três”) e Gomes da Silva (“Xixaro”), que participaram em muitas provas na região, sendo a sua melhor actuação na Volta dos Campeões, na Figueira da Foz, em que “Quim Macatrão” se classificou em 2º lugar. Por falta de meios esta equipa também foi extinta.

Nos últimos tempos, o SIM alargou as suas actividades desportivas à ginástica, ao futebol de salão, ao judo, e esporadicamente realizou algumas provas de atletismo. Digna de registo foi a secção de ginástica, que nos anos de 1981 e 82 desenvolveu grande actividade, tendo mantido cerca de 200 alunos, de idades entre os 3 e os 60 anos. Com ajuda da CMMG e participação graciosa do Sporting Clube de Portugal, realizou no pavilhão da Embra saraus de ginástica de grande nível. Foram monitores desta secção Silvina Martins, Rui Verdingola, António Gonçalves e Paula Margarida Abegão.

A seguir à extinção do ciclismo e do futebol no clube, o Império passou alguns anos inactivo, embora alguns “carolas” do teatro já nesses tempos procurassem virar o clube para o campo cultural.

Neste campo, o esforço feito pelo SIM tem sido, desde 1944, notável, principalmente no desenvolvimento do teatro amador (ver o capítulo sobre Cultura).

O clube realizou também os I Jogos Florais do Império, em Junho de 1967, dos quais foi promotor o presidente da Direcção, Joaquim João Júnior.

Destacam-se ainda as Caravanas da Amizade, iniciadas em 1968 por iniciativa de Adriano Paiva, onde os sócios conviviam e ouviam palestras de fervor clubista, feitas por amigos do Império. Esses passeios, que ainda se realizam, tiveram a virtude de proporcionar aos

sócios um desporto salutar e de promover a sua congregação à volta do clube, do qual alguns andavam arredados.

O Império possui actualmente cerca de 1 700 sócios, que pagam a cota mensal de 30 escudos.

As cores do clube são: camisola branca com riscas verticais verdes e calção branco.

Os responsáveis pelo Sport Império Marinhense são presentemente os seguintes: António Granjo de Sousa (presidente da Assembleia Geral), Manuel Meivavia (presidente da Direcção) e José Domingues Marques (presidente do Conselho Fiscal)³⁶⁰.

6. *Clube Marinhense*

Tem raízes na Associação de Classe dos Empregados no Comércio e Indústria Marinhenses, fundada em 31 de Janeiro de 1910 por António Afonso de Abreu, César Morais, Alberto Magalhães, Joaquim de Carvalho (antigo professor primário) e Rui Ferreira Barosa. Começou com 60 sócios.

Os fundadores tinham por fim criar uma associação para convívio dos sócios e desenvolvimento da cultura, tendo-se promovido neste clube vários saraus e récitas.

Em 15 de Março de 1934 um grupo de jovens associados, de que faziam parte Armando Neto Matias, José Matias Ferreira, João Freitas Órfão, Eduardo Couceiro de Sousa, entre outros, resolveu propor à Assembleia Geral, com alteração dos Estatutos, a nova denominação de Clube Marinhense, que vigora a partir dessa data.

A sua primeira sede foi instalada no prédio onde funciona hoje o Tribunal, mas logo de seguida passou para a R. Marquês de Pombal, n.º 6, onde ainda se encontra. A sede possui um grande salão para festas, bar e salas de convívio. O seu mobiliário, em parte cedido pelo extinto Clube dos Industriais Vidreiros³⁶¹, pode considerar-se do melhor que há em associações do género. O prédio onde está instalado é alugado, pertencendo hoje a uma empresa bancária.

Tem actualmente cerca de 220³⁶² sócios, que pagam cota mensal de 50 escudos. Tem também sócios honorários, que são António Afonso de Abreu (fundador), Raúl dos Santos Tovim e Floriano Pereira da Silva. São ainda dignos de nota, pelas ajudas prestadas ao clube, Jacinto de Abreu e Sousa e Guilherme Pereira Roldão.

Os Corpos Gerentes compõem-se dos sócios João Teodósio (presidente da Direcção), Emídio Pedro Pina (secretário), Moisés Guerra Nobre (tesoureiro), Casimiro Domingues João, Baltazar Manuel R. Martins, Floriano Morais M. Gândara e António José Abreu (vogais), António Vieira R. Ascenso (presidente da Assembleia Geral), José Manuel Faria Ferreira (vice-presidente), António José S. Garrido (primeiro secretário) e Hermenegildo Guarda Marques (segundo secretário).³⁶³

7. *Sociedade Desportiva e Recreativa Garcense*

Esta sociedade foi fundada em 1 de Dezembro de 1936, no lugar da Garcia, pelos senhores Manuel Ferreira, Manuel Henriques, Artur de Sousa, José Valente Sobrinho, Guilherme Lopes, Aníbal Nascimento e Manuel Frutuoso.

A sociedade tinha por fim a convivência e o desenvolvimento da cultura e recreio dos habitantes do lugar.

Hoje, decorridos cerca de quarenta anos, transformou-se no local de reunião do povo, onde se discutem os vários problemas do lugar e se lhes tenta dar solução. Foi aqui que nasceu a ideia de construir o Posto Médico da Garcia, que tantos benefícios trouxe ao

lugar e aos povos vizinhos, e cuja construção se fica a dever unicamente ao sacrifício dos seus habitantes, pois não teve ajudas das entidades responsáveis, salvo a CMMG, que contribuiu com materiais.

A Desportiva Garcieense começou por ter sede social em casas alugadas: primeiramente numa casa por detrás do Café Bela; depois numa casa de Maria Domingues; de seguida na casa onde consta ter vivido o poeta Rodrigues Lobo e em seguida numa casa de Maria Caetana (todas já desaparecidas). Em 1950 comprou a sociedade os terrenos onde está hoje instalada a sede social, cujas obras se iniciaram de imediato. O edifício, que sofreu em 1982 obras de beneficiação, é hoje uma boa sede, com salão de festas, sala de Direcção, palco para teatro, bar e outras dependências de utilidade.

Embora tivesse já praticado vários desportos, como futebol, ténis de mesa, voleibol, atletismo, etc., está hoje reduzida à prática do chinquillo e alguns desportos de sala.

Os seus equipamentos são: camisola branca com riscas verticais azuis e calção preto.

No campo cultural também a Garcieense desenvolveu grande actividade, com teatro e jograis (ver capítulo sobre Cultura). O grupo de jograis está agora a ser reestruturado.

No campo recreativo, a SDRG tem dado certo impulso ao ciclo-turismo, com a realização de caravanas ciclistas aos vários recantos da Mata (Fonte do Sardão, Fonte das Canas, etc.) onde se convive, praticam jogos desportivos e canto livre.

O clube tem presentemente 380 sócios, que pagam mensalmente a cota de 30 ou 20 escudos, esta para reformados.

Os seus principais dirigentes são os sócios Vítor Jesus Reis (presidente), António Baptista Valente (vice-presidente), Manuel Dias Oliveira (tesoureiro) e José Eduardo S. Vieira (secretário). Não se referem os restantes membros dos Corpos Gerentes por não nos terem sido indicados.³⁶⁴

8. Sociedade de Beneficência e Recreio 1º de Janeiro

Foi fundada em 1 de Janeiro de 1939, no lugar da Ordem, onde tem a sua sede social. Os fundadores foram Carlos Silva Couceiro, José Roque da Silva Couceiro, José Alexandre, Manuel Vicente Lopes, Manuel Lucas, António Carvalho Pedrosa, Alfredo Lucas, Arnaldo Martins da Silva, Joaquim Esperança Brito, Jacinto Possidónio Marques, Júlio da Cruz Paour, José Lucas e Luís Serrano Neto. O primeiro presidente da Direcção foi Carlos da Silva Couceiro.

A finalidade da sociedade era promover a beneficência, a cultura, o recreio e os desportos.

Alugaram uma casa de Maria Lucas, na R. Júlio E. Brito, para se instalarem, e começaram de imediato a construção de uma sede. Devido ao denodo com que a Direcção trabalhou, à ajuda dos sócios e, dum modo geral, à participação de todo o povo do lugar, esta construiu-se rapidamente, sendo inaugurada em 11 de Agosto de 1941. Os festejos desse dia, grande para a população do lugar, foram brilhantes. Houve uma sessão solene em que estiveram as autoridades concelhias, muitos convidados especiais e muito povo. Culminou com um grande baile, abrilhantado por duas das mais famosas orquestras da vila.

Decorridos quarenta e cinco anos após a fundação, a sociedade possui hoje uma sede social modelar, com boas instalações, onde salientamos: um grande salão de festas para bailes, cinema, teatro, ginástica e esgrima; gabinetes para a Direcção, Biblioteca (com cerca de 700 livros) e comissões desportivas; sala para convívio e prática de jogos de salão; um bar bem apetrechado; bons sanitários modernos; um ringue cimentado para

prática de futebol de salão, andebol e voleibol; um recinto vedado para realização de festas.

Em todas estas realizações têm os sócios e o povo do lugar colaborado com ajudas monetárias ou com trabalho. Um dos grandes beneméritos da sociedade foi o senhor Júlio Esperança de Brito, proprietário e comerciante do lugar. Também a CMMG ajudou sempre a colectividade, principalmente com materiais e maquinarias.

Esta sociedade é, conjuntamente com o Império, do Engenho, e a Sociedade 1º de Maio, de Picassinos, das únicas que dedicam especial atenção ao teatro (ver capítulo sobre Cultura).

No aspecto recreativo, a sua principal actividade são os famosos bailes, quase semanais, cuja tradição ainda se mantém, e o cinema.

No desporto, além dos jogos de salão (pingue-pongue, bilhar, etc.), tem também secções de pesca desportiva, voleibol e esgrima. A sua secção de ginástica desportiva e rítmica, onde estavam inscritas cerca de 90 pessoas de idades entre os 3 e os 25 anos, foi suspensa devido à falta de monitores.

O voleibol tem levado o nome da SBR 1º de Janeiro por todo o País, através das boas actuações realizadas. Foram este ano finalistas do Campeonato Nacional da III Divisão, o que lhes dará ingresso automático na II Divisão na próxima época. Da equipa, treinada por Moisés Saraiva Nobre, fazem parte Acácio M. C. Morais Matias (capitão de equipa e o melhor voleibolista da região), Vítor João Oliveira, Armando Agostinho, Adriano Vidal, Fernando Carlos, João Barosa Marques, Vítor Agostinho e outros.

O clube tem hoje 2 255 sócios (é o maior clube marinhense), que pagam a cota mensal de 15 escudos.

São sócios honorários os senhores Guilherme Correia, Álvaro Martins e Albertino Barosa, por ajudas que deram graciosamente à secção de teatro. São sócios de mérito Ilídio Oliveira Guerra e Júlio Esperança de Brito.

Uma nota que merece ser realçada é que a colectividade sempre ajudou as colectividades vizinhas com empréstimo de material necessário para organização de festas.

A Direcção actual é composta pelos sócios Joaquim Manuel Rosa Esperança, Guilherme Moiteiro Júnior, Luísa Fidalgo, Manuel Campos Claro, Vítor Rui Angélico, António Albino Carreira e alguns vogais.³⁶⁵

9. *Sporting Clube Marinhense*³⁶⁶

Este clube, hoje considerado um dos maiores, ou mesmo o maior da Marinha Grande no campo da cultura desportiva, sobretudo no basquetebol, hóquei em patins e patinagem artística, foi fundado no lugar da Embra em 29 de Janeiro de 1939. Foram seus fundadores João Ricardo Lopes Leal, Gervásio da Silva ("Mestre Gervásio"³⁶⁷) Adriano Freitas, Albino Pires e António Gomes.

A criação do clube teve por finalidade a associação das gentes do lugar de molde ao desenvolvimento da cultura e do desporto, na tentativa de os afastar da vida perniciososa da taberna, quase imperativa nessa época.

O clube teve a sua primeira sede social numa pequena casa alugada à família Grácio. Em 1943, um grupo de directores, de que faziam parte os fundadores, meteu ombros à construção de uma sede própria. Gervásio da Silva ofereceu o terreno; João Ricardo Lopes Leal, grande amigo e dinamizador do clube, facilitou o empréstimo do dinheiro necessário; e os restantes, senhores José dos Santos, Joaquim Gil, Joaquim Morgado, João Agos-

tinho, Albino Pires, Manuel Martins dos Santos, José Rodrigues, António Gomes, João Francisco e Joaquim Domingues, colaboraram com ajudas em dinheiro ou trabalho. Em Maio de 1944 foi inaugurada a sede, já instalada em terrenos próprios. Embora com instalações modestas, servia já a intenção dos seus fundadores.

Durante os primeiros tempos de vida do Sporting Clube Marinhense, a sua actividade desportiva e cultural foi muito limitada. Funcionava um bar e jogos de salão: cartas, dominó, bilhar e ténis de mesa.

Só em 1949 se iniciou a prática do basquetebol, em improvisado campo de terra batida e tabelas montadas em pinheiros. Em 7 de Junho de 1958, no entanto, o SCM inaugurou um ringue de patinagem, em cimento, onde também passou a praticar o basquetebol e o andebol. Com este novo campo o entusiasmo pelo basquetebol mobilizou as atenções da Direcção e de muitos sócios, dos quais se destaca José Marcelino Lopes (“Zé do Talho”) que na organização do basquetebol, sendo técnico Fernando Amaral, reputado desportista da Maceira, levou o clube à I Divisão Nacional, depois de ter ganho, invicto, o Campeonato Distrital de Leiria.

As cores das suas equipas são: camisola branca com tarjas verdes horizontais e calção preto.

As instalações desportivas para o grande desenvolvimento das modalidades de basquetebol, hóquei patinado e ginástica eram já insuficientes, o que levou um grupo de sócios, encabeçado pelo presidente da colectividade, Joaquim dos Santos Rocha, a pensar na construção de um pavilhão gimnodesportivo. Demovidas as primeiras dificuldades, conseguiu a Direcção ajudas dos sócios e das autoridades, com destaque para a Direcção Geral dos Desportos, e iniciou a obra, que foi inaugurada em 28 de Dezembro de 1966.

Este pavilhão, considerado ainda hoje o melhor da região, está apetrechado com todos os requisitos para a prática de desportos. Possui balneários, salas para massagens, posto médico, etc., e tem capacidade para 3 500 espectadores sentados. O pavilhão da Embra trouxe à Marinha Grande um novo incentivo para a prática desportiva das modalidades chamadas “pobres” - o basquetebol, a patinagem, o andebol, a ginástica e o futebol de salão que tiveram um incremento muito grande. Permite também a realização de grandes espectáculos culturais.

No basquetebol, o SCM passou a ser o melhor representante do distrito nos Campeonatos Nacionais da I Divisão, obtendo na época de 1968-69 o honroso lugar de terceiro classificado.

Na modalidade de hóquei em patins, chega a disputar o Campeonato Nacional da II Divisão, classificando-se em terceiro lugar em 1985.

Organiza desde 1966 o Campeonato de futebol de salão da Marinha Grande, com a participação média anual de 40 equipas, que movimentam cerca de 500 atletas.

Iniciou em 1975 uma escola de patinagem artística, sob direcção do senhor Vergílio da Cruz Ferreira e de Luísa Santos. O entusiasmo por esta modalidade, que tem hoje cerca de 150 praticantes de ambos os sexos, com idades entre os 2 e os 21 anos, levou a direcção do SCM a contratar a ex-patinadora do SCP Dr^a Clara Louro para dirigir a secção. A competência e o amor que a Dr^a Clara Louro tem dedicado à escola tem levado o nome da Embra e da Marinha Grande à admiração de milhares de pessoas, que têm presenciado os vários festivais realizados não só na terra como em Leiria, Caldas da Rainha, Alcobaça, etc..

Também no campo cultural o Sporting Clube Marinhense se tem esforçado bastante. Além da antiga actividade teatral (ver capítulo sobre Cultura), possui uma Biblioteca e

tem realizado várias palestras e colóquios de âmbito cultural e desportivo.

A Direcção não pára com o engrandecimento do clube. Está neste momento a remodelar a sua sede social, apesar dos esforços financeiros a que isso obriga. Conta, para isso, com a dedicação dos associados, sempre prontos, e com a ajuda da Câmara Municipal e Junta de Freguesia, que sempre têm contribuído. Está também a proceder ao arranjo do antigo campo de hóquei, com uma nova vedação que permitirá a prática do ténis.

Entre os dinamizadores do clube nas últimas décadas contam-se, além dos já referidos, Agostinho da Silva, Idalino Domingues, António Santos Mendes, Rui Graça Simões, Álvaro Azenha Amaral e muitos mais de que não temos os nomes

O SCM tem presentemente 1 260 sócios, que pagam a cota mensal de 30 escudos.³⁶⁸

10. Clube Desportivo de Casal Galego

Foi em 19 de Março de 1941 que, no lugar de Casal Galego, um grupo de moradores fundou esta associação. Foram eles os senhores José Cosme, Manuel Lourenço Sobrinho, José Vicente, Manuel dos Santos Pereira (“Pimenta”), Manuel Francisco Tojeira, Manuel de Sousa Pêcego (“Barreiros”³⁶⁹), Manuel Baridó, António Baridó e João de Sousa (“Bacharel”)³⁷⁰.

A ideia da fundação do clube foi, principalmente, a necessidade de criar uma associação onde os habitantes do lugar convivessem, fugindo assim ao mau ambiente das tabernas.

De início, o clube instalou-se numa casa alugada, na actual Rua 37, mas logo a partir de 1953, com o esforço da gente do lugar, construiu uma sede, inaugurada com grandes festejos em 30 de Maio de 1954, e que tem vindo a ser ampliada e renovada. Hoje já é uma sede social muito razoável, com salão de festas, bar, biblioteca e sala de Direcção. Também foram construídos balneários para uso de atletas e, também, para uso dos sócios. A Direcção actual já mandou elaborar um projecto de ampliação da sede, com vista a futuras actividades, a concretizar logo que haja disponibilidade financeira.

No campo cultural, o clube fundou em 1958 um Grupo Cénico, tendo realizado algumas festas.

Realiza também, nas comemorações anuais de aniversário (primeira semana de Junho) as tradicionais festas de arraial, que duram três dias e que levam ao lugar muitos forasteiros.³⁷¹

No campo desportivo, tem classes de ginástica, pratica alguns desportos de salão e organiza anualmente, aquando dos festejos, a já célebre corrida de bicicletas *Voltas a Casal Galego*, que tem reunido os melhores corredores da região.

O Desportivo de Casal Galego possui cerca de 500 sócios, que pagam 20 e 10 escudos mensais (a cota mais baixa é para menores e reformados).

A Direcção actual compõe-se dos sócios Jacinto Pereira Lourenço (presidente), Noé da Luz Fazendeiro (vice-presidente), José Vaz dos Santos (tesoureiro), Rui Martins da Silva (primeiro secretário), Armando Véstia Simão (segundo secretário), Jacinto Pires, Elísio Paiva, Silvério de Jesus Baptista, José Prior, José Medeiros e Fernando Figueiredo (vogais). Fazem ainda parte dos Corpos Gerentes Hermes de Sousa Roque (presidente da Assembleia Geral), Aurélio Barroso Alves (primeiro secretário), Manuel Ribeiro (segundo secretário), Vítor Manuel C. Domingues (presidente do Conselho Fiscal), Joaquim Domingues (primeiro secretário) e Mário Pires (segundo secretário).³⁷²

11. Sociedade Desportiva e Recreativa do Pilado e Escoura

Esta sociedade, fundada em 1948, no lugar do Pilado, pelos senhores José Alves, Aníbal Marcelino, José Ferreira Fazendeiro, Joaquim D. Moleirinho e outros piladenses, teve por fim o convívio e distração da população dos dois lugares e a prática do desporto, da cultura e do recreio.

Embora tivesse instalado a sua sede social numa velha casa do centro do Pilado, e apesar da boa vontade dos sócios, nos primeiros tempos a sociedade passou por grandes dificuldades financeiras, sem ajudas das entidades oficiais, e por isso não conseguiu realizar as obras que estavam previstas, o que a levou quase à inactividade durante alguns anos.

Entretanto os tempos foram mudando. Passou a haver mais dinheiro. Os emigrantes podiam colaborar e também as autoridades concelhias estavam abertas a prestar ajuda. Assim, por volta de 1982, um grupo de homens cheios de boa vontade e dinamismo fez ressurgir a velha sociedade. A comissão, composta por José Francisco Duarte Calado, Joaquim Cruz Martins, David Simões Martins, Mário Marcelino Pereira, David Frutuoso Simões, Fernando Inácio Martins, Virgílio Martins, Adelino Sousa Neto³⁷³ e outros, informou a população sobre os projectos que tinham em mente. Aprovados esses projectos, constituiu-se uma nova Direcção, composta na maioria por elementos da Comissão, que deu imediato seguimento ao plano das obras.

Assim, com a ajuda do povo do Pilado e da autarquia, começou-se o restauro da sede social, obra que está já em vias de acabamento. Compõe-se de salão de festas, bufete, balneários, etc.. As outras obras, que constam principalmente da construção de um infantário, em terrenos já adquiridos pela sociedade, estão somente a aguardar verbas prometidas pela Câmara Municipal³⁷⁴.

Embora de momento o clube mantenha somente uma equipa de chinquillo, nota-se já uma boa frequência na sede e movimentam-se comissões para actividades culturais e desportivas. É ainda propósito da nova Direcção a realização de festas, colóquios, teatro, actividades culturais e gimno-desportivas. As cores das suas equipas não estão ainda definidas, mas conta-se que sejam à base de verde e branco.

A sociedade tem 300 sócios, que pagam mensalmente a cota de 30 escudos.

A Direcção actual compõe-se dos sócios José Francisco Duarte Calado (presidente), Mário Marcelino Pereira (vice-presidente), David Simões Martins (tesoureiro), David Frutuoso Simões (secretário), Fernando Inácio Martins e Virgílio Martins (vogais). Presidem ao Conselho Fiscal Joaquim da Cruz Martins e à Assembleia Geral Adelino Sousa Neto.³⁷⁵

12. Clube Desportivo e Recreativo da Amieira

Foi fundado em 9 de Maio de 1951 pelos senhores Albino Francisco Franco, António Franco, Manuel Francisco Lavos e José Francisco da Silva.

A razão principal da fundação do clube foi a de reunir em convívio os habitantes do lugar e assim afastá-los da taberna, sempre com perniciosos resultados. A outra intenção era afastar os jovens de caminhos errados e interessá-los no desporto. Ambas foram atingidas, sendo hoje o Clube Desportivo local de reunião de velhos e novos.

O clube tem hoje uma sede social, situada no centro do lugar, com salão de festas, palco e bar. Possui também um campo para a prática do futebol, com razoáveis condições, e um parque infantil, construído em terrenos seus, junto à sede, com ajuda camarária (obra louvável, que deveria ser seguida noutros lugares).

No campo cultural, o clube mantém um pequeno grupo de teatro, uma biblioteca e um grupo de dança *jazz*, cuja dinamização se deve à amieirense Rosinda Arrimar.

No desporto, além dos chamados desportos de salão, possui equipas de futebol feminino e masculino, ambas puramente amadoras. Foi um dos primeiros clubes da Marinha Grande a iniciar a prática do futebol feminino, tendo obtido um lugar cimeiro no distrito. Está filiado na Associação de Futebol de Leiria e tem disputado nos últimos três anos os Campeonatos da I e II Divisões Distritais. As cores usadas pelas suas equipas são o amarelo e o verde.

Comemora o seu aniversário em Maio, com a realização de bailes, festa de arraial e eventos desportivos.

O clube tem cerca de 450 sócios, que pagam a cota mensal de 25 escudos.

A actual Direcção é composta pelos associados Amílcar dos Santos Martinho (presidente), Manuel Gonçalves Lino (vice-presidente), Luís Filipe Clemente (secretário), Rosinda da Silva Arrimar (tesoureira), Daniel Rodrigues Nunes, Jaime Ramos Ribeiro, Manuel Nunes Lopes, Vítor Manuel Lopes Lavos, Fernando Almeida Mário, António Cipriano Silva Bento e Almiro Rosa (vogais).³⁷⁶

13. Sociedade Desportiva e Cultural das Trutas

Esta sociedade foi fundada em 17 de Maio de 1952, no lugar das Trutas, pelos senhores João de Sousa “Bacharel” e Manuel Jesus Rosa, integrando hoje duas outras existentes no lugar: Sociedade Instrutiva e Recreativa das Trutas e Clube de Futebol Real Trutense.

Foi fundada com vista ao convívio das gentes do lugar, e também ao desenvolvimento da cultura e recreio dos seus associados.

Nos primeiros tempos teve a sua sede social em várias casas do lugar, mas em 1960 construiu um edifício próprio, em terrenos que comprou. Trata-se de um grande edifício com salão para festas e desportos, bar, sala da Direcção, etc.. Possui também um grande terreno totalmente vedado para festas de arraial e um campo para a prática do futebol, com boas condições.

As modalidades desportivas praticadas são o futebol (disputa o Campeonato da Associação de Futebol de Leiria, na II Divisão Distrital), a pesca desportiva e a ginástica. Esta última tem estado inactiva por falta de monitores. Também já se praticaram atletismo e *badmington*.

As cores do clube são: camisola amarela e calção azul.

Houve também em tempos actividade cultural, através do teatro e de uma pequena Biblioteca.

O clube tem 400 sócios, que pagam mensalmente a cota de 20 escudos.

Nos últimos tempos o grande dinamizador tem sido o senhor Carlos Jesus Gaspar, - presidente da Direcção, que se compõe também dos sócios João Sousa Rosa (vice-presidente), José Alberto Marques Matias (tesoureiro), Álvaro Franco Barosa (secretário), Reonildo T. Boiça, Carlos Silva André, Silvino Rodrigues, António Santos Ferreira, Luciano Santos Ferreira, Luísa Maria Franco e Francisco Nunes Arsénio (vogais).³⁷⁷

14. Sociedade Instrutiva e Recreativa 1º de Dezembro

Esta sociedade foi fundada em 25 de Março de 1958, no lugar de Pero Neto, pelos senhores Júlio dos Santos, Manuel Rocha e Joaquim Martinho da Silva. A inauguração da sede verificou-se em 20 de Abril do mesmo ano, em casa alugada.

O clube tinha por fim o convívio dos habitantes do lugar, o desenvolvimento cultural e recreativo e, principalmente, a criação de espírito associativo.

Durante o primeiro ano de vida a sociedade passou por imensas dificuldades directivas. Só em Janeiro de 1959 essas dificuldades foram ultrapassadas, constituindo-se uma nova Direcção, composta por sócios de boa vontade e que deram novo rumo à associação. Os Corpos Gerentes ficaram assim constituídos: Manuel Esteves Elói (presidente da Direcção), Joaquim Martinho da Silva (vice-presidente), Joaquim Francisco Agostinho (secretário), António F. Marques (tesoureiro), Júlio de Sousa, Augusto da Silva Carolos, Manuel Augusto Rocha e Virgílio Gregório (vogais), José Francisco Agostinho (presidente do Conselho Fiscal), Jacinto Gaspar (secretário), Eugénio Lino (relator), Mário Ribeiro Órfão (presidente da Assembleia Geral), Manuel Carvalho Júnior e José Augusto Rocha (secretários).

Anos volvidos, o clube pensou seriamente na construção de uma sede. Com a ajuda dos sócios, de pessoas amigas e também da CMMG, iniciaram-se as obras, que se encontram quase concluídas. Trata-se de um bom edifício, com um grande salão para festas, salas diversas, bufete, sanitários, etc.. Além da sede possui também um campo para a prática de futebol, com razoáveis instalações.

As principais actividades são hoje o futebol e alguns desportos de salão. Em futebol, disputam o Campeonato Popular do Oeste, tendo já ganho, em 1983-84, a taça respectiva. Vestem camisolas brancas com lista verde.

Embora tenha já havido um grupo de teatro, essa actividade está parada.

O clube tem cerca de 370 sócios, que pagam a cota mensal de 15\$00 e 10\$00 (senhoras).

Os Corpos Gerentes actuais são compostos por José Herculano da Conceição Paour (presidente da Assembleia Geral), Carlos Elói e Manuel José Ferreira (secretários), Vítor José dos Santos (presidente da Direcção), Virgílio Gregório (vice-presidente), Nuno Lino e José Queirós (secretários), Carlos Gomes (tesoureiro), Manuel Rocha, Albino Hilário, José Ascenso, Vasco Marques, Albino Pereira, António Santos, Aires Manuel e José Ferreira (vogais), Aires Gregório (presidente do Conselho Fiscal), Reinaldo Rocha (secretário), Isidro Mendes (relator).³⁷⁸

15. Associação Cultural e Recreativa da Comeira

Este clube iniciou-se em 1963, com o nome de Grupo Desportivo da Comeira. Foram seus fundadores os senhores Francisco Vicente, Joaquim Pinto, Silvino Pêcego ("Borracho"), Tibério Braga Pontes, José Gomes da Silva, Constantino Gomes da Silva, Joaquim de Sousa, José Francisco Pinto, Manuel Dinis, António Lucas, João Odorico, Franklim Ramos, Albano dos Reis, Floriano Ezequiel Carvalhais e Ernesto Ezequiel Carvalhais.

Inicialmente, o clube foi fundado para a prática do futebol, mas em Junho de 1971 sofreu grande transformação: legalizou-se, passando a denominar-se Associação Cultural e Recreativa da Comeira; os sócios construíram uma sede social, localizada no centro do lugar, em terrenos adquiridos, e desenvolveram outras actividades, principalmente no campo da cultura.

A sede social, que se compõe de uma sala com bar para convívio dos sócios, sala da Direcção, cozinha, balneários e um salão para festas com palco para teatro, é um bom edifício. A associação possui ainda um bom campo para futebol e um recinto para festas de arraial.

No campo desportivo, além dos jogos de salão pratica o chinquillo e o futebol. Nesta modalidade tem disputado o Campeonato Popular do Oeste, cuja Taça Disciplina já ganhou

por duas vezes. As cores do clube são: camisola azul e calção branco.

No campo cultural a sua acção tem andado à volta do teatro, dinamizado por Francisco Vicente. A CMMG tem dado apoio a esta secção cultural, subsidiando-a; no ano passado, contribuiu com 50 contos.

O clube realiza também, anualmente, festejos populares, donde lhe vêm os principais proventos. De notar que, por força estatutária, as Direcções deste clube nunca podem entregá-lo às seguintes com dívidas.

Tem cerca de 500 sócios, que pagam a cota mensal de 10 escudos. Tem um sócio honorário, que é o senhor Diamantino André.

Os actuais Corpos Gerentes da Sociedade compõem-se dos sócios Francisco Vicente (presidente da Assembleia Geral), Abel Ascendino (secretário), Artur Francisco (presidente da Direcção), Joaquim Pêcego (vice-presidente), Vítor Soares (secretário) e Álvaro Carvalho (tesoureiro)³⁷⁹.

16. Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras

Foi fundado em 15³⁸⁰ de Novembro de 1973, no lugar das Figueiras, pelos senhores Leonel Augusto Alves, Aníbal de Sousa Rosa, Álvaro José Amaral da Silva, José António Franco de Sousa, António José Rodrigues Rafael, Carlos Alberto Marques Pereira e Albino Manuel Santos Esteves.

O fim para que se criou o clube foi a prática do futebol, e também a criação de um ambiente propício ao convívio das gentes do lugar.

Assim, a primeira Direcção começou por instalar a sede social numa casa cedida pelo senhor Manuel de Sousa ("Manuel da Avó"), grande amigo do clube e sócio número um. Lutando com muitas dificuldades financeiras, o clube mudou várias vezes de casa: esteve instalado em barracões de Amadeu Gomes Ferreira Serra, José Oliveira Tavares e de novo no de Manuel de Sousa. Só em 1978, devido ao esforço dos sócios e da população do lugar, se iniciou a construção da actual sede em propriedade adquirida, situada no centro das Figueiras. Esta sede, cujas obras de beneficiação e ampliação ainda não pararam, pode já considerar-se um exemplo do colectivismo dos moradores do lugar, pois é uma das melhores da Marinha Grande. Compõe-se de um grande salão para festas, com palco, de salas de jogos, bar, balneário, cozinha, etc.. Possui ainda o clube um grande recinto, onde realiza as tradicionais festas de arraial.

O clube das Figueiras abandonou há já alguns anos a prática do futebol mas não o campo do desporto. Tem secções de futebol de salão, chinquillo, atletismo e alguns jogos de salão.

Mas a sua realização mais importante é a organização da já tradicional Meia Maratona das Figueiras. Prova realizada desde 1982 com a colaboração da CMMG, que lhe tem dado todo o apoio, quer técnico quer financeiro, é bastante divulgada, trazendo à Marinha Grande centenas de forasteiros. Realiza-se dentro da vila e proporciona grande divulgação a este desporto, em que os portugueses são os melhores do mundo. Os seus vencedores, até hoje, foram António Peralta, do Atlético Clube Marinhense, em 1982, Fernando Fernandes, de Loures, em 1983, Óscar Santos, do Régua, em 1984 e João Lopes, da Inter, em 1985. Em 1984 teve a participação de 880 atletas, vindos de várias regiões do país, tendo o melhor marinhense sido Raimundo dos Santos, do Atlético Clube Marinhense, que se classificou em décimo lugar. Em 1985 o melhor marinhense foi Vergílio João, do ACM, que se classificou em quinto lugar.

No campo cultural, para o qual se virou há alguns anos, o Grupo tem realizado anualmente o Festival da Canção Popular das Figueiras, onde se têm revelado grandes valores da canção. Também tem organizado festivais folclóricos e uma exposição de Bordados confeccionados por senhoras do lugar, cuja venda se destina ao clube (actividade inédita nas colectividades marinhasenses). Igualmente tem havido teatro, tanto pelo Grupo Cénico da casa como por outros.

É também de grande importância a criação e actividade do Rancho Folclórico Etnográfico Infantil das Figueiras, a sua grande obra, que é um grupo de danças e cantares único na Marinha Grande (ver o capítulo sobre Cultura).

O clube tem actualmente cerca de 700 sócios, que pagam cotas mensais de 15 ou 25 escudos.

A Direcção do clube é actualmente a seguinte: António Vareda (presidente), Adriano Pereira (vice-presidente), Anselmo (primeiro secretário), José Maria (segundo secretário), Vítor Rosa (tesoureiro), José Domingues, Vítor David, Aníbal Rosa, Augusto de Sousa, Manuel Felício, Florindo Pereira, António Pedro, António Amado, Albino Esteves, Joaquim Pereira e José Coimbra (vogais).³⁸¹

17. Clube Recreativo Amieirinhense³⁸²

Foi fundado em 23 de Outubro de 1974 (data de publicação dos estatutos, antes da qual o Clube já funcionava desde o final dos anos 60³⁸³) no lugar da Amieirinha, onde tem a sua sede social. Foram seus principais fundadores os senhores João Francisco de Sousa, Reinaldo da Silva Bárbara, Joaquim da Costa, José Rosa de Sousa, Manuel André F. Sapateiro e António Claro de Sousa.

A finalidade da associação era o convívio entre os sócios e a prática de alguns desportos, principalmente o futebol.

Apesar da sua pouca idade, o clube conseguiu já um património valioso, pois possui uma sede social, em terrenos doados por José Caetano e Maria do Rosário, com grande salão de festas, salas para a Direcção, bar, cozinha e ainda um anexo onde está instalada a Banda Filarmónica e escola de música. Ainda possui um terreno anexo à sede, totalmente vedado e cimentado, utilizado para festas e para a prática desportiva. Um dos programas que têm em vista é a construção de um parque desportivo, cujo terreno, com cerca de 10 000 metros quadrados, já foi adquirido.

O desporto mais praticado tem sido o futebol. O clube teve várias equipas filiadas na Associação de Futebol de Leiria, nas categorias de infantis e femininos, que foram abandonadas por falta de praticantes. No futebol sénior tem-se limitado a disputar o Campeonato Popular do Oeste, onde por mais de uma vez foram campeões. O seu velho campo de futebol, situado ao Sul do lugar, não tem as condições regulamentares, razão por que não disputam os campeonatos oficiais da A. F. de Leiria.

No campo da cultura, e embora tenha tido alguma actividade teatral (que, por falta de ensaiadores e técnicos, foi aos poucos abandonada), é sem dúvida nenhuma a Banda Filarmónica que mais tem prestigiado o lugar da Amieirinha. A banda não pertence ao Clube, embora beneficie da sua indispensável colaboração e funcione nas suas instalações.

O clube tem 735 sócios, sendo a cota mensal de 20 escudos (7\$50 para os reformados).³⁸⁴

18. Grupo Desportivo, Cultural e Recreativo de Casal dos Ossos

Este clube, fundado em 28 de Setembro de 1976, tem a sua sede social no Casal dos Ossos, em casa alugada. Foram seus fundadores os senhores Artur Cintrão, Francisco Martinho, José Magalhães, Fernando Magalhães, António Duque, José Ângelo, Virgílio Ribeiro, Leandro Siopa, Joaquim Vicente e Henrique Rosa Alexandre.

A finalidade do clube é a prática do futebol e o convívio entre a população do lugar.

Clube modesto, não possui ainda um parque desportivo, utilizando o campo de jogos da Estação. Tem no entanto a promessa da CMMG de, em data oportuna, ajudar à sua construção.

A sua equipa de futebol, que veste camisola verde e calção branco, começou por disputar o Campeonato Popular do Oeste, que venceu em 1984-85, e disputa hoje o Campeonato Distrital da A. F. de Leiria.

No campo recreativo, tem organizado festejos anuais para convívio dos sócios. É digno de nota, o convívio que se realiza no Tromelgo para sócios, familiares e simpatizantes, onde se come e bebe, se realizam pequenos jogos e se canta, reunindo milhares de pessoas. Realiza também os já tradicionais festejos de 10 de Junho, no lugar, e ainda, pelo Natal, um convívio para as famílias dos sócios com distribuição de brinquedos às crianças.

O clube tem cerca de 250 sócios, que pagam a cota mensal de 10 escudos.

A Direcção actual é composta por Joaquim Pereira (presidente), João Afonso Rosa (vice-presidente), João Carlos (tesoureiro), Manuel Moiteiro (secretário), Luís Ramos, Nelson Roque, Carlos Próspero, António Bernardo, José Pereira, Mário Leal e Ângelo Silva (vogais).³⁸⁵

19. Conselho das Colectividades³⁸⁶

Realizou-se em Janeiro de 1970 o Festival das Colectividades.

Em Agosto de 1972 realizou-se no Tromelgo o I Piquenique das Colectividades, com grupos corais e outras atracções.

D. Associações de carácter essencialmente desportivo

1. Atlético Clube Marinhense

Apesar de actualmente existirem na nova cidade da Marinha Grande várias dezenas de clubes desportivos, este continua a ser de todos o mais prestigiado, principalmente na modalidade de futebol.³⁸⁷

Foi fundado em 1 de Janeiro de 1923 por Adriano Marques Roldão, Adriano Possidónio Marques, Adriano Rodrigues, Álvaro Mário Couceiro Neto, Dr. António Gomes de Almeida, Armando de Abreu e Sousa, Armando Luís Marques, Joaquim Neto Ferreira, José Pereira Ferreira, Luciano Nobre Marques, José Guarda Marques e Matias Freitas Órfão. Além dos fundadores, fizeram parte da primeira Direcção Joaquim de Carvalho Salgueiro, José Matias Ferreira, Aníbal da Silva Neto, António de Abreu e Arnaldo Galo. Guilherme Pereira Roldão foi o primeiro presidente da Assembleia Geral.

A finalidade da fundação deste clube foi a prática dos desportos, principalmente do futebol. Foi sempre um clube voltado para o desporto, nunca tendo tido preocupações com o aspecto cultural da sua massa associativa³⁸⁸. Além do futebol, praticou pesca desportiva, tiro aos pratos, tiro aos pombos, ténis, natação, ciclismo, basquetebol, voleibol, ténis de mesa, atletismo e columbofilia.

As cores desportivas do clube são: camisola com listas pretas e brancas ao alto e calção preto.

Nos primeiros anos, o Atlético atravessou grandes dificuldades financeiras, agravadas por volta de 1927-28, devido à grande crise vidreira. Raúl dos Santos Tovim e Joaquim Carvalho Salgueiro conseguiram ultrapassar essa grave situação, garantindo a sobrevivência do clube.

A primeira sede foi instalada no sótão da cavalaria de Jacinto de Abreu ("Bailarico"), onde hoje é o pátio da Câmara Municipal. Esteve depois instalada em várias casas, todas elas alugadas: nº 11 da R. Alexandre Herculano, nº 4 da R. Joaquim de Carvalho Oliveira, onde em tempos estivera a fábrica de licores Coelho & Galo, R. Marquês de Pombal, Travessa Marquês de Pombal, R. Pedro Viana. A sede é hoje no Largo do Albuquerque. A secretaria funciona nas instalações do campo de jogos. Em 1955 realizou-se uma campanha de fundos para construção de um ginásio-sede, tendo havido muitas ofertas, em materiais de construção e em trabalho. Mas direcções posteriores tudo venderam para realizarem o capricho utópico de levar o clube à I Divisão Nacional. Com a mesma intenção, mais recentemente, foi subalugada parte da sede, privando os sócios de salas de convívio e dos chamados desportos de salão, como o bilhar e o ténis de mesa.

O primeiro campo foi construído no Pinhal da Feira, tendo sido inaugurado em 1 de Maio de 1923. Não tinha sequer um vestiário e a vedação era feita por uma corda. Nos anos 1930, por impulso de Joaquim de Carvalho Salgueiro, coadjuvado por Aníbal Roque (antigo jogador do Chelas, de Lisboa), construiu-se, com a ajuda de muitos sócios e praticantes, o actual campo da Portela, que ainda se mantém, em terreno alugado aos herdeiros de António Morais. Pelos anos adiante foram feitas obras neste campo: em 1939, foi vedado; em 1941, fez-se a bancada; em 1955, construíram-se os balneários e as cabines médica e de árbitros. Construíram-se depois instalações sanitárias, secretarias, garagem, arrecadações e um ringue de patinagem. É um dos melhores campos "pelados" do distrito; foi alvo de obras recentemente, apresentando um bom aspecto.

O ACM possui ainda um autocarro para transporte dos seus atletas.

Ao longo de 62 anos de actividade desportiva, o clube conquistou alguns milhares de troféus, que representam o esforço de muitos atletas e não têm sido devidamente resguardados, encontrando-se numa dependência dos balneários.

O primeiro jogo de futebol realizado foi em 1923, na inauguração do campo, com o União Futebol Leiriense, sendo a primeira equipa composta pelos seguintes jogadores: guarda-redes, Luciano Nobre Marques; defesa direito, Joaquim Matias Ferreira; defesa esquerdo, Arnaldo Galo; meio defesa direito, João Freitas Órfão; meio defesa esquerdo, Manuel Matias Ferreira; meio defesa central, Álvaro Neto; ponta direita, José Galo; meia direita, Rogério Morais; avançado centro, Jaime Pereira Ferreira; meia esquerda, José Pereira Ferreira; ponta esquerda, José Afonso de Barros. Foram juizes de linha Matias Freitas Órfão e José Guarda Marques, dando o pontapé de saída Guilherme Pereira Roldão. Este jogo foi apreciado por centenas de pessoas, tendo saído vencedora a equipa de Leiria por, salvo erro, quatro bolas a uma.



Fig. 113 - Equipa de futebol do ACM.

Mas foi após a criação da Associação de Futebol de Leiria (20 de Maio de 1929), da qual o ACM foi fundador, que o futebol teve maior incremento, pois começou a disputar-se o Campeonato Distrital, que despertou grande entusiasmo. Sob preparação técnica de Aníbal Roque (primeiro treinador do clube) e orientação de Joaquim C. Salgueiro, foram escolhidos os seguintes jogadores: Afonso Henriques, Francisco A. de Barros, José Órfão, Vitorino Saraiva, Artur Nogueira, Alfredo Veloso, Pascoal, José Rato, José Saraiva, Augusto Nogueira, Aníbal Roque (capitão) e Aníbal Augusto. Esta famosa equipa venceu sete dos primeiros nove Campeonatos Distritais, sendo consecutivas as primeiras quatro vitórias (1930-31 a 33-34). Nesses tempos, o seu valor era tal que dez dos seus onze jogadores faziam parte da selecção do distrito.

O clube obteve também, em seniores: três presenças na Liga, nos anos 30, sendo em 36-37 primeiro do 5º Grupo e primeiro da zona B; vinte e oito presenças na II Divisão, nos anos 30, 40, 50, 60, 70 e 80; treze presenças na III Divisão, nos anos 50, 60, 70 e 80, tendo sido primeiro da Zona B e disputado a meia-final em 1954-55 e sido primeiro da Zona C e disputado a meia-final em 1968-69; vinte e seis presenças na Taça de Portugal, nos anos 50 e 80, tendo atingido os oitavos de final em 1971-72 e 1984-85. Em juniores, conta várias presenças no Campeonato Nacional, tendo disputado a meia-final na época de 1943-44 e chegado à segunda fase na época de 1983-84. Em juvenis, disputou o Campeonato Nacional na época de 1982-83.

Por volta de 1955, o ACM enveredou pelo futebol profissional, medida bastante contestada por vários sócios.

Dentre os futebolistas do clube, evidenciaram-se Vítor Manuel Soares Fernandes, que foi jogador profissional e fez parte da selecção nacional da modalidade, assim como Esperança Reis, José João Pedroso Martins, Parada, Leitão e Vítor Manuel (que não foram formados no ACM).

O clube dedicou-se também à prática do ciclismo, tendo vencido várias provas a nível nacional e internacional, nomeadamente através de José Gaspar Pedroso Júnior, que se tinha iniciado no SOM. Também correram neste clube António Marrazes Júnior, (o "Trinta e Três"), Joaquim Marques de Oliveira, etc..³⁸⁹

O Atlético foi também campeão distrital em ténis de mesa.

Em atletismo, várias figuras aqui se destacaram, sendo os mais antigos António Lourenço Ferreira e Álvaro Alves Marrazes (ver Biografias). Ana Paula André foi várias vezes campeã distrital no lançamento de peso, foi campeã da Estremadura e Vale do Tejo na categoria de infantis, campeã nacional juvenil na época de 1982-83 e segunda classificada no Campeonato Nacional de juniores em 1983-84. Raimundo dos Santos detém, além de vários títulos distritais, o de melhor iniciado em 1500 metros nos Campeonatos Nacionais de 1982-83. Na época de 1983-84 foi campeão nacional em 800 e 1500 metros (juvenis) e terceiro nos Campeonatos Nacionais de juniores, em pista. Transferiu-se depois para o Sporting Clube Portugal. Fernando da Costa Figueiredo iniciou-se em 1980-81, tendo sido campeão nacional da categoria de iniciados. Já no Atlético, a partir da época de 1983-84, foi campeão distrital e em 1985 foi campeão nacional. Ainda em 1985, foi seleccionado para representar Portugal nos Campeonatos Mundiais de Corta-Mato, disputados no Estádio Nacional (Jamor), onde se classificou em 28º lugar, sendo o melhor português; a sua melhor marca nos 3000 metros foi de 8.29.8.

Foi ainda no Atlético que se iniciaram na Marinha Grande as actividades de boxe - trazido primeiramente pelo campeão do Sul de Portugal, Faustino Pereira, e mais tarde continuado por Alípio das Neves Morais Matias - assim como a prática do tiro, havendo por volta de 1940 vários campeões, como Acácio Morais, Joaquim Dinis Alves e também Alípio Morais Matias (ver também o ponto Outros Elementos sobre Desporto).

Em 1973, aquando das suas bodas de ouro, o clube foi agraciado pela Câmara Municipal com a Medalha de Prata do concelho e pelo Ministro da Educação com a Medalha de Bons Serviços Desportivos. Foi ainda declarado de Utilidade Pública.

Tem cerca de 1 500 sócios, que pagam mensalmente, segundo o seu lugar no acesso aos jogos de futebol, 160, 200 e 240 escudos. Tem como sócios honorários os senhores Álvaro Couceiro Neto, sócio fundador e nº 1, e Dr. Silva Pinto, antigo ministro das Corporações. Além destes, ajudaram o clube, em várias épocas, Aníbal H. Abrantes, Luís Ferreira da Silva, António Rodrigues dos Santos ("Picotilho"), Joaquim Guarda, José Manuel S. Roldão, Joaquim Roldão Seiça, Manuel Pereira Roldão, Eugénio de Noronha, António V. N. Matias, José Carneira e António Ferreira Coimbra, este de extrema dedicação.

Fazem parte dos actuais Corpos Gerentes os associados Américo Gonçalves (presidente da Assembleia Geral), Manuel Domingues dos Santos (presidente do Conselho Fiscal), José Agostinho dos Santos (presidente da Direcção) José António Sequeira Gomes (tesoureiro) e Alberto Tojeira Simões (secretário geral).

2. Sport Lisboa e Marinha

Foi fundado em 1 de Janeiro de 1939 pelos senhores António Vieira Rodrigues Ascenso, José Dinis Pereira Júnior e Joaquim Dinis Alves que, como Comissão Administrativa, o dirigiram durante os primeiros tempos de vida. Desde a sua fundação que o clube faz parte da família benfiquista, sendo a sua filial nº 53.

A finalidade do clube é a prática dos desportos, principalmente o futebol. As suas cores são: camisola vermelha e calção branco.

A sua primeira sede social foi instalada num prédio situado na R. de S. Pedro de Muel, nºs 1 e 3, que era pertença de Rudolfo Dinis Alves, e hoje é da fábrica Abrigada. Está há muitos anos no prédio nº 12 da R. Pedro Viana.

A Comissão Administrativa, que logo de início se fez rodear de muitos benfiquistas,

construiu também, em terreno alugado na Ordem, o seu campo de jogos, a que deu o nome de Campo da Ordem, e que está hoje situado na Travessa do Campo do SLM. Este campo foi inaugurado em 3 de Maio de 1939, com presença da equipa de honra do Sport Lisboa e Benfica, que jogou com a equipa do Atlético Clube Marinhense, tendo vencido por 5 - 1. O SLM jogou com o Sport Império Marinhense, ganhando por 4 - 1. Esteve também presente uma equipa de atletismo do Sport Lisboa e Benfica, chefiada pelo campeão Espírito Santo, que se exibiu em corridas de velocidade e saltos em altura. O campo é hoje um dos melhores da Marinha Grande.

Nos primeiros anos, o clube praticou várias modalidades. No ciclismo venceu várias provas, tendo-se evidenciado José Francisco Agostinho e Joaquim Miqueles dos Santos. Em ténis de mesa, modalidade em que Manuel Jorge O. Martins foi o grande animador, o clube foi campeão distrital. Obteve o mesmo título em voleibol, modalidade em que chegou a disputar o Campeonato Nacional da I Divisão, mas que por falta de meios económicos foi mais tarde extinta. No SLM praticou-se também basquetebol.

Foi ainda o primeiro clube a ter na Marinha Grande uma escola de patinagem sobre rodas. O ringue esteve instalado num espaçoso salão alugado na antiga fábrica do Gomes, na actual Av. 1º de Maio.

Está hoje limitado à prática do futebol, no qual tem marcado, ao longo dos seus 46 anos de existência, boa presença não só a nível regional como também a nível nacional. Do seu palmarés nesse campo salientam-se: título de campeão distrital de futebol, por três vezes; disputa do Campeonato Nacional da II Divisão em 1949-50, 50-51, 56-57, 57-58, 81-82, 83-83 e 84-85.³⁹⁰

Tem cerca de 850 sócios, que pagam a cota mensal de 50 escudos.

Pelos seus quadros directivos passaram bons e dedicados benfiquistas, com forte destaque para José Vicente, o “motor do SLM”, como era conhecido.

Fazem actualmente parte da Direcção os associados Alcino Serra Sousa Matias (presidente), Joaquim Ferreira Alves dos Reis (vice-presidente), Norberto Rodrigues Gonçalves (primeiro secretário), Luís Filipe Franco Roque (segundo secretário), Júlio Manuel Pereira (primeiro tesoureiro), Jaime dos Santos André (segundo secretário), Francisco Rodrigues T. Russo (primeiro vogal), Artur Amado (segundo vogal) e Secundino D. Correia Borralho (terceiro vogal).³⁹¹

3. Grupo Desportivo “Os Vidreiros”

Este clube, do lugar de Picassinos, já existe desde 1939³⁹², embora sem carácter oficial.

Inicialmente usou o nome de Grupo Desportivo 1º de Maio, pois nasceu por dissidências entre os fundadores e a Direcção da SIR 1º de Maio, que não concordou que o futebol fosse aí praticado. Vicente Nunes foi o grande entusiasta deste clube.

Chegou a ter um bom campo de futebol, com bancadas em madeira (o “estádio 1º de Maio”), em terrenos de José D. Baroseiro, na R. Mariana Barosa. A sede, alugada a Rudolfo Dinis Alves, situava-se na mesma rua.

A equipa chegou a disputar o Campeonato Distrital de Futebol. Jogavam Américo S. Moiteiro, Manuel Pêcego, Joaquim M. Oliveira, Martinho, João Roldão, José S. Moiteiro, entre outros.

A partir de 1942 deixou de ter actividade, presumindo-se até que tivesse acabado. Alguns anos depois o mesmo grupo, patrocinado pela Metalúrgica Marinhense, disputou os Campeonatos Nacionais da FNAT, que ganhou por várias vezes. Em 1960 foi extinto.

Só em 1978 o clube foi reestruturado, por um grupo de amigos dinamizado por João Alves Agostinho e do qual faziam também parte, entre outros, Manuel Sousa Pêcego, António Alves, Alípio Baptista, Mário Branco, José Alves, Lelo Romão, António Pedro Gentil da Encarnação. Escolheram a designação actual, instalaram a sede social numa sala cedida pela Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio, onde ainda funciona, inscreveram-se na Associação de Futebol de Leiria e iniciaram a construção de um novo campo de futebol.

Assim, com o entusiasmo dos sócios e ajudas da CMMG e da AFL, construíram o campo do Tojal, na Tojeira de Picassinos, em terrenos adquiridos pelo clube com área aproximada de 5 000 metros quadrados. Este campo, dotado com balneários, iluminação eléctrica e bares, é hoje um bom recinto desportivo.

“Os Vidreiros”, que se dedicaram unicamente ao futebol, venceram a zona Sul do Campeonato Distrital da A. F. Leiria, em 1979, e ingressaram em 1980 na I Divisão Distrital, onde se têm mantido. As cores usadas são: camisola branca com riscas horizontais vermelhas e calção preto. Como curiosidade, sabemos que os primeiros equipamentos foram oferecidos pelo sócio Avelino Francisco Gualdino, hoje emigrado no Brasil.

O clube tem cerca de 500 sócios, que pagam a cota mensal de 20 escudos.

A Direcção actual compõe-se dos seguintes sócios: Vítor Joaquim Ferreira (presidente), João Alves Agostinho e Ricardo Pires (vice-presidentes), Inácio Branco (tesoureiro), António José Roldão O. Agostinho (primeiro secretário), José Tavares (segundo secretário), José Alves, Leonel Fidalgo, José Conceição Bento, Álvaro Piedoso, Raúl Xavier e António Xavier (vogais).³⁹³

4. Clube dos Caçadores do Concelho da Marinha Grande

Foi fundado em 23 de Janeiro de 1940, com o fim da defesa dos interesses da caça e também para convívio dos seus associados, por Adriano M. Roldão, Joaquim M. Oliveira (primeiro presidente da Direcção), Joaquim Guarda, Aguinaldo M. Nobre, Arnaldo Magalhães de Oliveira, Justino Magalhães, Joaquim Almeida Barosa, Adriano Pereira Marques, Francisco de Jesus, Júlio Ferreira de Lemos, José Oliveira Gama, Adriano M. Nobre, Manuel da Silva, Bernardino Pereira, João da Silva Faria, Artur dos Santos, Joaquim Marques Salvador, João Mendes, Manuel Francisco Franco, Manuel Barosa Júnior, Álvaro Felizardo, António Vicente Nunes e José Afonso Barros. Também pertenceu à primeira Direcção Joaquim Marques Nobre.

Inicialmente, o clube instalou-se na R. Marquês de Pombal (onde esteve o Café Central) tendo depois passado por vários lugares, como o Pátio do Catita, a R. das Flores, o Largo do Albuquerque, a R. Manuel Pereira Roldão, etc.. A sua sede social está hoje instalada em prédio alugado, na Portela (na propriedade conhecida por “Casa do Nabo”³⁹⁴). A sede tem boas condições: salas para a Direcção, bar, cozinha bem apetrechada, sala de bilhar.

O clube possui também, em terrenos dos Serviços Florestais, no Casal da Lebre, um recinto onde se pratica tiro aos pratos e se organizam provas de treino de cães, corridas de galgos, concursos de canicultura e provas de cães de parar.

Estas provas, que tiveram a colaboração da Direcção Geral do Ordenamento Florestal, do Clube Português de Canicultura e da Comissão Venatória do concelho, não tiveram continuidade porque, segundo a Direcção do clube, surgiram desacordos com os Serviços Florestais, que espera sejam ultrapassados para que venham a acontecer mais provas.

O clube tem igualmente realizado batidas às raposas e tentado, com colaboração dos Serviços Florestais, o repovoamento de algumas espécies venatórias dentro da Mata.

Estimando-se que no concelho existam mais de 1200 caçadores, o clube tem 350 sócios, que pagam cotas mensais variando entre 20 e 100 escudos.

Dos Corpos Gerentes actuais fazem parte Vítor José Carreira Lopes, Rui Pereira Rosa, António José Carvalho Alves, Jorge António F. Melo, Armando Silva Barosa, José António Alves Pereira, Júlio Oliveira e Silva, Joaquim Ferreira Alexandre, José Manuel de Jesus, Joaquim Ligeiro Franco, José Francisco Rita, Dr. António Guarda Ribeiro, Dr. Rui Vinagre, António D. Silva, Albino Martins, José Domingues Fernandes e Fernando Fonseca Ferreira.

Como curiosidade, estes Corpos Gerentes não têm determinados os cargos de cada um, pois trabalham todos em conjunto na resolução dos problemas do clube.³⁹⁵

5. *Sociedade Columbófila da Ordem*

A propósito deste clube, achamos de interesse historiar um pouco como nasceu a columbofilia na Marinha Grande. Foi no ano de 1949 que o pioneiro da modalidade, José Rodrigues Oliveira (Folia), procurou outros entusiastas, como Henrique Teixeira Beltrão, Ernesto Freitas Neto, João Rosa Azambuja e Carlos Santos Julião, para fundarem um clube columbófilo. Depois de várias reuniões convidaram-se também António Francisco Agostinho, Júlio Salgueiro de Matos, Manuel da Costa Pires e outros. Todos juntos resolveram contactar a Direcção do Atlético Clube Marinhense e pedir-lhe que permitisse criar uma secção de columbofilia no clube, embora com estatutos e funcionamento autónomos. Foi assim, em 31 de Janeiro de 1950, criada a Secção Columbófila do Atlético Clube Marinhense, que do velho clube só usufruía o nome, pois até sede própria possuía.³⁹⁶

A Sociedade Columbófila da Ordem, inteiramente dedicada ao desporto columbófilo, foi fundada em 1 de Abril de 1951 pelos senhores José Rodrigues de Oliveira (Folia), João Miguel e Aires de Sousa.

A sua sede social está localizada na R. da Guiné, nº 29, em prédio alugado. Tem uma pequena sala de convívio com bar, uma sala para encestamento dos pombos e um gabinete de Direcção.

A sociedade tem ainda doze relógios para registo dos tempos de chegada dos pombos, que cede aos sócios que os não possuam.

Tem 50 sócios, que pagam mensalmente 20 escudos de cota. Os columbófilos da sociedade são, de modo geral, bons praticantes, sendo de realçar José Coelho Duarte, Carlos Amaro Galo e Daniel Alves da Silva, que por várias vezes têm sido campeões distritais.

Os actuais Corpos Gerentes compõem-se dos sócios José Coelho Duarte (presidente da Assembleia Geral), Augusto Próspero (secretário), Carlos Amaro Galo (presidente da Direcção), José Rodrigues Oliveira "Folia" (tesoureiro), José Próspero (secretário), Daniel Alves da Silva e Manuel Próspero (Conselho Técnico).³⁹⁷

6. *Clube dos Amadores de Pesca Desportiva da Marinha Grande*

Este clube foi fundado em 5 de Março de 1954 por um grupo de amadores de pesca, do qual faziam parte Francisco M. Afonso de Barros (que foi o primeiro presidente da Direcção), Armando dos Santos Barros Nazaré, Emílio Ferreira da Cunha, José Marques Roldão, Joaquim Ferreira da Silva, João Morais Júnior, Artur Nogueira, Arnaldo Silva Tavares, entre outros. Pertenceram também à primeira Direcção Armando Oliveira Santos e Francisco Varela Jesus Pedroso.

A fundação do clube teve por finalidade a convivência entre os praticantes da modalidade e a organização de provas de pesca.

O clube ficou primeiramente instalado na R. Pedro Viana, nº 15, 1º. Depois teve sede na R. Manuel Pereira Roldão, numa dependência cedida pela Recauchutagem Seiça, e numa sala dos Bombeiros Voluntários, que a cederam a título provisório, mediante pagamento de uma taxa de 25% sobre qualquer organização levada a cabo pelo clube e de 50% sobre a cotização. Hoje possui uma boa sede social, na R. Álvaro Coelho.

O primeiro concurso inter-sócios realizou-se em S. Pedro de Muel, em 4 e 11 de Abril de 1954, sendo vencedor Arnaldo Tavares, seguido de José Marques Roldão, Artur Nogueira, José Maria Lopes Gomes e Francisco Afonso de Barros.

Em 10 de Julho de 1955 organizou-se o I Concurso de Pesca Desportiva de Mar, aberto a todos os clubes. Inscreveram-se 249 concorrentes do Porto, Cascais, Peniche, Nazaré e várias outras terras. Saiu vencedor o sócio José Marques de Aquino. Até 1965 o clube manteve uma actividade regular, realizando-se o XI Concurso em 19 de Setembro de 1965, em S. Pedro de Muel. A propósito, diga-se que em Junho de 1961 o marinhense Artur Nogueira obteve o recorde do maior exemplar pescado à linha na costa de S. Pedro de Muel: uma corvina gigante com 1.7 m de comprimento e 40.9 kg de peso. A proeza, que demorou 45 minutos a concretizar, foi notícia nas revistas da especialidade³⁹⁸.

A partir de 1965 verificaram-se problemas internos no clube, tendo diminuído muito a sua actividade e sido inclusive deixada a sede. Mas em Setembro de 1974 um grupo de sócios dinamizado por Vítor João B. R. Seiça iniciou a recuperação, e voltou a organizar-se regularmente o concurso anual.

Em 1977, o clube organizou o I Concurso Internacional de S. Pedro de Muel. Pelo atractivo dos prémios e pelos factores sociais, desportivos e turísticos que a Direcção do clube tem imposto aos concursos, o número de concorrentes tem sido muito grande. Esta prova está já integrada no calendário oficial da CIPS - Confederação Internacional de Pesca Desportiva. Em 1983 teve o recorde de inscrições, com 1 056 participantes, e foi considerada pela imprensa estrangeira um dos maiores e melhores concursos do mundo.

O CAPDMG tem sido o único clube português da modalidade convidado a participar em provas no estrangeiro. Tem tido representantes na Associação Regional do Centro de Pesca Desportiva, e o seu presidente é vice-presidente da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva e delegado em Portugal da Federação Internacional de Pesca Desportiva de Mar, além de coordenador e treinador da Selecção Nacional.

Os Corpos Sociais compõem-se actualmente dos seguintes sócios: Vítor João R. Seiça (presidente), Estanislau Alves Pereira (vice-presidente), João Carlos Mendes Salvador e Carlos Alberto T. L. (secretários), Adriano F Paiva e António A. Soares Fernandes (tesoureiros), Fernando Esperança Caridade, Luís Silvestre Cardeira, José Alberto M. F. Patrício, João Manuel da Costa, Horácio Martins dos Santos, Carlos Manuel D. Jesus e José Alberto Balbino da Silva (vogais), António Eduardo Roldão Santos e José Manuel de Sousa (relações públicas).³⁹⁹

7. Estrela do Mar Futebol Clube

Foi fundado em 24 de Setembro de 1962, no lugar do Engenho, por Américo Fernandes Sousa Rosa, Diamantino Gomes da Cruz Neto, António Manuel Carvalho, António Luz e Sousa, Joaquim Sousa Domingues, João Alexandre, João Mendes Baptista, Fernando Luz e Sousa, José Almeida, Álvaro Jesus Martins, Joaquim Adriano Moita Carvalho, Joaquim Ferreira Duarte (que foi o primeiro presidente da Direcção), Manuel Jesus Ameixa, José Júlio de Sousa Santos e José Augusto da Silva Oliveira.

A ideia da formação do clube nasceu durante uma merenda realizada na Praia Velha, razão por que passou a utilizar o nome de Estrela do Mar. O motivo principal da fundação do clube foi a prática do futebol, única actividade a que se tem dedicado.

Clube modesto, tem a sua sede numa pequena dependência cedida pelo proprietário do Café Imperial, na Av. José Gregório, onde reúne a Direcção.

A sua actividade desportiva tem constado de alguns jogos particulares e da disputa do Campeonato Popular do Oeste, onde tem tido actuação de mérito: foi primeiro classificado nas épocas de 1978-79, 79-80 e 83-84, tendo também ganho a Taça do Oeste na época de 1979-80. Os jogadores usam camisola azul com estrela branca, calção branco e meias em azul e branco.

Devido ao esforço de alguns sócios, o Estrela do Mar conseguiu construir um campo de jogos, em terreno alugado, situado no lugar do Rapadoiro, hoje mais conhecido por Vale das Estrelas. O lugar é bastante agradável e por isso é frequentemente utilizado para reuniões de convívio das famílias dos sócios. O campo possui instalações bastante razoáveis para a prática do futebol, não faltando balneários e bufetes. Tem iluminação eléctrica, o que permite jogos nocturnos.

O Estrela do Mar foi o único clube marinhense a fazer uma viagem à Alemanha Federal para realização de alguns jogos de confraternização com a colónia emigrante marinhense. Foi em 1979.

Tem cerca de 100 sócios, que pagam a cota anual de 200 escudos⁴⁰⁰. Contam-se entre estes duas figuras de vulto (além do actual presidente e grande dinamizador): José Marques Duarte, antigo proprietário do Café Imperial, pela cedência da sala, e o senhor José Duarte (“Costa”) pelas facilidades concedidas na ajuda financeira.

A sua Direcção é composta pelos sócios Vítor da Conceição Serra (presidente), Sérgio Cruz (secretário), José Manuel João (tesoureiro), Manuel Rato, António L. Sousa, Fernando Duarte e José Pedroso (vogais).⁴⁰¹

8. Clube Desportivo da Garcia

Foi fundado em 10 de Junho de 1962, no lugar da Garcia, pelos senhores José Francisco Duarte Calado, Manuel Alegre Calado e Ilídio Rosa Cruz, entre outros. Este clube, que durante vinte anos foi conhecido por Sociedade Desportiva Garcienne, só em 1982 se regularizou, tomando nessa altura o nome de Clube Desportivo da Garcia.

O fim da fundação do clube foi a promoção desportiva, cultural e recreativa dos seus sócios.

O futebol tem sido, até agora, a base dos desportos praticados. Filiado na A. F. Leiria, tem disputado o Campeonato Distrital da II Divisão. As cores do clube são: camisola branca com listas verticais pretas e calção preto.

Possui um bom campo para a prática do futebol: o “Parque Desportivo Manuel Alegre”, situado na povoação de Garcia, doado ao clube por Manuel Alegre Calado. Não tem sede social, utilizando para isso dependências cedidas graciosamente pela Sociedade Desportiva e Recreativa Garcienne.

O clube possui ainda um pequeno autocarro (18 lugares) para transporte dos jogadores, que a Direcção actual põe ao serviço da população, nomeadamente da escola primária e de outras organizações garcienses, para transportes de utilidade pública. A Direcção propõe-se também fazer obras no campo, como a construção de novos balneários, sede social, garagem, etc..⁴⁰²

O Clube Desportivo da Garcia tem presentemente 200 sócios, que pagam cota mensal de 30 escudos.

O grande amigo do clube e seu grande dinamizador tem sido o senhor Manuel Alegre Calado, presidente da Direcção. Integram também os Corpos Gerentes os associados Fernando Cristóvão (vice-presidente), Idalécio G. Rodrigues (primeiro secretário), Acácio Guerra (segundo secretário), Manuel da Piedade (primeiro tesoureiro), José Elói Domingues (segundo secretário), José Francisco de Sousa Júnior, Manuel Rosa Cruz, Manuel Rosa Fonseca, Deolindo Canoso, Bento P. Lourenço, Carlos Fontes, Vítor Manuel L. Lourenço (vogais), Albertino Lopes Feliciano (presidente da Assembleia Geral), Manuel Duarte M. Ferreira (primeiro secretário), Carlos Manuel Matos Oliveira (segundo secretário), José Fernando Ribeiro Alves Novo (presidente do Conselho Fiscal), Rui Manuel Frutuoso Lopes (secretário) e Acácio Oliveira Lucas (relator).⁴⁰³

9. Sociedade Columbófila Marinhense

Esta associação, inteiramente dedicada ao desporto columbófilo, foi fundada em 25 de Junho de 1965 por José Marques Roldão, José Coelho Duarte, Mapril de Oliveira, Gaudêncio Fernandes, Américo Martinho Fernandes, Diamantino dos Santos ("Pimenta") e José Saraiva.

Tem sede na Av. 1º de Maio, em prédio alugado. As instalações podem considerar-se modelares. Tem, além de sala para convívio, com bar, gabinetes da Direcção e Conselho Técnico e sala para encestamento de pombos.

O clube possui também 16 relógios constatadores, para empréstimo aos sócios.

Presentemente tem 70 sócios, que pagam cota mensal entre 10 e 20 escudos. Destacam-se Mapril Gândara, Atílio Cardeira, Armando Paulo Santos e José Ferreira como os melhores columbófilos da sociedade.

Os seus actuais directores são Gaudêncio Fernandes, Carlos Santos Ferreira, Mapril Duarte Gândara, Américo Martinho Fernandes e César Dâmaso Ricardo. Do Conselho Técnico fazem parte Armando Paulo Santos, Alexandre Ferreira Artilheiro, e João Gil Matos Cordeiro.⁴⁰⁴

10. Futebol Clube "Os Belenenses"

Foi fundado em 22 de Setembro de 1965, no lugar da Amieirinha, onde tem a sua sede social, pelos senhores José Bernardino, Vítor Clarmindo Conceição Bernardino, José Manuel Simões Ferreira, Páris Manuel Roque Silva, Manuel Gomes Pinheiro, Álvaro Henriques Martins, Joaquim Ramos Mendes, Carlos do Carmo Cação, Manuel da Cruz Cadete e António José Maurício.

A finalidade da criação do clube foi a prática do futebol. O clube ficou oficializado estatutariamente em 1 de Novembro de 1980, ano em que se filiou na Associação de Futebol de Leiria.

As cores usadas pelas suas equipas são camisola azul e calção preto.

Tem sido louvável a sua actuação nos Campeonatos Distritais de futebol feminino e infantil, organizados pela A. F. Leiria. No futebol feminino já ficou em segundo lugar.

No futebol sénior masculino só tem disputado o Campeonato Popular do Oeste.

A sua sede, instalada em casa arrendada, tem muitas carências. Compõe-se duma só sala, onde os sócios convivem. Possui um pequeno bar, mas as reuniões da Direcção fazem-se num sótão vizinho.

O clube possui também um campo de futebol, com instalações de apoio que, embora modestas, são já razoáveis.

Tudo o que o clube possui tem sido realizado pelos sócios, com ajudas dos moradores e também algumas da CMMG, principalmente no arranjo do campo, em materiais e máquinas.

Tem cerca de 200 sócios, que pagam cotas mensais de 10 escudos (homens) e 5 escudos (senhoras).

A sua actual Direcção compõe-se dos sócios Carlos Manuel Gil João (presidente), Avelino Neto Figueiredo (vice-presidente), Mário Vieira Pires (secretário), Gentil dos Santos Constâncio (tesoureiro), Maria Morais Santos Jorge (segunda secretária), Vítor Manuel Vieira Pires, Acácio Manuel Soares, Maria Delfina B. Francisco, Pedro Manuel A. Santos Jorge, Augusto José de Sousa Rodrigues, Manuel Teixeira e Reonildo de Sousa Rosa.⁴⁰⁵

11. Clube Automóvel da Marinha Grande

Foi fundado em 21 de Janeiro de 1970 por uma comissão organizadora, composta por Henrique Luís Mesquita Ferreira, Aires de Jesus de Sousa, Noel José da Silva Marques, António José do Espírito Santo Guerra, Vítor João Roldão Nobre Marques, Guilherme Manuel Rodrigues Roldão, Gabriel Paulo Ramos de Sousa Roldão, Aníbal José Baptista Ferreira Pedrosa, José Renato Roldão Matias Ferreira, Vítor Manuel Galo e Eduardo da Silva Couceiro.

Os fins para que foi criado este clube foram os de promover, a nível regional, o fomento e desenvolvimento do desporto motorizado, através da realização de provas desportivas, propaganda, reuniões e conferências.

Tem a sua sede social instalada num prédio alugado, situado na R. Joaquim Matias, 2-A, 1º. As instalações são modelares e confortáveis, com várias salas: bar, convívio, Biblioteca, etc..

O clube possui uma gama de instrumentos técnicos, cujo valor anda à volta dos 500 contos, e um corpo de técnicos cronometristas e comissários, com potencial para organização de provas de desporto motorizado de grande envergadura. Por isso tem dado assistência a várias organizações, como por exemplo aos *rallies* de Castelo Branco, Figueira da Foz, Abrantes, etc.. Tem também prestado colaboração ao *Rally* Vinho do Porto.

São já da sua organização vários *rallies*, sendo de destacar seis *Rallies* Vidreiros, quatro Rampas e seis *Rallies* Rota do Sol, estes de carácter internacional, disputados em trajectos regionais, principalmente em S. Pedro de Muel. Por uma dessas organizações foi-lhe concedido, em 1979, o “Prémio Yoplait”, atribuído por jornalistas da especialidade para premiar a melhor organização.

Possui ainda várias equipas, que se compõem dos pilotos Carlos Roldão / Pedro Santos, Luís Alves / António Marcelino, Guilherme Roldão / Manuel Casimiro, Carlos Vargas / Vítor Pina e Jorge Abrantes / António Marcelino. Têm disputado vários *rallies*, vencendo a primeira o I *Rally* Vidreiro e a quarta o Campeonato Nacional de Iniciados, em 1977.

O clube tem cerca de 250 sócios, que pagam uma cota mensal de 100 escudos.

A actual Direcção é composta pelos sócios Luís Matias Alves, Aires Jesus de Sousa, Vítor João Guarda Marques e Aníbal Baptista F. Pedrosa.⁴⁰⁶

12. Escola de Judo Estrela Marinhense

Situada na Ordem, na R. Carlos da Silva Couceiro, esta escola pode considerar-se, sem favor, uma organização modelar para a prática do judo. Foi fundada em 1975 por Mário Jorge Pereira Dinis (filho de José Dinis Pereira Júnior, fundador do Sport Lisboa e Marinha).

Mário Jorge, grande apaixonado pelo judo, que aprendeu na Armada com o Mestre Costa Santos (chegou a cinto azul, 2º *kyer*), começou a ensinar a modalidade na Marinha

Grande em 1975. Em 1978 construiu à sua custa um pavilhão próprio para o efeito, bem apetrechado com um tapete com 159 metros, pesos, barras, argolas, bicicleta de ginásio, balneários, etc., realizando assim um grande sonho. Homem simples, que faleceu inesperada e prematuramente em 15 de Setembro de 1978, deixou na sua terra um trabalho muito válido para bem do desporto. Hoje, os judocas marinhenses estão a beneficiar da sua obra, construída com muitos sacrifícios e com muito amor ao judo.

Depois da morte de Mário Jorge P. Dinis, um grupo de judocas arrendou a escola e formou um clube. A modalidade passou a ser dirigida por António Manuel Silva Saraiva, 2º *Dan* (cinto negro), treinador e árbitro federado, campeão nacional absoluto em 1983. Saraiva, que é vidreiro de profissão, tem dedicado todas as suas horas vagas aos treinos das classes juvenis e esperanças, com muito bom resultado

A Escola, como se disse, possui um pavilhão construído para a prática do judo, que tem todos os requisitos necessários mas que em face do número de atletas se torna já pequeno.

Este é o melhor clube de judo da região Centro, que inclui os distritos de Leiria, Aveiro, Coimbra e Santarém. Obteve o primeiro lugar no Campeonato Nacional Absoluto em 1983 (António Saraiva), no Torneio Nacional do Entroncamento, em 6 de Novembro de 1983 (Paulo Simão), no Campeonato Nacional de Esperanças, em 13 de Fevereiro de 1982 (Paulo Saltão Parente), o primeiro lugar por equipas, em juvenis, no Torneio de Aniversário da Escola, em 22 de Novembro de 1982, na Marinha Grande, o primeiro lugar no Campeonato Nacional de juvenis, em 19 de Dezembro de 1982, Lisboa (Rui Oliveira), assim como no Campeonato Nacional de juvenis, em 1984 (Elísio Reis) e no Campeonato Nacional de juvenis femininos (Ana Margarida Silva). Isto para falarmos só de campeões, pois segundos e terceiros lugares são inúmeros.

Possui 150 atletas, sendo 100 judocas e 50 praticantes de ginástica de manutenção. A escola tem judocas com cintos das cores negro (6), castanho (8), azul (15), verde, laranja, amarelo e branco (a cor branca é a dos iniciados).

O clube tem cerca de 150 sócios, que pagam a cota mensal de 200 escudos.

Pertencem aos Corpos Sociais Fernando Magalhães (presidente da Assembleia Geral), Vítor Rui Pereira Dinis (presidente da Direcção) e Manuel Rosa (presidente do Conselho Fiscal).⁴⁰⁷

13. União Desportiva Piladense

Foi fundada em 22 de Agosto de 1978 por Ísidro Marcelino, Joaquim Fernandes Moleirinho e António Barros Ferreira Gândara, tendo por fim a prática do futebol.

Filiou-se de imediato na Associação de Futebol de Leiria mas, apesar disso, só em 1979-80 começou a disputar provas oficiais. Iniciou-se na disputa do Campeonato Popular do Oeste e depois começou a disputar o Campeonato Distrital da A. F. de Leiria. Foi campeã distrital da II Divisão na época de 1980-81 e a partir da época 81-82 ascendeu à I Divisão distrital, tendo descido de novo à II Divisão no ano passado.

Teve já secções de futebol juvenil, júnior e feminino, que por falta de disponibilidade financeira teve que eliminar.

O seu equipamento é totalmente azul.

Apesar de ter somente 250 sócios, que pagam uma cota mensal variável entre 10 e 50 escudos, e de não ter tido ajudas quer das entidades desportivas quer da autarquia, o clube possui já um bom parque de jogos, totalmente vedado a tijolo e com iluminação para treinos nocturnos, onde está instalada a sua sede social, assim como bufete, balneários, etc..

Possui ainda uma carrinha para transporte dos seus atletas.

Tudo isto foi conseguido pelos sócios, com a ajuda da população do lugar.

A actual Direcção é composta pelos sócios Albino Fernandes Moleirinho (presidente), António Gomes Beato (vice-presidente), Ivo Gomes (tesoureiro), Fernando Oliveira (secretário), Mário João Moleirinho, Arsénio Carvalheiro e Leonel Gomes (vogais). Presidem à Assembleia Geral Rogério Martins e ao Conselho Fiscal António Oliveira Matos.⁴⁰⁸

14. Desportivo Náutico da Marinha Grande

As exigências federativas para que os utentes da Piscina Municipal pudessem competir em provas oficiais levaram um grupo de pessoas, quase todas familiares de instruídos de natação, a criarem este clube. Foi fundado em 27 de Maio de 1980 por José Augusto Mendes Pulido, Sílvio Gomes Pereira, Vitalino Paulo Sousinha, Maria Filomena A. Rosa Azambuja e Diva Maria R. F. de Abreu, entre outros.

Tem a sua sede numa dependência da Piscina Municipal. No intuito de colaborar no desenvolvimento da natação na Marinha Grande, a CMMG, proprietária da piscina, permite gratuitamente ao clube a utilização das instalações.

O clube possui dois monitores de natação, os senhores Albino Paulo e Emanuel A. Rodrigues, que ministram ensinamentos a todos os sócios de segunda a sexta-feira das 18 às 19 horas e ao sábado das 15 às 17 horas. Normalmente as provas realizam-se ao domingo de manhã.

Uma das funções deste clube é organizar a participação em provas de natação. Neste campo, já competiu em várias provas, tanto a nível regional como nacional e até no estrangeiro (Vigo, Espanha), tendo os seus nadadores (até aos 13 anos) obtido resultados muito satisfatórios. São de referir, entre outros, os nomes de Telmo Luís Moita Francisco e José Miguel Marques Alves Pereira.

O clube, que além da prática da natação possui também uma secção de pesca submarina, tem actualmente cerca de 700 sócios. O valor da cota mensal é de 10\$00 para sócios até aos 13 anos e de 30\$00 para os restantes.

Os actuais Corpos Gerentes compõem-se dos sócios Fernando R. Colaço (presidente da Assembleia Geral), Diva Maria R. F. Abreu (primeira secretária), Maria Filomena A. R. Azambuja (segunda secretária), João Manuel Silva Abreu (presidente da Direcção), Valentim Domingues Ferreira (vice presidente), Matilde da Conceição Guiomar M. Francisco (secretária), José Manuel Marques de Sousa (tesoureiro), Fernando Manuel M. Dias (vogal), Orlando Gil F. de Carvalho (presidente do Conselho Fiscal), Carlos Ferreira Coelho (secretário), Sílvio Gomes Pereira (relator).⁴⁰⁹

15. Núcleo de Xadrez da Marinha Grande

Este novel clube de xadrez foi fundado em 25 de Abril de 1984. Foram seus fundadores José Martins Saraiva e José Manuel Bray.

Ficou instalado na R. do Matadouro, em salas cedidas pela CMMG, entidade que desde início tem apadrinhado e ajudado o Núcleo, fornecendo não só as instalações como participando com mobiliário, luz, água, etc..

O clube está bem apetrechado com material, não faltando tabuleiros, relógios, etc..

Está também recheado de valores. Dele fazem parte bons xadrezistas da Marinha Grande, sendo justo destacar, como seu melhor jogador e grande dinamizador da modalidade, José Manuel Bray. Há também a referir Carlos Quaresma, Vítor Cordeiro, Carlos Marques, Viriato

Ferreira, José Andrade e Gustavo Morais, entre outros.

O clube tem tido uma actividade auspiciosa. Vencedor do Campeonato Distrital de Leiria por equipas, em seniores, e ainda individualmente em seniores e juniores, por intermédio de Carlos Quaresma e Viriato Ferreira, respectivamente, classificou-se nos primeiros lugares do Campeonato Nacional da II Divisão, tendo subido à I Divisão em 1985-86.

Tem cerca de 50 sócios, que pagam uma cota mensal de 50 escudos.

16. Clube de Ténis da Marinha Grande

Foi fundado em 14 de Março de 1985 por João Leitão de Sousa Cardoso, Rui Jorge Ferreira Coelho, Gregório Luís Barreiros, Acácio Manuel de Carvalho Morais Matias e Telmo Alberto Marques Ribeiro Rodrigues.

O clube tem por fim promover e divulgar a prática do ténis na Marinha Grande, sendo de imediato sua intenção criar e manter uma escola de ténis, assim como promover e realizar campeonatos.

Tem a sua sede social na R. das Campainhas (Bregieiras, “Quinta do Mira”) onde por agora funciona somente a secretaria.

Não tendo parques desportivos, utiliza as instalações dos campos de ténis camarários, situados no Parque Mártires do Colonialismo e em S. Pedro de Muel.

O clube tem cerca de 120 associados.

Ainda não foram eleitos os Corpos Gerentes, sendo os fundadores quem o está a dirigir.⁴¹⁰

E. Outros elementos sobre desporto na Marinha Grande⁴¹¹

1. Boxe

Por volta de 1928 esta modalidade desportiva teve na Marinha Grande actividade razoável, incentivada por Alípio das Neves Morais Matias, que foi jogador e treinador. Foram praticantes destacados Gaspar Ferreira Rato, Júlio Julião, João Vareda, José Freitas Órfão, Gaspar do Norte, Américo dos Santos Catita, Augusto Nogueira, Joaquim Marques, “Leitim”, etc..

2. Hipismo

Cerca de 1928, eram praticantes deste desporto Carlos Barosa, Jaime Tomaz Ferreira, Álvaro Salgueiro Roldão, Carlos Horácio Galo, José Vareda.

3. Tiro aos pratos

Foi praticado entre 1943 e 1946, destacando-se Joaquim Dinis Alves, Acácio Morais, Américo Catita, Manuel A. Leal, Arnaldo Galo e Alípio Matias, todos campeões distritais. O último atingiu mais tarde craveira internacional, tendo sido vice-campeão nacional, em representação do Clube Português de Tiro a Chumbo.

4. Festival de ginástica da Marinha Grande

Realizado em Junho de 1971 no pavilhão da Embra, foi organizado pelos professores Maria Avelino, Cristina Pereira e Álvaro C. Neto.

Reuniu 500 participantes de ambos os sexos, além da Escola Secundária e do Externato Afonso Lopes Vieira.

5. Festival de ginástica soviética

Realizou-se em 28 de Novembro de 1974, com a presença de Viktor Klimenko, campeão olímpico em Munique, 1972.

6. Campeonato de Futebol Popular do Oeste

A ideia da realização deste campeonato para clubes não federados nasceu em 1975, no Clube Desportivo Moitense, do vizinho lugar da Moita (Oeste). Foi seu dinamizador e organizador o Presidente da secção desportiva desse clube, José Manuel da Silva.

Aderiram de imediato catorze equipas dos concelhos limítrofes. O regulamento do campeonato, elaborado em assembleia com a presença de todos, representa um trabalho sério e bem elaborado.

A sede da organização é variável, sendo em princípio um ano em cada clube participante. A organização compõe-se de um Conselho de Disciplina, com elementos de sete clubes, uma Comissão de nomeação de árbitros, integrada por representantes de seis clubes e um Secretariado, nomeado pelo clube organizador.

Disputado desde 1975, sempre com grande entusiasmo, o campeonato tem proporcionado recreação a milhares de rapazes praticantes de futebol, assim como distração e interesse às populações de muitos lugares. Foram vencedores, até hoje, o Grupo Desportivo da Martingança (1975-76 a 77-78), o Estrela do Mar Futebol Clube (1978-79, 79-80 e 83-84), o Clube Desportivo Amieirinhense (1980-81 e 81-82), a União Desportiva da Estação (1982-83) e o Grupo Desportivo, Cultural e Recreativo de Casal dos Ossos (1984-85).⁴¹²

7. Centro Karate-Do da Marinha Grande⁴¹³

Instrutor: Fernando Edilásio. 28 de Outubro de 1980.

8. Provas de Ciclismo⁴¹⁴

I Volta ao Oeste em ciclismo - Realizou-se em 1979, com organização da Câmara Municipal do Bombarral e colaboração da CMMG. Importante corrida, que reuniu os melhores corredores nacionais (reservada a ciclistas seniores federados). Na Marinha Grande decorreu o final da segunda etapa.

Volta de Cristal, por eliminatórias - Primeira prova organizada pela CMMG, em 1981. Tem-se disputado todos os anos e está aberta a todos os corredores. Circuito: Av. do Vidreiro, Av. 1º de Maio, Av. Arala Pinto, estrada da Nazaré. Foram vencedores: 1982, Carlos Santos (melhor da Marinha, Paulo Renato), 1983, Carlos Santos.

Volta aos 7 - Organização da CMMG, começou em 1981⁴¹⁵, por iniciativa de um grupo de jovens liderado por Hélder Serra e ainda hoje se disputa. Está aberta a todos os

corredores. É disputada em linha: Marinha Grande, Guarda Nova, Pedreanes, Engenho, Marinha Grande (7 km). Em 1983 esta prova serviu para o município homenagear Joaquim Agostinho, que esteve presente. É acompanhada por centenas de pequenos ciclistas. Aberta a todos os corredores.⁴¹⁶

Prova de ciclismo da Marinha Grande - Disputa-se desde 1982, em várias etapas, percorrendo todo o concelho. Está aberta a todos os ciclistas, incluindo a categoria de Veteranos (mais de 35 anos).

Prova de ciclismo da Marinha Grande (infantis) - Disputou-se durante alguns anos no circuito da Volta de Cristal.

9. Ténis

Só desde 1983 este desporto foi aberto a todas as camadas sociais, graças à iniciativa da CMMG, que mandou construir no Parque Mártires de Colonialismo dois campos para a sua prática (ver capítulo sobre Equipamentos e Serviços).

F. Outras Associações⁴¹⁷

1. Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande

É a mais antiga associação da cidade da Marinha Grande.

Foi fundada em 2 de Outubro de 1899 por operários da Real Fábrica de Vidros, com a colaboração dos Serviços Florestais, que forneceram o primeiro material: duas bombas, um carro de escadas⁴¹⁸ e várias ferramentas próprias para o combate a incêndios no Pinhal. Também cederam parte do edifício da velha Fábrica de Resinagem (hoje Mercado Municipal), para instalação do quartel.

Em 25 de Maio de 1900 foram aprovados os seus estatutos que, além dos serviços humanitários para que fora criada, previam também o desenvolvimento de outras actividades, de carácter cultural, instrutivo, recreativo e desportivo.

Muito bem recebida, a nova associação contou logo de início com a simpatia de toda a população marinhense, que se prontificou a ajudar a benemérita instituição. Assim, fundou-se uma grande banda de música e um grupo de teatro amador, para a realização de espectáculos com vista à angariação de fundos (ver capítulo sobre Cultura). Surgiram também bons beneméritos, como Arnaldo José Almeida (proprietário local, era dono da Quinta das Nespereiras e comerciante em Lisboa), que ofereceu todo o pano para a confecção das fardas, tanto dos bombeiros como dos músicos da banda, e João Guerra Pedrosa, que ofereceu avultada verba para aquisição de instrumentos musicais, capacetes, etc..

Todos os antigos bombeiros privativos da fábrica se ofereceram para a constituição do Corpo Activo. Foram eles João Órfão Soares, Joaquim Gil Marques, Joaquim Freitas Nobre, Vítor Ferreira Marques, Joaquim Carvalho Oliveira, Artur Birne, Inocêncio M. Dias, Álvaro Pereira, Joaquim Ferreira de Carvalho, Adriano Nobre Freitas, António Possidónio Marques, Joaquim Silvestre Ferreira, Estêvão de Carvalho, e mais alguns que vestiram a farda pela primeira vez.

O problema do quartel-sede arrastou-se longo tempo, desde que em 1941 o velho edifício da Resinagem, onde se encontravam os Bombeiros, foi cedido à Câmara Municipal para nele ser instalado o Mercado. Foi então encarada a construção de um novo quartel. Os directores de então, Dionísio Augusto da Mota, presidente, e Álvaro dos Santos Barros, tesoureiro, acompanhados pelo comandante Joaquim Carvalho d'Oliveira, solicitaram ao Ministério da Agricultura, que então tutelava a Fábrica Nacional, a cedência de um terreno desta. Em face do parecer favorável do administrador da fábrica, Doutor Calazans Duarte, em 12 de Agosto de 1941 a Associação recebeu um ofício informando que o terreno fora cedido perpetuamente, enquanto aquela existisse.

Construiu-se o quartel que, em 1982, era presidente da Direcção Artur Pereira de Oliveira e comandante do Corpo Activo Ivo Roldão Barros, foi demolido para construir outro mais amplo, que permitisse recolher todo o material, principalmente viaturas. Iniciadas as obras de demolição, surgiu ainda um embargo por parte do então administrador da FEIS, alegando que as obras estavam a realizar-se sem autorização nos terrenos da Fábrica. O caso, que gerou grande polémica nos meios locais, foi resolvido favoravelmente à Associação pelo juiz da comarca marinhense, em face do documento já citado de 12 de Agosto de 1941, prosseguindo a obra, segundo projecto do arquitecto marinhense João Luís Gabriel.

Por falta de terreno e de verbas só foi possível completar a primeira fase, inaugurada em 1 de Novembro de 1984 e que custou cerca de 40 mil contos, tendo entretanto a Direcção Geral do Ordenamento do Território já votado nova verba de 24 mil contos para a segunda fase e a FEIS cedido uma larga faixa de terreno contígua ao quartel. Espera-se que a obra seja continuada ainda este ano (1987)⁴¹⁹.

No que respeita a material, o Corpo Activo orgulha-se de ser uma das três melhores corporações do distrito, tendo ultimamente vindo a ser renovado e acrescentado o parque de viaturas.

A Associação possui mais de 50 bombeiros, uma fanfarra composta por 35 figuras (20 músicos e 15 *marjorettes*), 10 carros diversos para ataque a incêndios, 6 ambulâncias, um *jeep* de desencarceramento, um pequeno carro para transporte do comando em operações e um barco salva-vidas, de borracha, equipado com motor.

Ao longo destes quase 100 anos de vida, foram comandantes do Corpo Activo os seguintes senhores (por ordem cronológica): João Órfão Soares, convidado para comandar a corporação aquando da fundação; Viriato de Oliveira (interinamente); Joaquim Carvalho d'Oliveira (que exerceu o cargo durante mais de 30 anos, sempre mantendo um grande interesse pelo aptreçamento e desenvolvimento da corporação); José Marques Barosa; Ernesto Freitas Neto (interinamente); Ivo Roldão Barros; José de Jesus Sousa (desde 13 de Janeiro de 1984). Este último foi recentemente convidado pelo Serviço Nacional de Bombeiros a frequentar um curso para comandar um dos Centros de Coordenação de meios aéreos de combate a incêndios, o que é prestigiante para a velha corporação:

Dentro do seu espírito humanitário, e por iniciativa do então comandante Joaquim Carvalho d'Oliveira, a Associação montou na Marinha Grande o primeiro Posto Médico e de Socorros⁴²⁰. Localizava-se ao lado do quartel, no edifício da Resinagem, onde hoje se encontram os serviços do Registo Civil⁴²¹. Esse posto, conhecido por "Cruz Branca" e fundado por volta de 1930, teve como médico o Dr. Cipriano Pinhal Palhavã e como enfermeiro Júlio de Oliveira Baio. A Cruz Branca funcionou até 1941, ano em que foram instituídos os Serviços Médico-Sociais da Caixa de Previdência, tendo nesses onze anos de funcionamento prestado grandes e valiosos serviços à população marinhense.

A Associação teve também acção muito importante na administração e exploração do

velho Teatro Stephens, durante cerca de trinta anos. Foi-lhe entregue em 1911, a pedido do comandante Joaquim Carvalho d'Oliveira, pela Empresa Exploradora da Antiga Fábrica Nacional de Vidros da Marinha Grande, SARL, para ajuda financeira à corporação. Nesse período, não só esta trouxe à Marinha Grande as melhores companhias de teatro nacionais e outros espectáculos artísticos, como foi a introdutora do cinema na localidade (ver o capítulo sobre Cultura).

Por volta de 1966, de colaboração com o Brigadeiro Couceiro Neto, a Associação de Bombeiros prestou novo e grande serviço à sua massa associativa, transformando o grande salão nobre em ginásio polivalente, onde o categorizado professor ministrou a várias classes ensinamentos de ginástica. Ainda hoje se mantêm esses cursos de ginástica, agora ministrados pelos professores Rui Verdingola e Armando Agostinho.

Graças aos feitos do seu Corpo Activo, a Associação ostenta muitos e variados galardões, com destaque para os seguintes: Instituição de Utilidade Pública; Medalha de Ouro da Liga dos Bombeiros Portugueses; Medalha de Ouro do concelho; Medalha de Filantropia e Caridade do Instituto de Socorros a Náufragos.

A confirmar o grande interesse da população marinhense pela sua humanitária Associação de Bombeiros está o facto de esta possuir hoje cerca de 3 500 sócios. Dentre todos os que já teve a Associação, alguns deles já citados, é justo destacar Joaquim Carvalho d'Oliveira e Álvaro dos Santos Barros (ver Biografias).

A Direcção é actualmente constituída pelos sócios Dr. Rui Couceiro Neto Silva (presidente), José de Jesus Sousa (vice-presidente), Zeferino André (secretário), José António Coelho (tesoureiro), Carlos Salvador, José Simões Ferreira e Teresa Granja (vogais). O comando do Corpo Activo é constituído por José de Jesus Sousa (comandante), Vítor Manuel Ferreira Lopes (segundo comandante) e José António da Costa Antunes (ajudante).⁴²²

2. Associação de Dadores Benévolos de Sangue do Concelho da Marinha Grande

Foi fundada oficialmente em 24 de Junho de 1980 (na prática existia já há cinco anos), por Albertino Neto Barosa, Henrique M. Matos, Salviano C. Ferreira, Frutuoso Dinis Pereira, Joaquim João Pereira, António José Abreu, Fernando Manuel dos Santos Pedro, José António de Carvalho Braga Barros e Valdemar Carlos de Sousa Morgado.

Destina-se a fins altruístas, tendo como principal actividade a dádiva desinteressada de sangue, com fins terapêuticos, a feridos e doentes.

Tem a sua sede numa sala do Mercado Municipal, ao lado da Biblioteca.

A associação tem presentemente inscritos 1 122 sócios dadores e um núcleo a funcionar na povoação do Pilado.

O sangue, recolhido seis vezes por ano na Marinha Grande e duas vezes no Pilado, que se cifra em 500 unidades, é normalmente entregue aos Hospitais da Universidade e ao Hospital de Oncologia de Coimbra, que enviam equipas especializadas para fazer a recolha.

Esta associação foi reconhecida como de Utilidade Pública (DR de 28 de Setembro de 1982).

3. Clube de Campismo da Marinha Grande

Fundado em 1949, nasce da fusão de dois clubes anteriores: Núcleo Campista Unidos e Núcleo Marinhense de Campismo. O campismo tinha-se iniciado na Marinha Grande por volta de 1941, tendo os seus primeiros entusiastas sido José Duarte Bizarro e Francisco Vareda de Jesus Pedroso e, um pouco mais tarde, Moisés G. Nobre, Aginaldo Duarte

Nobre, José Henriques Vareda e Noel José Duarte Nobre.

O clube tem a sua sede-secretaria instalada no Largo Ilídio de Carvalho.

Lutou muito para que a Câmara Municipal lhe cedesse um terreno, em S. Pedro de Muel, para instalação de um parque, conseguindo unicamente autorização para acampar nos terrenos por detrás do café Bambi, que além de péssimas instalações sanitárias nada mais tinham. Mesmo assim, o clube realizou aí o 3º Acampamento Beirão, em 1958, com a participação de muitos milhares de campistas nacionais e estrangeiros.

Só em 1977, mas a título precário, o clube conseguiu os terrenos para instalação provisória do seu parque de campismo. Foram cedidos pela Empresa Florestal do Camarçã, junto à praia de Água de Madeiros.

Aí já o clube tem realizado grandes acampamentos, sendo de realçar o Acampamento da Juventude e Amizade, em 1979, o da Rota do Sol, em 1981, o 3º Acampamento Nacional da Juventude, em 1982, e o Acampamento comemorativo do 37º aniversário do clube.

Para se avaliar do extraordinário movimento do campo, note-se que em 1985 acolheu 1 601 utentes (1 140 portugueses, seguindo-se alemães, franceses, holandeses, espanhóis e outros), 65 caravanas e 604 tendas ou atrelados.

O número de sócios do CCMG aumentou consideravelmente a partir de 25 de Abril de 1974, pois dos 98 sócios existentes nesse ano passou a 1 426 em 1985. Este grande desenvolvimento deve-se à dinamização então promovida pelos fundadores e pelos sócios Luís Bizarro Marques, Afonso Manuel Roldão, António José Abreu e Fernanda Palaio.

4. ASURPI – Associação Sindical União dos Reformados, Pensionistas e Idosos

Esta associação, que faz parte do Movimento Unitário dos Reformados (MURPI), teve as suas raízes na União dos Reformados da Previdência, fundada na Marinha Grande em 1974, por Egídio Saraiva, Joaquim S. Gregório, Carlos Duarte e Sousa, Joaquim da S. Martins, Maria Odete de J. Afonso, entre alguns outros que desconhecemos.

A ASURPI foi fundada em 1978, tendo por fim a defesa dos interesses dos reformados.

O núcleo marinhense, que tem como coordenadores Fernando Luz de Sousa, João da Nazaré, Joaquim Francisco Alexandre e Manuel Baridó (este fazendo também parte da Comissão Executiva da Coordenadora Nacional destas associações), conta 1 040 associados.

Possui uma sede, onde funciona um centro de convívio.

250 5. Associação Portugal-URSS (extinta)⁴²³

Funcionou na Rua Pedro Viana, nº 51, direito.

6. Liga dos Combatentes da Grande Guerra

Foi fundada em 1921 e oficializada em 29 de Janeiro de 1924, pela portaria nº 3 888. É uma instituição de utilidade pública, patriótica, de assistência e beneficência, de carácter perpétuo, com personalidade jurídica e utilidade administrativa. É responsável pelo culto da chama da Pátria e do Soldado Desconhecido e pratica também actividades de assistência, como a criação de oficinas, estabelecimentos de ensino, Casas dos Filhos dos Soldados, etc., etc..

Muitos marinhenses que combateram em França e em África fazem hoje parte desta Liga, que tem um talhão próprio no cemitério da Vila.

VI. Cultura

A. Esboço histórico

A cultura é a base da valorização de um povo, do complexo de hábitos, ideias ou criações do Homem, recebidos ou adquiridos no contacto com outras sociedades mais evoluídas.

No caso especial da Marinha Grande essa transmissão fez-se muito lentamente, porque aos primeiros povoadores só se exigia que tivessem braços vigorosos para o trabalho.

Foi só a partir de 1769, ano em que veio para a Marinha Grande o inglês Guilherme Stephens, que a cultura das letras e das artes se iniciou.

Daquelas pobres e doentes raízes Guilherme Stephens conseguiu criar uma plêiade de gente culta, conhecida na região como “aristocracia vidreira”, que vestia sobrecasaca, punha chapéu alto e cultivava as artes e as letras⁴²⁴.

Chegou a representar-se no pequeno teatro da Fábrica a peça *Olimpia*, de Voltaire, ensaiada pelo autor dramático Nicolau Luiz da Silva, que comentou: “... servindo-me de grande admiração que uns rapazes que nem têm visto teatro tivessem furor para cometerem a empresa de uma tragédia dificultosa, e a executassem com pouca diferença do que nesta Corte a representariam os actores de profissão”. Também os músicos se mostraram virtuosos e todos os sábados, umas vezes no Teatro outras no Palácio, executavam concertos, a que assistia o pessoal.⁴²⁵

Com a morte de João Diogo Stephens, sucessor de Guilherme, toda a vida social e cultural se modificou para pior. Os nefastos arrendamentos da Fábrica, que duraram até 1919, trouxeram situações desesperadas (ver o capítulo sobre Vidro), com manifesto prejuízo da acção cultural deixada pelos Stephens. Sem qualquer sentido pedagógico que os norteasse, a maioria desses ambiciosos arrendatários (excepção feita ao conde de Azarujinha), deixaram perder, por falta de ajuda, todas as tradições culturais da que foi berço da indústria vidreira em Portugal.⁴²⁶

Como se compreende, nesses períodos gravosos de falta de trabalho, em que a população vidreira teve que se ocupar em tarefas fora da sua especialidade e até que mendigar de porta em porta em terras vizinhas, perdeu-se todo o interesse pela cultura, por falta de disposição e alegria.

A freguesia esteve muito tempo subordinada a Leiria, que nunca se interessou pelo seu desenvolvimento.⁴²⁷

Estas razões, aliadas ao facto de existirem no concelho da Marinha Grande, já em 1950, por exemplo, 39% de homens e mulheres com mais de 10 anos de idade sem saberem ler nem escrever (elementos fornecidos pelo Dr. Adrião Simões Ferreira da Cunha, do Gabinete do Conselho de Direcção do INE), em grande parte devido a terem começado muito cedo a trabalhar, justificam em grande parte o atraso cultural da Marinha Grande em relação a outras terras, que tiveram o privilégio de serem dotadas muito mais cedo com estabelecimentos de ensino secundário (liceus, escolas, colégios, etc.).

Apesar disso, a partir dos finais do século XIX têm-se realizado algumas manifestações culturais, nos vastos campos do teatro e da música, cujas realizações mais importantes vamos a seguir rememorar, com vista a despertar o interesse da actual juventude pelas actividades culturais.

Ultimamente, também a CMMG tem promovido iniciativas culturais, contratando artistas para virem actuar à Marinha Grande e às praias, sendo muitas vezes a assistência em pequeno número.⁴²⁸

*B. Literatura*⁴²⁹

Entre os escritores e poetas marinhenses, aqui radicados ou com ligações à Marinha Grande, contam-se António Maria de Campos Júnior, Dr. Joaquim Alves Crespo, António Gomes do Céu, António Dinis de Sousa, Ilídio Duarte de Carvalho, José Duarte de Carvalho, Afonso Lopes Vieira, Manuel Pereira da Costa, Paulino Franco Ferreira e, mais recentemente, José ferreira da Silva, Luís Filipe Cardona, José Martins Saraiva, Dra. Amélia Cândida Lages Coelho dos Santos, Arnaldo Matos, Arnaldo Fonseca, Dr. Álvaro André e Paula Figueira. (ver também o capítulo Biografias)

*C. Artes Plásticas*⁴³⁰

Nesta área, destacaram-se, entre outros, João P. Correia, Alberto N. Capucho e actualmente, Joaquim Correia (escultura)⁴³¹, Guilherme Correia, Olinda Colaço (pintura sobre diversos suportes), Gama Dinis (pintura) e José Alexandre Júnior (escultura em madeira). (ver também o capítulo Biografias)

*D. Música*⁴³²

1. Serenata Marinhense

Fundou-se em 1893, época de desenvolvimento económico, em que era arrendatário da Fábrica Stephens o conde da Azarujinha.



Fig. 114 - Serenata Marinhense. 1904, passeio a Caldas da Rainha.

Tinha vinte e cinco elementos: músicos (instrumentos de corda e várias flautas) e cantores.

Na foto, reconhecem-se: César (filho mais velho do poeta e escritor Ilídio de Carvalho), Joaquim Ferreira Nobre (pai do “Zuta”), José de Jesus e Silva (“Zé da Ordem”), António Matias Pedrosa, António Dias, Emílio Galo, Tomaz Pereira Ferreira (“Cafurno”), Ilídio Duarte de Carvalho, José Galo, Manuel Ferreira Nobre, João Galo, Joaquim Ferreira Galo (“Ferreirita”), António A. de Abreu, António Pereira Roldão (pai de Paulo Roldão), Armando⁴³³ de Abreu (pai de António Abreu), José Ferreira Custódio Júnior (fundador do Jornal *Autonomia*), Manuel Bonita, José Duarte de Carvalho (o poeta “Cirilo”), Joaquim Marques (pai de Joaquim Marques), José Franco (pai de Pacheco Franco) e Baptista (maestro da Serenata).

2. *Bandas Filarmónicas*

Por esses tempos fundaram-se também duas Filarmónicas: a da Fábrica Nova e a dos Bombeiros Voluntários.

a) *Banda da Fábrica Nova*

Foi criada, cerca de 1896, pelo pessoal da Fábrica Nova, sendo primeiro maestro o competente Capitão Bernardo Baptista, que deu grande impulso à música na Marinha Grande.

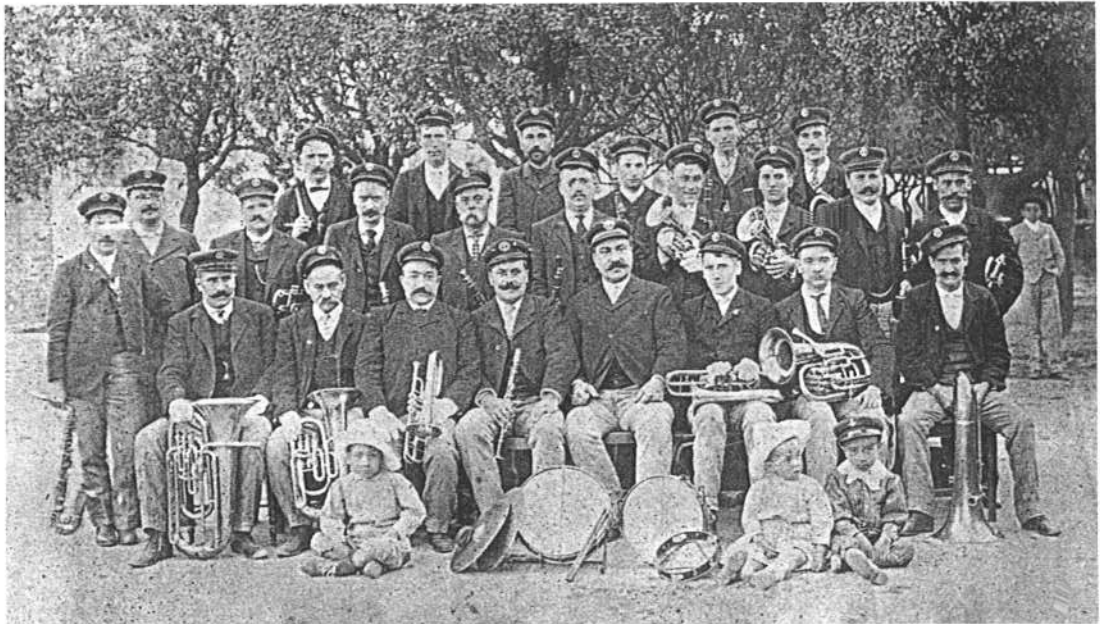


Fig. 115 - Banda da Fábrica Nova. Viragem do século.

Teria acabado por volta de 1908, por razões económicas, no tempo do administrador Burnay, em que a Marinha Grande e a indústria vidreira passaram por uma grande crise de trabalho.

b) *Banda dos Bombeiros Voluntários*

Foi fundada no ano de 1900 pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários.⁴³⁴ Teve como fundador e primeiro regente Emídio de Oliveira, avô dos artistas marinhenses

Joaquim e Guilherme Correia. Seguiram-se-lhe na regência da Banda José Augusto Lopes (que compôs o Hino do Concelho), António Vieira, Salomão (o grande e saudoso maestro que deixou uma obra grandiosa no campo da música) e, por último, João da Moita (pai de Francisco Correia Moita).

Esta banda tinha cerca de vinte e cinco elementos, entre os quais José Silvestre Ferreira, José Gil, José Cosme, Francisco Correia Moita, José Azevedo, Luís Romão, José Lopes, Joaquim Julião, Aguinaldo Nobre, Adriano Nobre, Joaquim Nobre. Teve como grandes impulsionadores e amigos Arnaldo José d'Almeida e João Guerra Pedrosa.

A banda dos Bombeiros dissolveu-se por volta do ano de 1913, por dificuldades económicas.⁴³⁵

c) Rivalidade entre bandas

As duas bandas filarmónicas - a da Fábrica Nova, mais conhecida por “música velha” por ter sido formada primeiro, e a dos Bombeiros, mais conhecida por “música nova”, por ser fundada posteriormente - criaram grande rivalidade não só entre os seus componentes como entre o povo, que se dividiu na sua preferência.

Ambas, no entanto, fizeram o orgulho dos Marinhenses quando confrontadas durante os festejos populares que abrilhantaram por toda a região.

d) Banda da Fábrica Marquês de Pombal

Fundada em 1917 por um grupo de operários da fábrica, em homenagem ao seu fundador, António José Magalhães Júnior, que em vida havia sido grande animador e protector das Bandas de música (fundara a Banda da Fábrica Nova, em 1896, que sempre apadrinhara)⁴³⁶.

Desta banda fizeram parte, entre outros, Barbosa (“Mestre Barbosa”), José Galo, Joaquim dos Santos, Artur Neto Rosa, Manuel Antunes, José da Silva Roque (“Roque da música”). Esta banda, que gozou de grande prestígio nos meios musicais da terra, foi dissolvida por volta de 1930, por falta de apoios financeiros da própria empresa.



Fig. 116 - Banda da Fábrica Marquês de Pombal. 1922

Foi destas filarmónicas e da Serenata Marinhense que nasceu a cultura popular musical marinhense e que surgiram novas bandas, grupos de Danças e Cantares e conjuntos musicais, mais conhecidos por “orquestras Jazz”, os quais elevaram o nome da Marinha Grande pelas belas actuações que realizaram, principalmente no centro do país.

e) Filarmónica Recreativa Amieirinhense

Quase cinquenta anos decorridos, funda-se nova banda, por iniciativa de um grande entusiasta das filarmónicas, Joaquim Gonçalves Silva, mais conhecido por “Doutor”, e de António da Silva e Sousa (antigo músico da Força Aérea e da Banda do Valado de Frades), aos quais se juntaram outros entusiastas da música, como Augusto Nunes (antigo filarmónico), João Mendes Guerra, Júlio Pereira Louro, Manuel Rua Lopes e António de Almeida, prestigiado músico e maestro com provas de competência já anteriormente dadas em várias bandas regionais.

Exposta a ideia ao vereador da Cultura da Câmara, Francisco Veríssimo, este não só a aplaudiu como a incentivou, atribuindo a quantia de 20 contos⁴³⁷ para o arranque da Escola de Música, onde António da Silva e Sousa iniciou de imediato aulas de solfejo.

O *Jornal da Marinha Grande* também recebeu a ideia de braços abertos, prometendo logo apoiá-la e divulgar a campanha de angariação de fundos, na qual colaboraram grande parte da população, comércio e indústria. As bandas de Porto de Mós e da Cela emprestaram alguns instrumentos.

A Direcção do Clube Recreativo Amieirinhense também apadrinou a ideia, cedendo sem reservas uma das suas salas para a instalação da Escola de Música e da própria Filarmónica, com estatutos próprios e Direcção autónoma.

Os fundadores convidaram António de Almeida para dirigir a sua escola de música e,



Fig. 117 - Filarmónica Recreativa Amieirinhense.

ao mesmo tempo, tomar a regência da Filarmónica, lugares que ainda mantêm, com agrado e simpatia de toda a gente.

Foi devido ao esforço denodado destes homens que a Filarmónica Recreativa Amieirinhense fez a sua primeira aparição em público, em 24 de Novembro de 1979, acompanhada pela Banda Filarmónica de Porto de Mós, convidada para madrinha. Percorreram as ruas da Marinha Grande para cumprimentarem a população, que lhes atribuiu grande ovação de regozijo por ver passar de novo uma Banda sua, o que há cerca de meio século não acontecia.

A banda possui um autocarro para deslocações e grande parte do instrumental é de sua propriedade. O seu prestígio é grande na região, o que lhe tem assegurado contratos de actuação que preenchem todas as disponibilidades.

Tem sido dirigida por Manuel Rua Lopes (presidente da Direcção), Júlio Pereira Louro (vice-presidente), Jorge Pedreiro (tesoureiro), Dinis Jerónimo, (secretário), Carlos António Almeida Lopes Vieira, Fernando Santos, José Azul e Manuel Ribeirinho (vogais).

A Filarmónica Recreativa Amieirinhense é composta por 40 elementos, incluindo algumas raparigas, na maioria preparados na escola de música (onde os filhos dos sócios são gratuitamente ensinados) pelo maestro António de Almeida. Estes rapazes e raparigas serão com certeza o garante da continuidade da música marinhense.⁴³⁸

3. *Tunas e Sextetos*⁴³⁹

Com o ressurgimento da arte teatral, houve necessidade de se criarem conjuntos musicais para abrilhantar os espectáculos.

Entre outros, recordamos o sexteto musical dos Bombeiros, regido pela distinta pianista D. Alice Taveira Lino, um grupo composto por antigos elementos da Banda dos Bombeiros, dirigido por José M. Pina, o Sexteto Musical de António Fernandes Barbosa, que foi chefe da banda de Infantaria 7 de Leiria⁴⁴⁰, o grupo de José da Silva Roque, o sexteto dirigido por Francisco Correia Moita, etc..

É justo distinguir este último maestro, que foi figura grande não só no campo musical, sua grande paixão, em que deixou canções inesquecíveis que abrilhantaram inúmeras revistas locais, como também nos campos desportivo, jornalístico e teatral, como autor e ensaiador.

a) *Tuna Marquês de Pombal*

Esta tuna, criada a partir da Fábrica Marquês de Pombal, teve grande acção no desenvolvimento da arte musical e teatral.

Actuava em variadíssimas festas de beneficência e era composta por trinta figuras, das quais se destacaram Ilídio Duarte de Carvalho, poeta e escritor, José Duarte de Carvalho, poeta e cantor com uma linda voz de tenor, José Matias Pedrosa, Cruz Mendonça, António Matias Pedrosa, Afonso Pereira, António Dias, José Ferreira (“Ferreirita”), os irmãos Luzias, etc..

b) *Tuna Musical 24 de Julho*

Fundada nos princípios dos anos Vinte⁴⁴¹, por iniciativa do velho músico da antiga banda dos Bombeiros José Silvestre Ferreira, teve no entanto vida curta, pois foi “apanhada” pelo período negro após a I Guerra, quando ocorreram as grandes crises vidreiras.

4. Orquestras Jazz⁴⁴²

a) Conjunto Correia Moita

Foi primeiro conhecido por Grupo Jazz Marinhense e por Mickey Mouse Orquestra Jazz.

Tinha como executantes Francisco Correia Moita (maestro), António Guerra Nobre, José R. Galo, José Cosme, Manuel Antunes, Aguinaldo Nobre, Joaquim Ferreira (Zuta), François Venturini, Carmen Venturini.

Mais tarde, outros passaram por este conjunto, como António de Almeida (regente da actual banda da Amieirinha), António Eugénio do Carmo (“Espampanante”), Mário de Oliveira (“Macatrão”), Albino Pinho, Manuel Pereira Palmeira, José Rios, João Moita, António Agostinho, António L. Almeida, José da Moita, Cremilde Pereira Moita e Regina Pereira Moita.



Fig. 118 - Mickey Mouse Orquestra Jazz. Anos 1930.

b) Troupe Jazz Os Pinantes

Foi fundado por Joaquim Couceiro (“Pinante”), José Roque, José Ferreira (“Travadinho”), Álvaro André e Joaquim de Carvalho.

Nele actuaram muitos outros bons músicos, como José Matias Pedrosa, Joaquim dos Santos, Gilberto Henriques, Isidro Guerra, Raúl “Pipila”, José Venturini, Pepe Venturini, Emílio Venturini, António Lopes de Almeida, Evaristo Henriques, José Caldeira, José Granada Sousinha, José Inácio, Francisco de Sousa e outros.



Fig. 119 - Os Pinantes. Anos 1940.

c) Troupe Jazz Os Fixes

Formado por Joaquim Maria Vaz dos Santos, Mário de Oliveira Marques (“Macatrão”), Joaquim Pêcego, Manuel Lucas, Manuel Lopes, Manuel Vicente Lopes e Joaquim Rodrigues Lopes.

d) Troupe Jazz Os Verdes

Formado por Albino Franco, Manuel Couceiro, Manuel Adriano Almiro, Etur Martins, António de Almeida (actual regente da Filarmónica da Amieirinha), Joaquim dos Santos, Raúl “Pipila” e António da Silva Galo.

e) Conjunto Os Charutos

Fundado por Artur da Silva Marques, Artur Galo, António da Silva Galo, Luiz Molelos e Joaquim Santana, cerca de 1932.

f) Jazz Azul

Fundado por João Teodósio, Alberto Duarte de Carvalho, António Marques Nobre (“Bispo”), António Caixa e António dos Santos (“Ervilha”).

g) Conjunto Vera Cruz

Fundado por Fernando Luz.

h) Conjunto *Cristal*

Depois de 1950 fundaram-se ainda vários conjuntos musicais, de que salientamos o Conjunto Cristal, que nos dizem teria sido o mais famoso da Marinha Grande.

Composto por João Teodósio, Pepe Venturini, António Eugénio do Carmo (pai da excelente cançonetista marinhense Lenita Gentil), Francisco de Sousa (“Sousa do trompete”) e Humberto Graça (que foi a melhor voz marinhense).

Este famoso conjunto, que actuou por todo o País sempre com grande sucesso, abrilhantou festas no Porto (Clube dos Fenianos), em Coimbra (baile dos finalistas da A. Académica), em Lisboa (Escola do Exército), Figueira da Foz (Grande Casino Peninsular), etc., etc..



Fig. 120 - Conjunto Cristal. Anos 1950.

i) Grupo *Kristalinos*

Fundado em 21 de Janeiro de 1966.

5. Outros⁴⁴³

Na chamada música “clássica”, também a Marinha Grande criou alguns destacados valores, tanto na organização de belos espectáculos como na interpretação.

No primeiro caso, é digna de registo a formação do Círculo Cultural da Marinha Grande, organizado nos fins do ano de 1969 por um grupo de moços e moças. Apresentou o “Grande Festival de Poesia e Canção”, com Carlos Paredes, Adriano Correia de Oliveira, Manuel Freire, Norberto Barroca, entre outros. Organizou também colóquios e espectáculos corais.⁴⁴⁴

No segundo caso lembramos as pianistas Maria do Rosário Morais Font, formada pelo Conservatório de Música de Lisboa, e Maria da Encarnação Amaro Alves, o acordeonista Pepe Venturini e o violinista José Venturini.

Numa área menos erudita, são também de citar os Irmãos Domingues, guitarrista e violista de grande nome. Nasceram na Marinha Grande, Álvaro Domingues (guitarra) em 1929 e Joaquim Domingues (viola) em 1933. Já os seus bisavô, avô e pai tocavam guitarra. Nos últimos cinquenta anos, estes músicos têm acompanhado grandes fadistas e tocado também muitos temas instrumentais.

No acompanhamento a fadistas contam-se também Vergílio Rato e seu irmão.

Na música ligeira há também muitos fadistas e cançonetistas.⁴⁴⁵

Trabalha na Marinha Grande um construtor de violas, guitarras e bandolins: Joaquim Maria Vaz dos Santos (que foi outrora director e saxofonista no grupo *Os Fixes*, assim como desportista e dinamizador associativo). Na sua modesta oficina já construiu cerca de 180 instrumentos, que não têm a apresentação “bonita” dos fabricados nas oficinas especializadas mas que procura dotar das melhores qualidades acústicas.⁴⁴⁶

E. Folclore

1. Rancho Pró-Pátria

Foi fundado em 1918, para realizar espectáculos beneficentes a favor dos soldados portugueses que lutavam na I Guerra.⁴⁴⁷

Era formado por Lacomba (antigo mestre da música)⁴⁴⁸, Pedro Aníbal Borges (ensaiador⁴⁴⁹), pelas meninas Sofia Ferreira, Sílvia Pinto Nobre, Conceição Mateus, Branca de Aquino, Clementina Nobre, Emília Galo, Leonilde Guarda Marques, Celeste Matias, Maria Freitas, Amália Santos, Lucília Marques Nobre, Lucília Saboga (mais algumas que não conseguimos identificar) e pelos rapazes José Gil, Luís Romão, José de Azevedo, José Lopes, António Guerra Nobre, Luís Marques Nobre, Adriano Freitas Nobre, Joaquim de Carvalho, Joaquim Pedrosa, António Mendes, José Ferreira Pedrosa, Adriano Guerra Nobre, Joaquim Marques Nobre, Ilídio Neto, Manuel António, João Alves de Matos, José Marques Barosa, Jacinto Frutuoso, Mapril de Oliveira, Reinaldo Ferreira, Ernesto Freitas Neto, Aguinaldo Marques Nobre, Filipe de Aquino, Augusto Santos (“Gramocha”) e Armando Inácio de Carvalho.

Pela finalidade dos seus espectáculos, o grupo foi distinguido pela revista *Ilustração Portuguesa* com palavras de agradecimento e com a publicação da sua fotografia.



Fig. 121 - Rancho Pró-Pátria.

2. Grupo de Danças e Cantares “Júlia da Silva”

Foi fundado por volta de 1928 pela grande entusiasta Júlia da Silva, de Picassinos, introdutora no lugar dos famosos grupos de danças e contradanças, que reuniu à sua volta numeroso grupo de moças e moços (dez pares dançantes) e alguns músicos.

Ensaivavam na casa de Augusto Serrano, padeiro de Picassinos, e apresentaram-se em público por toda a Vila, sempre bastante aplaudidos, animando com danças vistosas os festejos carnavalescos, clubes e casas particulares das mais ricas da terra.

Ao deixar Júlia da Silva a direcção do Grupo, foi sua irmã Maria da Silva, mais conhecida por “Quinhas Serrano”, quem soube manter com grande dedicação o valor tradicional das danças de Picassinos, passando a dirigi-lo com o mesmo entusiasmo que lhe havia dedicado sua irmã Júlia.

3. Grupo de Danças e Cantares da Quinta dos Moleirinhos

Formado na Quinta dos Moleirinhos, no Engenho, pelo entusiasta e hábil dançador João do Norte Júnior, com vista também a animar os folguedos carnavalescos, teve 12 pares dançantes, onde se destacou aquele composto por D. Cândida de Oliveira e José Moleirinho.

Exibiu-se com grande sucesso em lugares públicos e em quase todas as colectividades. Da música faziam parte os elementos do afamado conjunto “Os Charutos”.

João do Norte Júnior, competente ensaiador, foi o grande impulsionador dessa arte, colaborando também na organização de ranchos do Sport Lisboa e Marinha, Sport Império Marinhense, Grupo das Figueiras, Picassinos, Garcia, Trutas, Ordem, Comeira, etc..

4. Grupo Infantil do Bairro de Santa Isabel

Composto por 12 pares de crianças, foi fundado em 1950.

Exibiu-se, tal como os anteriores, em lugares públicos durante o Carnaval, sempre com grande animação e sucesso.

5. Rancho Infantil “Os Corações”

Constituiu-se em 1952, por iniciativa de Francisco Vicente, Diamantino da Silva Figueiredo e José Gomes da Silva (“Lérias”), na Associação Cultural e Recreativa da Comeira. Foi ensaiador José Gomes da Silva.

Era composto por dez pares de dançarinos (meninas e meninos), com idades entre os 7 e os 11 anos.

6. Rancho Popular “As Papoilas”

Formado em 1981 por Maria Vicência dos Santos (“Maria Falinhas”) e por António Rodrigues Serrano, sendo ensaiador João do Norte Júnior. Este rancho, que tinha cerca de 12 pares dançantes adultos, exhibia-se, como os anteriores, para animar os folguedos carnavalescos.

Foi mais tarde dirigido por António Rodrigues Serrano, que lhe emprestou maior dinamismo, transformando-o num dos mais famosos ranchos da Marinha Grande e dos melhores da região. Apesar disso, por dificuldades financeiras teve vida curta, pois durou somente dois a três anos.

7. *Rancho Folclórico Etnográfico Infantil das Figueiras*

Fundado em 1974 por Graciete Lourenço e João do Norte Júnior, dedicou-se durante três anos somente a danças populares carnavalescas, acabando por se dissolver em 1977.

Mais tarde, em 1982, por iniciativa de José Francisco de Sousa e Celestino Martinho (presidente e secretário⁴⁵⁰), o grupo reanimou-se, sob a orientação e direcção de novo ensaiador, Henrique Adriano.

Foi transformado num rancho folclórico e etnográfico, com doze pares de crianças, cujas danças e trajes se baseiam nos antigos costumes das principais actividades marinhenses, usando as meninas o velho traje das trabalhadoras do Pinhal - lenço, blusa, avental e saia de chita - e os meninos os trajes dos antigos vidreiros: camisa de estamanhinha, calça de zuarte, lenço vermelho de bolso, boné, alpercatas de corda e o tradicional cesto de verga, utilizado para levarem o almoço.

As canções, normalmente alusivas ao trabalho do vidro, são verdadeiros hinos dedicados ao operário vidreiro.

Têm encantado as assistências perante quem se exibem, divulgando o lugar das Figueiras e a Marinha Grande.



Fig. 122 - Um par de dançarinos do Rancho Folclórico Etnográfico Infantil das Figueiras.

8. *Rancho Infantil "Os Pequenininos de Picassinos"*

Fundado em 1982 por Francisco Vicente, experiente dançador e ensaiador e não só, pois também tem dinamizado o teatro, tanto em Picassinos como na Comeira, como autor, actor e encenador.

O Rancho compõe-se de 16 pares infantis, 3 vozes femininas e 6 músicos. Tem como par marcante os miúdos Carla Henriques e Gabriel H. Soares, que nos espectáculos realizados são normalmente distinguidos com largas ovações, pelo bem que dançam.

Já teve na sua vida mais de sessenta actuações por várias terras do País, sempre aplaudido e obtendo muito boa aceitação.

Estes grupos de Picassinos e das Figueiras, que ao longo dos últimos anos têm levado o nome da Marinha Grande a muitas terras do País, onde sempre têm sido recebidos com agrado e simpatia, bem merecem o carinho da nossa população e da autarquia local, pelo muito que têm feito como embaixadores da nossa cultura popular.⁴⁵¹

F. Teatro⁴⁵²

1. Do princípio do século à reconstrução do Teatro Stephens (1941)

O Teatro na Marinha Grande renasceu em 1900⁴⁵³ com a fundação da Associação de Bombeiros, que criou o seu Grupo Cénico.

Sabemos que durante cerca de 25 anos se dedicou à representação de peças dramáticas e récitas, com fins beneficentes. Aí se revelaram muitos valores desta arte, como João Francisco Saboga, Luiz Marques Nobre, Filipe Aquino Júnior, João Pereira Correia, Augusto Santana, Josefina Guerra Santana, Julieta Lopes, Augusto Jesus e Silva, Sofia Pedrosa Ferreira, Leovigilda Roldão, Ilídio Duarte de Carvalho, José Matias Pedrosa e muitos outros.

Em 1923 cria-se um novo Grupo Cénico, que em Março de 1923 representa com grande sucesso a primeira revista local, *Coisas da minha terra*, da autoria de Ilídio de Carvalho⁴⁵⁴. Nessa revista, segundo o jornal *O Marinbense* de 17 de Março de 1923, o autor “traduziu com graça, com espírito e com distinção os costumes da região, ornados de graça, de arte e de boa música.”

A peça tinha música de Fernandes Barbosa e cenários de João Pereira Correia⁴⁵⁵. Foi representada por Sofia Pedrosa Ferreira, Maria José Couceiro de Sousa, Maria da Conceição Neto, Laura Roque, Regina de Jesus e Silva, Emília Salvador Filipe, Amélia Lucinda Matias, Leovigilda Roldão, Alda Galo Ferreira, Julieta Lopes, Emília Pedrosa Ferreira, Maria de Jesus Matias Roldão, Maria Olinda Galo Ferreira, Sara Couceiro de Sousa, Vivilde Roque, Avelino Roldão, João Pereira Correia, Augusto de Jesus e Silva, José Matias Pedrosa, João Francisco Saboga, Luís Marques Silva, José Pedrosa Ferreira, Ilídio Duarte de Carvalho, Joaquim Marques de Sousa, Arnaldo Roldão Galo, Armindo Salvador Filipe, Joaquim de Carvalho, Ilídio Pereira de Carvalho, José Matias Pedrosa, José Carreira Galo, Mário de Oliveira, Álvaro Salgueiro Roldão e também Bento Morais Matias, como ponto, Filipe



Fig. 123 - Artistas da revista *Coisas da minha terra*.

d'Aquino Júnior (contra-regra) e Domingos Pedro Pina como maquinista.⁴⁵⁶

Ilídio Duarte de Carvalho, que já se revelara um potencial valor nas artes da escrita, escreveu ainda, entre outros trabalhos, uma paródia à célebre *Ceia dos Cardeais*, de Júlio Dantas, a que chamou *A Ceia dos Durázios*, representada por António A. Galo, José de Jesus e Silva, José de Sousa Neto, Ernesto Afonso de Barros e Afonso P. Roldão, com grande sucesso.

Outros autores importantes nesta época foram João de Magalhães Júnior, que escreveu o dueto cómico *O Manel mail'a Maria*, representado por José Matias Pedrosa e Augusto Jesus e Silva, e o Dr. Joaquim Alves Crespo, que traduziu em verso o drama de André Theuriot *João Maria*, desempenhado por Lídia de Carvalho, António A. Galo e Joaquim Marques de Sousa, com música de António Fernandes Barbosa.

Outro valor que surgiu foi o inesquecível José Ferreira da Silva ("Zézinho dos Óculos"), que se iniciou escrevendo *A Desfolhada na eira do ti Zé Manel da Horta*, representada por volta de 1925 pelo Grupo Cénico dos Bombeiros Voluntários, de que faziam parte Joaquim d'Aquino, Jaime Ferreira, João Saboga, Manuel Ferreira, José Silva, José Augusto Noronha Batalha, Guedes Coelho (sobrinho), Joaquim Ferreira, Armindo Filipe, João Franco, José Ferreira Domingues, Aníbal Neto, José Pedrosa Ferreira, Emília Ferrão, Augusta Roldão, Vivilde Roque, Maria Adelina Galo, Maria Gabriela Neto, Amélia Matias, Emília Ferreira, Emília Filipe, Edviges de Oliveira, Regina Ferreira, Alda Ferreira, Maria da Conceição Amaro, Adelaide Roldão, José Matias, Augusto J. Silva, Maria Luísa Batalha e Maria Ivete de Oliveira.⁴⁵⁷

Entusiasmado pelo sucesso desta pequena peça, José Ferreira da Silva nunca mais deixou de escrever. Foram peças ligeiras, dramas, versos, canções, etc., de alguns dos quais se falará mais adiante.

Também se destacou Joaquim Alves de Freitas, que escreveu a peça *O triunfo do amor*, representada em 25 de Julho de 1925⁴⁵⁸, no velho Teatro Stephens, em benefício do grande ciclista marinhense José Gaspar Pedroso, pelo Grupo Dramático da Associação de Bombeiros. O espectáculo foi abrilhantado pelo Sexteto musical do mesmo grupo, dirigido por Alice Taveira Lino. Escreveu também *A Chama*, representada em Julho de 1928, por Emília Ferrão, Irene Salvador Filipe, João Ferreira, João Saboga, Armindo Salvador Filipe e José Matias, juntamente com a revista *Salada à Marinhota*.

José Duarte de Carvalho, poeta e escritor, que nos deixou o livro de versos *Cristais sem brilho*, foi autor desta última peça, juntamente com Francisco Correia Moita (que musicou). A *Salada à Marinhota* obteve grande sucesso, tendo sido representada por quarenta actores. Escreveu também *Efeitos de luz* (alusiva à inauguração da luza eléctrica na vila), igualmente com música de Francisco Correia Moita e estreada em 1928.⁴⁵⁹

Representaram estas revistas os já consagrados João Ferreira, Augusto de Jesus e Silva, João Francisco Saboga, Leovigilda Roldão, e um grupo de novos valores, em que se destacaram Armando Matias, José Guarda Marques, Armando Salvador Filipe, Artur de Barros, Carlos Domingues Barosa, Eduardo de Sousa, Emília das Neves Ferrão, Emília Salvador Filipe, Etelvina da Costa Roque, Fernando Guarda, Francisco Afonso de Barros, Gracinda Ferreira Galo, Hermenegildo Roldão, Irene Salvador Filipe, João de Oliveira Roldão, Joaquim Ferreira, José Afonso de Barros, José Ferreira, Maria Antónia Barros e Melo, Maria da Conceição Pedrosa, Maria Edviges de Oliveira, Maria Gabriela Neto, Maria Ivete Saboga, Maria Lusitana Barros, Túlia Ferrão, Vivilde da Costa Roque.

João de Oliveira Roldão, escritor e poeta, escreveu em 1935 a revista *Marinha - S. Pedro e volta*, que foi desempenhada por Conceição Galo, Júlia Galo, Maria Alice, Maria

Hermínia, Maria Santos, Maria Beatriz, Maria Gomes, Zulmira Gomes, Arnaldo Abreu, A. Silva, A. Mendes, A. Laborinho, César Freitas, Cláudio Freitas, G. Faria, José Matias, João Saboga, J. Rocha, Júlio de Lemos, Joaquim Saraiva, J. Augusto, J. Marques, P. Alves, Sertório Abreu e Tomás P. Roldão. A música foi escrita por J. Martins e executada pela *Troupe Jazz Os Pinantes*, e os cenários da autoria de João Pereira Correia.

No mesmo ano, este grupo levou à cena a engraçadíssima opereta *Flor da Aldeia*, em que o actor Júlio Ferreira de Lemos, acompanhado por Tomás Roldão, José Matias Pedrosa, César Freitas, Arnaldo de Abreu, Zulmira Gomes Roldão, Júlia Galo, Alice Abreu, Mariazita Santos e Maria Hermínia Roldão, ensaiados por Tomás Pereira Roldão, desempenhou magistralmente a difícil figura do *Zuquinha*. Foi tal o êxito que durante muito tempo



Fig. 124
Júlio Ferreira de Lemos
na figura de *Zuquinha*,
acompanhado por
Mariazita Santos, Alice
Abreu e Maria Hermínia
Roldão.

Júlio F. Lemos passou a ser tratado, na roda dos seus amigos, por “Zuquinho”.

Em 1936, o eng^o António Arala Pinto, que nos deixou valiosos livros sobre a Marinha Grande, escreveu a revista *O Pinhal Real*, que foi representada num barracão do Parque do Engenho (o teatro Stephens estava a ser remodelado) por um grupo de jovens, de que faziam parte Artur Neto de Barros, Luizete Roldão, Raúl dos Santos Tovim e Américo dos Santos Catita, nos principais papéis. Essa linda revista tinha cenários de Alberto Nery Capucho e João Pereira Correia e música de João Pereira dos Santos e D. José Pais. Era alusiva ao Pinhal e deixou encantados todos os marinhenses.

2. Depois da reconstrução do Teatro Stephens

Durante o período em que o velho Teatro Stephens foi fechado e demolido, para em seu lugar ser construída uma moderna sala de espectáculos, instalaram-se na vila dois teatros desmontáveis: um da Companhia Rafael de Oliveira e outro da Companhia Rentini, em períodos alternados, os quais tiveram a virtude de manter a chama do interesse pelo teatro. Após a sua reconstrução, cuja inauguração se fez em 24 de Agosto de 1941, com a peça *A Recompensa*, pela Companhia Rey Colaço - Robles Monteiro, regularmente passaram pelo novo Teatro várias companhias de teatro e revista.

Este surto de representações trouxe de novo à Marinha Grande o entusiasmo pela nobre arte de Talma, o que levou quase todos os clubes a criarem grupos cénicos e a formarem-se também outros, com fins beneficentes.

Assim, em 1943 João da Silva Reis, Júlio Ferreira de Lemos, Francisco Correia Moita e José Ferreira da Silva criam o Grupo Cénico Marinhense, que levou à cena, em Junho desse ano, a revista *Allô! Allô! Aqui Marinha!*. Foi ensaiada por João da Silva Reis e Júlio Ferreira de Lemos e musicada por Francisco Correia Moita.

A orquestra, que teve a colaboração da distinta pianista D. Maria da Encarnação Serrão Alves, era composta por José dos Rios e Silva, José Rama Galo, António de Almeida, António Guerra Nobre, João Celestino Correia Moita, António Agostinho, Aguinaldo Marques Nobre, Joaquim Ferreira, João Teodósio Júnior, Manuel Roque Couceiro, Júlio da Silva Marques e Álvaro Domingues. Alguns dos intérpretes foram Maria Judite Ferreira Franco, Augusto de Jesus e Silva, Rodrigo Couceiro da Silva (“Tatá”) Irolinda Gonçalves, João Francisco Saboga, José Augusto Franco, Conceição Galo, Setório Couceiro de Abreu, José Matias Pedrosa, Júlio Ferreira de Lemos, Belmira Jesus Almeida, Lucinda Couceiro, Mário V. A. Ribeiro, Adelaide Assunção Ribeiro, Francisco Vareda, Raúl Silva, Maria da E. Seíça Bizarro, Albéria Gil Salvador e Armando Oliveira Santos. Dos coros faziam parte Lucinda Couceiro, Maria Virgínia Ferreira de Almeida, Cacilda Gil Mendes, Maria Odete Nogueira, Laurinda Gil, Adelina Marques, Maria Leontina Pereira Guerra, Minervina Pereira Guerra, José Martins Pereira da Silva, João de Assunção Ribeiro, Moisés Guerra Nobre, Manuel O. Santos Júnior, João Rosa Azambuja, José Marques Florindo e Artur dos Santos Julião.

Nesta peça, José Gonçalves Rodrigues cantou *Mãos Vidreiras*, de Francisco Correia Moita, hoje gravada em disco por Mário Godinho, que é um hino deixado como homenagem à vida dos incansáveis e sacrificados vidreiros da Marinha Grande.

Mãos Vidreiras

*Olhai p'ra estas mãos que aqui vedes!
Já foram pequeninas e mimosas,
leves e macias como o lírio,
rosadas e frescas como as rosas.
Mãos que foram dóceis em criança,
hoje são áridas, brutais.
Não tendo a graça das ilustres,
valem certamente muito mais.*

*Mãos vidreiras, que o gás do forno queimou.
Mãos vidreiras, que o trabalho calejou.
Mãos vidreiras, que só fazem obras d' arte
Mãos que sabem ser vidreiras,
bonradas em toda a parte.*

*Olhai p'ra estas mãos trabalhadoras,
pelo rigor da vida transformadas.
Mãos que nunca foram ociosas,
mas pelo trabalho calejadas.
Mãos que se irmanam com o fogo,
trabalhando o vidro em ebulição.
Mãos que são a alma de um povo,
na sua dura vida e duro pão.*

Dois anos mais tarde, em Julho de 1945, o Grupo Cénico Marinhense apresenta a revista *Ó patego! Olba o balão!*, da autoria também de José Ferreira da Silva, com colaboração de Armando O. Santos, sendo a música de Francisco Correia Moita.

Revelaram-se nesta revista, ensaiada também por Júlio Ferreira de Lemos, Américo Guerra Nobre, António Vasconcelos Ribeiro, Maria Hermínia Roldão, Júlia Raquel Ferreira Roldão, Júlia Ferreira Barroca, Zulmira Barros e Suzete Barros, Maria Antonieta Marques, Eduardo Pedro Pina, Augusta S. Martins, Maria Edite Correia Moita, António Vasconcelos Ribeiro, Madalena Franco, Diamantino Vargas, entre vários outros.

Este grupo cénico representou ainda a opereta *Os amores de Mariana*, de autor desconhecido, encenada por Francisco Correia Moita em Julho de 1952. Foi representada por Maria do Rosário, Maria Albertina, Julieta Tojeira, Maria Gabriela, Armando Santos, Américo Nobre, Alfredo Bernardo Antunes, Mário Rolando, João Morais Júnior, Joaquim Pais, Vítor de Oliveira, Jorge Vital e Sérgio Banco.

Apresentou também a peça *Renascer*, desempenhada pelos mesmos actores acima indicados, apresentada juntamente com um acto de variedades em que actuaram Mário Rolando S. Marques, Maria da Piedade S. Órfão e Maria do Rosário M. Domingues e Alfredo Antunes. Uma das canções então interpretadas, *Lenda de Santa Isabel*, tinha versos de José Martins Saraiva.

Foi também representado o drama de José Ferreira da Silva *Coisas que ainda matam*, interpretado por Judite Franco, Maria América, Conceição Galo, Joaquim Martins Saraiva, Américo Guerra Nobre e Armando O. Santos, dirigidos por Francisco Correia Moita.⁴⁶⁰

O Cénico Marinhense organizou também espectáculos musicais.⁴⁶¹

Em 1953 é fundado o Grupo Cénico de Beneficência, por iniciativa de António Vasconcelos Ribeiro, Tomás Pereira Roldão, José Venturini e Maria do Rosário Morais Font (pianista), tendo ainda a colaboração da orquestra *Pinantes*.

Entre vários espectáculos de variedades, leva à cena, em Março de 1955, a revista *Cantigas e cristais*, da autoria de José Ferreira da Silva e António Vasconcelos Ribeiro, com música de José Eliseu.

Além dos intérpretes já consagrados, como António V. Ribeiro, Maria Hermínia Roldão, Rodrigo da S. Couceiro, Armando O. Santos, Augusto Samora Guerra etc., actuaram também Humberto Graça, Maria Manuela Leonardo, Fernando Faria, Domitília Santiago Marques, Fernando da Luz e Sousa, Alfredo Bernardo Antunes, Anatilde O. Gomes, António José Abreu, Maria Hermínia R. Campos, Maria Helena de Sousa, Maria Odete Graça, António Soares Matias, Júlio Roldão Neto e José António Coelho.

3. Teatro nas colectividades

a) Sport Império Marinhense

A nível das colectividades dos lugares, o Sport Império Marinhense tem sido desde 1944 a mais dedicada ao teatro.

Foi seu entusiasta Júlio de Sousa Marques, que fundou o grupo e tudo fez em prol do teatro. Escreveu a primeira revista representada, *O Cavador*, de carácter local, que foi representada no salão de festas do Grémio Florestal por Júlia Luz e Sousa, Piedade Luz Ameixa, Manuel Luz Ameixa, Álvaro Domingues, António Luz e Sousa, Adosinda G. de

Sousa, Maria Alice Serqueira, Graciete Marrazes, entre alguns outros de que desconhecemos os nomes. A música foi escrita por Correia Moita.

Curiosamente, a mesma revista foi levada à cena 41 anos depois, graças ao esforço do actual responsável do Grupo Cénico, Fernando Luz, que felizmente conseguiu reunir nessa representação a maioria dos intérpretes da primeira exibição e alguns novos elementos (julgamos que não tivessem entrado na primeira exibição) como Eugénia Moiteiro, Cristina Moleirinho, Vitória Mota, Bergina Barros, Maria José, Alexandre Malpique, Fernanda Monteiro, Henrique Marques, Natalina Botas, Arnaldo Pais, Florival Carvalho e Fernando Luz.

Júlio S. Marques dirigiu e ensaiou várias outras peças, como *Horas Fatais* e *O Condenado*.

Depois da construção da nova sede do SIM, em 1958, o entusiasmo continuou com mais força. Nessa altura, foi Américo Guerra Nobre, que dirigiu o Grupo Cénico durante 13 anos (1957 a 1970), o grande dinamizador do teatro na colectividade.⁴⁶²

Seguiu-se-lhe Fernando Luz, que tem encenado e dirigido o Grupo com bastante entusiasmo e sucesso.

É também de destacar Arnaldo Cruz, autor de várias revistas de grande sucesso, como *Coisas e loisas*, *Recordar é viver*, *Passatempo*, com temas “críticos” às gentes do lugar.

Também passou pelo Império, como encenador, Henrique Santana, coordenador cultural da CMMG, que encenou a peça *A farsa de mestre Pathelin*, de grande sucesso.

Ao SIM fica a dever-se a introdução na Marinha Grande do teatro bailado, por um grupo de treze figuras dirigido por Rui Verdingola, que em 3 de Janeiro de 1986 se apresentou no Teatro Stephens com a peça *Gata Borracheira*, causando a admiração da assistência.

O Grupo Cénico do SIM tem levado o seu trabalho a muitas colectividades do concelho.

b) Sporting Clube Marinhense

Também o Sporting Clube Marinhense, da Embra, contribuiu já para o teatro marinhense.

Teve em José Ricardo Pereira Galo o grande animador do seu Grupo Cénico. Este, intérprete de várias peças dramáticas, foi grande dinamizador e defensor da arte de Talma, não só nas associações da Ordem, da Embra e de Picassinos mas também nas colunas do *Jornal da Marinha Grande*, de que foi redactor desde a fundação.

Representaram-se no Sporting Clube Marinhense peças de grande valor artístico, como o drama *Fome e Honra* e a revista *Quando a Embra canta*, e também os espectáculos *Amargura de Mãe* e *Proezas da Rita*, nos quais participaram Joaquim Saraiva e Américo Nobre.⁴⁶³

A revista *Quando a Embra canta*, representada em Março de 1953, foi escrita e musicada por Francisco Correia Moita. Representaram-na, na sede do Sporting Clube Marinhense, os amadores do seu grupo cénico, de que faziam parte Américo Nobre, Joaquim Martins Saraiva, Alfredo Bernardo Antunes, Secundino Araújo, Artur José, José António, Jorge Vital, João Fernandes, Celeste Duarte, Anátilde Oliveira, Maria Júlia, Maria Isabel e Maria Fernandes. Colaboraram ainda Joaquim Pais, como ponto, Joaquim Saraiva, que fez os cenários, José Martins P. da Silva, como contra-regra e Guilherme Correia, como caracterizador.

c) Sociedade de Beneficência e Recreio 1º de Janeiro

Na Ordem, o Grupo Cénico da Sociedade de Beneficência e Recreio 1º de Janeiro apresentou em Março de 1953 uma revista de grande sucesso, *Aqui é Ordem*, da autoria

de José Martins P. Silva (jornalista, fundador do *Jornal da Marinha Grande*), com a colaboração de José Martins Saraiva (poeta, autor dos versos), José Ferreira da Silva, Francisco Correia Moita (que escreveu a música) e a orquestra *Pinantes*. Guilherme Correia elaborou os cenários.

Faziam parte do Grupo Cénico José Matias Lopes, Joaquim Gomes do Norte, Maria de Lurdes Quadros Norte, José Guarda, Sérgio Bento, Graciete Martins, Odete Graça, Guilherme Moiteiro Júnior. Colaboraram ainda os cantores José Gonçalves Rodrigues e Humberto Graça. A música foi da autoria de Francisco Correia Moita e os cenários de Guilherme Correia.

Esta revista foi ainda representada em várias colectividades locais.

Nos últimos anos, o Grupo Cénico da Ordem tem tido como produtor, ensaiador e encenador o entusiasta Zeferino André, que também tem contribuído eficazmente para o desenvolvimento do teatro noutras associações⁴⁶⁴. Em 1973 apresentou *Uma noite de teatro*.

d) Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio

Na Sociedade Instrução e Recreio 1º de Maio, de Picassinos, também o teatro teve grande implantação. Aí se destacaram António Carvalho Santana, Vicente Nunes, António Nunes e, mais tarde, Júlia Santana, Ilsa Nunes da Silva e Francisco Henriques da Silva Vicente, para só lembrar alguns dos muitos actores amadores.

e) Associação Cultural e Recreativa da Comeira

Este último entusiasta também escreveu, representou e ensaiou a peça dramática *O filho do condenado*, representada pelo Grupo Cénico da Associação Cultural e Recreativa da Comeira, não possuindo nós, infelizmente, os nomes dos intérpretes.

f) Sport Operário Marinhense

O Sport Operário Marinhense chegou a ter um bom Grupo Dramático, onde é justo lembrar o nome de Joaquim Martins Saraiva, grande entusiasta e um valor nesse campo.

O Grupo apresentou também, em Fevereiro de 1966, um recital de poesia e teatro, pelo Grupo Fernando Pessoa, com Glória de Matos, Laura Soveral e Norberto Barroca.

Hoje, o SOM está de novo muito interessado no desenvolvimento do teatro, tendo já a funcionar escolas dessa nobre arte.⁴⁶⁵

g) Sociedade Desportiva e Recreativa Garciense

Há ainda a salientar a Sociedade Desportiva e Recreativa Garciense, da Garcia, que por intermédio do seu Grupo Cénico criou os *Jograis da Garcia*, um pequeno grupo de teatro declamado, em verso, dirigido por José Francisco Duarte Calado e António F. Duarte Calado, autores dos engraçados e críticos textos, numa interessante actividade cultural em prol do teatro.

Também Américo Guerra Nobre dirigiu em tempos o Grupo Cénico da Garcia.



Como se verifica, a cultura teatral marinhense tem sido bastante incrementada, desde o princípio deste século, por autores, actores e outros artistas, incentivados pela acção cultural das muitas associações recreativas espalhadas pela freguesia.

G. Cinema

Em 29 de Agosto de 1926 estreou-se na Marinha Grande o cinema, com a exibição do filme de Charlot *O Peregrino*. Preços: plateia, 3\$00, geral, 2\$00.

Depois da reconstrução do Teatro, em 1941, o primeiro filme, no dia 5 de Outubro, foi *Primavera*.

H. Festas, divertimentos e romarias⁴⁶⁶

As romarias não religiosas organizadas pelo povo tiveram já grande importância. (Relativamente às festas de igreja, ver o capítulo sobre Religião.)

Realizaram-se verbenas dedicadas aos Santos Populares (Santo António, São Pedro e São João), no Jardim Público, no Largo Ilídio de Carvalho, no Parque do Engenho, nos Bombeiros, etc..

Salientamos no entanto as festas da Quinta-Feira da Ascensão (dia da Espiga e feriado municipal⁴⁶⁷) e do dia 1º de Maio, considerado o Dia do Operário, também feriado desde 1975, oficialmente, embora antigamente quase ninguém trabalhasse para poder festejar esse dia.

Eram dias consagrados à reunião das famílias e amigos, que se juntavam nos lugares mais aprazíveis do Pinhal ou das praias para almoçarem e merendarem em convívio uns com os outros. Escolhiam-se principalmente a Praia Velha, a Fonte das Canas, o Samouco, as Árvores, a Ponte Nova, o Tremelgo, a Valdimeira; e os que não tinham transporte quedavam-se pelo pinhal da Guarda Nova. O transporte desses milhares de pessoas (a Marinha Grande nesses dias ficava deserta, pois todo o comércio e indústria fechavam) fazia-se utilizando os meios de transporte mais variados: carros de bois, carros de cavalo, carros de burro, bicicletas, ultimamente alguns automóveis e camionetas e principalmente, para os lugares mais distantes, o comboio de lata, cedido gratuitamente pelas Matas Nacionais, que fazia várias viagens.

Hoje, com os meios de transporte mais rápidos e melhores (motociclos e automóveis) perdeu-se um pouco essa tradição, pois muitas famílias vão passar o dia de festa a outras terras. Também os políticos, depois do 25 de Abril de 1974, conseguiram dividir e acabar com esse convívio, pois criaram zonas de convívio para os seus militantes, desmembrando-se as famílias e amigos porque uns eram dum partido e outros de outro. Por exemplo, os do PCP reuniam-se no Tremelgo, os do PSD no Samouco e os do PS nas Árvores. Naturalmente, os do CDS iam para S. Pedro ou para fora da terra.

Uma outra romaria, esta dedicada aos florestais e suas famílias, era festejada no dia 3 de Maio. Na Mata juntava-se a família florestal para convívio.

Hoje, quase todas as povoações, ou lugares, realizam anualmente festejos populares e nas sedes dos seus grupos recreativos realizam-se periodicamente bailes e festas nocturnas.

Houve ainda na Marinha grandes festejos carnavalescos. Foram de grande tradição as festas realizadas na vila pelo Carnaval. Corsos formados por carros alegóricos, ranchos folclóricos, contradanças, cegadas, cantando versos críticos a acontecimentos da vila, figuras isoladas criticando, máscaras, etc., tudo servia para gáudio e brincadeira do povo. Travavam-se autênticas batalhas de flores. O povo divertia-se, brincava durante três dias com os folguedos carnavalescos.

Também se organizavam ranchos, como o do Sport Lisboa e Marinha, o das Trutas, o do Sport Império Marinhense ("Rusga") e o "Rancho à Trapalhão", só com homens vestidos de mulheres.⁴⁶⁸

Estes festejos, que durante mais de trinta anos não se realizaram, segundo julgamos, por pressões políticas, tiveram sempre um cariz ordeiro, sem conflitos, cheios de civismo, em que imperava somente o convívio, a fraternidade e o respeito mútuo. Estão agora a reviver, graças à iniciativa da Câmara Municipal.⁴⁶⁹

Também se realizou o "Enterro do Bacalhau". Em 1932 a música foi do conjunto "Moitas", sendo a letra a seguinte:

*Bacalhau malvado
És um gibirú
Vais ser enforcado
E comido cru (Refrão)*

I

*O bacalhau doutras eras
Foi bom e fiel amigo
Mas como os tempos mudaram
tornou-se nosso inimigo*

II

*Por isso ele vai hoje
À barra do Tribunal
Responder pelos seus crimes
Por nos fazer tanto mal.⁴⁷⁰*



Fig. 125 - Grupo do "Enterro do bacalhau".

I. Coleccionismo⁴⁷¹

Há no concelho vários destacados colecionadores.

António Batista, que nasceu no lugar de Picassinos em 1912, colecciona postais, lápis, cinzeiros, caixas e carteiras de fósforos, moedas e selos - campo a que mais se tem dedicado, possuindo cerca de 30 000 selos diferentes de todo o mundo e correspondendo-se com filatelistas de vários países.⁴⁷²

Afonso Coelho Carneira, que nasceu em 1931, na vizinha povoação da Moita, colecionou já também alguns milhares de selos e moedas.

O Dr. Artur António Ramos Sousa Roldão, que nasceu na Marinha Grande em 1930, colecciona conchas de moluscos marítimos das classes *Poliplacofora*, *Gasteropoda*, *Scafopoda* e *Cefalopoda*, do Atlântico Norte, Atlântico Sul e margem ocidental do Índico, assim como exemplares de espécies com *habitat* na costa portuguesa.⁴⁷³

Manuel da Costa Pires Júnior, que nasceu na Marinha Grande em 1921, possui cerca de 6 000 moedas diferentes de vários países, especialmente moedas da República Portuguesa, das quais possui já grande parte; tem-se dedicado ao estudo da numismática.⁴⁷⁴

VII. Religião

A. Igreja Católica Apostólica Romana⁴⁷⁵

De origem apostólica, considera-se descendente em linha directa da igreja fundada por Jesus Cristo. Tem como chefe máximo o Papa, vigário de Cristo na terra, sucessor de Pedro, cujo Primado faz parte integrante do seu corpo doutrinário, partindo da própria afirmação de Cristo: "Sobre esta pedra edificarei a minha Igreja".

Foi a primeira igreja a implantar-se na Marinha Grande.

1. Igreja Matriz⁴⁷⁶

Foi no remoto ano de 1590 que o povo erigiu uma pequena capela de invocação a Nossa Senhora do Rosário, no mesmo local onde hoje se situa a moderna igreja paroquial. Nesse mesmo ano, os povos da Marinha Grande e da Garcia pediram ao bispo de então, D. Pedro de Castilho, para nela se dizer missa, o que foi concedido.

Esta pequena capela tinha um altar-mor com nicho de pedra, dourado, onde se encontrava a imagem da Senhora do Rosário, e dois altares colaterais, também com nichos dourados, a Nossa Senhora da Encarnação, S. Sebastião e S. Francisco. Tinha ainda sacristia, pia baptismal fechada e um sino pequeno.

Passou a ser igreja Paroquial no ano de 1600, sob a mesma invocação, quando o bispo já referido a desmembrou da freguesia de S. Tiago do Arrabalde da Ponte (Leiria), dando assim satisfação aos povos, que antes se tinham de deslocar cerca de 13 km por maus caminhos para tratarem de assuntos relacionados com a paróquia. Aos habitantes ficou a obrigação de zelarem pela capela, sacristia e moradia do cura.

Dado o aumento populacional, foi demolida cerca de 1804, construindo-se, com aproveitamento de alguns materiais e no mesmo lugar, uma igreja mais ampla, que passou a ter cinco altares: o altar-mor, que foi engrandecido, dois colaterais do lado do Evangelho, dedicados ao S.S. Sacramento e a Nossa Senhora das Dores, e dois do lado da Epístola, dedicados a Nossa Senhora da Conceição e a S. Sebastião, estes últimos fornecidos de cera por famílias particulares. Construiu-se também uma imponente torre com quatro sinos, onde mais tarde, em 1868, foi colocado o primeiro relógio.⁴⁷⁷

Porém, em 1815, em consequência dos estragos causados pelas tropas francesas aquando das invasões, a Igreja Matriz teve que ser restaurada.

Ainda em 1857, por se encontrarem em ruína as paredes interiores e o tecto da igreja, mandou o pároco Matias Carreira Guerra proceder ao seu restauro. Curiosamente, sabe-se que nesse restauro se aplicou pela primeira vez na região o estuque, material até então aqui desconhecido, cuja aplicação foi feita por artistas vindos propositadamente da raia (Viana do Castelo). Foi tal o sucesso desta obra que muita gente veio à Marinha Grande para ver esse novo trabalho.⁴⁷⁸

Por volta do ano de 1890, em face do aumento populacional da freguesia, que o grande desenvolvimento industrial lhe trouxe, a igreja já não comportava todos os fiéis, pelo que se procedeu a nova ampliação⁴⁷⁹. Antes fora também construído o majestoso edifício para residência paroquial, sede da Junta de Freguesia e Escola Primária, onde hoje funciona a Polícia de Segurança Pública⁴⁸⁰ (a Marinha era já nessa altura uma das freguesias de Leiria com maior população).

A igreja ficou ampla, bonita e dotada com novas imagens: S. José, Senhor dos Passos e Nossa Senhora das Dores, esculpidas pelo artista portuense Celestino José Queiroz e pintadas por Diogo Sampaio, também artista portuense, que soube imprimir-lhes



Fig. 126 - Interior da igreja matriz da Marinha Grande (antes de 1971)

expressões de bondade, simpatia e devoção. Principalmente a pintura do rosto da imagem do Senhor dos Passos traduzia bem todo o sofrimento e dor que a pesada cruz fazia adivinhar. Com excepção da Nossa Senhora das Dores, oferecida pelo conde de Azarujinha, em 1890, estas imagens foram enquadradas, juntamente com as de S. José e Senhora do Rosário, mais antigas, no altar-mor, rico em talha dourada, iluminado por ricos e majestosos lustres de cristal produzidos por artistas marinhenses.

Em 1930, o relógio da torre da igreja foi substituído, pela Junta de Freguesia, por um mais moderno, que custou 9.522\$90. Aquando da construção da nova igreja, em 8 de Dezembro de 1971, foi de novo substituído.

Esta linda igreja, que fazia o orgulho do povo marinhense, que nela via o único monumento de valor histórico da Marinha Grande, recebeu em tempos a visita de um redactor do *Almanaque Comercial de Lisboa*, que sobre ela escreveu o seguinte:

“Chamada da Senhora do Rosário, é uma linda Igreja. Com altar-mor e mais outros quatro altares, dois dos quais estão em frente do corpo da Igreja, sendo os outros laterais. Tem uma só nave. O coro, sustentado por boas colunas de ferro, é feito em magnífica madeira do Pinhal do Rei. As janelas têm vidros de cor. O trono do altar-mor é muito bonito. Ao meio da igreja corre uma passadeira em mosaico em pedra branca e preta”.

Por volta dos anos 1930⁴⁸¹ a igreja foi beneficiada com electrificação.

Foram de grande nomeada as festas religiosas realizadas na Igreja Matriz, na sede do concelho. Tinham lugar pelo menos uma vez por ano, eram consagradas a Nossa Senhora



Fig. 127 - Igreja matriz da Marinha Grande (antes de 1971).

das Dores e Nossa Senhora do Rosário, esta tendo início antes de 1815⁴⁸². As festas compunham-se de missa, procissão, de que faziam parte as confrarias, imagens de santos e santas, andores vindos dos lugares próximos carregados com produtos variados e em que não faltavam as lindas notas de banco, pálio bastante rico em que seguiam os eclesiásticos e pessoas influentes da terra, bandas de música e muito povo. Percorria as principais artérias da vila, onde os moradores colocavam as suas melhores colgaduras.

Depois da procissão havia arraial para venda de ofertas e distração do povo, sempre abrilhantado por filarmónicas, em que se dava largas à alegria, comendo, bebendo, dançando e participando na compra de rifas nas quermesses e nos leilões de oferendas. Hoje, embora se continuem a realizar estes festejos, estão limitados somente à igreja. Não há procissão pelas ruas da Vila e não se podem considerar festas populares. São estritamente religiosas.

Em 1969, a igreja começava a ser pequena para receber todos os fiéis e apresentava, de novo, alguns sinais de insegurança, segundo se dizia, devido a infiltração de águas. O pároco Manuel Duarte Veríssimo promoveu a total substituição da velha igreja por uma nova, mais ampla, a erigir no mesmo local. Houve algumas reacções contra essa ideia, de pessoas que não achavam bem destruir-se o único monumento histórico da Vila, de características que marcavam bem uma época arquitectónica de grande valor e a que estavam ligadas pelos saudosos tempos da sua meninice. Pretendiam que fosse preservado e que um novo templo, se necessário, fosse feito noutra local. Mas nesses tempos não era costume ouvir-se ou discutir-se esses assuntos, e nesse mesmo ano a vontade do pároco foi posta em prática e o precioso monumento foi destruído.

No mesmo local, como estava prometido, foi erigido um moderno e amplo edifício, desenhado por António Dinis Baroseiro, que também dirigiu a construção. Foi inaugurado em 8 de Dezembro de 1971 pelo bispo D. João Pereira Venâncio, estando presente o Governador Civil, as autoridades marinhenses e muito povo. Custou cerca de 4 000 contos,

angariados por subscrição pública, incentivada pelo *Jornal da Marinha Grande* e por duas Comissões para esse efeito criadas, uma de honra e outra executiva.

A Comissão de Honra era composta por: presidente da Câmara Municipal; indústria vidreira, representada pelas fábricas Companhia Industrial Vidreira (CIVE), Companhia Vidreira Nacional (COVINA), Fábrica-Escola Irmãos Stephens, Guilherme P. Roldão, Fernando Neto Ferreira (LABAL), J. Ferreira Custódio, Ricardo dos Santos Galo, Manuel Pereira Roldão e Santos Barosa; indústria de moldes, representada por Aníbal H. Abrantes, Edilásio Carreira da Silva, Emídio Maria da Silva, José dos Santos Ruivo, Paour & Aquino e Fábrica de Equipamentos Vidreiros Belchior; indústria de madeiras, representada por Manuel Laranjeira Guerra, Sucs.; indústria de plásticos, representada por António Martins Valverde, IBEROPLÁS e UPLA; indústria de transportes, representada por João Pereira Vilela; outras actividades, representadas por António Custódio de Moraes, António Dinis Baro-seiro Júnior, José Vieira dos Santos e Raul dos Santos Tovim.

A outra Comissão, Executiva, era composta por Maria Filomena de Noronha Santos Galo, Maria do Rosário Ferreira Custódio de Moraes Font, Dr. Artur Neto de Barros, Eugénio de Noronha e Oliveira e Joaquim Dinis Alves.

2. Capela de S. Pedro de Moel

É uma moderna capela, erigida no ano de 1955 por uma Comissão Fabriqueira de que faziam parte as famílias mais antigas frequentadoras da Praia.

É de invocação de N.ª S.ª da Piedade e de S. Pedro Apóstolo, cujas imagens, muito antigas, ainda se podem contemplar. Admite-se que essas imagens tenham pertencido à primeira capela aí existente desde tempos remotos. *O Couseiro ou memórias do bispado de Leiria*, livro escrito por volta do ano de 1605 por autor desconhecido, já se a ela se refere, dizendo: “Dessa ermida só existem as ruínas da capela mor, sobre uma rocha ... O corpo da ermida foi absorvido pelas ondas do Oceano”. O mesmo livro se refere também à existência de uma outra capela que teria sido erigida para substituir aquela, informando: “No mesmo sítio, mais para a terra, está outra capela de fundação posterior, que substituiu a primeira e que é da mesma invocação, onde estão as imagens, de vulto, de S. Pedro Apóstolo e de N.ª S.ª da Piedade”.

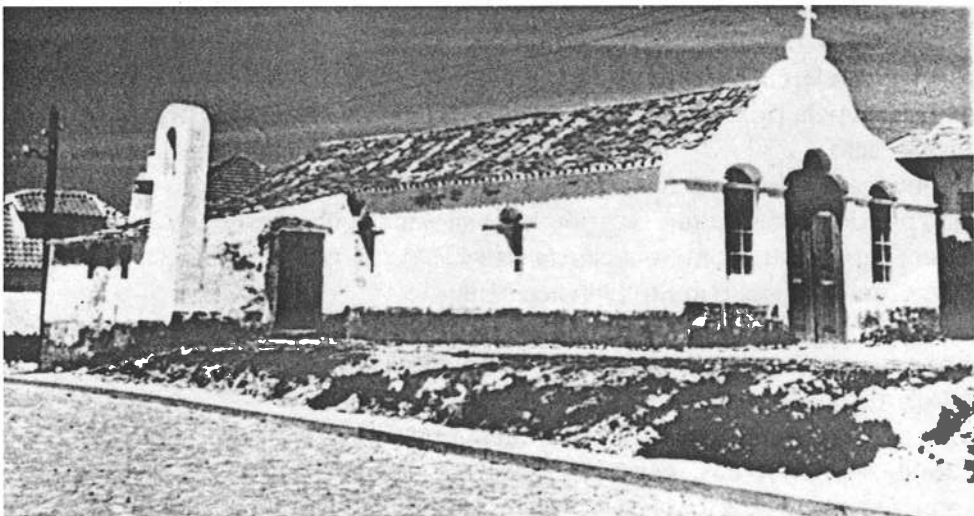


Fig. 128 - Capela antiga de S. Pedro de Moel (anterior a 1955).

Segundo narra ainda *O Couseiro*, cap. 91º, aqui se realizavam antigamente, no primeiro dia de Agosto, as grandes festas das Cadeias, dedicadas a S. Pedro Apóstolo e à Senhora da Piedade, que traziam à linda praia muitos devotos de Leiria e de Alcobaça⁴⁸³. Os devotos e os músicos, organizados em círios, transportavam-se em carroças de bois enfeitadas, outros em cavalos e em burros, em passeio de muita devoção e de muita alegria⁴⁸⁴. Note-se que nesta altura ainda não existiam estradas de ligação com S. Pedro. São as festas religiosas da freguesia das quais há notícia mais antiga. Estes festejos, não sabemos porquê, deixaram de se fazer, pelo menos com a solenidade antiga, aquando da segunda Guerra.

A nova capela, de traça moderna, é da autoria do arquitecto Manuel Raposo e teve a colaboração do escultor marinhense Joaquim Correia, que esculpiu o baixo-relevo que encima a frontaria, e do pintor Bartolomeu Cid dos Santos, que executou o fresco do altar-mor.



Fig. 129 - capela actual de S. Pedro de Moel.

3. Capela da Garcia

Pequena capela, cuja construção foi iniciada no ano de 1600, pelos habitantes, e onde se ouviu missa pela primeira vez em 1635, devidamente autorizada pelo bispo de então, D. Dinis de Melo.

É da invocação de Santa Bárbara, que o povo antigo da povoação diz ter aparecido num sítio próximo, ainda conhecido por “Mata da Santa”, que por veneração nunca ninguém cavou nem agricultou. Na mesma capela se invoca com muita veneração a S. Sebastião. A ermida é simples, airosa e muito bem arranjada.

Está localizada no centro da povoação, num espaçoso largo onde todos os anos, em Outubro, se realizam grandes festejos em honra de Santa Bárbara, reunindo milhares de forasteiros, idos na grande maioria da sede do concelho.

Dizem as lendas que Santa Bárbara foi em tempos muito venerada também pelos povos das redondezas, que se deslocavam à Garcia, em grandes romarias, para festejarem a sua aparição. Uns vinham pela fé, pagar as suas promessas à Santa, outros vinham para participar nos grandes festejos em que havia os tradicionais jogos populares, como o “pau ensebado”,

em cujo topo eram colocadas valiosas moedas para quem chegasse ao cimo; a garraiada, em que nos cornos dos animais eram também presas moedas para quem as conseguisse tirar; as corridas de cavalos montados em pelo; os “barcos”⁴⁸⁵; as quermesses; o jogo do galo; a quebra das panelas; os comes e bebes. Por fim, já noite dentro, assistiam ao vistoso fogo de artifício.

Ainda hoje esses festejos se realizam anualmente, no fim do Verão, após as colheitas. Vai muita gente dos lugares vizinhos e da sede do concelho para merendar, provar as “águas” (água-pé) e comprar os tradicionais “bolos da festa” e os pinhões.



Fig. 130 - Capela da Garcia.

A velha capela tem sofrido ao longo dos tempos vários melhoramentos. Assim, em 1881 foi restaurada e ampliada a expensas do grande proprietário José Ferreira Custódio Júnior. Pela mesma altura foi alindado o adro, deixando de ser utilizado como cemitério (o que vinha acontecendo desde a sua fundação). Em 1947 foi construída a torre sineira onde, em 1952, foi colocado o primeiro sino.

Nos últimos anos tem sido a família de Manuel Ferreira Alves que tem zelado pela conservação e alindamento da capela.

4. Capela do Cemitério (do Senhor Jesus dos Aflitos)

Está situada dentro do velho cemitério da Abegoaria⁴⁸⁶. Foi construída em 1861, por iniciativa de Bernardino José Gomes, Administrador das Matas.⁴⁸⁷

A Capela foi benzida em 9 de Abril de 1865⁴⁸⁸, pelo reverendo missionário Luiz Proserpi, que também nesse mesmo dia aí celebrou a primeira missa. A imagem do Senhor Jesus dos Aflitos foi colocada solenemente no dia 2 de Fevereiro de 1866, durante grandes festejos. Na mesma capela foi por esses tempos instituída a irmandade do Senhor Jesus dos Aflitos, composta por 228 irmãos. (Estas informações são extraídas das *Memórias da Marinha Grande*, de Joaquim Barosa.)

Durante muitos anos foi tradição na Marinha Grande a população ouvir missa nesta capela no dia de Quinta-Feira Mor, em que ia visitar as campas dos seus entes queridos, vestida com os seus melhores fatos.

5. Capela da Amieira

Foi construída no ano de 1954, na povoação do mesmo nome (no extremo nordeste da freguesia, a 6 km da Vila⁴⁸⁹), por um grupo de católicos aí residentes, de que faziam parte Conceição Ferreira e seu marido Adelino Cordeiro (que ofereceram o terreno), Irene Franco, Manuel Lavos, Carlos Arrimar (incansável mordomo da capela), Quitéria Coelho e Emília Dolores.

Era então pároco da Freguesia o Dr. Armindo da Cruz Valente, que aí ministrou a primeira missa.

A pequena capela, que tem por oragos Santo António e N.ª S.ª de Fátima, expostos junto ao altar-mor, possui todos os requisitos para a prática religiosa da população. Nos últimos tempos, a Comissão Fabriqueira dotou-a com uma torre e um moderno relógio eléctrico (o único que há na região, cujas horas são ouvidas a longa distância).



Fig. 131 - Capela da Amieira.

6. Capela do Pilado

O lugar do Pilado, que é dos mais distantes da igreja paroquial (cerca de 8 km a norte), só em 1974 viu realizado o seu sonho de possuir uma capela, construída por uma Comissão Fabriqueira dinamizada por Manuel Jesus Fazendeiro, apoiada pelo pároco Luís Perdigão e constituída por José Alves, Aníbal Marcelino, Adelino Sousa, Joaquim Alves e provavelmente outros, cujos nomes não conseguimos apurar. A verba necessária foi apurada pelo povo do lugar, salvo uma pequena comparticipação do Estado, de 10% do total.

Da invocação de N.ª Senhora da Conceição, foi projectada por António Dinis Baroseiro Júnior.

Todos os anos, no dia 8 de Dezembro, nela se prestam as devidas homenagens festivas à sua padroeira, N.ª S.ª da Conceição, com uma imponente procissão de velas onde se incorpora a maioria do povo do lugar.

Segundo nos informou o respectivo mordomo, a capela vai ser em breve completada com a torre sineira e com a pia baptismal



Fig. 132 - Capela do Pilado.

7. Capela do Engenho

Existiu também a capela do Engenho, situada dentro do belo Parque, incendiada pelas tropas francesas. Ignora-se qual fosse o orago⁴⁹⁰. Foi fabricada pela Administração das Matas, que pagava ao respectivo capelão.

Desconhece-se também o ano em que se fundou, admitindo-se, no entanto, que tenha tido a sua origem logo após a montagem do célebre engenho de serrar movido a vento (ver capítulo O Pinhal, subcapítulo - Serragem das madeiras).

8. Capela de Picassinos

Picassinos é uma povoação essencialmente católica, onde terá existido outrora um templo, facto eventualmente ligado ao nome do lugar (ver o capítulo sobre os Lugares da Freguesia).

Muito mais tarde, chegou a formar-se uma comissão para construir uma capela e a escolher-se o terreno, no Largo dos Carvalhos (à saída da ponte, do lado sul), onde chegaram a ser abertos os caboucos, obra inaugurada em 13 de Maio de 1954.

Porém, só agora, em 1987, parece que Picassinos vai finalmente ter a sua capela. O terreno, próximo da Escola velha, já foi oferecido, por Emídio Maria da Silva, e o projecto, segundo nos dizem, está a ser elaborado.

9. *Irmãzinhas de Jesus*

Trata-se de uma congregação composta de 900 raparigas, espalhadas por todo o mundo. A Portugal chegaram em 1953.

Foi fundada em 1939 pelo padre Carlos de Jesus (Foucault)⁴⁹¹. O seu fim é imitar Jesus, operário em Nazaré, partilhando a vida do meio operário, a pobreza laboriosa e a humilde condição social, sem actividades de apostolado organizado.

Chegaram à Marinha Grande em 3 de Fevereiro de 1955, começando por trabalhar na Ivima e na Ricardo Santos Gallo.

10. *Padres católicos nascidos na Marinha Grande*

a) Cónego Dr. Alexandre José de Oliveira

Segundo se lê no livro *O Clero da diocese de Leiria e o seu passado*, do Padre José Carreira⁴⁹², era natural da Marinha Grande este eclesiástico, que mandou tirar a primeira cópia do manuscrito d'*O Couseiro*, salvando esse importante livro, que relata a história da diocese de Leiria desde os primeiros tempos da sua fundação.

b) Padre Augusto de Oliveira Vasconcelos Hasse

A mesma fonte dá-o como sendo da Marinha Grande, dizendo (p. 103) que recebeu na diocese de Coimbra a ordenação de Subdiaconado, a 4 de Maio de 1887, e o Diaconado, em 17 de Dezembro de 1887.

c) Padre Carlos dos Santos

Nasceu na Marinha Grande, a 25 de Julho de 1927, filho de José Porfírio dos Santos, sacristão da igreja paroquial e sapateiro de profissão, e de Maria José de Jesus Pereira.

Frequentou o Seminário de Leiria entre 1939 e 1943. Entrou como noviço franciscano em 7 de Setembro de 1945 e fez votos temporários a 8 de Setembro de 1946, a que se seguiram a Profissão Solene e Ordenação de Presbítero, respectivamente em 1 de Novembro de 1950 e 20 de Julho de 1952. Seguidamente trabalhou nas missões, em Moçambique, e foi também capelão militar.

Uma morte súbita veio arrebatá-lo em Faro, onde desenvolvia uma obra apostólica em favor de diminuídos mentais, no dia 2 de Junho de 1969.

11. *Padres católicos que se sabe terem servido na Freguesia da Marinha Grande*

Por nos parecer de interesse incluir neste trabalho o nome dos párocos e coadjutores que serviram a Marinha Grande (nem todos são conhecidos, principalmente durante os primeiros 133 anos), vamos dar a conhecer os seus nomes, sempre que possível acompanhados de algumas notas ligadas à acção que tenham desenvolvido.

Apesar da ajuda valiosa do Rev. Padre Dr. José Fernandes de Almeida⁴⁹³, escritor e historiador que se tem dedicado ao estudo da diocese de Leiria, além de poeta de mérito, e também da consulta feita ao já citado livro do Padre José Carreira, foi impossível elaborar

a lista completa daqueles eclesiásticos. Nomeadamente, não conseguimos apurar o nome dos que primeiro serviram a paróquia, a partir de 1600.

O primeiro que se conhece foi o pároco José Amado, em 1733: a ele se refere o Padre Lacerda no seu livro *Breves apontamentos para a história da fundação da Igreja do Senhor Jesus dos Milagres*, a p. 31: "No dia 1 de Fevereiro de 1733 o P.^e José Amado, pároco da Marinha Grande, veio dizer que os seus fregueses tinham grande devoção em vir visitar o Senhor Jesus dos Milagres, em procissão".

Desse ano de 1733 até aos nossos dias (1987) foram muitos os Padres que se sabe passaram pela Marinha Grande, como párocos ou coadjutores. Por ordem cronológica da primeira das datas que lhes aparecem associadas, vamos indicar os seus nomes.

1758 - João António - Pároco⁴⁹⁴.

1789 - Padre Manuel Afonso da Costa - Pároco, em 14 de Outubro de 1789.

1805 - Cónego Dr. Joaquim de Oliveira de Sousa - Pároco, entre 7 de Julho de 1805 e 19 de Agosto de 1812 (pelo menos). Em 1838 reside ainda, ou de novo, na Marinha Grande. Foi também Vigário Geral da diocese, cónego da Sé de Leiria e Provisor do bispado.

1805 - Padre António José Ribeiro das Neves - Aparece nos registos, em 1805, como padrinho de um baptismo, sendo quartanário.

1806 - Padre José de Sousa e Silva - Pároco, em Abril de 1808.

1810 - Padre José Vieira Neto - Pároco, em Julho de 1810.

1812 - Cónego José Roiz Correia - Pároco, em 1812. Era um dos mais ilustres membros do clero diocesano de Leiria. Em 2 de Setembro de 1812 foi escolhido para restaurar e abrir o Seminário de Leiria, que havia sido praticamente destruído pelas tropas francesas. Aí se manteve até 1830.

1812 - Padre José António Gaspar - Coadjutor, por volta de Agosto de 1812.

1814 - Padre Manuel Pedrosa da Silva - Coadjutor, por volta de Dezembro de 1814.

1816 - Padre Manuel Rodrigues Ascenso - Coadjutor, cerca de Agosto de 1816. Mais tarde, foi fãmulos do bispo D. Manuel de Aguiar.

1816 - Beneficiado Joaquim José de Azevedo - Administra um baptismo em Dezembro de 1816.

1817 - Padre José Gaspar - Coadjutor, entre 1817 e 1821.

1826 - Padre Gaspar Ferreira - Coadjutor, entre 1826 e 1830.

1828 - Padre Bernardino de Sena e Sousa - Pároco, cerca de Dezembro de 1828.

1829 - Padre Bento da Silva Calado - Pároco, cerca de Junho de 1829.

1829 - Padre Manuel Pedrosa da Silva - Pároco, em 1829 e depois 1837 e 38. Fora antes coadjutor na localidade (ver acima).

1836 - Padre José dos Santos Neto - Coadjutor, em 1836. No ano seguinte volta a exercer na localidade.

1836 - Padre José Carvalho Ribeiro - Pároco, entre Setembro de 1836 e Junho de 1837.

- 1837 - Padre António Gomes Dias - Coadjutor, em 1837.
- 1838 - Padre Manuel Pedrosa da Silva - Pároco, em 1829 e em 1837. Fora antes coadjutor na localidade (ver acima).
- 1839 - Padre António Alves Ferreira - Pároco, entre 1839 e 1842.
- 1839 - Padre Joaquim Duarte da Costa - Coadjutor, por volta de Janeiro de 1839.
- 1845 - Padre Manuel Rodrigues Carvalho - Coadjutor, cerca de Fevereiro de 1845.
- 1846 - Padre José Pereira - Coadjutor, cerca de Setembro de 1846.
- 1850 - Padre Francisco José da Silva - Coadjutor, cerca de Outubro de 1850.
- 1852 - Padre António José de Oliveira - Coadjutor, entre Outubro de 1852 e Abril de 1856.
- 1855 - Padre Matias Carreira Guerra - Coadjutor, entre Março de 1855 e Maio de 1859.
- 1857 - Padre José António - Referido como sendo "da Marinha" em 19 de Maio de 1857, sem que se saiba se o era por nascimento, residência ou local de exercício.
- 1857 - Padre Joaquim Duarte da Costa - Pároco, cerca de Agosto de 1842. Fora antes coadjutor na localidade (ver acima).
- 1865 - Padre Manuel Correia da Silva - Pároco, entre Novembro de 1865 e Fevereiro de 1877.
- 1865 - Padre António dos Santos - Coadjutor, entre Novembro de 1865 e Fevereiro de 1877.
- 1865 - Rev. Luiz Prosperi - Missionário, estava na Marinha Grande quando se inaugurou, no cemitério, a Capela do Senhor dos Aflitos, que benzeu e cuja primeira missa celebrou.
- 1867 - Padre António dos Santos - Coadjutor, cerca de 1867 e em 1868 (assina a nota sobre a Marinha Grande à edição do *Couseiro* desse ano).
- 1869 - Padre Rodrigo José Teixeira - Pároco, nomeado em 1869.
- 1870 - Padre José de Oliveira - Coadjutor, cerca de Junho de 1870.
- 1872 - Padre José Lira da Conceição Oliveira - Coadjutor, em 1872.
- 1870 - Padre António José Domingues - Coadjutor, entre Abril de 1870 e Junho de 1877.
- 1870 ou 72 - Padre José de Oliveira - Coadjutor, em 1870 ou 72.
- 1875 - Padre Manuel Pedro Afonso - Pároco, entre Junho de 1875 e Junho de 1877.
- 1877 - Padre José Pedrosa Gaspar - Pároco, cerca de Fevereiro de 1877.
- 1877 - Padre José Veloso da Conceição Oliveira - Pároco, entre Julho de 1877 e Junho de 1878.
- 1878 - Padre António Oliveira Meneses - Pároco, entre Julho de 1878 e Junho de 1882.
- 1882 - Padre António Alves Serradas - Pároco, c. 1882. Também nomeado para o mesmo cargo em Janeiro de 1890.

- 1882 - Padre Joaquim Marques Ferreira - Coadjutor, entre 1882 e 1889, c..
- 1883, c. - Padre Faustino José Jacinto Ferreira - Pároco, entre 1883 e 1889, c.. Deixou muitas saudades entre os paroquianos.
- 1886 - Padre Francisco Homem da Nave Valente - Pároco, entre Setembro de 1886 e Dezembro de 1888.
- 1889 - Padre António Lopes do Rego - Pároco, entre Janeiro de 1889 e Janeiro de 1899.
- 1889 - Padre Ismael Carmo Cardoso Botelho - Coadjutor, entre Janeiro de 1889 e Junho de 1899.⁴⁹⁵
- 1889 - Padre Manuel Jorge Marçal - Pároco, entre Junho de 1899 (nomeado em Novembro de 1898) e Março de 1911. Enfrentou um período muito agitado (a República é implantada em 1910). Foi vereador na Câmara Municipal de Leiria. Retirou-se, apesar de insistentes pedidos locais para que voltasse, por discordar da legislação republicana que atribuía remuneração aos padres.⁴⁹⁶
- 1903 - Padre José da Silva Nunes - Coadjutor, entre Novembro de 1903 e Junho de 1906. Segundo *O Pó Cheira a Flores*, de Edmundo O. Órfão, escreveu em 1927, no semanário *Notícias de Pinhel*:
- “... A Marinha Grande vive, a toda a hora, na nossa memória e no nosso coração agradecido. Vivemos lá a parte descuidada e generosa da nossa inocente mocidade, jamais esquecemos os acontecimentos que lá ocorreram e as pessoas com quem tratámos naquela época. Vivemos lá, mercê das ardorosas lutas políticas em que os homens, talvez sem querer, se embrenhavam e se enovelavam, horas de verdadeiro amargor e desalento.”*
- 1910, c. - Padre Paulo Gonçalves Machado - Coadjutor, c. 1908. Não soube adaptar-se ao novo regime, criticando publicamente algumas leis, como a do divórcio, e molestando frequentemente idealistas republicanos. Sofreu alguns dissabores, como um atentado à bomba, uma espera na estrada Marinha Grande - Leiria, acabando por ser preso e julgado no tribunal de Leiria, onde foi condenado a 2 anos de prisão, com pena suspensa. Fugiu para Espanha.⁴⁹⁷
- 1910, c. - Padre António Alves Vieira - Coadjutor, c. 1910.
- 1911 - Cónego Manuel do Carmo Góis - Pároco, durante algumas horas. Chegou num comboio e foi-se noutro, provavelmente por receio do ambiente social e político que se vivia.
- 1911 - Cónego Sebastião da Costa Brites - Pároco, pouco tempo aqui se manteve. Saiu para se refugiar em França, regressando anos mais tarde à região.
- 1911 - Padre José da Cruz Perdigão - Pároco, entre 1911 e 1927. Soube lidar com as perturbações políticas da época, fazendo voltar ao seio da igreja muitos fiéis que andavam transviados, cometendo desvarios contra a igreja, contra os padres e contra tudo o que lembrasse o antigo regime monárquico. Fez reviver festejos religiosos tradicionais, com procissões pelas ruas, atapetadas de verdura, onde seguiam a Custódia sagrada, que o padre transportava sob um enorme pálio vermelho debruado a ouro, oferecido pelo industrial Guilherme Pereira Roldão.

No campo social, em que o Governo pouco ou nada fazia, o padre J. C. Perdigão fundou, com o seu espírito caritativo, algumas organizações de base religiosa.

1913 - Padre Joaquim Duarte Alexandre - Pároco, entre Janeiro e Novembro de 1913.⁴⁹⁸

1939 - Padre Higino Lopes Pereira Duarte - Pároco. Soube exercer com inteligência as actividades sacerdotais. Sempre pronto a ajudar e a aconselhar, deixou na terra muitos amigos que o recordam ainda com saudade.⁴⁹⁹

- Dr. Armindó da Cruz Valente - Pároco. Formado em teologia pela Universidade Gregoriana em Roma, exerceu as suas funções com grande sacerdócio principalmente junto da população juvenil.⁵⁰⁰
- Luís Lopes Perdigão - Pároco. Dotado de firmes ideias laboralistas, dedicou grande parte do sacerdócio à juventude, que procurou encaminhar por bons caminhos.
- Manuel Duarte Veríssimo - Pároco. Ideologicamente conservador, restituiu à paróquia as velhas tradições religiosas. Deixou o seu nome ligado à construção da nova igreja paroquial.⁵⁰¹

B. Igreja Protestante

Trata-se de um conjunto de doutrinas e grupos cristão, dissidentes do catolicismo. O ramo existente na Marinha Grande é a Igreja Evangélica Baptista, proveniente dos Anabaptistas, cujo acto essencial de culto é o Baptismo. A Escritura é a única base reconhecida como norma e como orientação prática.

A Igreja Evangélica Baptista está presente na Marinha Grande desde Setembro de 1946, por iniciativa da Igreja Baptista de Leiria.

O seu templo, que se situa na Av. 1º de Maio, foi inaugurado em 1 de Janeiro de 1950 e construído quase na totalidade a expensas do irmão-diácono Manuel Antunes Pereira e sua esposa⁵⁰², membros da igreja de Leiria, naturais de Parceiros - Leiria.

As obras de construção foram orientadas pelo pastor António dos Santos Martins, que tinha vindo para a Marinha Grande em Setembro de 1946.



Fig. 133 - Templo da Igreja Baptista na Marinha Grande.

C. Igreja Nova Apostólica

Tal como a maior parte dos grupos dissidentes (protestantes) do Cristianismo Católico Romano, a Igreja Nova tem na Escritura a base de toda a organização ritual e de toda a orientação ética e doutrinária, aceitando uma série de dogmas comuns a qualquer Igreja de raiz cristã. Esta Igreja Nova Apostólica não é uma imitação da primeira Igreja Apostólica, mas sim a sua continuação na época actual. Tanto hoje como no início, o Espírito Santo é a força espiritual e a ligação a Deus. Assim como o Apóstolo Pedro foi a cabeça visível da primeira Igreja Cristã, assim compreendem os cristãos novo-apostólicos a posição do Apóstolo Maior entre os apóstolos e em toda a Igreja.

Foi constituída na Marinha Grande em 1982 e em 1985 inaugurou o seu templo, na Rua do Lameiro, nº 3 (Casal Galego). O responsável distrital pelas várias comunidades e igrejas é o Ancião Virgílio Clérigo e o Evangelista da igreja local é Luís Madeira.



Fig. 134 - Templo da Igreja Nova Apostólica na Marinha Grande.

D. Assembleia de Deus

É proveniente das seitas pentecostais, cujo ponto doutrinário essencial é a crença de que o Pentecostes Apostólico se repete.

A partir dos finais dos século XIX, irradiou dos estados Unidos e Canadá para a Europa. Terá sido trazida para Portugal por missionários escandinavos, mais provavelmente suecos.

Instalada na Marinha Grande por volta de 1977, tem a sua Casa de Culto na Estrada da Nazaré.⁵⁰³

E. Testemunhas de Jeová

Negando a divindade de Cristo, esta distingue-se claramente de qualquer das outras igrejas presentes na Marinha Grande. São herdeiros directos das seitas adventistas, sendo o milenarismo um elemento essencial da sua crença e da sua pregação. A predestinação e sobretudo a crença no carácter colectivo dos enviados de Deus fazem desta seita um grupo muito característico, por exemplo, na sua acção de proselitismo.

Fundada por C. T. Russel, em 1872, nos Estados Unidos, rapidamente se espalhou por todo o mundo.

Na Marinha Grande, tem a sua casa de culto na Av. 1º de Maio.⁵⁰⁴

***VIII. Meios
de Comunicação Social***

A. Imprensa escrita

Em 13 de Outubro de 1889 instalou-se na Marinha Grande o primeiro jornal, órgão informativo, cultural e defensor dos interesses locais.

Para que se avalie o esforço que a Marinha Grande tem feito nesse campo vamos recordar cronologicamente os vários jornais que se editaram no concelho dos quais nos foi possível obter notícia.

1. *Autonomia*



Fig. 135 - Cabeçalho do *Autonomia*.

Fundado por José Ferreira Custódio Júnior para defesa e engrandecimento da terra e principalmente para lutar pela restauração do Concelho.

Começou a publicar-se em 13 de Outubro de 1899 e saiu ininterruptamente até 1 de Dezembro de 1895.⁵⁰⁵

Entre os muitos colaboradores, contaram-se António Maria de Freitas - na altura chefe da redacção d'*O Século* e autor de trabalhos históricos escritos sob o criptónimo de Nicolau Florentino - e Gervásio da Silva Neto, que foi redactor principal e lutou nas páginas do jornal pela construção da Escola Industrial e do Hospital.

O notável jornalista marinhense Alfredo Ferreira Gândara referiu-se ao *Autonomia* no seu opúsculo "A Imprensa Regional ao serviço da Nação", publicado em 1956 na revista ilustrada *Portugal d'Aquém e d'Além Mar*, dizendo: "O *Autonomia* ... trouxe à superfície, do subsolo da ignorância e do esquecimento, muitas informações históricas e etnográficas, as quais não pouco concorreram para a consolidação da consciência local".

A sua vida não foi longa, apesar de para a sua publicação ter sido montada uma tipografia, talvez também a primeira da terra.

2. *A Restauração*



Fig. 136 - Cabeçalho d'*A Restauração*.

Fundado em 12 de Abril de 1917 por António P. Gomes (o “Gomes dentista”), teve como administrador Álvaro Franco e como secretário Correia Moita.

Entre os seus dedicados colaboradores, contou com o historiador Tito Benevenuto de Sousa Larcher, grande amigo da Marinha Grande.

3. O *Marinhense*



Fig. 137 - Cabeçalho d'O *Marinhense*.

Este jornal foi fundado em 1 de Maio de 1917 por Joaquim Morais Matias, José da Silva Marques e António A. Abreu, que dividiram entre si os lugares de director, secretário e administrador, respectivamente.

Durante os 7 anos da sua existência, o jornal sofreu algumas modificações, não só nos corpos administrativos como no aspecto gráfico e na periodicidade. Assim, em 1920 passou a ser dirigido por António Augusto dos Santos (o “Gramocha”) e a publicar-se só de 15 em 15 dias, com alteração do cabeçalho.

Em 1923, nova alteração se verificou: passou a ser dirigido por Afonso Guerra Pedrosa, Joaquim Gomes Belo, Augusto Carreira Dias, Joaquim Santos Barosa e Joaquim Morais Matias. Regressou ao cabeçalho inicial, apenas com a diferença da menção “quinzenário”, em vez de “semanário”.

Foi seu assíduo colaborador o grande romancista António Maria de Campos Júnior.

4. O *Regional*

Foi fundado em 25 de Maio de 1919, por uma comissão de que faziam parte o Dr. António Fernandes Gaspar, António Matias, António Pereira Roldão, Dionísio da Mota, Guilherme Pereira Roldão, Jaime de Almeida Coutinho, Joaquim dos Santos Barosa, José Augusto Fragoso, José de Jesus e Silva Júnior e José Simplício de Sousa Virgolino.

Era director do jornal Joaquim dos Santos Barosa, sendo editor e administrador João Pereira Correia.

Curiosamente, *O Regional* não tinha publicação regular.

Desencadeou uma grande campanha em prol da construção de um Hospital Municipal, abrindo uma grande subscrição pública. Mas, apesar da forte adesão popular, esse objectivo nunca se concretizou.

5. A Foz do Liz



Fig. 138 - Cabeçalho de Foz do Liz.

Foi fundado na Freguesia de Vieira de Leiria em 16 de Julho de 1922, por Raul Tomé Feteira, Guilherme Pereira Roldão, Marco Gil Ferreira e José Maria Chaves Costa.

Pertenceram à sua Administração Raul Tomé Feteira (proprietário, director e editor), Guilherme Pereira Roldão (sub-director), José Maria Chaves Costa (administrador) e Mário Gil Ferreira (secretário).

6. A Luz



Fig. 139 - Cabeçalho de A Luz.

Foi um pequeno jornal, pertencente ao grupo local do Partido Republicano, fundado em Janeiro de 1923 pelo Dr. José Nicolau Lobo Ferreira Custódio, Joaquim Ferreira de Moraes e Francisco da Costa Tavares.

Teve como figuras cimeiras o Dr. José Nicolau Lobo Custódio (director), Joaquim A. Ferreira de Moraes (editor) e Francisco da Costa Tavares (administrador).

7. A Marinha Grande



Fig. 140 - Cabeçalho de A Marinha Grande.

Integrado no Jornal leiriense *A Voz do Povo*, como página permanente, foi fundado em 1 de Abril de 1923 por José Falcão de Gouveia.

Foi órgão das comissões políticas do Partido Republicano Português do distrito de Leiria.

8. *Amanhecer*



Fig. 141 - Cabeçalho de *Amanhecer*.

Revista literária e recreativa de publicação quinzenal, foi fundada nos princípios de Maio de 1924 por José Duarte de Carvalho, escritor, poeta e dramaturgo marinhense de grande valor.

Foram também colaboradores da revista figuras importantes das letras, como Henrique de Carvalho (jornalista) e José Loureiro Botas, escritor vieirense.

9. *O Imparcial*



Fig. 142 - Cabeçalho d'*O Imparcial*.

Foi fundado em Janeiro de 1925 por António Augusto dos Santos, que já antes havia fundado *O Marinhense*.

Este quinzenário, onde o fundador foi proprietário, director e editor, teve como principal colaborador o poeta marinhense Ilídio Duarte de Carvalho.

10. *A Marinha Grande*

Foi fundado em 6 de Novembro de 1927 por António Pedro Gomes, velho jornalista que já em 1917 havia fundado *A Restauração*.

Tal como no caso anterior, também aqui o fundador foi também proprietário, director, editor e administrador.

De notar que, embora este jornal usasse o mesmo nome da página publicada n'A *Voz do Povo* já referida, nada tiveram em comum para além do título.

Em Maio de 1928 A. P. Gomes abandona o jornal, por razões por nós desconhecidas, passando este a ser dirigido por um grupo de figuras com provas já dadas anteriormente noutros jornais: José Duarte de Carvalho ("Cirilo"), que se torna director, Francisco Correia Moita (administrador, editor e secretário), Joaquim Alves de Freitas (escritor e activista de associações operárias), redactor. O cabeçalho do jornal também foi alterado.

Esta dinâmica equipa imprimiu ao jornal uma feição de grande interesse para os leitores, criando secções dedicadas ao desporto, à cultura, aos passatempos e, principalmente, à defesa dos problemas do concelho. Pode dizer-se que foi um dos melhores jornais editados na Marinha Grande após a restauração do concelho.

Deixou de se publicar nos primeiros anos da década de 1930, quando a Marinha Grande foi assolada pelas crises de falta de trabalho na indústria vidreira, período em que os seus habitantes nem sequer tinham dinheiro para comer.

11. A Voz do Oeste



Fig. 143 - Cabeçalho d'A *Voz do Oeste*.

Jornal fundado em 29 de Junho de 1930 por Raul Tomé Fêteira e José Maria Chaves Costa, na vizinha freguesia de Vieira de Leiria. Teve como proprietário e editor Raul Tomé Feteira e como administrador José Maria Chaves Costa.

A redacção funcionava na Vieira de Leiria, enquanto a administração funcionou sempre na Marinha Grande, onde Chaves Costa tinha um estabelecimento comercial.

Fundado no período das grandes crises económicas, este jornal teve vida efémera.

12. Notícias da Marinha Grande



Fig. 144 - Cabeçalho do *Notícias da Marinha Grande*.

Depois de um período de mais de 6 anos em que a Marinha Grande esteve privada de órgãos escritos de comunicação social, surgiram dois homens dispostos a colmatar essa

falha. Foram eles João da Silva Reis, ao tempo gerente da Fábrica Nova (hoje IVIMA) e o eng. Rafael de Magalhães, director técnico da Fábrica Emílio Galo, Lda. Grandes amigos da Marinha Grande, que na altura passava por grande surto de desenvolvimento industrial, comercial e habitacional, e tinha já bom nível cultural e desportivo, superior ao de outros núcleos operários portugueses, não aceitavam que a terra não mantivesse um jornal, porta-voz que defendesse os interesses da grande Vila vidreira e trouxesse informada a sua população.

Na impossibilidade de se conseguir o Alvará respectivo (nesse tempo, o Secretariado Nacional da Informação, (SNI), não concedia alvarás para novos jornais, muito menos na Marinha Grande, centro tradicionalmente reivindicativo), tiveram de recorrer à utilização de um jornal que aceitasse publicar algumas páginas permanentes dedicadas à vida marinhense. Foi *A Região de Leiria* que, na pessoa do seu director e proprietário José Baptista dos Santos, e mostrando grande compreensão, acedeu a esse pedido. O primeiro número, dirigido pelos fundadores, saiu em 8 de Julho de 1939 e foi recebido com efusivo regozijo pela população marinhense, que assim viu satisfeitas velhas aspirações.

A página manteve-se em publicação regular até 3 de Setembro de 1940, data em que, devido aos muitos afazeres dos seus fundadores, estes deixaram de colaborar⁵⁰⁶. Surgiram então novos redactores, tendo a página visto o seu nome alterado para *Correio da Marinha Grande*.

13. Correio da Marinha Grande



Fig. 145 - Cabeçalho de *Correio da Marinha Grande*.

O primeiro número desta nova página, que passou a ter como redactor-correspondente Júlio de Oliveira Baio, saiu em 10 de Outubro de 1940.

Daí até 30 de Junho de 1944 ocorreram, por razões diversas, algumas substituições no cargo de redactor-correspondente. Tiveram essa função Arnaldo Couceiro de Abreu (entre 03.04.1941 e 25.12.1941), Edmundo Oliveira Órfão (entre 01.01.1942 e 26.02.1942) e Mário Virgínio Apênseler Ribeiro (entre 06.03.1943 e 18.03.1943).

A partir dessa data, a página passou a denominar-se “A Voz da Marinha Grande”, título que ainda hoje (1987) mantém.

14. A Voz da Marinha Grande



Fig. 146 - Cabeçalho de *A Voz da Marinha Grande*.

O primeiro número desta nova página saiu em 1 de Abril de 1943, continuando a ser redactor-correspondente Mário Virgínio Apênseler Ribeiro, que se manteve até 30.06.1943.

Seguiram-se-lhe Armando Oliveira Santos (08.07.1944 a 04.01.1945), José Martins Pereira da Silva (11.01.1945 a 30.05.1945), António Vasconcelos Ribeiro (07.06.1945 a 01.05.1947), Dr. José Henriques Vareda (08.05.1947 a 03.12.1947), Alfredo Bernardo Antunes (10.01.1948 a 05.03.1949), Diamantino da Silva André (30.04.1949 a 16.10.1952), José Martins P. da Silva (20.11.1952 a 19.04.1962), Virgílio Oliveira Lemos (26.04.1962 a 04.05.1963), José Oliveira Franco, interinamente (20.07.1963 a 27.07.1963), Américo Guerra Nobre e Emídio da Silva, interinamente (27.07.1963 a 17.08.1963), os mesmos, já oficialmente (24.08.1963 a 03.10.1964), Américo Guerra Nobre (04.10.1964 a 31.10.1970) e Rui Martins Nobre, filho do anterior, que tomou o lugar do pai aquando do falecimento deste e se mantém até hoje.

15. *Jornal da Marinha Grande*



Fig. 147 - Cabeçalho do *Jornal da Marinha Grande*.

Entretanto, em 1963, dois antigos redactores-correspondentes d'*A Voz da Marinha Grande*, José Martins Pereira da Silva e Virgílio Oliveira Lemos, começaram a envidar esforços para concretizar um jornal inteiramente marinhense. Demovidas algumas dificuldades junto da Gráfica Editora (de Rio Maior), proprietária do Alvará, o primeiro número saiu em 1 de Junho de 1963.

Era então dirigido por Fernando Duarte, sendo proprietário João Pereira e editor R. Ricardo Lopes, todos representantes da Gráfica Editora. Como redactores principais, indicavam-se José Martins Pereira da Silva e Virgílio Oliveira Lemos.

Do Editorial desse primeiro número destacamos as seguintes passagens:

"O Jornal da Marinha Grande ... está em plena actividade, ao serviço da indústria, comércio, escolas, colectividades, desportos, letras, ciências e de todas as curiosidades artísticas, históricas e etnográficas. O seu aparecimento, embora modesto, preenche uma lacuna e satisfaz, por isso, a legítima e antiga aspiração dos marinhenses; e como órgão informativo, tem deveres a cumprir: defender com estímulo e amor-próprio os direitos civis que as leis vigentes asseguram aos cidadãos portugueses e servir de porta-voz a todas as reivindicações consubstanciadas na razão e na legitimidade desses mesmos direitos."

Nesse primeiro número, os redactores principais publicaram também, em acto louvável, um grande artigo intitulado "Gratidão", homenageando antigos jornais e jornalistas marinhenses.

O primeiro director deixou o cargo, por afazeres profissionais noutras publicações, no

final de 1963. Falecido já o seu substituto mais óbvio, José Martins Pereira da Silva - que então passou a figurar no cabeçalho como "Fundador" - foi escolhido para director Diamantino da Silva André, que desde 29 de Junho de 1963 fazia parte do corpo redactorial e colaborara já noutros jornais. Com perseverança, dirigiu o *Jornal da Marinha Grande* durante mais de dezoito anos. Logo de início, convidou para redactores o Dr. Gustavo Barosa, Telmo Ferreira Neto, Vítor Ferreira, Rev. Dr. Luciano Guerra, Dr. Álvaro da Silva André e Adriano Ferreira Paiva. Mantiveram-se colaboradores anteriores, como José Ricardo Pereira Galo, que escreveria no jornal até falecer, em 1981.

Em 1968 e 69, como se pode ler, por exemplo, no editorial de 03.03.1969, o jornal vive alguns problemas de distribuição e redacção, levantando-se a possibilidade de fecho por parte da empresa proprietária. Procedeu-se então, com a colaboração do pároco da época, à compra do Alvará, passando a figurar como proprietária a instituição Património dos Pobres e como editor Diamantino S. André. Havia de novo, finalmente, um jornal feito por marinhenses para marinhenses, que manteve a luta iniciada desde os primeiros tempos pela defesa dos interesses do povo, com destaque para os problemas sociais, a construção do Museu do Vidro, a construção do Hospital, etc., etc..

Por razões profissionais, Diamantino S. André pediu em Abril de 1971 a exoneração do cargo de director, que sempre desempenhara desinteressadamente. Seguiu-se-lhe Joaquim João Pereira, na altura trabalhador-estudante universitário em Coimbra, que facilmente se adaptou ao cargo. Rodeou-se de hábeis redactores, como Manuel Matias Crespo, Rev. Padre Dr. Luciano Guerra, Mário Jorge, Adriano Paiva, Edmundo Oliveira Órfão, Fernando Marrazes, etc., com quem deu uma nova dinâmica ao jornal - que em 1970 recebeu um prémio do Governo Civil de Leiria, instituído para galardoar os artigos que constituíssem uma crítica construtiva à Administração Pública distrital.

Alguns anos depois, o Dr. Joaquim J. Pereira (que entretanto completara os estudos), pediu por sua vez a demissão do cargo, tendo sido substituído, em 25 de Outubro de 1974, por Adriano Ferreira Paiva, antigo membro do corpo redactorial. Foi um período politicamente muito conturbado, tornando-se difícil ao novo director conciliar os interesses dos muitos leitores, todos obviamente pretendendo que o jornal tivesse uma orientação consentânea com os seus ideais políticos. Isso chegou a fazer perigar a sobrevivência do periódico, pois perdia diariamente muitos assinantes. Em editorial publicado em 03.10.1975 a Administração alertou os leitores, colocando o problema da continuidade do jornal. Muitos leitores responderam com palavras de incitamento, pelo que a Administração decidiu manter a publicação, embora convidando novo director: Fernando Augusto de Sousa Lopes, que foi empossado em 19 de Dezembro de 1975.

Hoje, o jornal reconquistou o antigo prestígio.

16. O Correio

22 ABRIL
1977
ano 1 número 1
6 escudos
DIRECTOR INT. - JOÃO DE
ALMEIDA FERNANDES

O CORREIO semanário
COMPREENDER O PRESENTE CONSTRUIR O FUTURO

Fig. 148 - Cabeçalho d'O Correio.

Semanário de ideologia democrata, foi fundado em 22 de Abril de 1977 pelo Dr. José Henriques Vareda, advogado e com larga experiência jornalística, pois fora redactor-correspondente d'*A Voz da Marinha Grande* e, em 1974, fundara em Leiria o semanário *Linha Geral*, de que foi proprietário e director.

Democrata com provas antifascistas dadas anteriormente à revolução do 25 de Abril, fundou *O Correio* sob o lema "Compreender o presente para construir o futuro", com vista a defender as velhas questões de trabalho, alertar os trabalhadores para o que estivesse mal nos vários campos sociais, fomentar a cultura do povo e, principalmente, agir na defesa dos princípios criados pela Revolução de Abril. Este jornal teve como primeiro director João de Almeida Fernandes e como redactores principais os marinhenses Fernando Marrazes e Tomás Ferreira Rato, figuras que, como o fundador, tinham desenvolvido actividade antifascista em defesa dos direitos dos trabalhadores.

O jornal tem sabido manter os ideais para que foi fundado, embora por vezes tenha usado de sectarismo.⁵⁰⁷

17. O Búzio de Moel



Fig. 149 - Cabeçalho d'O Búzio de Moel.

É um jornal de carácter privado, espécie de diário manuscrito de autor desconhecido que foca, com alguma graça, os acontecimentos mundanos da vida dos veraneantes que em Setembro de 1849 frequentavam já a linda praia. Escrito em elegante prosa, critica sem maldade a acção do banheiro a dar banho às meninas, os *flirts*, os bailes e as reuniões, as chegadas e partidas das famílias elegantes, etc.. Foi-nos emprestado pela Senhora D. Maria Ascensão Custódio de Morais Varela.

18. Ecos de Cristal

Foi fundado em Junho de 1959 pelos alunos da Escola Industrial, sob orientação dos professores Dr^a Amélia Cândida C. dos Santos, Eng. François Font e Dr. A. Anaquim.

De carácter restrito à vida escolar, dava uma visão do ambiente escolar e proporcionou abrigo às incipientes manifestações literárias dos alunos.⁵⁰⁸

19. Catedral Verde e Sussurrante



Fig. 150 - Cabeçalho de *Catedral Verde e Sussurrante*.

Fundado por volta de 1970 pelos alunos da Escola Industrial, sob orientação da Dr.^a Leonília Roldão Rijo, teve o mesmo objectivo que seu antecessor.

Foi director Fernando Manuel L. Crespo, chefes de redacção Fernando Rita e José Alberto Duarte, e redactores principais Luís Neto, Dulcínio Rosa Neto, Vítor Manuel Edra, Daniel Afonso de Carvalho e Eugénio Gaspar.

20. Boletim Municipal



Fig. 151 - Cabeçalho do *Boletim Municipal*.

Este boletim informativo, criado no âmbito de um vasto campo de princípios democráticos que têm norteado a actividade e gestão dos Executivos municipais, entre os quais se destaca a necessidade de manter a população sempre devida e correctamente informada acerca das deliberações e medidas tomadas, tem sido bem recebido pelo povo, que por ele vai tomando conhecimento das actividades camarárias. De publicação irregular (saíram até hoje 31 números) é distribuído graciosamente a quem o solicita.

Sendo o seu lema “Vencer o passado, construir o Futuro”, permitimo-nos recordar aos editores deste Boletim que seria útil aproveitá-lo para informar os munícipes das razões por que alguns antigos projectos de interesse público não foram ainda concretizados: a implantação do Museu do Vidro, a demarcação da Zona Industrial, a área de internamento do Centro de Saúde, etc., etc..⁵⁰⁹

B. Rádio

A Marinha Grande não se deixou atrasar no campo da Radiodifusão, que nos últimos anos se expandiu por todo o País, permitindo a rápida divulgação dos acontecimentos locais, bem como de temas culturais, históricos e desportivos, passatempos, entrevistas, etc..

Aliás, já em 1949 aqui fora montado, por J. Calazans Duarte, um pequeno emissor de rádio em onda média que, embora tal fosse proibido, irradiou música durante uma semana, despertando grande entusiasmo.

1. Rádio Clube Marinhense



rádio clube marinhense

Fig. 152 - Logotipos do Rádio Clube Marinhense.

Foi fundado em 17 de Novembro de 1986, na Pedrulheira, por António Prazeres dos Santos, Fernando Manuel dos Santos Pedro, João Fernando Miranda Mesquita, Alípio dos Reis Alves, Eduardo Manuel dos Santos Pedro, Fernando Leonel da Silva Correia, Fernando Luís Oliveira da Silva, Joel António de Barros M. Gonçalves, Jorge Humberto do Norte G. Marques, José António Domingos Filipe, José Manuel Martins, Luís José da Silva Correia, Telmo Ferreira Neto, Telmo Rosa Alves Dinis, Virgílio Oliveira de Lemos e Dr. Victor Hugo de Azevedo Teixeira Beltrão.

Constituíram-se em Cooperativa, ficando a presidir à Assembleia Geral Fernando M. S. Pedro, à Direcção António Prazeres dos Santos e ao Conselho Fiscal José António D. Filipe. Foi nomeado director dos Serviços de Informação Virgílio Oliveira de Lemos.

Mais tarde, o *Rádio Clube Marinhense* conseguiu a cedência do antigo posto da Assistência Nacional aos Tuberculosos, situado na R. 25 de Abril, onde instalou todos os serviços administrativos e técnicos, incluindo o emissor de 1 200 Watts de F.M. Estéreo, a transmitir diariamente entre as 10 horas da manhã e a 1 hora da noite, na frequência de 96 MHz.⁵¹⁰

2. A Grafonola Ideal. Emissora Regional, CRL

Foi fundada em 1 de Março de 1987 por Mário Fernandes Godinho, Manuel Martins da Cruz, Jorge Manuel Duarte Paixão, Manuel Rosa Brandão, João de Almeida Fernandes, Fernando Rosa Marrazes, Jorge de Oliveira, José Manuel Vaz Cintra de Calazans Duarte, Dr. António José Guarda Ribeiro e Sérgio Carvalho Jorge da Silva.

Constituíram-se em Sociedade Cooperativa (tendo como objectivo principal a produção, realização e emissão de programas radiofónicos de carácter noticioso, recreativo e cultural),

ficando a presidir à Assembleia Geral José Manuel V. Cintra de Calazans Duarte, à Direcção Mário Fernandes Godinho e ao Conselho Fiscal José de Almeida Fernandes.

A *Grafonola Ideal* tem a sua sede social, os serviços administrativos e o próprio emissor instalados no Bairro David Simões, Lameira de Picassinos.

O emissor tem a potência de 50 Watts e transmite em FM Estéreo, na frequência de 95.1 MHz, entre as 12 e as 24 horas.⁵¹¹

***IX. Equipamentos
e Serviços*** ⁵¹²

A. Transportes e comunicações⁵¹³

1. Farol de S. Pedro de Muel

Sobre o lendário Penedo da Saudade ergue-se hoje o grande farol de S. Pedro. Sempre impecavelmente limpo e conservado, do seu varandim superior desfruta-se a inigualada paisagem do Pinhal.

Este farol, tão útil à navegação marítima, começou a construir-se em 1909 e foi inaugurado em 15 de Janeiro de 1912, depois de algumas controvérsias sobre o local onde deveria ser construído (alguns sugeriam as Pedras Negras). O farol é património do Estado e está dependente da Direcção Geral dos Faróis (Ministério da Marinha)⁵¹⁴.

Tem 51 metros de altura total, sendo 23 metros desde o nível do mar à sua base e 28 metros daí ao cimo. Tem uma escada interior com 135 degraus de pedra. Está equipado com duas potentes lentes, iluminadas por lâmpadas de 3 000 W, cujos focos atingem 41 milhas. A energia é fornecida por um motor a óleo, com a força de 18 HP. Ladeando a torre foram construídos, logo de início, dois prédios de primeiro andar, que servem de moradia aos faroleiros, oficinas de reparação, armazéns e sala de visitantes.



Fig. 153 - Farol de S. Pedro de Moel.

2. Linha férrea do Oeste

De entre os muitos meios de transporte implantados na Marinha Grande, desde os célebres carros dobrados ou o não menos célebre comboio americano (ver o capítulo sobre Transportes no Pinhal), foi a linha férrea Lisboa - Figueira da Foz, para circulação de comboios puxados por máquinas a vapor, que veio solucionar o grande problema que se arrastava desde há centenas de anos.

Iniciada no ano de 1885, em Lisboa, pela Companhia Real dos Caminhos de Ferro, e baptizada com o nome de Linha do Oeste, só dois anos depois chegou à Marinha Grande,

que fica ao km 150. Foi no dia 8 de Outubro de 1888 que, na estação construída a cerca de 1,5 km do centro, no antigo Pinhal dos Cortiços, cedido pela Real Fábrica de Vidros, se juntaram as autoridades locais, acompanhadas por muito povo, banda de música e foguetes, para dar as boas-vindas ao imponente comboio que pela primeira vez passava na Marinha Grande.



Fig. 154 - Estação ferroviária da Marinha Grande.

Para construção do troço da linha entre S. Martinho do Porto e Marinha Grande foi aproveitado o aterro por onde circulara durante cerca de vinte anos o comboio americano.

Como curiosidade, sabe-se que muitos dos trabalhadores empregados na construção da linha ficaram na Marinha Grande, onde encontraram melhores condições de trabalho na então próspera indústria vidreira.

Com a chegada do comboio, a Marinha Grande viu resolvidos muitos dos problemas que vinham atrofiando o seu desenvolvimento, pelo escoamento rápido dos produtos aqui manufacturados e produzidos (vidros, madeiras, resinas, etc.), assim como pela facilidade e rapidez de deslocação aos grandes centros urbanos (Lisboa, Porto, Coimbra, etc.), muito importante para o sector comercial das muitas empresas. A estação da Marinha Grande foi, até aos anos 40, uma das de maior movimento da linha, devido ao transporte de madeiras e vidros.

A propósito do caminho-de-ferro, recorda-se que se encontrava um marinhense entre os funcionários da Companhia ferroviária que se ofereceram para viajar no primeiro comboio que passou sobre a ponte D. Maria, no Porto.

3. Infra-estruturas viárias

a) Estrada Marinha Grande – Leiria

Começou a ser construída em 19.02.1863 e ficou concluída em 30.06.1867.

A Câmara Municipal contribuiu com um conto de réis em dinheiro, 719 alugueres diários de carros de bois e 2 608 dias de trabalho de enxada (a 100 réis cada um), tendo o Governo pago o restante.

As pontes desta estrada foram construídas em 1864.⁵¹⁵

b) Outras Estradas⁵¹⁶

A primeira estrada de ligação ao exterior, Marinha Grande – Estrada Real (entre Lisboa e Porto), foi mandada construir por Guilherme Stephens e ficou baptizada como “estrada do Guilherme”.

Em 1921 a Marinha Grande possuía já 31 km de estradas.

A estrada Marinha Grande – Maceira é inaugurada em 17 de Outubro de 1960.

c) Instalação de semáforos na Marinha Grande

Foi no ano de 1980 que a Câmara Municipal mandou instalar os primeiros semáforos, com vista à disciplina do trânsito. Embora os esforçados sinaleiros conseguissem dirigir o trânsito nas horas de ponta, o trânsito era caótico noutras horas e noutras artérias.

Os primeiros semáforos foram colocados no cruzamento da Av. do Vidreiro com a Av. 1º de Maio. Mais tarde, em 1984, foram também colocados nos cruzamentos mais movimentados da estrada da Nazaré.⁵¹⁷

4. Transporte rodoviário de tracção animal

Até ao primeiro quartel do século XX, salvo casos raríssimos em que já se utilizava a bicicleta, a motocicleta e o automóvel, os transportes de pessoas eram feitos por carros de tracção animal: os *breaks*, usados pelas famílias mais abastadas, puxados por parelhas de luzidios cavalos; as *charrettes*, puxadas por um cavalo; e os simples e modestos carros puxados por burros, utilizados por famílias de poucos recursos.

A grande maioria do povo não possuía transporte próprio. Quando necessário deslocava-se a pé, mesmo para lugares distantes. Lembramo-nos das centenas de pessoas que, de lugares situados a grandes distâncias, como Amor, Carvide, Moita, Maceira, etc., vinham a pé trabalhar na indústria para ganharem o magro sustento diário.

O transporte de mercadorias era feito sobretudo em carros de bois (ver também o capítulo sobre Transportes no Pinhal). Eram tantos os carros que circulavam na Marinha Grande que as autoridades foram, em tempos, forçadas a tomar algumas medidas. Em 1866 a Câmara de Leiria emite uma postura proibindo a poluição sonora originada pela chiadeira que faziam devido ao atrito dos eixos de madeira, que os proprietários se esqueciam de olear com azeite, como era tradição⁵¹⁸. Em 1892, escreve o *Autonomia*: “... a chiadeira dos carros de bois continua a aturdir-nos a cabeça e os ouvidos ... Continuam a incomodar as pessoas doentes. Espera-se que a polícia ponha cobro ao assunto”. Foi também proibida a circulação desses carros na principal rua da Vila - R. Marquês de Pombal - para que se mantivesse limpa⁵¹⁹.

Entretanto, o grande desenvolvimento da próspera vila dos vidros veio exigir que se organizassem outros serviços de transporte, tanto para passageiros como para mercadorias.

Assim, António Gonçalves Lino, que também possuía uma hospedaria, conhecida por Salão Azul, situada na actual R. Marquês de Pombal (prédio onde está instalada a Fotografia Falcão) iniciou em 1891 as primeiras carreiras de passageiros para Leiria (todas as terças-feiras, ida e volta, por ser nesse dia que aí se realizava o mercado semanal) e, em 1892, durante a época balnear, para a praia de S. Pedro de Moel. Utilizava nesse transporte galeras puxadas por muares.

Mais tarde, outros alquiladores vieram substituí-lo: Joaquim Duarte dos Santos nas carreiras de Leiria, às quintas-feiras, e Artur Vilela de Matos nas de S. Pedro de Moel.

Entretanto, e apesar de todas as grandes fábricas possuírem transportes próprios de tracção animal, os transportadores de mercadorias e de passageiros eram muito procurados, principalmente na zona da estação de caminho-de-ferro, para transportarem as mercadorias e os passageiros chegados no comboio. Por essa razão, outros alquiladores criaram serviços de transporte.

António “das Vacas”, que possuía vários bois, encarregou-se do transporte das pedras e matérias-primas para a construção do farol de S. Pedro, que vieram no comboio entre 1909 e 1912. Francisco Guarda, que além de alquilador possuía também uma casa de comidas e taberna situada junto do grande estaleiro de madeiras das Matas, no local onde hoje está instalada a SOPREM, junto da estação ferroviária, dedicou-se ao transporte de mercadorias. João da Costa, filho de António “das Vacas”, continuou o negócio de transportes organizado por seu pai, mais tarde alargado a passageiros. Chegou a transportar para S. Pedro de Moel, todos os dias, alguns lapidários, que trazia para o trabalho no dia seguinte de manhã; o transporte era conhecido por “carro dos lapidários”. Manuel Gomes, que além de alquilador foi também industrial de caixotaria e comerciante com venda de vinhos e mercearias, dedicou-se principalmente ao aluguer de carros para transporte de passageiros.

No centro da vila existiu também uma alquilaria, que servia para muda de cavalos e aluguer de carros para passeios. Foram seus proprietários José da Costa Rodrigues, sogro de José Luiz Gabriel, ourives, Manuel Pereira Raposo, que foi industrial de padaria e também chegou a ter uma fábrica de vidros, e Rudolfo Roldão, comerciante.

5. A Bicicleta

Mais tarde, veio também a bicicleta, que viria a revolucionar o transporte individual das pessoas.

Esse veículo em pouco tempo se tornou o meio de transporte popular, principalmente depois da II Guerra, quando surgiram as bicicletas motorizadas. O uso da bicicleta, simples ou com motor, generalizou-se e é hoje o meio de transporte mais utilizado.

Curiosamente, sabemos (informação fornecida pelos respectivos serviços municipalizados) que na Marinha Grande existem cerca de 35 000 desses veículos registados.⁵²⁰

6. Transporte rodoviário motorizado

Foi nos primeiros anos deste século que surgiram os primeiros automóveis.

Segundo depoimentos de velhos marinhenses, o primeiro automóvel que veio para a Marinha Grande foi para o industrial Ricardo dos Santos Galo, a que se seguiram os de Henri Dubois, industrial francês que montou a primeira serração mecânica da Marinha Grande, Francisco Taibner de Morais, proprietário, José dos Santos Barosa, industrial de vidros, etc..

Ainda hoje se recordam os automóveis de tracção por correntes marca *Trojan*, de João Ferreira, filho do “Cebolão”, e o pequeno carro marca *Vatoret* pertença do Dr. Gaspar, que faziam o encanto de toda a gente.

Aos poucos o automóvel foi invadindo as ruas da vila e quase todas as famílias de grande poder económico os foram adquirindo. Hoje já não é considerado um artigo de luxo. Na Marinha Grande existem cerca de 7 000 carros, contra 3 500 existentes em 1982, o que mostra o grande aumento económico da vila durante os últimos cinco anos.⁵²¹

O primeiro automóvel de praça que existiu na terra era propriedade de uma sociedade composta por Joaquim Ferreira Morais (o “Morais da tipografia”) e Tomás Pereira Roldão. Foram seus condutores: primeiro, um indivíduo vindo de Lisboa, o Carlos “Malandro”, figura que ficou célebre pelos desacatos que constantemente praticava; depois, João Seiça; e por último Luís Nobre, mais conhecido por “Luís Preto”. Hoje, existem na freguesia 17 carros de aluguer legalizados.

Quanto a motocicletas, também surgiram pela mesma altura.

Por volta de 1925 surgiram os primeiros veículos motorizados para transporte colectivo de passageiros. Foi seu promotor Severino Gomes, antigo taxista da praça de Lisboa, natural de Peral (concelho do Cadaval). Trouxe consigo um automóvel, que colocou na praça como carro de aluguer, e uma velha camioneta de passageiros com que iniciou as carreiras entre a vila e a estação dos caminhos de ferro, carreiras que logo de seguida estendeu a Leiria e a S. Pedro de Moel.

Por contingências da vida, a que não foram estranhas as dificuldades trazidas pelos preparativos da II Guerra (1939-45), com a falta de combustíveis, pneus, etc., e principalmente o facto de o seu filho mais velho ter sido preso e degredado por ter participado na revolta dos marinheiros, em 1936, Severino Gomes, vencido por esses acontecimentos, desfez-se do negócio, que vendeu à Camionagem Capristano & Ferreira, do Bombarral, em 1937. Por influência do seu grande amigo e gerente da Fábrica Nova João da Silva Reis, empregou-se nessa fábrica onde, até praticamente final da sua vida (18 de Março de 1971), exerceu as funções de encarregado de secção.

Logo de seguida a Severino Gomes surgiu um outro empresário de transporte colectivo de passageiros: João Pereira Vilela, de S. Pedro de Moel, filho de Artur Vilela de Matos. João Pereira Vilela iniciou as carreiras quando tinha somente 18 anos, em 1927. Começou com um velho carro *Ford* de 14 lugares, mas onde metia normalmente 20 pessoas para que não ficasse ninguém em terra, como ele dizia. A partir dessa pequena camioneta criou e desenvolveu uma grande camionagem, em que foi motorista, cobrador, etc.. O velho carro, que baptizou com o nome de “Lagosteira”, foi dois anos mais tarde substituído por uma camioneta moderna com 28 lugares, marca *Réo*, que baptizou como “A Traineira”. Foi este carro que, na década de 1930, transportou a equipa de futebol do A. C. Marinhense, que espalhou o nome glorioso da Marinha Grande.

A empresa Vilela nunca mais parou de crescer. Adquiriu várias concessões de carreiras na região, como a da empresa Joaquim Natário, de Vieira de Leiria, e organizou um serviço de aluguer para todo o país, principalmente com excursões. Em 1971, quando era já uma grande empresa rodoviária, que possuía 23 modernos autocarros, uma larga rede de carreiras e numerosas garagens espalhadas pela região, foi, devido a grave doença que afectou João Pereira Vilela, vendida à poderosa empresa Irmãos Belo.

Hoje em dia, os transportes colectivos de passageiros na região, por terem sido nacionalizados após a revolução de 25 de Abril, estão totalmente dominados pela Rodoviária Nacional.

Também os transportes de mercadorias, hoje um dos sectores mais importantes da economia marinhense, começaram a motorizar-se por volta de 1926.

Não temos elementos concretos que nos digam quem foram os pioneiros destes transportes. Consta, no entanto, que o primeiro camião que veio para a Marinha Grande foi adquirido pela Fábrica Nova. Era um grande camião, ainda provido com rodas de borracha maciça, que tinha vindo de França e servido na I Guerra Mundial. O enorme e potente camião, que foi utilizado principalmente no transporte de lenhas, teve como primeiro condutor Adriano Marques Roldão. Logo de seguida, foi a fábrica Guilherme Pereira Roldão & C^a que também adquiriu camiões do mesmo tipo e proveniência, que utilizou para transporte de garrafas da fábrica para a estação de caminho-de-ferro.

A evolução dos transportes motorizados foi tão grande que nos anos 1930 já raramente se via uma galera de tracção animal, por terem sido substituídas por camionetas. Os camionistas de transporte de mercadorias surgiam por todos os lados, pois o desenvolvimento industrial, comercial e mesmo silvícola (não se pode esquecer a existência da imensa Mata Nacional, que conjuntamente com os pinhais particulares cobre uma área muito superior a dois terços do concelho) muito contribuiu para isso. Foram pioneiros desses transportes os camionistas Manuel Marques Domingues (“Manuel dos Cavalos”), José Malta (o “Zé da Tragédia”), João da Costa, Manuel Gaspar, Manuel Falamim, etc..

Com o desenvolvimento industrial da Marinha Grande operado nos finais da II Guerra Mundial formaram-se algumas grandes empresas de transporte de mercadorias, com destaque para Raúl dos Santos Tovim, que se dedicou ao transporte de *fuel oil* para abastecimento das várias fábricas de vidro, Transportes Cardeira, que se dedicaram ao transporte de lenhas e madeiras, e José Malta Júnior, que começou com uma velha camioneta deixada por seu pai (um dos pioneiros da camionagem) e criou uma grande camionagem, com nove ou dez modernos camiões.

Na estrada Leiria - Marinha Grande circulavam diariamente em 1980 cerca de 5000 veículos.⁵²²

7. Serviço Postal e Telecomunicações

No reinado de D. Maria II cria-se a franquia postal e, concomitantemente, a mala-posta.

Na Marinha Grande, data de 1854 o sistema de comunicações com exterior por via postal, por intermédio de um posto a cargo do comerciante José Ferreira Custódio, instalado na sua casa, na antiga R. da Tipografia (actual R. Alexandre Herculano), onde está situada a Farmácia Roldão.⁵²³

Em Janeiro de 1891 o movimento postal foi o seguinte: 360 telegramas, 393 cartas, 70 encomendas postais, 50 mil réis de selos vendidos.

Julga-se que a primeira estação postal foi instalada na casa n^o 40 da R. Machado Santos (onde está hoje a alfaiataria Lopes). Passou desde então por vários sítios e casas: actual Av. José Gregório, na casa onde viveu o Dr. Manuel Francisco Alves, instalações dos Paços do Concelho (cedidas em 18 de Julho de 1921)⁵²⁴, Largo Ilídio de Carvalho (onde hoje está o

restaurante Monumental), primeiro andar do edifício onde hoje funciona a PSP e em edifício próprio, mandado construir pela Administração Geral dos Correios, no Largo 5 de Outubro, onde hoje está a Farmácia Central.

Entretanto, o desenvolvimento industrial da vila processava-se a ritmo acelerado, e a estação postal não suportava o movimento. Isso levou a Administração Geral a encarar a construção de novo edifício, com tamanho suficiente não só para suportar todo o movimento postal, como também para concentrar todos os serviços, incluindo a central telefónica e a moradia do chefe da estação. Assim, em Julho de 1965 foi inaugurado o novo edifício, de dois pisos e linhas modernas, construído na Av. Víctor Galo (hoje Av. do Vidreiro). A estação postal da Marinha Grande é dirigida desde 1954 pelo senhor Hélder de Sousa Ladeira, a contento de toda a população e do próprio pessoal.

O edifício inaugurado em 1965 é já hoje insuficiente para suportar todo o movimento, não tendo o pessoal condições suficientes de trabalho. Repare-se no quadro actual de pessoal e no movimento em telecomunicações: além dos carteiros, 12 técnicos de exploração, 1 chefe da estação telefónica, outro da estação postal, 1 electrotécnico, 7 guarda-fios, 3 auxiliares de serviço.

Funciona desde 1982 o Centro de Distribuição Postal da Marinha Grande, que além da própria estação centraliza também a correspondência de S. Pedro de Muel e de Pataias. Os carteiros são em número de 25.

O primeiro posto telefónico público data de 1930.

Em 1933 inaugurou-se a rede telefónica da Marinha Grande, sendo então chefe da estação de correios Manuel Leal. Havia três telefonistas: Maria Baptista, Filomena Galo e Francine Beltrão. A primeira central telefónica automática começou a funcionar em 1960, numa sala cedida pela CMMG no edifício da Resinagem (hoje Mercado Municipal).

Em 1930 foram instalados 3 telefones, em 1940 havia já 91, em 1950 eram 130, 358 em 1960, 891 em 1970, 1 697 em 1981 e 2 794 em 1984. A estação telefónica automática tem capacidade para 3 000 telefones, dos quais já estão a funcionar cerca de 2 800; a estação de telex tem cerca de 100 postos em funcionamento, montados a partir de 1974.

Ainda sobre as telecomunicações, é curioso saber-se que está a ser montado no traçado Leiria - Marinha Grande, pela primeira vez em Portugal, um cabo em fibra óptica para substituição do actual condutor em cobre. Conta-se que traga grandes vantagens, não só pelo preço do cabo, que é bastante inferior, como pela capacidade. O cabo actual (cobre) permite somente 150 chamadas simultâneas, enquanto o novo (fibra óptica) permitirá 1 900.

*B. Educação e ensino*⁵²⁵

O ensino das primeiras letras só chegou a esta terra em 1786, iniciado pelo grande Guilherme Stephens.⁵²⁶

Oficialmente, só foi criado em Portugal a partir de 1836, no reinado de D. Maria II.

Que se conheça, a primeira escola pública de ensino primário gratuito na Marinha

Grande fundou-se por volta de 1882, para o sexo masculino e para o feminino. Pensa-se que a primeira professora oficial da Marinha Grande se chamava Maria Silvéria Neves.

Mas nessa época, em que a Marinha Grande passava por grande surto de desenvolvimento industrial, a maioria das crianças não puderam aproveitar esse benefício escolar, pois o magro salário que ganhavam no trabalho fazia falta ao sustento da numerosa família.

Em 17 de Novembro de 1903 inauguram-se os primeiros cursos nocturnos.

Antes de 1910 já funcionavam na freguesia 15 salas de aula, sendo uma nocturna. Até essa data, houve escolas nos lugares de Albergaria, Trutas, Garcia, Pilado, Ordem, Picassinos, S. Pedro e Engenho⁵²⁷.

Por volta de 1930 funcionavam 18 salas, sendo a população escolar de aproximadamente 1 000 alunos.

Em 1965 o *Jornal da Marinha Grande* dizia que a escola de S. Pedro, com 32 crianças, não tinha suficiente iluminação natural nem casa de banho, utilizando as crianças a via pública⁵²⁸.

O ciclo preparatório foi inaugurado na Marinha Grande em 23 de Outubro de 1972, com 567 alunos matriculados.⁵²⁹

1. *Escola Industrial*⁵³⁰

Em 1893 esta escola foi oficialmente criada, chegando a ser nomeado um director. A Sociedade Filomática propôs que a mesma se chamasse “Guilherme Stephens”⁵³¹, mas a escola nunca funcionou.

Durante muitos anos o povo da Marinha Grande reclamou essa escola. Joaquim Barosa reclama-a nas suas *Memórias*.

Voltou a ser criada pelo decreto nº 6 284, de 19 de Dezembro de 1919. Em 1921 começou a funcionar, intermitentemente, como Escola de Vidreiros, dirigida pelo pintor José Almeida e Silva⁵³². O funcionamento regular iniciou-se com a nomeação do Doutor Calzans Duarte para director, em 1925; dirigiu-a até 1931, seguindo-se-lhe o eng.º Francisco António Rodrigues e o pintor Alberto Nery Capucho, em 1935.

No primeiro ano lectivo deste novo período matricularam-se no 1º ano 78 alunos, dos quais os dez primeiros a matricular-se foram António Bernardo Direito, Alfredo Fernandes, Alfredo Nobre da Silva, Alexandre Marques Barosa, Américo dos Santos Catita, Aníbal Correia de Magalhães, António Bernardo Direito, António Carvalho Matias Pedrosa, António Pedro Pina.

Em 1931 foi alterada a estrutura dos cursos, passando a existir os de Lapidário de Vidraria, Pintor de Vidros e Costura e Bordados (decreto nº 20 420, de 21 de Outubro). Em 1948 a Escola foi enriquecida, com a introdução do ciclo preparatório (decreto nº 37 028). Passou a ter os seguintes cursos: Formação⁵³³, Serralharia, Costura e Bordados, Complementares, Aprendizagem e Comércio (passou a chamar-se Escola Industrial e Comercial). Também aí foram ministrados cursos de Formação Feminina, Formação Geral de Comércio e Aprendizagem de Electricidade.

Em 1934 a Escola tinha 107 alunos. Em 1964 tinha 829.

O actual edifício⁵³⁴ foi inaugurado em 4 de Junho de 1959.

2. *Externato Afonso Lopes Vieira*

O actual edifício foi inaugurado em 6 de Outubro de 1968.⁵³⁵

3. A Biblioteca Municipal

Teve como primeiro bibliotecário o secretário da Câmara, Jaime d'Almeida Coutinho⁵³⁶. Em Novembro de 1922 recebeu grande quantidade de livros oferecidos pela Biblioteca Erudita de Leiria, por intermédio do seu director, Sousa Larcher. A Biblioteca que, segundo nos dizem, estava instalada nas águas-furtadas do edifício da Câmara Municipal, foi praticamente destruída por um incêndio em 25 de Janeiro de 1934.

Só em 16 de Março de 1963, graças à Fundação Calouste Gulbenkian, que ofereceu à Marinha Grande a biblioteca fixa nº 47, e ao Fundo Industrial Vidreiro, que subsidiou o custo da sua instalação, foi uma nova biblioteca instalada numa dependência da antiga Fábrica de Resinagem, hoje Mercado Municipal.

Apesar das obras ultimamente realizadas, é hoje pequena para o movimento que tem, pois o seu recheio, além dos jornais regionais e nacionais (*O Correio, Jornal da Marinha Grande, Região de Leiria, Jornal de Pataias; O Diário, Diário de Notícias, Jornal de Notícias, Diário da República* (I e II séries), *A Bola*, etc.) inclui 17 296 livros, dos quais 14 100 oferecidos pela Fundação Gulbenkian e 3 194 adquiridos pela Câmara Municipal.

Digno de salientar é ainda o legado feito há anos, pelo insigne médico marinhense Professor Doutor Virgílio Custódio de Moraes, de toda a sua biblioteca particular.

Para se avaliar do interesse que a população marinhense tem mostrado pela sua Biblioteca, damos a seguir um mapa do seu movimento durante os últimos cinco anos.

Anos	Consultas	Requisições	Obs.
1982	7 698	16 148	
1983	19 922	35 703	
1984	20 673	39 062	
1985	14 683	31 960	a)
1986	21 978	54 896	a) Encerrada para obras de beneficiação

A técnica responsável pela conservação da Biblioteca tem sido a senhora D. Maria Albertina Lopes de Sousa Couceiro.

4. Creche Pereira Crespo

Inaugurada em 1913, foi a primeira creche que existiu na Marinha Grande

O lindo edifício foi construído para nele funcionar a sede do Grémio Marinhense, tendo sido doado à Junta Republicana da freguesia da Marinha Grande para aí ser instalada uma creche para as crianças pobres da terra. Para este efeito José Luiz Pereira Crespo deixou uma parcela da sua imensa fortuna, cujo rendimento anual era de 428 300 réis, para alimentação das crianças.⁵³⁷

No edifício da creche, agora sede da Junta de Freguesia da Marinha Grande, esteve também instalada durante muitos anos a Escola Primária feminina.

A vedação da creche, em ferro forjado, foi feita por José Gaspar Pedroso.

C. Saúde e assistência

1. Sezões e Epidemias

Havia vários paúis na Mata e durante bastante tempo fizeram-se drenagens, com vista a acabarem-se os miasmas nocivos à saúde.

Na Garcia em 1885 e na Sapinha em 1898 ainda havia sezões. Também se verificaram febres palustres em Outubro de 1892, que redundaram em epidemia.

Houve na Marinha Grande outras epidemias, em 1833, 1857 e 1856.

2. Médicos⁵³⁸

Só após a fatídica epidemia de *colera morbus*, também conhecida por “febre amarela”, que grassou na região por volta de 1856, é que a Marinha Grande conheceu o primeiro médico. Em 1860 o governo de D. Pedro V concedeu à Junta de Paróquia um subsídio anual de 120 mil réis, pago pelo cofre da Administração das Matas, a fim de poder garantir a permanência de um facultativo que tratasse da saúde dos seus habitantes.

Antes, era aos curandeiros que a população recorria para ser tratada. Esses curandeiros utilizavam normalmente “mezinhas”, ou receitas caseiras. No caso da *colera morbus*, segundo nos conta João Cabral no seu livro *Anais do município de Leiria*⁵³⁹, um administrador do Pinhal criou uma receita que dizia milagrosa: 3 quartilhos de mel, 3 colheres de vinagre, chá de salva, flor de sabugo e folhas de laranjeira. Para se sentirem os efeitos desejados tomava-se de cada vez de um quartilho para cima e muito quente. Esta beberagem provocava forte transpiração. Qualquer pessoa que tivesse sede devia beber um cozimento de cevada e grama; como dieta tomava caldos de franga.

Os primeiros médicos que vieram para a Marinha Grande, ainda no século XIX, foram os seguintes: em 1862⁵⁴⁰, Dr. Francisco Augusto Teixeira Barbosa; em 1870, Dr. Pedro Augusto Fragoso Viana; em 1886, Dr. Pedro Alenquer e Sousa; em 1890, Dr. Manuel Joaquim Barbosa de Sousa Freire e Dr. Pimentel; em 1893, Dr. Manuel de Sousa Freitas.

Um dos primeiros marinhenses a formar-se em medicina foi o Dr. Elísio Vaz e Gândara.

Entre estes e os muitos que vieram a partir do ano de 1900, houve alguns que se notabilizaram, não só no campo médico como também no campo cultural e social, que muito fizeram pelo bem do povo, e sobre os quais se encontram algumas notas no capítulo Biografias.

3. Parteira

Veio para a Marinha Grande, em 1928, D. Maria José de Sousa.

4. Posto da Cruz Vermelha

Fundado por impulso de António Augusto dos Santos e António de Abreu.⁵⁴¹

D. Maria da Luz Carvalho foi a primeira enfermeira deste posto.

5. Centro de Saúde

Criado em 31 de Julho de 1972, entrou em funcionamento em 2 de Outubro de 1972, sendo director o Dr. Rui Couceiro Neto da Silva.

6. *Dispensário Anti-tuberculoso*

Foi inaugurado em 19 de Julho de 1936.

7. *Hospital*

Há muitos anos que o povo da Marinha Grande vem lutando por que se construa um hospital na sua terra.

Já em 1893 se falava num “posto hospitalar”. Também em 1968, segundo o *Jornal da Marinha Grande*, se desencadeia uma luta pelo hospital.⁵⁴²

8. *Património dos Pobres*⁵⁴³

Organização religiosa marinhense, fundada por volta de 1941 pelo pároco da época, Padre Dr. Armindo da Cruz Valente, com vista à construção das casas que constituem o chamado “Bairro dos Pobres”, junto ao Pinhal da Feira.

9. *Enfermaria Abrigo*⁵⁴⁴

Inauguraram-se em 16 de Março de 1966 as novas instalações desta Enfermaria, destinada a doentes tuberculosos, dinamizadas pelo provedor da Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande, Ivo Roldão Barros.

Era seu director clínico o senhor Dr. Aníbal G. Coelho. Era, à data da inauguração, indiscutivelmente uma das mais modernas e bem apetrechadas do país. Possuía 6 enfermarias, com capacidade para 32 homens e 16 mulheres.⁵⁴⁵

10. *Jardim Infantil Santa Teresinha do Menino Jesus (antiga Casa do Doente)*⁵⁴⁶

À JICF (Juventude Independente Católica Feminina) se deve a sua instalação.

Tinha em 1966 77 meninas e meninos, com idades entre 3 e 17 anos. Foi sua directora a senhora D. Palmira Cabeleira Filipe.

D. *Outros equipamentos e serviços*⁵⁴⁷

1. *Edifício da Câmara Municipal*

Funcionou primeiro na Av. D. Dinis, no edifício onde estão instalados os serviços da Polícia de Segurança Pública – construído para ser residência do pároco (primeiro andar) e escola primária (rés-do-chão). O último padre que aí residiu foi Manuel Jorge Marçal.

Aí funcionou a Junta de Freguesia e, depois da restauração do concelho, a Câmara. Foi de uma das suas janelas que o presidente da recém-empossada Comissão Instaladora do concelho, José dos Santos Barosa, anunciou à multidão que tinha sido finalmente restaurado o concelho da Marinha Grande.

O edifício onde actualmente funciona a Câmara Municipal foi adquirido pela autarquia em 1927, pela importância de 100 000\$00. Era então presidente Joaquim Ferreira Domingues.

2. Matadouro Municipal

Em face das várias reclamações feitas pelos munícipes sobre o modo como se abatiam as rezes para consumo do concelho, deliberou a Câmara em 1923 mandar construir um Matadouro Municipal. Foi inaugurado em Junho de 1924.

3. Fontes públicas

A da Embra é a mais antiga, anterior a 1880. Foi construída por José P. Romão, do Arrabalde. Outra foi construída no centro em 21 de Maio de 1885. (Ver, no capítulo sobre a Freguesia, o trecho relativo à Embra.)

4. Iluminação da vila

A iluminação pública da vila por candeeiros a petróleo começou em 19 de Janeiro de 1887, com a instalação de 12 candeeiros.

Mais tarde, em Março de 1909, foi substituída por gás acetileno. Encarregou-se deste trabalho o senhor António Guarda.

A luz eléctrica só foi inaugurada em 6 de Junho de 1926, fornecida por um potente motor a óleos instalado na Central Eléctrica (hoje escritórios da EDP).

Foram instalados candeeiros de arco voltaico na praça Stephens em 9 de Agosto de 1928 e no Largo Ilídio de Carvalho em 10 de Agosto de 1928.

5. Sentinas públicas

As primeiras sentinas públicas da Marinha Grande foram criadas em Agosto de 1928.

6. Jardim Municipal do Passal

Este belo jardim está situado nos terrenos outrora conhecidos pelo Passal, juntamente com outros adquiridos pela Câmara Municipal em 2 de Outubro de 1922⁵⁴⁸. Grande parte destes que eram, pertença da família Ferreira Custódio (faixa junto à R. Marquês de Pombal), foram doado à Câmara Municipal. Em 12 de Maio de 1923 iniciaram-se aí trabalhos de terraplanagem.

Dotado de um coreto em tijolo e um grande lago com repuxo e peixes vermelhos, o Jardim foi, nos finais dos anos 1920, o local preferido pelos marinhenses como “picadeiro”.

Mais tarde, no final dos anos 30, foi remodelado, alindado e recheado de lindas flores. Nas noites calmas de Verão aí se reuniam muitas pessoas, a passear ou a tomar café numa esplanada construída pela Câmara Municipal.

7. Parque Heróis do Ultramar

A Víctor Gallo se ficou a dever a transformação dos inóspitos barreiros antes aí existentes em aprazível parque, por ele mandado plantar, sob orientação do competente eng.º Horácio Eliseu, grande amigo da Marinha Grande.⁵⁴⁹

8. Cemitérios da Marinha Grande

A vila da Marinha Grande está hoje dotada com três cemitérios: o de Casal de Malta, situado entre a Av. do Vidreiro e a Av. da Liberdade; o de Casal Galego, situado junto à estrada de Casal Novo, à saída de Casal Galego; e o do Pilado, na povoação do mesmo nome.

Os antigos cemitérios, como se sabe, estavam localizados nos adros das igrejas ou capelas. A Marinha Grande também enterrava os seus mortos nesses lugares. Sabe-se que os adros, tanto da igreja da Marinha Grande como da capela da Garcia e até da de S. Pedro de Muel, serviram de cemitérios.

Segundo diz Joaquim Barosa no seu livro *Memórias da Marinha Grande*, a epidemia de febre amarela que por aqui grassou em 1856 causou tantas vítimas que teve de se improvisar um cemitério, nas Bregieiras, junto à estrada Marinha - Leiria, numa fazenda que era de Gervásio Birne.

Esse caso, naturalmente, levou as autoridades a construir um cemitério. Escolhidos os terrenos, conhecidos pela Abegoaria e doados à Junta da Paróquia pela Real Fábrica de Vidros, iniciou-se a construção em 1860, tendo ficado concluído em 14 de Maio de 1862.

Em 1890 o cemitério era já pequeno. A Câmara Municipal de Leiria, por falta de verbas, segundo alegava, não procedia ao necessário alargamento. Chegavam-se a levantar cadáveres antes da completa decomposição, numa rotação inferior a 3 anos. À Junta de Paróquia e ao esforço do padre António Lopes do Rego, que foi o grande obreiro, se deve o primeiro alargamento, concluído em 1892. Foi ainda alargado nos anos de 1923, 1948, 1966 e 1979.

O cemitério tem uma capela, cujo orago é o Senhor Jesus dos Aflitos, tem uma casa mortuária, um *ossarium*, um talhão para os combatentes da Grande Guerra e um talhão para os Bombeiros Voluntários. Tem cerca de 3 500 sepulturas e 77 jazigos. Entre muitas pessoas aí sepultadas, não podemos esquecer o fundador da capela, Bernardino José Gomes (ver Biografias).

O dia de visitação aos mortos, na Marinha Grande, é, desde há muitos anos, o dia da Quinta-Feira Santa, ou Quinta-Feira Mor.

O cemitério do Pilado foi construído em 1976 pelo povo do Pilado e depois entregue à Junta de Freguesia da Marinha Grande. Tem uma arrecadação, dois jazigos e capacidade para 308 campas. A primeira pessoa a ser aí sepultada foi Emília, esposa de Joaquim Paulo, em 21 de Maio de 1977, com 81 anos.

O cemitério de Casal Galego foi construído por iniciativa da Câmara Municipal da Marinha Grande, por a ocupação do velho cemitério da Abegoaria ter chegado ao fim e ser imperioso abrir-se um novo. Inaugurado em 1 de Novembro de 1984 pelo presidente da Câmara, foi visitado nesse dia por centenas de pessoas.

Tem capacidade imediata para 2 292 sepulturas, sendo a sua área de 11 890 m² e estando prevista para mais tarde uma ampliação de 3 130 m² (688 novas campas). Este novo cemitério está dimensionado para um período de 50 anos. (Indicações retiradas do *Boletim Municipal*, nº 23).

A primeira pessoa sepultada neste novo cemitério, em 3 de Janeiro de 1985, foi Gertrudes Ascensão Michelles, de 91 anos, filha de José Emílio Michelles e Maria Ceia Regaleira.

9. Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial

Só a partir da implantação da República começou a funcionar o Registo Civil.

O posto da Marinha Grande foi inaugurado em 1 de Abril de 1911 e foi seu primeiro ajudante João Afonso de Barros.

Aquando da restauração do concelho, em 1917, começou a funcionar a Conservatória do Registo Civil. Foi instalada em 1 de Abril de 1917 no edifício onde hoje está instalado

o posto da PSP e foi seu primeiro oficial Jaime de Almeida Coutinho, que era também secretário da Câmara Municipal.

Em 16 de Maio de 1917 foi nomeado oficialmente Conservador do Registo Civil o Dr. José Nicolau Lobo Ferreira Custódio, que desempenhou o cargo até 1935. Sucederam-lhe os seguintes conservadores: 15 de Fevereiro de 1936, Dr. Luiz Anselmo de Sousa; 12 de Maio de 1956, Dra. Maria Teresa Simões Duarte Costa; 31 de Dezembro de 1962, Dr. Ventura José Rocheta Gomes; 29 de Novembro de 1963, Dra. Ana da Ascensão Nogueira Malca Mendes Morão; 20 de Fevereiro de 1976, Dr. João Miguel Crespo de Goes Pinheiro; 4 de Julho de 1977, Dr. João Lopes de Matos; 2 de Novembro de 1982, Dr. Fernando Aurélio Ferreira Trindade.

Em Outubro de 1973 foram anexados à Conservatória do Registo Civil os serviços de Registo Predial e Comercial. O número de funcionários da repartição é actualmente (1985) de seis.

Depois de funcionar inicialmente no edifício onde hoje está instalado o posto da PSP, passou para o actual edifício da Câmara Municipal e mais tarde para uma dependência do velho edifício da antiga Resinagem, onde ainda hoje funciona. As instalações, além de velhas, não têm as mínimas condições exigíveis, nem para o pessoal nem para os utentes. A tal ponto se encontram degradadas que o problema já foi levantado, por mais de uma vez, por deputados na Assembleia da República.⁵⁵⁰

10. Forças da ordem pública - GNR e PSP

Em 14 de Junho de 1834, formou-se a Guarda de Segurança Pública, segundo moldes de alistamento determinados pela Câmara Municipal de Leiria. O primeiro capitão, na Marinha Grande, das “companhias avulsas”, foi Frutuoso Raimundo da Fonseca, nomeado em 22 de Maio de 1835.

Foi no ano de 1880 que se instalou na Marinha Grande a primeira força, conhecida por corpo da Polícia Civil.

Depois da implantação da República, em 1910, foi criada a Guarda Nacional Republicana, que aqui instalou uma pequena força em 21 de Maio de 1917. Teve o primeiro quartel numa casa que ao tempo existia próximo à fonte do Emílio Galo, na congosta aí existente. A prisão situava-se numa casa por trás do cotovelo.⁵⁵¹

Em Junho de 1923, foi instalada em edifício anexo à antiga Resinagem, cedido, em 1919, pelos Serviços Florestais. A prisão passou para uma sala do velho Matadouro Municipal. O Posto era comandado por um cabo.

Quanto à Polícia de Segurança Pública, foi instalada na Marinha Grande em 30 de Março de 1950, no grande edifício, já várias vezes referido, que em tempos foi residência paroquial, Escola Primária, Junta de Freguesia e Câmara Municipal.

Aquando da inauguração, o posto tinha 10 guardas, comandados pelo subchefe ajudante Joaquim Vieira Cordeiro. Hoje tem 42 guardas, comandados por seis subchefes e um chefe, Duarte Lopes Pedro.

11. Hotéis da Marinha Grande

No princípio do século existiram dois bons hotéis: um, o Hotel Abreu, de Jorge Santos Gomes⁵⁵²; outro, o Hotel Azul, de João de Matos.

12. A feira anual de Abril

Criada no ano de 1933. Funcionou nesse primeiro ano no Largo do Luzeirão e estendia-se pela Av. José Gregório e R. 18 de Janeiro de 1934 (então Av. Warnhagen e Rua Dr. Manuel Francisco Alves). Funcionou também na Av. D. Dinis e no chamado lugar da Feira (onde hoje se encontra parte da fábrica CIVE).

13. O Teatro Central

Construído em 1876, próximo do edifício da Administração Florestal.⁵⁵³

14. Piscina Municipal da Marinha Grande

É uma das maiores obras realizadas na Marinha Grande no campo desportivo. Foi inaugurada em 5 de Janeiro de 1977.

A sua construção fica a dever-se, principalmente, a dois homens que, não sendo marinhenses por nascimento, se esforçaram pelo engrandecimento da Marinha Grande: eng^o António Fernandes dos Santos e professor João José de Melo Vieira⁵⁵⁴, que demoveram mil e uma dificuldades junto das autoridades, a nível da Direcção Geral dos Desportos e do Ministério da Educação Nacional. Com a ajuda da Câmara Municipal e do povo marinhense, que contribuíram com ajudas monetárias e em materiais, iniciou-se de imediato a obra, da qual milhares de rapazes e raparigas, principalmente a nível das escolas primárias do concelho, têm beneficiado. A Câmara Municipal paga todas as despesas de manutenção (cerca de 1 500 contos mensais) e efectua, em carros seus, o transporte de todas as crianças das escolas da freguesia para as aulas de nataçãõ.

A piscina, que tem as medidas de 25x10 metros, com água aquecida a 24°C, está ao serviço da Direcção Escolar, que a utiliza para ensino da nataçãõ à população escolar, embora esteja também aberta a toda a população, depois das horas de aulas. É também utilizada graciosamente pelo Desportivo Náutico da Marinha Grande, clube fundado em 1980 com o fim de proporcionar a todo o povo da terra a aprendizagem e prática da nataçãõ.⁵⁵⁵

15. Campos de Ténis

Foram inaugurados em 12 de Junho de 1983 e podem considerar-se uma das melhores realizações no campo do desporto. Os dois campos estão totalmente vedados a rede, os pisos são revestidos com matéria plástica *all sports superflay*, têm iluminação para jogos nocturnos e balneários com água quente e fria. Esta obra, que custou cerca de 2 000 contos, mostra bem os cuidados da autarquia em dotar a vila com recintos desportivos, que não só sirvam para a preparação física mas também para a ocupação dos tempos livres da mocidade marinhense.

A utilização dos campos está aberta a toda a população, durante 13 horas diárias, mediante o pagamento de 50\$00 / hora por pessoa, com direito a banho, raquetes e bolas. A frequência é, em média, de 25 pessoas diárias, e nota-se que tanto à noite como aos fins de semana os campos já são insuficientes para responder ao número de utilizadores. Tem de se encarar a construção de mais campos.

16. Praça de Touros⁵⁵⁶

Foi criada em 16 de Setembro de 1944 por Augusto de Jesus e Silva ("Augusto Zé da Ordem"), no Largo das Portas Verdes.

Era construída em madeira. Mais tarde houve lá sessões de cinema.

*X. Biografias*⁵⁵⁷

A-Figuras não locais

Rei D. Dinis

Encontra-se ligado à Marinha Grande através do impulso que deu ao desenvolvimento do Pinhal, primeira base económica marinhense.

Nasceu em Lisboa, no dia 9 de Outubro de 1261, e subiu ao trono em 16 de Fevereiro de 1279. Foi casado com a histórica rainha D. Isabel de Aragão, a quem o povo, pela sua bondade e acção pacificador, cognominou de Santa.

Fora educado cuidadosamente pelos mestres franceses Domingos Anes Jardo e Emérico d'Ebrard.

Na defesa da língua portuguesa determinou que todos os documentos oficiais passassem a ser redigidos nessa língua em vez de na Latina, como era uso. Apoiou a criação de escolas.

Tomou a peito o desenvolvimento da agricultura e também dedicou grande atenção ao comércio, assim como às pescas e à construção naval.

Consolidou a independência de Portugal através de acordos com Castela e com a Santa Sé.

Enquanto procedia a grandes obras no Castelo de Leiria, viveu alguns anos no Paço que mandou construir em Monte Real, freguesia vizinha da Marinha Grande.

Faleceu em Santarém, no dia 7 de Janeiro de 1325. Encontra-se sepultado no Mosteiro de S. Dinis, em Odivelas.

A Marinha Grande soube honrar a memória do grande Rei atribuindo o seu nome a uma das maiores artérias da Vila e erguendo um monumento a D. Dinis e D. Isabel de Aragão (ver o subcapítulo sobre Monumentos).

Marquês de Pombal

Contribuiu, a partir de 1769, para o desenvolvimento da indústria vidreira marinhense, apoiando grandemente a fábrica de Guilherme Stephens.

Nasceu em 13 de Maio de 1699, em Lisboa, onde foi baptizado com o nome de Sebastião José de Carvalho e Melo, e faleceu em Pombal em 8 de Maio de 1782, onde foi sepultado. Mais tarde, em 1856, no reinado de D. Pedro V, os seus restos mortais foram trasladados para a igreja da Memória, em Lisboa.

O seu marquesado foi o último título de nobreza concedido pelo rei D. José I, em 16 de Setembro de 1759.

Foi primeiro-ministro do rei D. José I durante vinte e sete anos, sobressaindo da sua acção a reconstrução de Lisboa, destruída pelo terramoto de 1755, a reorganização do exército, a fundação de várias companhias com fins económicos, a reforma da Universidade de Coimbra, a criação de vários estabelecimentos de ensino e a protecção a várias indústrias.

A Marinha Grande nunca esqueceu este grande homem. Aquando da passagem do I centenário da sua morte, em Maio de 1882, vestiu-se de gala e com a maior pompa recordou e homenageou o grande estadista. Os festejos foram abrihantados por duas filarmónicas. Incluíram grandes arraiais populares e a inauguração de um busto em bronze do marquês, oferta da companhia arrendatária da Fábrica Stephens, encabeçada pelo conde de Azarujinha. À inauguração associaram-se os trabalhadores da fábrica, as crianças da escola,

uma força de 20 praças do regimento de Caçadores 6 de Leiria e muito povo. A figura do homenageado foi enaltecida em discursos proferidos pelo médico Dr. Pedro Viana e por José Ferreira Custódio Júnior. Comentou o *Comércio de Portugal* de 12 de Maio, que publicou a reportagem destes festejos:

“Que mais se podia esperar de uma pequena terra de província? Aplaudimos com verdadeiro entusiasmo, fazendo votos para que tão brilhante manifestação permaneça na mente de todos, recordando-lhes que da união, boa harmonia e sincero empenho pelo progresso daquela terra é que há-de resultar o seu mais perdurável engrandecimento, que profundamente desejamos.”

Em 1900, por proposta do vereador José dos Santos Barosa, foi dado o nome de Marquês de Pombal à mais importante rua da vila.

Ainda em 1982, aquando da passagem do II centenário da sua morte, a edilidade marinhense lembrou a efeméride, através de colóquios evocativos.

B. Figuras ligadas ao Pinhal

Frederico Luiz Guilherme de Varnhagem

De naturalidade alemã, pois nasceu em Wetterburg, a 24 de Fevereiro de 1783, veio para Portugal nos primeiros anos do século XIX, a convite do então príncipe D. João, para organizar cientificamente os Serviços da Mineração de Ferro. Formado em engenharia de minas e com largos estudos de ciências naturais, foi nomeado Director das Fundições da Foz de Alge, onde se iniciava o fabrico de cutelarias, espingardas e peças de artilharia.

Aquando das Invasões Francesas (1807-10), alistou-se no exército, tendo comandado em 1808, na batalha do Vimeiro, um grupo de artilharia.

Em Outubro de 1810, por ordem do Conde de Linhares, ministro da Guerra de D. João VI, ao tempo no Brasil, para lá seguiu, incumbido de proceder a levantamentos topográficos e estudos de mineração no sertão de S. Paulo. Realizou obra de incomparável valor: construiu a Fábrica de Ferro de S. João de Ipanema, em Sorocaba, e gozou a glória de ter sido o construtor do primeiro alto-forno das Américas, contrariando aqueles que diziam ser essa construção inviável em países quentes. Como prémio, foi promovido a Tenente-Coronel de Engenharia.

Voltou a Portugal em 1824, acompanhado da família - incluindo o pequeno Francisco Adolfo, que mais tarde voltaria ao Brasil, seu país natal, onde se notabilizou como homem de letras.

É colocado na Marinha Grande, como Administrador Geral das Matas. Apesar de se ter construído nesse ano o bonito prédio para a Administração do Pinhal e residência do Administrador Geral, preferiu viver dentro do Pinhal, no sítio da Fonte Santa (próximo do Tromelgo).

O Administrador Varnhagem contribuiu em muito para o engrandecimento do Pinhal e da própria povoação, que conseguiu ver elevada, por algum tempo, à categoria de concelho.

Deixou vários escritos, dos quais se salientam “Contas da Administração dos Reais

Pinhais de Leiria” e “Manual de instruções práticas sobre a sementeira dos Pinheiros”.

Frederico Luiz Guilherme de Warnhagem faleceu no dia 16 de Novembro de 1842, em Lisboa, onde ficou sepultado.

A Marinha Grande soube reconhecer-lhe tudo quanto fizera pelo seu engrandecimento, atribuindo o seu nome à maior avenida da terra: precisamente a primeira a ser construída na Marinha Grande, para ligar a Administração Geral das Matas com Pedreanes e o parque do Engenho. Inexplicavelmente, a Comissão Administrativa da CMMG substituiu esse nome, em 1975.

(Os elementos apresentados foram extraídos dos livros *O Pinhal do Rei*, de A. Arala Pinto, e *Oito séculos de história luso-alemã*, e E.A. Strasen e Alfredo Gândara.)

Bernardino José Gomes

Nasceu em Lisboa, em 20 de Maio de 1817.

Veio para a Administração das Matas como simples escriturário. Homem inteligente, zeloso e estudioso - qualidades que o levaram a desempenhar mais tarde o lugar de Administrador das Matas do Reino, em 1866 - foi quem descobriu em Portugal os métodos para extracção da resina e a sua transformação por destilação em essências resinosas.

Sob instruções do professor de química Sebastião Betâmio de Almeida, que havia sido incumbido de estudos resinosos dentro do Pinhal, e como seu ajudante, iniciou pesquisas que acabou por terminar sozinho e em grande segredo, por o mestre ter adoecido.

Em 1858 já mandara para o Ministério amostras do resultado das suas experiências, que de imediato foram elogiadas. Em 1859 recebeu instruções para projectar e dirigir a construção do novo edifício da Fábrica da Resinagem. Em 1861 é enviado a França para visitar as grandes fábricas resinosas da região de Bayonne, recebendo elogios pela excelente qualidade da gema e a informação de que competiria vantajosamente com os melhores produtos europeus.

Grande amigo da Marinha Grande, deve-se-lhe a construção da capela do cemitério. Adquiriu no estrangeiro e ofereceu à capela a bonita imagem do Jesus dos Aflitos.

Aqui casou, com Maria da Conceição Virgolino Gomes.

Faleceu, em 20 de Março de 1890, na Marinha Grande, onde ficou sepultado.

É imperdoável que a terra que ele tanto amou nunca se tenha lembrado de lhe promover uma simples homenagem, nem mesmo de atribuir o seu nome a uma das ruas.

Em contrapartida, o Governo soube reconhecer o seu valor, conferindo-lhe a honrosa distinção de Cavaleiro da Ordem Militar de Jesus Cristo. Foi o primeiro habitante da Marinha Grande a receber tal galardão.

Bernardino Barros Gomes

Nasceu em Lisboa, no dia 30 de Setembro de 1839.

Licenciado em Filosofia pela Universidade de Coimbra e tendo frequentado a Academia Florestal de Tharandt (Alemanha) veio para a Marinha Grande em 1866, para fazer a planta cadastral do Pinhal, depois de ter estado desde 1863 nas Matas de Vale do Zebro e da Machada. Em 1879 passou a dirigir a Mata.

Aqui se destacou como insigne Silvicultor e realizou obra incomparável.

Iniciou os Ordenamentos (trabalho que se elabora de 10 em 10 anos e tem por fim programar todo o desenvolvimento do Pinhal, dando a conhecer também a sua situação geral), levantou a primeira planta rigorosa, criou a escrituração técnica do Pinhal, procedeu

a vários estudos sobre sementeiras e resinagem, mandou construir os primeiros pontos de Vigia contra incêndios, instalou na Mata os primeiros postos de meteorologia.

Bernardino Barros Gomes que, no dizer do eng.º Arala Pinto, foi o primeiro apóstolo da exploração técnica da floresta, era um homem inteiramente dedicado ao trabalho, tenaz e afável. Conforme relata Arala Pinto, Gomes era sempre pontual na chegada ao local de trabalho dentro da Mata, quer fosse perto ou longe, dormindo nas casas de Guarda para não perder o tempo da deslocação e partilhando as refeições dos subordinados.

Quando Bernardino Barros Gomes enviuvou, em 1879, fez-se membro da Congregação de S. Vicente de Paulo (Lazaristas). Ordenou-se presbítero em 1888, no Convento de Arroios, em Lisboa. Foi aí, no dia 4 de Outubro de 1910, que uma bala transviada o atingiu mortalmente. “Um santo e um sábio” - foram as palavras da imprensa da capital ao referir-se à sua morte.

A Marinha Grande não esqueceu o Mestre (como os seus colegas silvicultores o tratavam) atribuindo o seu nome a uma das ruas da Vila. Também os florestais portugueses, na Conferência Florestal de 1917, alvitram que se lhe prestasse uma condigna homenagem. Assim, no dia do primeiro centenário do seu nascimento (30 de Setembro de 1939) foi inaugurado em Pedreanes um modesto mas significativo monumento em sua homenagem. Plantou-se também, no local, um pinheiro manso.

Nessa inauguração estiveram presentes quase todos os velhos e novos silvicultores, Regentes Florestais e um pelotão formado por Guardas Florestais. Fez o elogio do homenageado o Silvicultor Júlio Mário Viana. Assim se prestou homenagem àquele que, no dizer do eng.º Arala Pinto, “palmilhava a pé ou a cavalo, sem mostras de canseiras, todo o emaranhado do Pinhal de Leiria, que não se julgava diminuído na sua dignidade nem na sua função ouvindo as opiniões dos seus subordinados, ou aceitando e pagando o leito ou a comida simples que o guarda florestal lhe poderia arranjar.”

Eng.º António Arala Pinto

Nascido na Ribeira - Ovar, a 13 de Outubro de 1888, veio para a Marinha Grande em 1922 para chefiar a 3ª Circunscrição Florestal.

Engenheiro Silvicultor formado pelo Instituto Superior de Agronomia, estudioso e investigador, notabilizou-se não só pelo seu trabalho dentro do Pinhal, que alindou e desenvolveu, como também por escritos relativos à Mata, à indústria vidreira e a problemas sociais que encontrou quando chegou à Marinha Grande. Realizou inúmeras conferências e colaborou na imprensa.

Segundo diz no seu livro *O Pinhal do Rei* (II volume, p. 288), “Quando em 1921⁵⁵⁸ me fizeram velador da Mata, trazia na mente o ofício que lera quando do tirocínio, existente no arquivo da 3ª Circunscrição Florestal, dirigido a Warnhagen em 11 de Agosto de 1826, dizendo assim: “Acuso a recepção do seu ofício e torno a recomendar-lhe toda a moderação e boas maneiras no exercício das funções do seu cargo a fim de conciliar as afeições dos povos”.

Foi sob esta égide que Arala Pinto dirigiu o Pinhal durante cerca de 30 anos. Durante a sua Administração realizaram-se obras importantes: a sementeira das dunas a sul da S.ª da Vitória (Paredes), em 1927; o estudo de novos processos de resinagem, em 1933; a construção de novas estradas (cerca de 70 km) entre as quais a célebre Estrada dos Vidreiros; a construção de caminhos e trilhos atapetados de caruma, para facilitar a circulação dos guardas, em bicicletas por ele conseguidas; a construção de muitas fontes e poços; a

renovação dos Pontos de Vigia; a transformação do Viveiro do Tromelgo; a implantação do comboio de lata.

Homem probo e filantropo, Arala Pinto sempre se preocupou com a vida social dos trabalhadores da Marinha Grande, quer fossem vidreiros, guardas florestais ou humildes jornaleiros.

Chocado com os problemas sócio-económicos que encontrou na Marinha Grande, numa época em que a vila passava por uma das maiores crises vidreiras de todos os tempos, fez um estudo da vivência da população (ver o livro *O Pinhal do Rei*, p. 395), tendo concluído que na Marinha Grande já se passava fome e miséria, devido à crise vidreira. Conseguiu obter verbas para abertura de estradas dentro do Pinhal, em que se empregaram centenas de trabalhadores vidreiros sem ocupação, o que ajudou a mitigar a fome que grassava (ver o seu livro *A crise vidreira*, de 1931). Criou a Lutuosa Florestal, que tinha por fim socorrer as viúvas dos florestais. Impulsionou a fundação, em Abril de 1928, do Grémio Florestal, que tinha fins de instrução, distracção e recreio, leitura, reuniões familiares, jogos recreativos, conferências, prática de teatro, etc..

António Arala Pinto foi um grande amigo dos trabalhadores. Veja-se o sentimento com que os definiu:

Trabalhadores rurais do Pinhal: “Este homem, pioneiro imprescindível, o mais mal pago, no geral homem analfabeto que só encontra arrimo no machado, na enxada, na foice, na serra, etc., e que na velhice se vê obrigado a recorrer à caridade alheia ...”

Trabalhador vidreiro: “Aproveito a oportunidade para afirmar que o meio operário tem o culto pela família e que, por esse facto, se sentiria feliz se visse assegurado não só o seu futuro como o dos seus entes queridos”.

Entre as suas obras literárias destacam-se *Contos para miúdos e graúdos* e *Maria do Rosário*. Escreveu livros técnicos sobre o Pinhal, como *As Árvores, Fogos* (publicado pela Direcção dos Serviços Florestais e Aquícolas) e, sobretudo, a grande obra *O Pinhal do Rei*, livro que faz toda a história do Pinhal e de alguns factos de interesse na vida da Marinha Grande. Com fins beneficentes (ajuda ao Grémio Florestal) escreveu também a revista *O Pinhal Real*.

O povo da Marinha Grande prestou-lhe, por intermédio da sua autarquia, devida homenagem póstuma, atribuindo o seu nome a uma moderna avenida da Marinha Grande e a um Parque infantil em S. Pedro de Moel, praia que engrandeceu com a cedência de parcelas do grande Pinhal.

António Arala Pinto faleceu em Lisboa, no dia 30 de Março de 1959. Foi casado com D. Maria Felismina Arala Pinto, também pessoa bondosa e caritativa sempre pronta a ajudar as famílias mais carenciadas.

Eng.º Acácio António de Almeida Amaral

Nasceu em Cinco Vilas, Figueira de Castelo Rodrigo, a 27 de Janeiro de 1916.

Engenheiro silvicultor, formado em 1939 no Instituto Superior de Agronomia, veio para a Marinha Grande, em Março de 1948, para adjunto da Circunscrição Florestal, depois de ter sido colocado na Administração das Matas de Bragança. Três anos depois, foi nomeado Chefe da Circunscrição devido à ausência forçada, por doença, do seu antecessor.

Com a sua visão pragmática sobre os problemas do Pinhal e mostrando grande interesse pelo seu rendimento, foi introduzindo novos sistemas administrativos, modificando algumas técnicas de exploração e acabando com tudo o que era supérfluo para a economia

da Mata. Procurou instituir uma silvicultura moderna, com vista à obtenção de árvores produtoras de melhor madeira e ao aumento da produção por unidade de superfície.

Algumas das suas decisões foram contestadas, como os cortes rasos que desnudaram algumas zonas de Pinhal, a transformação da “Ponte Nova”, o abandono a que votou alguns sítios aprazíveis, como o Tromelgo, as Árvores, a Valdimeira, etc., (de onde mandou retirar as mesas com vista, segundo explicou no *Jornal da Marinha Grande* em Julho de 1957, a evitar a destruição de novas árvores recentemente plantadas), a venda do comboio de lata. Por outro lado, foi bastante louvado por algumas obras, como a desagregação da surraipa, a construção ou renovação de muitos quilómetros de estradas florestais, a montagem de uma moderna serração mecânica em Pedreanes, a construção de vários grupos de moradias para residência dos trabalhadores florestais. O rendimento da Mata passou de 14 579 contos em 1970 para 61 590 contos em 1979.

Aposentou-se em 27 de Janeiro de 1986.

C. Figuras ligadas à indústria vidreira

Guilherme Stephens

Súbdito inglês, admite-se que tenha vindo para Portugal em 1752 (é nesse ano que aparece registado na Feitoria Inglesa) estabelecer-se como comerciante. Um pouco mais tarde juntaram-se-lhe três irmãos: Luís, João Diogo e Filadélfia.

Era filho de Oliver Stephens, mas desconhece-se o nome da mãe. Admitem alguns historiadores que os irmãos João Diogo, Luiz e Filadélfia não sejam filhos da mesma mãe, pois a diferença de idade entre Guilherme e eles é muito grande. A sua morte está também rodeada de certo mistério, não se sabendo se ocorreu em Portugal ou na Inglaterra. Joaquim Barosa, no seu livro *Memórias da Marinha Grande*, diz: “... faleceu em Londres, para onde foi mais sua irmã de regresso, procurar alívio à sua saúde, em 1802”. Mas, apesar dos esforços feitos para isso (o último foi feito por Carlos Vitorino da Silva Barros, autor do livro *Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande*, publicado em 1969 para comemorar o II centenário do estabelecimento), ainda não se conseguiu conhecer concretamente o que foi a sua vida no período anterior à sua vinda para Portugal, nem o local e a data do seu nascimento. O mesmo acontece com os últimos tempos da sua vida, desconhecendo-se a data exacta do seu falecimento e onde se teria verificado (admite-se que tenha sido em Londres por volta de Maio de 1803).

Guilherme Stephens perdeu todos os seus haveres no fatídico terramoto de 1 de Novembro de 1755.

Um ano mais tarde, em face da necessidade de cal para a reconstrução de Lisboa, pede para montar uma fábrica destinada à sua produção. Nesse requerimento, prometia não usar como combustível lenhas, que faziam falta à cidade, mas sim carvão de pedra que importaria da Inglaterra. Pedia também a isenção de direitos sobre esse carvão e o exclusivo dessa importação por 15 anos. Em 1761 chegou a utilizar carvão extraído por Guilherme Elsdén das minas do Cabo Mondego. O Alvará foi-lhe concedido nas bases pretendidas e a fábrica construída em Alcântara, com dinheiro emprestado pelo Estado, a amortizar em cal. Chegou a trabalhar com 16 fornos.

Mas a fábrica seria forçada, quando afrouxaram as obras de reconstrução de Lisboa devido à Guerra com a Espanha, a reduzir a sua produção (passou para somente 3 fornos)

agravando-se a sua situação tanto mais quanto o Estado não pagava parte dos fornecimentos nem consumia regularmente os *stocks*. Guilherme Stephens foi levado à falência e viu todos os seus bens penhorados. De novo na miséria, suplicou ao rei que lhe mandasse pagar alguma coisa por conta dos 1 189 moios de cal já fornecida, pois já tinha sido obrigado a vender os móveis de sua casa para o sustento da família, composta por irmãos mais novos e órfãos. Só em 1764 o Rei o mandou socorrer na forma pedida, pagando-lhe a cal e estudando a utilização do consumo da que ainda possuía. Em 1767 Stephens pede e obtém prorrogação por vinte anos da exploração dos fornos de cal.

Só em 1769 se volta a falar de Guilherme Stephens, quando vem para a Marinha Grande restaurar a Real Fábrica de Vidros (ver o capítulo sobre Vidro).

Independentemente de ter vindo a seu pedido ou a mandado régio, foi nesta pequena aldeia que Guilherme Stephens atingiu o cume da glória, ao transformá-la no maior centro industrial do distrito. Aqui foi grande entre os grandes. Foi o maioral da região, o verdadeiro chefe, o exemplo vivo e fomentador da riqueza e do trabalho. Cuidava não só da fábrica mas também da vida dos seus operários, que gostava de ver felizes. Cultivava as boas relações com todos, que achava indispensáveis para o progresso da fábrica.

No País, e especialmente na Marinha Grande, ainda hoje, decorridos mais de dois séculos, o nome de Guilherme Stephens é falado com respeito e admiração. Foram-lhe prestadas várias homenagens.

Certo dia, quando festejava na companhia de amigos um dos seus aniversários, o pessoal da fábrica subiu ao Palácio para o cumprimentar, lendo um empregado da fábrica o seguinte soneto:

*Devidamente gratos e contentes
Desejamos render-vos submissões,
Obséquios, aplausos e atenções
Dignas de nossos peitos reverentes.*

*Também erguer estátuas excelentes
Pirâmides, obeliscos e inscrições
Vítimas, Holocaustos e Oblações
Que podem produzir as gratas gentes.*

*Não é fácil obter o pretendido
Só temos a mais pura lealdade
Do terno coração já oferecido.*

*Este, Senhor, deseja na verdade
Aos anos vossos, giro bem comprido
Em boa paz e muita prosperidade.*

Quando, em 1900, foram pela primeira vez atribuídos nomes às principais ruas da Marinha Grande, foi posto o nome dos Stephens à maior praça da vila, situada em frente da fábrica. Também o Teatro da Marinha Grande, construído no interior da Fábrica por sua iniciativa, tem o nome de Stephens. O mesmo nome tem, em Lisboa, o Largo onde viveu.

Também a Escola Industrial usou durante décadas o nome de Guilherme Stephens. Finalmente, a Fábrica que em 1769 restaurou tem desde 1954 a denominação de “Fábrica-Escola Irmãos Stephens”.

João Diogo Stephens

Irmão de Guilherme Stephens, nasceu em Inglaterra na cidade de Exeter, a 29 de Janeiro de 1748, filho de Oliver Stephens e Joana Smith. Tinha três irmãos.

Tendo ficado órfão, foi recolhido no Hospital de Cristo, em Londres, onde se manteve até aos seis anos.

Faleceu em Lisboa no dia 12 de Novembro de 1826. Não deixou descendentes.

Por volta de 1754, veio para Lisboa viver com os irmãos. Pelas razões já expostas nas notas bibliográficas de Guilherme Stephens, João Diogo passou a mocidade cheia de dificuldades, amenizadas pelo afecto de Guilherme pelos irmãos, que educou e preparou para a vida.

Em 12 de Dezembro de 1776, João Diogo foi admitido como membro da Feitoria inglesa em Lisboa, mostrando grande capacidade para os negócios. Chegou a ser uma figura preponderante na banca de Lisboa, devido às acções de que dispunha nas fortes organizações do País e estrangeiras. Representava a Fábrica em Lisboa.

João Diogo sempre teve pelo irmão grande respeito e admiração, deixando-lhe toda a iniciativa em relação aos problemas da Fábrica. Logo que teve conhecimento da sua morte, mandou encerrar o seu escritório em Lisboa e recomendou que ninguém lá entrasse. Só vinte e três anos depois os seus próprios testamenteiros lá entraram, encontrando vários documentos já sem valor, entre os quais “letras” por cobrar.

João Diogo Stephens nunca esqueceu as dificuldades por que passou na sua meninice e adolescência, o que reforçou em si uma personalidade forte no campo social. Criou na fábrica uma obra social ímpar; aquando da carestia de 1801, mandou importar milhares de alqueires de milho, que distribuiu gratuitamente; aquando da guerra com Espanha⁵⁹, ofereceu voluntariamente ao Estado a importante quantia de 15 000 cruzados para acudir às dificuldades originadas por esse conflito, que punha em risco a independência do País.

Como se sabe, João Diogo Stephens deixou a Fábrica à Nação Portuguesa. O seu testamento vem publicado na íntegra no livro comemorativo do II Centenário da Real Fábrica de Vidros.

Ao contrário do seu desejo, não está sepultado ao lado do seu irmão Guilherme, mas sim do outro irmão, Luiz, ambos colocados no mausoléu mandado erigir pelo primo e testamenteiro Charles Lyne Stephens, no Cemitério Inglês de Lisboa, onde está registado o seguinte epitáfio:

“Sacred to the memory of John James Stephens, Esq., who has born at Exeter, 29 Jan. 1748, old style, died at Lisbon, 12 Nov. 1826, new style, always unostentatious but ever conspicuous, for Honour and Integrity, Benevolence, Hospitality and affability, and for the most extraordinarily Equability an Placidity of Temper. For these he may be equalled, he cannot be exceeded. This token of love and esteem was created by this devotes and faithful cousin and companion of many years.”

Também a Marinha Grande chorou a morte de João Diogo Stephens.

A edilidade marinhense não esqueceu o insigne inglês, atribuindo o seu nome a uma artéria da Vila mais vidreira de Portugal.

Doutor Engenheiro Acácio de Calazans Duarte

Foi director técnico e administrativo da Nacional Fábrica de Vidros (hoje FEIS), durante cerca de 37 anos, conseguindo em poucos anos restaurá-la da difícil situação em que se encontrava quando lhe foi entregue, em 27 de Junho de 1924. (Ver o capítulo sobre Vidro.)

Calazans Duarte, que foi cognominado pelos trabalhadores da fábrica como “Restaurador”, bem merece o respeito que ainda hoje a Marinha Grande lhe vota.

Era natural de Aljezur, Algarve, onde nasceu em 15 de Fevereiro de 1889. Formou-se em Engenharia Química em Lisboa e doutorou-se em Físico-Químicas por universidades suíças. Ao serviço do Estado, esteve dois anos em Moçambique (Umbezezi) e foi secretário do Ministro do Comércio e Comunicação. Exerceu também o professorado na Escola Industrial Afonso Domingues, em Lisboa.

Homem superior, muito culto, de fino trato, bondoso embora por vezes austero, não se limitou à restauração da Fábrica. Foi pedagogo, fundando uma escola primária na Fábrica, incentivando o desenvolvimento da Escola Industrial, de que foi director e onde ministrou a cadeira de Tecnologia Vidreira, e a criação do ensino liceal, no colégio Afonso Lopes Vieira, fundado pela Dr^a Josefa Violante Soares da Rocha. No campo social, foi co-fundador do Fundo Industrial Vidreiro de Assistência Social e fez parte da Direcção da Caixa de Previdência do Pessoal da Indústria Vidreira. Foi grande conferencista, tendo realizado inúmeras palestras versando temas muito variados.

A Marinha Grande e os trabalhadores da Fábrica prestaram-lhe várias e significativas homenagens. A mais justa foi-lhe prestada pela Câmara Municipal, que o fez “Cidadão Honorário da Marinha Grande” e atribuiu o seu nome à Praceta onde viveu os últimos tempos da sua vida.⁵⁶⁰

Faleceu na Marinha Grande, onde fez questão de ficar sepultado, em 31 de Maio de 1970.

António Augusto Dias de Freitas (conde de Azarujinha)⁵⁶¹

Nasceu em Azaruja, no Alentejo.

Foi agraciado com o viscondado em 25 de Agosto de 1870 e mais tarde feito conde.

Veio para a Marinha Grande em 1864, como arrendatário da Fábrica Stephens, onde se manteve durante trinta anos. Fundou depois a Fábrica Nova, em 1895.

José Ferreira Custódio⁵⁶²

Pai do político do mesmo nome, fundou três fábricas de vidro, em 1870 e 1874 (uma na Marinha Grande, Guarda Nova, e outra no Vale Salgueiro, próximo da Maceira).

António José de Magalhães Júnior

Nasceu na Marinha Grande em 26 de Maio de 1852, filho de António José de Magalhães e de Ana de Jesus Maria, oriundos da Vista Alegre.

Industriado por seu pai, ainda muito novo, na difícil arte da vidraria, na Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande, foi grande não só como florista-gravador mas também como desenhador-construtor, serralheiro-maquinista, químico vidreiro e cristaleiro. Esse grande feixe de conhecimentos conseguiu-o por ser dotado de um espírito observador nato e de grande habilidade manual, que tudo o que fosse inovação reproduzia. Seguiu sempre interessado os ensinamentos de classificados mestres estrangeiros trazidos pelo conde de

Azarujinha quando arrendatário da Real Fábrica. Depois de saírem da Fábrica o director João Augusto de Castro e o administrador-gerente A. Correia da Silva Marques, por falecimento, em 1883, Azarujinha entregou a responsabilidade do estabelecimento a António José de Magalhães Júnior.

Quando, em 1894, terminou o contrato de arrendamento da Real Fábrica ao conde de Azarujinha e veio novo arrendatário, A. J. Magalhães Júnior mostrou interesse em montar, juntamente com os amigos (que tinham sido seus empregados) João Francisco Alves, Joaquim Matias Pedrosa e José Ferreira Gândara Júnior, uma pequena fábrica para fabrico de cristal. O conde de Azarujinha forneceu o capital, não para uma pequena mas para uma grande vidreira, assim nascendo a Fábrica Nova, cuja construção, iniciada em 15 de Abril de 1894 sob concepção e direcção de A. J. Magalhães, entrou em laboração em 5 de Janeiro do ano seguinte.

Mais tarde, em 3 de Dezembro de 1914, convidado por numeroso grupo de amigos, Magalhães Júnior iniciou finalmente a construção da pequena fábrica que anos antes sonhara para produzir cristais: a fábrica Marquês de Pombal, da sociedade Magalhães & C^a, que entrou em laboração no dia 20 de Agosto de 1917 - ao que infelizmente António José de Magalhães Júnior, que falecera em 24 de Junho de 1917, já não pode assistir.

Foi também grande lutador pela restauração do concelho da Marinha Grande. Fez parte, em 1893, da vereação da Câmara Municipal de Leiria, onde defendeu os interesses da sua freguesia.

Por todos os seus feitos na defesa e desenvolvimento da indústria vidreira foi agraciado em 1892, pelo rei D. Carlos, com a comenda de Cavaleiro da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Joaquim de Oliveira

Marinhense por nascimento, veio à luz do dia em 23 de Outubro de 1858.

Foi mestre da oficina de lapidação da Real Fábrica da Marinha Grande (hoje FEIS). Honrou a sua profissão e a sua terra, criando verdadeiras obras-primas na arte da lapidação.

Pelos seus méritos artísticos, foi escolhido para trabalhar a estrela em vidro que está colocada na Cruz Alta do Buçaco, considerada por muitos a sua coroa de glória. Aquando da visita da rainha D. Amélia à Marinha Grande, presenteou-a com uma garrafa de *toilette* lapidada por si, que causou admiração.

Foi agraciado com a comenda de Cavaleiro da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo, pelo rei D. Carlos, aquando da sua visita em 1892 à Marinha Grande.

Tal como muitos outros valores que passaram pela indústria vidreira, também ele tem sido esquecido, tanto na fábrica que dignificou como pelas autoridades.

Somente quando se fundou a Escola Industrial nesta vila foi convidado para mestre de lapidação, reconhecendo-se o valor extraordinário do velho artista.

Morreu em 23 de Julho de 1929, com 71 anos.

Acácio das Neves Morais Matias

Nasceu na Marinha Grande em 16 de Maio de 1898, filho de José Morais Matias e de Irolinda Ribas das Neves.

Tal como seu pai, cedo se começou a dedicar à nobre indústria do vidro, iniciando-se como aprendiz vidreiro na fábrica Marquês de Pombal, onde seu pai era oficial.

Aos 12 anos de idade, já os seus companheiros preferidos eram os livros de química e

os tratados sobre vidro. Procurou sempre o contacto com técnicos de vidro estrangeiros, leu tudo o que se relacionava com a técnica do vidro e pesquisava através de experiências persistentes os segredos desse material. Assim se tornou num dos melhores técnicos do seu tempo.

O seu nome foi famoso, o que o levou a ser disputado por vários industriais portugueses e espanhóis. Assim, trabalhou como técnico nas fábricas: Gaivotas, em Lisboa, Fábrica de Garrafas de Vila Nova de Gaia, Companhia Industrial Portuguesa (hoje IVIMA), Fábrica Portuguesa de Vidraça Prensada ("Bengalas"), Fábrica Lusitana (ultimamente Angolana), Fábrica Marquês de Pombal (hoje CRISAL da Marinha), FAPAE (*Philips* do Engenho), Fábrica Portuguesa de Vidro Neutro, Centro Vidreiro do Norte de Portugal (Oliveira de Azeméis), Alvarez & Filhos, (Vigo, na Espanha).

Contam-se muitos feitos do seu valor técnico: "Quando a *Philips* iniciou o fabrico de ampolas para as lâmpadas, na Marinha Grande, ciosa dos seus créditos, mandou os seus engenheiros, por não acreditar existirem cá técnicos capazes. Ao verificarem, porém, a facilidade e brilho com que Acácio Morais se havia, esses engenheiros voltaram à origem, dizendo: 'Nada aqui temos a fazer'".

"Quando se instalou a fábrica de vidraça Prensada, surgiu o problema da têmpera da chapa que se produzia. A chapa saía mal recozida e por isso partia-se. Economicamente era um desastre, daí que o sócio maioritário, José Emílio de Magalhães, tenha chamado Acácio Morais para resolver o problema. Tão bem o fez, que o senhor Magalhães, em reconhecimento do seu trabalho, dividiu a sua quota com o Acácio."⁵⁶³

Acácio de Morais foi um homem generoso, tão generoso que talvez se lhe pudesse chamar até perdulário. Ganhou muito dinheiro, mas talvez tivesse sido pouco para satisfazer os seus desejos de minorar desgraças. Deve ter sido o marinhense com a alma mais bondosa e caritativa. Os pobres sentiam-se ricos ao pé dele, embora por vezes fosse impulsivo, mas sempre justo.

Morreu a 24 de Fevereiro de 1954. O seu funeral, uma das maiores manifestações de pesar e dor realizadas na Marinha Grande, juntou milhares de pessoas, ricos e pobres, industriais e trabalhadores, da sua terra e de muitos outros pontos do País.

Embora tenha tido, como toda a gente, os seus defeitos, mas recheado de boas qualidades positivas, é estranho que as autoridades marinhenses nunca tenham perpetuado o seu nome, colocando-o numa artéria da terra que tanto amou.⁵⁶⁴

João da Silva Reis

332

Não sendo marinhense por nascimento, pois nasceu em Lisboa, no dia 9 de Janeiro de 1910 (a sua família era oriunda de Angeja, Aveiro), João da Silva Reis veio a ser um grande marinhense por coração.

Foi gerente industrial da fábrica da Companhia Industrial Portuguesa (hoje IVIMA) durante cerca de 25 anos. Era um autodidacta, visto que, iniciando a sua vida profissional com o simples curso da Escola Comercial Veiga Beirão, veio a revelar-se e a adquirir cultura e conhecimentos de grande valor, através de muito estudo. Aprendeu sozinho inglês, francês, filosofia e história. Teve ainda tempo para ler tudo o que se havia publicado sobre a indústria vidreira, o que o levou a dominar os seus problemas técnicos.

Homem de rara inteligência, excepcionais qualidades de trabalho, trato cativante e uma bondade tantas vezes comprovada, procurou sempre distribuir justiça compatível com as possibilidades da indústria, procurando dignificar a condição dos trabalhadores,

que viam nele não o patrão mas sim o colega amigo, sempre pronto a tolerar, ensinar e ajudar.

Com o seu espírito organizado e organizador, dedicou grande actividade aos problemas da indústria vidreira, lutando persistentemente pelo seu desenvolvimento técnico, económico e social. Fez parte do Grémio Nacional da Indústria Vidreira. Colaborou na montagem e direcção da Caixa de Abono de Família e da Caixa de Previdência. Ajudou a criar o Fundo Industrial Vidreiro de Assistência Social, de que foi o primeiro presidente e cujo objectivo era a protecção aos filhos dos trabalhadores vidreiros. Fundou a Comissão Abastecedora de Lenhas. Colaborou na fundação do CIVE (Comércio Industrial de Vidro para Exportação). Aquando do fecho da fábrica Angolana, que deixou sem trabalho algumas centenas de trabalhadores, colaborou na resolução desse problema. Fundou a cooperativa de consumo da fábrica e criou aí um posto médico modelar, dirigido pelo Dr. Aníbal Guedes Coelho e assistido por um enfermeiro, assim como uma creche que ajudou a minorar os problemas das trabalhadoras com filhos.

Também no campo cultural fez obra de vulto. Foi dinamizador e ensaiador teatral. Com o seu amigo eng^o Rafael de Magalhães, foi o renovador do jornalismo marinhense, criando no *Região de Leiria* uma folha marinhense, que dirigiu durante alguns anos e que veio a incentivar a criação de outros jornais. Foi o grande obreiro da continuação do Colégio Afonso Lopes Vieira, vencendo, como presidente da Comissão Administrativa, uma grave crise financeira da instituição.

Ainda na sua mocidade, João Reis privara num círculo de amigos como o eng^o Lopes Raimundo, Pulido Valente, José Rodrigues Miguéis, Aboim Inglez, etc., tendo adquirido um espírito liberal e altruísta, defensor dos ideais socialistas e democráticos. Aureolado de homem idealista, trabalhador honesto e principalmente bom, todas essas qualidades vieram a ser confirmadas durante os anos em que se manteve na Marinha Grande.

Quando em 1955 foi chamado para Lisboa, para a administração da IVIMA, os empregados desta fábrica, os amigos, os industriais de vidro e as autoridades prestaram-lhe a merecida homenagem, em que se lembraram as suas acções em prol da indústria vidreira e noutros campos de actividade. João Reis disse então, entre outras coisas:

"Quando olho para trás vejo-me a defender ideias que reputava como as melhores, diante da minha maneira de ver. A "dama" que tinha erguido foge-me agora das mãos, como aliás tantas fogem. É uma amargura de alma que perde uma mocidade atrás de ideias loucas, é uma amargura do coração. Poderei preparar-me para novas tarefas com o coração já frio e cansado? O destino o dirá!..."

Ao pronunciar estas palavras, João da Silva Reis deixava transparecer a amargura com que abandonava a Marinha Grande, que ele tanto amava, e a obra a que durante mais de vinte anos dedicara todo o seu amor, integridade e honestidade.

Morreu em 14 de Dezembro de 1964 num brutal acidente de viação, ao serviço da Ivima. Deixou a família em péssimas condições financeiras, apenas com um seguro de vida contra acidentes pessoais, pois nunca se quis aproveitar das condições que o seu alto cargo lhe proporcionou para fazer fortuna. A empresa, apesar das missas que mandou rezar, das grandes participações nos jornais e das promessas feitas aos filhos, acabou por nada fazer.

A Marinha Grande fica a dever a João da Silva Reis a homenagem que merece, dando o seu nome a uma rua, para perpetuar no tempo aquele que em vida foi um grande marinhense.⁵⁶⁵

Joaquim Duarte de Carvalho

Foi um dos grandes artistas cristaleiros nascidos na Marinha Grande.

Nasceu em 7 de Fevereiro de 1906, filho de Ernesto Xavier de Carvalho e de Mariana de Jesus Carvalho.

Iniciou-se na indústria vidreira em 1917, tinha então somente 11 anos, na antiga Fábrica Marquês de Pombal (hoje CRISAL da Marinha Grande).

Joaquim Duarte de Carvalho, que teve como mestre o grande cristaleiro José Morais Matias, já aos 17 anos de idade mostrava grande habilidade, cortando um jarro como qualquer mestre. Executou, conjuntamente com o mestre José Roque, muitas das peças que figuraram na Exposição do Rio de Janeiro, em que a Fábrica Marquês de Pombal foi louvada.

Além de mestre vidreiro, Duarte de Carvalho foi um virtuoso para as artes. Foi saxofonista na velha filarmónica da Fábrica Marquês de Pombal, fundador da *Troupe Jazz Os Pinantes*, onde tocou também saxofone, fez parte dum grupo de teatro que todos os anos representava o “enterro do bacalhau” e ainda hoje, com 79 anos de idade, colabora na indústria vidreira.⁵⁶⁶

Justino Marques de Magalhães

Nasceu na Marinha Grande, no dia 17 de Dezembro de 1906, filho de Conceição do Rosário Marques e de António Neto de Magalhães.

Descendente de uma família de artistas vidreiros, oriundos da Vista Alegre, Justino de Magalhães foi um dos maiores gravadores à roda (florista) que passou pela indústria vidreira. Artista multifacetado e de rara sensibilidade artística, alguém um dia, com rara propriedade, o apodou de Príncipe da indústria vidreira.

A sua maneira de encarar a vida, o trato com os colegas de trabalho e com os amigos, granjearam-lhe uma auréola de admiração e respeito. Homem do mundo, com uma filosofia muito pessoal e um toque saboroso de boémio, foi uma figura marcante para uma geração de artistas vidreiros e dele não se esquecerá facilmente o chiste, a pilhéria, os conceitos que fazia da sociedade e a maneira “desenrascada” e desinibida como saía das situações menos agradáveis.

Sem escola e sem bases de cultura artística, sem fontes de pesquisa, entregue a si próprio (aliás como acontecia, infelizmente, à grande maioria dos artistas vidreiros) valia-se do seu dom natural para realizar obras que ainda hoje são consideradas de rara beleza, jóias na arte da gravura à roda, profissão das mais nobres que há na indústria vidreira e que infelizmente se está a perder por falta de escola (cabe à Fábrica-Escola Irmãos Stephens olhar para essa lacuna, criando o ensino dessa linda arte)⁵⁶⁷.

Foi seu mestre o grande artista João de Magalhães, que o considerou “o maior de entre os maiores artistas na gravação de vidros”.

Justino de Magalhães nunca deixou de reproduzir obras que lhe apareciam e que eram consideradas irrealizáveis. O antigo administrador da Fábrica Nacional, Doutor Calazans Duarte, dizia da sua arte: “Um artista excepcional numa das artes mais nobres e apreciadas”.

A sua figura foi imortalizada num quadro a óleo de Mestre Capucho, que se encontra no Salão Nobre dos Paços do Concelho.

Também a edilidade marinhense não esqueceu este grande artista, atribuindo o seu nome a uma rua da Vila.⁵⁶⁸

Aires Roque⁵⁶⁹

Nascido em Lisboa, em 6 de Novembro de 1901.

A sua mocidade foi passada, por razões familiares, entre a Marinha Grande, onde foi aprendiz vidreiro na actual IVIMA, e Lisboa, onde aprendeu o ofício de serralheiro. Foi trabalhar em 1922 para a Fábrica Nacional, na época em que era dirigida por uma Comissão Administrativa.

Em 1924, já com a presença de Calazans Duarte na Fábrica, iniciou aí o fabrico de moldes. A forja da Fábrica, contudo, não podia temperar satisfatoriamente os moldes, que tinham de suportar elevadas temperaturas. Montou então uma oficina em Lisboa, na R. Luz Soriano, em 1926, onde descobriu uma nova liga, mais resistente.

Em 1934 introduziu na indústria de vidros as máquinas semiautomáticas para frascaria. Cerca de 1947, introduziu também as máquinas de acabamento a quente. Instalou máquinas em muitas fábricas. Com o engº Calazans Duarte, retomou a laboração da antiga Fábrica do Açúcar, em 1944-47.

Neste último ano, vendeu ao seu irmão, Aníbal H. Abrantes, a fábrica de moldes que tinha montado. Esteve depois em Moçambique. De volta em 1961, comprou a INA (plásticos) e mais tarde a FAVILDA, com a qual trabalhou até se aposentar, em 1975.

Família Alves (fornalistas e fabricantes de refractários)⁵⁷⁰

António Francisco Alves projectou e construiu fornos para a indústria vidreira, tanto em Lisboa, nas Gaivotas, como na Marinha Grande, onde construiu o primeiro forno da Santos Barosa. Dotado de espírito empreendedor e de grande inteligência, procurou junto dos técnicos franceses e do suíço H. Dunant, com quem trabalhava, aprender o máximo sobre a técnica da construção dos modernos fornos.

Incentivado por esses mestres estrangeiros a montar em Portugal uma olaria cerâmica para o fabrico de acessórios para os fornos, como tijolos, tijoleiras e pedras refractárias, escolheu a Marinha Grande, região em que existiam a sílica, o seixo e o barro refractário, produtos essenciais para o seu fabrico.

A pequena olaria foi montada na antiga Av. Conde de Azarujinha (hoje Av. 1º de Maio) onde mais tarde o seu neto Joaquim Dinis Alves construiu a sua vivenda.

Por morte, António Francisco Alves deixou a pequena olaria a seus filhos Rudolfo Dinis Alves, que com ele trabalhara como aprendiz na arte de pedreiro de fornos e que veio a revelar-se grande técnico fornalista, frequentemente chamado pelos industriais vidreiros portugueses e pelos espanhóis de Vigo, e a Joaquim Dinis Alves, que seguira a arte de vidreiro como estendedor de vidraça.

Mais tarde, o primeiro montou uma nova cerâmica, na R. das Portas Verdes, que se desenvolveu e teve importante acção no mercado vidreiro. Por sua morte, a fábrica passou a ser administrada por seu genro, José Maria Nascimento, que a vendeu, em 1983, à Abrigada - Companhia Nacional de Refractários, SARL.

Quanto à pequena olaria com que se iniciou em Portugal a indústria dos refractários, montada por António Francisco Alves e que acabou por ficar na posse do seu filho Joaquim D. Alves, foi singrando cautelosamente mas com determinação. Além da indústria vidreira, procurou e desenvolveu o fabrico de refractários para outras indústrias, como fundições de ferro, fornos de cimentos, cerâmicas e porcelanas.

Por morte de Joaquim Dinis Alves a fábrica passou para a posse de seu filho, mais conhecido por "Quim Alves", que lhe imprimiu grande desenvolvimento, implantando

técnicas avançadas que substituíram a pequena olaria montada muitos anos antes por seu avô. Essa nova fábrica, montada na Rua Vasco da Gama (ao Casal dos Ossos) desenvolveu-se rapidamente por passar a ser a principal fornecedora da Siderurgia Nacional e das fábricas cimenteiras. Falecido o dinâmico “Quim Alves”, passou a fábrica a ser dirigida por seus filhos, que têm sabido continuar a obra fundada pelo bisavô.

Família Sousa (“Avós”)

Outra família também muito dedicada à arte da construção de fornos foi a dos Sousas do Pero Neto, mais conhecidos pelos “Avós”.

José de Sousa (o “Zé da Avó”) especializou-se na construção de chaminés. A grande maioria das chaminés construídas na região, tanto para fornos de vidro como para cerâmicas, foram construídas por ele. Sempre acompanhado por seu filho Manuel (o célebre “Manuel da Avó”, figura popular e carismática da Marinha Grande, a quem seu pai transmitiu todos os conhecimentos adquiridos ao longo da sua carreira), foi também fornalista de valor, sempre atento ao progresso da sua actividade.

D. Figuras ligadas à actividade cívica ou associativa

Joaquim Carvalho d'Oliveira

Nascido em 18 de Outubro de 1882, na Marinha Grande, entrou para bombeiro aos dezoito anos, aquando da fundação da Associação. Poucos anos depois foi escolhido para comandante do Corpo Activo, lugar que desempenhou até à sua morte, verificada, com grande consternação, em 14 de Junho de 1939. Toda a sua vida particular a dedicou à causa dos Bombeiros, a que se consagrou de alma e coração.

Homem inteligente e activo, simples e bondoso, respeitado e respeitador, Joaquim Carvalho d'Oliveira grajeou na Marinha grande simpatia. A ele se ficam a dever prestimosas obras para engrandecimento dos Bombeiros, como a cedência do velho Teatro Stephens para ser explorado pela Associação e mais tarde o restauro daquela velha casa, a cuja inauguração infelizmente não assistiu.

Também na indústria vidreira foi figura prestigiada, iniciando a sua vida de trabalho, ainda muito novo, como aprendiz de lapidário, na Fábrica Stephens, onde desempenhou mais tarde o lugar de encarregado geral.

Conta-se (*Notícias da Marinha Grande*, de 29 de Junho de 1939) que a Joaquim Carvalho d'Oliveira se deve o facto de a fábrica não ter sido encerrada quando, por volta de 1922, passou pela crise mais aguda da sua vida: laboração quase parada, dezenas de contos de salários em atraso e sem dinheiro para pagar a fornecedores. A situação era crítica, e a Comissão Administrativa, na altura composta por trabalhadores, cuja autoridade máxima era o encarregado geral, Joaquim Alves (por os delegados do Governo e da Câmara terem abandonado as suas funções) propusera, em plenário, encerrar a Fábrica e entregar a chave ao Administrador do concelho. Aí fez-se ouvir a voz de Joaquim Carvalho d'Oliveira, para se insurgir contra essa proposta, dizendo que seria o fim de tudo, e propondo-se ir a Lisboa tratar do assunto junto dos poderes públicos, onde tinha amigos e boas relações. De facto, mais tarde o Governo reestruturou a Comissão Administrativa e nomeou seu dele-

gado o eng^o Calazans Duarte, que aos poucos a transformou numa cristalaria de nível europeu.

A título póstumo, as autoridades concelhias atribuíram o nome de Joaquim Carvalho d'Oliveira a uma das principais artérias da vila, e a Administração da Nacional Fábrica de Vidros mandou colocar no átrio do Teatro Stephens um baixo-relevo com a sua efígie, executado pelo escultor marinhense Joaquim Correia.

Álvaro dos Santos Barros

Nasceu em Lisboa em 23 de Fevereiro de 1892, filho de António Barros e Emília dos Santos Barros, e faleceu na Marinha Grande em 22 de Agosto de 1956.

Por trazer na sua bagagem, ao vir para a Marinha Grande, o curso de guarda-livros, de que a terra muito carecia, fácil lhe foi empregar-se na então Fábrica da Boavista, de Guilherme Pereira Roldão⁵⁷¹. Em 1916 foi mobilizado como 1^o sargento do Corpo Expedicionário que seguiu para os campos de batalha da I Grande Guerra, onde participou na célebre e terrível batalha de *La Lys*, em 9 de Abril de 1918.

De volta à Marinha Grande, aqui constituiu família⁵⁷², casando com Augusta Salgueiro Roldão, filha do seu patrão, o qual mais tarde constituiu a firma Guilherme Pereira Roldão & Filhos, de que Álvaro dos S. Barros foi sócio-gerente, e à qual, juntamente com os seus cunhados José, António e Álvaro Salgueiro Roldão, soube imprimir grande dinamismo e relevância. Homem de espírito empreendedor, fundou várias sociedades industriais e comerciais, que dirigiu sempre com magnanimidade, quer em relação aos sócios quer aos empregados.

Foi um grande amigo da terra em vários campos sociais. Industrial probo e honesto, comerciante exemplar e, principalmente, um homem sempre aberto a ajudar as instituições humanitárias. Sempre pronto a ajudar o seu semelhante, dedicou-se de alma e coração à Associação de Bombeiros Voluntários. Pertenceu também a outras organizações, como a Liga dos Combatentes, a Liga dos Amigos de S. Pedro de Muel, o Fundo Industrial Vidreiro, etc.. Também por sua iniciativa se construíram no cemitério da Abegoaria os talhões destinados a sepultar os corpos dos ex-combatentes da Grande Guerra e dos Bombeiros Voluntários.

Mas foi na dedicação que voltou à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários que mais se distinguiu. A ele ficam a dever os Bombeiros a construção do seu primeiro quartel e a renovação do seu material.

Democrata confesso, fez parte da comissão marinhense de apoio à candidatura de Norton de Matos.⁵⁷³

João Órfão Soares⁵⁷⁴

Foi o primeiro comandante dos Bombeiros Voluntários.

Oficial vidraceiro, da “praça grande” - os mais hábeis e possantes oficiais de vidraça - muito considerado e estimado pelos industriais da época.

Veio a falecer em 1940, vítima de ataque cardíaco.

António Baptista⁵⁷⁵

Sempre devotou a Picassinos o maior carinho, trabalhando para o seu engrandecimento.

Está ligado a vários melhoramentos do lugar, como a primeira escola, a primeira estrada e a instalação de electricidade.

Foi Mestre Florestal. A rua onde nasceu tem hoje o seu nome.

E. Médicos

Dr. Pedro António Fragoso Viana

Exemplar e zeloso profissional, sempre pronto a acudir com desvelado carinho e amor a todos os doentes, teve acção meritória na resolução dos problemas ligados com a assistência médica e com a cultura.

Levantou o problema da construção de um Hospital municipal na Marinha Grande. Ajudou a fundar a útil Sociedade Filomática, criou escolas de música, uma pequena biblioteca e escolas nocturnas para ensino das primeiras letras, onde ele próprio era professor.

Como preito de homenagem à sua memória, o seu nome não foi esquecido aquando da primeira atribuição oficial de nomes às ruas da Vila, em 1900, sendo atribuído à rua situada entre o largo do Albuquerque e a rua das Flores, como ainda hoje se mantém.

Dr. Manuel Francisco Alves

Nasceu em 24 de Janeiro de 1874, na povoação de Cercal (Vila Nova de Ourém).

Depois de formado em Medicina pela Escola Médico-Cirúrgica do Porto, veio para a Marinha Grande, em 13 de Outubro de 1903, contratado pela edilidade leiriense, a quem pertencia administrativamente a freguesia da Marinha Grande, para aqui exercer a função de médico concelho. Tinha ordenado anual de 300 mil réis, com a obrigação de dar assistência médico-cirúrgica também às freguesias de Maceira e Amor.

Homem de rara inteligência, profissional competente, bondoso e filantropo, estava sempre pronto a ajudar os seus doentes, quer fossem ricos ou pobres, quer vivessem na freguesia ou em lugares distantes, para onde se deslocava a cavalo, de dia ou de noite, sempre solícito a acudir. Na maioria das vezes, em vez de receber dinheiro deixava-o para compra dos medicamentos.

Ficou conhecido como “pai dos pobres” pela sua acção meritória no combate à gripe “pneumónica”, nos anos de 1918-19, que fez milhares de mortos (chegaram a fazer-se diariamente funerais que incluíam vinte e mais caixões).

Não sendo filho da Marinha Grande por nascimento, dedicou-lhe toda a sua vida. Democrata fervoroso e lutador, fez parte dos partidos oposicionistas ao regime monárquico, lutando pelo progresso e desenvolvimento da vila. Fez parte das comissões formadas para a construção do Hospital e da Escola Industrial e para a restauração do concelho, tendo também, aquando da crise financeira de 1919, emprestado dinheiro à Comissão Administrativa da Nacional Fábrica de Vidros para pagamento aos operários.

Teve na sua esposa, D. Maria da Conceição Amaro Alves, a companheira de onde recebeu a possibilidade financeira das ajudas beneméritas que realizou.

Dentre os seus muitos amigos, destaca-se o Dr. João Soares, ministro do Governo republicano, a quem recorria muitas vezes, expondo-lhe as necessidades da terra.

A par da sua superior inteligência, era também irreverente e sarcástico, tendo alguns episódios curiosos. Baptizou de “comboio de lata” o pequeno comboio das Matas. Não tolerava bêbedos, pois nunca bebeu vinho; teve das primeiras motos que vieram para a Marinha Grande e conta-se que na primeira vez que andou nela teve que consumir toda a gasolina, percorrendo sucessivamente as ruas da Vila, porque não era capaz de a parar; usava por tudo e por nada a expressão “oh! oh! coiso!”.

Viveu primeiro no nº 24 do Largo Ilídio de Carvalho e, após o seu casamento, na casa

situada na actual rua 18 de Janeiro, nº 45, onde bem merecia que fosse colocada uma lápide evocativa do seu bom nome.

O Dr. Manuel Francisco Alves faleceu em 24 de Junho de 1926. O seu funeral constituiu a maior manifestação de pesar e dor até então realizada na Marinha Grande. Nele se incorporou praticamente toda a população, acompanhada pelas autoridades, bombeiros e crianças das escolas, que durante todo o trajecto iam deixando cair flores, última homenagem prestada ao homem que em vida sempre as adorou.

Logo após a sua morte, a CMMG prestou-lhe a homenagem devida, atribuindo o seu nome a uma rua da vila - nome que, inexplicavelmente, foi substituído anos mais tarde.⁵⁷⁶

Professor Doutor Virgílio Custódio de Morais⁵⁷⁷

Nasceu em 10 de Março de 1902, formando-se em Medicina em 1926.

Foi cirurgião dos hospitais desde 1932 e Professor de cirurgia desde 1945, subindo a Catedrático da Faculdade de Medicina de Lisboa em 1949. Dirigiu também o Serviço de Cirurgia do Hospital de S. José e a Urgência do Santa Maria.

Foi agraciado pela França com as insígnias de Grande Cavaleiro da Legião de Honra. Aposentou-se em 1970.

Dr. Aníbal Couceiro Guedes Coelho⁵⁷⁸

Foi um dos primeiros médicos nascidos na Marinha Grande e que aqui exerceu a sua profissão.

Formado em Coimbra, especializou-se em Tisiologia.

F. Figuras ligadas à arte e à literatura⁵⁷⁹

João Pereira Correia

Nasceu em 13 de Abril de 1883, na Figueira da Foz. Foi educado num seminário de Coimbra até aos 18 anos. Frequentou depois a escola Brotero, também em Coimbra, onde contactou com o meio artístico local.

Vai depois para Lisboa onde, sem emprego e sem recursos financeiros, leva uma vida difícil: desenha pelos cafés. Entra no meio artístico, onde conhece Stuart Carvalhais, Silva Porto e Manini. Esses contactos levam-no ao campo do teatro, como ajudante de cenógrafo. Trabalha também na Fábrica de Louças de Sacavém, como desenhador e pintor de louça e, aos fins de semana, dedica-se à pintura de paisagens, em convívio com outros artistas.

Entretanto, é convidado para vir trabalhar na Marinha Grande, na Real Fábrica de Vidros. Aqui se radica, pois encontra um ambiente propício à realização dos sonhos da sua vida: o campo artístico. Desenvolve o desenho e a pintura dos vidros, criando escola, participa no teatro amador da vila como cenógrafo e actor muito espirituoso. Devido ao seu espírito afável, cria com facilidade amizades.

Aquando de uma crise vidreira, e já a trabalhar na Fábrica Nova como chefe da oficina de concepção de modelos e decoração, montou, com Etur das Neves, uma oficina de pintura de vidros onde se executaram trabalhos de grande valor, principalmente em

vidraças. De volta à fábrica, depois de esta ter retomado a laboração, aí continua o seu trabalho de formação de artistas pintores de vidro. Visitou a Exposição Universal de Paris, enviado pela CIP, onde recolheu ideias muito úteis ao desenvolvimento da pintura dos vidros.

Nos tempos livres dedica-se à pintura a óleo, guache e aguarela. Participa numa exposição colectiva na Figueira da Foz, onde ganha uma menção honrosa.

João Correia nunca foi ambicioso. Trabalhava por gosto e nunca teve intuítos comerciais. Os seus trabalhos foram em grande parte oferecidos. A sua colaboração dada ao teatro, na execução de cenários, foi sempre graciosa.

Casou com D. Matilde de Oliveira, de quem teve dois filhos também grandes artistas: Joaquim Emídio de Oliveira Correia, professor e escultor da Escola Superior de Belas Artes, e Guilherme Correia, o melhor aguarelista e pintor de vidros da Marinha Grande.

João Pereira Correia morreu na Marinha Grande, em 14 de Maio de 1949.⁵⁸⁰

Professor Alberto Nery Capucho

Pedagogo e pintor de arte, viveu na Marinha Grande durante 42 anos.

Nasceu em Lisboa, em 1 de Abril de 1901. Casou com D. Irene Luz Sanches Capucho.

Formado nas Belas Artes com o curso da Escola Normal de Ensino de Desenho, iniciou o professorado nos Pupilos do Exército e na Escola Industrial Afonso Domingues.

A seu pedido, veio para a Escola Industrial Guilherme Stephens, na Marinha Grande, em 1931, reger a cadeira de Desenho Artístico e Industrial.

Exemplo de educação que nunca deixava de cumprimentar qualquer pessoa com quem se cruzasse, afável e respeitador no trato (nunca tuteava qualquer aluno, por mais modesto que fosse), Nery Capucho foi, além de grande mestre, um Educador incomparável. Pelas suas mãos passaram milhares de rapazes e raparigas, a quem ministrou ensino e educação, para que viessem a ser homens e mulheres preparados para enriquecer a Marinha Grande no campo de desenvolvimento industrial.

Foi também um grande amigo da Marinha Grande. A ele se ficam a dever obras de urbanização, a arquitectura e decoração do novo Teatro Stephens, o desenho do monumento aos mortos da Grande Guerra e inúmeras criações de peças artísticas para a indústria vidreira.

Igualmente foi um nome grande na arte da pintura. As suas telas são famosas, tendo sido apresentadas em várias exposições. Dos seus trabalhos não se esqueceu o retrato de Justino de Magalhães, adquirido pela Câmara Municipal e presentemente colocado no seu Salão Nobre, bem como o pano de boca do Teatro Stephens, evocativo das artes mais vincadas dos trabalhadores marinhenses. Foi também cenógrafo, pintando uma grande parte dos cenários das revistas locais levadas à cena no Teatro Stephens.

Alberto Nery Capucho, que dirigiu a Escola Industrial Guilherme Stephens da Marinha Grande entre os anos de 1934 e 1966, não foi esquecido pelos seus alunos, pelo povo em geral, pelas autoridades concelhias e pelo Governo. Foi alvo de uma grandiosa homenagem pública, em 1970, na qual estiveram presentes amigos e antigos alunos. Um retrato seu, executado por Guilherme Correia, antigo aluno, foi descerrado na sala nº 7 da Escola Industrial, onde ficará a testemunhar às gerações vindouras de alunos e professores o homem que com tanto amor se dedicou a esta terra e ao ensino. A uma das principais ruas da Marinha Grande, junto às escolas que dirigiu durante tantos anos, deu a edilidade marinhense o seu nome. Foi agraciado pelo Presidente da República com o grau de comendador da Instrução Pública.

Alberto Nery Capucho faleceu em Julho de 1973, com 72 anos, e está sepultado no cemitério da Abegoaria, na Marinha Grande.⁵⁸¹

António Maria de Campos Júnior

Foi romancista, jornalista e dramaturgo.

Açoreano por nascimento (nasceu em Angra do Heroísmo em 13 de Abril de 1850), viveu muitos anos na Marinha Grande, onde casou com D. Maria das Dores Ferreira e onde veio a falecer a 8 de Setembro de 1917, estando sepultado no velho cemitério local.

Veio com oito⁵⁸² anos para a cidade de Leiria, onde fez estudos primários e cumpriu o Serviço Militar, como professor na Escola Regimental. Em Leiria escreveu os seus primeiros trabalhos: *Milagre da Senhora da Encarnação*, *A filha do Regedor* e *Nariz de cera*.

Transferido para Lisboa por interferência do seu amigo Dr. Afonso Xavier Lopes Vieira, pai do poeta Afonso Lopes Vieira, aí desenvolveu grande actividade literária e política. Figurou entre os redactores dos jornais *Revolução de Setembro*, *O Século* e *Diário de Notícias*. Filiou-se no Partido Regenerador e depois na Esquerda Dinástica.

Dedicou toda a sua vida ao estudo da história, esquadrinhando documentos, folheando livros amarelecidos e carcomidos pelo tempo, para poder escrever muitas das suas obras históricas. Foi esse trabalho intelectual que o levou a contrair uma grave amnésia, esquecendo até as letras do seu nome. Escreveu mais de uma dezena de livros, romances históricos, impregnados de muitas verdades descritas de um modo fascinante: leitura agradável, viva, impressionante. *O Século* publicou em folhetim muitas das suas obras: *A filha do polaco*, *Marquês de Pombal*, *Luís de Camões*, *Ala dos Namorados*, *Guerreiro e Monge*, etc..

Como dramaturgo, escreveu a peça *Torpeza*, a propósito do ultimato inglês, que se exibiu durante alguns anos nos Teatros Alegria, Príncipe Real e Ginásio, sempre com muito agrado. A peça, escrita em 1891, foi um libelo patriótico contra a tirania inglesa. O público saudava-a calorosamente à subida do pano, cantando de pé “A Portuguesa”.

Campos Júnior reformou-se do Exército em 1899, no posto de Capitão, para se dedicar inteiramente às letras e à política. Voltou a Leiria, onde, como redactor principal, dirigiu o semanário *Distrito de Leiria*. Logo após a implantação da Republica veio viver para a Marinha Grande, terra de sua mulher. Habitou o n.º 40 da R. Machado Santos.

Foi agraciado com várias condecorações, como as de Grande Cavaleiro da Ordem de Cristo, Oficial de Santiago, Medalha de Prata de Comportamento Exemplar e Mérito Militar de Espanha.

Embora a Marinha Grande tenha já perpetuado o grande escritor, atribuindo o seu nome a uma das artérias principais da vila, achamos que seria justo colocar uma lápide na casa onde morreu.

(Esta biografia é baseada na *Ilustração Portuguesa* de 24 de Setembro de 1917 e na *Voz da Marinha Grande* de 10 de Abril de 1947).⁵⁸³

Dr. Joaquim Alves Crespo

Foi médico afamado na Marinha Grande nos primeiros anos deste século.

Foi também poeta e escritor de valor.

Dedicou todo o seu tempo livre ao teatro amador, tendo sido animador e impulsionador do primeiro grupo cénico da Associação de Bombeiros.

Morreu em 24 de Maio de 1907.

José Duarte de Carvalho (“Cirilo”)⁵⁸⁴

Nasceu na Marinha Grande em 27 de Janeiro de 1877. Faleceu em Lisboa (freguesia de Monte Pedral) em 27 de Fevereiro de 1952.

Fundou a revista *Amanbecer*, que se publicou entre Maio e Outubro de 1924. Fez parte da *Serenata Marinhense* e escreveu a revista *Efeitos de Luz*. Escreveu também os versos para o concurso *Homens de Vulto do Concelho*, do jornal *Notícias da Marinha Grande*.

Publicou em 1943 o livro de poesia *Cristais sem brilho*, do qual destacamos:

Dedicatória

*A ti, Marinha Grande, ó terra amada
Onde eu nasci, onde brinquei sonhado
Terra bendita, ó terra iluminada,
Onde o vidro nasce a sorrir, cantando...*

*A ti, ó terra fresca e perfumada
P’la doce brisa dos teus pinbeirais
Onde ao pôr-do-sol e de madrugada
As andorinhas cantam nos beirais...*

*A ti, ó terra onde eu por lá deixei
Meus verdes anos no teu seio imersos
Berço de amores que nunca esquecerei
A ti... meus pobres e singelos versos!...*

Afonso Lopes Vieira

Nasceu em Leiria em 26 de Janeiro de 1878. Foi criado em Lisboa desde 1884, onde completou os seus estudos.

Vinha passar as férias a S. Pedro de Moel, praia que adorava, que cantou e enalteceu em versos maravilhosos. Os pinheiros, os rochedos, o mar, tudo o inspirava para as obras que escreveu e que foram das mais importantes na literatura portuguesa.

Afrânio Peixoto disse a seu respeito: “ninguém amou nunca melhor do que ele a Portugal”.

Foi dos maiores amigos de S. Pedro de Muel e do povo da Marinha Grande, principalmente dos vidreiros e guardas florestais. (Ver os capítulos sobre o Pinhal e sobre a Freguesia da Marinha Grande.)

Faleceu em Lisboa em 1946.

António Gomes do Céu

Este poeta marinhense nasceu em Picassinos (Marinha Grande) em 21 de Junho de 1894. Era filho de Manuel Gomes do Céu e de Maria Joaquina.

Homem modesto, filho de gente humilde, Gomes do Céu, como a grande maioria dos marinhenses, cedo foi forçado a trabalhar para angariar o seu sustento, não tendo tido, por isso, a oportunidade de frequentar a escola na idade própria. Autodidacta, aprendeu a ler e escrever, mas só em 22 de Maio de 1968, já com 74 anos de idade, fez o exame da 4ª classe, no Hospital Militar Principal, em Lisboa.

A sua mocidade foi passada no trabalho, tendo tido várias actividades: lavrador, vidreiro e, por último, guarda florestal, profissão para a qual entrou em 25 de Outubro de 1920.

Sempre modesto, respeitador e de bom coração, Gomes do Céu foi um homem exemplar, que em cada marinhense tinha um amigo.

Talvez não tenha sido um grande poeta: nota-se facilmente a falta de ligação, a restrição de termos apropriados, pela sua grande dificuldade literária. "Mas no que tem de bom a sua poesia é simples, na dignidade de dar aos outros a sua história de um homem humilde que participou numa guerra" (palavras do poeta marinhense José Martins Saraiva, a propósito de *Fui chamado para a guerra*).⁵⁸⁵

Deste livro destacamos, pela análise sincera, algumas sextilhas:

*Fui a pé pelo caminho,
Mas como ia sozinho,
Foi profunda a comoção!
Minha noiva idolatrada
E minha mãe adorada
Levara no coração!*

*Em Bustes fui alojado
Num matadouro de gado.
Mas quem é que lá dormia?
Ninguém pode descansar!
Vacas, bois, a barregar...
Que maldita berraria!*

*A conversação inglesa
Foi motivo de surpresa...
Não pude meter bedelho.
Vi depois muito escocês,
Com a saia de xadrez
Curta, acima do joelho.*

*Usavam cara rapada,
Saia de risca encarnada,
Grevas, meias, boas ligas,
Coxa nua, muito clara,
Que lavavam quando a cara,
Pareciam-nos raparigas.*

*Marchámos para as trincheiras.
Mochila e cartucheiras
Nunca foram tão pesadas.
Com a roupa e o calçado,
Rancho de reserva ao lado,
Causam-nos grandes maçadas.*

*Outro valente soldado,
Que tinha um boche agarrado,
Dizia aos nossos a rir:
Afim! estes marotos
São homens como os outros,
Que não conseguem fugir.*

*Mataram-se mutuamente,
Sem haver previamente
Entre eles qualquer razão.
E deixaram, afinal,
Na Alemanha e Portugal,
Mulher e filhos sem pão.*

*Atacados pelos gases,
Muitos dos nossos rapazes
Baixaram ao hospital.
Por milagre do Senhor,
Tinha o vento a meu favor:
Escapei ao grande mal.*

*A três de Abril, regressei.
A minha mãe abracei,
Com puro amor filiar.
Beijava-me ternamente
E chorava de contente
Por me ver em Portugal*

Estes versos, que traduzem algumas passagens da aventura passada por Gomes do Céu desde que saiu da sua casa para uma Guerra que tão bem analisou, focam, em palavras simples, o que passaram milhares de portugueses, dos quais poucos ou nenhuns sabiam por que nela participavam.

Afonso Lopes Vieira escreveu no prefácio de *Fui chamado para a guerra*:

"Quando li este poema lembrei-me de que estas páginas descendem das relações da História Trágico-Marítima. Aí os cronistas, de cepta tão popular como a deste autor, contavam os seus naufrágios no mar - e o soldado conta-nos o seu naufrágio em terra. ... Composto através de longos anos por quem só pode pegar na pena depois de ter manejado outros mais rudes instrumentos de trabalho, este poema aparece já quando, para desgraça do Mundo, a última guerra fez esquecer aquela de que os versos nos falam. O que não envelheceu, porém, foi o puro, honrado, humano documento nacional escrito por quem, ignorando a literatura, nos dá uma coisa muito mais singular - e que se chama poesia."

Além do seu livro, Gomes do Céu publicou outros versos.

Faleceu em 10 de Setembro de 1969 e está sepultado no talhão da Liga dos Combatentes do cemitério da Abegoaria, na Marinha Grande.

José Ferreira da Silva ("Zézinho dos Óculos")

Nasceu na Marinha Grande em 14 de Janeiro de 1901 e faleceu em Fátima, no Lar das Irmãs Concepcionais, no dia 2 de Outubro de 1977. Foi sepultado na Marinha, como desejava.

Seus pais, José Leonardo da Silva e Emília da Conceição Ferreira Gândara, eram também naturais da Marinha Grande. Ferreira da Silva viveu com sua mãe, enquanto esta foi viva. Depois instalou-se na Pensão Tomás, praticamente até morrer.

Viveu quase sempre na sua terra, não obstante ter passado algum tempo no Montijo e em Lisboa, onde cursou uma escola comercial. Cedo regressou, tendo sido funcionário dos Serviços Florestais, onde tanto superiores como colegas lhe dedicaram sempre uma amizade só digna de pessoas superiores.

Foi sempre como um autêntico poeta. Homem culto, bom e simples, modesto, desinteressado, com poucas ambições. Era principalmente um sonhador, ingénuo e idealista. Toda a sua vida foi dedicada aos versos, à cultura e ao teatro. Participou e colaborou em todas as revistas e peças teatrais levadas à cena na Marinha Grande, sendo realçar o drama em um acto *Dever*, a peça em três actos *Olha para cima*, representada pela União da Mocidade Baptista da Marinha Grande, a revista *Cantigas e Cristais*, de que foi autor juntamente com António Vasconcelos Ribeiro, e também as revistas *Marinha à vista*, *Alô! Alô! aqui Marinha*, *Ó patego*, *olha o balão*, para as quais fez praticamente todos os versos.

Em 1948 publicou um livro de poesia, que intitulou *Versos sem Lei*, apresentado pelo seu amigo e grande poeta Silva Tavares. A imprensa, não só a regional mas também a diária, teceu-lhe os maiores elogios. Escreveu o *Diário Popular*:

"À sua ignorância voluntária das algemas da forma corresponde de facto, o que nem sempre acontece, um espírito sensível, apaixonado e vibrante. Ferreira da Silva é poeta. Alguns poemas, como por exemplo 'Egoísmo', 'Paisagem campesina' e 'Só', marcaram uma presença. Se a sua expressão não é ainda perfeita, o conteúdo das suas palavras interessa e provoca, por vezes, a indispensável comunhão entre o leitor e o autor".

Segundo O Século,

“O livro Versos sem lei é a revelação de um poeta. De entre os que, em Portugal, cultivam a chamada poesia moderna, poucos atingem a musicalidade e a eloquência com que este lírico nos transmite as suas emoções, as quais ora são simples e comovedoras, como na ‘Sinfonia das Mães’, ora vibrantes como no ‘Escravo’ e no poema dedicado a Florbela Espanca.”

Ferreira da Silva colaborou com os seus versos em muitos jornais e revistas, tanto na região como fora dela.

De todos os que escreveu, não podemos deixar passar despercebida a canção “A voz do tambor”, que transcrevemos a seguir:

*Mefisto era um pobre palhaço
Já velho e gasto e d’olhar já baço
Que o pão ganhava pelas ruas da cidade!
Mas tinha uma linda filha loura
Com rosto d’anjo e olhos de moura
Que era o enlevo da sua muita idade!*

*No alto do trapézio ela sorria
Ao povo que para vê-la acorria
Às praças e ruas onde trabalhava.
O bom Mefisto, velho e alquebrado
Ao ver o povo tão entusiasmado*

*De ser seu pai, todo se orgulhava!
E no tambor tão velho como ele
De velho som e de uma velha pele
Ele rufava sempre com grande afã...
E o tambor velhinbo, d’alegria
Rindo e gargalhando, lá respondia:
Rataplan!
Rataplan!
Rataplan!
Plan!
Plan!*

*Porém, a vida duma pobre artista
Desagradava à jovem trapezista
Que tinha mais altos sonhos de vaidade!
E numa certa noite ela abalou
O seu fiel povo assim deixou
Trocando-o p’lo melhor circo da cidade!*

*E como era jovem e formosa
De tão simples se tornou vaidosa
Conquistando a fama, às vezes muito vã!
E enquanto o pai a via trabalhar
no peito sentia o tambor rufar:
Rataplan!
Rataplan!
Rataplan!
Plan!
Plan!*

*Mas Deus condena a vaidade humana
Quando alguém de si tanto se ufana
Julgando superior sua personagem!
Há sempre um castigo, uma lição
P’ra nós vermos como tudo é vão
E nossa vida é qual sopro de aragem!*

*E numa noite de glória imensa
No meio da alegria! Luz intensa!
Ela caiu do alto onde subira!
E vindo pelo ar em turbilhão
Veio esmagar-se no duro chão
Deixando a vida frágil, de mentira*

*Agora, o velho pai, lá pede esmola
Nada o ampara, nada o consola
Esperando a morte, quase sua irmã
Enquanto a seu lado, o tambor chorando
Murmura baixinho, num soluço brando:
Rataplan!
Rataplan!
Rataplan!
Plan!
Plan!*

Ferreira da Silva foi amigo pessoal de muitos artistas, dos quais destacamos Palmira Bastos, Vasco Santana e Tavares da Silva.

Fez parte da delegação marinhense da *Pró-Arte*.⁵⁸⁶

Augusto Dinis de Sousa

Nasceu na Marinha Grande, em 8 de Dezembro de 1905, e faleceu em Lisboa, a 10 de Julho de 1975.

Era filho de Augusto Ribas Neves de Sousa e de Maria da Conceição da Natividade Dinis Neves de Sousa.

Muito novo ainda, pois tinha somente 13 anos, compôs um inspirado soneto, “Crepúsculo triste”, mostrando grandes qualidades poéticas. Pertencendo a uma família de poetas e artistas - como Ilídio Duarte de Carvalho e José Duarte de Carvalho, seus primos, e Júlia da Natividade Dinis, sua tia, além de outros, que foram poetas de grande inspiração - não seria difícil augurar-lhe um futuro auspicioso.

Cursou o liceu de Leiria e completou os seus estudos em Lisboa, onde se diplomou em Contabilidade e Tecnologia. Sempre ávido de saber, estudou ainda linguística e filosofia.

Foi um estrénuo defensor da pureza do idioma português, tendo sido sócio fundador da Sociedade de Língua Portuguesa. Foi professor de Letras e grande conhecedor de sintaxe, estilística e composição poética.

Cultivou o soneto clássico, merecendo a intelectuais como Augusto Moreno, Cardoso Júnior, Júlio Dantas e Aquilino Ribeiro opiniões como “admirável poeta”, “rara perfeição e grande pureza de linguagem”, “perfeita correcção é dignidade”, “grande escritor de rara mestria”.

Publicou um único livro, *Alma em farrapos*, mas deixou dactilografados vários outros, de poemas e sonetos. Publicou ainda, em opúsculos e pagelas, várias produções, salientando-se o *Cântico de Fátima* (depois musicado), que mereceu bênção papal.

Colaborou em vários jornais e revistas, como *Diário de Lisboa*, *Diário Popular*, *Flama*, etc..

Dinis de Sousa amava apaixonadamente os animais, o que o levou a dedicar ao seu cão Jau um poema, que transcrevemos do livro inédito *Rondas da Musa*.⁵⁸⁷

*Talvez não bem pareça e desagrade
O dizer dum rafeiro quanto digo.
Mas rendo preto ao meu melhor amigo,
Em afecto, em consciência, em lealdade.
Nem de raro encontrei na Humanidade
Fosse quem fosse a ser tanto comigo:
Assim, cada vez mais, menos consigo
Que se abrande esta mágoa de saudade:
Sempre fiel! Até quando, ao morreres,
A morte retardaste p'ra me veres
Na agonia final do teu olhar
Meu pobre Jau! E que expressão tão triste
Que, por mais longe o instante em que partiste,
Mais junto a mim a dor de te lembrar!*

Manuel Pereira da Costa

Este poeta, nascido em Oliveira de Azeméis a 4 de Fevereiro de 1910, viveu praticamente toda a sua vida na Marinha Grande, onde casou e onde faleceu a 9 de Maio de 1983.

Manuel Pereira da Costa, que na sua mocidade viveu em Lisboa, onde era vidreiro na Fábrica das Gaivotas, veio para a Marinha Grande por volta de 1935 para empregado da Companhia Industrial Portuguesa (hoje IVIMA).

Em Lisboa, tinha colaborado no mundo do fado com os seus versos, que foram cantados pelos melhores fadistas dos anos 1930.

Na Marinha Grande, prestou colaboração aos periódicos *Região de Leiria*, *A Voz da Marinha Grande*, etc..

Homem modesto e grande democrata, aqui criou muitos amigos. Pouco antes de morrer, Pereira da Costa estava a preparar um livro de versos, cuja publicação não teve tempo de realizar.⁵⁸⁸

Eis um dos seus trabalhos.

Última vontade

*Junto aos cedros funéreos da Marinha
Espero descansar os ossos meus
Após ter entregado a alma a Deus
É escrito a última vontade minha.
Quero uma campa rasa, pobrezinha,
Longe daqueles ricos mausoléus,
Onde por vezes bata a luz dos céus
- Num lugar onde cresça erva daninha.
E se algum dia algum de vós passar
Pela minha morada derradeira,
Não pare um momento a recordar
Aquele que, já farto de sofrer,
Passara maldizendo a vida inteira
O mundo que jamais pôde entender.*

Marinha Grande, 1959

347

José Ricardo Pereira Galo

Nasceu na Marinha Grande em 30 de Outubro de 1917, filho de João Ricardo Galo e de Maria do Rosário Pereira.

Embora não fosse um homem letrado, mas sim um autodidacta, merece ser recordado pelo muito que fez no campo teatral, principalmente nas colectividades (ver capítulo sobre Cultura). Além de dinamizador, foi também intérprete, como aliás sua mulher, Mavilda da Silva P. Galo. Destacou-se no drama *Fome e honra*.

Dedicou também parte da sua vida ao *Jornal da Marinha Grande*.

Homem simples, correcto e honesto, só deixou amigos quando, em 13 de Maio de 1981, veio a falecer.⁵⁸⁹

Paulino Franco Ferreira (Paulininho)

Nasceu na Marinha Grande em 22 de Junho de 1912, filho de José Ferreira Nobre e de Aurora Franco Ferreira. Faleceu em 19 de Maio de 1961 no Hospital do Telhal (Sintra), tendo sido sepultado na sua terra natal.

Rapaz de grande inteligência, ainda muito novo foi acometido de doença grave, que o levou ao abandono dos estudos e mais tarde ao internamento hospitalar prolongado.

Antes, porém, havia escrito um livro de poemas, editado em 1935, a que deu o título de *O Poder da Consciência*.

Luis Filipe Gonçalves Cardona

Natural da Covilhã, onde nasceu em 31 de Outubro de 1936, pode considerar-se marinhense de coração, pois desde 30 de Maio de 1966 aqui está radicado e aqui casou em 1967.

Funcionário bancário, licenciou-se em Organização e Gestão de Empresas em 1975, em Lisboa.

Começou a escrever poesia aos 45 anos e até hoje já tem várias publicações nos jornais *Região de Leiria* e *O Correio*. De todas as suas poesias salientamos a que dedicou à Marinha Grande e que mostra bem o amor que tem a esta terra.⁵⁹⁰

À Marinha Grande

*Não brotaram de ti minhas raízes
Nem o pó de meus Pais tu retiveste,
Mas em ti já vivi dias felizes
Compensando anos maus de vida agreste.*

*Em ti m'enraízei, então, de novo
Plantando a flor do meu amor profundo
No mais fértil canteiro do teu povo
Que deu fruto e é tão grande como o mundo.*

*Aprendi a admirar a tua gente,
Forjada de duros anos de trabalho,
Que te fez terra livre e resistente.*

*Em ti eu encontrei bom agasalho.
Contigo fui capaz d'andar em frente.
A ti eu devo muito do que valho.*

António d'Almeida

Nasceu em Alcobaça em 29 de Janeiro de 1919, filho de Albano Tomaz dos Anjos e de Josefa Lourenço da Conceição.

A sua paixão pela música levou os pais a colocá-lo na Banda Filarmónica de Alcobaça, aos 10 anos de idade. Aí aprendeu música e pouco tempo depois ingressou na banda como saxofonista.

Muito novo ainda começou a ser solicitado por várias filarmónicas, não só para dirigir

as suas escolas de música como também para reger as bandas. Entre outras, dirigiu as bandas de Marrazes, Monte Redondo, Caranguejeira, etc..

Veio para a Marinha Grande em 1942, a convite de Francisco Correia Moita, para fazer parte do *Conjunto Correia Moita*.

Aque se radicou. Empregou-se na indústria vidreira, porque era preciso ganhar o suficiente para manter a família, dedicando-se, nas horas vagas, à música.

Colaborou em vários conjuntos musicais, tendo-se salientado como solista na *Troupe Jazz Os Pinantes*.

Foi professor de música nas escolas do ciclo preparatório da Marinha Grande e de Alcobaça.⁵⁹¹

Em 1979 realizou-se o grande sonho da sua vida, a organização de uma filarmónica na Marinha Grande: a Filarmónica Recreativa Amieirinhense, que rege, dirigindo também a respectiva escola de música.

O estimado e competente senhor António d'Almeida ensina nas suas escolas a tocar todos os instrumentos, com excepção dos de corda. Destes, diz com muita graça: "instrumentos de corda, só sei tocar os sinos, puxando pela corda".⁵⁹²

*G. Figuras ligadas à imprensa e aos estudos locais*⁵⁹³

Joaquim Barosa

Nasceu na Marinha Grande, Casal da Formiga, em 14 de Junho de 1863, tendo falecido também na Marinha Grande em 1941.

Tal como quase todos os rapazes da sua geração, teve que começar a trabalhar duramente (no seu caso aos oito anos de idade) quando deveria ter entrado numa escola.

Perdeu-se assim, talvez, um futuro escritor, pois cedo iniciou a tomada de apontamentos da sua vida, a que chamou "Apontamentos Biográficos". Não teve possibilidades de aprender para além de saber ler e escrever, porque os magros proventos que auferia na fábrica, como aprendiz vidreiro, eram destinados à ajuda do seu agregado familiar. No entanto, tinha sempre algum tempo disponível para se cultivar, lendo tudo quanto lhe aparecia. Segundo se lê nos seus "Apontamentos Biográficos", visitou em 1888, em Lisboa, a Exposição Industrial Portuguesa, para assim acompanhar a evolução da indústria.

Nesses apontamentos nota-se que Joaquim Barosa era um autêntico poeta. Adivinha-se ser um homem bom, sonhador, que via em tudo o que o rodeava esperança no futuro. Lê-se nesses apontamentos:

*"A Primavera é a flor que nas campinas sustenta as pompas da
vegetação luxuriante ... A infância é o atraente gorjeio das avezinhas
que ao acaso adormecem na imensidade do espaço ... Sou filho do povo,
desse que nasceu para o trabalho nas palhas da miséria ... A felicidade da
vida do pobre é o trabalhar para o pão de cada dia, sustento dos seus
filinhos."*

Por estes pequenos excertos se pode avaliar o carácter deste bom homem que foi Joaquim Barosa, que depressa se apercebeu dos grandes problemas sociais da Marinha Grande.

São suas as três quadras que se seguem e que deixam adivinhar a realidade como passou a encarar a vida:

*Eu queria não pensar
Para poder esquecer;
Passar a vida a sonbar
Para deixar de sofrer.*

*Esquecer tanta amargura
Que me faz entristecer!
Não sentir a desventura
Que me tem feito viver!*

*Não pensar para não sofrer!
Não sofrer para não sentir!
Não sentir para não viver!
Ai, passar o tempo a rir.*

Artista nato, chegou rapidamente ao lugar cimeiro dentro da hierarquia vidreira. Foi oficial aos 38 anos na Real Fábrica, então administrada pelo visconde de Azarujinha.

Durante a crise de trabalho na Real Fábrica, entre 5 de Outubro de 1905 e 14 de Junho de 1909, passou muitas agruras e dificuldades. Os problemas sociais e políticos passam a fazer parte das suas preocupações e levaram-no a filiar-se no Partido Republicano e na Maçonaria. Foi nomeado Juiz de Paz substituto em 1914. Foi também vogal substituto da Comissão de Recenseamento Militar de 1918.

Ajudou a fundar a cooperativa *A Vitrificadora*, a Cooperativa *Aurora* e o Grémio Florestal. Já alguns anos antes tinha feito parte do Montepio, representado a Associação de Classe dos Operários Vidreiros nas comemorações do 1º de Maio, em 1899, em Lisboa, e colaborado na fundação da Associação de Bombeiros.

Em 1922, com 59 anos de idade, acabava para ele a vida de operário vidreiro. Conseguiu colocar-se ao serviço da 3ª Circunscrição florestal, para fiel do armazém do Caminho de Ferro, em Pedreanes. Aí viveu praticamente o resto da sua vida.

Acabou por ter uma velhice sossegada. São dele as palavras: “Tinha lenha, cómodos, casa para arrecadação e pátio para criação, tudo cedido pelas Matas Nacionais”. Durante estes últimos tempos foi ainda recomendado pelo chefe da Circunscrição, engº Arala Pinto, seu dedicado amigo, para organizar a biblioteca do Grémio, de que foi bibliotecário durante alguns anos.

A sua grande obra foi escrever a monografia da Marinha Grande, em 1911-12, a que deu o nome de *Memórias da Marinha Grande*. Trabalho grandioso se considerarmos a sua pouca instrução, tem sido de muita utilidade para os marinhenses e não só, pois muitos historiadores modernos têm bebido aí indicações valiosas sobre esta terra. Se não tivesse sido o trabalho de Joaquim Barosa, ainda hoje eram desconhecidas muitas coisas sobre a Marinha Grande. O prefácio é de Tito Benevenuto Lima de Sousa Larcher, que escreveu:

“O autor do presente livro é um operário vidreiro que honra a classe trabalhadora ... Na sua modéstia, não queria Joaquim Barosa publicar este seu trabalho, e só a instâncias repetidas, durante mais de dois anos, dos seus amigos e admiradores, que o convenceram de que ninguém de boa fé lhe poderia criticar a obra, e só os zoilos e os invejosos, e que ela representava um serviço prestado à sua Terra e a que não pode esquivar-se, só assim é que resolveu deixar fazer a impressão, proceder que mais o honra.”

Já depois da morte de Joaquim Barosa, a Câmara Municipal da Marinha Grande resolveu dar o seu nome a uma artéria da Vila (a rua a sul do mercado, onde está instalado o posto da Guarda Nacional Republicana).

José Martins Pereira da Silva

Correspondente da página *Voz da Marinha Grande*, desde 20 de Novembro de 1952, e fundador do *Jornal da Marinha Grande*, em Junho de 1963.

José Martins nasceu na Marinha Grande em 2 de Setembro de 1919, filho de José Martins da Silva e de Maria Josefina Pereira da Silva. Faleceu em 17 de Novembro de 1963.

A Marinha Grande muito ficou a dever a este homem modesto, sincero e amigo, que durante muitos anos se dedicou à defesa dos interesses do concelho nas páginas dos jornais que dirigiu, sempre com isenção, amizade dos seus colegas e o respeito dos leitores.

Foi um grande defensor dos lugares que compõem a freguesia da Marinha Grande, cujos melhoramentos alvitrava. Estava sempre pronto a lutar pelos pobres, ajudando-os e defendendo-os nas colunas do seu jornal. Interessou-se muito pelo desporto e pelo teatro, a que dedicou um amor especial.⁵⁹⁴

H. Figuras ligadas à actividade política ou militar⁵⁹⁵

Ernesto Afonso de Barros, visconde da Marinha Grande

Nasceu na Marinha Grande a 13 de Março de 1836 e faleceu a 11 de Março de 1927.

Foi casado em primeiras núpcias com D. Mariana da Costa Guia, filha de José da Costa Guia, falecida em 22 de Novembro de 1883, e em segundas núpcias com D. Augusta Curado, filha de Joaquim Pinto Curado, falecida em 10 de Março de 1913. Só do primeiro matrimónio teve geração, duas filhas e três filhos, um dos quais o ilustre poeta, pedagogo e homem público João de Barros.

O visconde da Marinha Grande foi uma notável individualidade na Figueira da Foz, onde promoveu grandes realizações urbanísticas e beneficentes, entre elas a edificação de um jardim-escola. Foi também presidente da Associação Comercial, vice-cônsul do Brasil e provedor da Misericórdia da Figueira da Foz.

O título de visconde da Marinha Grande foi-lhe atribuído pelo rei D. Carlos, por decreto de 30 de Junho de 1897.⁵⁹⁶

2. José Ferreira Custódio Júnior

Nasceu em 15 de Janeiro de 1855, filho de José Ferreira Custódio e de Joaquina de Jesus Ferreira Custódio, na Marinha Grande, onde viria também a falecer, em 18 de Abril de 1919.⁵⁹⁷

Muito novo ainda, seguiu o exemplo do pai, construindo várias fábricas. Assim, fundou em 1890 uma fábrica de sulfato e carbonato de soda, destinados à fabricação do vidro. Em 1894, em sociedade com António Ferreira Custódio e seus cunhados António Oliveira Morais e João Custódio de Morais, fundou a Fábrica Central.

José Ferreira Custódio Júnior pode considerar-se ter sido um dos maiores vultos da Marinha Grande, pois sempre lutou denodadamente pelo seu desenvolvimento e defesa. Fundou e dirigiu o primeiro jornal marinhense, *Autonomia*, em 1889, que lhe serviu para lutar, como o nome indica, pela autonomia da Marinha Grande, que era simplesmente uma freguesia do concelho de Leiria. Nesse jornal, defendeu a criação de uma escola de desenho e de um hospital. Foi co-fundador da Sociedade Filomática e da sua Caixa Económica.

Chegou a fazer a cobrança das contribuições, de graça, para evitar a deslocação dos contribuintes a Leiria. Ensinou gratuitamente em cursos nocturnos. Foi-lhe oferecida a Comenda de Mérito Industrial, que recusou a favor de outro industrial.⁵⁹⁸

Tem uma rua com o seu nome.

*Gervásio da Silva Neto*⁵⁹⁹

Poeta, jornalista e comerciante.

Foi vereador na Câmara Municipal de Leiria em 1889. No ano seguinte pediu demissão desse cargo, por a CML não ter nomeado médico para a Marinha Grande.

Brigadeiro Álvaro Mário Couceiro Neto

Foi o primeiro oficial general do Exército nascido na Marinha Grande.

Nasceu em 26 de Dezembro de 1904, no Largo do Luzeirão, filho de Isidro Couceiro Neto e de Lucinda da Conceição Gabriel Neto.

Inteligente, dinâmico, trabalhador e organizado, iniciou os seus estudos no liceu de Leiria, entre os anos de 1917 e 1924, onde logo se evidenciou como bom estudante e bom praticante desportivo, principalmente nas actividades de ginástica e futebol.

Durante esse período foi co-fundador, em 1923, do Atlético Clube Marinhense.

Ingressou no Instituto Superior Técnico mas, chegada a idade militar, passou para a Escola do Exército (hoje Academia Militar), onde concluiu o curso em 1929, com alta classificação, em quinto lugar. Formou-se também na cadeira de Ginástica e Desportos, na EEFE, com 15,9 valores.

Notabilizou-se pela competência e aprumo militar, mostrando-se sempre tolerante e amigo dos seus subordinados mas não esquecendo nunca a disciplina. Desempenhou variadíssimas missões, não só no campo militar mas também no de Educação Física do Exército e na implantação de obras, tanto militares como desportivas, principalmente nos Açores, onde esteve em 1941 a comandar a Companhia de Acompanhamento (armas pesadas) e em Angola, onde em 1955 assumiu o comando da Região Militar de Sá da Bandeira e em 1956 o da de Nova Lisboa.

Também no campo desportivo deu mostras de grande interesse, tendo construído vários pavilhões para a prática de ginástica, organizado saraus e campeonatos e proferido

conferências, tendo chegado também a ser presidente da Associação de Futebol da Huíla (Sá da Bandeira). Ao deixar esta cidade, em 1956, foram-lhe prestadas várias homenagens.

Ao regressar a Portugal, em 1959, foi colocado no Instituto de Altos Estudos Militares, para frequentar o curso de oficial general. Em 1961 foi promovido a brigadeiro e colocado no comando da Escola Prática de Infantaria, em Mafra. Mais tarde foi segundo comandante do Governo Militar de Lisboa, chegando a governador militar no ano de 1965. Recebeu vários louvores e condecorações, sendo de salientar as seguintes: Grau de Grande Oficial da Ordem Militar de Avis; Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar; Medalha de Mérito Militar de Primeira Classe; Medalha de Serviços Distintos do Ministério do Exército.

Em 26 de Dezembro de 1966 passou à reserva e voltou à terra natal, onde continuou a sua actividade de professor de Ginástica e Natação.

Mário Galo⁶⁰⁰

Foi deputado, governador civil substituto e presidente da comissão distrital da União Nacional.⁶⁰¹

O facto de ter passado a juventude fora da terra, e ainda o de ter exercido a sua actividade longe do meio, justifica a sua reserva aparente pela Marinha Grande.

Deu as suas propriedades em Carvide, com espanto dos rendeiros.

Víctor Manuel Amaro Santos Gallo

Nasceu em 19 de Abril de 1910 e faleceu, num desastre de aviação, em 30 de Maio de 1961.

Foi deputado e presidente da CMMG durante dez anos, presidente do Grémio Nacional da Indústria Vidreira e da Corporação da Indústria. Pertenceu também à Comissão Reorganizadora da indústria vidreira.

Foi Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande.

Foi um dinâmico e inteligente industrial, administrador da Ricardo Galo e da COVINA. Foi também vice-presidente da WCIDT.

Foi galardoado com a Ordem Militar de Cristo.

Ajudou muitas pessoas, de várias convicções políticas.

Manuel de Sousa Baridó

Foi agraciado pela Presidência da República com o grau de Oficial da Ordem do Mérito Agrícola e Industrial (Classe de Mérito Industrial), em 8 de Junho de 1983.

Nasceu na Marinha Grande, no lugar de Casal Galego, em 18 de Setembro de 1913, filho de Manuel Baridó e de Palmira Sousa Barosa.

Operário vidreiro desde os sete anos de idade, quase sempre na antiga fábrica de J. Ferreira Custódio, cedo granjeou amizades de toda a gente, impostas pelo seu bom carácter e camaradagem, que o levaram a integrar-se nas lutas sindicais e actividades políticas.

Fez parte do movimento revolucionário do 18 de Janeiro de 1934, na Marinha Grande. Esta acção levou-o à condenação, pelo Tribunal Militar Especial, a dez anos de degredo com prisão e medidas de segurança e ainda a vinte contos de multa. Pena que, com excepção da multa, cumpriu integralmente no presídio de Angra do Heroísmo.

Finalmente regressou à Marinha Grande onde, embora doente, voltou a trabalhar na indústria vidreira. Em 1947, devido à doença contraída no presídio de Angra, teve de

abandonar a arte de vidreiro e concorreu para funcionário da Caixa de Previdência, onde se manteve até 1958 pois, devido a actividades políticas na campanha eleitoral do general Humberto Delgado, foi expulso e demitido. Condenado de novo, em 1961, a cinco anos de prisão e medidas de segurança, só foi libertado em Outubro de 1969. Foi para Moçambique trabalhar com familiares, tendo voltado à Marinha Grande em 1972, voltando a trabalhar na J. Ferreira Custódio, onde se manteve até 1978, ano em que se reformou.

Após a revolução de 25 de Abril de 1974, continuou a empenhar-se na actividade política como membro do Partido Comunista Português. Foi também eleito Coordenador Nacional do Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos em 1978, na Amadora, e reeleito em 1982, tendo ainda hoje o cargo de presidente da Associação. Foi por várias vezes candidato a deputado pelo círculo de Leiria, em representação do PCP e da APU, e é actualmente membro da Assembleia Municipal da Marinha Grande, em representação da APU.⁶⁰²

I. Figuras ligadas ao desporto⁶⁰³

Manuel Larangeira Guerra

Pioneiro do ciclismo nacional, embora não tenha nascido na Marinha Grande (nasceu na vizinha povoação de Carpató, freguesia de Carvide, em 1890), aqui viveu grande parte da sua vida e faleceu, em 1962.

Grande campeão de ciclismo, teve a honra de ser o primeiro português a vencer a prova Porto-Lisboa, em 1912 (a primeira fora ganha pelo francês Charles George). Conta-se, a propósito desta vitória, que Larangeira Guerra, quando chegou a Leiria, teve que ir procurar o fiscal da corrida, pois este ainda não contava com a sua passagem, tal era o avanço que trazia sobre os adversários.

De origem humilde, mas dotado de excepcional compleição física, foi serrador braçal no Pinhal de Leiria, para onde se deslocava diariamente de bicicleta, andando muitos quilómetros.

Veio para a Marinha Grande trabalhar como empregado da Serração de Madeiras Orey & Antunes Lda, que mais tarde, devido às suas excepcionais qualidades de trabalho e honradez, acabou por comprar.

Durante muitos anos, Manuel Larangeira Guerra foi delegado regional da União Velocipédica Portuguesa.⁶⁰⁴

Álvaro dos Santos (“Falinhas”)

Nasceu em 28 de Março de 1892, exposto da Santa Casa em Lisboa, e faleceu em 15 de Fevereiro de 1953, na Marinha Grande.

Álvaro dos Santos foi um dos melhores praticantes de chinquilha da Marinha Grande. Dotado de uma certeza quase infalível na colocação da malha no ponto certo, marcava pontos com uma destreza impressionante. As suas jogadas, que ficaram na memória de muitos desportistas amantes do chinquilha, ainda hoje são recordadas quando se faz uma boa malha, dizendo-se “uma jogada à Falinhas”.

Vidraceiro de profissão, era uma figura muito popular.⁶⁰⁵

José Gaspar Pedroso Júnior

Ciclista de grande valor, foi o ídolo dos marinhenses nos finais dos anos 1920.

Nasceu na Marinha Grande em 16 de Junho de 1902, filho de José Gaspar Pedroso e de Maria Piedade Encarnação, e faleceu em 9 de Maio de 1963.

Atleta formado no Sport Operário Marinhense, foi no seu tempo o melhor ciclista da região, chegando a sua fama até a passar as fronteiras do distrito. Recorda-se a sua prova no I Lisboa - Marinha Grande, disputado em Junho de 1928 e em que participaram os maiores corredores desse tempo, como João Francisco, Quirino d'Oliveira, António Augusto de Carvalho, etc., e em que José Gaspar Pedroso Júnior se classificou em terceiro lugar. Recordamos também uma prova realizada no Coimbrão para disputa de uma valiosa taça, ganha por José Gaspar. Recordamos ainda os reptos lançados pelos seu grande rival Augusto Pereira, que Gaspar vencia normalmente, aplaudido por imensa multidão que acabava por levá-lo em triunfo, entre vivas e foguetório, até à sede do SOM.

Entre muitos amigos de José Gaspar, lembramos Joaquim do Nascimento, organizador de provas ciclistas na região, e David Martins Soares da Costa, que sempre acompanhou José Gaspar.

Homem bom e trabalhador, José Gaspar teve durante muitos anos uma oficina de segeiro e ferreiro, numas casas velhas, na Rua dos Bombeiros Voluntários, onde hoje está a pastelaria.⁶⁰⁶

Faustino Pereira

Deste grande atleta, nascido na Marinha Grande e que foi campeão de boxe amador, pouco sabemos, apesar dos esforços feitos nesse sentido.

Sabe-se que, muito novo ainda, acompanhou a família para a região da Amora, onde o pai foi vidreiro.

Viveu também no Porto e veio por várias vezes à Marinha Grande realizar combates de boxe, por volta de 1923.

Faustino Pereira foi campeão do Sul de Portugal. Realizou um combate na Marinha Grande, em 10 de Novembro de 1924, contra Francisco Brito.⁶⁰⁷

Victorino Coelho

Embora nascido na vizinha freguesia de Carvide, Monte Real, em 22 de Dezembro de 1906, filho de António Fidalgo Coelho e Joaquina de Jesus, pode considerar-se marinhense pois para cá veio com apenas três anos de idade.

Iniciou-se como damista na Associação dos Bombeiros Voluntários, onde fazia parte do corpo activo. Com 21 anos foi para Lisboa cumprir o serviço militar. Aí se radicou como empregado da Carris, onde impulsionou o jogo das damas, tornando-se rapidamente campeão da empresa.

Victorino Coelho notabilizou-se como jogador de Damas, sendo neste desporto por várias vezes campeão nacional da FNAT (hoje INATEL), por equipas. Foi vice-campeão em 77-78 e 84-85 e campeão distrital de Lisboa nos anos de 1952, 58, 77, 78 e 1981-82.

Possui inúmeros prémios dessa actividade: 64 medalhas, vários troféus, galhardetes, placas, etc.. Foi galardoado em 1958 com o prémio da FNAT pela dedicação à modalidade.⁶⁰⁸

António Lourenço Ferreira

Corredor pedestre, foi dos maiores da região e um valor no atletismo nacional, nos anos 1920.

Nasceu em 11 de Maio de 1907, na Marinha Grande, onde faleceu em 4 de Dezembro de 1976. Era filho de Lourenço dos Santos Miguel, caboverdiano, e de Luísa Maria Ferreira.

Lourenço foi 2º classificado na I Légua Nacional, que não ganhou por ter sido mal informado do número de voltas que faltavam; se tal não tivesse acontecido, batia largamente o grande campeão António d'Almeida.

Convidado pelo Clube Internacional de Futebol (CIF) para o representar, não aceitou, preferindo ficar no Marinhense.

Em 1928 ganhou a prova "Bronze Eduardo Brito", disputada em Leiria, vencendo o seu rival Lúcio. Em 1932, no Cross de Alcobaça, venceu todos os adversários de categoria internacional, como Manuel Dias, Tiago Ribeiro, Adelino Tavares, Ernesto Silva, etc.. A nível regional não tinha adversários à sua altura, pois era invariavelmente o vencedor de todas as provas.

Na sala de troféus do Atlético Marinhense pode ver-se o bronze evocativo do segundo lugar na I Légua Nacional, a perpetuar a memória do grande campeão.

António Lourenço Ferreira trabalhou durante alguns anos na Maceira, aquando da crise na Marinha Grande.⁶⁰⁹

Joaquim Marques de Sousa Nobre

Nasceu na Marinha Grande em 9 de Setembro de 1909, filho de António Freitas Nobre e de Francelina Piedade Marques Nobre.

Embora tivesse iniciado a sua vida profissional na FEIS, como lapidário, foi na arte de massagista que "Quim Nobre" se notabilizou. Homem simples e amável, generoso e sempre amigo de toda a gente, pode considerar-se um exemplo de bondade.

Grande desportista, sempre foi dedicado ao seu clube - o Atlético Clube Marinhense - onde se iniciou como praticante de futebol na categoria de infantis e chegou rapidamente a guarda-redes da categoria de honra. Devido a um acidente futebolístico em 1929, contraiu uma lesão no menisco, que na altura não era curável e que o forçou a abandonar a prática desportiva. No entanto, continuou sempre ligado ao clube onde, por várias vezes, fez parte dos cargos directivos.

Foi ainda o futebol que o levou a aprender a arte de massagista: as várias lesões contraídas pelos atletas, algumas das quais eram graves, levaram-no a procurar centros especializados. Assim, em 1932 contactou o Sporting Clube de Portugal, onde se entusiasmou tanto que resolveu dedicar-se àquela prática terapêutica, encorajado pelo Brigadeiro Álvaro Neto, que não só lhe ensinou as cinco operações fundamentais da massagem como também lhe abriu as portas do Posto Clínico do Sporting, para aprendizagem. Sempre ávido de saber, frequentou cursos em Lisboa e leu praticamente tudo sobre massagens.

Hoje, além de um consultório aberto junto à sua residência, faz também serviço na Clínica D. Dinis e na FEIS, onde trata doentes recomendados por quase todos os médicos da região.

O seu espírito afável e sempre amigo levou-o rapidamente a contrair amizades, destacando-se nesse particular Manuel Marques, de quem hoje é grande amigo. Recebeu várias homenagens, prestadas principalmente por clubes da região, pelos bons serviços ministrados aos seus atletas. Foi também lembrado pela A. F. Leiria, com a instituição de uma Taça com o seu nome, para disputa de um campeonato em 1983.

António Marrazes Júnior

Nasceu na Marinha Grande em 18 de Dezembro de 1912, filho de António Marrazes e de Maria das Dores Alves.

Além de oficial vidreiro de grande mérito, foi um desportista de vulto na Marinha Grande. Foi jogador de futebol do ACM, pedestriana, tendo feito equipa com António Lourenço Pereira, e ciclista de bom nível regional.

Pelas suas qualidades foi nomeado, após a morte de Larangeira Guerra, delegado no distrito da União Velocipédica Portuguesa e, mais tarde, da Associação de Ciclismo do Sul.⁶¹⁰

António Vieira Rodrigues Ascenso

Natural de Alcobaça, onde nasceu a 29 de Novembro de 1915, veio para a Marinha Grande em 1935, trabalhar no Cartório Notarial.

Apesar da pouca idade (somente vinte anos) tinha já desenvolvido grande actividade em Alcobaça e nas Caldas da Rainha, como praticante e como dirigente desportivo. Em Alcobaça ajudou a fundar o Atlético Club, onde foi jogador inscrito na Associação de Futebol de Leiria. Nas Caldas colaborou na fundação do Académico Futebol Club, onde foi capitão de equipa. Praticou ainda outras modalidades, como tiro, ginástica, ténis de mesa, ciclismo, etc..

Na Marinha Grande, onde se estabeleceu definitivamente, pois aqui constituiu família, continuou a dedicar-se inteiramente ao desporto. Pessoa de trato afável, cedo granjeou muitos amigos.

Foi dirigente de vários clubes. Juntamente com José Dinis Pereira Júnior e Joaquim Dinis Alves, fundou em 1939 o Sport Lisboa e Marinha, do qual foi por várias vezes presidente da Direcção.

Esteve sempre presente em várias organizações desportivas marinhenses, caso das 20 Voltas Ciclistas às Gaeiras, prova de grande mérito.

A sua grande dedicação ao desporto, principalmente ao futebol, levou-o ao mais alto galardão desportivo distrital, que é a presidência da Associação de Futebol de Leiria, para onde entrou em 1942 como vogal e onde desempenhou vários outros cargos.

Foram-lhe concedidos vários galardões desportivos, como Sócio Honorário, Medalha de Ouro de Mérito da Federação Portuguesa de Futebol e Medalha de Bons Serviços Desportivos, concedida pelo Governo da Nação, em 1984.

Foi também um dos obreiros das novas instalações da sede da A. F. de Leiria, que podem considerar-se das melhores do País. Aquando da sua inauguração foi-lhe prestada justa homenagem, em que estiveram presentes, além do Secretário de Estado, o Presidente da Federação, outras autoridades civis, militares, eclesiásticas, desportivas e amigos.⁶¹¹

Júlio Braga Barros

Árbitro de futebol internacional, nasceu na Marinha Grande em 30 de Dezembro de 1916, filho de Joaquim Barros e de Judite Braga Ponte.

Iniciou-se como árbitro de futebol na época de 1940, pela C. D. A. Leiria.

Muito rapidamente atingiu a craveira máxima da arbitragem, conseguida por mérito próprio. Chegou à I Divisão no ano de 1946 e à categoria de internacional em 1961. Durante a sua carreira dirigiu os jogos mais difíceis dos Campeonatos nacionais e esteve presente em várias finais da Taça de Portugal.

No campo internacional, além de dirigir o jogo Portugal - Noruega em 11 de Junho de

1966, esteve presente, como Juiz de Linha dos árbitros Joaquim Campos e Décio de Freitas, em vários jogos no estrangeiro.

Arbitrou também em Cádiz, na Espanha, em 1965, o torneio *Caranza*.

Possui várias medalhas atribuídas pelas suas actuações e foi várias vezes homenageado.⁶¹²

Álvaro Alves Marrazes

Nasceu na Marinha Grande, em 15 de Julho de 1926, filho de António Marrazes e de Maria das Dores Alves.

Evidenciou-se no atletismo marinhense, a nível regional e nacional. Iniciou-se no Atlético Clube Marinhense em 1947, descoberto pelo antigo internacional de futebol Manuel Soeiro Vasques, que o incentivou, quando era treinador do Marinhense.

Em 1948 participou em Lisboa na prova *O Primeiro Passo*, organizada pelo Sporting, sagrando-se vencedor e estabelecendo o recorde dos 2000 metros. Convidado pelo Sporting a representar o clube, aí se manteve durante as épocas de 1949 e 1950, tendo sido campeão por equipas nos campeonatos regionais e nacionais, em juvenis e juniores.

O atletismo regional e principalmente o marinhense muito ficaram a dever-lhe, pois foi ele que descobriu, treinou e incentivou, nos últimos anos, muitos rapazes na prática da modalidade. A. Marrazes, que possui o Curso de Monitor e Cronometrista da Direcção Geral dos Desportos, ainda hoje é um grande amigo desse desporto, estando presente em todas as organizações de atletismo regional.

Foi louvado pela direcção do Sporting Clube de Portugal em 1949 (reunião de 28 de Julho), pelo seu comportamento desportivo.⁶¹³

Professor João José de Melo Vieira

Grande figura do desporto marinhense, aqui se radicou a partir de 1956, ano em que veio para a Marinha Grande exercer o professorado no ensino primário.

Nasceu em Coimbra em 12 de Janeiro de 1932, filho de José de Moura Vieira e de Maria José de Melo.

Foi um professor exemplar e um delegado escolar sempre pronto a ajudar a população nos problemas escolares. Mas Melo Vieira foi sobretudo um grande amigo do desporto marinhense, por várias vezes dirigente do Atlético Clube Marinhense, fundador do Núcleo dos Amigos do Atletismo, criador de circuitos de manutenção e, principalmente, grande obreiro da construção da Piscina Municipal, de colaboração com o eng^o António Fernandes dos Santos.

Melo Vieira faleceu em 12 de Julho de 1977. A edilidade marinhense prestou-lhe homenagem póstuma, atribuindo o seu nome a uma das novas ruas da vila (precisamente aquela aonde residiu) e colocando no átrio da Piscina uma placa com os seguintes dizeres: "Nós, as crianças, reconhecidas ao professor Melo. 1977".

Eng^o António Fernandes dos Santos⁶¹⁴

Grande desportista, muito contribuiu para a construção da Piscina Municipal.

Nasceu na cidade de Coimbra. Na Marinha Grande, trabalhou na FEIS.

Praticou basquetebol, tendo integrado a primeira equipa da Associação Académica de Coimbra vencedora do Campeonato Nacional da modalidade. No mesmo clube jogou também andebol e voleibol, tendo nesta disciplina sido campeão regional. Destacou-se também no salto à vara, além de ter sido bom praticante de natação, também pela Académica.

Ajudou a redinamizar o basquetebol na região de Leiria, presidindo à Comissão Administrativa da respectiva associação, em 1964.⁶¹⁵

Orlando Fernandes da Luz Gonçalves

Nasceu na Marinha Grande, em 13 de Abril de 1938, filho de Américo da Luz Gonçalves e de Ângela Fernandes.

Iniciou-se em 1953 na secção de Luta do Sport Lisboa e Benfica. Venceu durante vários anos o campeonato nacional e todas as provas de séniores em que participou, em Portugal, entre 1956 e 1983.

Esteve radicado na Alemanha Federal, onde foi campeão individual da liga de Hessen. Participou em vários jogos internacionais, nos campeonatos da Europa e do Mundo e nas Olimpíadas de 1960 e 1972.

Formou-se como treinador em 1973, na RFA, e de volta a Portugal, em 1985, foi nomeado director técnico nacional da Federação Portuguesa de Luta e seleccionador nacional. Actualmente é técnico da modalidade no S. L. Benfica.

J. Outros

Maria da Conceição Amaro Alves⁶¹⁶

Esta grande senhora, que não era marinhense por nascimento, foi contudo marinhense pelo coração pois, tendo vindo para a Marinha Grande ainda muito nova, após casamento com o ilustre médico Dr. Manuel Francisco Alves, aqui viveu até ao seu falecimento, em 1950.

Passou grande parte da sua vida numa dedicação constante à mais nobre tarefa, ao mais sublime sentimento que pode ornar o coração humano - a Caridade. Embora nem sempre devidamente amparada e auxiliada na sua tarefa, trabalhou infatigavelmente, sem olhar a sacrifícios nem a canseiras, para fazer todo o bem que lhe era possível com vista a minorar o sofrimento do seu semelhante.

Ela enxugou muita lágrima, levou o pão a muita boca faminta, vestiu muitos desnudos e acarinhou muita alma ávida de conforto espiritual. Criou e manteve até à sua morte várias organizações beneficentes, das quais se destacou a "Sopa dos Pobres".⁶¹⁷

Aníbal Henriques Abrantes⁶¹⁸

Nasceu em 28 de Abril de 1908, em Lisboa.

Veio para a Marinha Grande, onde fundou, juntamente com o irmão, Aires Roque, uma fábrica de moldes.

Em 1937 iniciou o fabrico de moldes para transformação, numa fábrica em Leiria, de uma matéria plástica, a baquelite. Durante a II Guerra, em que este fabrico paralisou por falta de matéria-prima, fez moldes para garrafaria e cristalaria.

Depois da Guerra, dedicou-se inteiramente aos moldes para plástico, inaugurando em 1953 a sua nova fábrica, com 320 operários.

Foi também desportista, praticante de futebol.

Foi homenageado nas Caldas da Rainha pela Direcção da Associação de Socorros Mútuos desta cidade.

Notas da Organizadora

- 1 Subcapítulo criado para incluir uma das versões de um pequeno texto unitário, datado de 1986, que parece destinado a publicação e que faz uma apresentação da povoação. Deve ler-se, evidentemente, tendo em conta a data em que foi escrito.
- 2 O A. escreve “mais de 40 000”, o que é manifesto exagero e contradiz o quadro que abaixo apresenta.
- 3 O A. situa o acontecimento no século XII, sem fundamentar.
- 4 Ver na nota 208 o comentário a esta data.
- 5 Ver na nota 233 o comentário a esta perspectiva da vinda de Stephens para a Marinha Grande.
- 6 O A. escreve indiferentemente “Moel” e “Muel”.
- 7 Parágrafo escrito posteriormente pelo A., no quadro de mais uma versão do ponto seguinte, que deixou inacabada.
- 8 O A. acrescenta aqui a ideia, muito recorrente, de ter esta última alteração toponímica ocorrido por ordem expressa de Pombal, cerca de 1750. No entanto, está presente um documento de 1729 (Doc. 1) já com referência a “Marinha Grande”, assim como um outro, de 1721 (Doc. 2) referindo “a vintena da Marinha e uma aldeia chamada Marinha Pequena”.
- 9 O A. acrescenta: “aqui comandados pelo incendiário general Drouet e pelo sanguinário general Loison, conhecido por “Maneta”, que nos deixou o dito, a respeito de tudo o que desaparece por roubo ou morte: ‘foi para o Maneta””.
- 10 O A. deixou um texto unitário sobre as invasões francesas, provavelmente destinado a publicação autónoma, datado de Fevereiro de 1985, do qual se retirou este parágrafo. A inclusão da totalidade do texto foi desaconselhada pela sua grande extensão face ao tamanho deste ponto e pelo facto de incluir apenas dados já conhecidos. No final do mesmo, o A. menciona: “os elementos que serviram para elaboração destas notas foram extraídos dos livros *O Pinhal do Rei*, do Eng. A. Arala Pinto, *Anais do município de Leiria*, de João Cabral, e *O Couseiro*”.
- 11 Cálculo de Morais (1936: 45).
- 12 No manuscrito: 550.
- 13 Em vez deste número e desta data, o A. inclui “1769: 2120 habitantes”, não indicando fonte. O número e data apresentados em substituição correspondem ao Censo de Pina Manique.
- 14 Valor calculado pela Organizadora, a partir do valor de 3,86 habitantes/fogo, adoptado por Serrão 1993: nota 3.
- 15 No manuscrito: 31 284 (número relativo ao concelho, quando os restantes respeitam à freguesia).
- 16 Certamente a partir de 1878, inclusive.
- 17 Na verdade, o A. incluiu sobretudo dados de Morais (1936), elaborados, segundo é possível depreender, a partir de cálculo sobre o Censo da Estremadura (1527, Doc. 3), de Costa (1712), e *Memórias Paroquiais* de 1758 (Doc. 4).
- 18 Excepcionalmente no trabalho de organização e fixação deste texto, e numa opção certamente discutível, incluem-se a seguir dados não coligidos pelo A., mas sim pela Organizadora. Encontrando-se nos manuscritos um quadro relativo à distribuição populacional por lugares contendo graves incorrecções numéricas (relativo a 1981, resultava num montante populacional superior àquele apresentado pelo próprio A., no quadro acima, para esse ano), mas pretendendo-se, por outro lado, respeitar a intuição do A. quanto à importância de observar a distribuição da população por lugares, optou-se por incluir, adaptado, um quadro retirado de Marques (1995b); os números são relativos a população presente, sendo o total de 25 429 (inferior à residente). Não se apresentam dados de 1991 porque no Censo desse ano o INE optou por agregar excessivamente os lugares, considerando apenas 9 aglomerados, de grande extensão, em toda a freguesia.
- 19 Este bloco dá um retrato datado de alguns dos lugares da freguesia: isto é, o A. procura, além de coligar dados históricos, apresentar um panorama da situação coeva (c. 1987), sobretudo quanto a serviços e equipamentos vários. Uma década volvida, a data a que se referem os verbetes tem obrigatoriamente de

ser tida em conta na sua leitura. Notar-se-á ainda o desigual desenvolvimento dos mesmos: alguns deles não terão chegado a ser completados pelo A..

- 20 Indicações retiradas de outra versão deste ponto.
- 21 Os últimos sete nomes são retirados de outra versão deste ponto. Como ficou referido na Introdução, não se procedeu à confirmação destes e de outros nomes recolhidos pelo A. através de informações orais.
- 22 Recordar-se que o A. escreve cerca de 1987.
- 23 Os nomes citados ocorrem noutra versão do mesmo ponto.
- 24 Neste ponto, o A. remete para um capítulo sobre lutas operárias, que não chegou contudo a redigir.
- 25 O A. escreve certamente no início de 1988, uma vez que se refere ainda à Marinha Grande como "vila".
- 26 Esta frase e a seguinte foram retiradas de outra versão deste ponto.
- 27 Presentemente, encontra-se restaurado o tanque exterior.
- 28 Faleceu já, entretanto.
- 29 Em 1724. Ver o capítulo sobre o Pinhal.
- 30 O A. referir-se-á, certamente, a período anterior à expansão industrial marinhense.
- 31 Já se encontra publicado o relatório dessas escavações, conduzidas pela Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial e há muito interrompidas (Custódio & Tinoco, 1997). O sítio, porém, não se encontra musealizado.
- 32 Barosa (1993: 121) inclui todas as indicações deste parágrafo.
- 33 Os últimos quatro parágrafos são retirados de notas soltas deixadas pelo A..
- 34 O A. escreve indiferentemente "Tromelgo" e "Tremelgo".
- 35 Basicamente, a atribuição a um lugar, por um ano lectivo, dos serviços de um professor ou professora, que poderia não regressar no ano seguinte.
- 36 Em muito menor número que outrora, dadas a alteração das condições ambientais e a sobre-exploração.
- 37 Conforme é referido na Introdução, procurou-se incluir na lista de ilustrações do final do volume a respectiva origem. No caso de imagens recolhidas em livro, utiliza-se para o efeito o sistema autor-data (também usado nestas notas), encontrando-se a referência completa na lista bibliográfica final.
- 38 Como é sabido, existem outras versões (e sobretudo muita polémica) a respeito da origem e, relacionadamente, da grafia deste topónimo.
- 39 Miranda (1931: 134-35) não regista qualquer sismo nesta data (embora assinala 13 terramotos durante o século XIV); tratar-se-á assim, porventura, de uma data aproximada (referência gentilmente indicada pelo senhor H. F. Nunes).
- 40 A referência aos guardas florestais é retirada do verbete sobre o busto de A. L. Vieira.
- 41 Batalha & Silva (1843).
- 42 Em relação a alguns destes pontos, é visível o optimismo bairrista do A..
- 43 Noutra versão: "sabe-se que o sr. João Pereira e seus filhos Bernardino e Artur foram os primeiros banheiros desta praia, em 1892."
- 44 Em versão anterior, incompleta, o A. lista também regedores e outros membros da Junta, sendo citados os seguintes: Regedores: José Lúcio Ferreira Gândara (2 de Janeiro de 1905 a 31 de Outubro de 1910); Malaquias Pereira da Silva (1 de Novembro de 1910 a 3 de Outubro de 1917). Vogais: Francisco Afonso Taibner de Morais, Ricardo dos Santos Galo, Joaquim de Oliveira, Ernesto Duarte (1905 a 1908); Ricardo dos Santos Galo, Inocêncio Maia Dias, Joaquim de Oliveira (1909 e 10); José Simplício Sousa Virgolino, Júlio Carlos Etur, Joaquim Augusto Ferreira Morais, José de Sousa Neto (1910 e 11); os mesmos e Carlos Pereira da Silva (1912); Joaquim Augusto Ferreira Morais, José de Sousa Neto, Carlos Pereira da Silva, José de Sousa (1913); José de Sousa Neto, Carlos Pereira da Silva Carvalho, José da Silva Marques (1913); Carlos Pereira da Silva Carvalho, José de Sousa, Artur Barros, José Matias Pedrosa (1914); Carlos Pereira da Silva Carvalho, José de Sousa, José Matias Pedrosa, Gaspar Maria Pereira (1915). Secretários: David de Oliveira (1905-8), Tomás Carreira (1909-10), Albino da Silva (1910-11).

- 45 O A. terá consultado Barosa (1993: 74-75), que por sua vez cita a fonte indicada. Não se trata de um diploma relativo apenas à Marinha Grande, mas de uma reorganização administrativa nacional, no quadro da qual são extintos muitos concelhos e criados alguns outros.
- 46 A extinção do concelho, que será contudo ainda instalado, embora tardiamente, terá ficado a dever-se a pressões por parte dos poderes locais leirienses e também à dificuldade em encontrar pessoas elegíveis para os cargos municipais, já que, por força da própria reorganização administrativa que criara o concelho, a elegibilidade supunha elevados rendimentos e, por outro lado, os funcionários superiores e médios do Pinhal, com os quais Warnhagen teria porventura contado para esse efeito, se encontravam, como empregados públicos, impedidos de participar. Ver desenvolvimento e referências em Marques (1997).
- 47 O A. acrescenta que também Farrobo, então arrendatário da Real Fábrica, teria enviado uma representação, mas não identifica a fonte onde terá colhido essa indicação. Barosa (1993: 75) refere a “representação” marinhense, que afirma ter consultado, mas não a de Farrobo.
- 48 Elemento retirado de outra versão.
- 49 Este parágrafo foi construído, conforme decorre de notas anteriores, a partir de outras versões do mesmo capítulo. O A. refere ainda o nome de G. P. Roldão para 1916, ano em que a fonte citada é omissa.
- 50 O A. não refere a fonte desta indicação.
- 51 O A. escreve cerca de 1987.
- 52 O A. escreve cerca de 1987.
- 53 Cabral (1975, vol. I: 585), repete aqui o nome anterior, sendo certamente justa a alteração introduzida pelo A..
- 54 Foi entretanto Largo do Magalhães, tendo a substituição deste topónimo, em 1928, despertado alguma polémica (ver *A Marinha Grande* de 18.03.1928).
- 55 Certamente por lapso, o A. omite aqui a mudança da Av. Víctor Gallo para Av. do Vidreiro.
- 56 Em nota solta: “Desde há muitos anos que os marinhenses vêm lutando por uma estátua ao vidreiro, que perpetue para sempre este valoroso trabalhador que tanta glória tem dado à Marinha Grande com a sua arte. Já em 1966 o Jornal da Marinha Grande alertou para que essa estátua se realizasse, mas só em ___” (o A. não conclui esta frase, na qual certamente se referiria ao monumento à revolta de 18 de Janeiro de 1934, inaugurado em 1984).
- 57 A estátua representa uma figura humana masculina em completa nudez. Ver, p. ex., Bonita (1993: 119 e 124).
- 58 Não se trata provavelmente da actual classificação de monumento nacional atribuída, para fins de preservação, a alguns elementos do património construído.
- 59 Embora anuncie a próxima inauguração (04.08.1972) e publique uma fotografia do monumento no número seguinte, o jornal acaba por não noticiar a cerimónia. Em 20.09.1972 é publicado um texto de José Custódio de Moraes sobre o papel do rei Dinis em relação ao Pinhal, do qual parece poder depreender-se que o monumento teria já sido inaugurado.
- 60 Este bloco, previsto pelo A. mas alvo de alguma reorganização, inclui pequenas notas de interesse sobre temas muito diversificados. Apresentam-se em primeiro lugar aquelas relativas à vida oficial e política da localidade e depois algumas outras respeitantes à actividade económica não industrial em tempos passados.
- 61 Os símbolos municipais sofreram ao longo do tempo alterações várias, correspondendo a descrição apresentada pelo A. à simbologia definida por portaria de 20 de Novembro de 1934. Em nota solta, o A. refere também uma adjudicação anterior da bandeira a João Pereira Correia, em 17 de Julho de 1924. Sobre as sucessivas alterações e a situação actual, ver o *Forum Municipal*, nº 6, de Janeiro/Março de 1997.
- 62 A enorme diferença entre estes números resulta também, entre outros factores, dos diferentes valores do escudo num e noutro dos momentos referidos.
- 63 Neste ponto, o A. começa por referir uma visita de D. José, em 1773, sem indicar fontes. Refere-se também, nas mesmas condições, a uma visita de D. Maria I, em 30 de Junho de 1778. Barosa (1993) não se refere a estas deslocações. Em nota solta, assinalou também: “Príncipe Luiz Filipe - 1899”, tópico que não chegou a desenvolver aqui mas se encontra referido no capítulo sobre Vidro.

- 64 De facto, um documento de 1788 (Doc. 5) transcreve uma alocução de Stephens em que este alude a uma anterior visita régia à Fábrica.
- 65 Sobre esta visita, ver também o capítulo sobre Vidro.
- 66 Este último retrato terá certamente tido uma presença muito fugaz, dada a situação política então vigente.
- 67 O A. acrescenta: "por proposta do vogal Roldão" não esclarecendo de que organismo seria vogal este indivíduo. Noutra versão, afirma que a proposta se deve ao vereador J. S. Barosa. Todavia, este só exercera tal cargo até 1905. Numa outra nota, lê-se ainda: "foi ordenado por editais em Novembro de 1922".
- 68 Ver Cabral (1975, vol. I: 424a-428a), fonte, bastante desenvolvida, do A..
- 69 Deste capítulo, o A. deixou algumas versões, mais ou menos completas, além de grande quantidade de notas soltas sobre o tema respectivo. Entretanto, ao contrário do que sucede com os demais capítulos, uma parte deste foi anteriormente objecto de publicação (Azambuja, 1992). Tomou-se como base este texto, bem como a versão manuscrita que se afigurou mais finalizada (apresentada sob forma de páginas manuscritas, agrafadas e encapadas). Agregaram-se ainda extractos de outras versões e notas referentes a conteúdos omissos em qualquer um dos textos-base.
- 70 O A. trata a história inicial do Pinhal com bastante prolixidade em várias versões manuscritas deste capítulo. No entanto, o tema surge bastante resumido tanto na versão publicada como na versão manuscrita que deixou encadernada. Isso terá ficado a dever-se, provavelmente, ao facto de ter consciência da pouca solidez de muitos dos elementos históricos que coligiu - e que pensaria talvez vir a aperfeiçoar posteriormente. Assim, e no seguimento da clarividência demonstrada pelo A. ao compor a versão encadernada deste capítulo, das vastas páginas manuscritas sobre a história do Pinhal até ao século XVIII apenas se retiveram os elementos autorizados pelo estado actual das pesquisas.
- 71 Noutras versões, o A., levado pela tradição oral, escreve, por exemplo: "Mas concretamente sabe-se que foi o Rei D. Dinis que mandou vir de França a semente (*Pinus Pinaster*) de pinheiro bravo; mandou recrutar lavradores, carreiros, lenhadores, serradores, etc., iniciando a sementeira que haveria de transformar os grandes areais de faixa litoral em zonas verdejantes." - ideias cujo suporte documental não indica e que não mantém, como já foi dito, nas versões mais acabadas.
- 72 Os dados a respeito de clima e dimensões lineares foram retirados de outras versões deste capítulo.
- 73 O A. acrescenta: "Embora se admita que já no tempo de D. Dinis tenha sido coutado". Ver Pinto (1938-39, vol. I: 159-60).
- 74 A ordem de execução deste trabalho é emanada em 1866 (Pinto, 1938-39, vol. II: 39).
- 75 Ver nota anterior.
- 76 Factores de degradação foram a diminuição do uso, pela alteração das rotinas de trabalho e transporte no interior do Pinhal, e também, nalguns casos, o vandalismo. Ultimamente, os Serviços Florestais, com apoio das autarquias, têm procurado recuperar e manter alguns desses pontos, já com a finalidade de proporcionar espaços de lazer - tarefa dificultada, em muitos casos, por episódios de desleixo e destruição propositada por parte dos utentes.
- 77 A caligrafia do A. deixa neste ponto dúvidas a respeito dos nomes referidos.
- 78 Este parágrafo é retirado de uma nota solta. Nenhuma destas explorações mineiras atingiu proporções ou durabilidade consideráveis (como seria de esperar e desejar em meio a um maciço florestal).
- 79 Neste ponto, o A. acrescenta: "e ultimamente por ___", não completando a indicação.
- 80 Ver composição em Pinto (1938-39, vol. II: 162).
- 81 É conhecida a já antiga vivência marinhense do Pinhal como espaço de lazer, na qual o automóvel introduziu drásticas modificações, sendo abandonados os locais de acesso difícil a esse meio de transporte e transformados, para pior, outros, com vista a permitir tal acesso. Além dos inconvenientes de carácter ambiental, a deslocação em automóvel, pela rapidez e pelo isolamento parcial do meio envolvente que implica, diminui o acesso a pormenores e vivências sensoriais diversas, alterando em consequência as atitudes em relação aos espaços físicos em causa.
- 82 Numa das versões deste capítulo, o A. refere a influência que sobre esta diversificação cultural teria tido Fernando, marido de Maria II (cuja acção sobre Sintra é conhecida), impulsionando Warnhagen a promover no Pinhal a plantação de espécimes ornamentais. A intervenção daquele aristocrata é corroborada por

- um documento transcrito por Pinto (1938-39, vol. I: 424-25). Noutra versão, indica: “Os grandes impulsionadores da plantação destas árvores, iniciada em 1800, foram: José Bonifácio de Andrada e Silva, silvicultor e botânico; Frederico Luiz Guilherme de Warnhagen, silvicultor; Capitão de Fragata João de Fontes Pereira de Melo; Bernardino Barros Gomes, eng.º silvicultor; António Mendes d’Almeida, eng.º silvicultor - para só se indicarem os de maior destaque”. Ainda noutra versão, refere mais concretamente que as árvores da Ponte Nova foram mandadas plantar por Acácio A. Amaral.
- 83 O A. acrescenta, neste ponto: “a lembrar pinhal encontrado por D. Dinis antes de mandar semear o Pinhal do Rei”.
- 84 O A. refere que os plátanos - todos hoje sacrificados no altar do tráfego automóvel (com manifesto prejuízo da qualidade de vida de moradores e passantes, mormente peões e ciclistas) - teriam sido plantados ainda no tempo de Warnhagen (primeira metade do século XIX). Terá sido dessa época a primeira plantação, certamente substituída ao longo do tempo.
- 85 Nos manuscritos, incluindo nas versões tomadas como base, o A. refere-se neste capítulo não apenas à utilização das madeiras mas igualmente à dos resinosos - que se afigurou contudo mais correcto deslocar para o capítulo seguinte, relativo às actividades industriais suscitadas pelo Pinhal, e onde o A. incluía já a serração de madeiras. Para este capítulo, também o A. se baseia em Pinto (1938-39, vol. I).
- 86 O A. chama “xávegas” a tais barcos. Ora, designa-se usualmente por xávega uma arte de pesca de mar, com redes colocadas através de embarcação mas puxadas depois a partir de terra. Só por extensão semântica, que alguns contestam (Nunes 1993: 211), se chama “xávega” também às embarcações utilizadas. Esta arte não existiria na época a que se refere o A., tendo a sua divulgação em Portugal tido início no século XVIII (*idem*: 206-11). Ter-se-á começado a praticar na Vieira apenas já no século XIX, após a regularização do curso do Liz (*idem*: 205).
- 87 Alterou-se ligeiramente o título deste ponto, de modo a corresponder às modificações referidas na nota 85.
- 88 O A. afirma que foi esta a primeira fábrica de pez e similares criada na região, mas tal é contestado pelo facto de, entre os direitos e rendas que o rei atribui a Meneses em 1463, ao fazê-lo donatário de Leiria e seus termos, se incluir já “o ramo das rendas do pez” (Gomes 1995: 225), indicando que já nessa altura tal matéria era fabricada algures na região, muito provavelmente a partir das achas do Pinhal. Numa das versões, o A. alarga-se também sobre as vicissitudes da casa de Vila Real em 1641, retomadas noutro ponto do texto, a propósito de S. Pedro de Muel.
- 89 Balsemão, 1815.
- 90 Mais exactamente, mandada construir pelo Regulamento de 1790 (Pinto, 1938-39, vol. I: 313).
- 91 Em 1863, segundo Pinto (1938-39, vol. I: 321), é reconhecido o estado de aperfeiçoamento do fabrico, sendo elevado o vencimento do respectivo Mestre.
- 92 O A. menciona várias datas, adoptando-se aquela indicada por Pinto (1938-39, vol. II: 364).
- 93 Torna-se óbvio o imperativo de preservar e mesmo acrescentar esta dignidade, mantendo ao mesmo tempo as possibilidades de fruição do edifício por toda a população. Outrora, quando a fábrica funcionava, existiam no pátio interior, descoberto, um lago e um jardim.
- 94 Abreu (1865).
- 95 Em nota solta, o A. afirma, não citando fonte, que já em 1868, “inexplicavelmente, pois a laboração da fábrica estava em pleno, o chefe interino da Repartição da Agricultura” propusera arrendamento ao próprio Bernardino José Gomes.
- 96 Este serviço não funcionou no corpo central do edifício vertente, mas em anexo a este. No presente, a Marinha Grande não dispõe já de posto da GNR, tendo as mesmas instalações funcionado recentemente para apoio à instalação do Museu do Vidro.
- 97 Também aqui se trata não do corpo principal mas de edifício anexo.
- 98 Noutra versão, o A. diz que os ditos fornos teriam existido “junto ao Ponto Novo, num sítio denominado ‘Carvoaria’”. Noutra ainda, sugere que talvez tivessem existido no Pilado. Numa terceira, refere “Ponte Nova” em vez de “Ponto Novo”.
- 99 O A. inspira-se, nesta passagem, em Pinto (1938-39, vol. II: 393). Noutra versão: “desconhecemos qual a pena aplicada a essa pobre gente, mas já a caminhada constituía grande sacrifício.”

- 100 O etnógrafo Benjamim Pereira (1990: 29) refere as dificuldades de transporte dos grandes troncos até às serrações mecânicas como grande factor da longevidade da serração braçal, que se efectuava junto aos cortes.
- 101 Referência parafraseada de Amado (1977: 129).
- 102 Referência colhida em Amado (1977: 131).
- 103 Também de Vieira de Leiria, Coimbra e Monte Redondo. Ver Pereira (1990: 29) e alguma ficção do virenses António Vitorino (s. d. [1944], por exemplo).
- 104 O estudo mencionado pelo A. (Almeida 1962) cita mas não segue esta tese a respeito das causas do incêndio.
- 105 Numa das versões, escreve o A., sem indicar fontes: "Mandado por D. Maria I verificar *in loco* o que de anómalo se passava no Pinhal (admite o escritor Alfredo Gândara que fora Guilherme Stephens a informar a rainha dessas anomalias) o ministro Martinho de Melo e Castro criou o regulamento da Mata de 1790 e deu também ordem para se estudar a implantação de serrações movidas a água: uma na Ponte Nova e outra em S. Pedro de Moel." No entanto, Arala Pinto (1938-39, vol. I: 208) admite terem essas serrações sido montadas anteriormente, por instruções de Pombal.
- 106 O A. baseia-se certamente na citação feita por Pinto (1938-39, vol. I: 376-377) de um relatório de 1853. Contudo, o mesmo Pinto (1938-39, vol. I: 297) afirma noutros pontos que a serração funcionou até à invasão francesa, sendo depois disso ainda restaurada.
- 107 Nos verbetes seguintes incluíram-se alguns elementos recolhidos noutras versões deste capítulo e em notas soltas. Além das serrações mencionadas, o A. refere também, em nota solta, a Tomás da Cruz & Filhos, cujo verbete não chega a elaborar.
- 108 Interrogação do A..
- 109 Outra versão: "A proprietária, senhora Dupin, tinha várias serrações no nosso país que trabalhavam exclusivamente para exportação. Por sua morte, deixou a fábrica a um familiar, Jean Baref, que formou a nossa Companhia Portuguesa de Madeiras."
- 110 Interrogação do A..
- 111 Noutra versão: Julho.
- 112 Noutra versão, o A. afirma que este funcionário se encontra ainda à frente da unidade.
- 113 Não é claro se o A. se refere aqui à época de fundação ou à época em que escreve.
- 114 O A. refere também, nalgumas versões deste capítulo, que D. Dinis dera aos primeiros habitantes da zona terrenos do Pinhal para se instalarem, madeira, lenha e mato à discrição para construções, aquecimento e alimentação de animais. Daí resultaria, aventa o A., a ideia ainda hoje existente de que "o Pinhal é do povo". Não são mencionadas as fontes destas afirmações.
- 115 Informação retirada de Pinto (1938-39, vol. I: 208). O A. acrescenta: "Mais tarde, ao ter conhecimento de vários abusos cometidos pelos Couteiros sobre os povos que espoliavam e tratavam mal, teve que admoestar o Couteiro-Mor de que não permitia esses abusos".
- 116 A fonte do A. é Pinto 1938-39, vol. I: 220-21.
- 117 Há registo de diligências nesse sentido, por parte de Arala Pinto, até pelo menos 1947 (Marques [dir.], 1996: 117).
- 118 Citado por Pinto (1938-39, vol. I: 167-69).
- 119 Na verdade, as cedências para actividade agrícola de terrenos inicialmente coutados como pertencentes ao Pinhal (desde o tempo de Filipe) verificaram-se em diversas épocas, dado o aumento populacional e o facto de, embora coutadas, as parcelas não se encontrarem arborizadas. Ver Pinto (1938-39, vol. I: 165-67).
- 120 O A. refere ter esta medida resultado de uma proposta de Warnhagen. De facto, Warnhagen fora em 1836 favorável a esses arroteamentos agrícolas, mas em 1837 solicita a revogação das referidas cedências de terreno, sendo a portaria acima extractada publicada contra a sua opinião, a partir de um parecer favorável do administrador geral do Distrito (Pinto, 1938-39, vol. I: 279-285).
- 121 Recordar-se que o A. escrevia antes da cedência dos terrenos onde hoje se encontra a zona industrial da Marinha Grande, procurando com estes argumentos contribuir para pressionar no sentido de tal cedência.

- No tocante às povoações litorais, e a despeito da perspectiva “desenvolvimentista” do A., não deve esquecer-se que é, em grande parte, o facto de se encontrarem “encravadas” no Pinhal que confere valor turístico a qualquer delas, sobretudo a S. Pedro de Muel.
- 122 Na época em que o A. escreve, não estava ainda tão divulgado como actualmente, em Portugal, o conhecimento dos efeitos nefastos da intensa circulação automóvel sobre os maciços florestais e sobre a qualidade do lazer proporcionado por esses espaços.
- 123 Como é sabido, este concelho foi extinto em 1838, só voltando a Marinha Grande a ser sede de concelho em 1917.
- 124 Em nota solta, o A. menciona também a atribuição de uma verba das Matas para pagamento a um médico que servisse os habitantes, cerca de 1860.
- 125 Reviram-se as informações arroladas neste ponto pelo A. à luz de um estudo mais recente que aqueles por si utilizados (Gomes 1995).
- 126 Segundo Gomes (1995: 221), trata-se de uma possibilidade não confirmada. Antes deste donatário o A. menciona ainda D. Teresa, filha de Afonso Henriques, hipótese contestada por Gomes (1995: 219-20).
- 127 O A. acrescenta que Pombal cria o “corpo de guardas florestais” – induzido talvez pelo facto de o regimento pombalino se referir aos couteiros também como “guardas menores” (por oposição ao Guarda-Mor). Ver transcrição em Pinto (1938-39, vol. I: 175-206).
- 128 O A. refere também que os couteiros foram então obrigados a apresentar os respectivos documentos de nomeação. No Alvará régio em causa lê-se, sim, que as respectivas nomeações deveriam ser revistas pelo administrador, em função da conduta anterior de cada um (transcrito em Pinto, 1938-39, vol. I: 234-35).
- 129 Realizado apenas numa pequena área do Pinhal (Pinto, 1938-39, vol. II: 51).
- 130 Presentemente, a Mata depende da Direcção Geral da Agricultura da Beira Litoral, Direcção de Serviços Florestais, Divisão de Valorização do Património Florestal (tendo este último serviço sede na Marinha Grande e jurisdição sobre toda a área da Beira Litoral).
- 131 Apesar da afirmação do A. comentada na nota 127, é no Regulamento de 1790 que desaparece a referência a couteiros, passando a falar-se expressamente em “guardas”. Ver transcrição em Pinto (1938-39, vol. I: 236-45). No entanto, haveria ainda pontos de contacto entre a condição destes guardas e a dos anteriores couteiros, pois somente em 1824 parece ter-lhes sido fixado ordenado (Pinto, 1938-39, vol. I: 359). No entanto, a expressão (e a função?) de “couteiro” vai-se mantendo, sendo ainda citados “guardas das matas e couteiros” num documento de 1836 (Pinto, 1938-39, vol. I: 360).
- 132 Nalgumas versões o A. indica 1824. Reteve-se a data indicada por Pinto (1938-39, vol. I: 361).
- 133 É Arala Pinto (1938-39, vol. I: 363-66), sensível às condições de trabalho dos guardas, quem critica este uniforme, sugerindo algumas modificações.
- 134 O fornecimento pelo Arsenal do Exército deve-se à constatação de que a maioria não dispunha de armamento próprio (Pinto, 1938-39, vol. I: 360-61).
- 135 Pinto (1938-39, vol. I: 235) dá a autoria de Castro em relação a esta medida como uma possibilidade.
- 136 O A. escreve cerca de 1986.
- 137 O A. refere várias datas nos seus manuscritos. Terá seguido sobretudo Pinto (1938-39), que no vol. I: 330 refere 1824 e no vol. II: 364 refere 1840.
- 138 Numa das versões, refere o A., retomando uma ideia já a florada no início deste capítulo: “[o parque] que Warnhagen começou a plantar em 1826 e que João Fontes Pereira de Melo continuou em 1845, incentivado por D. Fernando, que foi marido da Rainha D. Maria II.”
- 139 A obra de referência sobre a tipologia do carro de bois português (Galhano, 1973) não toma como critério classificativo a presença ou ausência de “caixa”, mas sim, sobretudo, o formato do leito e o tipo de eixo (móvel ou fixo). Embora identifique um “carro do litoral do distrito de Leiria”, que localiza nas zonas de Alcobaça, Nazaré, Caldas da Rainha, nos concelhos de Leiria e Marinha Grande este autor referencia sobretudo o carro dito “ribatejano”: leito rectangular, eixo móvel e rodas muito abertas, sem raios (Galhano, 1973: 29-34 e Carta de Distribuição).
- 140 Pinto (1938-39, vol. I: 298) identifica esse caminho na planta da Mata de 1841.

- 141 A transcrição feita por Pinto das páginas do administrador do Pinhal na época, José de Melo Gouveia, no *Boletim do Ministério das Obras Públicas*, 1860-65, (transcrito por Pinto, 1938-39, vol. II: 277-78), não permite identificar com exactidão a data desta obra, parecendo poder depreender-se que se teria feito sob direcção de Gouveia e, mesmo, que teria funcionado simultaneamente com o comboio americano.
- 142 Os edifícios das estações são de 1856 (Pinto, 1938-39, vol. II: 364).
- 143 Entre as notas do autor: "Locomotiva nº2: construtor, Orenstein e Köppel (Alemanha); nº construção: 11495. Locomotiva nº 3: construtor, Orn Jerry (Alemanha); nº construção, 3871.
- 144 Em Outubro de 1996, por iniciativa da Junta Freguesia da Marinha Grande, a locomotiva foi retirada do local e exposta na Feira de Artesanato e Gastronomia desse ano, no âmbito de uma exposição intitulada "A Quinta-Feira da Ascensão". Em seguida, o mesmo órgão autárquico promoveu o restauro da locomotiva, que hoje se encontra nos estaleiros da Câmara Municipal.
- 145 Noutra versão: depois da restauração do concelho.
- 146 Numa perspectiva mais moderna e de desenvolvimento sustentável, conhecidas hoje as desvantagens da circulação automóvel, seria do maior interesse limitá-la (ao invés da perspectiva, mais antiquada, do A.) estimulando a circulação ciclista e pedestre.
- 147 Noutra versão: 15 km.
- 148 Noutra versão: 8 km.
- 149 Noutra versão: 162 km.
- 150 Esta sinalização foi entretanto refeita pelos Serviços Florestais, que vão procedendo à respectiva manutenção.
- 151 O A. terá recolhido esta indicação em Pinto (1938-39, vol. II: 293-94) que, como chefe da Circunscrição, viveu essa época, assinalando que o combate a incêndios por populares era então susceptível de pagamento, assim como eram fornecidos géneros alimentares àqueles que ficavam a vigiar o rescaldo dos fogos.
- 152 Desde 1997 (DR, II série, 7 de Fevereiro) as árvores mais importantes do Pinhal encontram-se classificadas como de "interesse público".
- 153 O A. baseia-se em Pinto (1938-39, vol. II: 274), que transcreve um extracto do "Regimento das Coutadas, Matas, Montarias e Defezas", datado daquele ano, mas não refere que tenham sido estas as "primeiras" leis de prevenção contra incêndio.
- 154 Não se trata dos actuais, mas de um "aceiro longitudinal" e de "atalhadas" corta-fogo (Pinto, 1938-39, vol. II: 275). O figurino actual será do tempo de B. Barros Gomes (Pinto, 1938-39, vol. II: 280).
- 155 O A. mistura neste parágrafo prescrições de várias épocas. Ver Pinto (1938-39, vol. II: 275).
- 156 Retirado pelo A. de Pinto (1938-39, vol. II: 276), que por sua vez cita de regulamento da época.
- 157 Noutra versão: 1898.
- 158 O A. escreve cerca de 1986.
- 159 Deste grande capítulo sobre Vidro, o A. deixou várias versões, mais ou menos completas, além de grande quantidade de notas soltas sobre o tema respectivo. Tomou-se como base a versão que se afigurou mais finalizada (apresentada sob forma de páginas manuscritas, agrafadas e encapadas) agregando-se-lhe, em pontos devidamente identificados, extractos de outras versões e notas referentes a conteúdos omitidos na primeira. Para este capítulo, ocorre no manuscrito também o título "A Indústria Vidreira"; conservou-se porém o título "O Vidro", por ocorrer mais destacadamente nos manuscritos e ser de maior abrangência. Introduziram-se neste capítulo pequenas correcções de forma.
- 160 O A. não chega a fechar as aspas que abre no início deste parágrafo (e que indicam tratar-se de uma citação), nem menciona a fonte onde a recolheu.
- 161 Segundo Mello (s.d.: 26) "*flint-glass e crown-glass* (...) usam-se especialmente na fabricação de lentes".
- 162 Mello (s.d.), aparente fonte do A. em relação às matérias-primas usadas no vidro, não menciona o termo "criolite".
- 163 Outra versão deste trecho: "um bom vidro, quando ainda no estado de fusão, tem a elasticidade de um fio de seda, pode ser enrolado como qualquer material têxtil ou moldado como chumbo e, quando frio, ser

serrado como a madeira, duro como aço, inquebrável, incombustível, etc..”

164 O A. escreve cerca de 1986.

165 Noutra versão, o A. considera dois tipos de maior abrangência, dos quais os apresentados nesta lista seriam subdivisões: “vidros comuns, que não levam chumbo; cristais, ricos em brilho, sonoridade, brancura e limpidez, dados pelo óxido de chumbo.”

166 O A. escreve “Bórax anido”.

167 Retiraram-se neste ponto alguns parágrafos onde o A. começava a desenvolver o tema, que depois repetia no capítulo sobre história da indústria vidreira em Portugal.

168 Este parágrafo foi recolhido noutra versão do mesmo capítulo.

169 Noutra versão: “entre 1900 e 1904”. Joaquim Barosa (1993: 65) refere 1902 como ano de construção do primeiro forno a tanque mencionado no seu relato. José P. Barosa (1996a: 26-28), contudo, analisando dados de várias fontes, coloca a hipótese da construção anterior de fornos a tanque, na Amora e em Braço de Prata.

170 Esta referência suplementar aos queimadores foi retirada de outra versão do mesmo capítulo.

171 Indicação suplementar retirada de outra versão do mesmo capítulo.

172 Na versão deste capítulo que foi tomada como base, o A. incluía aqui uma descrição do processo de planificação da vidraça, que se retirou por estar repetida adiante, aquando da descrição das várias sequências de fabrico manual.

173 Em folha solta, o A. regista: “o francês Drouet, por ordem do Governo, andou em 1761-62 procurando pelas províncias argila refractária. Encontrou-a na região de Aveiro e aí construiu a primeira fábrica de tijolos refractários.”

174 Além dos subtítulos abaixo, ocorre ainda, noutra versão deste capítulo, “Fabrico de ampolas para lâmpadas eléctricas” - secção que todavia se excluiu, por mal se encontrar principiada e não incluir qualquer descrição técnica.

175 Este parágrafo recolhe ideias registadas pelo A. em nota solta.

176 As descrições sumárias presentes nesta lista foram recolhidas noutra versão do mesmo capítulo.

177 Este parágrafo foi recolhido noutra versão do mesmo capítulo.

178 Originalmente, este período encontrava-se mais adiante no capítulo.

179 Este parágrafo reúne indicações dispersas por outras versões do mesmo capítulo.

180 Este e o anterior parágrafos foram retirados de outra versão do mesmo capítulo. O A. não deve ter chegado a concluir a redacção das frases sobre o fabrico de vareta.

181 Este parágrafo e os dois anteriores organizam informação incluída noutras versões do mesmo capítulo.

182 Em folha solta, o A. anota: “Aires Roque - consegue liga especial para o ferro e passa a fundir e gravar moldes - 1927”.

183 Os últimos três parágrafos organizam informação incluída noutras versões do mesmo capítulo. Esta unidade fabril encontra-se presentemente na zona industrial.

184 O A. recolhe esta indicação em Valente (1950: 25). No entanto, Valente não afirma que tenha sido este o começo da indústria do vidro em Portugal.

185 Noutra versão, o A. acrescenta: “e o arrefecimento, feito no cavalo de madeira (celha própria) por meio de água passando por um crivo”.

186 A referência às sucessivas operações foi retirada de outra versão deste capítulo.

187 O A. deixou registada em nota solta esta transcrição de A. Pinto, que pela sua expressividade se entendeu incluir.

188 Os parágrafos relativos a este processo de fabrico foram retirados de outra versão do capítulo sobre vidro.

189 Noutra versão do mesmo capítulo, encontram-se rasuradas algumas destas localidades e acrescentadas outras, resultando na seguinte lista: Vieira, Monte Redondo, Guia, Pataias, Martingança, Fontela e Murraceira.

- 190 Também Mendes (1992: 139, p. ex.) refere, para o caso da Santos Barosa, a presença de tecnologia essencialmente nacional na fase da semiautomatização.
- 191 Anteriormente a estas máquinas, e não falando já nas *Ashley*, surgidas cerca de 1887, surgiram as *Monish*, as *Lynch*, as *Armytage*. Tomando o caso da Santos Barosa, da qual existe um estudo monográfico, os pedidos de instalação dessas máquinas começam no final dos anos 1920 (*Monish*) não havendo deferimento na altura (mais tarde será instalada). Em 1943 é autorizada a instalação de uma *Lynch* mas alguns anos depois é indeferido idêntico pedido a respeito de uma *Armytage*. Nesta empresa, a primeira máquina *Tourres* começa a funcionar em 1959 (Mendes, 1992: 132-138) dando verdadeiramente início ao período do fabrico automático, que os modelos anteriores não haviam conseguido impor satisfatoriamente.
- 192 Esta referência à Suécia foi retirada de outro capítulo. Segundo Mendes (1992: 260), as primeiras máquinas *IS* remontam a 1925. Mas só muito posteriormente (e depois de muitos aperfeiçoamentos) passam a constituir o padrão do mercado: a Santos Barosa, p. ex., põe a funcionar a primeira delas em 1970 (Mendes, 1992: 138).
- 193 Outro factor de inovação e melhoria de produtividade é o facto de as máquinas da geração actual incorporarem regulação electrónica.
- 194 A descrição apresentada recolhe bastantes parágrafos de outra versão, neste ponto mais pormenorizada.
- 195 A empalhação, quase sempre executada por mulheres, foi, até à utilização de protecções em plástico, complemento importante do trabalho de produção de garrações (manual ou semiautomático). A esse respeito, encontra-se nos papéis do A. a seguinte nota, talvez referida a 1940 (data presente na mesma página a propósito de outro assunto): "Empalhadeiras a vime: José Morais Matias Filho, 71; Manuel P. Roldão, 36; A. Dias Sousa, 4; A. M. Pedrosa, 6; Jaime P. Ferreira, 3; Joaquim Pedrosa, 3". Trata-se evidentemente de uma lista não exaustiva.
- 196 O A. deixa em branco o espaço relativo à data desta instalação.
- 197 Transformado em tiras planas, com que se procedia depois ao revestimento.
- 198 Indicações retiradas de uma nota solta deixada pelo A..
- 199 Como se verá, o A. não chegou a desenvolver todos estes pontos.
- 200 Em nota solta, o A. regista que este processo foi introduzido por António de Magalhães Júnior, em 1890.
- 201 Este capítulo não contém qualquer investigação do A. em fontes primárias, mas somente resultados de pesquisa bibliográfica em vários textos sobre a história do vidro em Portugal. Embora o A. só esporadicamente indique as suas fontes, é possível identificar pelo menos Valente (1950).
- 202 Sob este título, apresentam-se a seguir alguns parágrafos incluídos pelo A. numa das versões da "Justificação".
- 203 Ideia retirada de Sequeira (1944: 9).
- 204 Valente (1950).
- 205 Parágrafo retirado de outra versão. Os dados apresentados pelo A. diferem neste ponto dos de Valente (1950: 29-30), segundo quem a fábrica estava em decadência cerca de 1811, voltando a desenvolver-se meio século depois e tendo apresentado peças muito elogiadas na Exposição Distrital de Aveiro de 1882. Segundo a mesma fonte, a fábrica laborou pelo menos até 1885.
- 206 Este parágrafo inclui informação retirada de outra versão do mesmo capítulo.
- 207 Esta referência aos frascos encontra-se mais adiante no manuscrito.
- 208 Alguns autores consideram 1747. Ver referências em Marques (1998: nota 15).
- 209 Estes longos parágrafos sobre a história da fábrica de Coima após a retirada do apoio régio são fortemente baseados, com inúmeras transcrições e paráfrases não assinaladas, em Gândara 1977: 6-7 (o que aliás é bem patente no tom épico de algumas afirmações). O A. intercala contudo algumas outras ideias: a referência ao envelhecimento dos fornos, própria de alguém que conhecia bem os condicionalismos técnicos do sector; e a ideia, decalcada do que se passaria em 1826-27 com a Real Fábrica da Marinha Grande, das pressões junto do Governo para fecho da fábrica, a pretexto de se tornar onerosa para o Estado.
- 210 Foram agrupados neste subcapítulo diversos verbetes redigidos pelo A. sobre vidreiras não marinhenses de várias épocas, encontrados em diversas versões do presente capítulo e em notas soltas; em relação às

- mais antigas, a fonte do A. foi sobretudo Valente (1950). Ao contrário do Covo e de Coia, tratadas anteriormente, as fábricas a incluir neste ponto são posteriores à marinhense Stephens, tendo muitas delas ligações mais ou menos directas à Marinha Grande, através de vidreiros ou de fundadores. Assim, enumeram-se em primeiro lugar as 5 fábricas geograficamente mais próximas do núcleo marinhense e depois as restantes; no interior de cada um destes conjuntos adoptou-se a ordem alfabética, dado que nalguns casos o A. deixou somente folhas em branco ou com breves notas (correspondentes a verbetes que não chegou a elaborar), o que impossibilita uma ordenação cronológica.
- 211 A esta fábrica corresponde um dos verbetes que o A. não chegou a elaborar. Fundada em 1944, a fábrica funciona ainda hoje, não em Alcobaça mas na zona industrial de Casal da Areia, produzindo artigos em cristal de chumbo, por processos manuais. Possui também uma unidade na Marinha Grande (ver o verbebo relativo à Fábrica Marquês de Pombal).
- 212 Verbebo deixado em branco pelo A.. A vidreira da Fontela foi comprada a meio dos anos 1980 pelo grupo *Saint-Gobain*, produzindo hoje garrafaria, por processos automáticos.
- 213 Verbebo deixado em branco pelo autor.
- 214 Verbebo deixado em branco pelo autor. Localizada nos Pousos (concelho de Leiria), esta fábrica, de fabrico manual, viria a ser comprada pela Barbosa & Almeida, firma à qual pertencem ainda hoje as instalações, utilizadas como armazém.
- 215 Este verbebo encontra-se incompleto, com linhas e espaços em branco.
- 216 Como é sabido, a COVINA encontra-se ainda em funcionamento, no mesmo local, tendo sofrido entretanto reestruturações financeiras, administrativas e técnicas, nomeadamente na sequência de compra pelo grupo *Saint-Gobain*.
- 217 Como é geralmente conhecido, esta fábrica passou a dedicar-se somente ao sector cerâmico.
- 218 Verbebo que o A. não chegou a redigir, compilando somente a nota apresentada.
- 219 A este propósito, o manuscrito contém espaços em branco, lendo-se textualmente: “[...] Roldão, da Marinha Grande, quando em ___ produziu o célebre ___”.
- 220 Em relação a esta fábrica, as notas do autor contêm somente mais uma indicação: a ocorrência de conflitos, cerca de 25 de Janeiro de 1894, envolvendo operários alemães contratados para ensinar os portugueses. Para uma história desta fábrica, ver Barosa (1996b).
- 221 Trata-se da Fábrica Nacional de Vidros Aveirense, cujos fundadores foram também, além dos indicados, Fernando Eduardo Pereira (vidreiro) e Georges Bracourt (poteiro). Constituída a sociedade em 1888, a fábrica funcionou, com interrupções, entre 1889 e 1891. Ver Rodrigues (1994).
- 222 Neste ponto, o A. escreve, certamente por lapso: “Póvoa de Santa Iria da Azóia”.
- 223 Em relação a esta fábrica, apenas se lê nos papéis do A.: “Março de 1892. João da Mota Gomes, por [?] Empresa Exploradora das Minas e Indústrias do Cabo Mondego”. Isto indica que o A. queria referir-se à unidade mencionada por Valente (1950:99) como “Fábrica Mota Gomes, em Lisboa”, cuja data de fundação não é indicada, apenas se mencionando que está ausente do Inquérito Industrial de 1882.
- 224 Também aqui a fonte do A. é Valente (1950: 75), que por sua vez cita Acúrsio das Neves.
- 225 O A. retira estas indicações de Valente (1950: 73-74), que por sua vez cita, a propósito do ataque à fábrica, Tude de Sousa.
- 226 Verbebo deixado em branco pelo autor.
- 227 Verbebo deixado em branco pelo A.. Esta unidade automatizada de garrafaria encontra-se ainda em funcionamento.
- 228 Moraes, 1936.
- 229 Esta subdivisão não existe no manuscrito, ao contrário dos subtítulos referentes às vicissitudes da fábrica.
- 230 Subdivisão inexistente no manuscrito.
- 231 Em relação aos parágrafos seguintes tem particular relevo a indicação, já assinalada na Introdução, de que o presente volume deve ser lido tendo em conta que estamos perante a perspectiva, não de um historiador profissional, mas de um autor local, que na imagem que constrói do passado da sua terra inevitavelmente conjuga elementos recolhidos na bibliografia com elementos de tradição oral e com as

suas próprias perspectivas pessoais sobre os assuntos em discussão. Por exemplo, no filme que o A. aqui nos dá do percurso histórico da Fábrica Stephens é bem patente o ponto de vista de quem conhece os condicionalismos técnicos e de gestão de uma empresa vidreira actual - experiência que projecta, por vezes ingenuamente, sobre episódios e figuras do passado. Como foi também já referido, mantiveram-se no texto, devidamente assinalados, estes traços de "localidade" (salvo flagrantes inexactidões) por se pretender a máxima fidelidade ao trabalho do A. e por constituírem esses traços, eles próprios, elementos importantes no estudo da forma como os marinhenses têm perspectivado o passado da povoação.

- 232 O A. não indica a fonte desta informação.
- 233 De facto, esta versão, ainda que adoptada, com maior ou menor entusiasmo e com maior ou menor cópia de pormenores, por vários autores, apenas tem confirmação documental numa representação de 1789 escrita pelos próprios Stephens. A letra do Alvará, por sua vez, refere ter sido Stephens a solicitar ao rei autorização para comprar e reactivar a Fábrica de Beare (para desenvolvimento e fontes, ver Marques, 1995a: 26).
- 234 O A. acrescenta ainda que o mesmo aqueduto alimentava "o polão (primeiro lavadouro público); as hortas situadas no mesmo sítio; a azenha para moagem de cereais, que se situava em frente da actual Residência Paris; a abegoaria da fábrica onde se guardavam as alfaías agrícolas, os carros e o gado utilizado nos transportes (mais de cem bois)." O polão não seria um lavadouro, mas um reservatório com filtro, que mais tarde alimentou (também) o lavadouro público (Bonita 1993: 212).
- 235 O A. refere, a este propósito, a suposta introdução da alface em Portugal por G. Stephens, que muitos autores locais mencionam, embora não seja confirmada pelos documentos; ver Doc. 10.
- 236 O estudo não se encontra publicado, embora se conheça o manuscrito (Doc. 9).
- 237 O A. acrescenta que a mesma planta era também utilizada no fabrico de sabão, actividade que igualmente atribui a Stephens.
- 238 A respeito deste episódio, o A. pormenoriza: "Depois de Guilherme Stephens ter exposto o caso ao Guarda-Mor sem ter conseguido demovê-lo teve de apelar para o Marquês de Pombal que de imediato escreveu uma carta ao referido Guarda-Mor, D. Luís de Ataíde a exprobrar-lhe a falta de colaboração com os Stephens e a ameaçá-lo de sanções implacáveis se persistisse na resistência à vontade da Coroa, com o que acabaram essas divergências."
- 239 O A. acrescenta "a isenção do pessoal fabril do Serviço Militar", para o mesmo ano. Contudo, fontes primárias (Doc. 6) indicam que essa questão foi levantada apenas a partir de 1800. Refere ainda que em 1772 Stephens pagara o empréstimo estatal e tinha quase pronta a nova fábrica. A segunda afirmação confere com os dados, mas não a primeira: em 1778 ainda a Junta do Comércio avisa Stephens em relação ao pagamento do empréstimo - ver Doc. 7.
- 240 Estas realizações, muito referidas pelos autores marinhenses que se têm ocupado da história local, não se encontram mencionadas nos relatórios anuais (disponíveis) de Stephens à administração central. Terá existido ensino de desenho, dadas as necessidades da Fábrica, mas provavelmente não sob a forma de uma escola institucionalizada. Quanto às práticas artísticas, das quais existem testemunhos da época, terão provavelmente ocorrido no âmbito da "casa" de Stephens mais que no da Fábrica; ver a este propósito Marques (1995b: 93-96).
- 241 O A., que escreve cerca de 1986, não se refere às obras recentes nem ao projecto de Museu do Vidro actualmente em marcha, mas à situação da época.
- 242 No tocante a este último ponto, o A. menciona a criação de uma "Caixa de Socorro para a Doença", que apoiava também os "reformados", de uma "cantina para fornecimento a preços baixos dos géneros essenciais" e da vinda de um técnico agrícola inglês que ensinava os operários a melhor cultivarem as suas hortas. As fontes disponíveis dão a conhecer uma iniciativa mutualista dos operários, logo apoiada pela Fábrica (Doc. 5), o pedido de Stephens para lhe seja autorizada a montagem de um açougue (Doc. 8) e o seu papel no desenvolvimento agrícola local, tanto por ter introduzido algumas inovações como pelo aumento de população e procura alimentar decorrente da instalação da Fábrica (Doc. 9, 10, 11 e Frei***, 1814).
- 243 No manuscrito, o A. não faz esta subdivisão, incluindo as indicações relativas ao período de João Diogo Stephens no subcapítulo anterior.
- 244 O A. insere aqui alguns parágrafos adaptados de Gândara (1967: 5-7), sem indicar a fonte, descrevendo ameaças à prosperidade da Fábrica por parte de indivíduos francófilos, interessados em prejudicar a

- propriedade britânica em Portugal (o “Partido Francês”) – ainda que o Regente, antes de partir para o Brasil, tivesse recomendado (afirma ainda o A.) protecção governamental ao estabelecimento. Segundo o mesmo extracto, este grupo de francófilos teria ainda influenciado as decisões francesas pós-invasão no tocante a João Stephens e à Fábrica, descritas no parágrafo seguinte.
- 245 O A. afirma que Stephens aproveitou a reconstrução para introduzir melhoramentos técnicos, hipótese desmentida por um documento de 1827 que refere não serem introduzidas tais melhorias há cerca de meio século (Doc. 12).
- 246 Ver nota anterior.
- 247 O A. deixou sob esta epígrafe grande número de páginas manuscritas que, mormente no que respeita aos períodos mais remotos, se considerou correcto abreviar, pelas razões seguintes: em primeiro lugar, não se trata de investigação própria do A. em fontes primárias (salvo alguma recolha na imprensa), mas sobretudo de elementos recolhidos em bibliografia já publicada e acessível (embora não compilados desta forma, o que justifica plenamente o seu interesse); em segundo lugar, ocorrem com alguma frequência nessas páginas comentários e interpretações sem suporte documental. Assim, reproduzem-se apenas os dados factuais não contrariados pelo estado actual da pesquisa sobre o passado da antiga Fábrica Stephens.
- 248 O A. acrescenta: “que chegou a passar fome, sem que os Governos tivessem sabido tomar as providências necessárias.”
- 249 Termo que designa os períodos de paralisação, parcial (para manutenção de fornos, p. ex., o que era relativamente frequente) ou total, das fábricas vidreiras. Vária regulamentação laboral do sector incluiu outrora a expressão “subsídio de inlabor”.
- 250 Também a Câmara Municipal de Leiria (concelho a que pertencia então a Marinha Grande) intercedeu junto do Governo pela reabertura da Fábrica ou atribuição de subsídios.
- 251 Segundo o A., “o duque de Saldanha que fazia parte do Ministério, teve conhecimento de que Manuel Joaquim Afonso e seu cunhado José da Silva Virgolino estariam interessados no novo arrendamento da Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande, mas que não o faziam por esta se encontrar num estado de grande degradação, contactou-os tendo chegado a um entendimento”.
- 252 Inquérito cujo relatório foi publicado pela Imprensa Nacional (Almeida, 1860).
- 253 O A. acrescenta: “e também nas Carvoarias do Pinhal Real”, considerando que a atribuição destes empregos terá resultado da intercessão, junto do Governo, do Governador Civil da época.
- 254 Segundo *O Districto de Leiria* (11.04.1863), o arrendatário nem pagava salários nem assegurava a laboração.
- 255 Em 11 de Junho de 1862 e 13 de Agosto de 1863 (Cabral, 1975, vol. I: 584-85). Os operários pressionaram também o Governador Civil, deslocando-se a Leiria e, através de representação escrita, a Câmara dos Deputados (*O Districto de Leiria*, 11.04.1863 e 24.08.1863). Por seu turno, o Governo volta a encarar a possibilidade de venda da Fábrica. Entretanto, são atribuídos alguns subsídios aos operários (*O Districto de Leiria*, 11.04.1863).
- 256 Em folha solta, encontra-se ainda a nota seguinte, relativa a este período: “barro para potes / fornos? 12 de Novembro de 1885, a fábrica arrendou 500 m2 de terreno no lugar da Boavista”. De facto, a data mencionada é a da reunião da Câmara de Leiria em que foi presente o ofício solicitando esse arrendamento, com vista à exploração de barro. O terreno situava-se na freguesia de Colmeias, deliberando a Câmara “mandar informar o pedido e avaliar a renda” (Cabral, 1975, vol. I: 585).
- 257 Entre as notas do autor relativas a este período, encontra-se a seguinte: Diz-se no jornal *Correio Nacional* o seguinte: “Passámos há alguns meses na Marinha Grande, fomos à Fábrica, e com terror saímos lá de dentro. Aquilo não é fábrica; é um verdadeiro inferno, a ranger e a desabar por todos os lados. O trabalho dos operários é violentíssimo, e sem nenhuma regulamentação higiénica. O trabalho das mulheres e dos menores é também violento”. Não sendo indicada data, não é possível saber com segurança a que época se refere esta indicação.
- 258 Joaquim Barosa (1993: 64), que refere o mesmo episódio com todos os pormenores, sendo a provável fonte do A. neste ponto, não menciona qualquer subsídio aos vidreiros.
- 259 O relatório dessa inspecção, datado de 8 de Fevereiro de 1899, é parcialmente transcrito em Barros (1969: 349), provável fonte do A..

- 260 O A. escreve que a Nova tinha já forno a tanque, o que não é mencionado por Barosa (1993: 86), para quem o primeiro forno a tanque nessa fábrica iniciou laboração somente em 1911.
- 261 Na verdade, este artigo d'O *Século* refere-se já a conflitos posteriores, uma vez que a portaria a seguir mencionada pelo A. data de 04.03.1902.
- 262 Certamente subsídio devido, nos termos do contrato, por paragem ou atenuação do trabalho independentes da vontade dos vidreiros; recorde-se que, então, estes eram pagos à peça.
- 263 Transcrito por Barros (1969: 127-30), provável fonte do A..
- 264 Fora proclamada a República em 1910.
- 265 Estes factos são referidos por Alfredo Gândara (1970) e Calazans Duarte (1942). O A. acrescenta ainda: "consta que por essa altura desapareceu do átrio do Palácio um valioso busto em bronze do marquês de Pombal, aí colocado pelo conde de Azarujinha, arrendatário da época, aquando dos radiosos festejos do centenário pombalino em 6 e 7 de Maio de 1882", embora Joaquim Barosa (1993: 77) indique ter a estátua sido retirada no tempo do arrendamento à Parceria Bracourt.
- 266 Tratava-se de facto de um ministro socialista.
- 267 O A. refere ter decorrido tal campanha nas colunas d'O *Século*, periódico em que efectivamente trabalhava Gândara, mas tal não se verifica: essa campanha decorre, sim, n'A *Batalha* e n'O *Correio da Manhã* (periódicos anarquista e monárquico, respectivamente, ambos portanto na oposição ao Governo da época), em 1924.
- 268 A mudança foi propiciada pelo facto de Calazans Duarte, nascido em 1889, ter então já ultrapassado o limite oficial de idade para o exercício do cargo (ver biografia em Marques [dir.], 1996: 35-37).
- 269 Notas soltas do A. incluem ainda referências não sistematizadas a pessoas que posteriormente exerceram cargos de direcção na FEIS: "Aguinaldo e Eng.º Santos, a partir de 20.01.75"; "Eng.º Joaquim Vasco Cartaxo" (datas não indicada).
- 270 Esta indicação encontra-se em nota solta. As comemorações haviam sido iniciadas no ano anterior.
- 271 Recorda-se que o A. escrevia cerca de 1986, não se encontrando portanto aqui referências aos acontecimentos posteriormente ocorridos em relação à velha Fábrica: passagem a "SA" em 1990, fecho em 1992 com posterior separação entre as áreas "histórica" e "fabril"; finalmente, venda desta última a particulares, aí funcionado hoje a vidreira Mortensen Glass.
- 272 Agrupa-se sob este subtítulo uma vasta série de verbetes relativos a vidreiras marinhenses (área do actual concelho e concelhos limítrofes) de várias épocas. O A. não chegou a terminar, ou mesmo a iniciar, os verbetes relativos a algumas delas, por vezes bastante importantes. Algumas outras não terão chegado a ser arroladas, pelo que não deve considerar-se esta lista como exaustiva (ainda que seja, porventura, a mais completa já publicada). Ordenaram-se os verbetes por ordem cronológica de fundação da fábrica a que respeitam.
- 273 Segundo Joaquim Barosa (1993: 63), esta fábrica situava-se no lugar do Barracão.
- 274 Fundada, segundo Barosa (1993: 94), em 1870.
- 275 Seguindo Joaquim Barosa (1993: 93), o A. menciona a data de 1886. No entanto, J. P. Barosa (1996b: 4) assevera, tendo em conta a escritura da sociedade proprietária (Burnay, Mousinho & Cª) ser a fábrica dez anos anterior: 1877.
- 276 Noutra versão: Julho.
- 277 O A. não completou este verbete, acrescentando apenas, em nota incompleta: "acabando em ___ por ser vendida a uma nova sociedade, composta por ___". Esta fábrica ainda se encontra em laboração, pertencendo desde 1986 ao industrial J. Mortensen (que posteriormente adquiriu também a área fabril da antiga FEIS).
- 278 A respeito desta fábrica, encontra-se entre os papéis do A. uma nota solta, registando: "inaugurada no dia 9 de Abril de 1984"; trata-se certamente de lapso ou confusão, não coincidindo esta data com as indicadas nos demais registos, corroboradas por Barosa (1993: 86). Encontra-se ainda a indicação "nesse dia, jantar oferecido a todos os empregados", não associada a qualquer data.
- 279 Recorda-se que o A. escreve cerca de 1986.
- 280 Em relação a este período da vida da fábrica, o A. regista em nota solta: "Parada a fábrica de Braço de Prata,

- a Nova comprou ferramentas e utensílios”, referindo-se, com alguma inexactidão, ao período em que a Companhia se fundiu com a Empresa Vidreira Lisbonense, proprietária da unidade de Braço de Prata, constituindo-se a firma Henry Burnay & C^a, que passou a administrar a Nova e a Nacional, para onde vieram trabalhar os operários da fábrica lisboeta (ver o subcapítulo referente a esta época do percurso da Fábrica Stephens).
- 281 Constitui lamentável perda que o A. não tenha chegado a completar este verbete, para o qual disporia certamente de larga cópia de dados (daí talvez que o fosse sucessivamente adiando) uma vez que realizou quase toda a sua vida profissional nesta mesma fábrica. Antes de ser comprada pela CRISAL, a Nova pertenceu também à Companhia Industrial Portuguesa. Teve ainda vários outros proprietários e administrações, num percurso acidentado. Ocupando ainda as instalações de origem, tem hoje a denominação de IVIMA, produzindo em vidro comum, por processos manuais, artigos de uso doméstico e decoração.
- 282 O A. afirma, inexactamente, serem oficiais de vidraça todos os sócios. Para esclarecimento deste ponto recorreu-se a Mendes (1992: 27 e 31).
- 283 O A. remete este facto para o ano de 1903, o que constitui lapso. Infelizmente, o verbete relativo a esta fábrica encontra-se incompleto, incluindo o A. apenas mais uma nota solta: “vidraça e cristal em 1894”. Hoje denominada Santos Barosa - Vidros SA, esta fábrica continua em laboração, produzindo vidro de embalagem mediante equipamento automatizado.
- 284 Infelizmente, o A. não chegou sequer a iniciar a redacção do verbete relativo a esta fábrica, fundada em 1899 (Barosa 1993: 90) e ainda em funcionamento (sob a firma Ricardo Gallo - Vidro de Embalagem SA), sendo hoje uma das três unidades automatizadas de fabrico de vidro de embalagem existentes na Marinha Grande.
- 285 Em nota solta, o A. refere que o valor da venda teria sido de “700 contos”.
- 286 Em relação a esta fábrica, o A. apenas deixou notas soltas, assinalando a data de fundação, o local de funcionamento e ainda a referência: “utilizou pela primeira vez empalhadeiras da Amora” (a caligrafia do A. não é clara neste ponto, podendo antes tratar-se de “empalhadores”). A fábrica, especializada em garrafaria, não funciona já, encontrando-se nas suas antigas instalações o Parque Municipal de Exposições.
- 287 Em relação a esta fábrica, aparecem apenas nas notas do autor as indicações: “1913” (data de fundação) e “em 1957 [59 noutra versão], passou a sociedade limitada, com Carlos Pereira dos Santos”. A Dâmaso mantém-se até hoje em funcionamento (sob a designação Dâmaso - Vidro de Portugal SA), produzindo em vidro comum, sobretudo por processos manuais, artigos para uso doméstico, decoração e construção civil.
- 288 Uma outra fábrica, segundo as notas do A., foi mais tarde construída no mesmo local. Ver verbete relativo à Gomes & C^a.
- 289 A construção frásica utilizada pelo A. não esclarece cabalmente se a decisão judicial de Fevereiro de 1925 respeita à declaração de falência ou à definição do acordo entre a fábrica e respectivos credores.
- 290 Infelizmente, o A. não chegou a concluir este verbete. A Marquês de Pombal foi mais tarde comprada pelos irmãos Morais Matias, passando então a designar-se VICRIS, e mais tarde pela CRISAL (de Alcobaça). Na primeira metade dos anos 1970 iniciou o processo de automatização, funcionando hoje em unidade completamente automatizada, na zona industrial da Marinha Grande, produzindo em vidro comum artigos para uso doméstico e hotelaria; as instalações iniciais, transformadas, são usadas para armazenagem (informações recolhidas sobretudo em Bonita [1993: 99], Mónica [1990: 101] e página *Web* da empresa).
- 291 Noutra versão: “verde e branco”.
- 292 Infelizmente, o A. nada mais acrescenta sobre esta unidade.
- 293 Recordar-se que o A. escreve cerca de 1986. Tendo sido comprada pela vidreira nortenha desse nome, a fábrica é hoje designada BA - Fábrica de Vidros Barbosa & Almeida, fabricando vidro de embalagem, por processos automatizados.
- 294 Presentemente, a entrada faz-se pela Travessa da Liberdade, perpendicular à Avenida.
- 295 Ver o respectivo verbete.
- 296 Infelizmente, o A. não completou este verbete. Encontram-se todavia em nota solta os seguintes dados, sem indicação da data a que respeitam: “9 a 10 camiões/dia de areia de Rio Maior, 23 camiões/dia de soda,

vindos de Lisboa, 2 camiões/dia de óleo, 24 camiões diários [de expedição?], 300 tn/dia". Sobre a situação presente desta fábrica, ver nota 293.

- 297 Também o presente verbete não chegou, infelizmente, a ser completado pelo A.. A fábrica Lusitana fechou definitivamente em 1952, para reabrir cerca de dois anos mais tarde como Angolana (*A Voz da Marinha Grande*, 04.03.1954). Em 1957 fora já comprada por outras cristaleiras, para ser encerrada (*A Voz da Marinha Grande*, 01.08.1957). Funcionou durante muitos anos como armazém, ao serviço dessas fábricas, a algumas das quais hoje pertencem as instalações. No final dos anos 1980, por acordo entre os proprietários e a CMMG, parte dos edifícios foi utilizada como reserva e oficina de restauro de peças destinadas ao futuro Museu do Vidro, tendo ainda sido realizadas escavações no local, a cargo da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial. Este trabalho pôs a descoberto importantes estruturas técnicas (forno, gasogénio, condutas de gás, sistemas de transmissão de energia) datando da primeira metade do século, que constituem testemunhos de grande importância histórica.
- 298 O A termina abruptamente este verbete, que certamente pretendia continuar, pois se pode ler ainda a palavra "Em ____". As instalações desta fábrica, há muito desactivada, pertencem hoje à Santos Barosa - Vidros SA.
- 299 Actualmente esta fábrica apenas procede à transformação de vidro, não se encontrando já activado o forno.
- 300 Em nota dactilografada encontrada nos papéis do A., mas não de sua autoria (provavelmente fornecida por Edmundo O. Órfão, filho do fundador desta fábrica) é referida a data de 1940.
- 301 A fonte mencionada na nota anterior refere que a fábrica foi "transformada" em fábrica de vidros, não esclarecendo se a actividade de moagem de vidro terá continuado a decorrer.
- 302 O autor não chegou a completar este verbete. Esta empresa teve depois outros proprietários e administradores, tendo-se multiplicado ao longo dos anos as situações de crise, conflitos laborais, dívidas a trabalhadores e a diversas entidades, em várias ocasiões tendo estado próximo o seu fecho. A forte pressão exercida contra essa possibilidade pelos trabalhadores, que algumas vezes conseguiram cobertura mediática às suas acções, constituiu factor decisivo no longo processo que conduziu, finalmente, à solução actual: criação de uma nova empresa (MANDATA), liderada por António Raposo de Magalhães, a qual se encontra já a laborar na zona industrial da Marinha Grande acolhendo a maior parte dos trabalhadores da M. P. Roldão. As antigas instalações desta encontram-se já desactivadas, devendo dar lugar a uma área residencial.
- 303 O A. não chegou a completar este verbete. Apenas, em nota solta, se encontra a indicação: "1937 - 16 operários". A Prensada viria a fechar, funcionando hoje nas suas antigas instalações, adaptadas, as associações mencionadas pelo A. no início deste verbete. Como é também geralmente sabido, a designação popular da fábrica ficou a dever-se ao uso de bengala (como objecto de adorno) por parte de alguns dos respectivos sócios.
- 304 A caligrafia do A. deixa dúvidas a respeito deste termo.
- 305 O A. deixa em branco o espaço destinado à data desta venda.
- 306 Numa outra versão, o A. acrescentou a lápis a nota "Termos Triunfo".
- 307 O A. não chegou a completar este verbete. A unidade já não funciona.
- 308 O A. não chegou a completar este verbete. A unidade já não funciona.
- 309 Esta unidade já não funciona.
- 310 Este verbete recolhe também elementos retirados do trecho que o A. redigiu sobre o lugar do Pilado. A fábrica em referência veio a dar origem à CANIVIDRO, que depois se desenvolveu e recentemente foi transferida para a zona industrial da Marinha Grande.
- 311 Recordar-se que o A. escrevia cerca de 1986, querendo com esta frase certamente referir a condição de cooperativa da empresa. Hoje em dia são outros o estatuto da firma (sociedade por cotas) e a localização da fábrica (na zona industrial da Marinha Grande) que produz artigos para uso doméstico e decoração, em vidro comum.
- 312 O verbete relativo a esta fábrica encontra-se em branco nos papéis do A.. Funcionava no lugar da Ordem.
- 313 O verbete relativo a esta fábrica encontra-se em branco nos papéis do A.. A mesma fábrica era também designada por LABAL.

- 314 O verbete relativo a esta fábrica encontra-se em branco nos papéis do A.
- 315 O verbete relativo a esta fábrica encontra-se em branco nos papéis do A..A unidade já não labora.
- 316 O verbete relativo a esta fábrica encontra-se em branco nos papéis do A..A fábrica encontra-se ainda em laboração.
- 317 Sob esta epígrafe, o autor elaborou uma vasta lista, que se reproduz em seguida, de empresas transformadoras de vidro (fábricas ou oficinas onde não há forno de fusão, utilizando-se como matéria-prima peças ou componentes de vidro produzidos noutra local). Algumas das empresas listadas terão funcionado fora do concelho da Marinha Grande. Recorda-se que o A. escrevia cerca de 1986, devendo estas ser as fábricas em funcionamento na altura.
- 318 Interrogação do autor.
- 319 De todas estas fábricas, é a única em relação à qual o A. colige algumas notas.A NORMAX encontra-se ainda em funcionamento, no mesmo local e dedicando-se ao mesmo tipo de produtos.
- 320 Estes três nomes são arrolados pelo A. sob a menção “vidreiros ilustres”, sem indicação da respectiva especialidade.Ver também o verbete sobre visitas régias, no capítulo sobre a Freguesia. O A. não deixou registados os critérios de selecção que utilizou na constituição destas listas.Trata-se de uma escolha sujeita ao conhecimento que tinha do meio vidreiro, às suas opiniões pessoais e a informações orais que terá recolhido, e como escolha pessoal deve ser considerada.As listas são reproduzidas tal qual, apenas se assinalando alguns outros elementos recolhidos noutros manuscritos do A..
- 321 A seguir à lista de vidreiros, o A. tinha previsto no seu manuscrito a inclusão de um conjunto de fotografias de peças da autoria de alguns deles. Contudo, não estando as peças identificadas (data, local de produção, autor), a publicação das imagens seria pouco útil, pelo que não se faz aqui. Espera-se de resto que, dentro de algum tempo, com a criação do Museu do Vidro, a obra dos vidreiros marinhenses possa ser objecto de estudos e divulgação nas condições apropriadas.
- 322 No manuscrito: “Afonso ____ (“Nassa”).
- 323 Noutra versão desta lista, a alcunha “Diabo” é atribuída a Manuel do Vale.
- 324 Noutra versão desta lista: “Chegadinho”.
- 325 Em relação a este grupo de garrafeiros, as indicações sobre especialidades (colha e pirolitos), não ocorrem na lista principal, tendo sido retiradas de outro manuscrito; no entanto, os nomes são os mesmos nas duas versões.
- 326 Verbetes criados para organizar várias referências dispersas pelo texto.
- 327 Criou-se este subtítulo para agrupar um conjunto de notas elaboradas pelo A. sobre temas relevantes, que não chegaram a ser incluídas em nenhuma das versões mais completas deste capítulo e cuja temática não permite a sua agregação aos pontos anteriores. São organizadas por rubricas.
- 328 Em relação a organismos operários, o A. deixa ainda outra nota: “Associação de Classe dos Operários Vidreiros da Marinha Grande (Maio de 1899)” (não sendo possível saber a que se refere esta data, pois a associação em causa é criada em 1894 (Barosa 1993: 99). Há também uma breve e incompleta referência à inauguração do monumento que assinala a revolta de 18 de Janeiro de 1934 – assunto tratado noutra ponto deste volume, relativo aos monumentos existentes na localidade.
- 329 Nota incompleta, não esclarecendo a que data se referem os dados apresentados.
- 330 Nota incompleta, omitindo designadamente quaisquer datas.
- 331 As notas do autor referem ainda que o Centro Vidreiro estaria afinal interessado na “guerra de preços” abaixo citada, tendo colaborado com os armazenistas na dissolução do Entrepósito. Este só teria funcionado devidamente num curto período em que o Centro Vidreiro, comprado pela VICRIS, estivera “em mãos marinhenses” – para logo ser revendido aos antigos proprietários.
- 332 O A. refere também, noutra nota, associado também à data “Junho de 1972”, um Congresso Internacional do Vidro Manual (acontecimento paralelo ou outra designação do mesmo evento). Já em 1961, entre 24 e 26 de Maio, decorrera em Portugal (Palácio Foz, Lisboa) o VI Congresso das Federações Vidreiras Europeias.
- 333 Esta nota, que se encontra completamente redigida (existindo nos papéis do A. versões incompletas da mesma) destinava-se porventura a publicação, uma vez que se encontra assinada e datada: “Novembro de

- 1988". Independentemente dessa eventual publicação, considerou-se pertinente a inclusão da informação patente no trecho, que foi abreviado.
- 334 Reúnem-se sob este título duas notas relativas ao Museu do Vidro, que se encontram separadas nos manuscritos do A..
- 335 Reúnem-se aqui dois pequenos trechos deixados pelo A., nos quais, aparentemente, tentou combinar informações de carácter histórico recolhidas ao longo da elaboração deste trabalho e dados da sua própria experiência e reflexão como profissional ligado à indústria do vidro (desta conjugação resulta, aliás, o interesse destas apreciações, independentemente da sua maior ou menor justeza). Ao primeiro desses textos (dos quais se mantiveram os títulos originais), agregaram-se ainda algumas notas soltas, que o A. não chegou a desenvolver, sobre problemas do sector.
- 336 O trecho redigido, como um todo, pelo A., não tem continuação a partir daqui, juntando-se-lhe nos parágrafos seguintes algumas notas dispersas sobre problemas vários da indústria vidreira.
- 337 Já em 1890 são impostos tais limites, a respeito de cujo cumprimento, aliás, o *Autonomia* de 11.05.1890 afirma que destruiriam a indústria vidreira. Como é sabido, tanto a proibição de 1915 mencionada pelo A. como outras posteriores foram até bastante tarde sucessivamente desrespeitadas neste sector industrial.
- 338 Nota datada de 15.02.1986.
- 339 Em vários pontos dos manuscritos que deixou, designadamente em vários planos de sumário geral, o A. manifesta a intenção de redigir um ou mais capítulos sobre a indústria marinhense não vidreira. Essas páginas não chegaram, contudo, a ser elaboradas, pelo que neste capítulo se reúnem apenas vários trechos e notas dispersos sobre as referidas actividades económicas. Como se verá, muitas actividades e estabelecimentos de grande importância não chegaram a ser tratados pelo A., sendo além disso os verbetes aqui inclusos de muito diversas extensão e profundidade. Apresentam-se em primeiro lugar os trechos completos, por ordem cronológica de fundação das unidades a que respeitam, ordenando-se em seguida as notas dispersas.
- 340 Este verbete encontra-se datado (Janeiro de 1987) e assinado pelo A., com a menção "notas extraídas do livro em preparação *Subsídios...*", pelo que se devia destinar a publicação autónoma.
- 341 Este verbete encontra-se datado (Abril de 1985).
- 342 O A. pretendia averiguar esta data, mas deixou somente um espaço em branco.
- 343 Ver outras referências à indústria cerâmica no ponto C deste capítulo.
- 344 Além das indicadas a seguir (por ordem alfabética), o A. deixou também uma lista, muito parcelar, de minas na área da freguesia (assunto também referido no capítulo sobre o Pinhal). Essa pequena lista foi, porém, construída a partir de Cabral (1975, vol. I: 97-122), que inventaria os filões mineiros manifestados na área do concelho de Leiria (do qual a Marinha Grande fez parte até 1917), não indicando quais deles foram efectivamente explorados (os únicos que teria interesse mencionar aqui).
- 345 Nesta nota, o A. acrescenta: "pois além dos candeeiros ___", não completando a frase.
- 346 Outra versão desta nota: Fábrica ACESSORICARIMBOS, de António Santos Vale, fundada em 1977, na Ordem.
- 347 Por estas lacónicas notas, é impossível saber se há ligação entre esta unidade e a anterior.
- 348 O A. pretendia averiguar as datas de montagem desta unidade e da sua compra pelo proprietário actual, mas deixa em branco a nota, nesses pontos.
- 349 Também são referidos organismos de tipo associativo nos capítulos sobre o Vidro e sobre o Pinhal.
- 350 Esta última afirmação é retirada de uma nota solta deixada pelo A..
- 351 Recorde-se que o A. escreve c. de 1986.
- 352 Breve referência elaborada pelo A. no capítulo sobre Cultura, que se retirou para este ponto. O *Autonomia* de 09.07.1893 menciona a inauguração desta colectividade, citando os sócios Joaquim Marques de Sousa e José Antunes Ferreira. Não se conhecem referências posteriores a esta associação.
- 353 Segundo a acta da Assembleia Geral de 25.03.1924 (Doc. 15), esta actividade foi encerrada por falta de interesse dos sócios.

- 354 Texto datado pelo A. (Abril de 1985).
- 355 Texto datado pelo A. (Março de 1985).
- 356 Em nota solta, o A. afirma que no rés-do-chão do referido prédio funcionava a "Loja do Povo", de Gaspar Maria Pereira.
- 357 Presentemente, o clube encontra-se já nas instalações descritas pelo A., no parágrafo seguinte, como estando em construção.
- 358 Texto datado pelo A. (Janeiro de 1985).
- 359 Texto organizado a partir de versões incompletas e notas soltas deixadas pelo A..
- 360 Dados relativos a meados dos anos 1980.
- 361 Fundado em 1955, extinto na sequência do 25 de Abril de 1974.
- 362 Noutra versão: 250.
- 363 Texto datado pelo A. (Dezembro de 1984).
- 364 Texto datado pelo A. (Abril de 1985). Incluíram-se também algumas notas soltas que deixou.
- 365 Texto datado pelo A. (4 de Julho de 1984). Incluíram-se também algumas notas soltas que deixou.
- 366 Texto organizado a partir de versões incompletas e notas soltas deixadas pelo A..
- 367 Noutra versão, este nome não ocorre entre os fundadores, mas somente entre os que contribuíram para a construção de instalações. Também Gervásio Marques, do Engenho, era conhecido por "Mestre Gervásio".
- 368 O A. não chegou a averiguar os nomes dos membros dos Corpos Sociais deste clube, embora tal intenção esteja patente nos manuscritos, onde deixou espaços em branco destinados a essa informação.
- 369 Noutra versão: Barreiras.
- 370 Os três últimos nomes são retirados de outra versão deste texto.
- 371 Como é sabido, o Clube Desportivo de Casal Galego organiza desde há vários anos, com colaboração da CMMG, a Feira de Artesanato e Gastronomia, evento que, iniciado com pequenas proporções por um grupo de sócias, é hoje uma organização de grande fôlego, com repercussão a nível nacional.
- 372 Texto datado pelo A. (Dezembro de 1984). Incluíram-se também elementos de outras versões e notas soltas.
- 373 Os quatro últimos nomes são retirados de outra versão deixada pelo A..
- 374 Noutra versão: "a CMMG participou já, com algumas centenas de contos, para a construção de um infantário".
- 375 Texto datado pelo A. (Março de 1985). Incluíram-se indicações de outras versões que deixou.
- 376 Texto datado pelo A. (Fevereiro de 1985).
- 377 Texto datado pelo A. (Janeiro de 1985). Incluíram-se algumas notas soltas.
- 378 Texto datado pelo A. (Abril de 1985).
- 379 Texto datado pelo A. (Dezembro de 1984).
- 380 Noutra versão: 16.
- 381 Texto datado pelo A. (1985). Retiraram-se para o respectivo capítulo algumas indicações sobre actividade cultural.
- 382 O A. deixou inacabado este verbete, ao qual se juntaram várias notas soltas.
- 383 Inclui-se esta referência entre parêntesis porque numa outra versão o A. deixou a data de 8 de Julho de 1969. Um contacto com o senhor presidente da Direcção forneceu a explicação assinalada para a diferença de datas.
- 384 Frase construída a partir de indicações soltas deixadas pelo A..
- 385 Noutra versão: "tem tido ultimamente a dirigir a Comissão Administrativa Carlos Barros, grande dinamizador do clube, que se propõe construir um campo desportivo e desenvolver outras actividades" - situação já ultrapassada ou ainda não ocorrida no momento em que o A. redigiu a versão datada (Fevereiro

de 1985), que se tomou como base.

386 Este verbete recolhe elementos retirados de notas soltas. O.A. menciona também “União das Colectividades” e UNICOL.

387 Reúnem-se aqui duas versões deixadas pelo A., uma datada de Março de 1985 e outra de 20 Abril de 1988, da qual se retirou este parágrafo.

388 Ver, contudo, a nota 459.

389 No verbete sobre o SIM, o A. também menciona estes dois ciclistas, tendo deixado ainda a seguinte nota solta: “Equipa do Marinhense em 1940: José Francisco Agostinho, António Marrazes Júnior, Joaquim Santos Frutuoso, José Soares e Manuel Gomes da Silva (“Xixaro”)” – este último igualmente mencionado no verbete sobre o SIM.

390 Mais recentemente, este clube tem desenvolvido escola de futebol para crianças e jovens, tendo as suas equipas dos escalões correspondentes obtido bons resultados.

391 Texto datado pelo A. (Janeiro de 1985). Incluíram-se alguns elementos de notas soltas.

392 Noutra versão: “Talvez por volta de 1937 tenha existido um primeiro grupo de futebol, formado por Joaquim Alberto Gentil, que tinha a sua sede na Tojeira, em casa dos Basílios.”

393 Texto datado pelo A. (Abril de 1985).

394 Noutra versão: “quinta da firma Brilhante, Lda.”.

395 Texto datado pelo A. (Dezembro de 1984).

396 Este parágrafo pertence a outra versão do mesmo verbete, que não se encontra concluída. Depreende-se que a Sociedade terá nascido pela necessidade de autonomizar a secção anteriormente criada no ACM.

397 Texto datado pelo A. (Dezembro de 1984).

398 Elementos retirados de nota biográfica datada de Abril de 1985.

399 Texto datado pelo A. (Março de 1985).

400 Noutra versão: “O clube não tem sócios. Tem simpatizantes, que ajudam conforme podem.”

401 Texto datado pelo A. (Dezembro de 1984).

402 Noutra versão, o A. refere a intenção dos sócios deste clube de retomarem o grupo de jograis – o que é certamente confusão relativamente à Sociedade Desportiva e Recreativa Garcienense, onde de facto funcionou o dito grupo. Igualmente ocorre uma versão em que o A. diz que as obras aqui citadas com projecto se encontram já em realização.

403 Texto datado pelo A. (Março de 1985).

404 Texto datado pelo A. (4 de Dezembro de 1984).

405 Texto datado pelo A. (Dezembro de 1984).

406 Texto datado pelo A. (10 de Dezembro de 1984).

407 Texto datado pelo A. (Março de 1985). Incluíram-se elementos de outra versão.

408 Texto datado pelo A. (Março de 1985).

409 Texto datado pelo A. (Março de 1985).

410 Texto datado pelo A. (Maio de 1985).

411 Reúnem-se aqui alguns verbetes e notas soltas relativas a actividade desportiva mas não associadas pelo A. a qualquer clube em particular. Além dos pontos mencionados abaixo, o A. pretenderia igualmente referir o Campeonato Regional de Futebol de Salão e as Jornadas Desportivas da Marinha Grande (organização municipal) eventos dos quais deixou apenas a referência, sem mais indicações. Os verbetes apresentados ordenam-se cronologicamente.

412 Texto datado pelo A. (Abril de 1985).

413 Verbetes muito incompleto. A data indicada será porventura a de fundação.

414 Além das mencionadas, o A. pretenderia falar ainda das Voltas Ciclistas às Gaeiras, referência que deixou sem mais indicações. As provas abaixo são indicadas por ordem alfabética.

- 415 Tratou-se, na verdade, de retomar uma prova mais antiga.
- 416 Nota solta: “1982: Paulo Ferreira”.
- 417 Além dos verbetes abaixo, o A. teria a intenção de redigir também textos a respeito do Grémio Comercial da Marinha Grande (organismo de inscrição obrigatória criado por força da implantação do corporativismo, que após o 25 de Abril deu origem à Associação de Comerciantes, hoje Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande) e do Movimento Nacional Feminino (organismo que tinha por finalidade a elevação do moral das tropas enviadas para a guerra colonial, a respeito do qual o A. apenas anotou, em folha solta: “1962 - D. Maria Nazareth ? Alves”). Os nomes das restantes associações aparecem sem qualquer outra indicação.
- 418 Noutra versão: “dois carros com escadas”.
- 419 Estes parágrafos sobre o quartel são retirados de uma versão ligeiramente mais antiga que aquela tomada como base.
- 420 Em 1916, a delegação local da Cruz Vermelha mantivera já um posto de socorros (ver o verbete sobre esta instituição, no capítulo sobre Equipamentos e Serviços).
- 421 Entretanto já deslocados para outro local, como é sabido.
- 422 Texto datado pelo A. (20 de Abril de 1988) e assinado, pelo que deveria destinar-se a publicação autónoma. Foram incluídos elementos de outras versões.
- 423 Verbetes deixado incompleto pelo A.. Esta associação desapareceu entretanto, dada a extinção da própria URSS.
- 424 Este tipo de descrição dos vidreiros é muito comum em Alfredo Gândara, que terá sido aqui a fonte do A.. Gândara tinha especial apreço pelos valores de “aristocracia”, “estirpe” e semelhantes, tendo elaborado dos vidreiros uma representação baseada nesses quadros mentais; ver sobretudo Gândara 1940, 1941, 1970, entre outros. Ver também a nota seguinte.
- 425 O texto de Nicolau Luiz (Doc. 13) é de cerca de 1786, tendo a representação dramática que refere ocorrido cerca de 16 de Maio, aniversário de G. Stephens. O documento parece indicar não uma actividade teatral regular mas a organização esporádica de espectáculos com vista a ocasiões mundanas desse tipo. Quanto aos concertos musicais, a primeira referência é mais tardia: Balsemão (1815: 267-269) afirma terem-se os mesmos verificado “até à invasão”, mas não indica a data do seu início. Como local de realização, indica a “sala chamada da Música”, no interior do palácio; informa também que o Mestre de música residia e ensinava numa das casas ao lado do portão de entrada e que os concertos eram executados por “fabricantes” do estabelecimento. No entanto, Balsemão não assistiu a estas actividades, veiculando o que lhe terão transmitido quando visitou a Fábrica. Para mais desenvolvimentos sobre estas primeiras actividades culturais marinhenses, ver Marques (1995b: 93-96).
- 426 A actividade musical, porém, terá permanecido ao longo do século XIX, havendo referências ao “mestre da música” da Fábrica Stephens em 1857 (Barosa 1993: 62).
- 427 Frase retirada de uma nota solta deixada pelo A..
- 428 Elemento retirado de nota solta deixada pelo A., que lista espectáculos com: Coro da Academia de Amadores de Música, Grupo de Música Vocal Contemporânea do Porto, Coro da Universidade de Santiago de Compostela, Dança Grupo (direcção de Elisa Wom).
- 429 Esta é certamente uma lista não exaustiva, tendo-se construído este verbete para mencionar algumas figuras que o A. tencionava biografar, o que acabou por não fazer.
- 430 Construiu-se este parágrafo para incluir referências a figuras a respeito das quais o A. deixou, ou contava deixar, notas biográficas, que não foram incluídas como tais pelos motivos indicados na Introdução. Como foi também indicado no mesmo local, esta não é de forma alguma uma lista exaustiva.
- 431 Como é sabido, existe presentemente na freguesia um museu dedicado à obra deste autor.
- 432 Além dos verbetes abaixo, o A. deixou ainda referência, não desenvolvida, ao Orfeão da Escola Industrial e Comercial.
- 433 A caligrafia do A. deixa dúvidas em relação a este nome.
- 434 Trata-se, na verdade, de uma reorganização da antiga Banda da Fábrica Stephens, de cujas actuações o *Autonomia* dá frequentes notícias no início dos anos 1890 e que, com o fim do contrato de Azarujinha

- e a instabilidade sequente, acaba por ser acolhida pela Associação de Bombeiros, assim que esta é criada (os Bombeiros eram também, quase todos, operários da mesma Fábrica). Mais tarde, em 1911, os Bombeiros tomarão também conta do Teatro, sendo portanto, no início do século, depositários da centenária actividade cultural associada à Fábrica Stephens.
- 435 Ter-se-á tratado, certamente, de uma paragem temporária, porquanto *O Marinbense* de 13.06.1918 menciona esta banda em funcionamento. Por outro lado, em 1920 está de novo em preparação um grupo musical associado aos Bombeiros, que o A. identifica como uma tuna mas a que a imprensa da época chama filarmónica (ver nota 440).
- 436 O A. não indica a fonte desta ideia (criação da banda por homenagem a A. J. Magalhães).
- 437 Noutra versão; quinze contos e promessa de futuras ajudas.
- 438 Infelizmente, a Filarmónica encontra-se, ao presente, já extinta.
- 439 Entre 1917 e 1924, sensivelmente, a imprensa local dá conta da actividade de grande número destes agrupamentos (dos quais o A. menciona somente uma parte) que utilizam sobretudo instrumentos de corda - ao contrário das filarmónicas, cujo período de grande expansão fora a viragem do século, e das "orquestras jazz" (conjuntos de baile), que se lhes seguiram - e que participam nos mais variados acontecimentos.
- 440 *O Marinbense* refere, em 21.08.1920, o regente Pina, do grupo dos Bombeiros, como sendo "de Infantaria 7". Na mesma notícia, o grupo é referido como sendo uma filarmónica e estando a preparar a primeira apresentação pública.
- 441 *O Marinbense* de 11 de Janeiro de 1919 já refere este agrupamento.
- 442 Além dos seguintes, o A. lista também, em nota solta, os grupos Esperanças, Monumental e Moleirinhos - cujos verbetes não chegou a elaborar. Teria também a intenção de listar "fadistas e cançonetistas", pois deixou uma página em branco encimada por esse título.
- 443 Em nota solta, o A. refere, além dos pontos abaixo, a organização de um festival de música ligeira pela FNAT e Sindicato Vidreiro, no pavilhão da Embra, em Outubro de 1970. Noutra nota, há referência incompleta a um espectáculo organizado por alunos da Escola Secundária, no mesmo pavilhão, em Junho de 1978; o A. não indica o tipo de espectáculo.
- 444 O A. acrescenta: "de que faziam parte, entre muitos outros, Artur Alberto Felizardo Nobre" - não completando a listagem de activistas. Teria ainda intenção de se referir ao Círculo Pró-Arte e ao Festival de S. Pedro de Moel, menções que anota mas não chega a desenvolver.
- 445 Esta é uma referência deixada em nota solta. O A. não chegou a completar o inventário destes artistas, listando apenas Acácio Norte, Zézita Norte, Mário Godinho, Belmira Vargas e Humberto Graça. Deixou também uma referência solta a Lenita Gentil, de origem marinhense.
- 446 Este parágrafo é retirado de uma nota biográfica datada de 1985.
- 447 Em vários números de Junho e Julho de 1918, *O Marinbense* dá conta da preparação e actuação deste grupo, formado expressamente para participar num festival, promovido pelo periódico, a favor dos soldados do CEP então prisioneiros dos alemães.
- 448 Este, segundo a imprensa da época (*O Marinbense* de 13.07.1918, p. ex.), seria então director da Banda dos Bombeiros Voluntários, que acompanhava o grupo.
- 449 Vindo para o efeito de Soure, segundo *O Marinbense* de 13.07.1918.
- 450 Provavelmente da Direcção do Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras.
- 451 Ao presente, apenas o grupo de Picassinos se mantém.
- 452 O A. deixou muito desorganizados os dados relativos a este capítulo: páginas dispersas, onde os dados se repetiam ora por ordem cronológica, ora por sequência de associações e grupos, ora por sequência de autores e encenadores. Acabou por se optar por uma dupla divisão: falar primeiro da actividade teatral "central" e depois daquela dinamizada pelas colectividades, mantendo em qualquer dos casos o destaque com que o A. refere as contribuições dos vários autores e dinamizadores teatrais. Em relação ao "centro" dispuseram-se os parágrafos por ordem cronológica; em relação ao teatro nos lugares procurou-se também respeitar aproximadamente o mesmo critério, referindo as várias colectividades por ordem de antiguidade da sua actividade teatral (tanto quanto esta é dada pelo A.); embora não seja uma colectividade de "lugar",

- o SOM mantém com estas alguns pontos de contacto, pelo que é tratado neste segundo bloco. Os subtítulos, que se destinam a facilitar a leitura é a busca de informação, são da responsabilidade da Organizadora.
- 453 Já anteriormente, cerca de 1893, se agrupam actores amadores em torno da Sociedade de Instrução e Recreio Marinhense, apresentando récitas (*Autonomia*, 17.12.1893, 18.02.1894). Também, pelo menos a partir de 1897, a Serenata Marinhense, embora sendo um grupo sobretudo musical, apresentara espectáculos com elementos cénicos, ou de “variedades” (Carvalho 1938: 45). Deve assinalar-se ainda, no mesmo ano, a construção do Teatro Central, pelos operários da fábrica respectiva, que o inauguram representando *As Vítimas da ambição* (Barosa 1993: 91). A leitura da imprensa local mostra que grande parte dos amadores circulava entre os vários grupos mais ou menos formalmente constituídos e que ocorriam também frequentemente espectáculos organizados e desempenhados por grupos informais.
- 454 Numa das versões, o A. afirma que este grupo foi criado na Associação de Classe dos Empregados no Comércio e Indústria Marinhense. No entanto, a imprensa local da época noticia *Coisas da minha terra* como sendo representado pelo grupo cénico dos bombeiros (o que o A. refere também, noutra versão) ou, outras vezes, por um grupo cénico informal.
- 455 Caracterização de João de Magalhães Júnior (*Jornal da Marinha Grande*, 05.10.1963 – texto evocativo da autoria de um dos participantes, João Saboga).
- 456 Ver *Jornal da Marinha Grande*, 05.10.1963.
- 457 Em nota solta, o A. refere que este espectáculo decorreu em benefício da Associação de Protecção aos Pobres.
- 458 Entre 1918 e 1925 os jornais locais noticiam vários outros espectáculos teatrais e de variedades, todos eles reunindo várias pequenas peças, monólogos, canções, etc., representados por grupos cénicos informais, pelo Grupo Cénico dos Bombeiros, pelo Grupo Dramático dos Bombeiros (outra designação do mesmo, certamente), pelo Grupo Dramático (sem mais designação), pela Associação de Protecção aos Pobres, pela Associação de Classe dos Manipuladores de Vidraça e por alunos das escolas primárias.
- 459 Esta peça surge na imprensa local da época como sendo apresentada pelo Grupo Cénico do Atlético Clube Marinhense.
- 460 Em relação a este espectáculo, o A. não indica data nem especifica se teria sido o Cénico Marinhense a apresentá-lo.
- 461 Referência retirada de nota solta.
- 462 Pelo início dos anos 1960 o Grupo Cénico do SIM, dirigido por este encenador, apresentou textos de grande qualidade, como *O Crime da Aldeia Velha*, de Bernardo Santareno, facto a destacar dado o panorama teatral marinhense da época e mesmo as dificuldades gerais de acção cultural no País, resultantes do regime autoritário em que se vivia, mormente da presença de censura prévia a todas as produções culturais.
- 463 Os dois últimos são referidos em nota solta.
- 464 Nomeadamente no Grupo Cénico associado ao Clube Desportivo e Recreativo da Amieira, não citado pelo A..
- 465 Já nos anos 1990, como é sabido, a actividade teatral do SOM atingiu grande relevo, designadamente com o trabalho *A Soprara se vai ao longe*, com autoria e encenação de Norberto Barroca (recolhendo também textos ou canções de Sérgio Bento, Arnaldo Matos, Correia Moita e Martins Saraiva), música (parcela original) de Paulino Garcia, acompanhamento e direcção musical de Fernando Brites, direcção plástica de Mário Dias Garcia.
- 466 Conforme se depreende de notas soltas, o A. teria ainda a intenção, não concretizada, de tratar o dia do “Pão por Deus” (1 de Novembro) e o dia da “Carne para o Espeto”.
- 467 O A. acrescenta: “desde ___”.
- 468 Indicações retiradas de nota solta.
- 469 O A. refere-se certamente a cursos carnavalescos, realizados algumas vezes durante os anos 1980 mas novamente interrompidos.
- 470 A referência a este divertimento foi retirada de nota solta.
- 471 Incluiu-se este ponto para organizar algumas referências a colecionadores que, por razões detalhadas

- na Introdução, não se apresentam no capítulo Biografias. Não se trata, evidentemente, de uma lista exaustiva, pois o A. não chegou a completar o capítulo.
- 472 Retirado de nota datada de Janeiro de 1985.
- 473 Retirado de nota datada de Abril de 1985.
- 474 Retirado de nota datada de Janeiro de 1985.
- 475 Além dos verbetes abaixo, o A. tinha também intenção, não concretizada, de escrever sobre “nichos e alminhas”, pois deixou uma folha em branco encimada por esse título. Em relação à versão tomada como base, alterou-se a sequência de alguns verbetes, por forma a melhor incorporar indicações de outras versões e notas soltas.
- 476 Criaram-se este e os seguintes subtítulos relativos a templos católicos para melhor organizar as notas deixadas pelo A..
- 477 Todos os elementos dos parágrafos anteriores são retirados d’O *Couseiro*, cap. 135.
- 478 O A. não indica a fonte destas indicações. Barosa (1993: 36) refere simplesmente que a igreja foi nesse ano “posta a estuque”.
- 479 O A. acrescenta que da Junta Paroquial da época (noutra versão: da comissão de obras) faziam parte, entre outros, António José de Magalhães Júnior, José Ferreira Custódio Júnior, Bernardino José Gomes, Conde de Azarujinha – o que não parece muito provável.
- 480 O A. refere que este edifício se fez na mesma altura das obras na igreja anteriormente mencionadas. Mas este edifício é anterior, sendo a construção de 1871 - 1874 (Barosa, 1993: 36 e Orçamento da Junta de Paróquia para 1783-84).
- 481 Noutra versão: 1913. É porventura erro de cópia, pelo menos no tocante à electrificação.
- 482 1815 é a data de publicação de uma das fontes consultadas pelo A. (Balsemão, 1815), que afirma terem existido antes da invasão francesa três festas de Igreja: Senhora do Rosário, Santíssimo Sacramento e S. José. Este autor não se refere à situação vivida após a invasão, naturalmente porque no momento em que visitou a Marinha Grande (1812) a vida ritual não tinha ainda sido restabelecida. Não citada por Balsemão, a festa das Dores é certamente mais tardia. Era promovida pela respectiva confraria, constituída por vidreiros, que tinham aquela invocação por padroeira.
- 483 O A. acrescenta: “que em romaria acompanhavam a imagem até à beira das águas do mar” – ritual não descrito pela fonte citada.
- 484 Frase retirada de notas soltas relativas a S. Pedro de Moel.
- 485 Provavelmente baloiços, instalados por altura da festa.
- 486 No centro da actual cidade.
- 487 O A. acrescenta que também o conde de Azarujinha teria colaborado na obra, cedendo, como arrendatário da Real Fábrica, o terreno necessário. Contudo, Azarujinha só arrenda a Fábrica a partir de 1864 (além de que o terreno estava já cedido, para instalação do cemitério).
- 488 Mas a data de conclusão do edifício é anterior: 1861, segundo Barosa (1993: 95).
- 489 Recordar-se que o A. escreve cerca de 1986.
- 490 Era S. José, conforme se lê nas *Memórias Paroquiais*, de 1758, data em que a capela se encontra ainda em funcionamento.
- 491 O A. refere ter sido a congregação fundada em “Tougourt (Sahara)”. Outras indicações, porém, indicam que tal acontecimento se teria dado antes na Bélgica, então país com grande volume de população operária (ao contrário, evidentemente, da zona sariana).
- 492 Carreira, 1984.
- 493 Noutra versão, o A. refere dever a este eclesiástico a lista dos párocos e coadjutores.
- 494 É este o eclesiástico que assina a resposta sobre a Marinha às *Memórias Paroquiais* de 1758 (Doc. 4).
- 495 O A. assinala como outro coadjutor desta época Francisco Eduardo da Silva, que não consta em Carreira (1984).
- 496 Carreira (1984: 471) assinala como coadjutores deste pároco, além dos mencionados abaixo, também

- Francisco dos Santos Branco, Manuel Simões Amaro e Mateus de Almeida Abrantes, que são omitidos no manuscrito do A. e a respeito dos quais também Carreira não indica as datas de exercício.
- 497 Carreira (1984: 250) refere-o como coadjutor na Marinha Grande também em 1913, em contradição com a data do seu regresso a Portugal, 1916 (Carreira, 1984: 535).
- 498 O manuscrito contém a data de 1918, mas Carreira (1984: 250), fonte do A., indica 1913.
- 499 Este e os seguintes não são já biografados por Carreira (1984), que apenas os refere no verbete relativo a J. C. Perdigão, como seus sucessores.
- 500 Neste e nos casos seguintes, o A. omite datas.
- 501 Em notas soltas, o A. registou ainda os seguintes nomes, sem quaisquer outras indicações: Padre António Silva (1951, coadjutor); Padre José Carreira (1969); Padre Miguel Sapata Ramalho; Padre Alcides Rocha dos Santos Neves (coadjutor); Padre Luciano Gomes Paulo Guerra (coadjutor); Padre Isidro da Piedade Alberto; Padre Manuel Alexandre Duarte.
- 502 Noutra versão: por iniciativa do pastor António dos Santos Martins.
- 503 O A. não chegou a apurar o nome dos responsáveis locais desta igreja, deixando no manuscrito um espaço em branco.
- 504 O A. não chegou a apurar a data de chegada desta instituição à Marinha Grande, deixando no manuscrito um espaço em branco.
- 505 O *Autonomia* voltou depois a publicar-se, entre 28.07.1901 e 09.03.1902.
- 506 Numa das versões deste ponto, o A. refere que coube então ao director do *Região de Leiria* encontrar outros correspondentes marinhenses. Noutra versão, afirma que os próprios correspondentes “demissionários” encontraram substituto.
- 507 De todos os periódicos estritamente locais listados, este e o anterior são os únicos que se mantêm em publicação.
- 508 A publicação desta folha incluía-se também nas actividades da Mocidade Portuguesa, organização governamentalizada de juventude anterior ao 25 de Abril de 1974.
- 509 O actual boletim da autarquia municipal tem características diversas das apontadas pelo A., que escreve cerca de 1987.
- 510 Esta emissora ainda se encontra activa.
- 511 Esta emissora foi já desactivada.
- 512 Este capítulo não chegou a ser redigido, como totalidade, pelo A., tendo sido criado para organizar várias notas e pequenos textos dispersos que deixou. Não se encontrará aqui, portanto, um tratamento exaustivo do tema, sendo omissos bastantes acontecimentos e instituições de relevo nesta área.
- 513 Alterou-se o título deste bloco para incluir também as páginas sobre serviço postal e telecomunicações.
- 514 Presentemente, o farol depende da Capitania da Nazaré.
- 515 O A. não indica a fonte deste último parágrafo. Os restantes foram colhidos em Barosa (1993:94) e Cabral (1975: 584).
- 516 Este ponto junta algumas notas soltas deixadas pelo A., sem carácter exaustivo. Muitas rodovias que servem o concelho não são aqui mencionadas, por terem sido construídas pelos Serviços Florestais (ver o capítulo sobre Transportes Utilizados no Pinhal).
- 517 Trecho datado: Fevereiro de 1985.
- 518 O chiar dos carros, originado pela rotação do eixo de madeira comprimido pelo peso do artefacto, é tanto maior quanto maior a carga, pelo que (e também por algum ludismo eventualmente associado ao ruído), em muitos locais, a tradição não era olear os eixos mas, pelo contrário, “untá-los” com limão ou apertar os encaixes onde rodavam, de modo a que um maior ruído desse a impressão de maior carga (Galhano, 1973: 140).
- 519 O A. não menciona a data desta decisão, nem a fonte que a documenta.
- 520 A Marinha Grande tem óptimas condições para a promoção deste meio de transporte, que poderia ser feita a exemplo do que ocorre em diversíssimas zonas europeias, onde as preocupações com a

sustentabilidade do desenvolvimento são partilhadas por grande número de cidadãos e decisores.

- 521 Este número tem continuado a subir, tendo a circulação automóvel no interior da malha urbana atingido proporções insustentáveis, com prejuízo da qualidade de vida dos locais. Na origem da situação encontram-se factores económicos (como a disponibilidade de recursos por parte dos consumidores, a diminuição, em termos proporcionais, do preço dos automóveis em relação ao de outros bens, as facilidades de compra e crédito oferecidas pelos vendedores) e também decisivos factores sócio-culturais, como as várias ideias de prestígio, de sucesso, de afirmação social, etc., associadas ao automóvel, as quais adquirem grande peso num meio de grande dinamismo social como é o marinhense - tudo isto levando a que os mais pequenos percursos sejam hoje feitos em automóvel por uma fatia considerável da população. Um desenvolvimento harmonioso e sustentável da malha urbana, bem como a preservação de alguns elementos de valor patrimonial, exigem presentemente a correcta definição de medidas em relação aos problemas de acessibilidade e mobilidade no concelho, sendo imperiosa a promoção de alternativas ao automóvel individual.
- 522 Este parágrafo foi retirado de uma nota solta deixada pelo A..
- 523 Antes disso terá havido outras formas de comunicação postal. Nas *Memórias Paroquiais* de 1758 o pároco local escreve: "Não tem esta terra correio mas vale aos seus moradores o correio da cidade de Leiria e se vão entregar as cartas ao domingo e esperar as que vêm à quinta-feira."
- 524 A referência a este local é retirada de outra versão, sendo possível que estas instalações comunicassem para o exterior pela actual Av. José Gregório, e que o edifício anteriormente referido, contíguo aos Paços do Concelho, não tenha de facto acolhido a estação postal, sendo mencionado apenas por confusão com este local.
- 525 O A. tinha intenção de escrever também verbetes sobre o infantário tutelado pelo Centro Regional de Segurança Social e sobre a Colónia Infantil Afonso Lopes Vieira, tendo apenas deixado uma folhas em branco encimadas por esses cabeçalhos. A respeito da Colónia, ver o subcapítulo sobre S. Pedro de Moel.
- 526 Esta afirmação, muito recorrente nos meios marinhenses, não foi até ao presente confirmada por documentação coeva.
- 527 Elementos retirados de nota solta.
- 528 Indicação retirada de nota solta.
- 529 Não funcionava então nos edifícios actuais, mas em pavilhões pré-fabricados, que se mantiveram durante muitos anos.
- 530 Verbetes construído a partir de notas soltas.
- 531 A escola só seria concretizada nos anos 1920. A Sociedade Filomática era uma associação com fins culturais, criada em 1883 (Barosa, 1993: 97-98).
- 532 Para mais dados, ver Marques, 1996a (sobre a Escola Industrial) e 1997a (sobre a Filomática).
- 533 Esta designação encontra-se porventura incompleta, mas assim consta na provável fonte do A.: uma entrevista de A. Nery Capucho ao *Jornal da Marinha Grande* de 30.05.1964.
- 534 Aquele onde hoje funciona a Secundária Calazans Duarte. Anteriormente, a Escola Industrial funcionava em instalações da Fábrica Stephens e da antiga Resinagem.
- 535 Verbetes que o A. não completou. Entretanto, deixou também uma nota mencionando a data de 6 de Outubro de 1968 para a inauguração referida - que, de facto, foi anunciada na imprensa local mas não se concretizou, devido à "incerteza" que então havia sobre a evolução do estado de saúde de Salazar (*Voz da Marinha Grande*, 05.10.1968). Esta escola privada, já extinta, foi criada em 1947, com ensino liceal (que não existia na Escola Industrial). Funcionava então num edifício já desaparecido, sito onde hoje se encontra a CGD. No edifício cuja inauguração o A. refere funciona hoje uma outra escola privada, o CLIC.
- 536 O A. não indica a fonte desta informação. O periódico local *A Restauração* indica em 12.04.1917 que a Tito Larcher, como responsável pela Biblioteca Erudita de Leiria, foram atribuídas duas "bibliotecas móveis", uma das quais destinou à Marinha Grande. A nova da chegada da biblioteca é dada pelo mesmo periódico em 29 de Abril, noticiando-se que era aguardada por muitos populares e que todos seguiram até ao Teatro Stephens, onde, na presença da Comissão Instaladora do concelho, Larcher fez uma conferência a propósito. Também *O Marinhense*, em 01.05.1971, alude à instalação da biblioteca. Em 7 de Julho, o primeiro jornal referido avisa que já há leitores atrasados na devolução de obras requisitadas para leitura domiciliária.

Por outro lado, em 25.02.22 *O Marinbense* refere também a cedência à Câmara de uma (segunda) 'biblioteca móvel'.

- 537 Ver Barosa (1993: 141 e 143). Na acta de reunião da Junta de Paróquia de 07.11.1910 é informado que um dos sócios do Grémio cede a sua quota para efeitos de instalação da creche, pelo que em reuniões seguintes, durante o ano de 1911, se dá conta da decisão da Junta de pedir idêntica atitude aos restantes sócios e das diligências que empreende para esse fim, de modo a poder utilizar o edifício e dar cumprimento ao legado Pereira Crespo, que fora feito já em 1908. Ver outros pormenores em Marques (1996b).
- 538 Este bloco foi criado para acolher várias notas soltas deixadas pelo A..
- 539 Vol. I: 386.
- 540 Noutra nota, o A. refere ter vindo o primeiro médico (cujo nome não indica) em 1860. Almeida (1860: 63) refere que durante a administração da fábrica Stephens pelo conde de Farrobo (1827-47) havia no estabelecimento um "cirurgião", pago pela Administração; no contrato seguinte (M. J. Afonso) eram os próprios operários quem assegurava o seu pagamento, por recusa de Afonso em fazê-lo. Também Cabral (1975, vol. I: 584) refere a presença de médico ligado à Fábrica, que em 1859, por fecho desta e consequente ausência de salário (pago pelos operários, a crer na referência anterior) pretendia retirar-se, tendo então a Câmara de Leiria deliberado assegurar-lhe a remuneração.
- 541 Em 1916 (Barosa, 1993: 146). Os indivíduos referidos pelo A. faziam parte da Direcção da delegação local da Cruz Vermelha.
- 542 Noutro ponto, o A. refere-se à situação já após a construção do actual Centro de Saúde. Ver bloco sobre o Boletim Municipal, no capítulo sobre Meios de Comunicação Social.
- 543 O A. deixou também folhas em branco com as referências "Junta dos Pobres" e "Sopa dos Pobres", que não chegou a desenvolver.
- 544 O A. deixou folha em branco com a menção "Casa de Repouso para a 3ª Idade", que acabou por não desenvolver.
- 545 O mesmo edifício veio mais tarde a acolher um Lar de Terceira Idade, iniciativa da Santa Casa da Misericórdia, que hoje funciona em novas instalações, na Várzea, tendo as antigas sido já demolidas.
- 546 Não se tratava de um jardim infantil no sentido actual, mas de uma instituição de internamento para crianças carenciadas, que funcionou nas instalações da antiga Casa do Doente.
- 547 Além dos mencionados abaixo, o A. pretendia também tratar a Casa do Povo da Marinha Grande, título que deixou encimando uma folha em branco.
- 548 O Jardim, com feição de parque arborizado, existia anteriormente às datas referidas pelo A., tendo sido criado por iniciativa da Junta de Paróquia. Na sequência da separação entre bens eclesiásticos e civis, por força da implantação da República, o antigo Passal (propriedade da paróquia) foi arrendado à Junta, que procedeu à sua arborização, em 12 de Março de 1913, no âmbito da "Festa da Árvore", tendo cabido às crianças das escolas a plantação das árvores, cedidas pelas Matas.
- 549 O desenho do Parque (delineamento das ruas e outros espaços) é posterior. O A. deixou referência a 1964, não especificando se é a esse trabalho que se refere.
- 550 Este trecho sobre as Conservatórias encontra-se datado (Março de 1985). Como é sabido, os referidos serviços encontram-se actualmente em novas instalações.
- 551 Joaquim Barosa (1993: 146) refere tratar-se de um prédio que pertencia a Simão Marques das Neves, junto ao lugar dos Matos.
- 552 O A. indica aqui o ano 1910, não esclarecendo se se trata de data de inauguração ou de data do documento onde o hotel é referido.
- 553 O A. refere-se a este edifício no manuscrito do capítulo sobre Cultura, datando a construção de 1893 e atribuindo-a ao mesmo grupo de pessoas que fundou a Serenata Marinhense e uma associação cultural e recreativa da época. Barosa (1993: 91) dá a data de 1896, informado que a iniciativa da construção coube aos vidreiros da fábrica Central. Este teatro já não existe, sendo referida por Joaquim Barosa a fraca qualidade da sua construção.
- 554 Em nota solta: "orientação também do professor Albano Reis Paulo, coordenador de Ed. Física distrital de natação".

- 555 Texto datado pelo A. (Junho de 1985).
- 556 Verbete muito incompleto, reunindo duas notas soltas deixadas pelo A.. Sobre este equipamento, ver Bonita (1993: 150-54).
- 557 A organização deste capítulo, que o A. também não chegou a concluir, levantou alguns problemas, referidos na Introdução e que agora se considera oportuno recordar. O A. pretendia incluir algumas biografias também nos capítulos anteriores (relativas a pessoas que se houvessem destacado nos vários campos de actividade); porém, não chegou a completar esse trabalho, além de que no capítulo exclusivamente dedicado a biografias incluiu também figuras destacadas em campos de actividade tratados em capítulos com notas biográficas. Por estes dois motivos, agruparam-se aqui todas as biografias retidas. Uma vez que, em relação a muitos dos campos de actividade, o A. ficou muito longe de um levantamento exaustivo das figuras destacadas, optou-se por incluir exclusivamente biografias de pessoas já falecidas ou retiradas da actividade pela qual o A. as salienta, salvo casos excepcionais. Estabeleceram-se neste capítulo 10 subdivisões, relativas aos campos de actividade dos biografados; no interior de cada uma delas, são ordenados por data de nascimento. Mantiveram-se contudo, como se terá verificado, muitas referências individuais a pessoas ainda presentes, reportadas aquando do tratamento das actividades que desenvolvem. Além dos que figuram abaixo, o A. pretendia também biografar, conforme se depreende dos verbetes que deixou em branco, os seguintes: Dr. Adolfo Leitão, cónego Alexandre José de Oliveira, Dr. Aníbal Bettencourt, António de Abreu, António Afonso Barata, António Boiça, António Inácio de Carvalho, António Maria de Freitas ("Nicolau Florentino"), Artur Neto de Barros, Colombo Tobias Stern, Domingos Figueiredo Pereira, Duquesa de Caminha, Eduardo Dias Ferreira, Francisco Correia Moita, Guilherme Pereira Roldão, Helena Lopes Vieira, Homero Monteiro, Ivo Roldão Barros, Dr. João Galo Pereira, João Santos ("Ervilha"), José Azambuja Ferreira, Doutor José Custódio de Moraes, José Matias Pedrosa, José Nobre Marques, José dos Santos Barosa, José da Silva Virgolino, José de Sousa e Oliveira, Dr. José Taibner de Moraes, Lenita Gentil, Manuel Pereira Raposo, Manuel Pereira Roldão, Manuel Q. Lameiro, Maria das Dores Romão, Mariana Barosa, Dr. Nicolau Bettencourt, Rafael Moiteiro, Ricardo Santos Galo, Rui Couceiro Neto Silva, Vicente Nunes.
- 558 No vol. II: 352 da mesma obra, Pinto data a sua chegada ao Pinhal de 1922.
- 559 O A. não indica a fonte destas indicações.
- 560 Mais recentemente, é também patrono da Escola Secundária mais antiga, herdeira da Escola Industrial que dirigiu.
- 561 Verbetes deixado incompleto pelo A..
- 562 Verbetes deixado incompleto pelo A..
- 563 Aspas do A. que, porém, não indica fonte.
- 564 Verbetes datado pelo A. (5 de Dezembro de 1984).
- 565 Verbetes datado pelo A. (Junho de 1985).
- 566 Verbetes datado pelo A. (Março de 1985).
- 567 Segundo na altura se referiu, era essa Fábrica, à data do seu fecho em 1992, a única do país onde se utilizava ainda o referido processo decorativo, hoje confinado a *ateliers* particulares.
- 568 Verbetes datado (Abril de 1985).
- 569 Verbetes construído a partir de notas soltas deixadas pelo A..
- 570 Verbetes deixado incompleto pelo A.. Incluíram-se várias notas soltas.
- 571 Noutra versão: empregou-se primeiro na serração de Henri Dubois.
- 572 Noutra versão: antes de ser mobilizado constituiu família.
- 573 Verbetes datado pelo A. (Abril de 1985), ao qual se juntaram dados biográficos adicionais, que tinha deixado no subcapítulo sobre a Associação de Bombeiros.
- 574 Verbetes deixado incompleto pelo A..
- 575 Verbetes deixado incompleto pelo A..
- 576 Verbetes datado pelo A. (Novembro de 1986) e assinado, destinando-se certamente a publicação autónoma. Incluíram-se notas soltas.

- 577 Verbete composto a partir de notas deixadas pelo A..
- 578 Verbete deixado muito incompleto pelo A., mas que se manteve, pela importância da figura a que respeita, democrata e tisiologista de grande competência, a quem se devem grandes êxitos no combate à tuberculose no concelho. Encontram-se referências dispersas a G. Coelho ao longo do texto; ver os capítulos sobre Equipamentos e Serviços, e sobre a Freguesia da Marinha Grande.
- 579 Nesta área de actividade, o A. pretendia também biografar: Amélia Cândida L. C. dos Santos, Ilídio Duarte de Carvalho e João de Oliveira Roldão.
- 580 Verbete datado pelo A. (Janeiro de 1985).
- 581 Verbete datado pelo A. (Abril de 1985).
- 582 Noutra versão: sete.
- 583 Verbete datado pelo A. (Fevereiro de 1985).
- 584 Verbete construído a partir de notas soltas deixadas pelo A..
- 585 O A. não inclui aspas.
- 586 Verbete datado pelo A. (Novembro de 1984).
- 587 Verbete datado pelo A. (10 de Dezembro de 1984).
- 588 Verbete datado pelo A. (Março de 1985).
- 589 Verbete datado pelo A. (Março de 1985).
- 590 Posteriormente, este autor publicou *Ao sabor da roda* (1986), *Espelho de três reflexos* (1987) e *Viagens truncadas em tempo de espera* (1989), vindo entretanto a falecer.
- 591 O A. deixa também a referência “criou uma escola de música, onde estudaram os grandes músicos Carlos Franco, o melhor flauta português da actualidade, e António Serafim, solista de oboé, ambos músicos da Orquestra Sinfónica Nacional” – factos que, todavia, não foram confirmados pela filha do biografado, D. Ilda Almeida L. Vieira, contactada pela Organizadora.
- 592 Verbete datado pelo A. (Janeiro de 1985).
- 593 Nesta área, o A. tinha também intenção de biografar Alfredo Gândara e Edmundo Oliveira Órfão, em relação aos quais deixou verbetes em branco.
- 594 Verbete datado pelo A. (Março de 1985).
- 595 Além dos abaixo mencionados, o A. deixou também verbetes em branco a respeito de Manuel T. de Moraes S. Barosa (que foi presidente da Câmara), Telmo Neto, Álvaro Órfão e Joaquim Gomes (por terem sido deputados), Joaquim Taibner de Moraes (que foi governador civil do Porto) e António Marques Júnior (oficial do Exército).
- 596 Verbete datado pelo A. (Fevereiro de 1985).
- 597 Barosa (1993: 150) indica a data de 14 de Abril.
- 598 O A. não indica a fonte destas informações. Joaquim Barosa (1993: 150) não partilha o tom elogioso do A. a respeito de Custódio Júnior, cujo trabalho como notário fora em 1911 alvo de uma sindicância (Doc. 14).
- 599 Verbete deixado incompleto pelo A..
- 600 Verbete recolhendo notas soltas deixadas pelo A..
- 601 Partido único do regime autoritário anterior ao 25 de Abril de 1974.
- 602 Este antifascista faleceu entretanto, em 1996.
- 603 O A. deixou também esboços biográficos, ou verbetes em branco a isso destinados, relativos aos seguintes desportistas ou dinamizadores da prática desportiva: Ana Paula Domingues Agostinho André, António José da Silva Garrido, António José Rodrigues Ruivo, António Manuel Silva Saraiva, Dr. José Renato Ruivo Martins Saraiva, Fernando da Costa Figueiredo, Fernando Manuel da Conceição Alves, Heber Manuel Gameiro Fernandes dos Santos, José Miguel Marques Alves Pereira, Luís Manuel Ferreira Santos, Raimundo Sousa Santos, Ruben José Moita Marques, Telmo Luiz Moita Francisco, Vítor da Conceição Serra, Vítor João Barroca Roldão Seça, Vítor Manuel Soares Fernandes. Estes verbetes não são incluídos pelas razões

assinhaladas na Introdução: trata-se de uma lista lacunar, que reúne pessoas ainda presentes, algumas das quais, sendo muito jovens à data do manuscrito, abandonaram mesmo, entretanto, a prática desportiva. No entanto, quando associados a modalidades ou clubes tratados no corpo do texto os seus nomes são aí mencionados.

604 Verbete datado pelo A. (Março de 1985).

605 Verbete datado pelo A. (Maio de 1985).

606 Verbete datado pelo A. (Fevereiro de 1985). Tinha também a indicação: "da comissão que está a recolher elementos para a história da Marinha Grande foi-nos cedida a biografia do antigo ciclista marinhense José Gaspar Pedroso Júnior, que publicamos com todo o gosto" - indiciando publicação anterior.

607 Verbete datado pelo A. (Março de 1985).

608 Verbete datado pelo A. (Maio de 1985).

609 Verbete datado pelo A. (Fevereiro de 1985).

610 Verbete datado pelo A. (Março de 1985).

611 Verbete datado pelo A. (Novembro de 1984).

612 Verbete datado pelo A. (Março de 1985).

613 verbete datado pelo A. (Abril de 1985).

614 Verbete elaborado a partir de notas soltas deixadas pelo A..

615 Faleceu em 1998.

616 Além deste, o A. deixou um outro verbete, em branco, destinado a José Luís Pereira Crespo (que legou no princípio do século verba destinada à creche do mesmo nome - ver o capítulo sobre Equipamentos e Serviços), além de algumas notas sobre António Baptista Cardeira, da Moita, industrial madeireiro e filantropo.

617 Verbete datado pelo A. (Março de 1985).

618 Verbete construído a partir de notas soltas deixadas pelo A..

Sumário das Figuras

Fig. 1	- Fotografia aérea de S. Pedro de Moel. Final dos anos 1960 ou posterior. Postal ilustrado, edição Papelaria Americana.	59
Fig. 2	- Praia de S. Pedro de Moel. Anos 1940. Postal ilustrado, edição não indicada.	59
Fig. 3	- S. Pedro de Moel. 1853. Desenho de Miguel Joaquim de Carvalho.	61
Fig. 4	- Vista geral de S. Pedro de Moel. Anos 1940. Postal ilustrado, edição não indicada.	62
Fig. 5	- Praça de S. Pedro de Moel. Anos 1940. Postal ilustrado, edição não indicada.	62
Fig. 6	- O velho “lobo do mar” António Boiça, ostentando as muitas medalhas que lhe foram atribuídas pelo Instituto de Socorros a Náufragos. <i>Jornal da Marinha Grande</i> , 24.08.1963.	63
Fig. 7	- Monumento aos Mortos da Grande Guerra. Arquivo CMMG	73
Fig. 8	- Monumento a Bernardino Barros Gomes, em Pedreanes. Pinto, 1938-39, vol. I: 60.	73
Fig. 9	- Cruzeiro da Independência. Arquivo CMMG	74
Fig. 10	- Monumento a Guilherme Stephens. Arquivo CMMG	74
Fig. 11	- Medalhão homenageando Joaquim Carvalho d’Oliveira. Arquivo CMMG	75
Fig. 12	- Busto de Afonso Lopes Vieira, em S. Pedro de Moel. Arquivo CMMG	75
Fig. 13	- Efigie de Acácio Calazans Duarte. Arquivo CMMG	75
Fig. 14	- Orfeu. Arquivo CMMG	76
Fig. 15	- Monumento aos Heróis do Ultramar. Arquivo CMMG	77
Fig. 16	- Busto de Víctor Gallo. Foto Valverde, Lisboa. Fotografia cedida pela Sra. D. Teresa N. Galo.	77
Fig. 17	- Monumento a D. Dinis e Santa Isabel, em S. Pedro de Moel. Arquivo CMMG	78
Fig. 18	- Monumento à revolta de 18 de Janeiro de 1934. Arquivo CMMG	78
Fig. 19	- Pinhal de Leiria, carta topográfica, escala 1:10 000. 1940. Desenho de Luiz Filipe.	84
Fig. 20	- Um aceiro. Pinto, 1938-39, vol. II: 51	85
Fig. 21	- Os célebres “pinheiros serpentes”. Pinto, 1938-39, vol. II: 141	89
Fig. 22	- Pinhal manso. Pinto, 1938-39, vol. I: 117	90
Fig. 23	- Uma <i>Araucaria Brasiliensis</i> . Pinto, 1938-39, vol. I: 429.	90
Fig. 24	- Um “páo real”. Pinto, 1938-39, vol. I: 181.	90
Fig. 25	- Tipo de barco utilizado na pesca com arte xávega. Pinto, 1938-39, vol. I: 99.	91
Fig. 26	- Fachada principal do imponente edifício da Resinagem. Pinto, 1938-39, vol. II: 71.	93
Fig. 27	- Planta do edifício da Resinagem. Pinto, 1938-39, vol. II: 79.	93
Fig. 28	- Interior da Resinagem, quando em laboração. Pinto, 1938-39, vol. II: 72.	94
Fig. 29	- Mercado de características medievais que existiu na Marinha Grande até 3 de Maio de 1942. Pinto, 1938-39, vol. II: 79.	95
Fig. 30	- Um forno de carvão tipo campo aberto existente na povoação de Água Formosa, semelhante aos do Pilado. Amado, 1977: 129.	96

<i>Fig. 31</i>	- A operação da serragem tal como se fez durante muitos anos, vendo-se os serradores manuais, a falca, a "burra" e a serra. Pensa-se que na Mata existiram mais de 200 destes serradores. Amado, 1977: 145.	97
<i>Fig. 32</i>	- Serração de Henri Dubois, construída na Marinha Grande (Pinhal dos Cortiços) em 1904. Postal Ilustrado	100
<i>Fig. 33</i>	- Marco de pedra indicando os direitos da Fábrica Stephens sobre as lenhas do Pinhal. Pinto, 1938-39, vol. I: 214.	104
<i>Fig. 34</i>	- Primeira farda usada pelos Guardas, c. 1856. Constava de calça de briche (Inverno) ou de lona (Verão), gravata preta, boné, camisola azul, polainas de couro branco, bolsa, etc.. Pinto, 1938-39, vol. I: 361.	109
<i>Fig. 35</i>	- Fardamento usado a partir de 1905. Pinto, 1938-39, vol. I: 362	110
<i>Fig. 36</i>	- Tipo das primeiras Guardas construídas no Pinhal. Pinto, 1938-39, vol. II: 281.	111
<i>Fig. 37</i>	- O lindo edifício da Administração das Matas, tal como era nas primeiras décadas do século. Postal ilustrado, Comissão de Iniciativa e Turismo.	113
<i>Fig. 38</i>	- Uma vista do lindo Parque Florestal do Engenho nos anos de 1930, quando era considerado a "sala de visitas" da Marinha Grande. Postal ilustrado, Comissão de Iniciativa e Turismo.	114
<i>Fig. 39</i>	- Uma vista do Viveiro do Tromelgo, tal como era antes do abandono a que foi votado. Pinto, 1938-39, vol. I: 425.	115
<i>Fig. 40</i>	- Carro dobrado. Pinto, 1938-39, vol. II: 142.	117
<i>Fig. 41</i>	- Carregamento de um carro dobrado. Pinto, 1938-39, vol. II: 361.	117
<i>Fig. 42</i>	- O burro, utilizado largamente no transporte de produtos do Pinhal. Bonita, 1993: 36. ...	118
<i>Fig. 43</i>	- As Tercenas, junto à Foz do Rio Liz. Pinto, 1938-39, vol. I: 113.	118
<i>Fig. 44</i>	- A Estação principal do Comboio Americano, em Pedreanes, construída em 1862 e ainda existente. Pinto, 1938-39, vol. I: 380.	119
<i>Fig. 45</i>	- A Estação de S. Martinho do Porto, construída no mesmo ano. Pinto, 1938-39, vol. I: 381. ...	120
<i>Fig. 46</i>	- O comboio de lata. Pinto, 1938-39, vol. II: 303.	121
<i>Fig. 47</i>	- O comboio de lata engalanado em Quinta-Feira de Ascensão. Postal ilustrado, edição ACM.	122
<i>Fig. 48</i>	- Camioneta a gasogénio utilizada pelos Serviços Florestais, principalmente no transporte de pessoal. Pinto, 1938-39, vol. II: 291.	123
<i>Fig. 49</i>	- As lunetas que foram instaladas nos pontos de vigia em 1898, pelo eng.º José Lopes Vieira. Pinto, 1938-39, vol. II: 286.	128
<i>Fig. 50</i>	- O antigo Ponto do Facho. Pinto, 1938-39, vol. II: 283.	128
<i>Fig. 51</i>	- O Ponto da Boavista, construído em 1885. Fotografia de J. L. Franco.	128
<i>Fig. 52</i>	- Uma pilha de lenha (cavacas) armazenada para queimar nos fornos, tal como se usava nas fábricas de vidro. Pinto, 1938-39, vol. I: 326.	130
<i>Fig. 53</i>	- Forno do tipo <i>Meret</i> , de chama directa. Valente, 1950: 17.	138
<i>Fig. 54</i>	- Potes ainda usados para fundir vidro, cujos modelos se mantêm desde os primeiros tempos. Mello, 1919: 35.	138
<i>Fig. 55</i>	- Antigo forno de chama directa, em que se vê o aquecimento fazer-se directamente pelo centro. Mello, 1919: 45.	139
<i>Fig. 56</i>	- Forno do tipo Boetius, em que se vê o funcionamento do gasogénio. Mello, 1919: 46. ...	139

Fig. 57 - Esquema de um gasogénio Siemens. Mello, 1919: 48.	140
Fig. 58 - Corte de um forno a tanque tipo Siemens, alimentado a gás pobre produzido em gasogénios. Mello, 1919: 52.	141
Fig. 59 - Vários tipos de flutuadores ou mergulhadores, conhecidos por “cachimbos”, usados nas zonas de colha. Mello, 1919: 40.	141
Fig. 60 - Moderno forno a tanque, de grande capacidade de fundição, usado pelas grandes fábricas de produção automatizada. Arquivo CMMG	142
Fig. 61 - Antigo forno de chama directa, usado também para recozimento das peças em obra, que eram colocadas na parte de cima. Valente, 1950: 17.	143
Fig. 62 - Forno conhecido por arca fixa de recozimento, vendo-se o “atiçador” usando uma comprida forquilha para arrumar as peças de vidro no interior. C. 1941. Álbum fotográfico da Nacional Fábrica de Vidros.	144
Fig. 63 - Acessórios para os fornos, construídos em material refractário. Mello, 1919: 42.	145
Fig. 64 - Canas. Mello, 1919: 76.	146
Fig. 65 - Ferramenta de cristaleiro. Mello, 1919: 90.	147
Fig. 66 - Formas sucessivas da bolha de vidro na garrafaria manual. Mello, 1919: 78.	147
Fig. 67 - Preparação da bolha de vidro. Barros, 1969: 153	147
Fig. 68 - Garrafeiro a soprar para molde (que não abre). Mello, 1919: 76.	148
Fig. 69 - Utilização de ar comprimido. Mello, 1919: 91.	148
Fig. 70 - Esquema das fases de fabrico manual de um cálice. Mello, 1919: 93.	148
Fig. 71 - Obragem de cristalaria. C. 1941. Álbum fotográfico da Nacional Fábrica de Vidros.	149
Fig. 72 - Cristalaria. fase do fabrico manual. Barros, 1969:154	149
Fig. 73 - Cristalaria. Fase do fabrico manual. Barros, 1969:154	149
Fig. 74 - Fase do fabrico vidreiro manual. Barros, 1969:154	149
Fig. 75 - Cristalaria. Fase do fabrico manual. Barros, 1969:154	150
Fig. 76 - Cristalaria. Fase do fabrico manual: corte do bico de um jarro. Barros, 1969:155	150
Fig. 77 - Cristalaria. Fase do fabrico manual: colocação da asa num jarro. Barros, 1969:155	150
Fig. 78 - Cristalaria. Fase do fabrico manual: colocação da asa num jarro. Barros, 1969:155	150
Fig. 79 - Cristalaria. Fase do fabrico manual. Catálogo da IVIMA.	150
Fig. 80 - Estiragem manual de tubo de vidro. Mello, 1919: 97.	151
Fig. 81 - Prensa. Mello, 1919: 107.	0152
Fig. 82 - Catálogo de objectos produzidos por prensagem (extracto). Barros, 1969: LXXIV	152
Fig. 83 - Catálogo de objectos produzidos por prensagem (extracto). Barros, 1969: LXXV	152
Fig. 84 - Catálogo de objectos produzidos por prensagem (extracto). Barros, 1969: LXXV	152
Fig. 85 - Operação de prensagem. C. 1941. Álbum fotográfico da Nacional Fábrica de Vidros.	153
Fig. 86 - Fabrico manual de vidraça: formação da bola. Mello, 1919: 153	154
Fig. 87 - Fabrico manual de vidraça: molde de principiar. Mello, 1919: 154.	155
Fig. 88 - Fabrico manual de vidraça: molde de acabar. Mello, 1919: 154.	155
Fig. 89 - Fabrico manual de vidraça: calda dos cilindros. Mello, 1919: 154.	155

<i>Fig. 90</i> - Fabrico manual de vidraça. Fotografia de Víctor Gallo, <i>Notícias Ilustrado</i> , Natal 1932. ..	155
<i>Fig. 91</i> - Fabrico manual de vidraça: operação de rachar o cilindro, no sentido longitudinal. Mello, 1919: 156.	156
<i>Fig. 92</i> - Fabrico manual de vidraça: resumo do processo. Mello, 1919: 157.	157
<i>Fig. 93</i> - Estenderia de vidraça: maquete em madeira, feita pelo antigo oficial vidraceiro Sr. Rafael Moiteiro.	157
<i>Fig. 94</i> - Estenderia de vidraça: esquema. Mello, 1919: 163.	158
<i>Fig. 95</i> - Planificação do cilindro sobre a mesa. Mello, 1919: 167.	158
<i>Fig. 96</i> - Colher para colha e vazamento. Patente na exposição “A indústria do vidro na perspectiva da arqueologia industrial”, FEIS, 1989. Fotografia de M. F. Azambuja.	159
<i>Fig. 97</i> - Fabrico manual de vidraça prensada: colha. Mello, 1919: 159.	160
<i>Fig. 98</i> - Fabrico manual de vidraça prensada: vazamento. Mello, 1919: 159.	160
<i>Fig. 99</i> - Roca para transporte de garrafas. Mello, 1919: 82.	161
<i>Fig. 100</i> - Ferro de toronar gargalos de garrafa. Mello, 1919: 79.	161
<i>Fig. 101</i> - Fabrico manual de garrafões. Foto de Víctor Gallo, <i>Notícias Ilustrado</i> , Natal de 1932.	161
<i>Fig. 102</i> - Máquina para fabrico semiautomático de garrafaria. Mello, 1919: 81.	162
<i>Fig. 103</i> - Corte. C. 1941. Álbum fotográfico da Nacional Fábrica de Vidros.	163
<i>Fig. 104</i> - Máquina para corte de chaminés. Mello, 1919: 117.	164
<i>Fig. 105</i> - Máquina de corte, para copos. Mello, 1919: 116.	165
<i>Fig. 106</i> - Frasqueira de viagem, séc. XVIII. Colecção do Museu Nacional Soares dos Reis. Valente, 1950:53.	170
<i>Fig. 107</i> - Presumível vestígio de um forno. Desenho. Morais, 1936.	175
<i>Fig. 108</i> - Vitral no Mosteiro da Batalha. Valente, 1950: 32.	175
<i>Fig. 109</i> - A Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande tal como era em 1860. Desenho de Nogueira da Silva. Valente, 1950: 68.	179
<i>Fig. 110</i> - O palácio residencial dos Stephens tal como é hoje. Fotografia de J. L. Franco.	180
<i>Fig. 111</i> - Os operários da Fábrica. Maio de 1913. Carlos Gomes, Fotógrafo (Nazaré e Alcobaça). ..	188
<i>Fig. 112</i> - Anúncio na imprensa nacional da fábrica Marquês de Pombal, com referência ao diploma obtido na Exposição Internacional do Rio.	195
<i>Fig. 113</i> - Equipa de futebol do ACM.	234
<i>Fig. 114</i> - Serenata Marinhense. 1904, passeio a Caldas da Rainha.	253
<i>Fig. 115</i> - Banda da Fábrica Nova. Viragem do século. Fotografia de António A. Abreu, Marinha Grande.	254
<i>Fig. 116</i> - Banda da Fábrica Marquês de Pombal. 1922.	255
<i>Fig. 117</i> - Filarmónica Recreativa Amieirinhense.	256
<i>Fig. 118</i> - Mickey Mouse Orquestra Jazz. Anos 1930 (?). Foto Phebos. Fotografia cedida por João C. Moita.	258
<i>Fig. 119</i> - Os Pinantes. Anos 1940 (?).	259
<i>Fig. 120</i> - Conjunto Cristal. Anos 1950.	260

Fig. 121 - Rancho Pró-Pátria. <i>Ilustração Portuguesa</i> , 28.08.1918.	261
Fig. 122 - Um par de dançarinos do Rancho Folclórico Etnográfico Infantil das Figueiras. Foto Carla, <i>Marinha Grande</i>	263
Fig. 123 - Artistas da revista <i>Coisas da minha terra</i> . 1923.	264
Fig. 124 - Júlio Ferreira de Lemos na figura de <i>Zuquinha</i> , acompanhado por Mariazita Santos, Alice Abreu e Maria Hermínia Roldão. 20.07.1935.	266
Fig. 125 - Grupo do "Enterro do bacalhau".	272
Fig. 126 - Interior da igreja matriz da <i>Marinha Grande</i> (antes de 1971).	277
Fig. 127 - Igreja matriz da <i>Marinha Grande</i> (antes de 1971). Foto cedida pelo Sr. Luis Abreu e Sousa .	278
Fig. 128 - Capela antiga de S. Pedro de Moel (anterior a 1955).	279
Fig. 129 - Capela actual de S. Pedro de Moel.	280
Fig. 130 - Capela da Garcia.	281
Fig. 131 - Capela da Amieira.	282
Fig. 132 - Capela do Pilado.	283
Fig. 133 - Templo da Igreja Baptista na <i>Marinha Grande</i>	288
Fig. 134 - Templo da Igreja Nova Apostólica na <i>Marinha Grande</i>	289
Fig. 135 - Cabeçalho do <i>Autonomia</i> . Colecção da Biblioteca Nacional.	292
Fig. 136 - Cabeçalho d'A <i>Restauração</i> . Colecção do Arquivo Distrital de Leiria	292
Fig. 137 - Cabeçalho d'O <i>Marinhense</i> . Colecção da Biblioteca Nacional.	293
Fig. 138 - Cabeçalho de <i>Foz do Liz</i>	294
Fig. 139 - Cabeçalho d'A <i>Luz</i>	294
Fig. 140 - Cabeçalho d'A <i>Marinha Grande</i> . Colecção do Arquivo Distrital de Leiria.	294
Fig. 141 - Cabeçalho de <i>Amanbecer</i> . Colecção da Biblioteca Nacional.	295
Fig. 142 - Cabeçalho d'O <i>Imparcial</i> . Colecção da Biblioteca Nacional.	295
Fig. 143 - Cabeçalho d'A <i>Voz do Oeste</i>	296
Fig. 144 - Cabeçalho do <i>Notícias da Marinha Grande</i>	296
Fig. 145 - Cabeçalho de <i>Correio da Marinha Grande</i> . Colecção da Biblioteca Municipal.	297
Fig. 146 - Cabeçalho d'A <i>Voz da Marinha Grande</i> . Colecção da Biblioteca Municipal.	297
Fig. 147 - Cabeçalho do <i>Jornal da Marinha Grande</i> . Colecção da Biblioteca Municipal.	298
Fig. 148 - Cabeçalho d'O <i>Correio</i> . Colecção da Biblioteca Municipal.	299
Fig. 149 - Cabeçalho d'O <i>Búzio de Moel</i> . Casa Museu Afonso Lopes Vieira	300
Fig. 150 - Cabeçalho de <i>Catedral Verde e Sussurrante</i>	301
Fig. 151 - Cabeçalho do Boletim Municipal. Colecção da Biblioteca Municipal.	301
Fig. 152 - Logotipos do Rádio Clube Marinhense.	302
Fig. 153 - Farol de S. Pedro de Moel. Pinto, 1938-39, vol. I: 272.	306
Fig. 154 - Estação ferroviária da <i>Marinha Grande</i> . Fotografia de E. M. Marques.	307

Fontes e bibliografia citadas na Introdução e nas Notas

Fontes manuscritas

- Doc. 1: 1729, alvará de D. João V sobre a superintendência do Engenho do Pinhal de Leiria, transcrito por Almeida, 1962: 46-7, Torre do Tombo, Chancelaria de João V, liv. 76, fls. 240 v-241
- Doc. 2: 1721, Notícias remetidas à Academia Real (...), Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, ms. 503
- Doc. 3: 1527, Censo da Estremadura, transcrito no *Arquivo Histórico Portuguez*, vol. VI: 242-48
- Doc. 4: 1758, Resposta ao inquérito sobre a Marinha Grande nas *Memórias Paroquiais*, Torre do Tombo, Memórias Paroquiais, vol. 22, fls. 389-96
- Doc. 5: 1788, Relação dos obséquios que a G. Stephens renderam os indivíduos da Fábrica dos Vidros (...), Biblioteca Nacional, reservados, PBA, 685, fl. 101
- Doc. 6: 1817-18, Documentos sobre pedido de isenção de recrutamento para os 100 lavradores que conduzem as lenhas para a Fábrica, transcrito por Barros, 1969: 319-321. Torre do Tombo, JC (consultas), liv. 41 (144)
- Doc. 7: 1778, aviso da junta do comércio a Stephens para continuar com os pagamentos do empréstimo, Torre do Tombo, jc, liv. 118
- Doc. 8: 1772 ca., Pedido de Stephens para instalar um açougue na R. F de Vidros, transcrito por Barros (1969: 253). Torre do Tombo, Ministério do Reino, requerimentos, nº 749, letra G
- Doc. 9: 1803, *Memórias sobre a cultura da lucerna, do modo de a fazer em feno, e da medição agrária* (...), Centro de Documentação do Museu do Vidro
- Doc. 10: 1778, Carta de G. Stephens a Pombal, Biblioteca Nacional, reservados, PBA, 704
- Doc. 11: 1809, Documento redigido pelo pároco, atestando a importância da Fábrica no desenvolvimento da povoação, Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, JC, 8, vidros, a-g
- Doc. 12: 1827, Breve memória sobre a R. F de Vidros da Marinha Grande e a sua futura laboração, Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, JC, 8, Vidros, a-g
- Doc. 13: 1786 (?), manuscrito de Nicolau Luís da Silva, Museu Municipal da Figueira da foz
- Doc. 14: 1911, sindicância a J. F. custodio Júnior, Arquivo Distrital de Leiria, GC, 1-25
- Doc. 15: 1923, acta de 25 de Março, Assembleia Geral, Arquivo Histórico da Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio

Imprensa (Local Ou Outra)

Autonomia	Jornal da Marinha Grande
A Marinha Grande	O Districto de Leiria
A Restauração	O Marinhense
Fórum Municipal	Voz da Marinha Grande

Bibliografia

- ABREU, J. A. P., 1865, *Roteiro do viajante no Continente e nos caminhos de ferro de Portugal em 1865*, Coimbra, Imprensa da Universidade
- ALMEIDA, L. F., 1962, "O Engenho do Pinhal do Rei no tempo de D. João V", *Revista Portuguesa de História*, tomo X, Coimbra, separata
- ALMEIDA, S. B., 1860, *Relatório sobre a Fábrica Nacional de Vidros da Marinha Grande*, Lisboa, Imprensa Nacional
- AMADO, J. S., 1977, *Monografia de Carvide*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria
- ARANHA, P.W.B., 1871, *Memórias histórico-estatísticas de algumas vilas e povoações de Portugal*, Lisboa, A. M. Pereira
- AZAMBUJA, J. R., 1992, "História da Marinha Grande - O Pinhal", *Jornal da Marinha Grande* (suplemento Magazine Regional), Abril, Maio, Junho e Julho.
- BALSEMÃO, 2º visconde de, 1815, *Memória sobre a descrição física e económica do lugar da Marinha Grande e suas vizinhanças pertencente ao bispado de Leiria*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias
- BAROSA, J. P., 1996a, *Os Burnay no vidro ou um monopólio que não chegou a existir*, s. l., Museu Santos Barosa da Fabricação do Vidro (col. Estudos e Documentos, n.º 1)
- BAROSA, J. P., 1996b, *As Fábricas de garrafas da Amora: 1886-1926. I parte: Uma empresa e uma fábrica (1888-1904)*, s. l., Museu Santos Barosa da Fabricação do Vidro (col. Estudos e Documentos, n.º 2)
- BAROSA, J., 1993 [1912], *Memórias da Marinha Grande*, Marinha Grande, CMMG
- BARROS, C.V.S., 1969, *Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande - II centenário*, Lisboa, FEIS
- BONITA, D., 1993, *Ao encontro do passado*, Marinha Grande, ed. autora
- BURKE, P., 1992, *O mundo como teatro. Estudos de antropologia histórica*, Lisboa, Difel.
- CABRAL, J., 1993, *Anais do município de Leiria*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria
- CARREIRA, Pe. J., 1984-85, *O clero da diocese de Leiria e o seu passado*, Leiria, ed. autor
- CARVALHO, I. de, 1938, *Versos de Ilídio de Carvalho*, Marinha Grande, ed. família
- COSTA, P.A. C., 1712, "Nossa Senhora do Rosário da Marinha", *Corographia Portugueza...*, Lisboa, Officina de Valentim da Costa Deslandes, vol. III: 98
- CUSTÓDIO, J., TINOCO, A., 1997, *Alto-forno de Pedreanes - Marinha Grande. Intervenção arqueológica (26 de Agosto - 18 de Dezembro de 1987)*, Lisboa, APAI
- DUARTE, A. C., 1942, *A indústria vidreira na Marinha Grande - conferência na Casa do Distrito de Leiria*, Marinha Grande, NFV
- FENTRESS, J., WICKHAM, C., 1992, *Memória Social*, Lisboa, Teorema
- Frei ***, Doutor Conimbricence, 1814, *Os frades julgados no tribunal da razão*, Lisboa, Imprensa Régia
- GALHANO, F., 1973, *O carro de bois em Portugal*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura / Centro de Estudos de Etnologia
- GÂNDARA, A. F. O., 1977, "O irlandês João Beare, introdutor da indústria do vidro na Marinha Grande" *Portugal d'Aquém e d'Além-Mar* - separata, Lisboa.
- GÂNDARA, A., 1940, "Saudade de Joaquim Barosa", *Correio da Marinha Grande*, 12.12.1940.
- GÂNDARA, A., 1941, "A propósito dum aniversário", *Correio da Marinha Grande*, 23.10.1941.
- GÂNDARA, A., 1967, "Bases históricas e morais do desenvolvimento da indústria do vidro na Marinha Grande", *Portugal d'Aquém e d'Além-Mar*, Março, 1967
- GÂNDARA, A., 1970, "O Engenheiro Calazans Duarte, restaurador da Nacional Fábrica de Vidros da Marinha Grande", *Portugal d'Aquém e d'Além-Mar*, Junho, 1970.
- GOMES, S.A., 1995, *Introdução à história do castelo de Leiria*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria

- HALBWACHS, M., 1950 (ed. póstuma), *La mémoire collective*, Paris, PUF
- HALBWACHS, M., 1925, *Les cadres sociaux de la mémoire*, Paris, Alcan
- HERZFELD, 1991, *A place in history: social and monumental time in a cretan town*, Princeton, Princeton University Press
- HOBSBAWM, E., RANGER, T., eds., 1983, *The invention of tradition*, Cambridge, Cambridge University Press
- MARQUES, E. M., 1995a, *História local e narrativa identitária. Um estudo de caso, relatório de investigação no âmbito de uma bolsa JNICT*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (manuscr.)
- MARQUES, E. M., 1995b, 'Cantigas e cristais'. *Actividade cultural, passado, identidade*, dissertação de Mestrado em Antropologia, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa (manuscr.)
- MARQUES, E. M., 1996 a, "A Escola Industrial em 1923, segundo o poeta lídio de Carvalho" *Jornal da Marinha Grande e O Correio*, 19 e 20.09.1996
- MARQUES, E. M., 1996 b, "O regulamento da Creche Pereira Crespo", *Jornal da Marinha Grande e O Correio*, 11 e 12.07.1996
- MARQUES, E. M., 1997 a, "A Sociedade Filomática da Marinha Grande", *Jornal da Marinha Grande e O Correio*, 17 e 18.04.1997
- MARQUES, E. M., 1997 b, "Marinha Grande: um centro, dois concelhos", conferência proferida a convite da Câmara Municipal da Mª Grande a propósito do 80º da restauração do concelho, Mª Grande, Outubro de 1997
- MARQUES, E. M., 1998, "A Marinha Grande e o vidro. 250 anos de identidade", *Programa oficial das comemorações. 250 anos da indústria do vidro na Marinha Grande - 1748 - 1998*, 22 pp. não numeradas, Marinha Grande, Câmara Municipal da Marinha Grande
- MARQUES, E. M., dir., 1996, *Vidas passadas, obras presentes. Um olhar sobre estudiosos locais, no centenário de Alfredo Gândara*, Marinha Grande, Câmara Municipal da Marinha Grande
- MELLO, J. M. C., 1919, *Indústria do vidro*, Lisboa, Bertrand
- MENDES, J. M. A., 1992, *Santos Barosa. 100 anos no vidro*, Marinha Grande, Santos Barosa
- MIRANDA R. DE, 1931, *Tremores de Terra. I: estudo Macrossísmico*, Coimbra, Ed. Autor
- MÓNICA, M. F., 1990, *Os grandes padrões da indústria portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote
- MORAIS, J. C., 1936, "Geologia e geografia da região do pinhal de Leiria", *Memórias e Notícias*, n.º 9, Coimbra, Museu Mineralógico e Geológico da UC
- NAMER, G., 1987, *Mémoire et Société*, Paris, Méridiens-Kliencksieck
- NUNES, F. O., 1993, *Vieira de Leiria. A história, o trabalho, a cultura*, Vieira de Leiria, Junta de Freguesia de Vieira de Leiria
- PEREIRA, B. E., 1990, *Tecnologia tradicional portuguesa. Sistemas de serração de madeiras*, Lisboa, INIC
- PINTO, A. A., 1938-39, *O Pinhal do Rei. Subsídios*, Alcobça, ed. autor
- RAPPAPORT, J., 1990, *The politics of memory. Native historical interpretation in the Colombian Andes*, Cambridge, Cambridge University Press
- RODRIGUES, M. F., 1994, "A Fábrica Nacional de Vidros Aveirense, 1888-1891", *Estudos Aveirenses*, n.º 2, 1994:165-197, Aveiro, ISCIA
- VITORINO, A. G., s. d. [1944], *A vida começou assim - novelas*, Lisboa, ed. autor
- SEQUEIRA, G. M., 1944, "A Indústria vidreira em Portugal", *Indústria Portuguesa*, n.º 201, Novembro, ano 17º, Lisboa, AIP
- SERRÃO, J. V. 1993, "O quadro humano", Hespanha, A. M., coord., 1993, *O Antigo Regime (1620-1807)* (vol. IV da *História de Portugal* dir. J. Mattoso): 49-69, Lisboa, Estampa
- SILVA, F. M. P., BATALHA, C. M., 1843, *Memória sobre o Pinhal Nacional de Leiria*, Lisboa, Imprensa Nacional
- VALENTE, V., 1950, *O vidro em Portugal*, Porto, Portucalense Editora



Em homenagem ao autor e ao pedido da família para desenhar a capa do livro “Cidade da Marinha Grande - Subsídios para a sua História”, gostaria de esclarecer que pretendi transmitir as ideias força que deram origem à cidade da Marinha Grande.

Em fundo, as dunas e o pinhal que forneceram o alimento para o nascimento da indústria do vidro, simbolizam a origem da força telúrica dos trabalhadores, que deram origem ao nosso “castelo”, à sombra do qual se vai desenvolver a povoação, representando as chaminés das fábricas as ameias da fortaleza que vai ser o garante da independência e do progresso que caracterizam os Marinhenses e, finalmente, em homenagem ao autor - que toda a vida trabalhou na indústria vidreira - a representação estilizada da fábrica mãe, da Ivima, onde o autor iniciou e terminou a sua actividade profissional, numa fábrica de moldes, símbolo do desenvolvimento industrial do nosso concelho e do edifício da Câmara Municipal, à qual dedicou os últimos anos da sua vida, com saber e inteligência.

Esta a explicação do desenho da capa, que dedico ao colega e querido amigo.

Guilherme Correia
98/Setembro



EDIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE